UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Rubem Braga e o semanário *Comício*:
cidade, política e imprensa no segundo governo Vargas**

(exemplar revisado)

Samantha dos Santos Gaspar

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Rubem Braga e o semanário *Comício*:
cidade, política e imprensa no segundo governo Vargas**

(exemplar revisado)

Samantha dos Santos Gaspar

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social,
do Departamento de Antropologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Lilia Katri Moritz Schwarcz

São Paulo
2012

(O exemplar original encontra-se disponível no CAPH/FFLCH)

Para Fernando

Agradecimentos

Às instituições de fomento CNPq e FAPESP que financiaram a pesquisa nos cinco primeiros meses e nos dezenove posteriores, respectivamente.

Aos funcionários das instituições por onde pesquisei: Instituto de Estudos Brasileiros, Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras e, especialmente, Fundação Casa de Rui Barbosa, nos quais pude encontrar auxílio seguro à minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, cujos professores e funcionários formaram-me não só academicamente durante suas aulas, mas também me ensinaram, no período em que fui representante discente com Luis Felipe Hirano e Enrico Spaggiari, a percorrer os caminhos burocráticos que envolvem a Universidade.

À Profa. Lilia Schwarz, cuja orientação aberta e segura me guiou durante todas as etapas do mestrado. Minha gratidão por minha orientadora se estende por um período ainda anterior, quando, nos tempos de graduação, pude tê-la como professora em três disciplinas, todas fundamentais para a delimitação de minhas inclinações acadêmicas.

Às Profas. Fernanda Peixoto e Maria Arminda do Nascimento Arruda pela leitura cuidadosa e generosa durante o exame de qualificação. Suas críticas e sugestões foram cruciais para as reformulações da pesquisa. A ambas devo também o estímulo que advém desde a graduação, cujas aulas me instigaram e motivaram.

Aos membros do Projeto Temático FAPESP “Formação do campo intelectual e da indústria cultural no Brasil contemporâneo”, cujos encontros mensais me possibilitaram apreender distintas perspectivas e abordagens. Externando os professores envolvidos, agradeço também a seus orientandos: além de Lilia e Arminda, agradeço a Alexandre Bergamo, Esther Hamburger, Fernando Pinheiro, Heloísa Buarque de Almeida, Heloísa Pontes, Luiz Carlos Jackson, Marcelo Ridenti e Sergio Miceli.

Aos meus companheiros de orientação, com os quais, através dos encontros quinzenais do Etno-História (mas não somente), troquei leituras, críticas, sugestões, angústias, estímulos e toda a sorte de momentos e sentimentos que compõem a vida acadêmica.

Agradeço a Anouch Kurkdjian, Bernardo Machado, Bruna della Torre, Claude Papavero, Eduardo Dimitrov, Gabriel Pugliese, Leonardo Bertolossi, Luis Felipe Kojima Hirano, Maria José Campos, Mauricio Acuña, Ricardo Teperman, Tainã Mansani, Tatiana Lotierzo.

Aos companheiros de turma de mestrado Andrea Cavalheiro, Bruna Angotti, Carlos Gutierrez, Marcos Malheiros, Nicodème de Renesse, Rosenilton de Oliveira, Stefanie Franco. Agradeço especialmente a André Drago, Fábio Mallart, Giancarlo Machado e Ricardo Teperman, com os quais mantive diálogo durante todo o período.

Aos membros da Comissão Editorial da Cadernos de Campo, com os quais durante dois anos compartilhei não apenas o trabalho de produção de uma revista acadêmica, mas também estímulos e diálogos.

Agradeço a Bernardo Freire, Cláudia Dan e Nataraj Trinta, por me hospedarem no Rio de Janeiro e tornarem a saudade menos constante.

Alguns amigos, nem sempre totalmente conscientes disso, me apoiaram e estimularam inúmeras vezes. Sou extremamente grata a Ana Yano, André-Kees Shouten, Anouch Kurkdjian, Calos Filadelfo de Aquino, Enrico Spaggiari, Luisa Valentini, Marcelo Florido, Monise Picanço, Natacha Leal e Sergio Simoni Jr.. A amizade de vocês é a melhor parte desse processo.

À Daniela Perutti, cujo carinho e apoio me emocionaram inúmeras vezes. Sua amizade é uma grata surpresa.

Agradeço ao Rui Harayama, meu nii-san.

Luis Felipe Kojima Hirano e Rodrigo Lobo são grandes amigos. Não sei como agradecer pelo carinho, cuidado e companheirismo. Nossas caminhadas cheias de conversas acaloradas tornaram meus dias mais felizes.

Agradeço à Iris Morais Araujo, pela leitura cuidadosa que fez de minha dissertação e pelo apoio constante durante todo o processo. Não tenho palavras para expressar o quanto sua amizade é importante para mim. Obrigada por ser minha irmã mais velha.

À Ana Flávia Bádue, pelos entendimentos sem palavras, pelas trocas intelectuais estimulantes, pelas risadas, pelo companheirismo. Sua amizade é valiosa.

À Milena Estorniolo, com quem aprendi o real significado da palavra amizade. Obrigada por estar sempre ao meu lado, minha irmã.

Ao Eduardo Dullo, com quem partilho todos os momentos, os de angústia e os de felicidade. Obrigada por ser meu companheiro.

À minha mãe Nilda pelo apoio incondicional. Sem seus inúmeros sacrifícios eu de fato não teria tido o privilégio de me dedicar aos estudos e, ainda, poder fazer disso uma *escolha* de vida.

E ao meu primo Fernando, por me mostrar que é possível trilhar caminhos distintos dos esperados.

Resumo: Neste trabalho analiso o semanário antigetulista *Comício*, fundado por Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira e que circulou entre maio e outubro de 1952. Debruço-me sobre o periódico tendo como arcabouço teórico-metodológico o triângulo autor-obra-público formulado por Antonio Candido. Assim, discorro sobre os colaboradores (autor), sobre a estrutura, o estilo e o conteúdo (obra) e sobre os anúncios publicitários e a seção “O leitor escreve”, indicadores que permitem recompor a sua recepção (público). No quadro de colaboradores, além dos próprios fundadores, estavam nomes de dois campos, o literário e o jornalístico: Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Carlos Castello Branco, Clarice Lispector, Sérgio Porto, Millôr Fernandes, Antônio Maria, Lúcio Rangel, Eneida entre outros. Localizo essa experiência literário-jornalística no interior das transformações pelas quais a imprensa passava na década de 1950, enfatizando a sua posição no interior da imprensa nacionalista. O conteúdo do semanário é analisado a partir de três eixos: os editoriais, as reportagens sobre o “povo” e os textos de Rubem Braga. Partindo dos editoriais, apreendo de que forma o cenário, os atores e os acontecimentos políticos eram retratados e interpretados. Dentre as questões candentes no período e que foram por eles debatidas, destaco o temor sobre a possibilidade de instauração de mais um regime ditatorial por parte de Getúlio Vargas e a questão da liberdade de imprensa no Brasil. A economia do país também é discutida, tendo como foco a questão da exploração do petróleo nacional. Outro assunto muito presente em *Comício* é o que diz respeito à classe trabalhadora e ao que é definido como “povo”. São muitas as reportagens que apresentam o universo do trabalhador ao leitor do semanário. Por meio delas é possível ter acesso a uma percepção específica sobre a cidade do Rio de Janeiro no período. Por fim, debruço-me sobre a seção “Os dias do Presidido” e sobre as crônicas de Rubem Braga, com o intuito de apreender a forma como o autor se posicionava em relação aos assuntos cruciais da época. Nas páginas de *Comício*, encontramos um testemunho crítico e reflexivo a respeito de um período conturbado da história nacional, que foi o segundo governo Vargas.

Palavras-chave: Rubem Braga; crônica; *Comício*; imprensa; Getúlio Vargas.

Abstract: This dissertation analyses the weekly Getúlio Vargas opposition newspaper called *Comício (Rally)*, released by Rubem Braga, Joel Silveira and Rafael Corrêa de Oliveira and published from March to October, 1952. My approach to the newspaper is informed by the theoretical and methodological framework proposed by Antonio Candido, based on the author - literary work - audience triangle. Thus, in what refers to the authorship I deal with the writers whose articles were published on *Comício*'s pages; regarding the literary work, I discuss the structure, style and contents of *Comício*; simultaneously, I analyze the reception by way of indicators such as advertisement and readers' letters. Besides the founders of the newspaper, others writers from the literary and journalist fields contributed with articles and writings, for instance Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Carlos Castello Branco, Clarice Lispector, Sérgio Porto, Millôr Fernandes, Antônio Maria, Lúcio Rangel, and Eneida. For this reason, I consider this journalistic and literary experience as part of the transformations faced by the Brazilian press in the 1950s, by emphasizing its position within the nationalist press. My interpretation of *Comício*'s contents follows three analytical axes: the editorials, the issues focused on the "people;" and the texts wrote by Rubem Braga. The editorials shed light into the ways in which the political scene, actors and events were portrayed and interpreted. Among the main concerns from the period, which became a topic in their debates, I highlight the fear of a new dictatorship by Getúlio Vargas and the struggle to preserve the freedom of press in Brazil. Brazilian economy was also a topic of discussion, especially the exploration of national petroleum. A lot of reports focused the working class, its reality and what was defined as the "people." By way of that news it is possible to access a specific view of the city of Rio de Janeiro at that time. Finally, I focus on the section named "The days of the Presided" ("Os dias do Presidido") and other Rubem Braga's chronicles, seeking to understand how the author positioned himself regarding crucial issues of his time. Through the pages of *Comício*, we find a critical and reflexive testimonial about a turbulent period of the Brazilian History, represented by Getúlio Vargas' second mandate.

Key words: Rubem Braga; chronicles; *Comício*; press; Getúlio Vargas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<i>Entre a “fidelidade ao histórico” e a “liberdade criativa”</i>	<i>11</i>
<i>Delimitação do objeto</i>	<i>14</i>
<i>Entre a análise “internalista” e a “externalista”</i>	<i>16</i>
<i>Apresentação dos capítulos</i>	<i>18</i>
PARTE I: UM COMÍCIO NA IMPRENSA DA DÉCADA DE 1950.....	21
CAPÍTULO I: A IMPRENSA NOS ANOS 1950	21
<i>A década de modernização da grande imprensa</i>	<i>21</i>
<i>A época das grandes revistas</i>	<i>29</i>
<i>A imprensa nacionalista</i>	<i>33</i>
CAPÍTULO II: OS INTELECTUAIS DO COMÍCIO: CIDADE, POLÍTICA E LITERATURA EM UM SEMANÁRIO INDEPENDENTE	47
<i>O início e o fim de um semanário independente</i>	<i>47</i>
<i>Os colaboradores de Comício e a formação de um grupo cultural</i>	<i>66</i>
<i>A forma e a estrutura de Comício</i>	<i>79</i>
<i>A recepção de Comício</i>	<i>105</i>
PARTE II: LENDO O SEMANÁRIO	148
CAPÍTULO III: MAPEANDO O CENÁRIO POLÍTICO	148
<i>Interlúdio sobre os Partidos Políticos</i>	<i>162</i>
CAPÍTULO IV: QUEM É O POVO? A INTERPRETAÇÃO DE COMÍCIO SOBRE O COTIDIANO DAS CLASSES TRABALHADORAS NA CIDADE	203
CAPÍTULO V: AS CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA E “OS DIAS DO PRESIDIDO”	231
<i>O dia-a-dia de Barnabé</i>	<i>231</i>
<i>As crônicas de Rubem Braga e os seus destinatários.....</i>	<i>238</i>
CONCLUSÃO.....	280
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	286
ANEXOS	291
<i>As capas de Comício</i>	<i>291</i>
<i>Uma edição</i>	<i>314</i>

“Outubro começou quente, as praias cheias, e no centro homens suados andando de paletó em baixo do braço, em Ipanema filas enormes na sorveteria do ‘seu’ Moraes, o Flamengo jogando e vencendo com estranho ardor. Apenas o Sr. Getúlio Vargas fez um discurso para refrescar. Discurso de bom moço; ele apela para todo mundo, pede colaboração, e diz: ‘Não quero governar sem oposição, porque entendo que sem a crítica livre não há democracia’.

Neste ponto o Sr. Getúlio Vargas pode contar com a nossa mais perfeita colaboração. Faremos o possível para que ele não governe sem oposição. Fica prometido”.

“Verão”, Comício, Rubem Braga.

Introdução

Entre a “fidelidade ao histórico” e a “liberdade criativa”

Otto Lara Resende, em carta¹ endereçada a Rubem Braga em 17 de setembro de 1988, faz comentários a partir da leitura cuidadosa dos originais deste que seriam posteriormente publicados no livro *As boas coisas da vida* (1988). Como o próprio Resende esclarece, “não há propriamente originais. (...) Por que não datilografar tudo direitinho? A mim me dá um certo tédio mexer nesse livro de recortes de jornal, com erros de revisão, acentos desnecessários (...). E corrigendas feitas à mão. O editor devia recusar um original assim...” (Resende, 1988). Entre comentários a respeito de ortografia e pontuação, introduz uma ponderação acerca da datação de certos textos, assim como de marcações que pudessem denotar sua origem. Afirma:

“Uma coisa que não me agrada muito é quando há várias crônicas, em série, e V. faz referência à continuação. Tem vez que V. diz que continua ‘na semana que vem’. É demais. Por que não retirar esse *toque jornalístico* e publicar seguido? Mesmo que ponha um número, ou mude de página. A meu ver, devia ser uma crônica só, um texto mais longo, o que também é bom e oportuno, tratando-se do sucinto R[ubem] B[raga]” (Resende, 1988, grifos meus).

Não apenas o “toque jornalístico” é desaconselhado, mas também certos “anacronismos” que seriam encontráveis nas crônicas de Braga:

“A tirar alguma dessas crônicas (se o livro estiver muito grande), eu tiraria o Pignoratício. Há lá um trecho em que V. fala de bolso cheio de cédulas. Eram cédulas eleitorais, o que hoje não existe mais. A Justiça Eleitoral é que imprime as cédulas dos candidatos, etc. Então, acho que V. podia *cortar*, ou *atualizar*, ou *explicar* (na hipótese de deixar a crônica). Há outras coisas assim, *anacronismos*, de somenos, mas sempre revela um certo desleixo com que V. faz o livro. (...) V. fala em A. I. B. sem explicar e hoje ninguém sabe que é Ação Integralista Brasileira. Daqui a pouco, o Braga só vai poder ser lido com um explicador e cheio de notas de pé de página... Por que não ter o trabalhinho de fazer direito esse trabalho PARA O LIVRO? Custa tão pouco!” (Resende, 1988, grifos meus).

O que se apreende das sugestões de Resende é que a crônica, ao passar do jornal para o livro, teria que sofrer algumas adaptações. As referências históricas, se não suprimidas, explicadas ou atualizadas, virariam anacronismos que tornariam as crônicas cifradas aos leitores contemporâneos e futuros. Com a inscrição em letras maiúsculas

¹ Consultada no Arquivo Rubem Braga da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

em “para o livro”, percebe-se que o leitor em questão é aquele que terá acesso às crônicas por meio do livro, espaço portanto distinto do jornal, veículo para o qual elas teriam sido originalmente escritas.

Dois dias depois de Otto Lara Resende, é a vez de Fernando Sabino escrever a Rubem Braga comentando os recortes de jornais que foram compilados para formar *As boas coisas da vida*. Em carta² mais curta, Sabino diz que algumas crônicas deveriam ser subtraídas. Explica: “Acho que, com os cortes sugeridos, dará um livro de bom tamanho, cerca de 200 páginas. Assim, eu cortaria as seguintes, que não fazem falta ou são muito *datadas*” (Sabino, 1988, grifos meus). E então Sabino elenca os títulos dos textos que deveriam ser limados.

Se entre os cronistas é possível encontrar a preocupação a respeito do toque jornalístico, dos anacronismos e do caráter datado que as crônicas em livro poderiam guardar, tais questões também estão presentes nas reflexões de críticos literários. Antonio Candido, em “A vida ao rés-do-chão”, discorrendo sobre o trânsito do jornal ao livro, argumenta que a crônica

“não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em ‘ficar’, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (Candido, 1992:14-15).

Segundo Candido, em seu desenvolvimento a crônica teria alterado seus objetivos, passando cada vez mais a desempenhar a função de diversão em detrimento da informação, que foi ocupada por outras instâncias do jornalismo.

Enquanto Candido positiva a inesperada capacidade do gênero em vencer a transitoriedade, superando a origem jornalística ao ser veiculado em livro, outros autores colocam em questão essa possibilidade de superação, valendo-se, também, da idéia de transitoriedade para ponderar seu estatuto. É o caso, por exemplo, de Massaud Moisés que, como mostra Luiz Simon (2004), se não critica a vinculação da crônica com o periódico, contesta a sua posterior publicação em livro, para tanto se respaldando

² Consultada no Arquivo Rubem Braga da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

no posicionamento explicitado quase meio século antes por Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Comparando a leitura da crônica quando esta se encontra no jornal ou no livro, Moisés afirma que

“No livro, porém, a crônica sugere o reparo de Tristão de Ataíde e gera a monotonia, e o possível sobressalto que acompanha a leitura duma boa crônica de jornal se atenua pela expectativa de uma sensação análoga oferecida pela leitura de um texto colocado a seguir. Mais do que o poema, a crônica perde quando lida em série; reclama a degustação autônoma, uma a uma, como se o imprevisto fizesse parte de sua natureza, e o imprevisto colhido na efemeridade do jornal, não na permanência do livro. Eis porque raras crônicas suportam releitura; é preciso que ocorra o encontro feliz entre o motivo da crônica e algo da sensibilidade do escritor à espera do chamado para vir à superfície” (Moisés *apud* Simon, 2004:3).

Antônio Dimas (1974) busca perscrutar os motivos que levam a crítica literária a negligenciar o estudo da crônica, uma vez que esta disciplina não apresenta justificativas para tal silêncio. O autor aventa que algumas das razões veladas seriam, por um lado, a falta de conhecimento da produção dos cronistas e, do outro, o posicionamento de preteri-la em relação à poesia e ao romance. Além disso, os próprios praticantes do ofício manteriam uma postura similar, definida por Dimas como “paternidade contrariada”. O autor elenca dois motivos primordiais para tal descrédito: “1. a inequívoca feição financeiramente imediatista e utilitária da crônica, enquanto meio de dilatar o orçamento do intelectual-jornalista; 2. a adesão estreita do objeto ao Tempo, o que lhe confere caducidade breve” (Dimas, 1974:47).

Não apenas o escasso tempo impossibilitaria uma re-elaboração mais detida do texto, como também, em decorrência da vinculação com a imprensa, o cronista estaria sujeito aos cerceamentos tanto da direção do periódico no qual a crônica será publicada quanto pela expectativa do público leitor. Dimas destaca a questão da relação da crônica com o tempo, pois, segundo o crítico, mesmo não possuindo mais a função de ser um relato histórico, o gênero se encontra coagido pelo que denomina de “vicissitudes temporais”: “enquanto interpretação parcial de um fato; enquanto matéria breve; enquanto urgência de elaboração” (Dimas, 1974:48).

“Espremida entre o rigor informativo e a liberdade verbal, a crônica condensa a tensão narrativa exemplar, cuja fidelidade ao histórico está constantemente ameaçada pela liberdade criativa. Diante do cronista, o fato se desfolha, se desventra e, eventualmente, se torna tão ambíguo quanto a própria linguagem que o moldou. Se a literatura não precisa, em princípio, de nenhum

compromisso com a realidade histórica, o mesmo já não pode ocorrer com a crônica, cujo motor de arranque é o cotidiano” (Dimas, 1974:49).

Percebe-se que o aludido “toque jornalístico” aparece como ponto fulcral nas argumentações, tanto nas que apostam na capacidade da crônica de permanecer quanto nas que asseguram a sua constitutiva transitoriedade. Não apenas o veículo ao qual ela estaria originalmente vinculada (ou seja, o jornal) se coloca como questão, mas também a temática tratada geraria discussão a respeito do estatuto desse gênero literário. Assim, a capacidade da crônica de se descolar da matéria histórica que, com frequência, lhe serve de tema também se apresenta como um problema. Valendo-me das palavras de Dimas, está em escrutínio a capacidade da crônica de se equilibrar entre a “fidelidade ao histórico” e a “liberdade criativa”. Se a crônica pender para a “fidelidade ao histórico”, ao ser posteriormente transposta do jornal para o livro, corre o risco de se tornar, nas palavras de Fernando Sabino, “datada”, com os “anacronismos” que, segundo Otto Lara Resende, deveriam ser evitados.

Mas resta indagar o que procura uma cientista social ao ler e reler crônicas. Com certeza não será ela a mais capacitada para avaliar sua qualidade literária. Portanto, quem sabe, em nosso caso o anacronismo seja trunfo e não demérito. Desse modo, meu objetivo é o de debruçar-me justamente nas crônicas de Braga que não foram compiladas em livro e que guardariam maior “fidelidade ao histórico”; as crônicas em que ele atua como testemunho e agente do e no seu contexto.

O recorte cronológico escolhido privilegia os anos 1950, visto que tal década foi crucial tanto para a vida do cronista quanto para o desenvolvimento da crônica – o que faz com que muitos o denominem como o “período áureo³” de tal gênero literário – quanto para a imprensa, que passou por inúmeras transformações.

Delimitação do objeto

³ Dimas (1974) apresenta uma matéria de jornal que, em 1972, decretava o fim da crônica no Brasil, depois de um período anterior de 12 anos “de glória”. A reportagem, publicada por José Márcio Mendonça no *Jornal da Tarde* (SP) em 14 de março de 1972, tinha como título “Adeus, cronistas” e assegurava que “De Carlos Drummond de Andrade, como sempre, foi possível conseguir uma entrevista. Mas todos – os que falaram e os que se recusaram a falar – concordaram em que a crônica está caindo de moda, quase sem que ninguém perceba. Morre em silêncio, depois de quase 12 anos de glória” (Mendonça *apud* Dimas, 1974:46).

Elegi como foco de investigação um semanário que foi fundado pelo próprio Rubem Braga e por Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira em maio de 1952 e que circulou até outubro do mesmo ano.

*Comício – semanário independente*⁴, como o próprio nome revela, tinha circulação semanal e, até o seu fechamento, contabilizou 23 números. O semanário contou com a colaboração de vários intelectuais expoentes da época: Otto Lara Resende redigia a crônica sobre o Senado, enquanto Carlos Castello Branco relatava o cotidiano da Câmara. Millôr Fernandes era responsável pelas duas páginas centrais, onde destilava seu humor crítico e político. Fernando Sabino encarregava-se da crônica que preenchia a segunda página e Clarice Lispector (utilizando o pseudônimo de Tereza Quadros) escrevia a coluna feminina. Sérgio Porto, Lúcio Rangel, Antônio Maria, Paulo Mendes Campos são alguns dos outros nomes que compunham o semanário.

Enquanto Joel Silveira com frequência se encarregava da reportagem de capa, Rubem Braga assinava a crônica que fechava o semanário. Essa ganhava, em várias edições, um formato epistolar e tinha como destinatário alguma figura pública (com frequência política) que seria contatada a partir de uma interpelação irônica do cronista. Além da crônica, Braga escrevia, mas não assinava, a seção “Os dias do presidido”, versão crítica e irônica da coluna “O dia do Presidente” do jornal *Última Hora*. Tal seção deixa explícito o posicionamento político do semanário: *Comício* defendia a bandeira anti-getulista, fazendo oposição ao segundo governo Vargas (1951-1954).

Por meio das reportagens, entrevistas, seções dos colaboradores do semanário e dos textos de Rubem Braga, é possível apreender as formas específicas como esse grupo intelectual e o cronista em particular, percebiam, se posicionavam e intervinham em seu contexto social e político. Além disso, vale a pena destacar que no conjunto encontramos textos de Rubem Braga que não foram compilados para serem publicados em livro, sendo, portanto, um material que se perdeu na transitoriedade das crônicas de jornal atadas à fidelidade histórica. Por meio de tais textos, pode-se perceber não apenas o posicionamento do autor em face das questões políticas candentes do período, mas também como a cidade do Rio de Janeiro, ainda capital do país, era retratada e vivenciada pelo cronista no contexto de desenvolvimentismo pelo qual atravessava. O Rio de Janeiro, sede do poder nacional e expressão de certa imagem hegemônica sobre

⁴ Consultado no Arquivo Rubem Braga da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) e na Biblioteca Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras.

o país, aparece de maneira complexa e inusitada nas páginas do semanário em geral, e nos textos de Braga em particular.

Por meio da análise do conteúdo do periódico e dos colaboradores que o compunham, busco perceber as inquietações presentes da página do semanário. Dentre elas, sublinho algumas que se mostram importantes, tanto no conteúdo geral de *Comício* quanto nos textos de Braga presentes no mesmo. São elas: a questão envolvendo a sucessão presidencial – e de maneira mais específica, o temor de que Getúlio Vargas, ao final do mandato, instaurasse um novo período ditatorial no país; a do papel assumido pela Associação Brasileira de Imprensa em defesa da liberdade de imprensa; a questão sobre a exploração do petróleo nacional e a discussão sobre a criação da Petrobrás; e a do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. A respeito da então capital do país, destaco algumas dimensões retratadas: os trabalhadores da construção civil e a necessidade de consumirem marmitas, as moças que passam o dia atrás do balcão para obter alguma renda, a vida noturna carioca e os bares da moda, as redações de jornais e seu cotidiano na cidade carioca, entre outros temas. Ao buscarem compreender como viviam aqueles por eles denominados como “povo”, os colaboradores do semanário traçam, como pano de fundo, aspectos da vida urbana do Rio de Janeiro do período.

Trata-se, portanto, de um documento instigante e revelador de um contexto conturbado da história do Brasil que desembocou no suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954. Além disso, uma análise da inserção de *Comício* no interior dos veículos existentes no período permite apreender as diferentes propostas de imprensa que estavam sendo gestadas, testadas e solapadas nos anos 1950.

Entre a análise “internalista” e a “externalista”

Como mostra Heloísa Pontes (1997), o campo da História intelectual e cultural é constitutivamente interdisciplinar, sendo que cada disciplina aciona uma nomenclatura diversa para delimitá-lo. Assim, tal campo pode ser denominado de “história cultural e intelectual”, “história das idéias”, “sociologia da cultura e da vida intelectual”, “história das mentalidades”, “etnografia do pensamento e da ciência”. Segundo a autora, “menos que uma imprecisão conceitual, [são] diferentes maneiras de determinar seus objetos, objetivos, metodologias e ferramentas intelectuais” (Pontes, 1997:60). Pontes sustenta que podemos apreender tais perspectivas em duas posições distintas de análise: a “internalista” e a “externalista”.

“A primeira é herdada das contribuições teóricas fornecidas pela lingüística estrutural, pela semiologia e pelos debates travados no campo da história da arte. Visa principalmente uma análise interna das obras e dos produtos culturais, os quais têm sua inteligibilidade assegurada no sistema interno de sua produção” (Pontes, 1997:60).

Grosso modo, se a análise “internalista” foca no estudo do texto em si das obras, a “externalista” debruça-se sobre o contexto na qual este foi engendrado. Nessa postura estariam os trabalhos de autores como Carl Schorske, Nöbert Elias, Raymond Williams e Pierre Bourdieu.

“Para a postura ‘externalista’, ao contrário, a produção cultural e intelectual – configurada no plano das idéias e das obras – explica-se não apenas por razões internas, mas sobretudo externas. Seu foco analítico é deliberadamente posto nas condições sociais de produção das obras e não na forma e nos seus conteúdos substantivos. Essa perspectiva pretende dar conta tanto do perfil sociológico dos produtores de bens culturais, intelectuais e simbólicos, de suas representações, ideologias e práticas sociais, quanto do campo particular em que estão inseridos” (Pontes, 1997:61).

Talvez uma perspectiva analítica alternativa seja a de trabalhar com o texto e o contexto, ou seja, uma postura de não dissociar na análise o interno e o externo. Tal empreendimento é encontrado, por exemplo, nos trabalhos de Antonio Candido. Para o crítico o fator “*externo* (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno* (Candido, 2008:14). Dessa forma, os aspectos sociais são introduzidos pelo artista em sua obra, contribuindo para a sua própria estruturação formal⁵.

⁵Um exemplo dessa forma de análise é encontrado no estudo que Candido efetua do romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida. O crítico evidencia como este escritor estrutura o romance a partir de um aspecto que seria presente e marcante em seu contexto no que concerne às relações sociais, denominado por ele como “dialética da ordem e da desordem” (Candido, 1993:36). Para Candido, “o seu caráter de princípio estrutural, que gera o esqueleto de sustentação, é devido à formalização estética de circunstâncias de caráter social profundamente significativas como modos de existência; e que por isso contribuem para atingir essencialmente os leitores” (Candido, 1993:36). Assim, haveria na obra uma forte correspondência com determinados aspectos presentes na “relação entre ordem e desordem na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX” (Candido, 1993:36), tornando o romance profundamente social, justamente por ser construído “segundo o ritmo geral da sociedade” (Candido, 1993:45).

Segundo Roberto Schwarz (2002), a posição metodológica subjacente à análise de Candido é visível por meio de sua busca de um princípio de generalização⁶ que organiza tanto os dados da não-ficção quanto os da ficção, dando-lhes inteligibilidade e coerência. Dessa forma, afirma-se a necessidade de encontrar “entre os inúmeros aspectos formais do romance, aquele que, sendo a transposição de um aspecto significativo do processo histórico, tinge de atualidade histórica os demais” (Schwarz, 2002:138), tratando-se, assim, de ler o romance “sobre o fundo real e de estudar a realidade sobre o fundo de romance” (Schwarz, 2002:140).

Lília Schwarcz (1994) também esclarece o caráter ativo dos elementos culturais. Para a autora, “se não é profícuo pensar na cultura como uma instância portadora de autonomia absoluta, importa, sim, pensá-la não como reflexo imediato do contexto, um exemplo da estrutura política e econômica, mas antes como um elemento dinâmico, simultaneamente ‘produto e produção de valores e percepções’” (Schwarcz, 1994:74).

Ao analisar a experiência jornalística de *Comício*, buscarei não dicotomizar texto e contexto. Para tanto, valer-me-ei do arcabouço teórico-metodológico de Candido pautado no estudo do triângulo “autor-obra-público”. Para Candido, a literatura corresponde a um sistema simbólico que é formado por esses três elementos do triângulo, isto é, pela

“existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns a outros” (Candido, 1964:23).

Desse modo, ao analisar *Comício*, atentarei para os três elementos: os autores que publicaram no semanário, localizando-os socialmente, o conteúdo publicado, e a recepção pretendida (por meio do estudo dos anúncios presentes em suas páginas) e a efetivamente alcançada (por meio das cartas dos leitores enviadas para a seção “O leitor escreve”).

Apresentação dos capítulos

⁶ No caso assinalado, trata-se da “dialética da ordem e da desordem”.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: a primeira Parte, “Um *Comício* na imprensa da década de 1950”, é formada por dois capítulos. No primeiro capítulo, “A imprensa nos anos 1950”, mostro o contexto de transição e de profundas transformações do jornalismo no período de circulação de *Comício*, com o intuito de localizar o periódico dentro do campo jornalístico de então, e de circunscrever as propostas e formatos de se fazer jornalismo então disponíveis para a imprensa carioca. Advogo que o semanário de Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira se alinharia à imprensa nacionalista dos anos 1940 e 1950.

O segundo capítulo, “Os intelectuais do *Comício*: cidade, política e literatura em um semanário independente” segue três objetivos. O primeiro é o de localizar o grupo de intelectuais com os quais Braga se relacionava na década de 50 e que colaboraram com *Comício*. Com isso, é possível iluminar o posicionamento social do escritor, bem como os indivíduos com os quais mantinha interação. Já o segundo é o de apresentar o semanário propriamente dito, explicitando tanto sua forma (cores, diagramação, número de páginas, periodicidade, valor do exemplar, seções etc), quanto seu conteúdo e sua recepção (os conteúdos das seções, as cartas de leitores publicadas a fim de apreender a recepção obtida, os anúncios para perceber os leitores supostos etc). Pretende-se, portanto, explicitar os autores, os textos publicados em *Comício* e, fechando o triângulo proposto por Candido, a recepção que o semanário obteve na época.

Já na segunda Parte, “Lendo o semanário”, tenho como intuito apreender o diálogo que tais intelectuais construíram com o seu contexto, focando tanto na percepção que emerge da cidade do Rio de Janeiro quanto do segundo governo Vargas, ao qual combatiam. A segunda Parte é formada por três capítulos, por meio dos quais pretendo me debruçar sobre três eixos temáticos. No terceiro capítulo, “Mapeando o cenário político”, partindo dos editoriais, busco explorar as questões políticas que seriam caras aos diretores do semanário – Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira –, e como eles se posicionavam em relação a essa agenda política que é traçada nas páginas de *Comício*.

No quarto capítulo, “Quem é o povo? A interpretação de *Comício* sobre o cotidiano das classes trabalhadoras na cidade”, analiso as inúmeras reportagens que retratam a vida da classe trabalhadora e dos que são denominados pelo semanário como “povo”, localizando seu cotidiano no interior do contexto urbano do Rio de Janeiro;

Por fim, no quinto capítulo, “As crônicas de Rubem Braga e ‘Os dias do presidido’”, foco exclusivamente os textos de Rubem Braga presentes em *Comício*, que

se constitui de suas crônicas e da seção “Os dias do presidido”. Por meio de tal análise, busco construir um panorama de um conjunto de textos de Braga que guardam “fidelidade ao histórico” e que permitem captar sua percepção tanto acerca da cidade em que vivia quanto do meio político ao qual se opunha. Objetiva-se, assim, recuperar uma visão de um personagem que foi, ao mesmo tempo, testemunha e artífice de seu contexto, focando em um período de grandes transformações no Rio de Janeiro, engendradas sob as bandeiras do nacionalismo e do desenvolvimentismo em voga nos anos 1950.

Parte I: Um *Comício* na imprensa da década de 1950

Capítulo I: A imprensa nos anos 1950

Neste capítulo pretendo discutir as inúmeras transformações pelas quais passou a imprensa nos anos 1950. O objetivo é destacar os distintos projetos de empresa jornalística então em disputa, enquadrando o posicionamento de *Comício* no interior desse verdadeiro embate intelectual. Ganha destaque, assim, uma polarização entre, de um lado, o jornalismo empresarial de moldes norte-americanos, então em ascensão no país, que priorizava a “neutralidade” e a informação e, de outro lado, o jornalismo de matriz nacionalista e opinativa, da qual *Comício* se aproxima.

Esse exame permitirá focalizar o papel de destaque que a imprensa assume nesse período, cujo momento crucial corresponde ao segundo governo Vargas, no qual a imprensa teve papel de relevo tanto na discussão sobre o caráter do controle da Petrobrás quanto na própria tentativa de deposição do presidente, que culminou em seu suicídio.

A década de modernização da grande imprensa

“Uma *sociedade em movimento* talvez seja mesmo a melhor imagem para a sociedade brasileira da década de 1950, dadas as transformações inauditas decorrentes, sobretudo, dos processos acelerados de industrialização e urbanização que a marcaram” (Botelho, 2008:15). O mesmo pode ser dito a respeito do jornalismo que informa tal sociedade: nos anos 1950 a imprensa passou por inúmeras transformações no sentido de torná-la mais “moderna”. Além disso, é um momento de criação de vários jornais e de consolidação das grandes revistas.

Os anos 1950 assistem ao surgimento dos jornais *Última Hora* (1951) e *Tribuna da Imprensa* (1949), que remodelaram a linguagem da imprensa. O *Diário Carioca*, também nessa década, começa a desempenhar papel de destaque no que concerne à formação de novos profissionais. Além disso, é nesse período que ocorrem as reformas gráficas do *Jornal do Brasil*, que irão influenciar as alterações da imprensa no país.

Entendida por muitos como a “época de ouro” da imprensa brasileira (Cf. Mesquita, 2008:197), somente na cidade do Rio de Janeiro, circulavam em torno de 22

jornais⁷, vespertinos e matutinos, sendo que suas linhas editoriais estavam polarizadas entre os partidos de esquerda e direita, a Igreja e os sindicatos (Cf. Mesquita, 2008:195; Abreu, 2008:214). Foi a década em que não apenas os jornais tiveram grande proliferação, como também foi o tempo marcado pelas grandes revistas:

“O *Cruzeiro*, dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, atingiu 570 mil exemplares semanais, marca máxima até então registrada no país; seguida da rival *Manchete*, fundada em 1952 por Adolpho Bloch, cuja edição especial da inauguração de Brasília chegou a esgotar os seus 740 mil exemplares em apenas 48 horas. A revista feminina *Cigarra*, também dos Associados, a *Manchete Esportiva* e a popular revista de variedades *O Mundo Ilustrado*, lançada em 1956 pela Mundo Gráfico Editora, superavam as expectativas.

Os lançamentos dos ‘gibis’, fotonovelas e revistas voltadas para os bastidores de *Hollywood*, do rádio e da televisão, ‘fabricavam o lazer e o sonho das massas nos anos 50’, com destaque para *Revista do Rádio*, um fenômeno de circulação durante bom tempo, e *Radiolândia*, publicações da Rio Gráfica e Editora, dirigida por Roberto Marinho, destinada aos aficionados pelas ‘fofocas’ sobre a vida privada dos seus ídolos” (Mesquita, 2008:196).

A respeito das transformações pelas quais passaram a imprensa nacional, Alzira Abreu aponta a influência da imprensa norte-americana neste processo, e cita os argumentos de Lins da Silva (1991), segundo o qual

“as inovações introduzidas no jornalismo brasileiro a partir da década de 50 se fizeram sob a égide de alguns dos jornalistas que viveram nos Estados Unidos durante os anos 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer. Os dois primeiros iriam levar sua experiência para o *Diário Carioca* e o segundo para a *Última Hora*. Já no final dos anos 50, Alberto Dines introduziu muitas idéias no *Jornal do Brasil*, como resultado de sua passagem pelo *Los Angeles Times*” (Abreu, 1996:15).

Sobre os moldes sobre os quais a imprensa brasileira teria se desenvolvido, temos a constatação de que, se antes imperava o modelo francês, propiciando um jornalismo “de combate, de crítica, de doutrina e de opinião” (Abreu, 1996:15), foi sendo gradualmente substituído pelo norte-americano, isto é, “um jornalismo que

⁷ Segundo Abreu (2008), os jornais diários que circulavam na cidade do Rio de Janeiro em 1950 eram os seguintes: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Correio da Noite*, *A Noite*, *O Fluminense*, *Diário Trabalhista*, *Gazeta de Notícias*, *O Globo*, *O Dia*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Luta Democrática*, *A Manhã*, *O Mundo*, *A Notícia*, *O Popular*, *O Radical*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (Abreu, 1996:15).

Segundo Ana Paula Ribeiro (2003), até os anos 40 a imprensa brasileira se mostrava imbricada com a literatura em decorrência da utilização do modelo francês, no qual as técnicas de escrita eram próximas da literatura. Desse modo, as seções de maior *status* eram as de caráter mais livre e opinativo, como a própria crônica, mas também o artigo polêmico e o de fundo. “Os jornais, além disso, funcionavam como uma instância fundamental de divulgação da obra literária e de construção de reconhecimento social dos escritores. Era sobretudo através do folhetim que os leitores tomavam contato com os autores e seus trabalhos” (Ribeiro, 2003: 148).

Ao mesmo tempo, a imprensa estava intimamente vinculada à política, sendo, na maioria dos casos, instrumentalizada. “Pequenos em termos de tiragem e de recursos econômicos, os jornais eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade” (Ribeiro, 2003: 1948). Assim, a imprensa se constituía como *de opinião* e valia-se de uma linguagem agressiva para expressar seus posicionamentos.

Nos anos 50 esse panorama começou a mudar, principalmente nos jornais da cidade do Rio de Janeiro, que passaram paulatinamente a trocar os moldes do jornalismo político-literário pelo empresarial.

“A imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião. A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente. O jornalismo não era mais visto como um gênero literário de apreciação de acontecimentos (como o havia definido Alceu Amoroso Lima). Passava a ser reconhecido como um gênero de estabelecimento de verdades” (Ribeiro, 2003).

Na imprensa carioca, tal postura que almejava uma suposta neutralidade e distanciamento na transmissão das notícias foi desenvolvida com a adesão aos moldes norte-americanos de jornalismo, o que implicou na adoção de determinadas práticas discursivas que contribuíram para que a linguagem da imprensa ganhasse uma sistematização interna, tornando-se “uma comunidade discursiva própria” (Ribeiro, 2003: 148).

Como mostra Ribeiro, a adoção das técnicas jornalísticas norte-americanas produziu mudanças não apenas na linguagem empregada, mas também na estrutura textual. O estilo passou a ser o telegráfico, com frases mais curtas e secas. “As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas” (Ribeiro, 2003: 148-149). Se antes o jornal era o espaço para o comentário, ele almejava cada vez mais ser um “espelho” da realidade e dos acontecimentos que, em tese, adviriam naturalmente do real.

Já a estrutura da notícia passou a ser forjada utilizando duas técnicas do jornalismo norte-americano: o *lead* e a “pirâmide invertida”. O primeiro refere-se ao primeiro parágrafo do texto, no qual se deve responder a seis indagações essenciais: quem, o que, quando, onde, como e por quê. Como bem sintetiza Ribeiro, “símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o ‘nariz de cera’, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam” (Ribeiro, 2003: 149).

Já a “pirâmide invertida” é uma técnica segundo a qual os acontecimentos devem ser expostos em ordem decrescente de relevância, permitindo que o leitor possa entender a matéria em poucos parágrafos, caso não disponha de tempo para lê-la integralmente. Além de possibilitar uma leitura rápida, a “pirâmide invertida” facilitava o processo de edição, ao permitir que, no momento da diagramação da página, em um texto fossem retirados os parágrafos finais sem que isso prejudicasse sua inteligibilidade.

Segundo Ribeiro, o matutino *Diário Carioca* foi o primeiro a adotar com sistematicidade as técnicas norte-americanas, lançando no Brasil, inclusive, o primeiro manual de redação e estilo. Publicado em 1950 com o título “Regras de redação do Diário Carioca”, possuía 16 páginas e era assinado pelo próprio Pompeu de Souza, editor-chefe do jornal. Este matutino foi também pioneiro na utilização de *copy-desk*, isto é, “um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Seu papel era essencialmente

disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação” (Ribeiro, 2003: 151).

O visual dos jornais é outro aspecto que passa por remodelação nesse período. Antes era utilizado o padrão editorial e gráfico francês, com “excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material etc” (Ribeiro, 2003: 151). Os principais jornais a estamparem modernizações gráficas foram os cariocas *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. “Recursos editoriais e formais, típicos de revistas, passaram a ser utilizados nos jornais diários. Subtítulos, entretítulos, boxes, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando a sua leitura mais agradável” (Ribeiro, 2003: 151). Foi também nesse período que emerge a idéia de que a primeira página seria a vitrine do jornal, chamando a atenção para o conteúdo que estaria nas demais páginas. Como resume Ribeiro, “apresentação lógica, ordenação do material na página, disposição racional, essas eram algumas máximas do jornalismo carioca, que passou a adotar, como um valor estético, o princípio da funcionalidade” (Ribeiro, 2003: 151).

Também nos anos 1950 inicia-se o processo de profissionalização do jornalismo, que propiciou que a figura do jornalista se afastasse tanto da do escritor quanto da do político, dedicando-se exclusivamente ao ofício. Nessa questão, o *Última Hora* de Samuel Wainer teve papel fundamental, uma vez que subiu o piso salarial de seus trabalhadores, chegando a pagar até dez vezes mais que a média como forma de estimular a contratação dos melhores profissionais, gerando concorrência entre as redações. Outro ponto que fortaleceu esse processo foi a criação de cursos de jornalismo.

Nos anos 1950, os jornais também passam por reformas administrativas, com a improvisação dando lugar ao planejamento racional. “Foram alterados os critérios de investimento, a veiculação dos classificados, as formas de distribuição, o marketing, as promoções etc” (Ribeiro, 2003: 153).

Para Ribeiro, o processo de introdução de todas essas mudanças não foi gradual nem espontâneo, mas, sim, fruto da ação consciente de determinados jornais e indivíduos envolvidos com os mesmos, ao mesmo tempo em que estava imbricado com as mudanças da própria sociedade brasileira:

“A reforma do jornalismo brasileiro, iniciada no Rio de Janeiro, está geralmente associada a empresas como o *Diário Carioca*, a *Tribuna da*

Imprensa, a Última Hora e o Jornal do Brasil e a nomes como Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Amílcar de Castro, Jânio de Freitas, Alberto Dines, Samuel Wainer e alguns outros. No entanto, ela não pode ser entendida apenas como obra de alguns visionários, alguns gênios revolucionários que, da noite para o dia, resolveram mudar o jornalismo nacional. As reformas, sem dúvida, foram algo que passou necessariamente pela ação individual de cada um desses personagens e de cada uma dessas empresas, mas que ao mesmo tempo os transcendeu, na medida em que apontavam para características estruturais da sociedade brasileira e do jornalismo como prática social” (Ribeiro, 2003: 153).

Ribeiro sustenta que a lógica que presidiu tais alterações foi distinta da desenvolvida nos países avançados. Nestes, estava atrelada ao processo de popularização da imprensa, no qual o jornal com estrutura de empresa, “ao dar ênfase ao conteúdo informativo, ganhava vantagens sobre os diários de partido, que tendiam a uma audiência limitada” (Ribeiro, 2003: 154-155). Se, à primeira vista, a modernização do jornalismo brasileiro nos anos 1950 parece se referir ao mesmo processo de racionalização tendo em vistas a implantação de um jornalismo de massas como ocorreu nos Estados Unidos, o estudo de Ribeiro evidencia outros fatores. A autora cita o trabalho de Gisela Goldenstein sobre o jornal *Última Hora* para elucidar seu argumento. Embora tenha utilizado todas as técnicas empregadas pelo jornalismo norte-americano, estas estariam “a serviço da política (no caso, do populismo varguista)” (Ribeiro, 2003: 156).

“Isso não foi, no entanto, uma exclusividade da *Última Hora*. O mesmo ocorreu com todos os jornais pioneiros na modernização: *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil*. Todos, em graus variados, adotaram as técnicas modernas como armas de luta política. O que não significa que interesses econômicos (ligados diretamente ao mercado) não tenham igualmente impulsionado as mudanças. É que não havia, nos anos 1950 (segundo acredito), nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política. As duas se adequavam uma à outra, às vezes de uma maneira perfeita, às vezes precariamente.” (Ribeiro, 2003: 156).

Tal imbricação, segundo a autora, está relacionada ao próprio desenvolvimento capitalista do país, visto que “o apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade” (Ribeiro, 2003: 156). Os principais financiadores das reformas que permitiram a modernização dos jornais foram os bancos estatais. Ao contrário do que se poderia pensar, o maior beneficiado pelos favorecimentos do Estado não foi o *Última*

Hora, mas sim os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Também *O Globo*, de Roberto Marinho, foi bastante favorecido, recebendo, entre 1950 e 1952, inúmeros empréstimos que, na época, somados, computavam mais de um milhão de dólares. Como evidencia Nélson Werneck Sodré, tais empréstimos foram realizados de maneira bem vantajosa para o jornal *O Globo* (Sodré, 1999:401-402).

Se Ribeiro evidencia a imbricação entre a política e o jornalismo para a consecução das alterações que modernizaram a imprensa nos anos 1950, Abreu também analisa tal relação, chamando a atenção para o papel decisivo da cobertura da imprensa momentos antes do suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, e de seus posteriores desdobramentos.

Assim, se as inovações de caráter técnico, gráfico e editorial, a maior profissionalização do ofício e o estabelecimento da imprensa como empreendimento econômico foram indispensáveis ao processo de transição da imprensa carioca nos anos 50, também

“contribuíram para as rupturas que ocorreram na imprensa os acontecimentos políticos traumáticos que tiveram lugar nessa década. A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então⁸” (Abreu, 1996:10).

Se a política, de uma maneira ou de outra, continuava conformando os caminhos trilhados pela imprensa no Brasil nesse período, muitas vezes auxiliando em sua modernização, tal questão se exacerba nos jornais nacionalistas, como é o caso de *Comício*.

Embora as transformações operadas na imprensa no período, inspiradas no modelo norte-americano, visassem a uma suposta maior neutralidade na veiculação das informações, com a reintrodução do colunismo moderno por parte do jornal *Última Hora*, criou-se um espaço para o jornalismo opinativo dentro desse modelo de “neutralidade” na transmissão dos acontecimentos. Desse modo, os grandes nomes do

⁸ Uma análise detida do papel da imprensa na crise que culminou no suicídio de Vargas pode ser encontrada no capítulo assinado por Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman intitulado “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”, publicado no livro *Vargas e a crise dos anos 50* (1994), sob organização de Angela de Castro Gomes.

jornalismo do período tinham um espaço privilegiado para a veiculação de suas idéias, tendo-se, assim, “parcialidade da opinião do autor nas seções diárias sobre futebol, política, polícia, sociedade, mulher, divertimento. Fazia-se um jornalismo de jornalistas, em que o leitor não ia atrás apenas da imparcialidade da notícia, mas, principalmente, da opinião dos seus colunistas favoritos” (Mesquita, 2008:197).

Mesquita arrola os nomes dos colunistas que fizeram sucesso nesse período, discriminando-os por seus respectivos assuntos e frisando o caráter de celebridade que eles mantiveram. Tal lista nos importa na medida em que revela os jornalistas que gozavam de considerável prestígio e popularidade na época estudada, sendo possível apreender, no próximo capítulo, como muitos deles estavam presentes na redação de *Comício*, inclusive alguns deles – como Sérgio Pôrto e Antônio Maria – tendo sido revelados em sua redação.

“(…) o prestígio popular de determinados jornais e a independência criativa dos colunistas fizeram surgir, da noite para o dia, verdadeiras celebridades, como Adalgisa Nery, Paulo Francis, Nelson Rodrigues, Antônio Maria e Stanislaw Ponte Preta, que, embora nascidas no *Última Hora*, formaram um público cativo que as acompanhava em qualquer jornal” (Mesquita, 2008:197).

A respeito dos nomes que se destacavam no colunismo político e esportivo, encontramos três colaboradores de *Comício*: Carlos Castello Branco, Newton Carlos e Hélio Fernandes:

“As opiniões sobre política de Villas-Bôas Corrêa e Carlos Castello Branco, Otto Maria Carpeaux, Newton Carlos, Hélio Fernandes e Danton Jobim, eram assunto nas rodas inteligentes, assim como os comentários esportivos de José Araújo, João Saldanha, Sandro Moreira e Armando Nogueira, que sempre traziam discussões polêmicas e apaixonadas” (Mesquita, 2008:197-198).

Trata-se de um período em que não apenas a crônica está em grande evidência, mas também o colunismo social passa a ganhar destaque. Entre os nomes listados por Mesquita está o de Rubem Braga, diretor de *Comício*, e de dois de seus colaboradores: Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos:

“A classe média passou a acompanhar a vida do ‘*café-society*’, graças ao colunismo social de Jacinto de Thormes, Fernando Zerlottini, o Carlos

Swan, e Ibrahim Sued. José Cândido de Carvalho também se destacava na imprensa da época, ao lado de Rubem Braga, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade, entre outros expoentes da crônica, que se popularizava como um gênero essencialmente jornalístico, nos recém-lançados suplementos culturais e literários” (Mesquita, 2008:198).

Entre os humoristas e caricaturistas de maior prestígio, estão três colaboradores de *Comício*: Millôr Fernandes, Sérgio Pôrto [verdadeiro nome do pseudônimo Stanislaw Ponte Preta] e Hilde Weber. Mesquita também revela o crítico de cinema mais conhecido:

“O humor era imbatível, com Péricles e seu ‘Amigo da Onça’; Stanislaw e suas ‘certinhas’; Vão Gôgo – pseudônimo de Millôr Fernandes – e sua coluna ‘Pif-Paf’; ‘As Garotas’, do desenhista de modas Alceu Pena; e com as piadas de A. Ladino e as sátiras sobre a rivalidade entre os sexos de Leon Eliachar. (...) O principal crítico de cinema era Salvyano Cavalcanti de Paiva, e os caricaturistas Borjalo, Millôr, Jaguar, Carlos Estevão, Augusto Rodrigues, Nássara, Lan e Hilde completavam com seu traço irreverente o painel crítico e extremamente criativo dessa nova realidade” (Mesquita, 2008: 198).

Por fim, se os jornais comandados Pompeu de Souza, Jânio de Freitas e Alberto Dines transformavam profundamente a forma de se fazer jornalismo, “as grandes reportagens, como as de Joel Silveira [diretor de *Comício*] e da dupla David Nasser (texto) e Jean Manzon (fotografia), mexiam com a opinião pública” (Mesquita, 2008:198).

A época das grandes revistas

Se os jornais passam por mudanças gráficas e editoriais resultantes de uma aproximação com o modelo norte-americano de imprensa, também o mercado de revistas sofre alterações. Nos anos 1950, ocorre uma grande proliferação de revistas, na esteira do espaço cada vez maior concedido à fotografia em seu interior. A precursora da utilização do foto-jornalismo, ainda na década de 1940, é a revista *O Cruzeiro*.

“*O Cruzeiro*, a partir de 1944, ao adotar a linha das grandes reportagens, criou significados e valores para a fotografia, diferentes do uso de mera ilustração das notícias. Jean Manzon, fotógrafo da *Paris Match*,

veio para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial e, em *O Cruzeiro*, revolucionou o fotojornalismo brasileiro” (Nunes, 1997:50).

Segundo Maria Celeste Mira (2001), *O Cruzeiro* teria sido criado em 1928 por Assis Chateaubriand “como parte da campanha que levou Getúlio Vargas ao poder” (Mira, 2001:23).

“Em sua longa trajetória, a revista atravessa as décadas de 30 a 60 como veículo nacional responsável pela crônica social, política e artística não apenas do Brasil, mas do mundo, contando para tanto com correspondentes estrangeiros, fato até então inédito no Brasil. Vários elementos que hoje caracterizam o mercado de revistas já aparecem no ousado empreendimento: marketing, investimento técnico, preocupação com o padrão visual e esquema de distribuição. Desde o lançamento apostava-se na publicidade⁹” (Mira, 2001:23).

Mira sustenta a hipótese de que *O Cruzeiro* foi o responsável por fazer a transição entre as revistas criadas no começo do século XX, período em que havia uma imbricação entre jornalismo e literatura, e aquelas lançadas a partir dos anos 1960, que, segundo a autora, seguiriam os “moldes da indústria cultural” (Mira, 2001:14), entendida em sua definição frankfurtiana.

Em abril de 1952, um mês antes de *Comício*, surge a revista *Manchete*,

“que vai ocupar um espaço que era havia décadas do *Cruzeiro*, de [Assis] Chateaubriand. Adolpho Bloch, folclórico, bonachão, mais interessado em editar uma revista de fotos que de texto, leva praticamente toda a redação de *Comício* para a rua Frei Caneca, sede de Bloch.

Dirigida inicialmente por Henrique Pongetti, mais tarde por Otto Lara Resende, a revista reúne uma equipe de fotógrafos e abre páginas para seis cronistas: o próprio Pongetti (nada estranhamente, dono da página de abertura), [Paulo] Mendes Campos, [Fernando] Sabino, Sérgio Porto, Antônio Maria e Rubem [Braga], convidado por Otto ‘por sua forte mineiridade’. Hélio Fernandes e Nahum Sirotsky também dirigiram a revista, num início de vida conturbado e que quase leva Bloch a fechá-la” (Carvalho, 2007:365).

⁹ Para Mira a visualidade era a marca da principal inovação de *O Cruzeiro*, isto é, as grandes reportagens. “Tendo introduzido a dupla repórter-fotógrafo, a revista mudou o padrão adotado até então, no qual predominava o texto. Toda matéria era, antes de mais nada, imagem. Em geral, uma grande reportagem era aberta com uma fotografia de página inteira, o título e os nomes de seus dois realizadores” (Mira, 2001:24).

A congregação realizada por *Manchete* desse grupo de cronistas marcou a época, que, não à toa, é frequentemente denominada como o período de ouro da crônica brasileira (Costa, 2004:178-179), quando este gênero literário teria conhecido a sua melhor fase no país. Como nos lembra Abreu (1996), “a crônica no Rio de Janeiro teve na década de 50 grandes nomes que se firmaram nesse gênero literário” (Abreu, 1996:55).

Há outras revistas com grande circulação e vendagem no mercado no período, como *Seleções*, os gibis da Walt Disney e as fotonovelas. Segundo Mira, a revista *Seleções*, adaptação do *Reader's Digest* norte-americano, começou a ser publicada no Brasil em 1942, engendrada em um contexto de pós-guerra no qual, mais do que política de boa vizinhança, imperava a internacionalização da cultura e do estilo de vida norte-americanos. Desse modo, *Seleções* seria “reconhecidamente o maior porta-voz dos valores norte-americanos e da guerra fria” (Mira, 2001:26). O Brasil não fugiu da tendência mundial de então, e a revista teve grande circulação, vendendo, nos anos 1950, aproximadamente 500 mil exemplares por número. Nessa década, *Seleções* tornou-se a maior concorrente de *Cruzeiro*, sendo que, segundo pesquisas do Ibope do período, “ambas tinham o maior número de leitores regulares entre as classes A e B, especialmente a revista norte-americana” (Mira, 2001:27).

Como salienta Mira, as pesquisas do Ibope mostravam que havia um maior consumo de tais revistas por parte de camadas da classe média que buscavam informação. E, de maneira mais geral, estava ocorrendo no país um aumento do público leitor, “efeito da política nacional de escolarização do governo Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e a Reforma Campos”¹⁰ (Mira, 2001:27).

A publicação dos gibis com os personagens da Disney marcaria uma nova fase das histórias em quadrinhos no Brasil. “Pela Abril brasileira, em 1950, sai o gibi *O Pato Donald* com 82,37 mil exemplares, o qual será durante anos o carro-chefe da editora. A tal ponto que nos empreendimentos mais arriscados, Victor Civita [fundador da editora]

¹⁰ A este respeito, ver o artigo de Antonio Candido “A Revolução de 1930 e a Cultura”, segundo o qual a revolução de 1930 foi um “eixo catalizador” responsável por um movimento de unificação cultural do país, assim como de “rotinização” dos “fermentos de transformação”. “Não se pode, é claro, falar em socialização ou coletivização da cultura artística e intelectual, porque no Brasil as suas manifestações em nível erudito são tão restritas quantitativamente, que vão pouco além da pequena minoria que as pode fruir. Mas levando em conta esta contingência, devida ao desnível de uma sociedade terrivelmente espoliadora, não há dúvida que depois de 1930 houve alargamento de participação dentro do âmbito existente, que por sua vez se ampliou. Isto ocorreu em diversos setores: instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio (que teve desenvolvimento espetacular)” (Candido, 1984:27).

costumava acalmar seus colaboradores com a célebre frase: ‘O Pato paga’. Em 1952 foi a vez de *Mickey*. Em 61, *Zé Carioca*; em 63, *Tio Patinhas* e os quadrinhos Disney não pararam de crescer” (Mira, 2001:30).

Se os quadrinhos faziam muito sucesso no período, não ficavam para trás as revistas especializadas em cinema. A de maior vendagem era *Cinelândia*, mas também havia no mercado a *Filmelândia*, da Rio Gráfica, a *Cinemim*, da Ebal, e *Cena Muda*, esta publicada desde a década de 20. O cinema não estava, no entanto, apenas nas revistas especializadas: as publicações de interesse geral, como *O Cruzeiro* e *Revista da Semana* e femininas como *Vida Doméstica*, mantinham seções regulares sobre o assunto. “Fora do espaço específico, o cinema fornecia os temas, viessem eles dos próprios filmes ou da vida dos astros. Figuras-modelo, eles dominavam desde as reportagens até as seções de aconselhamento amoroso, moda, beleza, saúde e decoração” (Mira, 2001:32).

De penetração mais popular, as fotonovelas, criadas na Itália do pós-guerra, conheceram grande sucesso no Brasil, e na América Latina como um todo. A primeira a ser publicada foi *Grande Hotel*, lançada pela Editora Vecchi em 1947. Tratava-se de uma tradução da edição francesa – *Nous Deux* – que, por sua vez, era uma tradução da original italiana, *Grand Hôtel*. Em 1952 seria lançada, pela Abril, *Capricho*, a fotonovela de maior sucesso no Brasil. Nos anos 50 e 60 a fotonovela vive seu período áureo e, em termos de vendagem, só fica atrás dos quadrinhos da Disney. “Várias editoras se lançam no rico filão constituído pelas publicações sentimentais. A Abril lança *Ilusão* (1958-1982), *Noturno* (1959-1975), *Contigo* (1963) e vários sub-produtos de *Capricho*. A Rio Gráfica entra na disputa com *Destino* (1959), *Garotas*, *Meu romance*, *Sortilégio* e outras. A Vecchi se especializa no gênero: entre 1959 e 1966 edita *Sentimental*, *Romântica*, *Fascinação*, *Ternura* e *Sonho*, com tiragens entre 80 e 180 mil exemplares” (Mira, 2001:35). Segundo Mira, as fotonovelas seriam um produto consumido por mulheres tanto de camadas sociais quanto de faixas etárias mais baixas.

Em 1954 é lançada a revista *Visão* pela Companhia Lithografica Ypiranga e a Sociedade Anônima Impressora Brasileira (Saib). Criada em São Paulo, visava o público masculino de classe média e média alta e trazia uma pauta diversificada, noticiando a respeito de política, economia, arte, ciência, educação, esporte. No mesmo período, surge *Maquis*, que seria a porta-voz oficial do “Clube da Lanterna”, reunião formada por Carlos Lacerda no interior da UDN para combater tanto Vargas quanto seus sucessores, especialmente Juscelino Kubitschek, e que se contrapunha à *Revista*

Brasiliense, criada no período por Caio Prado Jr. e que mantinha uma linha editorial progressista.

A Editora Abril, que passa a competir no mercado de revistas a partir da década de 1950, produziu um movimento de deslocamento do mesmo do Rio de Janeiro para São Paulo, levando consigo tanto a publicidade quanto os melhores profissionais da área e “impondo uma nova orientação ao mercado editorial desse tipo de veículo, ou seja, a complementação dos acontecimentos ocorridos na semana” (Abreu, 2008:219). A Abril também foi responsável por publicar revistas segmentadas, tanto de caráter popular, como eram a *Capricho* e a *Ilusão*, quanto especializadas em determinado assunto, tais como *Quatro Rodas*, *Realidade* e *Veja*, o que gerou uma grande recepção.

Já no final da década, em 1959, surge a revista *Senhor*, que contava com a colaboração de intelectuais e escritores consagrados e mantinha uma preocupação em sua apresentação gráfica e estética, trazendo em sua pauta discussões tanto sobre as vanguardas estéticas quanto sobre os problemas do país.

Como ressalta Mira, nos anos 1960 o mercado brasileiro de revistas se consolidaria, passando a “abrasileirar” os modelos estrangeiros e, não menos importante, a se tornar mais segmentado e especializado. Assim, se *O Cruzeiro* era “a revista da família brasileira”, publicando os mais variados assuntos e tendo como público leitor homens e mulheres, de distintas faixas etárias, a partir dos anos 1960 e cada vez mais desde então, passa-se a existir uma preocupação “obrigatória de descobrir as preferências de cada um [de seus leitores/consumidores], seus gostos, expectativas ou estilos de vida” (Mira, 2001:13).

A imprensa nacionalista¹¹

Tendo em vista o panorama traçado sobre a grande imprensa (jornais e revistas) nos anos 1950, busco apreender outra forma jornalística, representada pela imprensa nacionalista. Isso porque avento que o semanário *Comício* estaria mais próximo de experiências desenvolvidas por esta do que pelo jornalismo de moldes norte-americanos tal qual estava se consolidando no período.

¹¹ Este tópico se baseará nas reflexões de Plínio de Abreu Ramos (1996), pois não apenas a bibliografia a respeito da imprensa nacionalista é escassa, mas também porque a análise de Ramos refere-se a um processo que o próprio autor comungou. Alzira Abreu afirma que “atento observador da vida política brasileira, jornalista que mantinha estreitas relações com a história e um nacionalista até o fim da vida, Plínio nos deixou seu estudo inédito sobre a imprensa nacionalista, da qual foi ao mesmo tempo participante e analista” (Abreu, 1996:12).

Plínio Ramos (1996), estudando a imprensa nacionalista, assegura que, no Brasil, o único espaço de expressão do nacionalismo se deu nesse tipo de imprensa escrita, já que nem o rádio, a televisão ou a imprensa escrita de maior circulação do período (a que se concentrava no Rio de Janeiro e em São Paulo) lhe possibilitou vazão, uma vez que, como mostra Alzira Abreu (Abreu, 2008:231), estes defendiam “teses favoráveis à participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento industrial do país”. Desse modo, “os nacionalistas, para romper as dificuldades de divulgação, criaram pequenos jornais, em geral tablóides semanais” (Abreu, 2008:231). Ao se debruçar sobre esse tipo de veículo, “podemos observar como se elaboraram e debateram questões importantes da vida nacional. Mais do que isso, eles propiciam um entendimento mais profundo do papel histórico da imprensa e de suas especificidades como meio de expressão e como formadora de opinião pública” (Ramos, 1996:61).

Ramos foca os anos 1940 e 1950, no qual, como vimos, a imprensa se encontra em processo de modernização no contexto democrático pós-Estado Novo. Em consonância com um contexto de grandes transformações tanto sociais quanto políticas e de mudanças no cenário internacional (fim da Segunda Guerra Mundial, início da Guerra Fria), “o nacionalismo marcará o cenário político e ideológico brasileiro principalmente nas discussões sobre o tipo de inserção do país na política internacional, e o modelo e posição econômica a serem interna e externamente adotados” (Ramos, 1996:61-62). A “imprensa nacionalista” seria composta pelos periódicos

“nos quais são veiculadas as idéias e propostas mais direta e explicitamente afinadas ou comprometidas com a defesa dos interesses nacionais brasileiros – vistos estes como potencial ou efetivamente contrários a outros interesses nacionais ou internacionais, ou ameaçados por eles” (Ramos, 1996:62).

A imprensa nacionalista começa a se destacar nos anos 40, na esteira dos debates da Constituinte de 1946, com a “Campanha do Petróleo”¹², cujo resultado foi a promulgação da Carta de 18 de setembro, por meio da qual os líderes Artur Bernardes (PR-MG), Euzébio Rocha (PTB-SP), Hermes Lima (PSB-PE) e Agamenon Magalhães (PSD-PE) formalizavam juridicamente suas posições de “favoráveis à detenção, pelo Estado, do monopólio da exploração do petróleo em território brasileiro” (Ramos,

¹² A Campanha do Petróleo foi um movimento civil-militar que defendia o monopólio estatal da exploração do petróleo brasileiro e cujo lema era a frase “O petróleo é nosso!”. Tal defesa era encarada como “uma etapa necessária, um aspecto decisivo para o desenvolvimento e consolidação de um bem maior – a saber, a soberania nacional” (Silva, 2007:312).

1996:62). Seis anos depois, como se verá, a questão do petróleo será cara ao *Comício*, sendo debatida não apenas em inúmeras reportagens, mas também em várias seções, dentre elas as crônicas de Braga.

Ramos elenca os fatores que corroboraram para o sucesso da campanha nacionalista em prol do monopólio estatal do petróleo. Segundo o autor, ainda em 1946, o general Salvador César Obino foi reeleito presidente do Clube Militar, tornando tal instituição um lugar privilegiado de debate, em um momento de confrontação da posição do general Juarez Távora, que defendia a participação do capital privado, tanto nacional quanto estrangeiro, e do general Júlio Caetano Horta Barbosa, que levantava a bandeira do monopólio estatal. No ano seguinte, o estudante da faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Roberto Gusmão, é eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e aproximou a UNE dos debates nacionalistas. Segundo o autor, “o envolvimento de parlamentares, universitários e militares deu à questão do petróleo e às idéias nacionalistas um caráter ímpar, pelo grau de engajamento e mobilização que provocou” (Ramos, 1996:62).

Diferentemente do nacionalismo dos anos 1920, o que emergia do pós-Segunda Guerra era contra o autoritarismo e atrelava seu próprio desenvolvimento à consolidação da democracia no país. O “movimento nacionalista”, composto de correntes militares, parlamentares, jornalistas, intelectuais e estudantes, combatia a grande influência do capital estrangeiro – especialmente o inglês e o norte-americano – nos setores de base da economia do país, interpelação essa que era considerada uma das principais causas do atraso do desenvolvimento brasileiro.

“O debate sobre o petróleo provocou exaltação e deu margem a pronunciamentos apaixonados; as pressões e reivindicações se fizeram cada vez mais impositivas. A posição dos partidários do monopólio estatal passou mesmo a ser interpretada como cumplicidade com a estratégia comunista, cujo objetivo, dizia-se, era dificultar a obtenção dos recursos considerados indispensáveis ao fortalecimento das potências do Ocidente” (Ramos, 1996:63).

Enquanto os grandes jornais conservadores veiculavam as teses de Juarez Távora favoráveis à participação do capital privado na exploração do petróleo nacional, as posições a favor da solução estatal foram defendidas nos jornais nacionalistas. Dentre eles, Ramos se debruça na análise detida das páginas de *Jornal de Debates*, *Revista do Clube Militar*, *O Popular*, *Emancipação* e *O Semanário*.

O *Jornal de Debates* era publicado semanalmente e circulou entre 1946 e 1954. Seus diretores eram Matos Pimenta, Plínio Catanhede e Mário de Brito, e o redator secretário era Lourival Coutinho. Em 1948 foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP)¹³, cujo presidente era o político Artur Bernardes, e o jornal passa a funcionar como uma espécie de órgão oficial do CEDP. Nesse período, outros nomes entram para a diretoria do *Jornal de Debates*, como o de Rafael Corrêa de Oliveira, que posteriormente será um dos fundadores de *Comício*. Inicialmente, a tese nacionalista “ainda ficava restrita a um número reduzido de parlamentares, cujos destaques não iam muito além de [Artur] Bernardes [então presidente do CEDP], Euzébio Rocha e da bancada socialista, composta dos deputados Hermes Lima, João Mangabeira e Domingos Velasco” (Ramos, 1996:68). Veremos que tais nomes reaparecem nas páginas de *Comício*.

Segundo Ramos, muitas das expressões que se tornaram correntes na imprensa nacionalista foram largamente difundidas nas páginas do *Jornal de Debates*, tais como: “lacaio do imperialismo”, “cavalo de aluguel dos trustes”, “entreguista”, “agente de Wall Street”. Já a imprensa conservadora os nomeava de “comunistas”, “subversivos”, “tarefeiros profissionais a soldo do ouro de Moscou”.

Em 1949, Pimenta publica artigo em seu jornal se posicionando contra a concentração, para ele, descabida, de comunistas no CEDP. Com o passar do tempo aumenta os desentendimentos entre ambos e, em 2 de fevereiro, o CEDP lança o periódico *Emancipação*. Segundo Ramos, “no dia 18 do mesmo mês, sob a presidência do deputado Domingos Velasco (PSB-GO), o CEDP oficializa as expulsões de Pimenta e Rafael [Corrêa de Oliveira], que voltam, nas edições subseqüentes do *Jornal de Debates*, a publicar ataques violentos contra o Centro, visando sobretudo o deputado socialista goiano e o coronel Carnaúba” (Ramos, 1996:71).

Em 1950, Rafael Corrêa de Oliveira manteve uma coluna intitulada “À Volta de um Mundo Só”, na qual o apoiador da candidatura presidencial de Eduardo Gomes, que era seu companheiro de partido (UDN), destilava inúmeros artigos contra a *Standart*

¹³ Tal entidade foi criada com o intuito de fomentar uma “larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando a congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal” (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro [DHBB]/CPDOC-FGV *apud* Ramos, 1996:68). Reunindo variados segmentos da sociedade, como militares, estudantes, intelectuais e políticos, o CEDP tornou-se a principal entidade civil incentivadora da tese monopolista estatal de exploração do petróleo (*Cf.* Silva, 2007:317).

Oil. Essa mesma empresa, tida como a maior candidata estrangeira a explorar o petróleo nacional, também será fartamente citada (e criticada) dois anos depois, em *Comício*.

Entre os anos 1951 e 1952, o *Jornal de Debates* manteve dois focos em sua postura nacionalista. Um se referia à cobrança realizada pelos diretores do jornal e por colaboradores externos, no primeiro ano do governo Vargas, para que o presidente definisse sua política em relação ao petróleo. E o outro era o ataque constante tanto ao governo norte-americano quanto às empresas petrolíferas desse país. Enquanto Pimenta apostava que Vargas cumpriria as promessas de campanha, Oliveira desconfiava das possíveis medidas do presidente. Aos poucos, Pimenta também passa a duvidar da possível proposta de Vargas e, em 14 de dezembro de 1951, critica o projeto apresentado por Vargas ao Congresso Nacional no dia 06 do mesmo mês, “na qual se propunha a criação da Petrobrás em regime de economia mista, com o governo controlando 51% das ações” (Ramos, 1996:74)¹⁴.

Do segundo semestre de 1952 até o seu desaparecimento, o assunto que domina suas páginas é o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos¹⁵, que havia sido assinado pelo então chanceler João Neves da Fontoura e pelo embaixador norte-americano Herschell Johnson em 15 de março de 1952. Tal acordo era criticado pelos entraves que poderia representar para a adoção da exploração estatal do petróleo.

Fundado em 1887, o Clube Militar tinha como objetivo ser uma organização na qual as forças armadas veiculassem seus propósitos de participação política. Embora a *Revista do Clube Militar* tenha começado a circular em 15 de novembro de 1926, foi nas décadas de 30 e 40 que a revista desenvolveu a tendência a focar suas páginas nos

“problemas considerados vitais na elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional das indústrias de base. A ativa participação de

¹⁴ As ações e os discursos de Vargas eram ambíguos em relação ao petróleo. Enquanto o texto apresentado à Câmara não previa o estabelecimento de uma empresa estatal, “a mensagem que o acompanhava tendia a um discurso nacionalista. Getúlio, na mensagem, afirmava que ‘em matéria de petróleo, o controle nacional é indispensável’. Em outro momento defendeu que o ‘governo e o povo brasileiros desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do país, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo de petróleo (...)’. As contradições existentes entre o texto da mensagem e o do projeto dão a exata dimensão de como era difícil uma definição nessa questão. Isso porque, adotando uma ou outra proposta, o governo teria que enfrentar uma ferrenha oposição” (Silva, 2007:329-330).

¹⁵ O *Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América* tinha como objetivo “garantir a defesa do hemisfério ocidental” e consistia em um acordo no qual os norte-americanos enviavam materiais ao Exército brasileiro em troca de “minerais estratégicos”. O acordo foi muito criticado pelos nacionalistas por “seu caráter antinacionalista e (...) seu favorecimento dos interesses econômicos e militares norte-americanos, em detrimento da soberania brasileira” (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1984).

militares no debate sobre a questão da posse e uso dos recursos minerais e hídricos – questão relevante do ponto de vista estratégico e de segurança nacional – certamente estimulou a revista do Clube a substituir a glorificação dos ídolos e das datas comemoradas nos quartéis pela tentativa de apreciação concreta de projetos que interessem à independência econômica do país” (Ramos, 1996:77).

A questão da indústria petrolífera divide os militares: de um lado estavam os que apoiavam a posição do general Horta Barbosa, favorável ao monopólio estatal e à construção de refinarias nacionais que evitariam gastos com a importação de derivados, e de outro estavam os que se filiavam às posições do também general Juarez Távora, que se colocava a favor da exploração pelo capital estrangeiro sob a alegação de que o Brasil não possuía preparo suficiente para tal empreitada, que se tornava urgente frente ao que considerava uma inevitável terceira guerra mundial. Para manter a imparcialidade, a *Revista do Clube Militar* abria espaço tanto para textos de partidários de Barbosa quanto de Távora.

Em 17 de maio de 1950 ocorreu a eleição para a presidência do Clube, que foi disputada por duas chapas: de um lado estavam Estillac Leal e Horta Barbosa e, de outro, Cordeiro de Farias e Emílio Ribas Júnior. Duas questões marcaram o pleito: “a legitimidade da posse de Vargas, cuja vitória já era dada como certa, e a solução estatal para a exploração do petróleo brasileiro” (Ramos, 1996:80). A primeira chapa, que se sagrou vencedora, defendia tais pontos, enquanto a segunda, se não as rejeitava explicitamente, também não as apoiava.

Em decorrência das críticas que a *Revista do Clube Militar* vinha sofrendo por parte da imprensa conservadora, Estillac Leal autorizou a interrupção de sua circulação. A revista voltou a circular em março de 1951, quando Leal ocupava o cargo de Ministro da Guerra do então eleito presidente Vargas. Em março de 1952 Leal (que ainda era presidente licenciado do Clube Militar) demite-se do cargo de ministro da Guerra e afirma, em entrevista ao *Diário da Noite*, que “não foi consultado durante as conversações conduzidas por João Neves e Góis Monteiro para a elaboração do texto do Acordo Militar Brasil-EUA” (Ramos, 1996:87-88).

No mesmo ano, Estillac e Horta tentam se reeleger, mas perdem para Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo. O primeiro chega a dizer que parte de sua vitória estava relacionada às temáticas tratadas na *Revista*, que estava desagradando uma parcela

significativa das forças armadas. O diretor da *Revista* passou a ser o tenente-coronel Moziul Moreira Lima, integrante da “Cruzada Democrática”¹⁶.

Em 1956, a revista passa a manter um tom mais discreto. Os partidários de Estillac deixam de participar constantemente, justamente para evitar novas crises. “Com o movimento de 1964, a Revista do Clube Militar desapareceu definitivamente como órgão de formação nacionalista dos oficiais das Forças Armadas, e não mais recuperou o prestígio que havia conquistado em fins dos anos 40 e início da década de 50” (Ramos, 1996:89).

O Popular, jornal do senador Domingos Velasco¹⁷ e do professor Francisco Mangabeira¹⁸, foi fundado em 3 de julho de 1951. Tratava-se de um jornal vespertino,

¹⁶ A “Cruzada Democrática” foi um movimento que surgiu em março de 1952 e que se organizou para concorrer à eleição do Clube Militar, que ocorreria em maio do mesmo ano. “Constituído por oficiais da ala conservadora das Forças Armadas, dirigiu o clube entre 1952 e 1956, retornando ao poder em 1962” (Ramos cf. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1984).

¹⁷ Velasco nasceu em 1899 na capital do estado de Goiás. Muda-se para o Rio de Janeiro e começa a atuar como jornalista e político a partir de 1920, data em que se torna segundo-tenente da Escola Militar de Realengo. Velasco foi eleito para inúmeros mandatos em sua trajetória política. “Foi eleito em 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte pelo estado de Goiás; nessa ocasião, apoiou propostas tenentistas de centralização política e de reforço dos poderes intervencionistas do governo federal na área política, econômica e social. Após a promulgação da nova Constituição, em 1934, foi eleito deputado federal por Goiás. Foi preso em março de 1936, junto com outros deputados, entre eles João Mangabeira, por sua atuação contra a repressão policial aos membros e simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora. Durante o período do Estado Novo atuou de forma discreta contra o regime. No início do processo de redemocratização do país, participou da criação da União Democrática Nacional (UDN), fundada em abril de 1945. Nesse partido formou-se uma dissidência liderada por um grupo de tendências socializantes, a chamada Esquerda Democrática, que defendia o aprofundamento das conquistas sociais do governo de Vargas. Velasco foi um dos articuladores desse grupo, ao lado de João Mangabeira. A Esquerda Democrática deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Velasco foi eleito deputado constituinte em dezembro de 1945, e como a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso ordinário, Velasco teve seu mandato estendido até janeiro de 1951. Nas eleições de outubro de 1950, Velasco foi eleito senador de Goiás pelo PSB” (Ramos, 1996:89).

¹⁸ Nasceu no Rio de Janeiro em 1909 e faleceu na mesma cidade em 1993. Seu pai, João Mangabeira, “foi deputado federal pela Bahia em diversas legislaturas, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947, e ocupou as pastas das Minas e Energia (1962) e da Justiça (1962-1963) durante o governo de João Goulart. Seu tio, Otávio Mangabeira, foi eleito também deputado federal pela Bahia várias vezes, chefiou o Ministério das Relações Exteriores entre 1926 e 1930, participou da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 e governou a Bahia de 1947 a 1951. O nome Mangabeira, árvore típica do sertão nordestino, foi adotado pelo bisavô de Francisco na época da independência do Brasil, em substituição ao nome Faria, original de sua família” (“Francisco Mangabeira”, DHBB/CPDOC). Antes mesmo de entrar na Faculdade de Direito, envolveu-se com Juventude Comunista, passando então a se interessar pelos problemas de ordem nacional. Durante a faculdade, afasta-se dos comunistas, mas manteve posições “esquerdistas e antiimperialistas”. Formou-se em 1932 e começou a trabalhar como advogado da Caixa Econômica Federal. Em 1934, foi um dos organizadores da Aliança Nacional Libertadora. Em 1945, defendeu tese de na Universidade do Brasil, tornando-se doutor em direito. “Em 1947, Francisco Mangabeira considerou prematura a formação do PSB, que contou com a adesão de seu pai, por considerar que, no lugar de um partido, cabia a organização de uma ‘frente popular’. A partir de novembro desse ano, tornou-se por concurso livre-docente de direito internacional público da Universidade do Brasil, permanecendo sem filiação partidária até 1950, quando aderiu ao PSB durante a campanha de seu pai para a presidência da República. Nesse período, foi um dos fundadores e delegado-geral da Juventude Operária Católica (JOC), segmento da Ação Católica Brasileira, trabalhando em contato direto com dom José Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em abril de 1953, prestou com

de tiragem diária, e com oito páginas. Segundo Ramos, o jornal concedia espaço aos textos dos membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), desdobramento da Esquerda Democrática, que por sua vez era uma dissidência da União Democrática Nacional (UDN). Vale lembrar que Velasco, junto com Francisco Mangabeira, foi um dos articuladores da Esquerda. Uma das questões principais de Velasco, que se evidenciava nas páginas de seu jornal, era a de

“demonstrar que se planejava um golpe militar reacionário contra Vargas, que, naquele momento, ao contrário de 1937, representava a defesa da legalidade democrática. A idéia era muito difícil de se aceitar. O antecedentes do ex-ditador não o qualificavam para uma reconciliação plena com a prática do regime representativo. Desse ponto de vista partilhavam Osório Borba, Rubem Braga, Joel Silveira e Alípio Corrêa Neto, muito mais próximos da UDN do que da doutrina socialista” (Ramos, 1996:91).

De fato, nos exemplares de *Comício* é possível acompanhar essa reticência quanto aos “pendões” democráticos de Vargas. Tal discordância, entretanto, não foi impedimento para que o jornal de Velasco ocupasse constantemente um dos espaços de anúncio no jornal de Braga e Silveira, como se verá posteriormente.

Já em seu começo *O Popular* se preocupou em elencar as promessas eleitorais de Vargas que não estariam sendo cumpridas, entre elas tanto as que se referiam a questões que diziam respeito à pauta nacionalista quanto as de caráter mais cotidiano, como é o caso do estabelecimento do preço da carne e o reajuste do salário mínimo. A crítica ao governo se torna patente na entrevista de João Mangabeira, então presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, que, intitulado “Governo sem convicção”, evidenciava os paradoxos de um governo que era formado tanto por uma figura como o general Estillac Leal quanto por Horácio Lafer e João Cleofas¹⁹.

êxito novo concurso de livre-docência para a cadeira de economia política da Universidade do Brasil. Em 17 de janeiro de 1962, Francisco Mangabeira foi nomeado pelo presidente João Goulart para dirigir a Petrobras” (“Francisco Mangabeira”, DHBB/CPDOC). Em 1974, durante a ditadura militar, teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado pelo Ato Institucional nº1. Foi anistiado em 1979.

¹⁹ Lafer foi um empresário paulista, eleito deputado em 1945 pelo Partido Social Democrático (PSD) e nomeado ministro da Fazenda nos primeiros anos do segundo governo Vargas. “Em sua gestão, defendeu uma política econômica favorável à intervenção do Estado nos setores em que a iniciativa privada se mostrasse desinteressada; ao mesmo tempo, procurou atrair investimentos estrangeiros para os projetos básicos de desenvolvimento. Juntamente com o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, sustentou que o Brasil deveria tirar proveito do envolvimento dos Estados Unidos na guerra da Coreia, e exigir em troca do apoio político, e eventualmente militar, brasileiro aos EUA a construção de fábricas de material bélico no país, bem como a concessão de créditos bancários a médio e longo prazos para um programa de industrialização e obras públicas” (Ramos, 1996:92). Já Cleofas era dono de uma usina de açúcar no estado de Pernambuco. Esteve envolvido na criação da UDN em 1945, e foi eleito

O Popular, ao mesmo tempo em que não poupava críticas à “Cruzada Democrática”, que, ao convocar uma reunião para pensar em uma reformulação da *Revista do Clube Militar*, já foi taxada de estar preparando um golpe militar para derrubar Vargas, também não apoiava os ministros de tal governo, a exceção sendo Estillac:

“a política sindical, à frente da qual se achava o ministro Danton Coelho, era severamente combatida; o ministro da Marinha, Renato Guillobel, foi várias vezes alvo de denúncias de aplicações ilícitas de recursos em sua pasta; e o chanceler João Neves era tratado com um desprezo que, por extensão, atingia também João Cleofas e Horácio Lafer” (Ramos, 1996:94).

A pauta que dominava *O Popular* era de que não apenas um golpe militar estaria sendo gestado para interromper o governo, mas também que Estillac tinha papel central no sentido de desestímulo a tal empreitada. Em uma das edições, o jornal de Velasco e Mangabeira sentenciava:

“A substituição do general Estillac Leal seria a primeira etapa [para o golpe]. Empolgado pelos conspiradores, o Ministério da Guerra e os comandos-chaves, o sr. Getúlio Vargas seria forçado a escolher uma dessas soluções: ou se submeteria a um plano de governo ultra-reacionário, como imaginavam o sr. Assis Chateaubriand e outros jornalistas do mesmo padrão, ou seria imediatamente deposto para a formação de uma ditadura militar do tipo das que foram impostas à Colômbia e à Venezuela” (*apud* Ramos, 1996:95-96).

A partir de outubro de 1951, *O Popular* passa a estampar cada vez mais a palavra *nacionalismo*, o que, segundo Ramos, não significou um declínio em sua defesa do regime democrático. O ano de 1953,

“notadamente em seu segundo semestre, é marcado por uma série de fatos e episódios que dão indícios muito transparentes de que a derrubada de Vargas vinha sendo articulada, com impressionante desembaraço, nos estabelecimentos militares e nas cidadelas da UDN, inflamados pelos artigos e pregações de Carlos Lacerda. A matriz local do movimento contra Vargas era a Escola Superior de Guerra, onde se agrupavam os coronéis que fracassaram em 1954, mas que, já ungidos pelos bordados do generalato, vieram a triunfar 10 anos mais tarde” (Ramos, 1996:101).

deputado constituinte. É convidado por Vargas para ocupar o cargo de ministro da Agricultura, ato que foi considerado como uma tentativa, por parte do presidente, de se aproximar da oposição.

O posicionamento do jornal se torna claro em seu pronunciamento a respeito do suicídio de Vargas:

“A proclamação que escreveu, antes de ir para a eternidade, é um documento que ficará para sempre em nossa História. Quem vai morrer não tem mais necessidade de iludir a ninguém. Quem espera o julgamento final quer o coração limpo. O sr. Getúlio Vargas lega ao povo a bandeira nacionalista que, por várias vezes, empunhou com galhardia. E deixa também o ferrete indelével no rosto dos que vendem o Brasil. (...) Este jornal nunca foi getulista, enquanto viveu e foi poderoso o sr. Getúlio Vargas. Hoje, ele o é, pelo pensamento nacionalista que nos deixa e que sempre foi nossa bandeira de luta” (*apud* Ramos, 1996:111).

O jornal passa a desenvolver uma veemente campanha contra o governo de Café Filho que estaria, segundo *O Popular*, entregando o petróleo nacional ao capital estrangeiro, exemplificado pela *Standard Oil*.

Ramos afirma que *O Popular* não tinha grande recepção, sendo que os seus prováveis leitores acompanhavam a *Última Hora*, uma vez que esta apresentava não apenas uma maior qualidade gráfica, mas também tinha uma equipe de jornalistas qualificada (e com os maiores salários) e cobria uma vasta gama de assuntos. Para o autor, frente ao fato de que tanto Velasco quanto Mangabeira nunca exerceram profissionalmente o jornalismo, *O Popular* teria sido forjado “para um momento de transição política – crivada de incertezas, de crises e de insatisfações – e que procurou, dentro de suas limitações, cumprir sua missão de formar e informar a opinião pública, enriquecer o debate e fortalecer a corrente nacionalista” (Ramos, 1996:113).

Como já dito, *O Emancipação* era um órgão oficialmente vinculado ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, bem como à Liga de Emancipação Nacional²⁰. De circulação semanal, surgiu em 2 de fevereiro de 1949 e visava espalhar a luta nacionalista para setores que ainda não haviam tido contato com ela. Enquanto a pauta nacionalista comumente dava destaque à questão do petróleo em detrimento das demais, *O Emancipação* tinha como objetivo tratar todas com o mesmo realce. Assim, além do petróleo, tinha espaço o problema da internacionalização da Amazônia, o do controle da exportação de minérios de caráter estratégicos, o das concessões irrestritas para a exploração de ferro, o do controle das fontes de energia elétrica por empresas

²⁰ A Liga, iniciativa do próprio CEDP, surgiu em 5 de abril de 1954, fundada no Rio de Janeiro e tendo caráter de sociedade civil. Sua finalidade era a de “defender as liberdades democráticas e lutar pelo desenvolvimento e independência econômica do país” (Ramos, 1996:114). Seu objetivo era, portanto, o de coordenar as lutas nacionalistas. Foi fechada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1956.

estrangeiras. Esta última se tornou mais premente após as crises de abastecimento que atingiu as grandes cidades.

Com o distanciamento do CEDP do *Jornal de Debates*, aquele passou a ter um novo espaço de veiculação de suas posições em *O Emancipação*, tendo este uma linha editorial mais fechada e consonante com os diretores do jornal. Tal programa tão fechado resultou em um corpo de colaboradores em que os profissionais da imprensa se constituíam como minoria. Como evidencia Maria Tibiriçá Miranda em *O petróleo é nosso*, “de fevereiro de 1949 a dezembro de 1956, desinteressadamente, economistas, técnicos, membros do Centro do Petróleo e personalidades ligadas à vida pública do país constituíam uma equipe de colaboradores, permanentes ou não” (Miranda *apud* Ramos, 1996:115). A direção do jornal bem como a de redator chefe era composta de militares. Os primeiros eram os coronéis Artur Carnaúba, Hildebrando Pelágio e Felicíssimo Cardoso e o segundo o capitão Joaquim Pessoa de Andrade.

Em 1950, o jornal criticava sistematicamente o governo Dutra e suas medidas, tais como o Estatuto do Petróleo, Lei de Segurança Nacional, Instituto Internacional da Hiléia, a violência da Polícia Especial. Na eleição para presidente em 1950, não apoiaram nenhum dos candidatos, ou seja, nem Vargas (PTB), nem Eduardo Gomes (UDN) ou Cristiano Machado (PSD). Com Vargas já eleito, o jornal passa a se posicionar contra as medidas do governo, tais como a mensagem nº 1.516 do presidente ao Congresso na qual se mostrava a favor de uma empresa de economia mista como solução para a questão do petróleo nacional, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e a prisão de militares envolvidos na campanha pela reeleição de Estillac e Horta para a direção do Clube Militar. Em julho de 1952, *O Emancipação* passa a fazer propaganda da III Convenção Nacional do Petróleo, a ser realizada no mês seguinte. Ainda em julho, Dean Acheson, secretário de Estado do governo de Truman,

“que vinha para discutir a colaboração militar brasileira na guerra da Coréia, tendo também o propósito de abrandar a posição das autoridades brasileiras e possibilitar a retirada dos dispositivos monopolistas introduzidos no projeto da Petrobrás. Quando Dean Acheson estava para chegar, a Liga da Emancipação Nacional já havia escolhido a data do mês de agosto para a realização do III Congresso do Petróleo. Foi quando o coronel Francisco Rosas, diretor do Departamento de Ordem Política e Social, pediu ao governo a suspensão do Congresso e de qualquer espécie de publicidade a seu respeito, para evitar constrangimento ao ‘ilustre visitante’. A reação foi vigorosa e repercutiu em todos os níveis da representação nacional, especialmente no Congresso, onde o líder do governo, deputado Gustavo Capanema, com todos os prodígios de sua

eloquência parlamentar, tentava provar que o presidente da República nada tinha a ver com aquele disparate cometido por um subalterno leviano e irresponsável – o que, embora fosse verdade, não modificava a posição do *Emancipação*, para o qual Getúlio Vargas não devia ser isentado dos erros cometidos por pessoas ligadas a seu governo” (Ramos, 1996:117).

Como se verá, esse acontecimento também ganhará destaque nas páginas de *Comício*, sendo inclusive matéria de uma crônica de Braga.

O Semanário, segundo Ramos, surgiu em um contexto mais favorável que o dos outros periódicos nacionalistas que o antecederam. Foi fundado por Joel Silveira e Osvaldo Costa, começando a circular em abril de 1956, saindo todas as quintas-feiras. Tratava-se de um período de “anos dourados” da democracia no qual esta “favorecia, sem o susto dos tremores e estremecimentos, a plácida coexistência dos contrários” (Ramos, 1996:124). Por isso, não apenas os idealizados do jornal, mas também os nacionalistas de maneira mais geral, tinham certa dificuldade em criticar as ações do governo de Juscelino Kubitschek em prol do capital estrangeiro, principalmente quando estas não resultavam em prejuízos em relação ao funcionamento e à estabilidade organizações estatais já existentes. “Havia um prudente temor de que críticas mais duras pudessem concorrer para desestabilizar o governo: o episódio de 24 de agosto, mesmo que sem suicídio, não podia se repetir” (Ramos, 1996:124).

Como Ramos aponta, tanto *O Popular* de Domingos Velasco e Francisco Mangabeira quanto *O Semanário* de Osvaldo Costa e Joel Silveira realizavam uma imbricação entre a política nacionalista e o respaldo militar. Os primeiros em sua relação com Estillac Leal e, os segundos, com o marechal Lott, “que se tornou um líder nacionalista após o movimento de 11 de novembro de 1955, por ele chefiado, e que garantiu as investidas de Juscelino e João Goulart” (Ramos, 1996:125). A questão do significado de tal associação é aventada por Ramos:

“Nos dois casos, tais posições valiam pelo reconhecimento de que o nacionalismo brasileiro associava-se à segurança da legalidade democrática, que por sua vez dependia forçosamente, em última análise, da coesão de um dispositivo militar solidário com as postulações do programa nacionalista” (Ramos, 1996:125).

Os dois jornais se diferenciavam, no entanto, em sua postura frente ao comunismo. Enquanto *O Popular* preocupava-se em evidenciar as diferenciações entre nacionalismo e comunismo, *O Semanário* não fazia disso um ponto de discussão. A

preocupação de Costa era de que as contribuições recebidas estivessem alinhadas com as suas convicções nacionalistas. Assim, não aceitava nenhum texto que criticasse o comunismo e sustentava que o objetivo de seu jornal era o de alardear o nacionalismo e de criticar sistematicamente os que estavam contra. Para entender tal posição, é necessário explicitar a definição específica de nacionalismo de Costa. Este não o via como uma ideologia, e sim como “uma conjunção de forças heterogêneas, reunidas em torno de um ponto de vista comum, que se traduzia na conquista da independência econômica do país e na manutenção límpida das instituições democrática, das quais o voto popular constituía o único sustentáculo legítimo” (Ramos, 1996:127).

A maior diferença de *O Semanário* em relação às outras publicações nacionalistas residia em sua grande participação para a divulgação dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito no período do governo JK. Não apenas esteve envolvido com a instauração de inúmeras CPIs, mas também cobriu aquelas em que não esteve, concedendo total apoio. Uma vez que a maioria das CPIs dizia respeito à intromissão de empresas estrangeiras, notadamente norte-americanas, na economia do país, a imprensa conservadora não apenas se colocava contra tais CPIs, alegando defender o livre mercado, mas também criticava os deputados envolvidos, a maioria deles vinculado à Frente Parlamentar Nacionalista²¹.

De maneira geral, vale notar que enquanto as alterações na grande imprensa da década de 1950 caminhavam no sentido de torná-la mais próxima dos moldes norte-americanos de suposto privilegiamento da informação em detrimento da opinião, a imprensa de cunho nacionalista, em certa medida, se constituiu como um influxo contrário a tal movimento, ao fazer da opinião o cerne de suas páginas, sem uma perspectiva empresarial de gerência. “Esse tipo de jornalismo, ideológico, panfletário, partidário, engajado, foi perdendo espaço e desapareceu ao longo da década de 60” (Ramos, 1996:139). Os jornais nacionalistas tinham como objetivo

“a veiculação e a propaganda de idéias, e mais especificamente dedicados à divulgação do debate então corrente sobre as diversas propostas para o desenvolvimento econômico do país no pós-guerra. Essa imprensa desempenhou a função de divulgadora das teses nacionalistas e antinacionalistas, na medida em que expôs o debate que envolvia diversos

²¹ Anunciada em plenário da Câmara em 1955 pelo deputado Abguar Bastos (PTB-SP), a Frente Parlamentar Nacionalista visava a “aglutinação, em torno de seu projeto político, de deputados de vários partidos, mobilizados para a defesa da indústria nacional, já preconizada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que fora criado no governo Café Filho, quando era ministro da Educação o professor Cândido Mota Filho” (Ramos, 1996:128).

interesses que se manifestavam na sociedade, inclusive o debate dentro do Clube Militar, que através de sua revista permite acompanhar os diferentes posicionamentos da alta hierarquia militar. Ao mesmo tempo, pela leitura desses jornais é possível conhecer as divergências que dividiam os grupos nacionalistas e identificar as aproximações e distanciamentos que existiam entre eles e os comunistas” (Ramos, 1996:138).

O aparecimento de jornais nacionalistas está intimamente atrelado à questão de que a grande imprensa (a presente em São Paulo e no Rio de Janeiro) não concedia espaço a tais discussões, já que esta apostava nos capitais estrangeiros para o desenvolvimento da economia brasileira. Assim, para conseguir veicular suas idéias, os nacionalistas produziram seus próprios jornais, “em geral tablóides semanais que não apresentavam uma grande variedade de assuntos, não havendo seções dedicadas aos esportes, aos acontecimentos políticos, sociais, culturais etc” (Ramos, 1996:138).

Pode-se aventar que *Comício* integra o rol de periódicos de expressão nacionalista – vale lembrar, como dito acima, que tanto Rafael Corrêa de Oliveira quanto Joel Silveira, diretores junto com Rubem Braga, estiveram envolvidos em outros jornais dessa linha, respectivamente o *Jornal de Debates* e *O Semanário*. *Comício* também não possuía gerência empresarial e tinha como cerne, assim como os jornais nacionalistas, o debate de idéias que eram entendidas, por seus idealizadores, como caras ao Brasil naquele período. Como veremos, embora as preocupações se assemelhem com as da imprensa nacionalista, o conteúdo do semanário *Comício* é mais vasto, pois retrata os tópicos que, como esclarece Ramos, estariam ausentes em tais tipos de publicações, como o esporte e a cultura.

No próximo capítulo, busco explicitar como *Comício* se insere em tal panorama, deslindando não apenas os intelectuais envolvidos, o tipo específico de colaboração de cada um e a recepção do semanário, mas também o seu posicionamento geral em relação ao contexto de sua época, questão que será aprofundada na Parte II.

Capítulo II: Os intelectuais do *Comício*: cidade, política e literatura em um semanário independente

Neste capítulo pretendo tanto apresentar o surgimento e os motivos que levaram ao fechamento de *Comício* quanto me deter sobre o semanário em si, discorrendo sobre seus fundadores e colaboradores, sua estrutura básica (número de páginas, seções, propaganda e formas de sustento do periódico), seu funcionamento (vendas, assinaturas), seus intuitos, linha editorial, diretrizes, etc. Também apresentarei o formato da revista, o conteúdo de suas seções, diagramação, tipos de anúncios e recepção.

O início e o fim de um semanário independente

Com a qualificação de “semanário independente” em sua capa e a direção de Joel Silveira²², Rafael Corrêa de Oliveira²³ e Rubem Braga²⁴, *Comício* aparece em 15 de

²² Nasceu em 1918 em Aracaju (SE) e em 1937 se mudou para o Rio de Janeiro. Tornou-se amigo de intelectuais como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga, tendo conhecido o último quando ambos trabalhavam como correspondentes na Segunda Guerra Mundial. Além da guerra, cobriu inúmeros fatos relevantes da história nacional e mundial, ganhando notoriedade como escritor e jornalista. Sua carreira passou a ser conhecida a partir de seu trabalho na revista *Diretrizes*, de Samuel Wainer. Posteriormente, passou por várias redações de jornal, incluindo as dos *Diários Associados*. Faleceu no Rio de Janeiro em 2007.

²³ Nasceu em 1896 em Goiana (PE). Foi jornalista, professor e advogado. Durante o Estado Novo, trabalhou na Seção de Estudos Econômicos, vinculada ao gabinete do ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa (1934-1945). No ano de 1940, passa a trabalhar na Delegacia do Tesouro Nacional em Nova Iorque, demitindo-se em 1944. Volta ao Brasil e, embora amigo de Vargas, passa a articular oposição a seu regime, sendo preso em dezembro de 1944. No ano seguinte, apóia a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. No período, além do *Jornal de Debates*, trabalhou no *Diário de Notícias* e em *O Estado de S. Paulo*. No ano de 1948 começa a participar da comissão diretora do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Elege-se, em outubro de 1954, deputado federal pela Paraíba pela União Democrática Nacional (UDN). Faleceu em 1958, no Rio de Janeiro (cf. “Rafael Corrêa de Oliveira”, DHBB/CPDOC).

²⁴ Nasce em Cachoeiro de Itapemirim (ES) em 1913 e falece no Rio de Janeiro (RJ) em 1990. Publica seus primeiros escritos na adolescência, no jornal cachoeirense *Correio do Sul*, fundado por um de seus irmãos. Começa o curso de Direito no Rio de Janeiro e o conclui em Belo Horizonte em 1932, onde passa a colaborar para o *Diário da Tarde*. Inicia-se então uma profícua carreira como cronista, que se estende até a sua morte, quando trabalhava para *O Estado de São Paulo*. O autor trabalha em inúmeras cidades, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Atua como enviado especial em Paris no ano de 1947 pelo jornal *O Globo*, e em 1950 pelo *Correio da Manhã*. Como correspondente do *Correio da Manhã* e d’ *O Estado de São Paulo*, cobre em 1946, a primeira eleição de Perón na Argentina. Também acompanha, em 1956, a eleição Eisenhower para presidente dos Estados Unidos, dessa vez como enviado do jornal *Diário de Notícias* e da revista *Manchete*. Faz a cobertura da Revolução de 1932 pelos *Diários Associados* e da Segunda Guerra Mundial como correspondente do *Diário Carioca*. Em 1955, é nomeado, por Café Filho, chefe do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Chile e, em 1961, é designado como embaixador do Brasil no Marrocos por Jânio Quadros. Braga também realiza incursões no mundo editorial: em 1960, funda, juntamente com Fernando Sabino e Walter Acosta, a *Editora do Autor* e, sete anos depois, cria, novamente com Sabino, a editora *Sabiá* (cf. Franchetti & Pecora, 1980). Seu primeiro livro, *O conde e o passarinho*, é publicado em 1936.

maio de 1952 e circula até 17 de outubro do mesmo ano, computando um total 23 edições com 32 páginas cada. Quando foi lançado, seus idealizadores já possuíam notoriedade: Braga e Silveira já eram escritores e jornalistas bastante conhecidos, principalmente após a participação deles como correspondentes de guerra na Segunda Guerra Mundial, sendo que ambos já haviam passado por inúmeras redações de jornal. Já Oliveira, além de intensa atividade jornalística (ocupou inclusive o cargo de diretor do *O Estado de São Paulo* no Rio de Janeiro), envolveu-se política e publicamente com o cenário nacional, sendo “um dos signatários do Manifesto dos jornalistas exigindo a redemocratização do país e apoiando a candidatura do brigadeiro [Eduardo Gomes]” (“Rafael Corrêa de Oliveira”, DHBB/CPDOC). Como dito anteriormente, participou ativamente do *Jornal de Debates* e em 1948 passou a integrar a comissão diretora do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), e, no ano seguinte, passa a ocupar o cargo de vice-presidente do CEDPEN. Oliveira não apenas apoiou a candidatura de Eduardo Gomes como foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), assumindo o mandato na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1955.

Já no Editorial do primeiro número, seus diretores esclarecem as diretrizes que norteariam o semanário:

“O DICIONÁRIO define: COMICIO, s.m. Reunião de cidadãos com o fim de tratar de assuntos de interesse público.

Os cidadãos que se reuniram para fazer este semanário acreditam que os interesses públicos no Brasil, não estão defendidos de maneira tão rigorosa e completa que seja dispensável o concurso de mais alguns homens de boa-vontade e razoável traquejo” (*Comício*, n.1, p.3)²⁵.

Em 1944 é lançado *O morro do isolamento* e, no ano seguinte, *Com a FEB na Itália*. Em 1948 aparece *Um pé de milho* e, em 1949, *O homem rouco*. O *50 crônicas escolhidas* sai em 1951 e *A borboleta amarela* em 1955. *A cidade e a roça* aparece em 1957 e, no ano seguinte, *100 crônicas escolhidas*. Em 1960, é publicado *Ai de ti, Copacabana!* e, sete anos depois, *A traição das elegantes*. Na década seguinte, Braga passa a dedicar-se mais à produção jornalística, escrevendo reportagens acerca de assuntos políticos, econômicos e culturais, viajando para inúmeros países, como Argentina, Paraguai, Portugal, França, Inglaterra e Índia (cf. Patrini, 1991). Essa diminuição da publicação de suas crônicas nos jornais até levou Arrigucci Jr. (1979) a indagar “onde estará o velho Braga”. Em 1977 passa a trabalhar para a emissora Rede Globo, rareando ainda mais a produção de crônicas. *200 crônicas escolhidas* sai em 1977. Em 1980, Braga lança seu único livro de poesia, chamado *Livro de versos*. O *Recado de Primavera* e o *Crônicas do Espírito Santo* aparecem ambos em 1984. No ano seguinte, Arrigucci Jr. seleciona crônicas de Braga cuja estrutura formal assemelha-se a contos e organiza a publicação de *Os melhores contos de Rubem Braga*. *As boas coisas da vida* (lançado em 1988) e *Um cartão de Paris* (obra póstuma, de 1992, cuja seleção é efetuada por Domício Proença Filho) reúnem seus últimos escritos. Em 1994 aparece outro livro póstumo – *Uma fada no front – Rubem Braga em 39* - no qual Carlos Reverbél organiza as crônicas que Braga escreveu em 1939, quando trabalhou em Porto Alegre.

²⁵ Nas citações de textos do semanário mantive a grafia utilizada devido ao ineditismo do material.

Uma vez que os interesses públicos não estão tão bem defendidos ao ponto de se excluir a consecução de tal publicação, os diretores assinalam os objetivos que se dispuseram a realizar com o intuito de alterar tal quadro: “Não pretendemos salvar o país uma vez por semana; mas nos juntamos aqui para discutir à vontade entre nós mesmos e com o público, a marcha dramática e pitoresca das coisas desta nação e, um pouco, também das outras” (*Comício*, n.1, p.3). No editorial os diretores fazem questão de frisar o caráter apartidário do semanário – algo que também será lembrado várias vezes nos outros números – e de como os partidos estariam “enfarinhados” em uma “febre de personalismos”. O objetivo explícito é o de apreender “o que”, “quem”, “quando” e “como” representaria “os interesses mais legítimos da massa de nosso povo”²⁶:

“Não temos, como logo se verá, compromisso com nenhum partido do governo ou da oposição. Eles andam, de resto, enfarinhados por uma febre de personalismos que, apresentando graves inconvenientes e algumas vantagens para a nossa democracia, parece ser de tudo, a fatalidade dêste momento histórico. Através da confusão dêsse jogo de interesses e vaidades – e procurando, na medida das possibilidades humanas, ficar fora dêle, sem, para isso, ir residir na Lua – tentaremos discernir o que, e quem e quando e como representa os interesses mais legítimos da massa de nosso povo” (*Comício*, n.1, p.3).

Por fim, os diretores também registram o intuito de desenvolver um “interesse jornalístico de ordem geral” que fosse capaz de manter um público “de gosto variado”, o que evidencia uma diferenciação em relação aos outros periódicos de cunho nacionalista, cuja temática, como vimos, é mais restrita:

“Além disso, o que nos cabe dizer é que procuramos dar o COMÍCIO u minterêsse [sic] jornalístico de ordem geral capaz de atrair leitores de gosto variado.

Estas são as nossas intenções: o COMÍCIO que delas vai resultar é, até certo ponto, um mistério tão grande para nós mesmos como para o leitor.

Até a semana que vem.

A DIREÇÃO” (*Comício*, n.1, p.3).

Segundo o biógrafo de Rubem Braga, Marco Antonio de Carvalho,

²⁶ Retratar o cotidiano e a situação na qual viveria o povo parece ter sido uma das grandes preocupações do semanário, tendo em vista o grande número de reportagens sobre o assunto. Essa questão será objeto de análise no capítulo IV.

“Pobre, feio, descontraído e desabusado, *Comício* reuniria quase todos os homens de imprensa antigetulista do início dos anos 1950. Antônio Maria²⁷ e Sérgio Porto²⁸ tornaram-se conhecidos através de suas páginas, naquela que foi a redação mais alegre do jornalismo carioca, onde só um momento era sagrado: a hora de fechar o expediente e abrir a garrafa de Haig’s, prática que tinha sido iniciada no lançamento da revista, quando o empresário Juca Chaves enviou uma caixa de garrafas de uísque.

O time era uma poderosa seleção carioca: além de Braga, Joel, Maria e Pôrto, a equipe reunia Newton Carlos²⁹, Otto Lara Resende³⁰, Fernando Sabino³¹, Eneida³², Cláudio Abramo³³, Lúcio Rangel³⁴, Sábato Magaldi³⁵,

²⁷ Nasceu em Recife em 1921 e faleceu no Rio de Janeiro em 1964. Aos 17 anos, começou a trabalhar como apresentador de programas musicais na Rádio Clube Pernambuco. Em 1940, vem para o Rio de Janeiro para trabalhar como locutor na Rádio Ipanema. Dez meses depois, ter passado dificuldades financeiras e ter sido preso, retorna ao Recife e, em 1944, se casa. Muda-se para Fortaleza e trabalha na Rádio Clube do Ceará. Um ano depois, muda-se para a Bahia, com o cargo de diretor das Emissoras Associadas, e conhece Di Cavalcanti, Dorival Caymmi e Jorge Amado. Volta ao Rio de Janeiro em 1947, trabalhando como diretor artístico da Rádio Tupi. É chamado por Assis Chateaubriand para ser o primeiro diretor de produção da TV Tupi, que havia sido inaugurada em 20 de janeiro de 1951. No final do ano de 1952, é contratado pela rádio Mayrink Veiga por 50 mil cruzeiros, o que significava o mais alto salário do rádio no país. Escreveu crônicas diárias durante 15 anos. Em 1957, junto com Ary Barroso, manteve na TV Rio o programa “Rio, Eu Gosto de Você”, que fez muito sucesso. Até 1955, assinava em *O Jornal* as colunas “A noite é grande” e “O Jornal de Antônio Maria”. Em 1959, assinava em *O Globo* a coluna “Mesa de Pista”. Passa a trabalhar para o jornal *Última Hora*, assinando as colunas “O Jornal de Antônio Maria” e “Romance Policial de Copacabana”. Maria também compôs *jingles* e músicas que fizeram grande sucesso nas rádios brasileiras, como *Menino Grande* e *Ninguém me ama*.

²⁸ Muito conhecido por seu pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, nasceu em 1923 no Rio de Janeiro. Já na década de 1940, começou a trabalhar na imprensa, tendo passado pelas redações das revistas *Sombra e Manchete* e dos jornais *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora* e *Diário Carioca*. Além de escritor e jornalista, também foi radialista e compositor. Faleceu em 1968. No ano seguinte, foi homenageado pelos fundadores da revista *Pasquim*, que buscavam inspiração em seu humor e irreverência.

²⁹ Nasceu em 1927 em Macaé, estado do Rio de Janeiro. Veio para a capital estudar contabilidade, mas desistiu do curso e se tornou autodidata. Começou a escrever no *Correio da Manhã* em 1940. Em seguida, conhece Carlos Lacerda e passa a trabalhar para o *Tribuna da Imprensa*, iniciando sua carreira de repórter. Aceitou o convite do governo espanhol para trabalhar em Bruxelas na Organização Internacional dos Sindicatos Livres, ficando na Europa por dois anos, iniciando sua carreira de repórter internacional. Volta ao Brasil e trabalha como chefe de reportagem de *Manchete*. Em 1960 passa a trabalhar como editor internacional do *Jornal do Brasil*, criando a editoria política do veículo. Trabalha por 25 para a *Folha de São Paulo*, escrevendo crônicas políticas. Trabalhou para emissoras de TV, como a *Globo* e a *Bandeirantes*.

³⁰ Nasceu em 1922 em São João Del Rey (MG). Jovem, se torna amigo inseparável de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. Em 1945, já formado em Direito, muda-se para o Rio de Janeiro. Não seguiu a carreira jurídica, tendo exercido, além da profissão de jornalista e de escritor, a de professor de ginásio e de adido cultural em Lisboa (1967-1969) e Bruxelas (1959-1960). Otto Lara Resende passou por várias redações de jornais durante sua carreira, tais como: *O Diário e Folha de Minas*, em Minas, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, dentre outros, no Rio de Janeiro, e, ao final de sua vida, na década de 1990, na *Folha de São Paulo*. Além disso, foi diretor do *Jornal do Brasil* (1969-1974), da revista *Manchete* (1957-1960) e da Rede Globo (1974-1984). Faleceu em 1992, no Rio de Janeiro.

³¹ Nasceu em 1923 em Belo Horizonte (MG). Desde jovem, torna-se amigo de Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino. Inicia a Faculdade de Direito em 1941, mesmo ano em que publica seu primeiro livro, *Os grilos não cantam mais*. Mário de Andrade lhe envia uma carta elogiosa e, a partir de então, trocam cartas até a morte deste. Em 1944 muda-se para o Rio de Janeiro. Em 1946, muda-se para Nova Iorque e manda sua colaboração ao jornal *Diário Carioca*, além de trabalhar como assistente no Consulado Geral do Brasil. Trabalha em inúmeros jornais e revistas, tais como *Jornal do Brasil* e *Manchete*. Nos anos 1960, funda, com Rubem Braga, duas editoras: A Editora do Autor e a Sabiá. Funda, ainda, a Bem-te-vi Filmes. Publicou, durante sua vida, vários livros de crônicas. Faleceu em 2004 no Rio de Janeiro.

Hélio Fernandes³⁶, Edmar Morel³⁷, Paulo Mendes Campos³⁸, Carlos Castello Branco³⁹ e uma certa Teresa Quadros, encarregada da seção 'Entre

³² Nasceu em Belém em 1903 e faleceu no Rio de Janeiro em 1971. Ingressa na Faculdade de Odontologia de Belém e frequenta os círculos literários da cidade, já publicando suas primeiras crônicas e poesias. Colabora na revista *Para Todos*, de Álvaro Moreira, que conheceu quando viajou ao Rio de Janeiro. Separa-se do marido e transfere-se em 1930 para a capital do país, aproximando-se do grupo de escritores e intelectuais formados por Murilo Mendes, Cícero Dias, Sérgio Buarque de Holanda, Raquel de Queiroz, Aníbal Machado e Manuel Bandeira. Em 1932 muda-se para São Paulo e desenvolve intensa atividade política junto ao Partido Comunista Brasileiro. No mesmo ano, é presa e passa quatro meses na prisão. Já de volta ao Rio de Janeiro, em 1935 participa da União Feminina do Brasil (UFB), pertencente à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi presa inúmeras vezes pelo Estado Novo (1937-1945), tendo trabalhado como operária, tradutora e redatora de artigos políticos. Em 1949 viaja para Paris, estuda literatura e trabalha para o *Diário Carioca*. Trava relações com Jean Cocteau, Paul Eluard, Louis Aragon e Pablo Picasso. Volta ao Brasil e passa a trabalhar, em 1951, para o *Diário de Notícias*. A partir de 1953, passa a se dedicar com mais intensidade à sua carreira literária. Em 1959 viaja à União Soviética a convite do Sindicato de Escritores da URSS. Também conhece a China e outros países socialistas.

³³ Nasceu em São Paulo em 1923. Sua família foi reprimida durante o Estado Novo, por manter posições políticas anarquistas e trotskistas. Por conta disso, sua formação escolar foi precária, não conseguindo frequentar a escola com regularidade. O jornalista então assegura que sua formação foi decorrente ao pertencimento de uma família culta, aos livros que leu e à amizades travadas com artistas e intelectuais como Di Cavalcanti, Flávio de Carvalho, Oswald de Andrade, Lívio Xavier e Mário Pedrosa, entre outros. Trabalhou na agência de publicidade Arco, em São Paulo, e posteriormente na agência de notícias Interamericana, coordenada por Arnaldo Pedrosa D'Horta. Em 1945, com 22 anos, foi contratado como datilógrafo no *Jornal de São Paulo*. Posteriormente, torna-se redator da seção internacional do jornal. Torna-se repórter quando obteve do advogado de Luís Carlos Prestes uma entrevista na qual dizia que este, quando saísse da prisão, apoiaria Getúlio Vargas. O *Jornal de São Paulo* entra em falência em 1948 e Abramo é então convidado por Sérgio Milliet, então secretário de *O Estado de São Paulo*, para trabalhar neste jornal. Nesse período, também dirigiu a sucursal da *Tribuna da Imprensa* em São Paulo. Nos anos 1950 e 1951, recebeu uma bolsa de estudos do governo brasileiro e cursou jornalismo na Escola de Estudos Superiores de Paris. Retorna ao Brasil e é convidado por Júlio de Mesquita Filho a assumir a secretaria de *O Estado de São Paulo*. Sai do jornal em 1963 e, em 1967, assume a secretaria geral do jornal *Folha de São Paulo*, tornando-se em 1972 diretor de redação, sendo afastado ainda neste ano. Em 1975 é preso junto com sua segunda mulher, Radha Abramo, acusados de subversão pela ditadura. Volta a trabalhar na *Folha* até 1978. Neste ano, lança o tablóide *Leia Livros* com o apoio de Caio Graco Prado, da Editora Brasiliense. Em 1980, retorna à *Folha de São Paulo*. Falece em 1987 em São Paulo.

³⁴ Nasceu em 1914 no Rio de Janeiro e faleceu em 1979, na mesma cidade. Musicólogo e grande defensor da música popular brasileira, editou, entre 1954 e 1956, a *Revista da Música Popular*, que marcou época e congregou um grande número de intelectuais e estudiosos de música, dentre eles Manuel Bandeira, Sérgio Pôrto, Ary Barroso, Marisa Lira, Almirante, Guerra Peixe, Nestor de Holanda, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Haroldo Barbosa, Jota Efegê. Entre os jornais nos quais colaborou, estão: *A Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário de São Paulo* e *Estado de Minas*. Também manteve seções sobre música em inúmeras publicações, tais como nas revistas *Manchete*, *A Cigarra*, *Senhor* e *Lady*. Em 1965, a pedido do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, vendeu sua discoteca para o Museu de Imagem e Som que seria criado naquele ano. No ano seguinte, foi convidado pelo primeiro presidente do MIS, Ricardo Cravo Albin, a integrar o Conselho Superior de MPB do MIS. Na década de 1980 a FUNARTE cria o Projeto Lúcio Rangel, que premia monografias sobre MPB.

³⁵ Nasceu em Belo Horizonte em 1927. Bacharelou-se em Direito em 1949 pela Universidade de Minas Gerais. Em 1953, com bolsa do governo francês, obteve certificado no curso de Estética na Universidade de Sorbonne. Entre 1950 e 1953, trabalhou como crítico de teatro no jornal *Diário Carioca*. Em 1953 muda-se para São Paulo e é convidado por Alfredo Mesquita para ser professor de História do Teatro na Escola de Arte Dramática. Nessa Escola, formula, em 1962, a matéria de História do Teatro Brasileiro. Ainda em 1953, passa a trabalhar como redator do jornal *O Estado de São Paulo*, tornando-se três anos depois o titular da coluna Teatro do Suplemento Literário desse jornal. Desliga-se do periódico em 1972. Foi redator-chefe e crítico teatral da revista *Teatro Brasileiro* nos anos 1955 e 1956 e ocupou o cargo de crítico teatral do *Jornal da Tarde* de 1966 a 1988. Desde 1970, ocupa o cargo de professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

³⁶ Irmão de Millôr Fernandes, nasceu em 1924 no Rio de Janeiro. Órfão de pai e de mãe, começou a trabalhar desde cedo, primeiro em uma carpintaria e depois em uma fábrica de móveis. Entrou no Colégio Pedro II e o abandonou antes de concluir os estudos para trabalhar como auxiliar de despachante. Depois,

Mulheres', pseudônimo sob o qual se escondia Clarice Lispector⁴⁰. Hilda Weber⁴¹ é a ilustradora. Luís Martins⁴² o representante da revista na sucursal paulistana” (Carvalho, 2007:363).

trabalhou em um navio cargueiro. Em 1945, por meio de Millôr Fernandes, começou a trabalhar na revista *O Cruzeiro*. No ano seguinte, fez a cobertura da Assembléia Nacional Constituinte e se torna amigo de Carlos Lacerda. Ainda em 1946 é promovido a assistente de diretor e, no ano seguinte, tornou-se diretor de redação de *O Cruzeiro*. Em 1948, desentende-se politicamente com Assis Chateaubriand, dono da revista, e sai. Viaja pela Europa e 1949 Horácio de Carvalho Júnior, dono do *Diário Carioca*, o convida para trabalhar em seu jornal. “A aproximação da Copa do Mundo de 1950, que seria disputada no Brasil, criou condições para que adotasse uma política de renovação do noticiário, com a contratação de cronistas como Millôr Fernandes, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. Não sendo comentaristas esportivos especializados, esses jornalistas introduziram uma nova forma de tratar o assunto” (“Hélio Fernandes”, DHBB/CPDOC). Em 1951, o *Diário Carioca* enfrenta crise financeira, e Hélio deixa a redação. No ano seguinte, assume a direção da recém-criada revista *Manchete*. Em 1953, edita o jornal *Tribuna da Imprensa* e em 1954 faz reportagens para a *Revista da Semana*. Em 1955, assume a direção da assessoria de imprensa do então candidato à presidência da República Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, dirige o jornal *A Noite*, propriedade do governo. Em 1958 é convidado por Joel Silveira a trabalhar na revista *Mundo Ilustrado*. Em 1962, assumiu o jornal *Tribuna da Imprensa* e passou a atacar o governo Goulart, inclusive apoiando o golpe militar. Depois, se coloca contra o regime militar e sofre uma série de punições. Na redemocratização, se engaja na campanha de Tancredo Neves.

³⁷ Nasceu em 1912 em Fortaleza. Foi jornalista e escritor. Foi autodidata. Começou a trabalhar desde muito jovem em uma casa comercial. Trabalhou como corretor de anúncios, auxiliar de repórter e de revisor nos periódicos *O Ceará* e *A Rua*. Em 1932, muda-se para o Rio de Janeiro. Passa dificuldades financeiras inicialmente, até ser levado à redação do *Jornal do Brasil* pelo Maurício de Lacerda, pai de Carlos Lacerda. Em 1937, passa a trabalhar em *O Globo*. Trabalhou em *A Tarde*, no *Diário da Noite* e, entre 1938 e 1947, na revista *O Cruzeiro*. Trabalhou no jornal *Última Hora*. No ano de 1968, voltou a trabalhar em *O Cruzeiro*. Faleceu em 1989.

³⁸ Nasceu em 1922 em Belo Horizonte (MG). Iniciou estudos em Odontologia, Veterinária e Direito, não finalizando nenhum dos três. Ainda em Belo Horizonte, torna-se amigo de Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino, João Ettiene Filho e Murilo Rubião e dirige o suplemento literário da *Folha de Minas*. Em 1945 muda-se para o Rio de Janeiro e passa a trabalhar em vários órgãos da imprensa, tais como *O Jornal*, *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*. Além disso, foi um dos três cronistas fixos da *Manchete*. Além de escritor e jornalista, foi tradutor de poesia e prosa em língua inglesa e francesa. Faleceu em 1991 no Rio de Janeiro.

³⁹ Nasceu em 1920 em Teresina (PI). Em 1939 ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte e, em seguida, começou a trabalhar como repórter em *O Estado de Minas*, jornal pertencente à cadeia dos *Diários Associados*. Nessa redação, conhece e fica amigo de Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino, dentre outros intelectuais. Logo após concluir seus estudos, em 1943, desiste da advocacia e passa a se dedicar ao jornalismo. Em 1945, aproxima-se dos integrantes da UDN, especialmente dos políticos de Minas Gerais. No mesmo ano, muda-se para o Rio de Janeiro por conta de um convite de Carlos Lacerda para que integre a redação do *Diário Carioca*. No entanto, não chegou a ser contratado, pois logo Lacerda desliga-se do jornal. Castello Branco acaba na redação de *O Jornal*, principal órgão dos *Diários Associados*. Também trabalhou no *Diário Carioca* (1950) e em *A Noite* (1954). Por muito tempo, perfilou nas páginas da revista *O Cruzeiro*. A partir de 1962, passa a trabalhar exclusivamente para o *Jornal do Brasil*, mantendo sua coluna política intitulada “Coluna do Castello”, que redigiu durante 31 anos. Faleceu em 1993.

⁴⁰ Nasce em 1920 na Ucrânia. Dois anos depois, muda-se, juntamente com sua família, para o Brasil. Passa a infância e juventude em Recife. Em 1935, já órfã de mãe, muda-se com pai e irmã para o Rio de Janeiro. Ingressa, em 1939, na Faculdade Nacional de Direito. No ano seguinte, torna-se redatora da Agência Nacional, iniciando sua carreira de jornalista, paralela à de escritora. No ano de 1942, escreve *Perto do Coração Selvagem*, que é seu primeiro romance. Em 1943 termina o curso e casa-se com um colega de faculdade. No ano seguinte, muda-se com o marido, que era diplomata, para Nápolis, onde conhece Rubem Braga, então correspondente de guerra pelo jornal *Diário Carioca*. Cinco anos depois, morando em Berna, nasce seu primeiro filho. Entre 1951 e 1952, permanece no Rio de Janeiro. Em setembro desse ano, grávida do segundo filho, muda-se para os Estados Unidos com o marido, onde permanece por oito anos. Em 1959, separa-se e retorna para o Brasil. Publica seu primeiro livro de contos, *Laços de Família*, e escreve a coluna “Entre mulheres”, no jornal *Diário da Noite*. Em 1966, dorme com um cigarro aceso, que provocou um incêndio. Sofre várias queimaduras e passa dois meses internada. No

Fernando Sabino, relatando sua experiência em *Comício*, afirma que este era “um tablóide de pobre aparência e rico conteúdo”,

“onde passei a figurar com uma *Aventura do Cotidiano*, semelhante à que escrevera até então para a *Manchete* também desde o primeiro número.

Não era revista, mas também não era um jornal: era um *Semanário Independente*, como se apresentava na capa, em apenas duas cores.

(...) *Comício* não era humorístico, pelo menos na intenção – o que se pode deduzir pela seriedade do título –, mas era alegre, descontraído e desabusado” (Sabino, 1999:126).

Comício, a despeito do posicionamento claramente antigetulista, era rodado nas oficinas do jornal *Última Hora*, que foi uma espécie de porta-voz do governo de Vargas, criado por Samuel Wainer⁴³ em junho de 1951. Como evidencia Angela de

ano seguinte, passa a escrever crônicas para o *Jornal do Brasil*, emprego que mantém por seis anos. Falece em 1977 no Rio de Janeiro.

⁴¹ Nasceu em Waldau, Alemanha, em 1913 e morreu em São Paulo em 1994. Foi chargista, pintora, ceramista, desenhista e ilustradora. Foi casada com o jornalista Cláudio Abramo. Em 1933, forma-se na Escola de Artes Gráficas de Hamburgo. No ano seguinte, vem ao Brasil para se reencontrar com o pai, que havia vindo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Hilde se estabelece no Rio de Janeiro e trabalha com Rubem Braga, fazendo ilustrações para os *Diários Associados*. Entre os anos 1943 e 1950, mora em São Paulo e realiza ilustrações para inúmeros veículos: *Folha de São Paulo*, *Noite Ilustrada*, *O Cruzeiro*, *Manchete*. Estuda pintura com Bruno Giorgi, Alfredo Volpi e Mario Zanini. Em 1950, volta para o Rio de Janeiro e trabalha no jornal *Tribuna de Imprensa*. Nesse período, ganha notoriedade por suas charges políticas e caricaturas de Getúlio Vargas. Em 1960, é contemplada com o prêmio Seção América Latina do Concurso de Caricaturas do *World Newspaper Fórum*. Em 1962, volta a morar em São Paulo e trabalha em *O Estado de São Paulo*. Participa das primeira, quarta e sexta edições da Bienal Internacional de São Paulo.

⁴² Nasceu em 1907 no Rio de Janeiro, mas escolheu morar em São Paulo, onde faleceu em 1981. Além de crítico literário, exerceu a atividade de cronista, publicando seus escritos no *Diário de S. Paulo*. Entusiasta do modernismo, especialmente nas artes plásticas, foi um grande incentivador do grupo da segunda fase modernista, como o Santa Helena, e também reivindicou a construção de um museu de Arte Moderna, que acabou sendo criado em 1948 por Ciccilo Matarazzo.

⁴³ Nasceu em 1912 em São Paulo e faleceu em 1980 na mesma cidade. Fez seus estudos no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, ingressando na Faculdade de Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro. Nesse período, trabalhou como repórter no jornal *Diário de Notícias*. Em 1934, trabalha como secretário e chefe de redação da *Revista Brasileira*. No ano seguinte, lança a *Revista Contemporânea*. Em 1938, lança *Diretrizes*, que sofrerá intensa pressão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo. Em 1944, com o fechamento de *Diretrizes*, Wainer viaja para o Chile e os Estados Unidos, trabalhando como correspondente para o jornal. Com o fim da ditadura de Vargas, volta ao país e reabre *Diretrizes*. Em 1937, vende seu periódico e passa a trabalhar nos *Diários Associados*, tornando-se um dos jornalistas de maior destaque. Em fevereiro de 1949, consegue uma entrevista de Getúlio Vargas, na qual este afirmava que voltaria como líder das massas. No ano seguinte, o PTB lança o nome de Vargas para concorrer à presidência com Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD). “Consagrado nas urnas em 3 de outubro de 1950 e empossado em 31 de janeiro do ano seguinte, depois de vencida a tese inconstitucional da ‘maioria absoluta’ invocada por adversários udenistas, Vargas sentiu a necessidade de romper o cerco que sofria por parte da imprensa. Na ocasião, haviam lutado contra sua candidatura e estavam se preparando para combater seu governo *O Estado de S. Paulo*, de Júlio de Mesquita Filho, *O Globo*, de Roberto Marinho, o *Correio da Manhã*, de Paulo Bittencourt, o *Diário de Notícias*, de Orlando Dantas, *A Notícia*, de Cândido Campos e a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, todos eles

Castro Gomes (2007a), mais do que porta-voz, “incentivado por Getúlio Vargas, seria, praticamente, o único jornal a dar sustentação ao governo” (Gomes, 2007a:53). Para entender como essa parceria entre *Comício* e *Última Hora* se tornou possível, uma pista está vinculada ao fato do irmão de Joel Silveira estar então trabalhando para o jornal de Wainer. Ao relatar o processo de criação de seu jornal, Wainer afirma que, em meados de junho de 1951, a equipe já estava completa e que “Paulo Silveira, irmão de Joel Silveira, seria uma espécie de chefe de reportagem” (Wainer, 1988:135).

A relação de Rubem Braga e Joel Silveira com Samuel Wainer, no entanto, é bem mais antiga, e remonta ao período de existência de *Diretrizes*⁴⁴, semanário criado por Wainer e lançado em março de 1938, e que contou com a colaboração dos dois fundadores de *Comício*. “Grã-finos em São Paulo”, classificada pelo próprio Wainer

simpáticos à candidatura udenista derrotada de Eduardo Gomes. Os *Diários Associados* [de Assis Chateaubriand] e o *Diário Carioca*, fundado por José Eduardo de Macedo Soares e dirigido por Horácio de Carvalho Júnior, colocaram-se ao lado de Cristiano Machado, lançado pelo PSD e apoiado também pelo Partido Republicano (PR). Restaram ao lado de Vargas apenas *O Radical*, fundado por Rodolfo de Carvalho e dirigido por seu genro, George Galvão, e *O Mundo*, de Geraldo Rocha, ambos de pequena penetração. Foi diante dessa realidade que Vargas começou a pensar num jornal que, sem que fosse do governo, pudesse ser um defensor de suas iniciativas, pensando em Samuel Wainer para viabilizá-lo” (“Samuel Wainer”, DHBB/CPDOC, grifos meus). Wainer aceitou a empreitada e no dia 19 de junho de 1951 é lançado o jornal *Última Hora* e em apenas seis meses já era o jornal de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro. Carlos Lacerda liderou uma campanha contra o jornal, acusando Wainer de favorecimentos financeiros por parte do governo. “No dia 23 de agosto de 1954, no auge da crise, que culminaria com o suicídio de Vargas, Wainer foi procurado pelo ex-ministro Danton Coelho e pelo filho do presidente da República, Manuel Antônio Vargas, com um pedido de Getúlio para que no dia seguinte a manchete da *Última Hora* exprimisse textualmente sua promessa: “Só morto sairei do Catete.” Foi com esta manchete que o jornal circulou no dia 24 de agosto. Wainer não previa, evidentemente, o suicídio de Vargas, expressando apenas, segundo as deduções de todos os que acompanharam os episódios finais da crise, uma determinação de resistência. Com a morte de Getúlio, entretanto, o impacto que a manchete teve sobre a opinião pública foi imenso. Na ocasião, a multidão exaltou-se e o país por pouco não foi conflagrado” (“Samuel Wainer”, DHBB/CPDOC). O *Última Hora* manteve oposição ao governo de Café Filho e apoiou o de Juscelino Kubitschek e, com a renúncia de Jânio Quadros, defendeu a posse de João Goulart. Com o golpe militar, busca asilo na França. Retorna ao Brasil em 1967 e volta a comandar o *Última Hora*. Em 1972, vende o jornal. Em 1974 trabalha como editor de *Domingo Ilustrado*, e em seguida passou a trabalhar novamente no *Última Hora*, dessa vez como funcionário. Em 1976, lança o jornal *Aqui São Paulo*, de pouca duração. Wainer passou então a trabalhar para a *Folha de São Paulo* e para a *Editora Três*.

⁴⁴ Segundo Wainer, a proposta de editar *Diretrizes* partiu de Azevedo Amaral: “Azevedo Amaral convidou-me para trabalhar com ele no lançamento de uma nova revista. Ao ouvir a proposta, reagi como se a idéia de uma revista mensal fosse algo em gestação já há longo tempo num canto qualquer de minha cabeça. Várias idéias estavam elaboradas. A idéia essencial era fazer uma revista determinada a registrar a vida política nacional naquele momento. Parecia absurda. Afinal, não havia Congresso, nem partidos, a censuraafiava suas garras. Mas o mundo estava à véspera da guerra, o Brasil estivera em franco processo de politização nos anos anteriores e havia leitores à espera de quem estivesse disposto a dizer, ou pelo menos tentar dizer, a verdade. Enfim, tínhamos assunto. Azevedo Amaral achou a idéia interessante. Ele tinha relações com a Light, e conseguiu da empresa uma subvenção mensal no valor de dois contos de réis, um bom dinheiro para a época” (Wainer, 1988:49). A equipe reunida era formada por “um grupo de alto nível, que incluía nomes mais tarde transformados em freqüentadores obrigatórios de qualquer antologia literária” (Wainer, 1988:50). Como evidencia Wainer, “já no segundo número, *Diretrizes* se transformara no pólo para onde convergiam os sobreviventes da resistência à ditadura de Getúlio Vargas” (Wainer, 1988:50). Além de Rubem Braga e Joel Silveira, entre os colaboradores de *Diretrizes* estavam Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Aníbal Machado.

como uma das reportagens antológicas de *Diretrizes*, foi o texto responsável por dar início à projeção da carreira jornalística de Joel Silveira.

“A idéia nascera numa noite em que o pintor Di Cavalcanti, também ligado ao grupo de *Diretrizes*, contou-me numerosos casos e incidentes envolvendo personagens da alta sociedade paulista. Di Cavalcanti freqüentava esse meio, era um observador sagaz e um ótimo contador de histórias. Pensei comigo: isso dá uma ótima reportagem e o homem para fazê-la é Joel Silveira. Joel escrevia muito bem, sabia descrever situações com deliciosa ironia. Ele viajou para São Paulo acompanhado de Di Cavalcanti. Ao voltar, trazia uma reportagem que faria furor. Foi a primeira vez na história do jornalismo brasileiro que uma publicação teve de tirar três edições sucessivas” (Wainer, 1988:59-60).

Segundo Wainer, entre os “grandes nomes que haviam aderido à idéia” de fazer *Diretrizes* estava Rubem Braga, “meu grande amigo naquela época, que escrevia magnificamente. Rubem criou uma seção com o título ‘O Homem da Rua’ que abrigava crônicas maravilhosas” (Wainer, 1988:50). A relação entre ambos, nesse período, era bastante próxima, sendo que, no final de 1940, quando *Diretrizes* estava precisando de dinheiro, Wainer pensou junto com Rubem Braga em nomes que poderiam ajudar a revista e ambos foram falar com o capitalista por eles escolhido. Com o dinheiro obtido, decidiram transformar o tablóide em semanal. Ao narrar na primeira pessoa do plural, Wainer destaca o caráter de parceria estabelecido neste momento:

“Depois de examinarmos vários nomes, eu e Rubem Braga nos fixamos num paulista chamado Maurício Goulart, que participara de todos os grandes eventos políticos importantes desde a Revolução de 1930. Goulart era um homem extremamente simpático, muito ligado ao grupo que em 1945 criaria a União Democrática Nacional. Marcamos um encontro num bar da Lapa. Rubem e eu expusemos nossos problemas e planos a Maurício Goulart. Ele logo se entusiasmou com a idéia e aceitou investir cem contos de réis – uma fortuna – em *Diretrizes*. Com esse dinheiro, resolvemos transformá-la em revista semanal” (Wainer, 1988:58).

Nesse período, Braga e Wainer faziam parte de um grupo de amigos no qual estavam também Carlos Lacerda, Jorge Amado e Moacir Werneck de Castro, todos colaboradores de *Diretrizes*:

“A amizade estreitou-se no período em que ele [Carlos Lacerda] viveu escondido no sítio em Vassouras. Éramos cinco amigos solidamente unidos. Carlos Lacerda tinha a liderança política do grupo. Jorge Amado, a

liderança literária. Moacir Werneck de Castro, primo-irmão de Carlos e intelectual de alto nível, também integrava esse círculo completado por Rubem Braga e por mim” (Wainer, 1988:70).

Embora Braga e Wainer tenham se tornado “amigos de encontros diários, de lutas em comum, de sonhos de redemocratização para o país e de vitupérios contra a censura do DIP” (Carvalho, 2007:282), os dois logo se distanciariam devido ao envolvimento de Braga com Bluma Wainer, a esposa de Samuel à época. Braga e Wainer só voltariam a se falar após o retorno deste ao Brasil depois de cinco anos de exílio. “Samuel sentia necessidade de rever pessoas, entre elas uma em especial: Rubem Braga, com quem não falava havia trinta anos” (Carvalho, 2007:287). Desse modo, é provável que a intermediação a respeito da impressão de *Comício* na oficina de *Última Hora* tenha sido feita por Joel Silveira através de seu irmão.

O fim da circulação de *Comício* ocorreu porque os diretores do semanário não tinham condições de pagar a dívida referente ao número anterior e, portanto, os diretores do jornal não aceitaram imprimir o número seguinte. O poeta amazonense Thiago de Mello⁴⁵ foi convidado por Braga para trabalhar em *Comício* fazendo reportagens e entrevistas sobre o cenário cultural e acabou se tornando, também, uma espécie de secretário do semanário e quem, inclusive, levava os originais até o *Última Hora* para ser impresso. Ao levar os originais referentes ao número 24 de *Comício*,

“Raimundo ‘não me lembro o sobrenome’, conta Mello, um apaixonado leitor de Rubem, comunista e chefe das oficinas do *UH*, disse, compungido, certa feita, que tinha ordens da direção do jornal para que a revista só fosse impressa se Rubem pagasse a dívida do número anterior⁴⁶. ‘Telefonei para o

⁴⁵ Nasceu em 1926 em Barreirinha, Amazonas. Depois de realizar seus estudos primários e secundários em Manaus, muda-se para o Rio de Janeiro para estudar na Faculdade Nacional de Medicina. Abandona o curso no quarto ano para se dedicar ao ofício de poeta. Publica seu primeiro livro, *Silêncio e Palavra*, e recebe grande acolhida da crítica. Álvaro Lins, Tristão de Ataíde, Manuel Bandeira, Sérgio Milliet e José Lins do Rego são alguns dos nomes que elogiaram a sua produção poética. Defensor dos Direitos Humanos, foi preso durante a ditadura militar (1964-1985) e, exilado, morou em vários países: Chile, Argentina, Portugal, França e Alemanha. Com o fim da ditadura, voltou para a sua cidade natal.

⁴⁶ Raimundo, aliás, foi entrevistado pelo próprio Thiago de Mello na edição número 20 de *Comício*. A matéria foi intitulada “‘Já Fundei 20 Jornais’”, e era acompanhada do subtítulo “Raymundo, Chefe de Oficina, Pode Falar Dos Últimos Trinta Anos da Imprensa Carioca – Acha Que Espinafração é Uma Coisa Higiênica”. Composta de um pouco mais de uma página, a entrevista possui duas fotos: uma de Raymundo, cuja legenda informa que “sempre de cabelos caídos pelo rosto, Raymundo compõe uma página”, e a outra, retratando-o entre outras pessoas, assegura: “Mestre Raymundo conhece todos os segredos: das máquinas e dos homens que fazem jornal”. O texto inicia contextualizando o trabalho do chefe de oficina na imprensa carioca, destacando um fato que, para os leitores, muito provavelmente não era conhecido: Raymundo foi o responsável pela primeira página do primeiro número de vários jornais que surgiram nos trinta anos anteriores. “Entre as pessoas que fazem ou fizeram jornalismo nestes últimos trinta anos, rara é aquela que não conhece ou não ouviu falar de um chefe de oficina chamado Raymundo.

Rubem’, lembra Mello, ‘e ele me perguntou se eu teria peito de ir negociar com o Samuel [Wainer] e o Baby Bocaiúva’, diretores do jornal. ‘Você não é secretário?’, lembrou ele. Mas os diretores da *UH* foram implacáveis. Mello avisou Braga, que não perdeu muito tempo: ‘Venha, vamos beber um uísque’. E comemoraram juntos o fim da *Comício*” (Carvalho, 2007:364-365).

Antes, como evidencia Aparecida Maria Nunes (1997), o próprio Joel Silveira, um dos fundadores do semanário, havia aceitado a proposta de Wainer de trabalhar em seu jornal como forma de atenuar as dívidas de *Comício* e garantir sua continuidade. De fato, em seus números finais, *Comício* não conta mais com as reportagens de Joel, e em seu número 21, abaixo do Editorial aparece o comunicado intitulado “Joel Silveira viajou”:

“Temos o desprazer de anunciar que um dos nossos queridos diretores – Joel Silveira – viajou sábado último para a Europa e Oriente Próximo, a serviço de um vespertino desta praça. Contingências da vida de um profissional, que não pudemos evitar – *pois COMÍCIO ainda não chega a ser profissão de ninguém*.

Antes de dezembro Joel estará de volta ao Rio para reassumir seu lugar em COMÍCIO. Durante esse tempo a gerência do jornal, que ele vinha exercendo provisoriamente, ficará a cargo de Rubem Braga” (*Comício*, n. 21, p. 3, 1952, grifos meus).

Sendo ou não o *Última Hora* o vespertino citado no comunicado, é importante reter como o trabalho em *Comício* não era capaz de sustentar seus colaboradores, deixando claro que a participação destes era animada por valores outros que os estritamente econômicos. A palavra “ainda”, no entanto, parece apontar para uma projeção que, ao menos seus fundadores, possuíam: a de que, futuramente, o semanário

É um homem que, desde que se entende, lida com tipos, entrelinhas, guarnições, espaços, fios, linotipos, calandras, chumbo, ramas, e tudo quanto é material gráfico – sempre fazendo jornal. O público em geral talvez não saiba que muito do êxito de um jornal depende de duas coisas: um bom secretário e um bom chefe-de-oficina. E porque Raymundo preenche às mil maravilhas as condições exigidas para este último posto, é que ficou famoso nos meios jornalísticos. E Raymundo sabe disso, sabe que entende do riscado e numa exclamação em que entra muito de um orgulho sadio, êle afirma: ‘- Já fundei mais de 20 jornais!’ Pode parecer exagêro de Raymundo, mas a frase tem a sua verdade. Quase tudo quanto é jornal que aparece chamam-no para dirigir a sua parte gráfica. Quando, por um motivo ou outro, êle não pode ‘aderir à fundação’, de uma coisa êle não escapa: fazer a primeira página do primeiro número. Vai aqui uma relação dos jornais cuja primeira página do número inicial foi ‘trabalhada’ por Raymundo: *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Radical*, *O Avante*, *Voz de Portugal*, *A Rua*, *Meio-Dia*, *Diário Português*, *Folha Carioca*, *Diretrizes*, *Tribuna Popular*, *The News*, *Brasil Herald*, *A Fôlha do Rio*, *A Tribuna*, *Ultima Hora* e inúmeros semanários” (Mello, n.20, p.19). Depois de narrar sua trajetória no jornalismo carioca, Raymundo acrescenta ao final da entrevista: ‘- Não se esqueça de dizer que o primeiro número de COMÍCIO também foi feito por mim’. (Mello, n.20, p.22).

pudesse se tornar sustentável a ponto de virar de fato a “profissão” de seus colaboradores.

No segundo número do semanário, foi publicada uma reportagem relatando seu coquetel de lançamento, na qual é possível perceber tanto o comprometimento de seus diretores – ao anunciar o fato de inúmeras formas – quanto o círculo de intelectuais e políticos que lhes eram próximos e que compareceram ao evento. Com o título “Amigos vieram cumprimentar Comício”, o texto se inicia com pedidos de desculpas por terem se esquecido de convidar muitos de seus amigos:

“A direção de COMICIO confessa a sua gravíssima falha. Composta de pessoas mais ou menos distraídas e estabanadas, tem necessidade urgente de arranjar um Chefe de Protocolo, para não acontecer o que aconteceu no coquetel de inauguração do jornal. Alguns dos amigos mais queridos não compareceram porque não foram convidados. Por mais que quebrems a cabeça não conseguimos arranjar uma explicação decente para isso. O remédio é pedir desculpas – e notar que houve amigos bastante gentis para comparecer mesmo sem convite – comparecer para dar um abraço nos homens que começam a fazer êste jornal. Nossa posição, de certo modo, era a de parturientes – e a verdade é que anunciamos de várias maneiras o nascimento da criança” (*Comício*, n.2, p.20).

Após explicitar essa gafe, os diretores apresentam, com muito humor, um panorama do coquetel e do público ali presente, ressaltando-se a diversidade deste:

“Dada essa explicação, temos o gôsto de registrar que a redação ficou cheia de gente variada. A festinha começou às 5 e meia da tarde e se prolongou exatamente por 36 litros de uísque – sem falar de martinis e outras amenidades. Havia gente que ocupa cargos oficiais e gente completamente da oposição; jornalistas, escritores, artistas, homens de publicidade, e um número comovente de senhoras e senhoritas. Não houve a menor tentativa de discurso nem mesmo de brinde: cada um fazia seu ‘comício’ particular. O serviço foi do bar do Jockey, mas nosso amigos do Juca’s Bar foram de uma gentileza embriagadora, aparecendo depois de mandar uma caixa de ‘scotch’. O serviço de ordem correu por conta de dois contínuos e três redatores mais reforçados, havendo apenas uma remoção de corpo, feita com relativa delicadeza. O número de copos quebrados foi insignificante” (*Comício*, n.2, p.20).

Nas fotos que compõem a matéria estão colaboradores do semanário, algumas das senhoras e senhoritas e alguns dos convidados ilustres. A primeira foto retrata Rubem Braga entre Danuza Leão e Vera Nascimento Silva. Abaixo, são retratadas as “Senhoras Maury Gurgel Valente [Clarice Lispector], Fernando Sabino e Dante Viggisni”. Em seguida, outra foto com Yllen Kerr, Aníbal Machado e Maria Clara

Machado. A página seguinte contém sete fotos. Nelas estão presentes Jorge Lacerda, Carlos Castello Branco, Thiago de Mello, Medeiros Lima, Juca Chaves, Almicar Dutra de Menezes, Joel Silveira, Pascoal Carlos Magno, Jorge Carvalho da Silva, Maury Gurgel Valente, Léo Pinto, Albert Fadel, Senhora Thiago de Mello e Manuel Bandeira. Herbert Moses, então presidente da Associação Brasileira de Imprensa, é o único convidado a ganhar um retrato sozinho, no qual segura e lê um exemplar de *Comício* com um sorriso estampado no rosto.

Com o fim do semanário, a maior parte de seus colaboradores foi ou para *Flan*, revista que Samuel Wainer lançaria em 1953, ou para a *Tribuna da Imprensa* ou, principalmente, para *Manchete*, revista que havia sido lançada também em 1952. A esse respeito, é elucidativo o testemunho de Sérgio Pôrto, ele próprio indo para a *Manchete*, onde publicou a crônica intitulada “Revistas” na seção “O episódio da semana”, quase um ano depois do lançamento de *Comício*:

“Quase tôdas as semanas surgem revistas novas, neste Rio de Janeiro. Outras, antigas ou novas, melhoram ou pioram, desaparecem e tornam a aparecer, conforme a aragem que sopra para o lado delas. MANCHETE fez um ano e está francamente na linha do vento. Já ‘Comício’ não estava. A publicação de Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira dirigiam, estaria fazendo um ano também, caso não tivesse acabado. Diversos fatores contribuíram para o seu fechamento. A turma da redação, porém, nada teve com isso. Tanto que está quase tôda aqui e MANCHETE vai muito bem obrigado.

Hélio Fernandes⁴⁷ não sossegou enquanto não viu a redação de lá trabalhando na de cá. Viemos em grande maioria, sem dúvida. Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Pedro Gomes⁴⁸, Rubem Braga, Antônio Maria e este vosso cronista colaboram semanalmente nestas páginas. Outros, como Castelo Branco e Lúcio Rangel, foram para um jornal – “Tribuna da Imprensa” – e alguns, como Joel Silveira e Otto Lara Rezende, passaram-se para “Flan”, que não é revista, embora pareça, e sim jornal, como querem seus donos.

⁴⁷ Vale notar que Hélio Fernandes era irmão de Millôr Fernandes, um dos colaboradores de *Comício*, sendo que Fernando Sabino cita o nome do próprio Hélio ao arrolar os intelectuais que teriam feito parte de *Comício*.

⁴⁸ Infelizmente, não foi possível encontrar informações substanciais a respeito da biografia de Pedro Gomes. Na crônica “Aqueles alegres rapazes da imprensa” Fernando Sabino (1996) relembra que o nome de Pedro Gomes foi um dos que surgiram nas páginas de *Comício*, assim como o de José Carlos Oliveira, Ferreira Gullar e Carlos Alberto Tenório. Sobre este e Gomes, Sabino afirma que eram “jornalistas natos, a ponto de passar o último [Pedro Gomes] por ser pseudônimo de alguém já experimentado na profissão” (Sabino, 1996:318). E em “O Jornal”, reitera que, no semanário, “Pedro Gomes fazia reportagens, e era tão bom que a princípio se pensou que fosse pseudônimo de algum jornalista conhecido” (Sabino, 1999:126). Com o fechamento de *Comício*, Gomes, assim como muitos dos que colaboravam com o semanário, passa a trabalhar na revista *Manchete*.

E enquanto cronistas, redatores, desenhistas, paginadores, fotógrafos, trocam de lugar, os senhores donos de revistas continuam a fundar revistas. Tôdas as semanas as bancas de jornais ficam atulhadas de quantas publicações estão sendo imprimidas por aí” (Pôrto, 1953).

O texto de Pôrto, além de mostrar os caminhos trilhados pelos colaboradores de *Comício* após seu fim, deixa patente a efervescência da imprensa do período, com vários periódicos abrindo, fechando, reaparecendo, no cenário carioca. Atrélada a essa efervescência estava a alta rotatividade dos profissionais de uma redação para outra. Resta salientar, no entanto, que se muitos desses empreendimentos foram fundados pelos “senhores donos de revistas”, como afirma Pôrto, *Comício* pode ser entendido como uma experiência distinta, pois foi fundado e gerido por trabalhadores que seriam aqueles que “trocam de lugar”, ou seja, pelo cronista Braga e pelo jornalista Joel Silveira, o que se torna claro por meio de seu subtítulo de “semanário independente”.

Lançado em abril de 1953, *Flan* teria entre seus colaboradores Otto Lara Resende e Joel Silveira. Segundo seu criador Samuel Wainer, o objetivo era o de produzir um “jornal dominical, semelhante em alguns aspectos a uma revista, que fosse a síntese das versões carioca e paulista da *Última Hora*” (Wainer, 1988:166). O nome foi escolhido pelo próprio Wainer, que afirma, talvez tendenciosamente, que *Flan* foi o primeiro grande semanário brasileiro depois de *Diretrizes*, também criado por ele no final dos anos 30.

Quanto ao formato, *Flan* era um tablóide que continha quatro cadernos de oito páginas cada, sendo coloridas as capas de cada caderno. O primeiro caderno noticiava sobre assuntos regionais do Rio de Janeiro ou de São Paulo, outro caderno tratava de política nacional e internacional, outro de cultura e ainda outro sobre esportes. O quadro de colaboradores possuía

“a agradável mistura de sempre. Havia ilustradores como os pintores Aldemir Martins e Darel, grandes fotógrafos, colunistas como Dorival Caymmi ou dom João de Orleans e Bragança, cronistas como Otto Lara Resende, chargistas como Lan. Joel Silveira, que se reconciliara comigo, tornou-se o principal repórter do semanário. Justino Martins era o correspondente em Paris. Gente do primeiro time da imprensa” (Wainer, 1988:166).

Em suas memórias, Wainer não nos diz nem o motivo do afastamento entre ele e Joel Silveira e nem o que os levou a voltar a um bom termo. Assim, só é possível aventar que a aproximação entre ambos pode ser resultado do período em que Joel se

afastou de *Comício* para trabalhar para Wainer e, com isso, atenuar a dívida do semanário para com o dono de *Última Hora*.

O sucesso de *Flan* foi imediato, chegando a vender 180.000 exemplares. Tal tiragem, segundo Wainer, espantou e causou inveja em seus concorrentes, entre eles Adolpho Bloch, que “ainda engatinhava com sua *Manchete*”. Ao se decidir em lançar sua revista, Bloch havia convidado Wainer e o fotógrafo Jean Manzon para dirigi-la e, com a recusa daquele por já estar se preparando para o lançamento de *Última Hora*, teria se aborrecido. “(...) ele aborreceu-se ainda mais ao constatar o sucesso do meu jornal. Com o êxito de *Flan*, teria bons motivos para aborrecer-se um pouco mais” (Wainer, 1988:167). Também Assis Chateaubriand passou a vê-lo como uma efetiva ameaça⁴⁹: “Chateaubriand assustou-se. Foi nessa ocasião que o dono dos Associados chamou Carlos Lacerda para uma conversa e colocou sua TV Tupi à disposição do meu grande inimigo” (Wainer, 1988:167).

O semanário passou a sofrer forte pressão tanto de Lacerda, que acusava Wainer de ter se valido de dinheiro público para criar *Flan* – o que, segundo este, se trata de uma inverdade – quanto de Chateaubriand, que passou a chantagear os anunciantes de *Flan* para deixá-lo sem respaldo financeiro.

“Depois de quatro, cinco meses, *Flan* começou a perder qualidade. Ao perceber que a intenção de meus adversários era sufocar-me, decidi reduzir o campo de combate, para ampliar as chances de resistência. Passei a concentrar tudo que dispunha – papel, dinheiro – na *Última Hora*, virtualmente abandonando o semanário a seu destino. Ainda assim, *Flan* durou mais de um ano, sempre perdendo qualidade. Um dia, melancolicamente, morreu, sem que seu desaparecimento provocasse qualquer comoção” (Wainer, 1988:168).

Em uma crônica memorialística, Otto Lara Resende relembra a experiência de *Comício* e mostra a migração de parte da redação para a *Manchete*, o primeiro empreendimento editorial de Adolpho Bloch:

“Tempos depois, quando um grupo de jornalistas nos empenhávamos em levar à ruína material o belo empreendimento que foi o semanário *Comício*, sob a tríplice direção de Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de

⁴⁹ “Com meus jornais, eu não configurava um risco à sua cadeia de 22 publicações. Mas ele sentiu-se decididamente incomodado ao constatar que surgira em seu caminho um semanário, vendido a preço baratíssimo, feito em papel de jornal, rodado em equipamento rudimentar, com uma imensa liberdade de ação e, principalmente, com uma grande tiragem” (Wainer, 1988:167).

Oliveira, cruzei com Adolpho Bloch na Cinelândia. Trazia debaixo do braço um punhado de revistas. A capa só podia ser uma caleça imperial de Petrópolis ou um papagaio. Tempos do czar, colorido trópico. Adolpho exibia com orgulho a sua primeira criatura de editor; louvava a capa, o encarte em quatro cores. E imediatamente espinafrava o encarte e a capa em quatro cores. Seu brio profissional exigia muito mais. Sua alma de folhinha sonhava distantes progressos técnicos, sem precisar de litografia, de linotipo, de duas entradas na máquina. Falava na primeira pessoa do plural, majestático e modesto. Nós vamos fazer isto, nós vamos fazer aquilo. Dinheiro não é problema. Papai, como são promissórias?

Fechado *Comício*, o bando de jornalistas reuniu-se em boa parte na primeira publicação semanal de Bloch Editores – *Manchete*, quase toda loteada entre colaboradores e comunistas que trabalhavam a domicílio. Meses depois voltei à rua Frei Caneca [onde se localizava o escritório de Bloch], agora não mais como visita; para ficar, para trabalhar, para viver; para sobreviver.

(...) À beira da estafa, no dia 10 de dezembro de 1957 afastei-me da direção da revista. Distante por três anos, na Europa, por muito tempo redator e colaborador, continuei depois ligado aos Bloch, florescentes editores” (Resende, 1994:154-155, grifos do autor).

Segundo Fernando Sabino, *Comício* foi, de certa forma, um precursor da imprensa nanica ou alternativa que iria a florescer na década seguinte, em plena ditadura militar. Para o escritor, o semanário,

“Na realidade, vinha a ser o que depois passou a se chamar de imprensa alternativa, ou nanica – em suma: um pasquim. Como, aliás, surgiria mais tarde o que consagrou esse nome, e do qual fomos uma espécie de precursores” (Sabino, 1999:126).

As marcas de *Comício* em *Pasquim*⁵⁰, uma das grandes nanicas do período de ditadura militar, são evidenciadas pelo próprio Millôr Fernandes⁵¹. Em 1969, no

⁵⁰ *Pasquim*, tablóide que tinha caráter humorístico, descompromissado, boêmio e plural, era feito por “uma nova elite cultural brasileira, que, a partir de então, se imporia” (Lustosa, 2004:250). Entre os nomes que passaram por *Pasquim*, estão: Millôr Fernandes, Jaguar, Henfil, Ziraldo, Paulo Francis, Sergio Cabral, Tarso de Castro, Moacyr Scliar, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Sérgio Augusto, Sérgio Noronha, Fortuna, Claudius, Miguel Paiva, Luiz Carlos Maciel, Martha Alencar. Ivan Lessa, Caetano Veloso, Chico Buarque, Ferreira Gullar, Newton Carlos e Fausto Wolf. Segundo Lustosa, “a geração de *Pasquim* mudou a maneira de se fazer jornalismo no Brasil. Surgido em junho de 1969, o *Pasquim* congregou uma equipe de jornalistas, escritores, humoristas e caricaturistas que revolucionaram não só a linguagem da imprensa, mas também muitos dos costumes da sociedade brasileira” (Lustosa, 2004:250).

⁵¹ Nasceu em 1923 no Rio de Janeiro. Em 1938, já órfão de pai e mãe, passa a trabalhar como contínuo e repaginador na revista *O Cruzeiro*. Trabalha em *A cigarra* e no *Diário da Noite*. Estuda no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro de 1938 a 1943. Ainda em 1943, volta a colaborar com *O Cruzeiro*, publicando a seção “O Pif-Paf” usando o pseudônimo Vão Gôgo. Em 1948 viaja aos Estados Unidos. E, no ano seguinte, assina seu primeiro roteiro cinematográfico, intitulado “Modelo 19”. Em 1953 estréia em São Paulo “Uma mulher em três atos”, sua primeira peça teatral. Demite-se de *O Cruzeiro* em 1963 e, do ano seguinte até 1974, colabora com o jornal português *Diário Popular*. Lança a revista *Pif-Paf*,

primeiro número da revista da qual é um dos fundadores, ele relembra sua participação em *Comício*, citando os nomes que foram projetados pelo semanário, tais como Antônio Maria e Sérgio Pôrto, sendo este último declaradamente um homenageado de *Pasquim*:

“Em 1952 ajudei a fechar o esplêndido *Comício*, uma longa experiência de 20 números, onde projetaram, ó Deus, suas breves carreiras, Sérgio Pôrto e Antônio Maria. *Comício* morreu de leucemia administrativa mas teve a redação mais alegre do jornalismo carioca, onde só uma coisa era sagrada: a hora de fechar o expediente e abrir o *Haig's*” (Fernandes *apud* Sérgio, 1998:145).

No editorial do primeiro número de *Pasquim*, a equipe o dedica “à memória do nosso Sérgio Porto, que hoje deveria estar aqui conosco” (*apud* Imprensa Alternativa, 2005:38). Isso porque, o *Pasquim*, lançado em 26 de junho de 1969 e que seria um dos mais importantes periódicos da imprensa alternativa (também conhecida como nanica) e o de vida mais longa, “surtiu com o compromisso de prosseguir com a linha de crítica feroz do *A Carapuça*, lançado em 1968 e que deixou de circular após a morte repentina de um dos seus fundadores, Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta. Um dos outros fundadores, o publicitário Murilo Pereira Reis, resolveu juntar um grupo de jornalistas para criar o novo semanário” (Imprensa Alternativa, 2005:38-39).

Segundo o biógrafo de Sérgio Pôrto, Renato Sérgio, o cronista foi trazido à redação de *Comício* por Paulo Mendes Campos. Joel Silveira “já o conhecia de nome, mais pelos assuntos que abordava, mas Sérgio queria fazer comentários sobre jazz, coisa elitista que não valia a pena. Acontece que Rubem viu logo que ali estava um cronista, precisando de um espaço – que não tinha no *Diário Carioca* – para se espalhar. ‘O que você quer fazer?’ ‘Não sei...qualquer coisa!’⁵²” (Sérgio, 1998:145).

Nas reminiscências escritas por colaboradores do semanário, como Sérgio Pôrto, Millôr Fernandes e Otto Lara Resende, são elencados dois pontos a respeito de *Comício*: de um lado o arrojo e a criatividade do empreendimento e, de outro, que, pelo

considerada um marco da imprensa alternativa brasileira. Em decorrência de problemas financeiros, fecha após o oitavo número. Em 1969, participa da fundação de *O Pasquim*. Millôr passa a escrever inúmeras peças de teatro e a colaborar com regularidade na imprensa, passando por órgãos como *O Dia* (RJ), *O Estado de S. Paulo* (SP) e *Correio Brasiliense* (DF). Em 2004, retorna a colaborar para a revista *Veja*. Mora no Rio de Janeiro.

⁵² Sobre a participação de Pôrto em *Comício*, Cláudia Mesquita (2008) esclarece: “Joel Silveira, que já conhecia Sérgio Porto de nome, lembra da chegada do rapaz enorme, elegante, tímido, entrando pela porta e disposto a fazer ‘qualquer coisa!’ na redação. Rubem Braga, que o conhecia desde os 12 anos da casa de Álvaro Moreira e, posteriormente, da turma boêmia de Lúcio Rangel, sabia que havia ali um grande cronista precisando de espaço para se expandir. Lá, como Sérgio Pôrto, assinou ‘A Semana da Cidade’, uma coluna de variedades, com dicas e comentários sobre teatro, cinema, esportes, exposições e música” (Mesquita, 2008:203).

seu fracasso financeiro, não pôde seguir adiante. Tal percepção também é visível na narrativa de Fernando Sabino:

“O sucesso comercial de *Comício* não correspondeu ao do espírito renovador que o inspirava: pouco tempo durou o bravo semanário – apenas o suficiente para ficar na história da nossa imprensa como o que havia de pior em feição gráfica, mas de melhor em jornalismo criador. Por esta época as revistas aprimoravam sua apresentação em policromia e atingiam grandes tiragens, graças à mão-de-obra recrutada a preço vil, onde quer que encontrassem quem soubesse escrever” (Sabino, 1996:318).

Por meio da reflexão de Sabino, fica claro que *Comício* não apenas não possuía as inovações gráficas que ganhavam cada vez mais espaço na imprensa, especialmente no mercado de revistas, como também não estava atrelado a uma postura de exploração do trabalhador da imprensa, então também muito em voga. Novamente, ressalta-se aqui o seu caráter de um empreendimento independente em relação à grande imprensa, concebido e formado por aqueles que geralmente eram os recrutados, aqueles que se moviam de uma redação para a outra, tal como explicitado acima por Sérgio Pôrto.

Em carta⁵³ endereçada à Clarice Lispector em 23 de maio de 1953, Rubem Braga comenta a respeito do desaparecimento do semanário:

“Nosso ‘Comício’, v. viu, morreu assim que Tereza Quadros partiu. Sem a influência sutil de sua presença na cidade, o pobre jornalzinho se foi. Não o choremos, que morreu como nasceu, muito vivo, desleixado, alegre, às vezes malcriado, no fundo talvez sério, em todo caso sempre livre. A gente que trabalhava aqui se espalhou, uma parte foi para ‘Manchete’, que melhorou muito, outra parte foi fazer ‘Flan’, do Samuel Wainer, que deve sair este mês” (Braga, 1953a).

Com o fim de *Comício*, Braga se diz “meio desempregado”, com dívidas que pretende sanar com a publicação em edição de luxo de um livro de sua autoria, com desenhos de seu grande amigo Carybé:

“Meio desempregado, enfrentei o verão (o maior de que tenho lembrança, e continua ainda) em meu novo e pequeno apartamento, e me entreguei à praia, ao uísque e aos levianos amores com estranha voracidade. Agora estou um tanto cansado – inclusive do Rio e do apartamento – e crivado de dívidas. Para conjurar: as em parte vou fazer um livro de crônicas (‘A borboleta amarela’) do qual tirarei uma edição de luxo a 1 conto o exemplar.

⁵³ Consultada no Arquivo Clarice Lispector da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

O livro está sendo feito e ilustrado pelo Carybé, na Bahia, o quer dizer que sairá mesmo bonito. Pagando uma parte de minhas dívidas através dessa espécie de tungaça de meus leitores mais burguezes, espero ficar um pouco mais livre, poder viajar. Vamos ver se o dólar baixa, está a 45 cruzeiros hoje. Em último caso viajarei pelo Brasil, o que sempre me agradou. (...)” (Braga, 1953a).

Dois meses antes, em 18 de março de 1953, Braga havia enviado carta⁵⁴ a Carybé explicando o projeto do livro de luxo a ser publicado pelo José Olympio, frisando a importância desse empreendimento para atenuar suas dívidas:

“Meu plano de edição é ambicioso, mas os técnicos acham que dá certo.

A edição especial (ou de luxo) será de 350 exemplares, cada um será vendido a 1.000 cruzeiros. Acho que o livro dará umas 300 páginas em tipo 12/10. O formato do livro deve ser grande (Zé Olympio e outro especialista dizem que bibliófilo brasileiro tem mania de livro grande) mas a composição, caso possível, deve ser feita de modo que permita seu aproveitamento para uma edição comum (que será feita pelo Zé Olympio, aí mesmo na Bahia). Caso v. ache que isso complica ou enfeia, nada feito: faz-se o livro em formato grande, edição especial, e o Zé Olympio que faça depois a edição comum como quizer. Mas é claro que a primeira hipótese é melhor.

(...) De preferencia, o livro deve ser apresentado dentro de uma caixa. Pode ser feito com mais de uma còr (a borboleta não é amarela?) se não encarecer muito. Vamos ver, por exemplo: se os 350 exemplares, prontinhos, ficarem em 180 contos, restarão 170 contos. É preferível que custem menos, pois a venda é lenta, o dinheiro entra pingado. Veja se faz uma coisa bonita pelo menor preço possível, para que meu lucro e portanto sua remuneração possa ser maior. (Espero que v. possa ganhar de 30 a 50 contos). Além disso, há a possibilidade de se fazer mais uma pequena edição com seus desenhos originais – um só volume com todos eles, que eu venderia bem caro para você, caso v. não vendesse, ou vários exemplares com um desenho original em cada um.

(...) Estou super-carregado de dívidas, e embora saiba quanto é chato ‘passar’ esses livros, estou disposto a fazel-o para pagar algumas de minhas dívidas e portanto ficar livre para viajar.

(...) Faça como entender; se achar que os desenhos ficam melhor em litografia ou outro processo, faça. O essencial é fazer algo de vistoso e não fazer muito caro (100 contos de despeza seria o ideal, mas não faço ideia do preço nem do que é possível fazer.). Enfim, v. é o técnico.

O fator essensil é PRESSA. Como tenho carona de avião para Salvador, posso ir aí logo.

Pense com a cabeça PORQUE ESTOU A NENHUM, AFOGADO DE DIVIDAS E ENCARANDO COM SIMPATIA IDEIAS DE SUICIDIO” (Braga, 1953b, grifos do autor).

⁵⁴ Consultada no Arquivo Rubem Braga da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ).

Os colaboradores de *Comício* e a formação de um grupo cultural

“Para Joel Silveira (contista e novelista), éramos os ‘alegres rapazes da imprensa’. Com isso se referia não tanto à nossa condição de jornalistas, ou à nossa mocidade, mas à alegria com que exercíamos a profissão: uma alegria insensata de amadores. Alguns haviam se integrado definitivamente no jornalismo profissional, esquecidos da literatura. Outros, como eu, continuavam tentando manter acesa a chama sagrada. Mas a qualquer convocação dos amigos (que tanto podia ser para uma viagem ou um simples bate-papo como para deitar manifesto ou fundar uma revista) acorríamos todos, com aquela espontânea alegria de escrever que só a imaginação criadora pode dar.

Como aconteceu, por exemplo, com *Comício*, tablóide semanal que o próprio Joel fundou com Rubem, Rafael Correa de Oliveira e Danton Coelho⁵⁵. A eles vieram logo se juntar Millôr Fernandes (teatrólogo), Carlos Castello Branco (contista e romancista), Otto Lara Resende (idem, idem), Lúcio Rangel (musicólogo), Paulo Mendes Campos (poeta e cronista), Hélio Pellegrino (poeta e ensaísta), entre outros” (Sabino, 1996:317).

Como o depoimento de Sabino revela, os “alegres rapazes da imprensa”, chamados para colaborar em *Comício*, se reuniram sem titubear. Afinal, tratava-se uma convocação de amigos e de um empreendimento entre eles. Esses amigos da imprensa formavam um grupo que vivenciava um processo comum tanto profissional (Sabino deixa entrever o processo de profissionalização da carreira de jornalista, e de como alguns estariam deixando de lado a literatura para se tornarem tão somente jornalistas) quanto social, visto que partilhavam dos mesmos espaços de sociabilidade e discutiam as mesmas questões. Como argumenta Alzira Abreu a respeito dos suplementos literários, mas que, sem dúvida, pode ser estendido à imprensa como um todo,

⁵⁵Nasceu em Porto Alegre em 1906. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Participou da Revolução de 1930 e, com sua vitória, passou a trabalhar no gabinete de Osvaldo Aranha, então Ministro da Fazenda. Em 1932, filia-se ao Clube 3 de Outubro, organização tenentista que apregoava o aprofundamento das reformas iniciadas com a Revolução de 1930. É nomeado vice-presidente do Conselho de Contribuintes de São Paulo em 1934. Entre 1940 e 1946, integrou a delegação do Tesouro Nacional em Londres e em Nova Iorque. Entre 1946 e 1947, atuou como conselheiro da embaixada brasileira no México. Volta ao Brasil e, em 1948, passa a fazer parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Presidente interino do PTB em 1950, foi um dos grandes responsáveis pela aliança eleitoral entre Vargas e Ademar de Barros. Eleito deputado federal (PTB-Distrito Federal), Danton Coelho não chega a tomar posse, pois em janeiro de 1951 é nomeado ministro do Trabalho do segundo governo Vargas. É afastado da presidência do PTB em junho de 1951, desencadeando uma grande crise no partido. Três meses depois, renuncia ao cargo de ministro, por discordar da estratégia de Vargas de se aproximar da oposição, especialmente da UDN. É substituído por José de Segadas Viana e assume seu mandato de deputado federal. Em 1954, reelege-se deputado federal pelo PTB. Em 1955, concorre à vice-presidência da República na chapa de Ademar de Barros. Apóia a ação do general Lott cujo objetivo era assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Também em 1955, foi diretor da Editora Última Hora. Faleceu no Rio de Janeiro em 1961 (Cf. “Danton Coelho”, DHBB/CPDOC-FGV).

“Os suplementos literários formaram redes de sociabilidade para muitos intelectuais na década de 50, e juntamente com os cafés, os salões, as revistas literárias e as editoras, permitiram a estruturação do campo intelectual. Aí se encontravam grupos de amigos, muitos originários de uma mesma região ou cidade; aí se exerciam influências, se manifestavam antagonismos, rivalidades e ocorriam cisões. Aí se cruzavam várias gerações, nascidas entre 1880 e 1930” (Abreu, 1996:23).

A cidade do Rio de Janeiro recebia levas e levas de intelectuais, vindos das mais variadas regiões do Brasil. Pode-se dizer que a vinda para a capital do país era um passo decisivo para aqueles que buscavam consagração no círculo intelectual. No caso dos “alegres rapazes da imprensa” que colaboraram em *Comício*, trata-se de um grupo de intelectuais que reunia, grosso modo, duas gerações: uma mais velha e formada por pessoas ou nascidas no Rio de Janeiro ou advindas de outros Estados do país e outra geração mais nova, formada por escritores vindos especificamente de Minas Gerais, quais sejam, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pellegrino.

A importância de se atentar para o grupo que se reuniu em torno da experiência de *Comício*, a despeito de sua existência efêmera, pode ser defendida nos termos de Raymond Williams (1999), embora esse grupo cultural não se estruture da mesma forma que o *Bloomsbury* por ele analisado. Segundo Williams, visto a importância cultural e social de tais grupos culturais, não se poderia escrever uma história da cultura moderna sem estudá-los. No entanto, tanto na história quanto na sociologia perduraria certo embaraço em fazê-lo:

“O grupo, o movimento, o círculo, a tendência parecem ou muito marginais ou muito pequenos ou muito efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Entretanto, sua importância como um fato social e cultural geral, principalmente nos últimos dois séculos, é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre as sociedades com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas” (Williams, 1999:140).

As dificuldades em se analisar os grupos culturais decorrem, de um lado, do fato de geralmente serem menores que os outros tipos de grupos (o que inviabiliza uma análise de cunho estatístico) e, de outro, de não possuírem instituições organizadas e, quando elas existem, serem de escalas e tipos diferentes das instituições de outros grupos. No entanto, haveria grupos culturais muito importantes que apresentariam em

comum um “corpo de práticas ou um *ethos* que os distinguem, ao invés de princípios ou objetivos definidos em um manifesto” (Williams, 1999:140).

Embora Williams chame atenção para a necessidade de se apreender tanto a formação quanto a posição social de um grupo cultural, no caso de *Comício* e diferentemente do *Bloomsbury*, não se trata de indivíduos com as mesmas origens sociais e semelhantes processos de socialização. No entanto, no período em que desenvolveram a experiência de *Comício*, estavam ocupando posições similares na sociedade carioca: eram todos intelectuais de camadas médias que moravam no Rio de Janeiro e pertenciam aos círculos intelectuais ali presentes, embora estivessem uns já consagrados, enquanto outros despontavam no cenário cultural. E, além disso, se juntaram por laços de amizade (tal como no caso do grupo *Bloomsbury*), mas também porque essa amizade revelava certo compartilhamento de hábitos e valores. Em outras palavras,

“O que temos então que perguntar é se algumas das idéias ou atividades compartilhadas entre eles foram elementos de sua amizade, contribuindo diretamente para sua formação e distinção como um grupo, e, mais do que isto, se existia algo sobre a forma como eles se tornaram amigos que indicasse fatores sociais e culturais mais abrangentes” (Williams, 1999:141).

Como sintetiza Heloísa Pontes (1997) a respeito das reflexões de Williams sobre os grupos culturais,

“O ponto central e decisivo da análise, para Raymond Williams, reside em ver o significado do ‘Bloomsbury group’ – e de todo e qualquer agrupamento desse tipo – para além da autodefinição de seus membros. Sendo inegavelmente ‘um grupo de amigos’, ele é também e a um só tempo um grupo cultural e social. Apreendê-lo como tal, exige o entrelaçamento de uma dupla perspectiva. De um lado, o resgate dos termos com que seus integrantes se viam e queriam ser apresentados e, de outro, a análise desses termos a partir de seus significados sociais e culturais mais gerais. (...) Do ponto de vista analítico, o que importa, para Williams, são as relações concretas do grupo com a totalidade do sistema social e não apenas as suas idéias abstratas” (Pontes, 1997:57-58).

Para apreender a relação do grupo com a totalidade do sistema social, é importante se deter sobre o semanário, entendido como expressão de posições e inquietações em relação a seu contexto. Enquanto neste período um mesmo intelectual

trabalhava em diferentes jornais com discrepantes posicionamentos políticos, e não necessariamente partilhava dos mesmos⁵⁶, *Comício* seria um projeto jornalístico diverso justamente por se tratar de um projeto organizado e gerido pelos próprios intelectuais, o que lhes permitia uma autonomia de pauta maior do que quando empregados por um dono de cadeia de jornais. Talvez seja mais que a amizade dos colaboradores com os diretores Braga, Silveira e Corrêa o que os tenha motivado a participar. Assim, embora não se possa garantir que todos os colaboradores concordassem com as opiniões expressas nos editoriais do semanário, *Comício* foi uma reunião de “quase todos os homens de imprensa antigetulista do início dos anos 1950” (Carvalho, 2007:363). Isto é, para além dos laços de amizade, o antigetulismo os unia naquela contingência específica.

Ressalto, porém, que a excepcionalidade desse projeto não significou que os colaboradores trabalhassem exclusivamente para o empreendimento. De fato, vários mantiveram outros espaços na imprensa, visto que, como o próprio semanário assegura a respeito do afastamento provisório de Joel Silveira (que iria fazer reportagens para outro vespertino), “COMÍCIO ainda não chega a ser profissão de ninguém” (*Comício*, n. 21, p. 3). No entanto, não encontrei informações que mostrassem que Rubem Braga, no período de existência do semanário, estivesse trabalhando em outro veículo de imprensa, o que evidencia seu particular comprometimento e aposta em relação ao projeto que formulava. Como ele mesmo confessa em carta à Clarice Lispector, com o fechamento de *Comício*, o cronista teria ficado “meio desempregado”, passando em seguida a colaborar para a revista *Manchete* como um de seus cronistas fixos.

A forma como alguns dos colaboradores se referiram posteriormente a *Comício* denota que, para eles, o semanário foi um projeto especial e com muitas qualidades e inovações, a despeito do fracasso financeiro. Assim, como apresentado no tópico anterior, Fernando Sabino julgava que o semanário fora um precursor da imprensa nanica, e que, apesar da aparência “pobre”, possuía um “rico conteúdo”, sendo um semanário “alegre, descontraído e desabusado” (Sabino, 1999:126). Para ele, a falta de sucesso comercial não condizia com o “espírito renovador que o inspirava” e, mesmo com a curta duração, foi o que houve “de melhor em jornalismo criador” (Sabino,

⁵⁶ Esta questão é discutida, por exemplo, por Mesquita (2008) a respeito da trajetória intelectual de Sérgio Pôrto: “Sem fugir à regra do rodízio de profissionais de imprensa dos anos 50, migrou entre jornais e revistas concorrentes, com colaboração concomitante em mais de um periódico, sem ser necessariamente obrigado a comungar da posição ideológica e partidária dos seus patrões, o que o permitia transitar entre comunistas, nacionalistas e conservadores” (Mesquita, 2008:199).

1996:318). Na mesma linha argumentativa, Otto Lara Resende lembra de *Comício* como um “belo empreendimento” (Resende, 1994:154), enquanto Millôr Fernandes qualifica o semanário de “esplêndido” (Fernandes *apud* Sérgio, 1998:145). Tais percepções a respeito da experiência de *Comício* mostram-se muito próximas das de seu diretor Rubem Braga, o que revela que tanto diretores quanto colaboradores compartilhavam os mesmos valores e intentos em relação ao projeto que faziam. Como explicitado, em sua carta à Clarice Lispector, relatando o fim do semanário, assegura que este havia morrido como nascido: “muito vivo, desleixado, alegre, às vezes malcriado, no fundo talvez sério, em todo caso sempre livre” (Braga, 1953a).

Creio, então, que o significado do projeto de *Comício* foi visto de maneira similar entre os participantes. O antigetulismo do semanário, fator que os unia, será analisado na Segunda Parte da dissertação. Neste tópico, sem tentar apreender todas as redes de amizades que unia o grupo de *Comício*, bem como esse grupo com os outros intelectuais do período⁵⁷, apresento algumas informações sobre seus laços de amizade, tendo Rubem Braga como eixo aglutinador.

A relação de Rubem Braga com Newton Prates, em 1952, já era de longa data. Os dois se conheceram em Belo Horizonte em 1932, quando o cronista, por intermédio do irmão Newton Braga⁵⁸, passou a trabalhar nos jornais *Diário da Tarde* e *Estado de Minas*. Newton Prates dirigia o primeiro veículo, sendo que ambos eram propriedades de Assis Chateaubriand, “o fundador daquele que viria a ser o mais poderoso império de comunicação do país, os Diários Associados” (Werneck, 1992:86).

Até então, Braga não havia tido qualquer experiência com uma redação de jornal, embora já houvesse publicado crônicas no jornal de sua família em Cachoeiro de Itapemirim, chamado *Correio do Sul*⁵⁹. Mandava seus textos do Rio de Janeiro, onde iniciou o seu curso de direito. Depois, se transferiu para Belo Horizonte, ficando próximo de seu irmão e finalizando o curso naquela cidade.

⁵⁷ Creio que para esgotar a análise de todas as redes de amizades nas quais esses intelectuais estavam inseridos no período exigiria um esforço analítico maior do que o possível no presente momento.

⁵⁸ Newton Braga estava em Belo Horizonte desde 1929, tratando de uma tuberculose e trabalhando na redação do *Estado de Minas*. “Formou-se em direito e, na hora de voltar para casa, no início de 1932, perguntou se não poderia deixar seu emprego para um irmão mais novo, em Belo Horizonte desde o ano anterior. O garoto estava com dezenove anos e se chamava Rubem. Rubem Braga” (Werneck, 1992:87).

⁵⁹ Entre os temas então abordados por Braga já estava a política. Segundo Humberto Werneck, nessa época o cronista recebeu o primeiro susto de uma série que iria resultar até em sua prisão durante o Estado Novo: “Às vésperas da Revolução de 1930, ele andou criticando a Aliança Liberal, que em outubro derrubaria o presidente Washington Luis. Vitorioso o movimento, foram procurá-lo na redação do jornal. Rubem, por sorte, estava no Rio, e quando voltou a Cachoeiro, em dezembro, para o enterro do pai, os revolucionários já não queriam o seu sangue” (Werneck, 1992:87). .

Newton Prates afirma que, inicialmente, a turma de redação não gostou de Rubem Braga: “À sua chegada, foi recebido com pouca simpatia. A turma da casa não topou muito o jeitão daquele camarada de ar agreste, mal-ajambrado, sobrancelhas cerradas, rosto fechado, arisco, desconfiado” (Prates *apud* Werneck, 1992:88). Deram a Rubem Braga, como teste, “a tarefa de cobrir, para o *Diário da Tarde* – o vespertino dos Associados de Minas, lançado a 14 de fevereiro de 1931 e dirigido por Newton Prates – a primeira exposição de cães de Belo Horizonte (...). Não faltou quem jurasse que o rapaz não voltaria. Voltou. Sentou-se em silêncio e produziu uma pilha de papéis cheios de rabiscos e borrões” (Werneck, 1992:88).

Segundo Newton Prates:

“Não tivemos ânimo para enfrentar aquela maçaroca. Passamos as tiras a Guilhermino Cesar, redator-chefe, que, por sua vez, achando aquelas tiras pouco convidativas, passou-as a Otávio Xavier, secretário da redação, que, mal humorado, começou a examinar a reportagem – enquanto o autor espiava de longe, indiferente. Pouco depois, o secretário da redação chamava o redator-chefe, os dois leram a reportagem com muita atenção, trocaram impressões e foram juntos à mesa do diretor. – Está nascendo um sujeito novo no jornal, no Brasil. Escreve diferente de todo mundo e escreve muito bem, Vai longe este rapaz” (Prates *apud* Werneck, 1992:88-89).

A reportagem de Rubem Braga, “Os homens festejando o seu fiel e grande amigo...” se tornou o marco inaugural de sua carreira, “uma página preciosa, até hoje relemburada por velhos colegas” (Campos *apud* Werneck, 1992:89), como atestou Paulo Mendes Campos nos anos 1980. Poucas semanas depois dessa reportagem, Braga foi convidado a escrever crônicas diárias no *Estado de Minas*, que possuía mais prestígio e cujo diretor, na época, era Afonso Arinos de Melo Franco, que, no período de publicação de *Comício*, encontramos ocupando o cargo de líder da UDN. Em julho de 1932, Rubem Braga é enviado como correspondente de guerra do *Estado de Minas* para cobrir a Revolução Constitucionalista.

Após desentendimentos com a direção do *Estado de Minas*, é transferido, em 1933, para São Paulo, onde passa a trabalhar no *Diário de São Paulo*, jornal também pertencente a Assis Chateaubriand, e dirigido por Antônio de Alcântara Machado, de quem se torna amigo. As crônicas publicadas nesse jornal passam a ser republicadas em outros jornais da cadeia dos *Diários Associados*, em diferentes capitais do Brasil, “o que em pouco tempo transformaria seu nome em um dos mais conhecidos da imprensa brasileira” (Carvalho, 2007:193). Nesse período, convive com Oswald de Andrade e

Mário de Andrade. Também conhece Elsie Lessa, que viria a substituir Clarice Lispector em *Comício*:

“Uma dessas mulheres ele seguiu, a pé, ao longe, do Viaduto do Chá ao Largo de São Francisco (...) pelo puro prazer de vê-la caminhar, os cabelos ao sol. Era uma bela morena, ‘de olhos quase verdes, vestido claro e andar elástico’, que Rubem só reveria anos mais tarde: Elsie Lessa, então mulher do romancista Orígenes Lessa e, mais tarde, mãe de Ivan Lessa e que, ainda mais tarde, seria companheira de boêmia do próprio Rubem e Vinícius de Moraes” (Carvalho, 2007:195).

Em 1935, já de volta ao Rio de Janeiro, envolveu-se politicamente com a oposição ao governo Vargas realizada pela Aliança Nacional Libertadora, tornando-se amigo de Eneida⁶⁰. Em 1937, morou em um quarto de pensão no Catete, convivendo diariamente com Graciliano Ramos, recém saído da prisão e que estava hospedado na mesma pensão. Lá também morava Lúcio Rangel, de quem se tornou amigo⁶¹.

Em 1940 é convidado por Ademar de Barros, então interventor de São Paulo nomeado por Vargas, a trabalhar em *O Estado de S. Paulo*, que estava sob tutela do Estado, enquanto o dono do jornal, Júlio de Mesquita Filho, permanecia exilado. Nesse período em São Paulo, convive com outro colaborador de *Comício*, que seria o representante do semanário na sucursal paulistana: Luís Martins. Além dele, também estreita relações com Tarsila do Amaral, mulher de Martins, e Sérgio Milliet. “Rubem e Luís tinham se tornado amigos anos antes, ainda no Rio, tempo em que Martins era um notívago contumaz da Lapa (...). Durante décadas Rubem e Luís seriam companheiros de jornalismo e de copo, e várias vezes o cigano Rubem tentaria levar o amigo em suas viagens internacionais. Em vão: Martins tinha pavor de voar” (Carvalho, 2007:292-293).

Em 1944, Rubem Braga viaja à Itália para cobrir a Segunda Guerra Mundial como correspondente do *Diário Carioca*. Joel Silveira também estava lá, como correspondente dos *Diários Associados* e, dentre todos os correspondentes brasileiros, é

⁶⁰ “A ANL criou vários grupos paralelos, entre eles o de defesa dos direitos da mulher. Criada em abril de 1935, a União Feminina do Brasil, que reuniria nomes como Nise da Silveira, Eneida, Maria Werneck de Castro e crítico do feminismo Rubem Braga, queria romper os limites da conservadora sociedade brasileira. Rubem não ficou apenas aí: inscreveu-se também na Liga da Defesa da Cultura Popular, junto a [Carlos] Lacerda, Aníbal Machado, Aparício Miranda (o Barão de Itararé), o pintor Santa Rosa, Brasil Gerson, Murilo Miranda e Mário Martins, homens que, a partir daí, teriam forte presença em sua vida” (Carvalho, 2007:218).

⁶¹ Moacir Werneck de Castro, Lúcio Rangel e o jornalista Vanderlino Gonçalves também se hospedavam ali e constituíam o grupo de convivência de Braga” (Cadernos de Literatura Brasileira: Rubem Braga, 2011:12).

“aquele que se tornaria um dos seus maiores amigos. A passagem pelos campos de guerra na Itália seria motivo de troças mútuas durante anos, a começar pelo fato de Braga fumar desbragadamente e quase não comer – um pecado mortal para o glutão Silveira” (Carvalho, 2007:18). Em 1945, Rubem Braga e Joel Silveira estão juntos na formação da Esquerda Democrática, composta por aqueles que, embora contrários a Vargas e ao integralismo, também não concordavam com Luis Carlos Prestes e com os comunistas. A Esquerda Democrática formaria, em seguida, o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

“Rubem, Joel Silveira, Sérgio Buarque de Holanda, até um remotamente politizado Manuel Bandeira assinaram o documento, abrindo espaço para uma esquerda não-marxista no Brasil, uma esquerda que não concordava com o autoritarismo dos comunistas.

Estes esquerdistas, muitos deles simpatizantes do trotskismo, eram contrários aos stalinistas, e por isso foram tratados, desde os anos 1930, como traidores, vendidos, quando não fascistas, pelos seguidores de Prestes. Não era engraçado: aquele sectarismo gerava raiva e desprezo de parte a parte. Para a Igreja, porém, os socialistas eram apenas comunistas disfarçados. E até em casa Rubem teria problemas: [sua mulher] Zora é comunista e, aos oito anos, o filho Roberto adora Vargas. Apesar disso, diria aos amigos, a família estava bem.

Mário Pedrosa, Lívio Xavier, os Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco, Evandro Lins e Silva, Joel Silveira e Rubem Braga – profissional e eticamente respeitados, além de esquerdistas – apóiam a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e criam a seguir o Partido Socialista Brasileiro, distante do populismo, e assim sem qualquer base eleitoral” (Carvalho, 2007:313).

Nos anos 1950, já nacionalmente conhecido, Rubem Braga consolidaria sua imagem de cronista carioca, a despeito de toda a sua produção anterior produzida em várias cidades, como Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Nesse período, “é definitivamente um boêmio e dessa forma é tratado pelos jornais mundanos, que o vêem nos bares e boates, ombreando com Humberto Teixeira, Aracy de Almeida, Silvio Caldas, Joel Silveira, Ary Barroso e o diplomata Soares de Pina” (Carvalho, 2007:352).

Assim como Joel Silveira, Braga tornou-se amigo de Clarice Lispector quando esteve na Itália e depois, foi o responsável por apresentá-la a Fernando Sabino, quando este veio morar no Rio de Janeiro ainda em 1944:

“Rubem Braga conheceu Clarice na Itália durante a guerra – Maury Gurgel Valente, seu marido, servia em Nápoles como diplomata. Quando ela veio ao Brasil, Rubem nos apresentou um ao outro.

Fiquei deslumbrado com ela.

Imediatamente nos tornamos amigos, de intenso convívio, enquanto ela esteve aqui. (...) Depois que deixou o país, nossa amizade continuou, intensamente vivida através de cartas, com uma frequência às vezes semanal, de 1946 a 1969 – durante 23 anos, portanto” (Sabino, 1999:115-116).

Se Sabino mudou-se para o Rio de Janeiro em 1944, seus inseparáveis amigos, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos, vieram no ano seguinte para a capital do país. Hélio Pellegrino, o último nome do grupo intitulado por Otto em 1980 como “Os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse” (Werneck, 1992:101), se muda para o Rio de Janeiro no ano da experiência de *Comício*, isto é, em 1952. Como relata Sabino, “eu sentia falta dos meus amigos de Belo Horizonte, mas eles foram vindo em seguida – primeiro Paulo, depois Otto. Hélio só veio mais tarde” (Sabino, 1999:93). Trajetória parecida com “os quatro cavaleiros...” teve o piauiense Carlos Castello Branco, que, “mineiro adotivo” como Rubem Braga (Werneck, 1992:187), trocou Belo Horizonte pelo Rio de Janeiro em 1945. Castello Branco havia chegado à capital mineira em 1937, tendo então dezesseis anos e com o objetivo fazer o curso pré-jurídico. Começou a trabalhar no *Estado de Minas* em 1939.

“Fez carreira rápida e foi, aos poucos, abandonando as veleidades literárias (...). O piauiense feioso chegaria a subsecretário do *Estado de Minas*, cargo que ocupava ao deixar Belo Horizonte, em setembro de 1945. Foi para o Rio, trabalhar em *O Jornal*, que também pertencia à cadeia dos Diários Associados” (Werneck, 1992:133).

No período de permanência em Belo Horizonte, fez amizades com o grupo de mineiros que contribuiria em *Comício*:

“No ano em que entrou no *Estado de Minas*, Castello, aluno da Faculdade de Direito, editava a revista *Projeção*, do Diretório Central dos Estudantes, e nessa condição conseguiu arrastar a Minas Gerais ninguém menos que Mário de Andrade, para duas conferências. Foi nessa ocasião que fez amizade com outros jovens aspirantes à literatura. Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Murilo Rubião. Trabalhando até alta madrugada e acordando às quatro da tarde, Castellinho não participava das farras de seus

novos amigos. Mas com eles se reunia, de noitinha, na Nova Celeste. Aos domingos, sobretudo” (Werneck, 1992:134).

Sabino mostra que, ao chegar ao Rio de Janeiro, passou a conviver com outros intelectuais, dentre eles Rubem Braga. Esse relato, embora feito em primeira pessoa, pode ser estendido aos outros “três cavaleiros” e a Castellinho, visto que formavam um grupo dos mineiros no Rio de Janeiro⁶²:

“Mudar para o Rio de Janeiro, capital do Brasil, era sair da província e cair na corte. Minha vida sofreu profunda alteração.

Passei a conviver com novos companheiros – uma roda de escritores e jornalistas cerca de dez anos mais velhos do que eu. A começar por Vinicius de Moraes.

A turma de que ele fazia parte se reunia no Alcazar, bar da Avenida Atlântica. Além de Vinicius, compunha-se de Rubem Braga, Carlos Lacerda, Moacir Werneck de Castro, Lauro Escorel, Carlos Thiré e sua mulher Mariinha (que ainda não era a famosa Tônia Carrero), às vezes Di Cavalcanti e Carlos Leão. Eram estes os mais constantes” (Sabino, 1999:91).

Sabino descreve como enxergava Rubem Braga e a importância que este passou a ter em sua vida. Segundo o mineiro, Braga,

“Calado, sisudo, revezando seu chope com um cálice de conhaque Macieira, parecia-me destoar da brilhante roda de intelectuais que passei a encontrar, durante o dia no Café Vermelhinho e no bar da ABI, à noite no Alcazar e algum tempo mais tarde na boate Vogue. Desde o primeiro momento me afeiçoei a ele, a despeito da diferença de temperamento entre nós. Os extremos se tocam: tanto assim que fomos sócios, como editores, durante mais de dez anos, e nos demos muito bem.

Rubem sempre foi aquele amigo com quem se pode contar. Em caso de algum problema, se eu tivesse de pedir ajuda a alguém, seria a ele, a qualquer hora do dia ou da noite. E sempre foi de um senso de humor inesperado e irresistível, nas suas observações” (Sabino, 1999:93).

Paulo Mendes Campos, já no Rio de Janeiro, passa a morar com Rubem Braga, dividindo um apartamento em Copacabana. O cronista começa a fazer passeios ciclísticos com Paulo, além de Otto Lara Resende, Vinicius de Moraes e Moacir

⁶² Otto Lara Resende mostra a relação de Carlos Castello Branco com os intelectuais mineiros, incluindo ele mesmo. Escrevendo uma pequena biografia do jornalista, afirma: “Não sei avaliar até onde os anos que viveu em Minas e os muitos anos que depois conviveu com os mineiros contaram no desenho do seu perfil moral e psicológico. Sei que desde sempre, desde o primeiro momento, ele foi um dos nossos, ainda que tenhamos queixas recíprocas. Até nisto, esse piauiense é mineiro, mineiro exilado como nós; até no rigor com que o julgamos, julgando-nos” (Resende, 1994:164-165).

Werneck de Castro, indo de Copacabana até o Leblon (Cf. Carvalho, 2007:319). Braga estreita relações não apenas com os três amigos mineiros recém chegados à capital, mas também com Clarice Lispector, que estava novamente morando no Rio.

Em 1949, Rubem Braga começa a frequentar o recém inaugurado Juca's Bar. Além de Paulo Mendes Campos, ele se encontrava com outros futuros colaboradores de *Comício* como Sérgio Pôrto e Lúcio Rangel. Conforme dito, Pôrto foi trazido à redação de *Comício* por intermédio de Paulo Mendes Campos. Depois de algumas edições, Sérgio Pôrto passou a dividir a seção do semanário sobre a semana do Rio de Janeiro, com suas atrações culturais e esportivas, com o seu tio, Lúcio Rangel, e com Antonio Maria. *Comício*, como vimos, foi um espaço de estréia tanto de Pôrto quanto de Maria. Como lembra Paulo Mendes Campos sobre o primeiro:

“O humorista começou a surgir no *Comício*, um semanário boêmio e descontraído, onde também apareceram as primeiras crônicas de Antônio Maria. Mas foi no *Diário Carioca*, também boêmio e impagável, que nasceu Stanislaw Ponte Preta, que tem raízes no Serafim Ponte Grande, de Oswald de Andrade, e em sugestões de Lúcio Rangel e do pintor Santa Rosa” (Campos, 2000:90).

No ano seguinte ao fechamento de *Comício*, Pôrto e Maria passam novamente a retratar o cotidiano do Rio de Janeiro como “cronistas da noite”, isto é,

“o homem que vive nas madrugadas e vem por um jornal contar, diariamente, a vida das boates, bares, dos restaurantes de Copacabana’. Nesse rol, destacamos os pioneiros Antônio Maria, boêmio contumaz, famoso pela coluna ‘Mesa de Pista’, de *O Globo*, entre outras colunas. Sérgio Pôrto, um boêmio considerado atípico, não muito afeito ao álcool e amante das manhãs ensolaradas de verão, estréia nessa modalidade jornalística, em 1953, como Stanislaw Ponte Preta, colunista d ‘O Rio se Diverte’, do *Diário Carioca*, onde também escrevia Antônio Maria, assinando ‘A Noite é Grande’.

Nessa época, seguindo os passos de Lúcio Rangel, primeiro cronista de música popular da imprensa brasileira, os cronistas da noite fazem da música popular brasileira a atração principal das boates, bares e circuito boêmio da zona sul, introduzindo-a definitivamente no gosto da elite” (Mesquita, 2008:112).

Em 1951, Rubem Braga aceita receber o título “Cachoeirense Ausente de 1951”, comemoração que havia sido criada por seu irmão Newton Braga como forma de homenagear os conterrâneos. Dentre os amigos que ele leva junto à Cachoeiro está

Millôr Fernandes, que no ano seguinte colaborará em *Comício*: “E leva amigos cariocas: Vinícius [de Moraes], Millôr [Fernandes], [Fernando] Sabino, Otto Lara [Resende], [Alfredo] Ceschiatti, de avião, e inauguram o assim chamado aeroporto da cidade natal, várias vezes reinaugurado e abandonado mais tarde” (Carvalho, 2007:356). No dia em que Rubem Braga faleceu, Millôr Fernandes afirmou que:

“Conheci Rubem Braga a vida inteira. Li Rubem Braga a vida inteira. Foi, sem dúvida, o ser humano que mais admirei a vida inteira. Ontem, quando vinha de carro pra cá, pro meu estúdio, parado no sinal da Praça General Osório, olhei, como todos os dias, pras janelas do seu terraço cheio de árvores. Sua cobertura agrária, lá no alto, pregada ao morro do Cantagalo. Ao contrário de todos os dias, as janelas estavam fechadas. Pra ele, pra mim, pra sempre. Nunca mais voltaremos lá” (Fernandes, 1990).

No início de 1952, Rubem Braga conhece outro colaborador de *Comício*: o poeta amazonense Thiago de Mello. José Lins do Rego havia levado Mello até José Olympio, já que o editor havia se interessado por seu trabalho. Na editora, Thiago de Mello se deparou com Guimarães Rosa, Mário Palmério, Cyro dos Anjos e Rubem Braga:

“Mello disse qualquer coisa ao cronista e este respondeu com sua voz rouca e de timbre suave: ‘Tudo o que de mim se perde, acrescenta-se ao que sou’. O que espantou o poeta: eram versos de um poema de sua autoria, publicado no sábado anterior no suplemento literário do *Correio da Manhã*.

Desde então, e durante quase quarenta anos, Rubem Braga e Thiago de Mello se falariam, apesar da diferença de idade entre eles, apesar da distância geográfica – Braga em Ipanema, Mello na inacessível Barreirinhas, no Amazonas –, apesar das diferenças políticas. O que tinham em comum era a poesia (...).

Logo após o encontro na editora, Rubem convidou Thiago de Mello para fazer reportagens e entrevistas sobre o mundo cultural para a *Comício*. Mello passou a ser um vago secretário de redação e era ele quem levava os originais da revista até a *Última Hora*, onde a *Comício* era impressa⁶³” (Carvalho, 2007:364).

Assim como muitos colaboradores de *Comício*, inclusive o próprio Braga, Thiago de Mello passa a colaborar para a revista *Manchete* após o fim do semanário.

⁶³ Fernando Sabino apresenta uma narrativa diferente a respeito da entrada de Mello na redação de *Comício*. Segundo o cronista, “um dia Thiago de Melo (poeta) apareceu na redação pedindo trabalho. Joel [Silveira] lhe encomendou uma reportagem sobre construção civil: trabalhasse de verdade, pesquisasse muito, fizesse coisa séria, mesmo que levasse tempo. E da janela da redação, que era num 16º andar da Cinelândia, mostrou-lhe lá embaixo uma construção ainda nos alicerces: só me apareça quando aquele prédio estiver da altura deste aqui. Meses mais tarde, estava na sua mesa de trabalho, quando ouviu alguém a chamá-lo lá fora: era Thiago, dependurado nos andaimes do prédio, já então à altura da nossa janela, acenando alegremente com a reportagem na mão” (Sabino, 1996:317).

Embora seu nome apareça como colaborador da revista de Bloch desde o primeiro número, Rubem Braga só “toma posse do espaço em definitivo meses depois, quando o novo editor Hélio Fernandes anuncia: ‘Toda semana, de parceria com o ilustrador Anahory, Braga terá duas páginas à sua disposição’. (...) ‘Duas páginas de Rubem Braga’ é o título da contribuição semanal do cronista, que estréia com ‘Lembrança de um braço direito’” (Carvalho, 2007:367). Hélio Fernandes foi o diretor da revista por dois anos e nesse período *Manchete* enfrentou uma crise econômica, a ponto de Bloch a oferecer a Samuel Wainer, que gozou da proposta.

“Sem saber o que fazer, Adolpho e irmãos aceitavam as propostas de [Hélio] Fernandes, que convidou jovens jornalistas como Thiago de Mello e abriu páginas para os cronistas. Aos quarenta anos incompletos, Rubem é o mais velho dos colaboradores da revista, que se tornaria, não muito depois, a maior tiragem da imprensa brasileira, ainda que nenhum dos seus editores concorde em que momento e sob a direção de quem tal fato ocorreu” (Carvalho, 2007:367).

Vale notar que boa parte dos colaboradores de *Comício* fazia parte da redação do *Diário Carioca* no começo dos anos 1950, tais como Rubem Braga, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Carlos Castello Branco, Eneida, Sábato Magaldi e Sérgio Pôrto. E, assim como em *Comício*, a dupla Carlos Castello Branco e Otto Lara Resende escrevia a respeito de política. Fernando Sabino lembra que:

“De minha parte, ainda no tempo em que se chamava seção, eu me encarregava de uma no Diário Carioca, então sob a chefia vibrante e entusiástica de Pompeu de Souza. Com o título ‘Entrelinha’, eu narrava e comentava pequenos fatos pitorescos ou simplesmente humanos da vida cotidiana. Quando tive de interromper a seção, passei-a a Paulo Mendes Campos (...). Carlos Alberto Tenório exercia as funções de secretário de redação e chefe de reportagem, o que não devia ser brincadeira. O jornal era todo loteado num verdadeiro condomínio de seções, a partir da primeira página, com vibrante rodapé assinado pelo senador Macedo Soares ou por Danton Jobim. (Ainda se diz rodapé?) Era cada um na sua ‘crônica’: Maneco Müller (como Jacinto de Thormes) na social, Armando Nogueira na esportiva, Sérgio Porto na musical, Décio Otoni na de cinema, Prudente de Moraes, neto (com vírgula e *n* minúsculo, ele fazia questão), dito Pedro Dantas, na de turfe (havia turfe naquele tempo!), Otto Lara Resende e Carlos Castello Branco na política, Rubem Braga na crônica propriamente

dita. E ainda Jânio de Freitas, Evandro Carlos de Andrade...⁶⁴” (Sabino, 2001a: 33-34).

Por meio desta breve reconstrução de parte da biografia de Rubem Braga tendo em vista sua relação com os colaboradores de *Comício*, é possível perceber que o cronista, junto com os diretores Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira, ao organizar o semanário, recrutou nomes que lhe eram próximos e com os quais mantinha estreita relação. Embora de curta duração, a experiência de *Comício* congregou um grupo cultural formado por intelectuais que se movimentavam pelos mesmos espaços de sociabilidade (bares, boates, praias, as casas uns dos outros) e institucionais (as redações dos jornais) e que tinham como pauta política comum um distanciamento em relação ao governo de Getúlio Vargas. Passo, então, a delinear a estrutura do semanário, bem como as seções incumbidas a cada colaborador.

A forma e a estrutura de *Comício*

Em entrevista a Nunes (Cf. Nunes, 1997:60), Joel Silveira assegura que o título do semanário foi criado por ele. E, assim como Fernando Sabino, aproxima *Comício* como precursor do *Pasquim*, pois, tal como posteriormente ocorreria neste tablóide, “cada qual fazia o que queria e não havia censura” (Nunes, 1997:61). Joel, também como Sabino, cita a participação de Danton Coelho na consecução do semanário:

“Com a ajuda de Danton Coelho, Ministro do Trabalho de Vargas, que nunca interferiu na linha adotada pelo jornal, *Comício* tentou sobreviver graças aos anunciantes. Danton, amigo de Rafael Corrêa de Oliveira, ‘aconselhava’ seus conhecidos a anunciar no semanário recém-inaugurado.

Todos esses esforços, no entanto, foram em vão. Economicamente, o jornal não supria suas necessidades, a ponto de os custos de impressão não serem pagos e acumularem-se mês a mês. *Comício* era rodado nas oficinas do *Última Hora* e, como a dívida se acumulava, certo dia Samuel Wainer resolveu cobrá-la. O semanário não tinha receita para efetuar o pagamento. Então, Wainer lançou uma contraproposta convidando Joel Silveira a trabalhar com ele. Assim, gradativamente, as reportagens de Joel iam abatendo a dívida. Sem Joel Silveira, Rubem Braga assume a direção e *Comício* circula por mais dois meses” (Nunes, 1997:61-62).

⁶⁴ Em outra crônica, também se recordando dos colaboradores do *Diário Carioca*, depois de citar vários nomes, acrescenta: “Sem falar no Otto, o Paulo, o Rubem, o Castellinho, amigos de sempre” (Sabino, 1999:122), salientando sua proximidade com os membros do grupo que formara *Comício*.

É possível que, em sua entrevista à Nunes, Joel tenha feito uma confusão em relação ao que se refere à participação de Danton Coelho, pois, segundo Angela de Castro Gomes (2007a), este havia deixado no ano anterior o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)⁶⁵. Em janeiro de 1951, Vargas toma posse como presidente, dando início ao seu novo mandato, agora em um regime democrático. “Na campanha, havia defendido o aumento do salário mínimo e a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. Também criticara as intervenções nos sindicatos, promovidas no governo Dutra, prometendo eleições livres. Depois da posse, Danton Coelho, político do PTB, assume o MTIC” (Gomes, 2007a: 53). Coelho, porém, fica poucos meses no cargo, desligando-se em setembro do mesmo ano. A renúncia foi motivada pelo fato de Coelho “não concordar com a política de conciliação com as forças oposicionistas, em especial a UDN. É substituído por Segadas Vianna, que permanece no cargo até 1953, e que era, igualmente, um petebista e um anticomunista” (Gomes, 2007a:53). Pode-se pensar, então, que se Coelho de fato tenha auxiliado, persuadindo conhecidos a anunciar no semanário, se deva a uma oposição ao governo com o qual havia rompido no ano anterior, visto que *Comício* mantinha uma postura crítica em relação ao segundo governo de Vargas.

Em suas memórias, Samuel Wainer conta que Danton Coelho esteve próximo de Vargas no período que antecede à sua eleição. Coelho estava em São Borja, na propriedade de Getúlio, quando este fechou um acordo com Ademar de Barros em março de 1950 a respeito de sua candidatura: “Ademar viajara a São Borja para discutir os termos de um eventual acordo que lhe permitiria apoiar a candidatura de Vargas. Participaram do encontro Danton Coelho, que depois seria ministro do Trabalho de Getúlio, e o general Estillac Leal, que mais tarde assumiria o Ministério da Guerra. Dessa longa reunião na estância de Itu resultaria o Pacto da Frente Popular Brasileira. Por esse acordo, Getúlio seria o candidato às eleições de 1950 e apoiaria em 1955 a candidatura de Ademar de Barros à Presidência” (Wainer, 1988:29-30). Quanto à saída de Coelho do Ministério, Wainer admite ter tido participação ativa em seu afastamento no ano seguinte, apresentando uma versão do ocorrido que não noticia a respeito do descontentamento de Coelho em relação à política de conciliação com a oposição adotada por Vargas:

⁶⁵ O MTIC foi criado em 26 de novembro de 1930, mês em que Getúlio Vargas toma posse como chefe do Governo Provisório. “O primeiro ministro foi o gaúcho Lindolfo Collor, no cargo até 1932. Collor iniciou a formulação de leis que lançaram as linhas mestras da legislação do trabalho. Entre os membros de sua equipe estavam Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes e Agripino Nazareth” (Gomes, 2007a:30).

“Em pouco tempo, eu me tornara mais importante junto a Getúlio que qualquer ministro de Estado. Minha sintonia com Vargas era tão completa que nem precisávamos ser explícitos a respeito de certos assuntos para entender-nos. Foi assim, por exemplo, no episódio da queda do ministro do Trabalho, Danton Coelho. Danton era uma excelente figura, um homem de bem, mas ineficaz. Passava dias inteiros no Jockey Clube, alheio ao que ocorria num ministério que era seguramente o mais importante de todo o governo. Decidi derrubá-lo, interessado em preservar a imagem do governo e também convencido de que seria muito melhor para Vargas substituir Danton. Procurei o presidente para dizer-lhe que o governo estava perdendo popularidade em consequência do mau desempenho do ministro do Trabalho. Getúlio apenas ouvia. Disse-lhe também que meu jornal tinha compromissos com a figura do presidente, mas não com todos os seus ministros. Comuniquei, enfim, que pretendia atacar duramente Danton Coelho.

– Faça o que achar melhor – resumiu Getúlio.

No fundo, ele desejava livrar-se de Danton. No dia seguinte, publiquei um editorial com o título ‘O grande irresponsável’, dizendo horrores do ministro do Trabalho. Poucas horas depois, Danton Coelho demitiu-se do cargo” (Wainer, 1988:150).

Com ou sem o auxílio do ex-ministro de Vargas que teria se desligado do governo em decorrência do editorial do mesmo jornal em cujas oficinas *Comício* seria rodado, o certo é que a redação do semanário se localizava no centro da cidade do Rio de Janeiro, na rua Álvaro Alvim. Sua ficha catalográfica – que até o número 16 era publicada já na segunda página, dentro de um box no canto superior esquerdo, e que a partir do próximo número passou a ocupar a terceira página, junto com o editorial – traz outras informações relevantes:

“Comício
Semanário Independente

Direção de
JOEL SILVEIRA, RA-
FAEL CORRÊA DE
OLIVEIRA E RUBEM
BRAGA

Propriedade da Gráfica-Edito-
ra COMICIO Ltda.
(Em organização)

Diretor-Secretário
LÉO P. PINTO

Diretor-Gerente
ALBERT FADEL⁶⁶

Redação, Administração e Gerência: Rua Álvaro Alvim, 31
(20.º) – Tel. 32-1652

Sucursal em São Paulo:
LUÍS MARTINS
E. S. I. – Rua José Bonifácio,
233 – Sala 307

ASSINATURAS:
ANO..... Cr\$ 140,00
SEMESTRE..... Cr\$ 70,00
NÚMERO AVULSO Cr\$ 3,00” (*Comício*, n.1, p.2, grifos do autor).

Estas informações estão presentes no primeiro número do semanário e nos permite apreender que havia não apenas uma redação na cidade do Rio de Janeiro, mas que também uma sucursal na cidade de São Paulo, sob a direção de Luís Martins⁶⁷. Além disso, os diretores Joel Silveira, Rafael Corrêa de Oliveira e Rubem Braga provavelmente ambicionavam que o seu projeto editorial tivesse vida longa, uma vez que, já neste primeiro número, é informado na ficha o valor não apenas da venda avulsa – valor este que também consta na capa do semanário –, mas também das assinaturas semestrais e anuais. A esse respeito, vale sublinhar dois anúncios que aparecerão com frequência em *Comício*. O primeiro, que foi publicado pela primeira vez em seu número 5, exclamava:

“SEJA ASSINANTE DE ‘COMÍCIO’

⁶⁶ Não foi possível rastrear quem são as pessoas nomeadas como Diretor-Secretário e Diretor-Gerente. A partir do número 10, o nome de ambos não mais aparece na ficha catalográfica e, neste mesmo número, logo abaixo da ficha, é publicado o seguinte texto informando a saída dos dois: “COMÍCIO se Despede de Dois Fundadores – ‘Comício’ deixou de contar com a colaboração de dois de seus fundadores: Albert Fadel e Leo P. Pinto, que desde o primeiro número vinham ocupando os cargos de diretor-gerente e diretor-secretário deste jornal. Ambos se retiraram por necessidade de atender a outras atividades que não lhes deixam tempo para desempenhar as funções que tinham neste semanário. Alberto Fadel e Léo P. Pinto deram o melhor de seus esforços nos primeiros tempos de ‘Comício’, e aqui lhes agradecemos essa cooperação. A gerência fica, provisoriamente, a cargo de Joel Silveira” (*Comício*, n.10, p.2). Na ficha catalográfica dos números 19 e 20 é informado que Pedro Gomes ocupa o cargo de “Secretário da Redação” e, do número 21 ao 23, é acrescido o nome de Thiago de Mello à função.

⁶⁷ Ainda em seu número 1, logo abaixo da seção “A Semana em São Paulo”, encontra-se um box que informa: “Sucursal de *Comício* EM SÃO PAULO: Direção de LUÍS MARTINS E. S. I. – RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 233 (SALA 307)” (*Comício*, n.1, p.19, grifos do autor).

COMÍCIO é uma revista para lêr e guardar. E uma assinatura é a melhor maneira de V., leitor amigo, contar sempre com o seu exemplar semanal, entregue na sua própria casa. Seja também um assinante de COMÍCIO remetendo-nos o CERTIFICADO abaixo, acompanhado da importância de Cr\$ 150 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS), o que lhe dará direito a uma assinatura anual do nosso semanário” (*Comício*, n.5, p.22, grifos do autor).

No certificado que vem abaixo, além de constar o endereço da redação no Rio de Janeiro, é pedido para que a remessa fosse enviada exclusivamente por cheque, vale postal ou pelo valor declarado. O leitor também precisaria preencher os campos referentes ao seu nome e endereço, sendo pedido, nesse caso, o seu Estado, o que evidencia que o semanário circulava para além de seu estado de origem⁶⁸. Quanto ao valor, já em seu número 2 é informado que a assinatura mensal custava 150 cruzeiros, 10 cruzeiros a mais que o veiculado em seu número de estréia. O valor da assinatura semestral também sobe 10 cruzeiros, custando Cr\$ 80,00 a partir de seu número 4. Apenas o valor do número avulso se mantém constante durante todos os 23 números de *Comício*.

Já o segundo anúncio, publicado pela primeira vez em seu número 6, informa:

“UMA ASSINATUTRA ANUAL DE
Comício
CUSTA APENAS CR\$ 150,00
—
Gráfica-Editora ‘COMÍCIO’ Ltda.
Rua Álvaro Alvim, 30 – 20.º
Telefone 32-1652 – Rio de Janeiro” (*Comício*, n.6, p.23).

Para se ter uma ideia do valor do semanário, vale a pena comparar com o valor do salário mínimo do período. Em dezembro de 1951, “Vargas assina lei que aumenta o salário mínimo, congelado há 8 anos. Ele passa de Cr\$ 380,00 para Cr\$ 1.200,00” (Gomes, 2007a:54). Desse modo, ao ser lançado com o preço de capa de Cr\$ 3,00, o leitor que quisesse adquirir um exemplar desembolsaria 0,25% de seu salário. Infelizmente, poucos anúncios em *Comício* vinham acompanhados de um preço. Uma exceção é um de autoria da “Agência Geral” de viagens sobre um “Grande Cruzeiro à Europa”, com “85 dias de viagem, visitando-se 8 países” (*Comício*, n.3, p.19) cujo preço é de Cr\$ 41.500,00, ou seja, aproximadamente 34,5 salários mínimos. Nesse mesmo número, a incorporadora Santos Vahlis vende “APARTAMENTOS A 5

⁶⁸ A questão da circulação e recepção do semanário será desenvolvida no próximo tópico deste capítulo.

MINUTOS DA AV. RIO BRANCO” (*Comício*, n.3, p.25) com valores de “Cr\$ 112.000,00 A Cr\$ 240.000,00”. Outro anúncio, cujo preço é mais próximo ao do semanário, é o de um cigarro: “QUASE TODO MUNDO FUMA... ASTORIA – Cr\$ 2,50 – UM PRODUTO SOUZA CRUZ” (*Comício*, n.3, p.24). Por meio dessa comparação, *Comício* parece ser acessível ao grande público.

Enquanto a cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo possuem uma seção desde o primeiro número – “A Semana da Cidade” e “A Semana em São Paulo” – é apenas em seu número 9 que Belo Horizonte passa a ter também seu espaço assegurado, com a seção denominada “A Semana de Minas Gerais”. Embora não tivesse uma seção sobre o Rio Grande do Sul, no número 14, por meio da informação dada por Érico Veríssimo, a questão da “aceitação” do semanário nesse estado é veiculada. A nota, que fala da visita do escritor gaúcho à redação de *Comício*, também nos permite perceber que, muito provavelmente, ela se tornou um espaço de sociabilidade de intelectuais que, embora não fossem colaboradores, eram próximos desses e dos fundadores:

“Visita de Érico Veríssimo

Érico Veríssimo esteve em nossa redação e aqui permaneceu durante uma hora, com a simplicidade e a simpatia que bem assentam a um escritor como ele é.

Conversou com velhos amigos, falou sobre a aceitação de COMÍCIO no Rio Grande do Sul, inclusive de um peralta que fez diversas assinaturas da nossa revista e sumiu com o dinheiro, pediu aos redatores que voltassem ao trabalho, acabou ele mesmo batendo à máquina uma pequena entrevista que lhe pedira um repórter. Como se fôssemos um companheiro nosso. E bem que gostaríamos de contratá-lo, se pudéssemos, juntamente com o outro escritor que chegava daí a pouco, Carlos Drummond de Andrade.

De qualquer forma, o poeta de Itabira às vezes nos dá a sua colaboração em excelente prosa, e o romancista de ‘O Tempo e o Vento’, pelo menos, prometeu voltar a nossa redação e nos conceder uma entrevista” (*Comício*, n.14, p.7).

O “se pudéssemos” revela que, ao menos até aquele momento, Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira não dispunham de capital suficiente para contratar mais colaboradores. Em uma crônica publicada na edição 16 na qual Rubem Braga escreve endereçando-se a Herbert Moses, é possível apreender um pouco da rotina de trabalho no semanário. Braga assegura:

“Segunda é um dia feio para mim aqui na redação, com Joel na oficina, o Otto custando a mandar o Senado, a Hilde e o Fernando se desentendendo

sôbre ‘A aventura do cotidiano’, o Castelo de vale na mão e o professor Cartaxo pedindo assunto para o próximo problema de palavras cruzadas, e o Paulo Mendes esperando dona Lothe para retocar a gravura de uma filha de Deus – eu acabo, Moses, comendo um sanduíche qualquer, entre uma legenda apressada e um telegrama aflito” (Braga, n.16, p.30).

Em relação à sua forma e estrutura, o semanário possuía algumas seções que permaneceram praticamente constantes em todos os seus 23 números (embora às vezes algumas delas alterassem a página na qual eram publicadas), tais como o editorial, a crônica de Rubem Braga e de Fernando Sabino, as páginas de humor de Millôr Fernandes, as crônicas políticas sobre o cotidiano da Câmara e do Senado (de autoria, respectivamente, de Carlos Castello Branco e de Otto Lara Resende), a coluna sem título fixo de Rafael Corrêa de Oliveira, “A Semana da Cidade”, na qual Sérgio Pôrto retrata as atrações culturais e esportivas do Rio de Janeiro. Outras seções, inicialmente constantes, desaparecem, como é o caso de “Entre Mulheres” (no começo elaborada por Clarice Lispector e posteriormente por Elsie Lessa) as seções de Rafael Corrêa de Oliveira, de “Os dias do presidido” e sobre turfismo. Outras, que não eram presentes nos primeiros números, são incorporadas na estrutura do semanário, como é o caso da seção “O leitor escreve” e “Queridos Confrades”, um resumo da imprensa referente à semana da publicação.

Analisando a estruturação do semanário no decorrer dos números, é possível perceber alguns movimentos: inicialmente, há a formação das seções que seriam fixas, conjugado a certa experimentação quanto à diagramação, com algumas alterações de localização das seções, formato da capa etc. Com o passar do tempo e a introdução de novas seções, o semanário vai consolidando essa estrutura anterior, incorporando as alterações que foram paulatinamente surgindo. Esta estabilização, no entanto, é precária, e é possível perceber que nos números finais do semanário, provavelmente em decorrência das pressões monetárias que atravessavam, *Comício* passa a se valer muito mais de textos coletados em outros veículos (e não produzidos internamente, portanto) e a diagramação e distribuição das seções se tornam mais confusas.

Passo a apresentar a estrutura do semanário nos 23 números existentes. A explicitação de todo o seu conteúdo e sua localização na diagramação permite não apenas que se tenha uma visão geral do semanário em questão, como possibilita que se compreenda (ou embase possíveis refutações) a escolha dos conteúdos temáticos que são analisados na Parte II da dissertação.

Todas as capas de *Comício* são em preto, branco e vermelho. O branco constitui o fundo, enquanto as letras das manchetes estão geralmente em preto. A exceção é título do semanário, sempre em vermelho. Além disso, o vermelho também está presente nas letras de algumas manchetes e nas linhas que separam em box as manchetes. Inicialmente, a capa trazia várias manchetes – em média, entre 3 e 4 –, às vezes indicando a página na qual se encontram os textos correspondentes e o autor da reportagem. Além disso, com certa frequência, eram estampadas na capa algumas pequenas imagens e desenhos. Embora contendo uma gama variada de assuntos, a chamada para uma matéria sobre política está sempre presente. A partir do número 10, a capa passa a apresentar apenas uma chamada, invariavelmente sobre temática política: ou sobre alguma matéria da série de reportagens sobre a história dos partidos, ou sobre entrevista realizada com algum personagem político de destaque⁶⁹.

⁶⁹ As manchetes presentes nas capas de *Comício* são as seguintes: número 1: “Fotografando a macumba!”, “Estillac Leal: ‘Divisão do exército? Só na bôca dos entreguistas’”, “O falso existencialismo é uma indústria – um repórter do ano 2051 em Saint-Germain des Près. reportagem no texto”; número 2: “Revista nazista em S. Paulo: ‘Roosevelt foi o causador da Guerra’ reportagem nas pags. 8 e 9”, “Sensação na política: o general Dutra reassume o comando (reportagem nas páginas 3, 4 e 5)”, “Um teste para a sua estupidez – Millôr Fernandes (nas pags 16 e 17)”, “Augusto Frederico Schmidt: ‘Leio a Bíblia todos os dias’”; número 3: “O mundo de Oscar Niemeyer (reportagem no texto)”, “Por este mundo de Deus: Nesta Secção COMÍCIO Apresenta o Resumo Completo de Todos os Acontecimentos Que Agitaram a Opinião Mundial Nos Últimos Sete Dias: O Racismo na União Sul Africana – O Padre que Virou Comunista – O Quebra-Quebra do Pintor Chirico”, “O integralismo faz tricô – reportagem de Joel Silveira no texto”; número 4: “Sensacional! ‘O jôgo do Sacopã’ – Emocionante, sensacional, ardego e belicoso, êste jôgo está destinado a substituir a ‘canastra’, o ‘pif-paf’, o ‘buraco’ e demais importações estrangeiras. Nacionalizemos, pelo menos, o vício!”, “Quem é o Conde Matarazzo? (sensacional reportagem no texto)”; número 5: “Quem é esse Cabello? (reportagem no texto)”, “Nas páginas 26, 27 e 28: Conversa com os homens que sobem e descem”, “Artistas do pincel – 2 pags. humorísticas”, “No Congresso: oposição de verdade e oposição de mentira (reportagem no texto)”; número 6: “Nas páginas 3, 4 e 5: A história secreta do petróleo no Brasil”, “Parlamentarismo de vento em pôpa nas pags. 8 e 9”; número 7: “‘Eu fiz o primeiro goal do Flamengo’ (reportagem nas pags. 14 e 15)”, “Nas págs. 12 e 13 Por êsse mundo de Deus: A Revolta Dos Anjos Gordos – Instantâneos do Mundo – Rodolfo Valentino no Tribunal”, “Como se faz teatro no Rio (reportagem no texto)”; número 8: “Oh! Que saudades que eu tenho (Duas Páginas em Cores de MILLÔR FERNADES)”, “Nas paginas 22 e 23: Aqui mesmo no Rio: 1.200 crianças estudam sentadas no chão”, “Nas páginas 29 e 30: A melhor resposta ao fanatismo – de Bertrand Russell”, “A verdade sôbre o motim de Anchieta (Reportagem no texto)”; número 9: “História dos partidos: P.S.D.: Silencioso, obediente, cabisbaixo – reportagem no texto”, “João Alberto, o soldado conhecido (reportagem de Joel Silveira)”, “De Eisenhower para os ‘guerreiros’ da America Latina – Artigo de Rafael Corrêa de Oliveira”; número 10: “U.D.N.: Partido de gravata e lenço branco – reportagem no texto”; número 11: “O General Flores dá tiros e depois chora – reportagem no texto”; número 12: “A História dos Partidos: PSP – Bolso cheio e manga arregaçada (reportagem no texto)”; número 13: “Perder eleição é bom negócio (reportagem no texto)”; número 14: “Mangabeira: ‘Ou o Brasil reage ou apodrece de vez’ (entrevista no texto)”; número 15: “Aranha tenta salvar Getúlio”; número 16: “João Mangabeira: socialismo e liberdade (A história dos partidos políticos – Reportagem no texto)”; número 17: “PL – Cem anos de parlamentarismo (reportagem no texto)”; número 18: “Café Filho tomou juízo? (reportagem no texto)”; número 19: “Que é Que Há Com o Ministério? (reportagem no texto)”; número 20: “Garcez: a estrêla sobe (reportagem no texto)”; número 21: “Pasqualini: solução trabalhista dentro do capitalismo (reportagem na pag. 8)”; número 22: “Quando e como votará você (explicações no texto)”; número 23: “Brasil, Lafer e E. Unidos”, “Reportagem de Minas: Peixe vivo fora da água benta”.

O resto do semanário é todo em preto em branco, com exceção da quarta capa e das duas páginas centrais pertencentes a Millôr Fernandes, nas quais o vermelho volta a estar presente. Quanto às ilustrações, vale destacar que em todo o período de existência do semanário foi constante o uso, em praticamente todas as suas páginas, de fotos, desenhos e imagens diversas, ilustrando e dialogando com os textos aos quais se referiam. Outro recurso amplamente utilizado em *Comício* é o uso de títulos dos textos com fontes diferentes entre si, o que traz menos sisudez ao veículo.

Logo na segunda página, sob o título de “A aventura do cotidiano”, Fernando Sabino escrevia crônicas. No primeiro número, o texto apareceu sem assinatura e depois passou a ser assinado por F.S., embora em algumas ocasiões tenha ainda vindo sem assinatura ou com o nome por extenso do autor. Nessa mesma página era publicada a ficha catalográfica do semanário, a charge de Hilde – a partir do número 4, Hilde passa a não mais fazer charge, mas sim ilustrar a crônica de Sabino – e o anúncio do “Juca’s Bar”. Essa diagramação se manteve até o número 16, sendo que, a partir da edição seguinte, a página passou a ser ocupada pelo texto e desenho de Millôr Fernandes, enquanto a ficha catalográfica passou para a terceira página e “A aventura do cotidiano” se deslocou para diferentes páginas: no número 17, apareceu na página 29 e nos números 19 e 22, na página 10. Nos números 18, 20 e 21 a crônica de Sabino não saiu e, em seu último número, ao invés de “A aventura do cotidiano”, foi publicada outra crônica de sua autoria, intitulada “Relato de viagem”. Já o anúncio do bar foi publicado em distintas páginas. Do número 17 ao 23 de *Comício*, apareceu, respectivamente, nas páginas 29, 20, 28, 22, 21, 27 e 9⁷⁰.

Na página seguinte, além do editorial, havia a primeira parte (composta de uma imagem, foto ou desenho e o título e, em com certa frequência, o nome do autor) de uma matéria política, geralmente assinada por Joel Silveira, mas também, principalmente ao final do semanário, por Pedro Gomes (também Carlos Castello Branco e Cláudio Abramo assinaram as matérias que abrem o semanário)⁷¹. Na maioria

⁷⁰ Por questões analíticas, passo a me deter nos anúncios no último tópico do capítulo, onde serão elencados e analisados. Por ora, passo a descrever apenas as matérias presentes nas páginas.

⁷¹ As matérias que ocupam as páginas 3, 4 e 5 tinham às vezes duas manchetes: uma que ocupava a página 3 e outra diferente, para as outras duas páginas. Abaixo, apresento as duas quando houver, assim como seu autor. A primeira é mais sucinta, enquanto a segunda é mais descritiva número 1: “Vida e guerras do General Estillac” (“Uma reportagem de Joel Silveira”) e “Foram os Entreguistas, a Serviço do Entreguismo, Que Inventaram Essa História de Cisão no Exército”; número 2: “O General voltou a ativa” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”) e “Dutra voltou a ativa: no 67º aniversário de Dutra petróleo e relógio novo”; número 3: “O integralismo faz tricô” (“Reportagem de Joel Silveira”); número 4: “Os boquirrotos da CÂMARA” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”); número 5: “Quem é esse Cabello?” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”) E “Quem é esse tal de Cabello?”; número 6: “A

das vezes, tratava-se de um texto acerca de alguma personalidade política de destaque, entrevistado por algum colaborador de *Comício*. Em algumas edições, a matéria tratava de política internacional e se constituía de tradução e reprodução de um texto publicado na imprensa estrangeira. Abaixo do editorial, seguiam duas pequenas notas (em alguns números apenas uma) sem assinatura, cujo teor girava em torno ou do cenário político e econômico e de seus personagens ou do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, relatando seus problemas de trânsito, a existência de policiais cometendo atrocidades, bem como a falta de água. O tom geral dessas notas é de indignação, denúncia e fina ironia. Como dito, a partir do número 17, também a ficha catalográfica passa a constar na terceira página.

A quarta página é dedicada à continuação da matéria iniciada na página anterior, assim como a quinta, que também abriga a coluna escrita por Rafael Corrêa de Oliveira, que não possuía título fixo, mas sim algum relativo ao assunto do texto da respectiva edição, cuja temática invariavelmente era sobre a política e seus personagens⁷². Nos números 8, 10, 15 e, do número 20 em diante, ela não mais será publicada. Se na edição 10 a seção de Corrêa não circula, ele assina a reportagem “Eisenhower: herói tradicionalista e devoto” que se inicia na página 15 e cuja conclusão é na página 28.

história secreta do petróleo brasileiro” (“Notas de um observador nas páginas seguintes”); número 7: “Domingos Velasco: na esquerda, com Deus” (“Uma Reportagem de JOEL SILVEIRA”); número 8: “O Diretor do Presídio de Anchieta Dormiu Fiado Nos Tubarões” (“Claudio Abramo”); número 9: “Um eterno dileitante: João Alberto” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”); número 10: “História dos partidos: U.D.N.: Partido de Gravata e Lenço Branco” e “Os partidos nacionais em trajes de Adão: U.D.N.: Partido de Gravata e Lenço Branco” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 11: “Orlando Leite Ribeiro: Amigo de Prestes e de Getúlio” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”); número 12: “Maria Eva Duarte de Perón: Sua História de Aventura, Esplendor e Sofrimento” (sem assinatura); número 13: “Perder Eleição é Bom NEGÓCIO” (sem assinatura); número 14: “Mangabeira: ‘Ou o Brasil Reage ou Apodrece de Vez’” (“Entrevista de PEDRO GOMES”); número 15: “Aranha tenta salvar GETÚLIO” (sem assinatura); número 16: “Afonso Arinos: ‘O Brasil Manda o Pior Para a Europa’” (“Reportagem de CARLOS CASTELLO BRANCO”); número 17: “Malenkov falará por Stalin” (“De um missivista de Londres”); número 18: “Balbino – ministro sem pasta” e “Antônio Balbino – ‘ministro de jornal’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 19: “Lúcio Bittencourt: ‘O trabalhismo sobreviverá sem a mística’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 20: “Qual será o futuro da Rússia?” (tradução e reprodução); número 21: “Portugal sob o Dr. Salazar” (tradução e reprodução); número 22: “Osório Borba, candidato de protesto” e “Osório Borba, em protesto contra Etelvino” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 23: “Que está acontecendo com o Brasil?” e “Que está acontecendo no Brasil?” (tradução e reprodução).

⁷² Os respectivos títulos dos textos de Corrêa são: “Eduardo Gomes e o Petróleo” (n.1), “Eva Perón e os monstros” (n.2), “A ‘Revolução’ Agrícola” (n.3), “Beijando os Pés do ‘Barrigudinho’ [Vargas]” (n.4), “Contra-Golpe Parlamentarista” (n.5), “Perspectivas da política norte-americana” (n.6), “O capítulo das coincidências continua...” (n.7), “De Eisenhower para os ‘guerreiros’ da América Latina” (n.9), “Macaulay, e o Delírio Itinerante Dos Vargas” (n.11), “A ‘Revolução-Roosevelt’ Nas Próximas Eleições Americanas” (n.12), “A Honestidade e a virtude são perniciosas...” (n.13), “Olhem o exemplo da China...” (n.14), “Paul Reynaud Para Efeito Interno?” (n.16), “Uma política para o governo” (n.17), “Palmas Para a ‘União Nacional’ Dos Vargas” (n.18), “Duas Horas de Tolices no Senado” (n.19).

Até o número 14, a página 6 era ocupada quase que invariavelmente pela seção “Os dias do presidido”, que, embora escrito por Braga, não levava assinatura alguma – e tinha por objetivo ser uma resposta irônica à seção “O dia do Presidente” do *Última Hora* – e pela seção “A Semana da Câmara”, assinado por Carlos Castello Branco e cujo objetivo era retratar o dia a dia da Câmara na semana correspondente ao semanário.

Já a página 7, nos números 2 e 3 abrigava a seção “A Semana do Senado”, assinada por Otto Lara Resende, que retratava o cotidiano dessa Casa, e a “Arquivo”, assinada pelo jornalista mineiro Newton Prates e na qual fatos importantes da história nacional eram recordados. A partir do número 4, além do texto de Otto, a página passa a ser ocupada pela seção “O leitor escreve”, composta pelas cartas enviadas pelos leitores à redação do semanário. No número 1, as páginas 6 e 7 são ocupadas pela matéria “Os líderes do Senado”, assinado por José Floriano⁷³ e, no número 5, as seções sobre a Câmara e o Senado aparecem invertidas. Já no número 12, é a vez das seções “Os dias do presidido” e “O leitor escreve” trocarem de páginas.

A partir da edição 15, as páginas 6 e 7, além de conterem os relatos sobre a Câmara e o Senado, respectivamente, passam a abrigar várias pequenas notas sobre o cenário político, em uma seção denominada “Política” no cabeçalho das duas páginas. A seção “O leitor escreve”, que havia aparecido pela primeira vez no número 3 na página 28, depois do número 14 sai da página 7 (na edição 12 ocupa a página 6) e passa a ocupar, nas edições seguintes, as páginas 19, 2, 19, 21, 25, 26, 10, 10 e 23, respectivamente.

Já a seção “Os dias do presidido” está presente desde o primeiro número do semanário, ocupando então a página 12. Até a edição 14 é encontrada na página 6 e, na edição seguinte, migra para a página 31. A partir do número 16, a seção deixa de circular. A seção “Arquivo” já havia aparecido no primeiro número, ocupando a página 18 e não possuindo assinatura. A partir do número 2, aparece com a assinatura de Newton Prates, sendo publicada tanto nessa edição quanto na seguinte na página 7. Da edição 4 à 10, a seção ocupa diferentes páginas, respectivamente: 31, 24, 24, 31, 20, 25 e 29. No número 11 a seção não circula e, nos dois seguintes, é publicada na página 22. Da edição 14 a 21, “Arquivo” é encontrado na página 23 e, nos dois últimos números de *Comício*, nas páginas 22 e 21, respectivamente.

⁷³ Segundo *Comício*, José Floriano seria o pseudônimo “de um dos nossos mais ágeis cronistas parlamentares” (*Comício*, n.1, p.7). Tendo em vista que, desde o primeiro número, o responsável pela seção “A semana do Senado” era o Otto Lara Resende, muito provavelmente seria dele a autoria desta matéria.

As páginas 8, 9 e, em alguns casos, também a 10, são geralmente ocupadas por uma matéria de maior fôlego, cujos assuntos giram em torno da história dos partidos brasileiros, ou entrevista com algum político ou personagem público de destaque, como o “conde Matarazzo”. Além disso, há reportagens sobre mortalidade infantil e fertilidade⁷⁴. Tais reportagens são, com frequência, as correspondentes às chamadas da capa do semanário.

As páginas 10 e 11 demoraram a obter alguma caracterização. A primeira, além de abrigar alguma matéria de uma página, muitas vezes continha a conclusão da matéria de capa que havia ocupado as duas anteriores e, a partir de seu número 14, passou a abrigar a seção “Os queridos confrades”. Nessa seção, o semanário apresentava um resumo dos fatos que apareceram na imprensa durante a semana. Na inauguração da seção, o semanário apresenta o seguinte texto de abertura:

“‘COMÍCIO’ ainda vai acabar sendo conhecido, entre os jornais, como Sergipe é conhecido entre os Estados da União: ‘pequeno, porém decente’. Estamos tomando várias providências para melhorar isto, e hoje apresentamos uma nova seção, feita a tesoura e goma. Com as quais cortaremos e pregaremos aqui trechos de artigos e notícias, dizendo desde logo, e uma vez por tôdas, ‘data venia’ aos nossos queridos confrades.

Está claro que aceitaremos, para esta seção, com o maior prazer, a cooperação dos leitores do Rio e dos Estados” (*Comício*, n.14, p.10).

⁷⁴ As matérias que ocupam as páginas 8 e 9 e os autores são, respectivamente: número 1: “Atividades Sociais e Cívicas no Jockey Club Brasileiro” (sem assinatura) e “Pretende a Rússia fazer a guerra militarmente?” (“Correspondência de HUME DAVID”); número 2: “Nazistas húngaros de São Paulo: Roosevelt grande criminoso” (tradução e reprodução de artigo); número 3: “Por esse mundo de Deus” (“M. C.” e “Correspondência de HUME DAVID”); número 4: “O Império e a Vida de F. Matarazzo Jr” (tradução e reprodução); número 5: “No Congresso: oposição de verdade e oposição de mentira” (Um balanço feito por PEDRO GOMES); número 6: “Parlamentarismo de vento em popa” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 7: “Como nasce uma lei” (Reportagem de PEDRO GOMES); número 8: “A Verdadeira Hecatombe: Mais da Metade Das Crianças Morre Antes Dos Cinco Anos” (“Por IVONNE JEAN”); número 9: “Os partidos nacionais em trajes de Adão: PSD: ‘silencioso, obediente e cabisbaixo” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 10: “Vocês talvez possam ter filhos!” (“Reportagem de YVONNE JEAN”); número 11: “O General Flôres dá tiros e depois chora” (“Reportagem de CARLOS CASTELLO BRANCO”); número 12: “PSP: bolso cheio e manga arregaçada” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 13: “PR: Jequitibá que deu cupim” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 14: “Belim cidade aberta” (“Reportagem de JOSÉ GUILHERME MENDES”); número 15: “Os asteróides: PST, PTN, PRP, PDC e PRT” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 16: “PSB: socialismo e liberdade” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 17: “PL – 100 anos de parlamentarismo” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 18: “Café Filho tomou juízo?” (“Crônica de José Soares de Paiva”); número 19: “Que é que há com o Ministério?” (“Reportagem de CARLOS CASTELO BRANCO”); número 20: “Garcez: ‘A Estrêla Sobe” (“De um observador político paulista”); número 21: “Pasqualini: Pode Haver Solução Dentro do Capitalismo” (“Texto de PEDRO GOMES”); número 22: “– Crê em Deus? – Tenho esperança” (“Entrevista de THIAGO DE MELLO”); número 23: “Como Pode o Peixe Vivo Estar Fora da Água Benta?” (“De um enviado especial”).

O foco, mais do que a coleta aleatória de notícias, parece ser o de compilar da imprensa os assuntos que lhes interessava, isto é, que também estavam sendo debatidos no semanário, retratando os distintos pontos de vistas e desdobramentos da discussão. Pode-se pensar, portanto, que tenha sido uma forma de estabelecer diálogo explícito e aberto com os outros órgãos da imprensa. Nos números 22 e 23, a seção mudou do lugar, ocupando, respectivamente, as páginas 26 e 22.

Já a página 11 foi espaço de pequenas matérias e também de conclusão de textos iniciados em outras páginas, mas foi, principalmente, a página onde eram publicados contos, crônicas, verbetes, entrevistas de e com escritores brasileiros, tais como Aníbal Machado, Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, João Alphonsus, Manuel Bandeira, e também colaboradores de *Comício*, tais como Fernando Sabino, Clarice Lispector e Otto Lara Resende⁷⁵.

⁷⁵ A seguir, apresento os títulos das matérias que compõe as páginas 10 e 11, respectivamente, do semanário e seus autores: número 1: páginas 10 e 11: “Onde ogun é amigo de Jesus” (sem assinatura); número 2: “páginas 10 e 11: “Comício apresenta: Os líderes da Câmara” (“Crônica de Carlos Castello Branco); número 3: páginas 10 e 11: “O Mundo de Oscar Niemeyer: Concreto, Vidro e Azul” (“Reportagem de JOSÉ GUILHERME MENDES); número 4: página 10: conclusão da matéria “O Império e a Vida de F. Matarazzo Jr.” (tradução e reprodução), página 11: “Um homem estranho que muito sofreu nesta cidade ‘onde o filho chora e a mãe não houve’” (“Reportagem de SIMEÃO FLÔRES”); número 5: página 10: conclusão da matéria “No Congresso: Oposição de verdade e oposição de mentira” (“Um balanço feito por PEDRO GOMES); página 11: “Na ‘Comédie Française’ Todos São Estrêlas” (“Entrevista de SABBATO MAGALDI”); número 6: página 10: “O I.A.P.E.T.C. em nova fase (sem assinatura), página 11: conclusão das matérias: “A história secreta do petróleo brasileiro” (“Notas de um observador nas páginas seguintes”), “Parlamentarismo de vento em pôpa” (“Reportagem de PEDRO GOMES), “A necessidade Arrastou-o ao Crime” (sem assinatura); número 7: página 10: conclusão da matéria “Como nasce uma lei” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 11: “A visita do bom vizinho” (tradução e reprodução); número 8: página 10: conclusão da matéria “A verdadeira Hecatombe: Mais da Metade Das Crianças Morre Antes Dos Cinco Anos” (“Por Ivonne Jean”), página 11: “A anti-sala do figurão” (“Otto Lara Resende”); número 9: página 10: “Os partidos nacionais em trajes de Adão: PSD: ‘silencioso, obediente e cabisbaixo’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 11: “‘Confidential files’: Um ex-Funcionário da ‘Standard’ Conta Coisas, e a Primeira é Sobre Filmes ‘Educativos’” (“Do Repórter ex-Esso”), “Está de parabéns: pode ver Goya debaixo do Ministério da Educação, e o nosso Goeldi, na rua Barata Ribeiro” (sem assinatura), conclusão da matéria “Um eterno diletante: João Alberto” (“Uma reportagem de Joel Silveira”); número 10: página 10: “O Mundo Poético de Oswaldo Goeldi” (“FLÁVIO DE AQUINO), “Projeto de Lei Reaparelhando a Carteira Imobiliária do IPASE” (sem assinatura), “Casaram-se no sábado” (sem assinatura); página 11: “O habilitado e seu amigo fiel” (“Fernando Sabino”); número 11: página 10: conclusão da matéria “O General Flôres dá tiros e depois chora” (“Reportagem de Carlos Castello Branco”), página 11: “O pessimismo em pastilhas” e “Máximas de La Rochefoucauld” (“Cyro dos Anjos”); número 12: página 10: continuação da matéria “PSP: bolso cheio e manga arregaçada” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 11: “Einstein fala sobre o nosso mundo” (sem assinatura); número 13: página 10: continuação da matéria “PR: Jequitibá que deu cupim” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 11: “Mistério em S. Cristovão” (“Clarice Lispector”); número 14: página 10: “Os queridos Confrades”, página 11: “50 Verbetes Para Um Dicionário de Literatura Brasileira” (“Carlos Drummond de Andrade”); número 15: página 10: “Os queridos Confrades”, “Um Álbum e Uma Visita de Noêmia”, página 11: “‘Ballet’ dos faladores” (“Aníbal M. Machado”); número 16: página 10: “Agamemnon, Homem Forte da Ditadura, Homem Forte da Democracia” (sem assinatura), “Os queridos Confrades”, página 11: “O Diário de um romancista” (seleção de trechos das notas de Otávio de Faria); número 17: página 10: “Os queridos Confrades”, “Palavras-Cruzadas”, página 11: “Rumos d Cinema Brasileiro” (trechos do livro de Alberto Cavalcanti); número 18: página 10: “Gilberto Amado fala sobre: literatura e fisionomia político-social do Brasil e

Já as páginas 12, 13 (a partir da edição 5) e a 14 (a partir do número 10), abrigavam a seção “Por esse mundo de Deus”, um panorama sobre acontecimentos políticos, econômicos e culturais do mundo, privilegiando aqueles referentes à Europa e aos Estados Unidos. Na capa da edição 3, há um pequeno texto explicando o foco da seção: “Nesta Secção COMÍCIO Apresenta o Resumo Completo de Todos os Acontecimentos Que Agitaram a Opinião Mundial Nos Últimos Sete Dias” (*Comício*, n.3, p.1). Quanto ao autor dessa seção, alguns indícios fazem crer que, como dito em Nunes (1997), trata-se de Paulo Mendes Campos. Na primeira edição do semanário apareceu na página 8 uma matéria sobre a Rússia assinada por “Hume David”. Já na terceira edição, as páginas 8 e 9 continham notas sobre o panorama internacional, sendo que no cabeçalho da página 8 começou a ser utilizada a expressão “Por êsse mundo de Deus” e assinado “M.C.”. Na página seguinte, uma nota aparece novamente assinada como “Hume David”. Pode-se aventar que tal pseudônimo seja de “M.C”, que, muito provavelmente, significa “Mendes Campos”, isto é, o sobrenome do escritor mineiro. Tal informação é confirmada por Joel Silveira em entrevista à Nunes (1997): “Paulo Mendes Campos fazia uma seção sobre as coisas que aconteciam no mundo, denominada ‘Por esse mundo de Deus’” (Nunes, 1997:63).

A página 15 é ocupada por diversos textos. Ou por partes de matérias iniciadas na página anterior, ou por uma matéria internacional mais extensa, que parece também pertencer à seção “Por êsse mundo de Deus” que, nesses casos, ocupa também as três páginas anteriores⁷⁶.

resume para ‘Comício’ a sua próxima conferência” (sem assinatura), “Os queridos Confrades”, página 11: “ABC Das Catástrofes” (“Aníbal M. Machado”); número 19: página 10: “Os queridos Confrades”, “A aventura do cotidiano” (“Fernando Sabino”), “O que dizem os livros”, página 11: “Topografia da insônia” (“Aníbal M. Machado”); número 20: “Os queridos Confrades”, “A solidão e o amor: duas coisas difíceis” (“trecho de um livro de Rilke”), página 11: “Marujada em Santana do Rio Verde” (“Reminiscências de CYRO DOS ANJOS”); número 21: página 10: “O leitor escreve”, “Os queridos Confrades”, página 11: “Essa nossa classe média...” (“Carlos Drummond de Andrade”); número 22: “A aventura do cotidiano” (“F.S.”), “O leitor escreve”, página 11: “Oxicianureto de mercúrio” (“Conto de JOÃO ALPHONSUS”); número 23: páginas 10 e 11: “Perdi a fé e a esperança no Brasil”[entrevista com Manuel Bandeira] (“Texto de THIAGO DE MELLO”).

⁷⁶ Listo abaixo os títulos das matérias e/ou seções das páginas 12 a 15. Como a seção “Por êsse mundo de Deus” possui vários pequenos textos, às vezes em até 4 páginas, optei por apenas elencar o nome da seção, deixando de explicitar, assim, o título de todas as notas presentes, o que geraria uma lista grande e não tão clara. Número 1: página 12: “Os dias do presidido”, “A semana da Câmara” (“Carlos Castello Branco”), página 13: “A semana do Senado” (“Otto Lara Resende”), “Por êste mundo de Deus”, páginas 14 e 15: “Um repórter do ano 2051 descreve o existencialismo”; número 2: conclusão da matéria “Os líderes da Câmara” (“Crônica de CARLOS CASTELLO BRANCO”), página 13: “Às vésperas do pleito, para conhecimento dos sócios do Jockey Club Brasileiro” (sem assinatura), páginas 14 e 15: “Flávio de Carvalho, Homem Telúrico: ‘O agricultor é o trouxa da nação’” (“Entrevista de Luís Martins”); número 3: página 12: conclusão da matéria “O mundo de Oscar Niemeyer: concreto, vidro e azul” (“Reportagem de JOSÉ GUILHERME MENDES”), página 13: “Álvaro de Azevedo, visto cem anos depois de sua morte”

Já as páginas centrais de *Comício*, isto é, as 16 e 17, são, invariavelmente, ocupadas pelos textos e desenhos de Millôr Fernandes que, como dito, a partir da edição 17 ocupa também a segunda página do semanário. Antes, nas edições 15 e 16, além das páginas centrais, Millôr tinha também à sua disposição a contracapa do semanário. Tanto na contracapa quanto na segunda página, Millôr desenvolveu uma série distinta do conteúdo das páginas centrais⁷⁷, cujo nome, “Enciclopédia Britânica Brasileira”,

(“Carlos Drummond de Andrade”), páginas 14 e 15: “Reportagem no ‘front’: a mesa da Câmara faz guerra à imprensa – História de uma campanha triste” (“Contada por MARCELO GUIMARÃES); número 4: páginas 12 e 13: “Êles ganham para tomar chá: depois do ‘jeton’ e antes da sessão, os nossos imortais comem feitos leões delicadíssimos” (“Uma Visita à Academia Feita Por Salatiel Marinho”), página 14: conclusão da matéria “Os boquirrotos da Câmara” (“Uma reportagem de Joel Silveira), “No Primeiro Salão de Arte Moderna” (“FLÁVIO DE AQUINO), página 15: “Por êsse mundo de Deus”; número 5: páginas 12 e 13: “Por êsse mundo de Deus”, páginas 14 e 15: “Meu Último Dia em Moscou” (“Edmar Morel – Exclusivo de COMÍCIO – (Última de Uma Série de Reportagens)”), número 6: páginas 12 e 13: “Por êsse mundo de Deus”, páginas 14 e 15: “A vida assim é bem melhor” (“Reportagem de Salatiel Marinho”); número 7: página 12: “S.O.S. dos banguzeiros alagoanos” (“Do Nosso Enviado Especial”), página 13: “Por êsse mundo de Deus”, páginas 14 e 15: “Eu fiz o primeiro goal do Flamengo” (sem assinatura); número 8: páginas 12 e 13: “Por êsse mundo de Deus”, páginas 14 e 15: “As Formigas da Cidade: por 1.200 cruzeiros mensais, milhares de moças passam o dia atrás do balcão” (“Texto de ENEIDA”); número 9: páginas 12 e 13: “Por êsse mundo de Deus”, páginas 14 e 15: “III Congresso Paulista de Escritores” (“Por LUÍS MARTINS”); número 10: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Eisenhower: Herói, Tradicionalista e Devoto...” (“RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA”); número 11: páginas 12 e 13: “Por êsse mundo de Deus”, páginas 13 e 14: “História dos Partidos: P.T.B. – Trabalho pelo avesso” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 12: páginas 12 e 13: “Por êsse mundo de Deus”, página 14: “Exame pré-nupcial – de corpo e de espírito” (“Uma Entrevista de M. Garcia”), página 15: “Standard Oil, a benemérita” (“Notas do REPÓRTER EX-ESSO”); número 13: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Vagas para cavalheiros” (“ANTÔNIO FRAGA, Dormiu e Escreveu – CARLOS fotografou”); número 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Faruk, um rei venal e boavida” (sem assinatura); número 15: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Quem é Adlai Stevenson” (sem assinatura); número 16: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Só a Classe Operária Poderá Liquidar o Stalinismo” (“Reportagem de Helio Pellegrino”); número 17: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Todos querem ganhar tempo com a traição escondida no fundo da alma” (sem assinatura); número 18: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Socialista contra Hitler, marxista contra Stalin” (sem assinatura); número 19: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Foi um golpe seco a rebelião de Naguib” (sem assinatura); número 20: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “SACCO Disse: ‘Adeus Mãe’ e VANZETTI: ‘Estou Inocente’” (sem assinatura); número 21: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “Os jornalistas também cochilam: por isso o sr. Vargas pode virar zebu” (“Crônica de Thiago de Mello”); número 22: páginas 12, 13, 14 e 15: “Por êsse mundo de Deus”; número 23: páginas 12, 13 e 14: “Por êsse mundo de Deus”, página 15: “O papel do negro na civilização brasileira” (“GILBERTO FREYRE”).

⁷⁷ Os títulos dos textos de Millôr são, respectivamente: número 1: “Senhoras e senhoritas, aqui estou eu!”; número 2: “Millôr e os 7 sábios de COMÍCIO apresentam um teste para a sua estupidez”; número 3: “Millôr, depois de prolongados estudos, apresenta as pequenas conseqüências das grandes descobertas”; número 4: “Millôr apresenta, pela primeira vez completamente regulado – o novo folguêdo que vem dominando a cidade: ‘O jogo do Sacopã’ ou ‘Levamos o criminoso ao Catête’”; número 5: “Millôr vê, pinta e pensa sobre artistas do pincel”; número 6: “Millôr apresenta uma página sem pé nem cabeça”; número 7: “Millôr apresenta certas expressões sutis...”; número 8: “Millôr apresenta oh! Que saudades que eu tenho!”; número 9: “O nariz”; número 10: “Millôr apresenta estas são velhas! Naufragos – primeiro de uma série”; número 11: “Millôr, com a alma cheia de terror, vai ao dentista!”; número 12: “Num estudo completo, num levantamento jamais tentado desde a aventura dos enciclopedistas, COMÍCIO apresenta uma redefinição de todos os termos da cultura humana, feita de acordo com o cinismo e a descrença do homem post-disco-voador”; número 13: “Millôr conta 50 casos de ladrões”; número 14: “Acaoticando de uma vez por todas os conhecimentos canônicos, morais, metafísicos e

revela o objetivo: explicar, com muito humor, um verbete em cada edição. Assim, Millôr define o que é dodô, pirata, mulher, crocodilo, meninos, cinema, gêmeos, vaca e ostra. Já os textos centrais, como esclarece o próprio autor na primeira edição, tinham como propósito preponderante fazer rir:

“É com a maior dificuldade, plenos de inibição, cheios de rubor, que iniciamos esta seção de COMÍCIO. Tem ela o fito de fazer com que os leitores riam. Objetivo que será conseguido de qualquer maneira. Pois se os leitores acharem graça rirão da graça. Senão, rirão das nossa as intenções. Caso não riam de forma alguma, só nos restará enviar a domicílio alguns elementos do nosso departamento de Humorismo-A-Qualquer-Preço-encarregados de fazer cócegas pessoalmente” (Fernandes, n.1, p.17).

Já de início, Millôr explicita seu desejo de ter como público leitor as mulheres (“esta página se destina às mulheres”), já que “não sou aqui relógio para estar fazendo rir barbados. Muito ao contrário, sublinho, ando na ponta dos pés para não despertá-los” (Fernandes, n.1, p.17). A temática e a forma de abordá-la também são declaradas:

“Assim sendo, escreverei mais sobre o Homem. Pois que não há assunto que melhor atraia as mulheres. Imã, portanto, que usarei. Já que estamos de comum acôrdo, as leitoras e eu. Mesmo porque não há quem tenha mais comum acôrdo do que eu. Estou sempre pronto a comunar e acordar. O que é uma forma de dizer várias coisas a um só tempo. Dubiedade que usarei mais vêzes, como verão nas páginas subsequentes. Se é que esta seção vai ter subsequências.

De qualquer maneira aqui estamos. Começamos em absoluta igualdade de condições, as leitoras e eu. Somos completamente desconhecidos um para o outro. Sendo que a vantagem é da leitora. Que dentro de algum tempo já me conhecerá muito bem, meu modo de pensar, de não pensar, de escrever e de ser. Ao passo que eu, pobre, continuarei na triste ignorância de quem é a leitora, o que ela faz, quanto mede, como anda, se é bela e quanto é bela. Mas havendo boa vontade tudo se arranja” (Fernandes, n.1, p.17).

jornalísticos do leitor, ‘Comício’ apresenta hoje mais duas páginas de boquiabrir ingleses. Na já internacionalmente famosa Enciclopédia Britânica Brasileira”; número 15: “Millôr apresenta estas são velhas! ‘A bolsa ou a vida’ – segunda de uma série”; número 16: “Millôr, penetrando fundo na etimologia, conta como nasceram certas frases”; número 17: “Millôr apresenta: Estas são velhas! Tribunal - 3ª de uma série”; número 18: “Millôr, com muita elegância, fala sobre etiquêta”; número 19: “Millôr apresenta: Estas são velhas! Secretárias - 4ª de uma série”; número 20: “Millôr apresenta com muito apetite: Teoria e prática do restaurante”; número 21: “Millôr, olhando do alto, fala sobre a cidade ou um dia perdido na floresta sempre virgem dos acontecimentos metropolitanos”; número 22: “Millôr apresenta, com risco da própria vida: Técnica e ética do chofer de praça”; número 23: “Millôr apresenta: Aventuras do cotidiano (cença do F.S)”.

A página 18 foi ocupada principalmente pela coluna “Entre Mulheres”, que visava o público feminino e era assinada por Teresa Quadros, pseudônimo de Clarice Lispector. Quando esta teve que se mudar para os Estados Unidos devido ao trabalho do marido, sua identidade foi revelada pelo semanário, que informou então que ela seria substituída por Elsie Lessa. Presente desde o primeiro número do semanário (página 21), a partir da edição 20 “Entre Mulheres” deixa de circular. Na edição número 3, saiu na página 19, e na edição 9, na página 20. No número 11, a seção não circula. Nas outras edições de *Comício*, “Entre Mulheres” foi publicada na página 18⁷⁸.

“Em pequenos ‘drops’, Teresa Quadros vai compondo o universo feminino daquelas leitoras dos anos 50. Sugere, insinua, comenta, revela. Tudo com muita delicadeza. Sutil. Faz recortes, colagens de um cotidiano com o qual a leitora, primeiramente, deve se identificar e que, em seguida, deve moldar ao seu” (Nunes, 1997:49)⁷⁹.

Segundo Joel Silveira, foi Rubem Braga quem decidiu a respeito tanto da inclusão de uma coluna feminina no semanário, como escolheu o nome de Clarice Lispector para redigi-la (Cf. Nunes, 1997:49). Se, com Clarice, o texto aparecia assinado por um pseudônimo criado por Rubem Braga (Cf. Nunes, 1997:65) – Teresa e, às vezes, Tereza Quadros – com Elsie Lessa o texto deixa de ter qualquer assinatura. A saída de Lispector e a revelação de sua verdadeira identidade são noticiadas no número 13, em um comunicado no qual transparece a importância da coluna em *Comício*⁸⁰.

⁷⁸ Na página 18 foi publicado, respectivamente: número 1: “Arquivo” (sem assinatura), “A exposição brasileira do Museu de Arte Moderna” (“FLÁVIO DE AQUINO”), “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo” (sem assinatura); número 2: “Entre Mulheres” (“TERESA QUADROS”); número 3: “A Semana da Cidade” (“SERGIO PORTO”); número 4: “Entre Mulheres” (sem assinatura); número 5: “Entre Mulheres” (“Teresa Quadros”); número 6: “Entre Mulheres” (“Teresa Quadros”); número 7: “Entre Mulheres” (“Tereza Quadros”); número 8: “Entre Mulheres” (“Teresa Quadros”); número 9: “O Nariz” (“Millôr Fernandes”); número 10: “Entre Mulheres” (“Teresa Quadros”); número 11: “Comício anuncia em seu próximo número: Enciclopédia Britânica Brasileira – duas páginas humorísticas de Millôr Fernandes”; número 12: “Entre Mulheres” (“TEREZA QUADROS”); número 13: “Entre Mulheres” (“TEREZA QUADROS”); número 14: “Entre Mulheres” (“TEREZA QUADROS”); número 15: “Entre Mulheres” (sem assinatura); número 16: “Entre Mulheres” (sem assinatura); número 17: “Entre Mulheres” (sem assinatura); número 18: “Entre Mulheres” (sem assinatura); número 19: “Entre Mulheres” (sem assinatura); número 20: continuação da matéria “SACCO Disse: ‘Adeus Mãe’ e VANZETTI: ‘Estou Inocente’” (sem assinatura); número 21: “Quem aceita vinte milhões de cruzeiros?” (sem assinatura); número 22: “Cinquentenário da Morte de Zola: Adeus a Emile Zola” (“Palavras de Anatole France à Beira de Seu Túmulo”); número 23: “Confidencial: Relatório de Euclides da Cunha”.

⁷⁹ Clarice Lispector manteve, posteriormente, outras duas colunas femininas, também utilizando pseudônimos: uma no *Correio da Manhã* denominada “Feira de Utilidades” e outra no *Diário da Noite*, intitulada “Só para Mulheres”. Em ambas, utilizará, às vezes com modificações, os textos publicados primeiramente em *Comício* (Cf. Nunes, 1997).

⁸⁰ Intitulado “COMÍCIO Perde Seu Melhor Redator, Mas Reage Brilhantemente”, o comunicado assegura que “as leitoras não precisamos dizer nada, mas, segundo verificamos, a maior parte dos leitores lança apenas um olhar distraído à seção feminina (‘Entre Mulheres’) e só detém a mirada um pouquinho mais

Com Lessa, no entanto, “Entre Mulheres” não sobrevive, parando de aparecer a partir de seu número 20.

A cada número da revista, a coluna trazia vários pequenos textos, e às vezes um mais longo, em um formato mais próximo do conto. O público-alvo parece ser a mulher casada, pois o universo no qual Tereza Quadros destila seus conselhos engloba os afazeres domésticos, como limpeza e preparação da alimentação, a educação dos filhos, o cuidado com o marido etc. Além do âmbito privado, outro assunto muito presente em “Entre Mulheres” é moda e beleza. São referentes à moda as fotos que ilustram a coluna: “modelos de costureiros famosos de Paris, como Christian Dior e Jacques Fath. Boleros, vestidos, *tailleurs*, todos marcando a cintura fina e dando ao corpo ‘a forma de ampulheta’. As fotos destacam moças, jovens senhoras em poses estudadas, elegantes, charmosas, femininas” (Nunes, 1997:51). Conforme sustenta Aparecida Maria Nunes (1997), o objetivo da coluna é o de ser confidente e conselheira da leitora. A voz que se expressa em “Entre Mulheres” nunca titubeia e sempre encontra soluções para toda a sorte de problemas que as mulheres poderiam então enfrentar em seu dia-a-dia.

Já a página 19 foi o espaço de continuação e de conclusão de inúmeras matérias do semanário, sendo também muito destinada a anúncios. Na página seguinte foram publicadas muitas matérias cujos assuntos eram não tão diretamente vinculados à vida política, como uma entrevista com Cícero Dias, uma reportagem sobre teatro e outra sobre cachaça⁸¹. A respeito disso, grosso modo, pode-se afirmar que, se as duas

se vê uma pequena interessante apresentando um modelo. Pois é um êrro dos senhores: ‘Entre Mulheres’ tem sido, com freqüência, uma das páginas melhores de COMÍCIO, e uma parte de sua leitura é capaz de interessar tanto os cavalheiros quanto as damas. Se não acreditar, procure hoje o leitor a seção de Tereza Quadros. E receba a triste notícia: Tereza Quadros vai-se embora. Parte para o estrangeiro em começos de setembro, e a arrumação das malas não lhe dá mais tempo. E agora, que ela se despede, podemos apresentá-la com o seu nome verdadeiro: é a escritora Clarice Lispector, senhora do consul Maurí Gurgel Valente” (*Comício*, n.13, p.26).

⁸¹ O conteúdo das páginas 19 e 20 é, por edição, o seguinte: número 1: página 19: “A semana em São Paulo”, página 20: anúncio; número 2: página 19: “Festa de Emoção e de Alegria” (sem assinatura), página 20: “Amigos Vieram Cumprimentar Comício” (sem assinatura); número 3: página 19: “Entre Mulheres” (“Tereza Quadros”), página 20: “10 Dias em Moscou: Uma ondulação permanente custa 250 cruzeiros” (“Edmar Morel – Exclusivo para COMÍCIO – Terceira de uma série de reportagens”); número 4: página 19: anúncio, página 20: “A semana em São Paulo” (“Do nosso correspondente”); número 5: página 19: conclusão de “Semana no Turf” (“Miranda Rosa”) e de “Na ‘Comédie Française’ Todos São Estrêlas” (“Entrevista de SABBATO MAGALDI”), página 20: anúncio; número 6: página 19: “O mundo de Henri Nestlé” (sem assinatura), página 20: “A necessidade arrastou-o ao crime: na madrugada de sábado, o operário exemplar transformou-se num ladrão arrombador” (sem assinatura); número 7: página 19: anúncios, página 20: “Como se estuda teatro no Rio” (“Reportagem Crítica de HENRIQUE OSCAR”); número 8: página 19: “O São Francisco guarda um segredo de polichinelo” (“Do Nosso Enviado Especial”), página 20: “Arquivo” (“NEWTON PRATES”), “A semana da cidade” (“SÉRGIO PÔRTO”); número 9: página 19: “O Nariz” (“Millôr Fernandes”), página 20: “Entre Mulheres” (“Tereza Quadros”); número 10: página 19: continuação da matéria “Os partidos nacionais em trajes de Adão: U.D.N.: Partido de Gravata e Lenço Branco” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: “Cícero

primeiras matérias de *Comício* – presentes, geralmente, nas páginas 3, 4 e 5 e nas 8 e 9, respectivamente, possuem uma pauta voltada ao cenário político brasileiro, as restantes possuem um escopo temático maior, tratando de personagens de destaque da sociedade (como Francisco Matarazzo), do cenário cultural e artístico (como a exposição brasileira no Museu de Arte Moderna), nas quais um dos grandes colaboradores é Flávio de Aquino, ou das as condições de vida da classe trabalhadora (como sobre as mulheres que trabalham o dia todo para ganhar um salário mínimo ou as pessoas que dormem em camas alugadas em albergues⁸²).

Da página 21 a 24 é possível encontrar a maior concentração das seções “A semana em São Paulo”⁸³ e “A semana de Minas Gerais”⁸⁴, seções nas quais eram retratadas eventos culturais, notícias cotidianas e bastidores políticos das cidades de São

Dias está em Copacabana” (“Entrevista de Rubem Braga”); número 11: página 19: conclusão da matéria “História Dos Partidos: P.T.B. – Trabalhismo pelo avesso” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: continuação da matéria “Orlando Leite Ribeiro: Amigo de Prestes e de Getúlio” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”); número 12: página 19: continuação da matéria “PSP: bolso cheio e manga arregaçada” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: “Por Que os Aviões Estão Caindo” (“Reportagem de Moacyr Ferreira”); número 13: página 19: “O leitor escreve”, “‘Comício’ saudado na Câmara Municipal do Recife”, conclusão da matéria “PR: Jequitibá que deu cupim” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: “Guerra sem quartel à cachaça!” (sem assinatura); número 14: página 19: “A Campanha contra a Cachaça” (sem assinatura), “Os funcionários comerão melhor” (sem assinatura), página 20: continuação da matéria “Mangabeira: ‘Ou o Brasil reage ou apodrece de vez’” (“Entrevista de PEDRO GOMES”); número 15: página 19: continuação da matéria “Os asteróides: PST, PTN, PRP, PDC e PRT” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), “A vida de Lima Barreto”, “O leitor escreve”, página 20: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), conclusão de “A semana do Senado” (“Otto Lara Resende”); número 16: página 19: conclusão da matéria “PSB: socialismo e liberdade” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: “O leitor escreve”, “Conversa com João Cabral” (sem assinatura); número 17: página 19: “O leitor escreve”, “Um Candelabro Apaga Uma Vida (conto policial) (“LUIZ LOPES COELHO”); conclusão de um tópico da seção “Por êsse mundo de Deus”, página 20: continuação da matéria “‘Todos querem ganhar tempo com a traição escondida no fundo da alma’” (sem assinatura); número 18: página 19: continuação da matéria “Antônio Balbino – ‘ministro de jornal’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: “Cooperativa de Cotia – 25 anos de contribuição para o progresso rural” (sem assinatura), conclusão da matéria “Café Filho tomou juízo?” (“Crônica de José Soares de Paiva”), “Organizar Para Realizar” (sem assinatura); número 19: página 19: continuação da matéria “Lúcio Bittencourt: ‘O trabalhismo sobreviverá sem a mística’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 20: “Ibañez: Uma Interrogação na América do Sul” (“De um Observador Internacional”); número 20: página 19: “‘Já Fundei 20 Jornais’” (“Entrevista de THIAGO DE MELLO”), página 20: “Um saco de gatos: a sociedade paulista” (“Correspondência especial de R.S.”); número 21: página 19: conclusão da matéria “Quem aceita vinte milhões de cruzeiros?” (sem assinatura), página 20: “A matemática é como a baleia” (“T. M.” [Thiago de Mello]), número 22: página 19: “Cinquentenário da Morte de Zola: O burguês Zola, que amou a Justiça” (“Instantâneos de Zola, em suas cartas”), página 20: “Cinquentenário da Morte de Zola: Emile Zola” (tradução e reprodução); número 23: página 19: conclusões das matérias “Confidencial: Relatório de Euclides da Cunha”, “O papel do negro na civilização brasileira” (“GILBERTO FREYRE”), página 20: “O negro na cidade de São Paulo” (“Artigo do professor Roger Bastide”).

⁸² Sobre a questão da imagem construída pelo semanário a respeito das classes trabalhadoras, ver o próximo capítulo.

⁸³ “A semana em São Paulo” foi publicada nas seguintes páginas do número 1 ao 23 do semanário: 19, 24, 24, 20, 25, 23, 23, 21, 30, 30, 29, 23, 26, 22, 20, 21, 21, 21, 22, 27, 27, 27.

⁸⁴ “A semana de Minas Gerais” aparece pela primeira vez no nono número de *Comício*, ocupando a página 21. Depois, ocupa respectivamente, as páginas 29, 28, 28, 22, 23, 23, 23, 23, 23, 23, 23. Nas edições 22 e 23 a seção não circula.

Paulo e de Belo Horizonte. Enquanto com frequência o texto sobre os acontecimentos da semana em Minas Gerais vinha assinado como “Crônica de Octávio Dias Leite”, o sobre São Paulo não possuía qualquer nome, sendo algumas vezes apontado como sendo “De nosso correspondente”. Entretanto, tendo em vista que já no primeiro número de *Comício*, na mesma página onde foi publicada a seção sobre São Paulo existe um box informando o endereço da sucursal do semanário em São Paulo com o nome de Luís Martins como diretor, avento ser dele a autoria dos relatos sobre a cidade.

Nessas quatro páginas, há também inúmeras matérias, versando sobre diversos temas como a vida das pessoas cegas, as profissões ocupadas pelas mulheres em São Paulo, as cartas que são enviadas a Getúlio pela população, a escola na qual as crianças precisam estudar sentadas no chão, os donos dos clubes esportivos nos Brasil, as moças que se dedicam ao balé, o operário que roubou por necessidade, as condições do transporte público usado pelo “povo”⁸⁵. Percebe-se, assim, a existência de um escopo

⁸⁵ Os textos que compõem as páginas 21 a 24 dos 23 números de *Comício* são, respectivamente: número 1: página 21: “Entre mulheres” (“Teresa Quadros”), página 22: anúncios, página 23: “Turf: O ‘Stud’ Faria e o Haras Santa Anita através dos anos – Em Cada ‘Box’ Um Dragão” (“Reportagem de PASCHOAL LEÃO”), “Comentários da semana” (“Miranda Rosa”), página 24: “Artes Plásticas no Brasil” (“Informações de Rodrigo M. F. de Andrade Sobre Esse Grande Empreendimento Cultural”), conclusão das matérias “Um repórter do ano 2051 descreve o existencialismo”, “Pretende a Rússia fazer a guerra militarmente?” (“Correspondência de HUME DAVID”), “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo” (sem assinatura); número 2: página 21: continuação da matéria “Amigos Vieram Cumprimentar Comício” (sem assinatura), páginas 22 e 23: “A Bíblia é a maior” (sem assinatura), página 24: “A semana em São Paulo” (“Do Nosso Correspondente”), conclusão da matéria “10 Dias em Moscou: uma sexta-feira santa na Rússia e católicos comunistas atrás da ‘Cortina de Ferro’” (“Edmar Morel – (Exclusivo de Comício: Segunda de uma série de reportagens)”; número 3: página 21: conclusão da matéria “10 Dias em Moscou: Uma ondulação permanente custa 250 cruzeiros” (“Edmar Morel – Exclusivo para COMÍCIO – Terceira de uma série de reportagens”), páginas 22 e 23: “Passam o dia dansando” (“Reportagem de Salatiel Marinho”), página 24: “A semana em São Paulo” (“De nosso correspondente”), conclusão da matéria “Álvaro de Azevedo, visto cem anos depois de sua morte” (“Carlos Drummond de Andrade”); número 4: página 21: “Comentários da semana” (“Miranda Rosa”), “Focalizando Irigoyen: jockey e ‘gentleman’ na mesma pessoa” (sem assinatura), páginas 22, 23 e 24: “Os donos do esporte” (“Vistos por HÉLIO FERNANDES”); número 5: página 21: “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), “E diziam que estava manca...” (sem assinatura), “O Nomadismo do Café Não é Uma Fatalidade” (sem assinatura), página 23: anúncio, página 24: “Arquivo” (“Newton Prates”), “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”); número 6: páginas 21 e 22: continuação da matéria “A necessidade arrastou-o ao crime: na madrugada de sábado, o operário exemplar transformou-se num ladrão arrombador” (sem assinatura), página 23: “O Que Dizem os Livros” (sem assinatura), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), página 24: “Arquivo” (“Newton Prates”), “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”); número 7: página 21: continuação da matéria “Como se estuda teatro no Rio” (“Reportagem Crítica de HENRIQUE OSCAR”), página 22: conclusão da matéria “Como se estuda teatro no Rio” (“Reportagem Crítica de HENRIQUE OSCAR”), “O que dizem os livros”, página 23: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), página 24: “324 Quilômetros de Rodovias Pavimentadas, em Pernambuco, e a Reaparelhagem do Pôrto de Recife” (“De Nosso Enviado Especial”); número 8: página 21: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “Vamos aprender finlandês” (sem assinatura), “A Índia visita ‘Comício’”, páginas 22 e 23: “1.200 crianças aprendem a ler sentadas no chão” (“Reportagem de SALATIEL MARINHO”), página 24: anúncio; número 9: página 21: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de DIAS LEITE”), “A Imprensa Diária é Gentil para COMÍCIO” (sem assinatura), páginas 22 e 23: “Os Motins Dos Prisoneiros de Koje” (“Por JOSÉ AUTO”), página 24: “Também os usineiros estão em crise e apelam para os poderes públicos” (“Do Nosso Enviado Especial”); número 10: página 21: conclusão da matéria “Cícero Dias está

em Copacabana” (“Entrevista de Rubem Braga”), páginas 22 e 23: “Viajando com o POVO” (“Reportagem de ENEIDA”), página 24: conclusão da matéria “Os partidos nacionais em trajes de Adão: U.D.N.: Partido de Gravata e Lenço Branco” (“Reportagem de PEDRO GOMES”); número 11: página 21: continuação da matéria “Orlando Leite Ribeiro: Amigo de Prestes e de Getúlio” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”), páginas 22 e 23: “‘Comício’ Fala de Uma Indústria: o Brasil não precisará mais importar remédios” (sem assinatura), página 24: “Em São Paulo as mulheres trabalham em todas as profissões” (“Reportagem de RADHÁ ABRAMO”); número 12: página 21: conclusão da matéria “Por Que os Aviões Estão Caindo” (“Reportagem de Moacyr Ferreira”), página 22: “Arquivo” (“Newton Prates”), “Cinquentenário de um escritor” (sem assinatura), “A indecisão da Enciclopédia Britânica” (sem assinatura), “Reorganizam-se em Todo o País os Escritores Democráticos” (sem assinatura), página 23: “Arquivo” (“Newton Prates”), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), página 24: “A Casa Da Estudante, antes e depois de uma diretora nervosa” (“Reportagem de IVONNE JEAN”); número 13: página 21: conclusão da matéria “Guerra sem quartel à cachaça!” (sem assinatura), página 22: “Arquivo” (“Newton Prates”), “A semana de Minas Gerais” (sem assinatura), página 23: “Era ‘garçon’, hoje é usineiro” (“De um Nosso Enviado a Campos”), página 24: “Nossa especialidade: Idade Média” (“Reportagem de YVONNE JEAN”); número 14: página 21: “‘Comício’ iluminado a cabelos louros e olhos azuis” (sem assinatura), página 22: “A semana em São Paulo” (“Do Nosso Correspondente”), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de DIAS LEITE”), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 24: “O Seringueiro Continua” (“Notas de Uma Viagem de NEWTON CARLOS”); número 15: página 21: conclusão da matéria “Quem é Adlai Stevenson” (sem assinatura), “Mais 228 milhões de cruzeiros nos depósitos populares” (sem assinatura), conclusão da matéria “A guerra da carne no Rio Grande” (“Reportagem de ISAAC SOARES”), página 22: “A guerra da carne no Rio Grande” (“Reportagem de ISAAC SOARES”), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de Octávio Dias Leite”), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 24: “O Brasil tem uma nova ‘chance’ no mundo da borracha” (“Cássio Fonseca”); número 16: página 21: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “O que dizem os livros” (sem assinatura), página 22: conclusão da matéria “O Diário de um romancista” (seleção de trechos das notas de Otávio de Faria), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de Otávio Dias Leite”), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 24: “Corre Ouro Nos Trilhos da ‘Inglêsa’” (“Segunda de duas Reportagens de CLÁUDIO ABRAMO”); número 17: página 21: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “O que dizem os livros” (sem assinatura), “Estêve no Brasil o diplomata Hugh Gibson” (sem assinatura), página 22: conclusão da matéria “PL – 100 anos de parlamentarismo” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de Otávio Dias Leite”), “Arquivo” (“Newton Prates”), continuação da matéria “Malenkov falará por Stalin” (“De um missivista de Londres”), página 24: “No mundo difícil dos cegos” (“Reportagem de YVONNE JEAN”); número 18: página 21: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “O leitor escreve”, “Estudando as Comidas e Bebidas do Brasileiro” (sem assinatura), página 22: “ABC Das Catástrofes” (“Aníbal M. Machado”), “Nem só de aço vive Volta Redonda” (sem assinatura), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“De Otávio Dias Leite”, “Arquivo” (“Newton Prates”), página 24: “Leitor, por obséquio: Não se Mate” (sem assinatura); número 19: página 21: conclusão da matéria “Ibañez: Uma Interrogação na América do Sul” (“De um Observador Internacional”), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), página 22: “As mulheres tomam pé na política”, (“Zoia Laet de Barros”), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de OCTÁVIO DIAS LEITE”), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 24: “Proibido pelo Vaticano: André Gide Continuará a Ser Lido Pelos Escritores Brasileiros” (sem assinatura); número 20: página 21: conclusão da matéria “Um saco de gatos: a sociedade paulista” (“Correspondência especial de R.S.”), página 22: “Não é Manoel, nem mora em Niterói” (sem assinatura), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), conclusão da matéria “‘Já Fundei 20 Jornais’” (“Entrevista de THIAGO DE MELLO”), página 23: “Arquivo” (“Newton Prates”), “A semana de Minas Gerais” (sem assinatura), página 24: “Os homens não pedem a Lua” (sem assinatura); número 21: página 21: conclusão da matéria “A matemática é como a baleia” (“T. M.” [Thiago de Mello]), página 22: “Portugal sob o Dr. Salazar” (tradução e reprodução), página 23: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de OCTAVIO DIAS LEITE”), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 24: “Pasqualini: Pode Haver Solução Dentro do Capitalismo” (“Texto de PEDRO GOMES”); número 22: página 21: continuação da matéria “Osório Borba, em protesto contra Etelvino” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 22: “Arquivo” (“Newton Prates”), conclusão da matéria “Cinquentenário da Morte de Zola: O burguês Zola, que amou a Justiça” (“Instantâneos de Zola, em suas cartas”), página 23: “Quando e como você votará outra vez” (sem assinatura), página 24: “Afirma Ivan Serpa: Portinari e Di Cavalcanti nada têm a transmitir” (“Reportagem de HÉLIO PELLEGRINO”); número 23: página 21: continuação da matéria “Que está acontecendo no Brasil?” (tradução e reprodução), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 22: “Os queridos Confrades”, conclusão da matéria “Que está acontecendo no Brasil?”, página 23: “Relato de Viagem”

grande de assuntos abordados, que parecem apontar para uma preocupação em desvendar as condições de vida da população, e mais especificamente, daqueles denominados como “povo”⁸⁶.

As páginas 25 a 29 além de reportagens, não foram espaço fixo de alguma seção. Pode-se notar, apenas, uma concentração das matérias sobre turfismo e a seção sobre o assunto assinada por Miranda Rosa nesse intervalo de páginas. Também, já nas últimas edições do semanário, a exemplo da introdução de duas páginas com o cabeçalho denominado “Política” que aparece nas páginas iniciais a partir do número 15 do semanário, a partir da edição 17 surge o cabeçalho “Literatura”, ocupando as páginas mais ao final, geralmente a 28 e 29, com pequenas notas, notícias, trechos de livros e poemas dos mais diversos escritores⁸⁷.

(“Crônica de FERNANDO SABINO”), “O leitor escreve” (sem assinatura), página 24: “Queimar ou Aproveitar Uma Riqueza?” (sem assinatura).

⁸⁶ Sobre isso, ver a discussão no capítulo 4.

⁸⁷ Os títulos dos textos que compõem estas páginas são, respectivamente: número 1: página 25: conclusão da matéria “Foram os Entreguistas, a Serviço do Entreguismo, Que Inventaram Essa História de Cisão no Exército” (“Uma reportagem de Joel Silveira”), “A semana da cidade” (“Sergio Porto”), páginas 26, 27 e 28: “Nelson Rodrigues: ‘ – O Que Estraga o Teatro São os Atores e o Público’” (“Entrevista de OTO LARA REZENDE”), página 28: conclusão da matéria “Turf: O ‘Stud’ Faria e o Haras Santa Anita através dos anos – Em Cada ‘Box’ Um Dragão” (“Reportagem de PASCHOAL LEÃO”), página 29: “Estou Chegando de Moscou” (“EDMAR MOREL (Exclusivo de ‘COMÍCIO’ Primeira de uma série de reportagens)”, número 2: conclusão da matéria “Nazistas húngaros de São Paulo: Roosevelt grande criminoso” (tradução e reprodução de artigo), “A semana da cidade” (sem assinatura), páginas 26, 27 e 28: “No G.P. Presidência do Jockey Club” (“Uma Reportagem de LÉO PINTO”), página 28: conclusão da matéria “Dutra voltou a ativa: no 67º aniversário de Dutra petróleo e relógio novo” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”), “Comentários da semana” (“Miranda Rosa”), página 29: “10 Dias em Moscou: uma sexta-feira santa na Rússia e católicos comunistas atrás da ‘Cortina de Ferro’” (“Edmar Morel – (Exclusivo de Comício: Segunda de uma série de reportagens)”, número 3: página 25: anúncio, página 26: “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), páginas 26 e 27: “Os mistérios do ‘Handicap’” (“L. P.” [Léo Pinto]), página 28: “O leitor escreve”, conclusão das matérias “O integralismo faz tricô” (“Reportagem de Joel Silveira”), “Reportagem no ‘front’: a mesa da Câmara faz guerra à imprensa – História de uma campanha triste” (“Contada por MARCELO GUIMARÃES), página 29: “Vida e obras do pedreiro Waldemar” (sem assinatura); número 4: página 25: “O pimentão vence o caju” (sem assinatura), “O Primeiro Contato Social da Nova Diretoria do Jockey Club Brasileiro” (sem assinatura), páginas 26, 27 e 28: “10 Dias em Moscou: Os Russos ‘Passaram para Trás’ Marconi e Santos Dumont” (“Por EDMAR MOREL (Penúltima de uma série de reportagens)”, página 29: “Algazarra de Ouro: A Bolsa de Valores” (sem assinatura); número 5: página 25: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), páginas 26, 27 e 28: “Conversa Com os Homens Que Sobem e Descem Para Ganhar a Vida” (“Reportagem de ENEIDA”), página 28: “Jockey Club Brasileiro (agradecimento ao quadro social) (“A Diretoria”), página 29: “‘Continuas Vivo em Nosso Coração’” (“Texto de Thiago de Mello”); número 6: página 25: “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), “Albatroz o cavalo do coração...” (sem assinatura), página 26 e 27: “Vicente Celestino, cantor e canastrão” (“Reportagem de JOSÉ GUILHERME MENDES”), página 28: anúncios, página 29: “O lamento de amor que os séculos não abafaram” (“Cyro dos Anjos”); número 7: página 25: “O Turfe às Avessas... Um Louco no Citroen Negro” (sem assinatura), “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), páginas 26 e 27: “Revive a Cidade Mártir” (“EDMAR MOREL (Exclusivo Para COMÍCIO)”, PÁGINA 28: continuação de “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), “Canter”, (“LÉO”), “COMÍCIO Apresenta Palavras Cruzadas”, página 29: “Clóvis Graciano: bom pintor e bom sujeito” (“Conversa de bar de LUÍS MARTINS”); número 8: página 25: “O que dizem os livros”, “‘A Necessidade Levou-o ao Crime’: Leitores de COMÍCIO Ajudam a Mulher e Filhos de Gerson Santa Rosa” (sem assinatura), “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), página 26: “Centro Cívico – um monumento comemorativo da

grandesa do Paraná” (sem assinatura), página 27: anúncio, página 28: conclusão de “A Aventura do Cotidiano” (“F.S.”), “Alimentação e Rendimento do Trabalho” (sem assinatura), “Mais dois problemas de palavras cruzadas”, página 29: “A Melhor Resposta ao Fanatismo: Liberalismo” (tradução e reprodução de artigo de Bertrand Russell); número 9: página 25: “Arquivo” (“Newton Prates”), “A semana na cidade” (sem assinatura), páginas 26 e 27: “Três professores Comentam Com Tristeza Nossa realidade Educacional: À Margem da Portaria 501 (“‘Enquete’ do Estudante Lindolfo Cólór Filho”)), página 27: conclusão da matéria “III Congresso Paulista de Escritores” (“Por LUÍS MARTINS”), página 28: “Semana no turf” (“Miranda Rosa”), “Ausência de Valores Nacionais Para a ‘Temporada Internacional’” (sem assinatura), “As palavras-cruzadas de COMÍCIO ficaram para o próximo número”, página 29: “Slover Inostrannykh Slov” (“Harry Schwar”); número 10: página 25: “Os ingleses vão ficar boquiabertos! Com a nova seção humorística de ‘Comício’: Enciclopédia Britânica Brasileira – 2 páginas de Millôr Fernandes (especialista em fazer rir os ânglicos)”, páginas 26 e 27: “Dicionário de Shaw” (“MILLÔR FERNANDES”), página 28: “Quem não anuncia se esconde” (sem assinatura), conclusão da matéria “Eisenhower: Herói, Tradicionalista e Devoto...” (“RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA”), página 29: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de DIAS LEITE”), “Arquivo” (“Newton Prates”); número 11: página 25: conclusão da matéria “Em São Paulo as mulheres trabalham em tôdas as profissões” (“Reportagem de RADHÁ ABRAMO”), páginas 26 e 27: “Dicionário de André Gide” (“P.M.C.” [Paulo Mendes Campos]), página 28: “A semana de Minas Gerais” (“Crônica de DIAS LEITE”), “O que dizem os livros”, conclusão de “Dicionário de André Gide” (“P.M.C.” [Paulo Mendes Campos]), página 29: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “Roubou por necessidade” (sem assinatura), conclusão de “Máximas de La Rochefoucauld” (“Cyro dos Anjos”); número 12: página 25: conclusão da matéria “A Casa Da Estudante, antes e depois de uma diretora nervosa” (“Reportagem de IVONNE JEAN”), página 26: conclusão da matéria “PSP: bolso cheio e manga arregaçada” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), páginas 26 e 27: “Coitado do homem médio!”, página 27: “A arte de jejuar” (sem assinatura), “O novo painel de Portinari” (sem assinatura), conclusão da matéria “Exame pré-nupcial – de corpo e de espírito” (“Uma Entrevista de M. Garcia”), página 28: “A semana de Minas Gerais” (sem assinatura), “10 perguntas desonestas” (sem assinatura), página 29: “Como Nasce Uma Atriz” (“Esta reportagem foi comprada por encabulamento”); número 13: conclusão da matéria “Nossa especialidade: Idade Média” (“Reportagem de YVONNE JEAN”), “Passatempo” (sem assinatura), página 26: “COMÍCIO Perde Seu Melhor Redator, Mas Reage Brilhantemente” (sem assinatura), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), páginas 27 e 28: “Um vasto hospital – sem enfermeiras” (“Notas de BEATRIZ BANDEIRA”), página 29: “Brasileiros mortos pelos nazistas na Tchecoslováquia” (“EDMAR MOREL Exclusivo de Comício”), número 14: página 25: conclusão da matéria “O Seringueiro Continua” (“Notas de Uma Viagem de NEWTON CARLOS”), continuação de “Mangabeira: ‘Ou o Brasil Reage ou Apodrece de Vez’” (“Entrevista de PEDRO GOMES”), páginas 26, 27 e 28: “Corre Ouro Nos Trilhos da ‘Inglêsa’” (“Primeira de duas reportagens de CLAUDIO ABROMO [sic] – Fotos de CLAUDIO LEMBO”), página 29: conclusão da matéria “Mangabeira: ‘Ou o Brasil Reage ou Apodrece de Vez’” (“Entrevista de PEDRO GOMES”), conclusão de “Os queridos Confrades”, “Passatempo”; número 15: página 25: conclusão da matéria “O Brasil tem uma nova ‘chance’ no mundo da borracha” (“Cássio Fonseca”), páginas 26 e 27: “Dorival Caimi fala sobre pintura, literatura e música” (sem assinatura), página 27: “Acerca do dinheiro” (“Júlio Moura”), página 28: “Alberto Cavalcanti entre dois filmes” (sem assinatura), página 29: “10 anos de arquitetura brasileira” (“Crônica de FLÁVIO DE AQUINO”); número 16: páginas 25 e 26: continuação e conclusão da matéria “Corre Ouro Nos Trilhos da ‘Inglêsa’” (“Segunda de duas Reportagens de CLÁUDIO ABRAMO”), “Uma carta do Sr. Renato Feio” (“Renato de Azevedo Feio - Administrador”, página 27: “Palavras cruzadas”, “Filologia” (sem assinatura), conclusão da matéria “Só a Classe Operária Poderá Liquidar o Stalinismo” (“Reportagem de Helio Pellegrino”), páginas 28 e 29: “Arte – Pode-se Viver de Arte no Brasil?” (“Reportagem de Flávio de Aquino”), página 29: “Arte – Por 20 contos você pode ter uma cabeça, em bronze ou pedra, assinada por um dos melhores escultores modernos do Brasil” (sem assinatura); número 17: página 25: conclusão da matéria “No mundo difícil dos cegos” (“Reportagem de YVONNE JEAN”), página 26: conclusão dos textos “Um Candelabro Apaga Uma Vida (conto policial)” (“LUIZ LOPES COELHO”), “‘Todos querem ganhar tempo com a traição escondida no fundo da alma’” (sem assinatura), “Malenkov falará por Stalin” (“De um missivista de Londres”), página 27: anúncio, página 28: “Literatura” (sem assinatura), página 29: “A aventura do cotidiano” (“FERNANDO SABINO”), “Condenado a cinco anos e... Três contos! O juiz foi duro com Gerson Santa Rosa, o homem que roubou por necessidade” (sem assinatura); número 18: página 25: continuação da matéria “Leitor, por obséquio: Não se Mate” (sem assinatura), página 26 e 27: “Os dois Cinco de Julho: ficção e realidade” (sem assinatura), página 27: “Palavras-cruzadas”, página 28: conclusão dos textos: “Antônio Balbino – ‘ministro de jornal’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), “Leitor, por obséquio: Não se Mate” (sem assinatura), “Gilberto Amado fala sobre: literatura e fisionomia

Nas páginas 30 e 31, encontramos com frequência tanto a crônica de Rubem Braga (até a edição 17 na página 30 e, da 18 em diante, na página 31) quanto a seção “A semana da cidade”⁸⁸, espaço em que são relatados os acontecimentos culturais e esportivos do Rio de Janeiro (sob pequenas notas intituladas “cinema”, “teatro”, “boites”, “esporte”, “fatos”, “rádio”, “bar e crime”, “ballet” etc). Inicialmente a cargo de Sérgio Porto, a partir do número 16 a seção passa a ter também textos de Lúcio Rangel e Antonio Maria. Rangel assina um box intitulado “Histórias da música”, contendo, como o próprio título revela, pequenas narrativas a respeito da história da música. Já Maria assina breves crônicas sobre os mais diversos assuntos. A página 32, que é a quarta capa, foi ocupada, até a edição 10, por chamadas de reportagens e matérias do semanário, exercendo, assim, um papel semelhante à capa. A partir do número 11, passou a abrigar a tradução de desenhos denominados “Caricatura Universal”. As

político-social do Brasil e resume para ‘Comício’ a sua próxima conferência” (sem assinatura), página 29: “Literatura” (sem assinatura); número 19: página 25: continuação da matéria “Proibido pelo Vaticano: André Gide Continuará a Ser Lido Pelos Escritores Brasileiros” (sem assinatura), “O leitor escreve”, página 26: conclusão dos textos “Lúcio Bittencourt: ‘O trabalhismo sobreviverá sem a mística’” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), “Foi um golpe seco a rebelião de Naguib” (sem assinatura), “Que é que há com o Ministério?” (“Reportagem de CARLOS CASTELO BRANCO”), página 27: conclusão da matéria “As mulheres tomam pé na política”, (“Zoia Laet de Barros”), “Palavras-cruzadas”, página 28: “O roupão” (“Conto de CARLOS CASTELO BRANCO”), página 29: “Literatura” (sem assinatura); número 20: página 25: conclusão da matéria “Os homens não pedem a Lua” (sem assinatura), página 26: “O leitor escreve”, “Conferências Literárias no ‘Teatro e bôlso’” (sem assinatura), “‘L’Architecture D’Aujourd’Hui’ Publica Um Número Especial Sobre a Arquitetura Moderna Brasileira” (sem assinatura), página 27: “Palavras cruzadas”, conclusão da matéria “SACCO Disse: ‘Adeus Mãe’ e VANZETTI: ‘Estou Inocente’” (sem assinatura), conclusão do texto “A Mina” (“GEIR CAMPOS”), página 28: “Literatura” (“T.M.” [Thiago de Mello]), página 29: “A Mina” (“GEIR CAMPOS”); número 21: página 25: conclusão da matéria “Pasqualini: Pode Haver Solução Dentro do Capitalismo” (“Texto de PEDRO GOMES”), conclusão da matéria “Os jornalistas também cochilam: por isso o sr. Vargas pode virar zebu” (“Crônica de Thiago de Mello”), página 26: “Fala o Doutor em ‘Baião’” (sem assinatura), página 27: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “Palavras-cruzadas”, página 28: “Últimas Palavras ao Tribunal” (“Bartolomeu Vanzetti” – “Tradução de Paulo Mendes Campos”), página 29: “Literatura” (sem assinatura); número 22: página 25: conclusão da matéria “Afirma Ivan Serpa: ‘Portinari e Di Cavalcanti nada têm a transmitir’” (“Reportagem de HÉLIO PELLEGRINO”), “Meia página de CARLOS THIRÉ”, página 26: conclusão das matérias “Quando e como você votará outra vez” (sem assinatura), “Osório Borba, em protesto contra Etelvino” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), “Os queridos Confrades”, página 27: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), conclusão do texto “Oxicianureto de mercúrio” (“Conto de JOÃO ALPHONSUS”), “Palavras-cruzadas”, páginas 28 e 29: “Literatura”; número 23: página 25: “Exposição de arte infantil” (“Crônica de FLÁVIO DE AQUINO”), conclusão do texto “O negro na cidade de São Paulo” (“Artigo do professor Roger Bastide”), página 26: “O Caminho da Cacimba” (“Conto de HOMERO HOMEM”), página 27: “Apassionata” (sem assinatura), “Um soneto de 1640” (sem assinatura), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), páginas 28 e 29: “Literatura” (sem assinatura).

⁸⁸ Antes de se firmar nas páginas 30 e 31, essa seção ocupou diferentes páginas: números 1 e 2: página 25, número 3: página 18, número 4: página 31, números 5 e 6: página 24, número 7: página 31, número 8: página 20, número 9: página 25. A partir do número 10, passa a ocupar a página 31 e, a partir do número 16, também a página 30.

exceções são as edições 15 e 16 ocupadas pela “Enciclopédia Brasileira” de Millôr Fernandes com os verbetes “O Dodô” e “O Pirata”.⁸⁹

⁸⁹ Páginas 30, 31 e 32, respectivamente: número 1: página 30: “Carta a Uma Senhora” (“Rubem Braga”), continuação da matéria “Estou Chegando de Moscou” (“EDMAR MOREL (Exclusivo de ‘COMÍCIO’ Primeira de uma série de reportagens)”, página 31: “Há um certo nervosismo na caricatura universal”, página 32: “Estou chegando de Moscou” (“Textos e Fotografias de EDMAR MOREL – Reportagem Completa Nas Páginas 29 e 30”); número 2: página 30: continuação da matéria “10 Dias em Moscou: uma sexta-feira santa na Rússia e católicos comunistas atrás da ‘Cortina de Ferro’” (“Edmar Morel – (Exclusivo de Comício: Segunda de uma série de reportagens)”, “Carta a Um Senhor” (“Rubem Braga”), página 31: Estranhas, múltiplas, confusas e emotivas são as mulheres na caricatura universal”, página 32: “10 dias em Moscou”; número 3: página 30: “Carta a um general” (“Rubem Braga”), conclusão da matéria “Vida e obras do pedreiro Waldemar” (sem assinatura), página 31: Uma vida puramente imitativa tem o robot na caricatura universal”, página 32: “‘Eu construí o Banco Boavista’ Reportagem nas páginas 29 e 30”; número 4: página 30: conclusão da matéria “Algazarra de Ouro: A Bolsa de Valores” (sem assinatura), “Carta a Newton Prates” (“Rubem Braga”), página 31: “A semana da cidade” (sem assinatura), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 32: “Algazarra de ouro: a Bolsa de Valores (Texto Nas Páginas 29 e 30)”, “Nas Pags. 3, 4 e 5: Os boquirrotos da Câmara (Reportagem de JOEL SILVEIRA); número 5: página 30: conclusão da matéria “‘Continuas Vivo em Nosso Coração’” (“Texto de Thiago de Mello”), “Carta a Um Coronel” (“Rubem Braga”), página 31: “Não são lá muito selvagens os selvagens na caricatura universal”, página 32: “Quem é esse Cabello? (Reportagem de Joel Silveira no texto)”; número 6: página 30: conclusão do texto “O lamento de amor que os séculos não abafaram” (“Cyro dos Anjos”), “Carta a Um Deputado” (“Rubem Braga”), página 31: “É uma hora extremamente grave aquela em que tôdas as atenções se voltam para a alimentação na caricatura universal”, página 32: “Vicente Celestino: cantor ou canastrão? (Reportagem nas páginas 26 e 27)”; número 7: página 30: “Carta a um senador” (“Rubem Braga”), conclusão da matéria “Domingos Velasco: na esquerda, com Deus” (“Uma Reportagem de JOEL SILVEIRA”), página 31: “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”), “Arquivo” (“Newton Prates”), página 32: “Domingos Velasco: na esquerda, com Deus (Reportagem de JOEL SILVEIRA no Texto)”; número 8: página 30: conclusão do texto “A Melhor Resposta ao Fanatismo: Liberalismo” (tradução e reprodução de artigo de Bertrand Russell), “Carta ao Presidente” (“Rubem Braga”), página 31: “Não se encontra nada, é uma bagunça completa o arquivo na caricatura universal”, página 32: “Esse grande esquecido: o marmiteiro”; número 9: página 30: “A semana em São Paulo” (sem assinatura), “Carta a Um Senhorio” (“Rubem Braga”), página 31: “Tem mil motivos e causa mil embaraços a proliferação na caricatura universal”, página 32: “O nariz”; número 10: página 30: “Carta a Um Banqueiro” (“Rubem Braga”), “A semana em São Paulo” (sem assinatura), página 31: “COMÍCIO Apresenta um Problema de Palavras-Cruzadas Com Nomes de Gente do Cinema”, “A semana na cidade” (“Sérgio Pôrto”), página 32: “Não são muito bem recebidas as visitas na caricatura universal”, “(Nas páginas 12º., 13º e 14º.) Por êsse mundo de Deus”; número 11: página 30: conclusão da matéria “Orlando Leite Ribeiro: Amigo de Prestes e de Getúlio” (“Uma reportagem de JOEL SILVEIRA”), “25 anos de um jornal”, “Os príncipes” (“Rubem Braga”), página 31: “Palavras cruzadas”, “A semana na cidade” (“Sérgio Porto”), página 32: “Ou fala demais, ou não fala nada, ou não liga, ou atrapalha o telefone nas caricatura universal”; número 12: página 30: “Coisas fúnebres” (“Rubem Braga”), “Confissões”, “O que dizem os livros”, página 31: “Palavras cruzadas”, “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”), página 32: “Sem educação, ridicularizantes, maus, perversos, monstruosos, são os meninos nas caricatura universal”; número 13: página 30: conclusão da matéria “Brasileiros mortos pelos nazistas na Tchecoslováquia” (“EDMAR MOREL Exclusivo de Comício”), “Tempos de suspeita” (“Rubem Braga”), página 31: “A semana na cidade” (“Sérgio Porto”), “Palavras cruzadas”, “Vamos Todos Comer Coelho” (sem assinatura), página 32: “Como na vida real, é terrível a luta marido x mulher na caricatura universal”; número 14: página 30: “Carta de Paris” (sem assinatura), “Os enxotados” (“Rubem Braga”), página 31: “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”), “Palavras cruzadas”, página 32: “São demasiado evidentes as indiretas na caricatura universal”; número 15: página 30: “Crédito” (“Rubem Braga”), “Palavras cruzadas”, conclusão da matéria “Os asteróides: PST, PTN, PRP, PDC e PRT” (“Reportagem de PEDRO GOMES”), página 31: “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”), “Os dias do presidido” (sem assinatura), página 15: “Enciclopédia Brasileira – O Dodô” (“Millôr Fernandes”); número 16: página 30: “Carta a Moses”, páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”, “Lúcio Rangel”, Antonio Maria), página 32: Enciclopédia Brasileira – O pirata” (“Millôr Fernandes”); número 17: página 30: “Congratulações” (“Rubem Braga”), páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Sérgio Pôrto”, “Lúcio Rangel”, “Antonio Maria”, página 32: “São muito humanos os animais na caricatura universal”; número 18: páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Sérgio Porto”, “Lúcio Rangel”, “Antonio Maria”), página

Fernando Sabino, recordando a experiência de *Comício*, revela informações sobre a divisão de trabalho entre os colaboradores, inclusive sobre aqueles que, não tendo um espaço fixo, também participavam de sua consecução, mesmo sem assinar ou por pouco tempo:

“Otto fazia uma crônica irreverente do Senado. Castellinho, a da Câmara. Rubem, *O dia do Presidido* (uma espécie de gozação com a coluna *O dia do Presidente*, na Última Hora). Joel fazia de tudo. Pedro Gomes fazia reportagens, e era tão bom que a princípio se pensou que fosse pseudônimo de algum jornalista conhecido. Carlos Alberto Tenório⁹⁰, outro excelente jornalista, também andou por lá. Clarice Lispector fazia uma espécie de coluna feminina, com o pseudônimo de Tereza Quadros. Quando teve de viajar, foi substituída por Elsie Lessa⁹¹. Hélio Pellegrino⁹², recém-chegado de Minas, não tendo uma função específica que se coadunasse com

31: “Nós e os chilenos” (“Rubem Braga”), página 32: “São mais ou menos temperamentais os bêbados na caricatura universal”; número 19: páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Sergio Porto”, “Lúcio Rangel”, “Antonio Maria”), página 31: “Carta ao Prefeito” (“Rubem Braga”), página 32: “São meio birutas os chauffeurs na caricatura universal”; número 20: páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Antonio Maria”), página 31: “Insensatos” (“Rubem Braga”), página 32: “São eloquentes as histórias sem palavras na caricatura universal”; número 21: páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Lúcio Rangel”, “Antonio Maria”), página 31: “Um partido” (“Rubem Braga”), página 32: “São geniais e geniosos os artistas na caricatura universal”; número 22: páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Sergio Porto”, “Lúcio Rangel”, “Antonio Maria”), página 31: “Verão” (“Rubem Braga”), página 32: “Têm suas extravagâncias os amorosos na caricatura universal”; número 23: páginas 30 e 31: “A semana da cidade” (“Lúcio Rangel”, “Antonio Maria”), “Água e terra” (“Rubem Braga”), página 32: “São um pouco estranhos os pescadores na caricatura universal”.

⁹⁰ Nasceu no Rio de Janeiro em 1928. Em 1950, começou sua carreira jornalística. Trabalhou, dentre outros, nos seguintes veículos: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Revista da Semana*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Folha de São Paulo* e o semanário *Comício*. Em 1958, viajou para Cuba e cobriu a Revolução Cubana, escrevendo reportagens sobre o evento para a revista *Manchete* e o *Jornal do Brasil*. Na TV Globo, tendo Otto Lara Resende como chefe, trabalhou como editor no Centro de Produção de Notícias e assessor especial da Direção-Geral. Além disso, foi Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Também trabalhou em Genebra como Delegado-Substituto Permanente do Brasil na O.I.T. e Attaché da Delegação Permanente do Brasil na O.N.U.

⁹¹ Nasceu em São Paulo em 1912 e faleceu em 2000, em Cascais, Portugal. Com 15 anos, começou a trabalhar como datilógrafa e estenógrafa. Casou-se aos 18 anos com o também escritor Orígenes Lessa, com quem teve seu único filho, Ivan Lessa. Em 1945, começou a colaborar no jornal *O Globo*. De 1952 até sua morte, sem interrupção, publicou crônicas em *O Globo*. Já possuía consagração na imprensa desde os anos 1950. Em 1985, mudou-se para Cascais com seu segundo marido, Ivan Pedro de Martins.

⁹² Nasce em Belo Horizonte em 1924. Aos quatro anos, conhece Fernando Sabino, amigo do jardim-de-infância. Manteriam amizade durante toda a vida. Nos anos 1940, passa a integrar um grupo de escritores e intelectuais, dentre eles Emílio Moura, João Ethienne Filho, Francisco Iglésias, Wilson Figueiredo, Carlos Castello Branco, Autran Dourado e Sábato Magaldi. Mantém laços de amizade com Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Otto Lara Resende. Entra na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1942 e no ano seguinte opta por especializar-se em psiquiatria. Um dos fundadores da UDN (1944), pela qual concorre ao cargo de deputado federal no ano seguinte. Em 1946 desliga-se da UDN e funda a Esquerda Democrática. Em 1952 transfere-se ao Rio de Janeiro e trabalha como redator do jornal *O Globo*. No ano seguinte, abre consultório psicanalítico e colabora no semanário *Flan*. Entre 1966 e 1968, colabora com o *Correio da Manhã*. É preso pela ditadura militar em 1969, acusado de líder ser comunista. Inaugura, em 1973, a Clínica Social de Psicanálise. Colabora, entre 1978 e 1980, com *O Pasquim*. Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. A partir de 1982, colabora por três anos e meio para a *Folha de São Paulo*. Morreu em 1988 no Rio de Janeiro.

a sua condição de médico psicanalista, encarregava-se do que, segundo Joel, lhe era mais afim, ou seja, de seção de ciência, inclusive ficção científica. Millôr tinha as duas páginas centrais à sua disposição. Thiago de Mello também fazia reportagens. Claudio Abramo e Luís Martins escreviam de São Paulo, Octávio Dias Leite⁹³, de Belo Horizonte. E ainda Lúcio Rangel, Sérgio Pôrto, Paulo Mendes Campos.

Com toda essa gente (ou por causa dela), não foi para a frente. Talvez por falta de dinheiro, como costuma acontecer. Mas conseguiu sobreviver até o 23º número. Quando Hélio Fernandes assumiu a direção da *Manchete*, levou consigo praticamente a redação inteira” (Sabino, 1999:126-127).

A recepção de *Comício*

Para apreender tanto o público que foi visado quanto o obtido pelo semanário, debruço-me sobre três elementos presentes em suas páginas. Partindo do pressuposto de que os anúncios e propagandas eram dirigidos ao suposto consumidor potencial dos produtos e/ou serviços oferecidos, atento para os mesmos, a fim de entender que tipo de público era imaginado como predominante pelos idealizadores de *Comício* e pelos anunciantes. Em segundo lugar, foco na seção “O leitor escreve” que, presente desde a terceira edição do semanário, torna-se um profícuo canal de interlocução entre o semanário e seus leitores, possibilitando, desse modo, que se perceba parte da recepção efetivamente obtida ao longo de seus 23 números⁹⁴. E, por fim, analiso editoriais e pequenas notas publicadas pelo semanário tanto sobre a recepção que, segundo eles, estaria sendo então obtida, bem como quanto a avaliação que traçam a respeito dela – textos esses que aparecem de maneira esparsa durante o período de existência de *Comício*.

Além dos anúncios, da compra e da assinatura do semanário, ou seja, de anunciantes e leitores, outro pilar de sustentação econômica eram as matérias pagas, isto é, textos que foram pagos para serem publicados em *Comício*. Tais textos serão tratados como um tipo específico de anúncio, cuja presença o próprio semanário classifica como “matéria delicada”, sendo debatida tanto pelos diretores em um editorial quanto pelo público, através da seção acima citada.

⁹³ Poeta, agitador cultural, advogado e jornalista mineiro. Trocou cartas com Mário de Andrade entre 1935 e 1944.

⁹⁴ Não se pode, no entanto, excluir a possibilidade de que tais cartas (ou ao menos parte delas) tenham sido escritas pela própria redação do semanário. Nesse caso, elas são também relevantes, na medida em que revelam o tipo de público e de ideias e posicionamento proferidos por este que os diretores de *Comício* gostariam de veicular como lhe sendo pertencente.

Publicidade e anúncios

À esteira dos processos de industrialização, urbanização e modernização em curso nos anos 1950, os quais acarretaram em aumento e diversificação da atividade produtiva do país, iniciou-se o volumoso investimento em publicidade, bem como o surgimento das grandes agências de propagandas (Cf. Abreu, 2008:213). Com o aumento do espaço das publicidades no interior da imprensa, esta se tornou paulatinamente menos dependente do financiamento do poder público, já que, até aquele momento, os meios de comunicação dependiam sobremaneira dos financiamentos dos bancos estatais, das isenções fiscais e de subsídios e publicidades governamentais.

Com o aumento e consolidação das publicidades, os tipos de anúncios publicados na imprensa mudam: se antes os anúncios diziam respeito a casas comerciais e a empregos domésticos, passam a receber ênfase ou destaque produtos como automóveis, eletrodomésticos, gêneros alimentícios e agrícolas.

Com sua renda advinda cada vez mais da venda de espaços para publicidades, os veículos tiveram que passar a se preocupar com o aumento de sua circulação, isto é, em garantir aos anunciantes que angariavam um grande escopo de público leitor:

“Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita desse tipo de anúncios. A publicidade obrigou-os a se preocupar em aumentar sua circulação, já que as agências preferiam entregar seus anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem maiores áreas do território nacional” (Abreu, 2008:213).

Vejamos como a questão das publicidades aparece no semanário. Elas estão presentes desde a primeira edição de *Comício*. Inicialmente mais numerosas e variadas, são, nas edições finais, em menor quantidade e menos sortidas. Alguns anúncios, como o do Juca's Bar, são publicados em todos os números. Outros, como do jornal *O Popular*, embora não tenham sido anunciados desde o início, quando aparecem, passam a constar em praticamente todos os números subsequentes. Já outras propagandas, como do Banco do Brasil e da incorporadora Santos Vahlins, embora presentes no início, logo param de ser veiculadas.

Alguns mais reincidentes, outros esporádicos ou aparecendo pouquíssimas vezes, o certo é que uma gama grande de produtos e serviços é oferecida nas páginas de *Comício*. Os anúncios são de tamanhos variados, ora ocupando uma página toda, como

é o caso de anúncios do banco e da incorporadora, ora presentes em pequenos boxes distribuídos nos cantos das páginas. Quanto a sua localização, os anúncios não parecem dialogar com os textos da página onde foram publicados, denotando que, muito provavelmente, ocupavam os espaços vazios das páginas já diagramadas.

Notando os tipos de produtos e serviços oferecidos, busco tanto mapear as redes de contatos dos idealizadores do semanário, isto é, amigos ou conhecidos que foram contemplados com espaços de anúncio em *Comício*, quanto o público que diretores e anunciantes acreditavam possuir e atingir, respectivamente.

De cruzeiro à Europa a remédio para dor de cabeça, passando por cama, chocolate, imóveis, loja e alfaiataria, jornais e revistas, o escopo de produtos e serviços oferecidos é vasto. Sem esgotá-lo, apresento abaixo os anúncios veiculados no semanário independente.

Localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, Juca's Bar foi constantemente anunciado em *Comício*. A proximidade do dono do bar com Rubem Braga e a importância cultural do local são relatadas por Paulo Mendes Campos:

“Em dezembro de 1949 foi inaugurado o Juca's Bar, na Rua Senador Dantas: era o alívio do ar refrigerado que nos chegava. Lá se instalaram rapidamente os assessores do presidente Juscelino, os irmãos Condé, os irmãos Chaves, que atraíam os nordestinos itinerantes. Olívio Montenegro e Gilberto Freyre costumavam dar as caras.

Era uma mistura sensacional e estimulante. Ali todos os setores tinham as suas embaixadas: arquitetura (Carlos Leão), futebol (Zé Lins), pintura (Di Cavalcanti), beleza (Tônia Carrero), samba (Araci de Almeida), Texas (Jane Braga), humorismo (Sérgio Pôrto), jazz (Lúcio Rangel). Rubem Braga representava a prosa e Vinicius de Moraes, o verso” (Campos, 2000:47-48, grifos do autor).

Em sua crônica intitulada “Plim e plão”, Paulo Mendes Campos mostra que o “Jucas Bar”, nos anos 50, se constituía como um importante espaço de sociabilidade carioca, congregando representantes de variados “setores” culturais. Além do próprio autor, outros colaboradores de *Comício* eram frequentadores assíduos: Rubem Braga, Sérgio Pôrto e Lúcio Rangel. A proximidade deles com o dono do bar se torna clara, também, não apenas pela presença – a única que aparece em todos os números do semanário – do anúncio do bar nas páginas de *Comício*, mas também pela ida do dono na festa de lançamento do semanário, para qual leva inúmeras garrafas de uísque como presente.

O anúncio do bar, sempre dentro de um pequeno box, abaixo do nome do estabelecimento, trazia o seguinte texto acompanhado de pequenos desenhos retratando pessoas em um bar: “Entre no Ambassador Hotel: é no fundo do salão êsse bar acolhedor, de ambiente moderno e suave, e uísque sempre legítimo. Rua Senador Dantas, 25”. Presente tanto no anúncio quanto na descrição de Mendes Campos, a refrigeração parece ter sido uma marca distintiva do estabelecimento. Além do Juca’s Bar, a primeira edição trazia um pequeno anúncio que informava: “Aguardem a reabertura de CASABLANCA a ‘boite’ que a cidade chic espera”. E, na quarta capa, lia-se “No mais belo recanto do Rio será reaberta sensacionalmente Casablanca – Dia 30”. A partir do número 4 (e presente nos 5, 6, 7, 8), tal “boite” passa a possuir outro anúncio, divulgando o show que Millôr Fernandes fazia em seu recinto: “Todas as noites Casablanca ‘Pif-Paf, edição extra’ – O ‘show’ de Vão Gôgo que está empolgando a cidade”⁹⁵. Já o bar “O Lidador”, em um pequeno box com uma foto de uma garrafa e um copo, publicado nas edições 3 e 4, assegura: “Sempre um bom whisky e o melhor dos serviços – O Lidador – Assembléia, 65”.

Outro exemplo de anúncio no qual a proximidade entre anunciante e diretores do semanário é clara é o referente ao *Jornal de Letras*, lançado na mesma época por João Condé:

“A festa carioca agora é na Zona Sul, para onde a boêmia se transportou, abandonando o centro da cidade. Ainda assim, João Conde, que pouco antes lançara o *Jornal de Letras*, anuncia que abrirá um bar no centro, cuja proposta seria reunir boêmios literatos. Diz a Rubem Braga que quer batizar o espaço de Braga’s Bar e, se este concordar, oferecerá a ele uma noite de bebida gratuita. Rubem concorda, mas avisa: ‘Só vou aparecer uma vez por semana’” (Carvalho, 2007:365).

Presente nas edições 15, 16, 17 e 23, o anúncio era simples: dentro de um box, trazia a frase “Saiu Jornal de Letras”, com uma ilustração de um homem sentado em um banquinho, aparentemente tentando organizar algo que lembra uma banca de jornal ou uma estante com livros e revistas⁹⁶.

⁹⁵ Na edição anterior, na seção “A semana da cidade”, Sérgio Pôrto já noticiava o evento, com uma pequena nota intitulada “Dia 30, Casablanca”: “A grande noite do mês promete ser a de sábado, dede 6°. Feira amanhã, quando o Casablanca reabre com um novo ‘show’ sob a direção geral de Teófilo de Vasconcelos, textos de Vão Gôgo, música de Ari Barroso, tudo isso em ‘Pif-Paf’, edição extra, e mais violinista cigano, história policial em quadrinhos, ‘Lopes e Glória’, uma profusão de bailarinas escolhidas por ‘experts’. O jantar começa às 9 da noite, e o primeiro ‘show’ é às 11” (Pôrto, n.3, p. 18).

⁹⁶ A exceção é o anúncio do número 23, que possuía mais informações: “Já está nas bancas o JORNAL DE LETRAS de Outubro – Leia, entre outras coisas, o início das ‘memórias’ de Jorge de Lima e uma entrevista com Portinari”.

O jornal *O Popular*, uma das expressões da imprensa nacionalista, passa a ser anunciado na edição oitava, aparecendo em praticamente todos os números subsequentes. Na edição anterior, seu fundador e diretor, Domingos Velasco, foi entrevistado por Joel Silveira, ganhando, na mesma edição, uma crônica de Rubem Braga.

A matéria de Silveira com Velasco, além de ganhar a toda quarta capa com uma grande foto do senador do Partido Socialista Brasileiro e o título da reportagem com o respectivo autor, ocupou o espaço da primeira matéria de *Comício*, cujo início divide a página com o editorial. Como o próprio título “Domingos Velasco: na esquerda, com Deus” revela, Velasco busca conciliar a sua formação católica e o seu posicionamento político socialista. “Está certo de que o cristianismo é a religião que mais se aproxima do socialismo, no qual a Igreja Católica condena apenas o materialismo” (Silveira, n.7, p.30). Na mesma edição, Braga escreve sua crônica dirigindo-se a Velasco. Chamado “Carta a um senador”, já de início, o texto de Braga revela a proximidade entre ambos, uma vez que a crônica é endereçada ao “Prezado amigo Domingos Velasco – Senado Federal”. No início da crônica, Braga tece uma pequena digressão, por meio da qual é possível perceber tanto a sua proximidade com figuras públicas do período – situação bem distinta de seu tempo de mocidade – quanto a sua definição acerca de si mesmo quanto escritor:

“Ao começar a escrever essa carta pensei, naturalmente, no tratamento que devo dar ao destinatário, e não tenho jeito de lhe dar outro senão ‘você’. E como você é senador, isto me dá um sentimento de importância, logo corrigido pela memória de um fato recente.

Foi o caso que precisei falar ao Chico Negrão de Lima, e fui ao Ministério da Justiça. Não sou muito freguês de ministérios; talvez porque, como repórter, já tenha mofado muitas vezes nas ante-salas do referido, o que é mortificante. Pois logo no elevador dei de cara com o Penido, que me mandou entrar diretamente para uma sala em que estava o Ministro, em conversa com um senhor. Logo que me viu, o Ministro se afastou por um instante da pessoa com quem falava, para vir me dar um aperto de mão e pedir que o esperasse um instante, porque estava acabando de conversar uma coisa com o general – era general, o homem, e chefe de Polícia. E um minuto depois vinha o Chiquinho falar comigo – sim, o Chiquinho, pois é assim que o chamo.

Ao sair, encontrei, nas ante-salas, várias pessoas que esperavam a sua vez de serem recebidas, e isso foi o que me fez sentir importante. Desci – e poucos minutos depois, na rua México, dou de cara com outro Ministro, o do Trabalho; troco com ele um aperto de mão chamando-o também de

‘você’ e perguntando com naturalidade: ‘mas então, Segadas, o que há de novo?’

Dois ministros em cinco minutos, e ambos ‘você’. Senti-me quase um prócer da República, e, andando pela rua, não pude deixar de me lembrar do tempo em que ‘Ministro’ para mim era uma palavra cheia de um solene prestígio, designando uma pessoa quase inatingível, super-humana, da qual eu só ousaria me aproximar trêmulo, e com um ‘vossa excelência’ na boca. Foi de súbito que me ocorreu que não, eu estava ficando importante – eu estou, simplesmente, é ficando velho. É apenas por contagem de tempo, e nada mais, que posso tratar com familiaridade pessoas altamente colocadas; e não há mérito nenhum em ter cabelos brancos.

Veja, meu caro senador, que o introito desta carta ficou enorme; sempre serei um desses escritores vagabundos que no lugar de dar logo o seu recado, e dizer a que vem, começa a lembrar isto e mais aquilo e, quando vê, já está na hora de se retirar, e não disse nada; isto deve ter um nome, talvez a vocação do vazio, ou do léro-léro” (Braga, n.7, p.30).

O objetivo da crônica, no entanto, é o de contestar a ideia de Velasco acerca de Deus. O antigitulismo de Braga, assim como sua preocupação em relação aos pobres, é acionado em sua argumentação sobre o tema. A questão da imbricação entre religião e política, no Brasil, é vista com reprovação por parte do cronista, sendo esse tópico, como se verá, desenvolvido em outros textos do autor publicados em seu semanário⁹⁷.

“(…) A carta era para lhe dizer que li com o maior carinho a reportagem-entrevista feita pelo Joel, com você, neste número de COMÍCIO – e acho que a ideia que orienta a sua vida me parece um grande equívoco. Que estou convencido, pelo que tenho visto e ouvido, que Deus, meu caro Velasco, Deus é da Direita. Já não falo da Igreja, que é apenas um aparelho pelo qual as pessoas se entendem com Deus; falo do Próprio. Não convém espalhar isto, pois é um segredo muito desagradável. Mas, segundo minhas observações, Ele está mesmo é com os ricos e poderosos, na vida civil; e na guerra, como diziam os hereges de Vieira, Ele se põe sempre ao lado ‘dos mais mosqueteiros’.

Há, é verdade, a outra vida; mas você acredita mesmo Velasco, que o Getúlio e o Jaffet (por exemplo) já não tenham boas acomodações reservadas no Céu, com anjinhos em volta para servi-los e louvá-los, e carro de chapa branca, e muita sombra e água fresca e charutos cubanos? Têm, Velasco, eu garanto a você; já está tudo arrumado direitinho; você não conhece êsse pessoal. Continue dizendo aos pobres que Deus pensa neles, e dará a cada servente de pedreiro um cartório na eternidade; isto talvez os console, mas estou certo de que esses pé-rapados vão todos mesmo para o Inferno, amontoado em trem de subúrbio, e ainda pagando passagem.

Sim, não convém espalhar isto: mas olhe lá que é verdade – e mais do que isto, é a Verdade. É por este motivo que lhe digo que, quanto a mim, eu fico na esquerda, mas sem Deus; e daqui vou para o Inferno, mas sem

⁹⁷ As crônicas de Rubem Braga são objeto de análise do quinto capítulo.

surpresa. E lá, amigo velho, nós conversaremos melhor essas coisas. Você vai ver!

Abraço do
RUBEM BRAGA” (Braga, n.7, p.30).

Neste texto, Braga deixa claro seu posicionamento a favor daqueles que não são ricos nem poderosos, assegurando que, por meio do que vivenciou, pode afirmar que Deus não está do lado dos pobres e pé-rapados. É com estes que o cronista se alinha. Além disso, ao propor que ele e Velasco continuem a conversa no Inferno, sugere crer que este possui o mesmo posicionamento que ele próprio. Assim, Braga parece fazer uma crítica a um “amigo velho”, com o qual possui afinidades políticas.

A postura em prol dos pobres – muitas vezes denominados como “povo” – é, na realidade, algo bastante presente nas páginas de *Comício* como um todo, e não apenas nas crônicas de Rubem Braga, abrigando uma grande quantidade de reportagens descritivas da vida desses que não são nem ricos nem poderosos⁹⁸.

Na reportagem de Silveira, que traça a trajetória do senador socialista, há uma foto que, aparentemente, retrata Velasco na redação de seu jornal, e cuja legenda deixa patente a importância que tal veículo possui na vida do senador. “O senado dá pouco trabalho a Domingos Velasco. Mas ‘O Popular’ toma de oito a dez horas do seu dia. É lá, na redação, que ele recebe dezenas de operários que o procuram para um conselho, uma reclamação ou um protesto” (Silveira, n.7, p.4). Segundo Silveira, a redação de *O Popular* teria se tornado um espaço de congregação de um novo movimento operário:

“Velasco transformou a redação numa espécie de sede provisória de um novo movimento operário visando a sindicalização em massa e a conquista de eleições realmente livres e honestas nos sindicatos. A partir das cinco da tarde, que é quando ele chega à redação, as poucas salas de ‘O Popular’, na Av. Presidente Vargas, se enchem de operários das mais variadas profissões e muitas vezes Velasco fica a discutir com eles até altas horas da noite” (Silveira, n.7, p.30).

O anúncio do jornal de Velasco nas páginas de *Comício* era mais detalhado que o de Condé, contendo, também dentro de um box, o seguinte texto: “Diariamente em todas as bancas – O Popular – Orientação de Domingos Velasco e Francisco

⁹⁸ Tal questão será abordada no quarto capítulo.

Mangabeira – Um vespertino completo para a defesa dos interesses do povo brasileiro”⁹⁹.

Se o espaço concedido ao veículo de Velasco pode ser decorrente tanto de sua amizade com Braga¹⁰⁰ quanto pela similitude de posturas frente aos operários, outras propagandas podem ter sido conseguidas por meio de simpatizantes do semanário. Assim parecem se enquadrar os anúncios de produtos e serviços que, muito provavelmente, não eram tão próximos do universo desses intelectuais, diferente do anúncio do Juca’s Bar, por exemplo. É o caso do texto que divulga um grande cruzeiro à Europa. Presente nos quatro primeiros números do semanário, o anúncio era mais descritivo que os anteriormente elencados:

“Grande Cruzeiro à Europa – 28 de junho – 35 dias de viagem, visitando-se 8 países – 25 grandes cidades Européias com estadias e visitas completas. Do mar da Itália aos lagos Suíços, das praças dos Touros às luxuosas ‘Boites’ de Paris, dos Moinhos Holandeses aos Castelos do Rio Reno, atravessando os panoramos sugestivos desde a Laguna Veneziana até aos picos nevados da Suíça e Dolomites...” – Todo o trajeto é feito em ‘ônibus Pulman Gran Turismo especialmente para este cruzeiro’. Este cruzeiro proporcionará aos excursionistas uma visão completa da Europa! – Preço CR\$ 41.500,00 – Agência Geral – Av. Rio Branco, 120 - Loja n. 22 - Tel. 22-2577”.

Esta publicidade mais extensa parece ser a predominante no período. Segundo Ricardo Ramos (1987), tanto na TV recentemente inaugurada no Brasil¹⁰¹ quanto em jornais e revistas, os textos de propaganda nos anos 1950 seguiam um “estilo transamazônico”, isto é, eram formados por frases longas e títulos não menos extensos que nem sempre facilitavam a comunicação. É o caso desta propaganda: “Dê proteção total aos seus dentes, com o gostoso e refrescante Gessy – o creme dental de ação expansiva”.

⁹⁹ O anúncio da edição 22 é um pouco diferente, sendo suprimidos os nomes de Velasco e Mangabeira, e a palavra “brasileiro” sai da frase para ficar logo abaixo da palavra “Diariamente”. Já na última edição, a frase volta a terminar com a palavra “brasileiro”, mas os nomes dos orientadores novamente não são citados e, em ambos, o nome do jornal não aparece mais estilizado como logomarca, mas escrito de forma normal.

¹⁰⁰ A própria matéria de Silveira registra que, em 1937, fugindo da repressão do governo de Vargas, Velasco se esconde em São Paulo e conta com a ajuda de Braga: “Velasco esconde-se novamente e encarrega Rubem Braga de procurar alguém em São Paulo que pudesse ajudá-lo naquela emergência. O amigo de Rubem Braga é deputado estadual e se chama Ademar de Barros” (Silveira, n.7, p.30).

¹⁰¹ Em 1950, é inaugurada em São Paulo a primeira emissora de televisão não apenas do Brasil, mas também da América Latina: a TV-Tupi (Canal 4), empresa que fazia parte do grupo *Associados de Assis Chateaubriand* (Cf. Ramos, 1987).

“Na maioria eram demonstrações de produto, carinhosamente alisados, enquanto as anunciadoras declamavam as suas virtudes. O que diziam? Verdadeiras plataformas de texto, somente que faladas, muitas vezes simples estratégias de produto ou proposições de venda. O lado criativo? Estava submerso na avalanche de razões de compra, mal repontavam aqui e ali. A oportunidade de se mostrar o produto em exercício, aliada a um princípio de competição, afastava o solto descompromisso da propaganda em nossa fase anterior. E não apenas na TV. Nos jornais, nas revistas.” (Ramos, 1987:65).

Muitos anunciantes, aparentemente, não tinham vínculo com os colaboradores de *Comício*, como é caso do Banco do Brasil, da incorporadora Santos Valins e da indústria de remédios Bayer.

Na primeira edição do semanário, há um anúncio “transamazônico” do Banco do Brasil S. A. que ocupa toda a página 20 com várias informações, dentre elas: “Sede: Distrito Federal – Rua 1º. de março nº. 66 – Todas as operações bancárias – Máxima garantia a seus depositantes”. O anúncio traz a “Nova tabela de juros para as contas de depósitos”, com os respectivos valores, assim como informa sobre as localizações das agências, especificando apenas os endereços das que ficavam no Rio de Janeiro: “O BANCO DO BRASIL S. A. tem Agências nas principais cidades do país e duas no exterior, para tôdas as operações bancárias, inclusive o recebimento de depósito. – No DISTRITO FEDERAL, estão funcionando – além as AGÊNCIA CENTRAL, à Rua 1º. de Março n. 66 – as seguintes AGÊNCIAS METROPOLITANAS” – e o anúncio passa a elencá-las.

A incorporadora Santos Vahlis anunciou seis vezes: duas vezes na primeira edição, uma na terceira, outra na quarta, e mais uma na quinta e outra na oitava. Com a exceção da primeira edição, em todos os outros números a incorporadora ocupou uma página inteira, o que evidencia que lhe foi concedido um grande destaque, já que a maioria dos outros anúncios constitui-se de pequenos boxes cuja extensão não é maior do que um quarto de página. Na primeira edição, na página 22, há uma publicidade de meia página na qual o nome da incorporadora aparece ao lado de uma imagem de um prédio, e cujo texto é enxuto: “Santos Vahlis – Incorporações e vendas de apartamentos – Assembléia 104. 4º and”. Já na página 24, em um box que ocupa quase meia página, a incorporadora usa o espaço para rebater uma campanha que estaria em curso contra ela¹⁰².

¹⁰² Sem ilustração e com o título “Um repto”, afirma: “SANTOS VAHLIS declara que a campanha sorrateira que lhe vem sendo movida por muitos elementos gananciosos e despeitados, cuja arma única é

Na edição número 3, a incorporadora tem outro anúncio, também “transamazônico”, no qual apresenta um empreendimento imobiliário: “concretizando a campanha já encetada para a redução dos preços dos apartamentos, é hoje oferecido ao público o Edifício MAIPÚ, com plantas agora aprovadas, possuindo duas frentes, dando a fachada principal para a RUA DE SANTANA e a outra para praça ajardinada com magnífica vista panorâmica e toas os apartamentos de frente”. O título do anúncio é “Apartamentos a 5 minutos da Av. Rio Branco”, seguido dos preços do empreendimento: “Cr\$ 112.000,00 a Cr\$ 240.000,00”. O texto também apresenta as características do imóvel, o endereço da incorporadora e, abaixo, o posicionamento do anunciante: “Levamos ao conhecimento dos nossos clientes e amigos que prosseguiremos lançando novas incorporações em diversos bairros da cidade, obedecendo ao plano, já traçado, de vender pelo custo real de mais 5%”. Na edição seguinte, ou seja, uma semana depois, novamente com anúncio de uma página (na 19), a incorporadora já agradece ao sucesso do empreendimento que promoveram na edição passada:

“SANTOS VAHLIS

Agradece aos seus clientes e amigos o sucesso inédito na incorporação do Edifício ‘MAIPU’, efetuada em tempo recorde, não havendo outro exemplo de venda tão fulminante.

Iniciada a campanha de redução de preços de apartamentos com o lançamento deste Edifício na zona central da cidade, no próximo domingo serão oferecidos na ZONA SUL os três primeiros Edifícios de um moderno conjunto de apartamentos, que serão vendidos pelo mesmo vantajoso plano”

Na edição 5, também em anúncio de página inteira, a incorporadora oferece novo empreendimento, dessa vez na ‘Cidade Apartamentos’, próximo à Av. Pasteur, já na Zona Sul do Rio de Janeiro. Na edição 8, novamente ocupando toda uma página, além de reforçar a propaganda anterior, com o título “Santos Vahlis cumpre o que promete”, apresenta o seu quadro demonstrativo “Preto no branco”: “Para conhecimento de todos os interessados na compra de apartamentos, fornecemos detalhes do valor em Cr\$ da área de construção, da área útil, despesas de incorporação e lucro do vendedor”.

o boato sórdido e desenfreado, é absolutamente destituída de veracidade e inteiramente feita de calúnias espalhadas pelo anonimato. Desafia, portanto, êsses caluniadores ocultos na sombra da maledicência, a que se apresentem e provem o que dizem da sua situação econômica e financeira. Desafia, também, os supostos credores para que apareçam quando desejarem, ou que venham a público devidamente documentados para receber os seus créditos fantasmas. Essa campanha invejosa não o atinge nem o atemoriza, e, portanto, prosseguirá com firmeza e decisão, no seu plano, já amplamente divulgado, baixando os preços dos apartamentos no Rio de Janeiro”.

Além do Banco do Brasil, outro órgão estatal que faz anúncios é a Loteria Federal, que se vale de um pequeno box nas edições 4, 5, 6, 8, 10 e 14 para veicular os prêmios que sortearia. Na nona edição, há uma pequena propaganda dos prêmios do Sweepstake, que, segundo o texto, seria promovido pelo “Jockey Club Brasileiro com a colaboração da Loteria Federal do Brasil” e cujo valor total dos prêmios era de CR\$ 22.400.000,00. E o Banco Hipotecário S. A., nos números 4, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17 e 20, veicula: “Juros de 8% ao ano pagos trimestralmente – Debêntures do Banco Hipotecário Lar Brasileiro S. A. – Rua do Ouvidor, 90 – Av. Copacabana, 661 – Aberto de 8,15 às 17,30 horas”. Ainda no mundo financeiro, a Companhia Nacional de Seguros de Vida Sul América faz publicidade em um único número de *Comício*. Na edição 5, com box grande, traz o desenho de um garoto brincando, pareado com o texto: “Hoje os brinquedos, amanhã um diploma”. Abaixo, sentença: “Você precisa assegurar a seus filhos desde hoje esse futuro”. Caso o leitor quisesse receber mais informações sobre o seguro da Sul America, deveria preencher um formulário (que vinha logo no final da propaganda) com seus dados e remeter à seguradora.

A empresa de remédios Bayer é outra anunciante, assegurando que os consumidores teriam “Nervos fortes! com Adalina”, publicidade na qual há não apenas o desenho do remédio junto ao símbolo da Bayer como também o de um homem no topo de um arranha-céu fumando e sorrindo. Ainda na primeira edição, além do remédio Adalina (que aparece novamente na edição 2), é anunciado o Cafiaspirina, também pertencente à Bayer: “Contra dores e resfriados tome Cafiaspirina o remédio de confiança – Si é Bayer é bom”. Nas edições 8, 13, 19, 20 e 21, outro remédio da Bayer é anunciado: com um desenho de um homem doente, enrolado em um cachecol, traz o nome do produto – “Instantina” – e sua eficácia – “corta os resfriados”. A Bayer não é a única empresa a anunciar remédios: a publicidade do Iodalb esteve presente nas edições 11, 12, 13 e 14, com um texto em formato de verso que dizia: “Vovô apesar da idade, Não perde a jovialidade, É alegre, e folgazão! Vive contente sem tédio, Toma IODALB, o remédio, Que é vida do coração!”. O anúncio também possuía dois desenhos: um que ilustrava o remédio e sua caixa e outro com um senhor de idade brincando de cavalinho com uma criança que segura sua bengala para o alto.

Nas edições 12, 14, 16 e 17, sob o título de “Revistas Americanas”, a Distribuidora Standard de Publicações LTDA oferece “Assinaturas de revistas, jornais, figurinos e livros – Entrega garantida, no Rio contra protocolo, no interior, sob registro postal, grátis – peçam catálogos”. O anúncio também possui a lista das publicações que

podem ser assinadas, quase todas tendo o título em inglês e algumas em francês. Ainda na área de publicações, na edição 13 há um pequeno box informando: “Uma Nova Revista: ‘Ensaio’”.

A revista Publicidade & Negócios também foi anunciada nas páginas do semanário, assim como a Edição Pongetti, que promove uma publicação com depoimentos de Edmar Morel, que inclusive colaborou em *Comício* com matérias sobre a Rússia. A publicidade, presente nas edições 18, 19, 20, 21 e 23, traz a imagem de um homem segurando vários pacotes, possivelmente malas, e o texto: “Nestes dias: Moscou, ida e volta – Depoimento do Repórter EDMAR MOREL Sobre a Rússia – Anexo: ‘Como fuzilei Mussolini’ (Diário do Coronel Valério) – Edição PONGETTI – Rua Sacadura Cabral, 240 – RIO”.

Se a maioria das publicidades faz referências à sua localização na cidade do Rio de Janeiro, o anúncio da cama Gilda, presente nos números 1, 3 e 4, além do desenho de um homem deitado com as pernas cruzadas, traz escrito abaixo “S. Paulo”. Também de São Paulo, publicada na sétima edição, vem a propaganda do “Anuário Brasileiro de Imprensa” que pretende responder “Quais são os donos da imprensa no Brasil”, trazendo a relação dos jornais e revistas do país e a biografia dos diretores de jornais.

Alguns estabelecimentos, todos do Rio de Janeiro, fazem anúncios em *Comício*. É o caso de Cassio Muniz S/A, que, segundo o texto publicado na primeira edição, ficava na “Senador Dantas esquina Evaristo Veiga” e vendia (ou consertava, já que o anúncio não explicita) “rádios – vitrolas – geladeiras – artigos domésticos – caça e pesca – cinema – fotografia – pianos – discos – filmoteca – bicicletas e motocicletas – aviões e tratores”. Nas edições 2, 4 e 5, é a vez da *bombonière* “Boissy” anunciar em um pequeno box: “Lês meilleurs Chocolats – La plus fine Pâtisserie – Avenue Copacabana Nº 291-G – Telefone: 37-13-00 (Copacabana Pálace). Já o estabelecimento “Grande Ponto”, assegurava em dois pequenos anúncios publicados nos números 5 e 7 que possuía “Da melhor pelo menor – Almoço – Lanche – Sorvete – Pastelaria – Bar – Comestíveis”, sendo encontrado na rua “Graça Aranha 91-D. No número 8, é oferecido ao leitor de *Comício* o serviço do Restaurante Monte-Olivia: “No salão ‘Cap Arcona’ – Ao som do piano com execuções do Prof. Dr. Lehmann – São de Banquetes – Vista Deslumbrante – Avenida Rio Branco, 114 – 12º. Andar – Preços convidativos”.

Apenas veiculado na quinta edição, o anúncio de pé de página exclama: “Tecidos ‘marca olho’ são de cores firmes! Casas Pernambucanas”. Caso quisesse encomendar uma roupa, o leitor de *Comício* teria em mãos nas segunda, terceira e

quarta edições o anúncio: “Faça a sua roupa na Alfaiataria Cambridge Símbolo da Perfeição – Rua México, 148-A – Rio”. Ou então, poderia procurar a “Fadel Elegância Masculina – Tel. 42-4854 – Av. Rio Branco, 108-B – Rio”, anunciada nos números 2, 4, 5 e 7, neste último em duas páginas diferentes.

Até anúncio de serviço médico é encontrado na segunda e terceira edição de *Comício*: “DOENÇAS DA PELE – Sífilis, cancer, eczemas, varizes, úlceras nas pernas, vermicoses (frieiras) eletroterapia, rugas, espinhas, furunculoses, – Dr. Agostinho da Cunha – Assembléia, 73 Tel. 32-3265”. Na edição 15, há um anúncio de uma fábrica de roupas que se vale do testemunho de José Lins do Rego. O box possui um desenho em forma de caricatura do escritor com o seguinte texto: “José Lins do Rego visitando a fábrica Ducal disse: ‘Milhões de alfaiates, milhões de costureiras estão escondidos nas máquinas da Ducal. E que as roupas são magníficas, não tenho dúvidas. Basta vê-las e vesti-las!’ – É melhor usar roupa feita – Ducal o primeiro nome em roupas”.

Na edição 21 há dois anúncios de apartamentos que lembram as seções de classificados: “APARTAMENTO COPACABANA – Aluga-se um, no Posto 6, à rua Sá Ferreira, 120. Tratar com porteiro do edifício” e “APARTAMENTO – SANTA TEREZA – A cinco minutos do Lrgo da Carioca, vendo à r. Joaquim Murtinho, apartamento novo, com belíssima vista, constando de sala (13m2) dormitório duplo (22m2), banheiro social c/box, cosinha (8m2), área de serviço com tanque, dep. de empregada, 9 armários emb. de 1,50x3,00, alt. para ent. imediata, novo. Sómente Cr\$ 130.000,00 à vista, o rest. financiado em 5 anos. Aceitam-se proposta p/facilitar a parte à vista. Tratar Av. Alte. Barroso, 2, 15º. and (Tabuleiro da Baiana) – Tels. 22-9511 e 52-0326 com IVAN CORRÊA”.

No terceiro número de *Comício*, a empresa Souza Cruz assegura que “Quase todo mundo fuma... Astoria – Cr\$ 2,50 – Um produto Souza Cruz”. Também o Instituto dos Industriários teve espaço assegurado nas edições 3 e 5. Já a Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada Societé Anonyme Du Gaz de Rio de Janeiro” traz, na sexta edição, um “Aviso aos consumidores de eletricidade” a respeito de “restrições na utilização de eletricidade na área servida pela Companhia”. Da mesma edição é a propaganda feita pelo Departamento da Produção Industrial da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio da Exposição Industrial em São Paulo, que ocorreria no mês seguinte. Já na edição 9, é a vez da empresa Light realizar um comunicado aos consumidores, com o título “Porque é aconselhável não ligar seus aparelhos elétricos durante as horas de sobrecarga...”. Explicando que a concentração industrial no Distrito

Federal está propiciando um grande aumento no consumo de energia elétrica, a empresa avisa aos consumidores que, enquanto o projeto de ampliação da hidrelétrica de Ribeirão das Lajes não ficar pronto, “desligando nas horas de sobrecarga em muito beneficiará as indústrias essenciais!”. O anúncio também possui desenhos, um com uma mão tirando um fio da tomada e indicando as horas de sobrecarga e outro de uma mulher segurando o fio de inúmeros aparelhos domésticos.

Na sexta e sétima edição, em quase uma página inteira, a distribuidora Amanco sugere que o leitor “Calcule na base da linha de produtos Civilit de Cimento Amianto” “Para ter maior lucro na sua construção”. Também a respeito de construções é a publicidade de uma página inteira na oitava edição do semanário na qual, sob o título “Incorporações – Financiamentos – Construções” traz a lista de incorporações já realizadas pelas Companhia de Importações Industrial e Construtora - C.I.I.C.; Companhia Brasileira de Empreendimentos Econômicos; Companhia Imobiliária Industrial e Comercial; Companhia Imobiliária e Comercial Gávea Parque, cujos escritórios, segundo a informação do anúncio, ficariam todos na “Av. Nilo Peçanha nº. 155 – 4º. andar (Edifício NILOMEX) – Tel.: 52-0366 (Rêde Interna)”.

Assim, podemos notar que ao suposto leitor de *Comício* são anunciados: um bar frequentado por parte da intelectualidade carioca, uma “boite” ansiada pela “cidade chic”, jornais, revistas (inclusive em línguas estrangeiras), apartamentos na zona sul, chocolates franceses vendidos no Copacabana Palace, alfaiataria, viagem à Europa, seguro de vida. Produtos e serviços que demandam um poder aquisitivo considerável. Os diretores do semanário e os anunciantes, ao negociarem os espaços de publicidade, parecem ter apostado na existência de um público leitor de elevado poder aquisitivo. É de nota que, excetuando-se anúncios de remédios e de cigarro, não haja publicidades contemplando coisas mais miúdas e de uso no lar, como cosméticos e alimentos, tais como pasta de dente, prestobarba, sabonete, sucos, fermentos, óleo, produtos que, como evidencia Ramos (1987), foram anunciados nas páginas da revista *O Cruzeiro* nos anos 1950. Pode-se imaginar que isso indique uma percepção distinta no que concerne à recepção que cada um dos veículos angariaria.

Outro ponto de destaque reside no fato de que a maioria dos produtos, serviços e estabelecimentos anunciados se encontravam na cidade do Rio de Janeiro. Tal ponto reforça a inserção do semanário nessa cidade, pois revela que possivelmente a rede de contatos que articulou o interesse dos anunciantes em relação ao seu espaço de anúncios

se concentraria na capital do país. Ao mesmo tempo, possibilita aventar que uma parte considerável de seus leitores residiria no Rio de Janeiro.

Além disso, o fato de que a palavra “dona-de-casa”, presente em anúncios de *O Cruzeiro*, não seja acionada nos de *Comício* parece indicar que, além de uma diferença de renda, poderia haver uma suposição por parte do semanário de que seu público era predominantemente masculino (ainda que houvesse a coluna de Tereza Quadros e a afirmação de Millôr sobre seu público feminino) o que talvez marcasse uma diferença com as revistas ilustradas, como *Manchete* e *O Cruzeiro*.

“O leitor escreve”

A partir da terceira edição, *Comício* anuncia a abertura de um espaço para que os leitores enviem cartas à redação. Tal seção nos permite tanto apreender de quais localidades as cartas são enviadas – e, com isso, ter alguma noção sobre a extensão da disseminação do semanário pelo país – quanto possibilita captar as opiniões, posicionamentos, críticas ou elogios dos leitores, contribuindo para traçarmos uma imagem desse público. Muitas das cartas, inclusive, eram publicadas com a resposta da redação logo na sequência, o que explicita o diálogo entre os leitores do semanário e seus idealizadores. Além disso, a maioria das respostas mantém a linha de humor e de ironia que permeia boa parte do semanário.

O texto de abertura da seção, assinado por “a redação”, traz o título “O Leitor Escreve” ao lado de um desenho de um homem sentado em uma escrivaninha, com uma mão no queixo e a outra no papel, um semblante pensativo, e uma lâmpada no teto¹⁰³. Os diretores afirmam: “Abrimos hoje esta coluna, destinando-a ao comentário do leitor. Aconselhamo-lo a que faça seus comentários pelo processo hoje mais comum, qual seja o recomendado pela ética-e-prática da Arte Epistolar” (*Comício*, n.3, p.28). Após explicar como funciona a escrita e o envio de uma carta, os diretores asseguram:

“Tendo à mão os necessários apetrechos o leitor logo poderá escrever o que deseja da maneira como o deseja dependendo disso única e exclusivamente do seu talento natural, educação específica ou bossa congênita. (...) Tendo posto a carta no Correio o leitor poderá ir para casa descansado. Quinze ou vinte dias depois, se não houver equívocos, extravios, enganos de nomes, erros de pessoa, troca de endereços, desastre

¹⁰³ Nos números seguintes, o desenho muda, mas sempre substituído por um que remeta à escrita, como um de um homem sentado lendo o papel que está datilografando.

com os transportes, isto é, se Deus vos ajudar, a carta terá chegado à nossa redação.

Nesta redação que desde já, serena e confiante, espera as vossas críticas que elogio já consideramos nós o fato mesmo de nos escreverdes dizendo, com veemência e sinceridade, o feio que somos” (*Comício*, n.3, p.28).

A quantidade de cartas e a localização dos respectivos remetentes são as seguintes:

Número 4: 6 cartas: “Rio”, “Rio”, “Baía”, sem endereço, “Est. do Rio”, “B. Horizonte”.

Número 5: 6 cartas: “S. Paulo”, “Governador – Rio”, “Rio”, “Rio”, sem endereço, “Rio”.

Número 6: 3 cartas: “Rio”, “Curitiba”, “Rio”

Número 7: 5 cartas: “Niterói”, “Rio”, “Rio”, sem endereço, “Rio”

Número 8: 5 cartas: “Rio”, “Rio”, “Rio”, “Rio”, “São Paulo”.

Número 9: 5 cartas: “Rio”, “Rio”, “Rio”, “Rio”, sem endereço.

Número 10: 5 cartas: “Rio”, “Rio”, S. Paulo”, “Rio”, “São Paulo”.

Número 11: 3 cartas: sem endereço, “Rio”, “São Paulo”.

Número 12: 2 cartas: “São Paulo”, “Rio”.

Número 13: 4 cartas: “Rio”, “Rio de Janeiro”, “Londrina”, “Belo Horizonte”.

Número 14: 1 carta: “Distrito Federal”.

Número 15: 1 carta: sem endereço.

Número 16: 6 cartas: todas sem endereço.

Número 17: 2 cartas: todas sem endereço.

Número 18: 6 cartas: “Minas”, sem endereço, sem endereço, sem endereço, “Bagé (R. G. do Sul)”, “Garanhuns (Pernambuco).

Número 19: 4 cartas: “São Paulo”, “São Paulo”, “Minas”, “Presidente Prudente – S. Paulo”.

Número 20: 2 cartas: “São Paulo”, sem endereço.

Número 21: 4 cartas: sem endereço, sem endereço, sem endereço, “Fazenda Paredão – Oriente C. P. – S. Paulo”.

Número 22: 3 cartas: sem endereço, “Rio”, sem endereço.

Número 23: 3 cartas: “São Paulo”, “São Paulo”, sem endereço.

Do total de 76 publicadas, percebe-se uma grande concentração de cartas enviadas do Rio de Janeiro e São Paulo, abrangendo também o interior destes estados.

Minas Gerais e sua capital também aparecem com missivas publicadas, assim como o estado do Paraná, com cartas de sua capital e de Londrina. As cartas de Bagé e de Garanhuns, ambas pedindo que haja distribuidores de *Comício* em suas cidades, parecem apontar que provavelmente o semanário era distribuído em Porto Alegre e Recife e, dessa forma, tais leitores puderam ter contato com a publicação. Embora menos constante, as cartas provenientes de fora do eixo Rio-São Paulo são extremamente importantes por permitirem perceber que o semanário era veiculado em outros estados.

Na edição 4 (a primeira em que a seção “O leitor escreve” publica as cartas) além de críticas a Nelson Rodrigues, cuja entrevista realizada por Otto Lara Resende foi publicado no primeiro número, há vários comentários a respeito do semanário. O primeiro leitor elogia o que denomina de “sentido de independência”:

“Sr, Redator:

Em primeiro lugar parabéns pelo sentido de independência que deram a seu semanário (...) Mas a reportagem do sr. Nelson Rodrigues já demonstra uma concessão a um homem que, embora não sendo político, usa nocivamente sua habilidade política para impor seu teatro. E que teatro!

Sergio Tentente Brito – Rio”

Já outro leitor, embora elogie os textos publicados, critica a paginação do semanário. Tal crítica torna explícito que a forma de *Comício* era vista como precária, ou, ao menos, pior do que a das outras publicações concorrentes no período. A redação, que colocava títulos sobre os trechos das cartas, chama esse de “A Verdade Nua”:

“Sr. Redator:

Enfim tudo excepcional em matéria de texto. Mas quanto á paginação, perdoem o que diga, o primeiro número de ‘Comício’ deixa a desejar. Espero que nos próximos a matéria esteja mais bem vestida. Sou dessa espécie de leitor que acredita na frase: ‘O hábito faz o monje’.

Leija Borges Serra – Baía

R[esposta]. – Como dignos monjes nossos hábitos são simples. Mas, ainda sim, procuraremos nos vestir melhor, nos próximos números. Por enquanto porém não espere pior”.

Já um leitor que escreve do interior do estado do Rio elogia a honestidade do semanário, que seria visível no preço em que era vendido no interior. Sua carta permite apreender que *Comício* chegava às bancas nas quintas-feiras. Além disso, pela resposta

da redação, percebe-se que o semanário não possuía uma condição financeira boa. O trecho da carta é intitulado “Ciranda do Mínimo Essencial”:

“Sr. Redator:

Li, nos dois primeiros números de ‘Comício’ e confesso que a leitura desses números fez com que ficasse acreditando que de 15 de maio para a frente tínhamos um semanário em condições (...). Seu semanário é tão honesto que até o preço por que é vendido aqui é o de capa (Cr\$ 3,00) o que não acontece com os demais, cujo preço é acrescido de Cr\$ 1,00 o exemplar.

Caso o orçamento d junho vindouro permita pretendo fazer uma assinatura de ‘Comício’. Até lá porém ficarei firme na banca tôdas as quintas-feiras...

Manoel Carlos Ponto da Costa – Est. do Rio

R. – Infelizmente também não somos um semanário rico que possamos distribuir assinaturas conforme gostaríamos de fazer no presente caso. Ao leitor Manoel Carlos tudo que podemos oferecer é a mão amiga para cantarmos juntos ‘... De marre, marre de sí!’”.

Já a carta vinda de Belo Horizonte, pelo teor de seu desejo, demonstra como o semanário mantinha uma pauta que desagradava o poder estabelecido, ou seja, o governo Vargas e seus apoiadores:

“Desejo apenas que esse ‘Comício’ nunca seja dissolvido pela polícia e que os srs. redatores gozem de muita saúde e pouco dinheiro.

Honorio Carneiro – B. Horizonte

Quanto ao último item, vide resposta anterior”.

No número 5, novamente muitas cartas elogiam ou indagam os diretores de *Comício*. Intitulada “Sorria Sempre” pelo semanário, a carta discorre a respeito do humor presente em suas páginas:

“Sr. Redator:

... e sentimos uma grande satisfação ao constatar que o jornal é desses que se aguarda cada semana com impaciente curiosidade. Queremos dizer-lhe o quanto gostamos da leitura, pela escolha dos assuntos, pelo estilo e o bom humor com que foram escritos os artigos.

John van den Berge – S. Paulo

R. – Pela referência ao bom humor, um dos itens básicos que COMICIO se impõe num país larvado pelo pessimismo, agradecidos”

Se a última carta possibilita que os redatores frisem sua aposta no uso do humor, a próxima, que indaga a linha política do veículo, é novamente respondida de maneira a

explicitar seus posicionamentos. A resposta, aliás, pode ser vista como uma sucinta definição do significado da experiência jornalística de *Comício* para aqueles que estavam envolvidos. A carta é relevantemente intitulada pela redação como “Indefinição”:

“Sr. Redator:

.... Desejo saber qual a política (se houver) que vossa revista adota: antidemocrática, democrática, socialista ou antigetulista?

Luís Mauro B. Silva – Governador – Rio

R. – COMICIO é um grupo de jornalistas, o qual pretende ter idéias próprias e raciocinar especialmente para cada caso sem um livro geral de comportamento. Chama-se a isso, cremos, espírito liberal ou democrático, liberdade de iniciativa ou de pensamento, etc., etc., etc. Preferimos a ausência de rótulo. Cedo ou tarde cada leitor nos dará um”.

Percebe-se que a “indefinição” está presente nos dois pontos de vista, isto é, no do leitor e também no do semanário: o primeiro mostra que, para ele, faltaria à publicação um claro posicionamento político, enquanto esta responde de maneira a revelar uma explícita tentativa de não se enquadrar nos rótulos pré-estabelecidos¹⁰⁴.

Chamando de “Astrologia”, a redação transcreve a carta de um leitor que intenta prevenir acerca de fornecedores de horóscopos que não seriam dignos de confiança. A resposta é tecida com humor:

“Sr. Redator:

É meu dever preveni-lo contra certas agências fornecedoras de horóscopos falsos, que nada têm a ver com a situação planetária. São horóscopos inventados pela imaginação comercial e gananciosa de agentes que unicamente visam fornecer umas quantas linhas escritas em troca de publicidade (...) e vários outros órgãos publicam horóscopos que só podem desmoralizar os jornais ou, pelo menos, as seções a que correspondem.

H. S. M. – Rio.

R. – Esteja em paz o leitor H. S. M. COMICIO saberá defender a sua dignidade no céu como na terra. Em nosso semanário só usamos astros de luz própria”.

Outra carta, também da quinta edição, com o título de “Figurinha”, elogia o semanário, principalmente o texto crítico de Rafael Corrêa de Oliveira sobre a “figura” Getúlio Vargas:

¹⁰⁴ A questão do posicionamento político do semanário permeará a Parte II da dissertação, sendo foco de atenção na Conclusão.

“Sr. Redator:

... Por isso, vendo-os juntos, agora, esperava ansiosa o aparecimento desse bom jornal (...). Em cada número de COMICIO sente-se o esforço de vocês em agradar cada vez mais os seus inúmeros leitores (...) e finalmente os artigos do Sr. Rafael Correia de Oliveira, mórmente o do 4º. número que focaliza a figura mitológica do nosso novo Messias, Getúlio, ‘O Barrigudinho’, pintando fielmente o fanatismo da nossa pobre gente tão pouco instruída no sentido geral da palavra e, ainda mais, no que diz respeito à política.

Valquíria de Oliveira – Rio”

A carta de Valquíria não recebeu resposta da redação, o que talvez indique uma concordância de opiniões, já que no geral as respostas ou se opõem às opiniões dos leitores ou concorda, acrescentando matizes ou frisando determinados pontos, como é o caso da importância da presença do humor, que pode ser notada também nas respostas.

Uma das cartas da edição 6, além de elogiar o semanário por ocupar uma lacuna do jornalismo brasileiro e se mostrar interessado em efetuar a assinatura do mesmo, questiona o espaço concedido em suas páginas ao turfe em detrimento do futebol. A carta, enviada de Curitiba, mostra que *Comício* era veiculado fora do eixo Rio-São Paulo:

“Sr. Redator:

Fiquei agradavelmente surpreendido ao manusear e ler, pela primeira vez esta nável revista, que vem, na realidade, suprir uma série de lacunas no meio jornalístico brasileiro. E tanto isto é verdade que meu imediato pensamento, após terminar o primeiro número de COMÍCIO, foi tomar uma assinatura da revista, para cujo desideratum peço informações a vv. ss. A fim de saber como proceder e qual a importância que lhes devo remeter. Ao mesmo tempo tomo a liberdade de lhes dizer que francamente estranhei que numa revista como COMÍCIO fôssem tomadas tantas linhas e colunas para noticiário e crônicas para um jogo de asar como o turfe (...). para deixar de abordar, como seria de desejar, o chamado ‘Jogo das Multidões’, o futebol ‘association’, celeiro do glórias para nosso país e motivo de distração e satisfação do povo brasileiro (aliás um dos poucos motivos).

Pedro Soares Barbosa – Curitiba

R. – Tomamos nota de seu endereço para remessa de informações sobre assinatura. Quanto ao futebol ‘association’ já dedicamos a êle uma reportagem no terceiro número: ‘Os Donos do Esporte’ e no próximo número publicaremos ‘O Primeiro ‘Goal’ do Flamengo’ outro emocionante episódio do esporte das multidões. Quanto ao turfe, isso são outras quinhentas mil pessoas”.

Dentre as cartas que comentam – criticando ou elogiando – as reportagens do semanário, duas presentes no número 7 questionam (novamente) as diretrizes políticas

do semanário e a sua forma, indagando se se trata de jornal ou revista. Pela resposta dada à última questão, parece que tal problemática não havia sido ainda suficientemente amadurecida pelos próprios envolvidos. Também com relação à segunda carta desse número, os redatores deixam claro que, com um orçamento financeiro apertado, preferiram investir em colaboradores de qualidade em detrimento da qualidade gráfica de *Comício*. Já quanto à primeira questão, novamente os redatores colocam-se como não rotuláveis.

“Sr. Redator:

Taí. Gostei da ‘verve’. Acho que seremos bons amigos. Adversários de idéias, mas bons amigos. Sou visceralmente contra o socialismo mas gosto dos socialistas brasileiros. Gente sincera, educada, irreduzível em seu ponto de vista político. Uma elite de intelectual operosa e digna. Pena é que não sirvam a melhor causa (...). Para não perder o costume, perguntem ao Edmar Morel se êle será tão ingênuo a ponto de acreditar que alguém engoliu aquela pílula da ‘liberdade’ religiosa na Rússia?

Dalmir Pinto Costa – Niterói.

R: Como bom profissional, Morel só escreve o que engoliu. Fazer com que os leitores creiam nisso não é, porém, tarefa fácil. Quanto aos socialistas, já tínhamos afirmado ao leitor Luís Mauro da Silva, no n. 5 de COMÍCIO, que não usamos rótulo pois cedo ou tarde cada leitor nos dará um. Êsse é o primeiro. Isto é, dos publicáveis”.

“Sr. Redator:

(...) Julgo, no entanto, necessário uma crítica, construtiva, no sentido de apresentação deste (Comício), que não sei se chamar Jornal ou Revista. Refiro-me ao padrão-papel usado que por ser, desculpe a expressão, ordinário, impede um manuseio desembaraçado, dificultando que leitores assíduos, à qual categoria eu pertença, colecionem em bom estado de conservação os exemplares saídos. Nestas condições, nós, os leitores, não poderíamos consultar com ótimo proveito os fatos ocorridos nas semanas anteriores (...). Há um refrão que diz: ‘Tudo que é bom é caro’ e COMÍCIO confirma isto plenamente, no bom e no caro.

Neterbe P. S.

R: Depois de profundos estudos e votações nesta redação, chegamos à conclusão de que tudo que usa grampo semanalmente é revista (*). COMÍCIO, com dois grampos hebdomadarios, enquadra-se portanto nessa designação. Quanto ao fato do papel ser, como lá diz o senhor, ordinário, isso é devido a que nossos recursos financeiros nos impuseram um terrível dilema: ter papel ruim com redatores excelentes ou papel fabuloso com redatores péssimos. Como o senhor acaba de constatar, estamos usando um papelzinho fuleiro.

(*) As mulheres usam diàriamente. De qualquer modo também são revistas”.

A falta de assinatura de algumas das seções do semanário é criticada por um leitor. A carta é intitulada pela redação de “MR. X”, que transcreve a seguinte passagem, bem como a sua resposta a ela:

“... E depois do 7º. número creio que posso fazer algumas sugestões. Por exemplo, à primeira página encontramos uma seção bem interessante – ‘A Aventura do Cotidiano’. Mas não compreendo que, sendo uma seção bem lançada, o seu autor persista em permanecer no anonimato, através das modestas letras F. S. Além do mais ‘Os Dias do Presidido’, outra seção bem redigida, irônica e atraente. Novamente lá não está, no lugar devido, a assinatura do responsável por aquelas linhas. Mais adiante a seção de ‘palavras cruzadas’, idem. Tenho, que quando se lê algum comentário, o primeiro impulso que se nos apresenta é saber o autor dos conceitos que acabamos de lêr. Mas ainda, longe de transparecer pernóstico a assinatura de um cidadão (...) é, muito antes, a nota final da responsabilidade que ele assume.

Lincoln Silva (Rio)

R: COMICIO não estabeleceu critério único para o reconhecimento ou não da autoria de sua seções. Assim sendo, enquanto todas as outras seções são assinadas, ‘Os dias do Presidido’ não o é, por se tratar de matéria impessoal, semi-editorial. ‘Palavras cruzadas’, também não, por se tratar de seção de colaboração vária, dependendo da especialidade de que trata o ‘problema’ da semana – cavalos, literatos, médicos, etc.. E por último, a seção ‘A aventura do cotidiano’, que não leva o nome completo do autor porque F. S. deseja continuar a ser apenas F. S. Respeitamos o desejo de Fernando Sabino”.

Já a resposta à carta chamada “Sobre uma ‘cana’” mostra a visão que os idealizadores de *Comício* tinham a respeito da situação da imprensa no período, que possuiria uma precária liberdade de expressão:

“Sr. Redator

Tenho lido com agrado sua revista e aqui quero fazer dois reparos: COMICIO deu muito destaque à sua primeira ‘cana’ considerando-a mesmo motivo de glória. Não lhe parece injusto esse sentimento tratando-se de um engano? A revista foi apreendida porque julgaram-na comunista e, uma vez desfeito o engano, ficou tudo resolvido. Acho que a pressa que teve COMICIO em desfazer o engano devia também servir para protestar contra a apreensão mesmo que se tratasse de órgão comunista. A nota dada pela revista faz entender que se o órgão fosse de fato vermelho a violência policial estaria certa o que não é de modo algum justo numa democracia.

Carlos de Souza (Rio).

R: Nossa nota não dá a entender nada do que o senhor entendeu. Somos, naturalmente, contra a apreensão de qualquer jornal por motivos de ideologia política. Um dos graves defeitos que vemos no regime russo e em

outros é exatamente a ausência de liberdade da imprensa – que no Brasil existe de maneira precária, mas existe”.

Já em “Colecionem-nos”, a questão da possibilidade de colecionar o semanário é novamente tema de uma carta. A resposta da redação mostra a sua preocupação em relação ao público consumidor de coleções encadernadas. Além disso, o entusiasmo da reposta revela uma pretensão de existência maior que os 23 números de *Comício*.

“Sr. Redator

(...) o motivo desta não é criticá-los mas apresentar uma sugestão (e meu fraco): 1) Encadernar COMICIO de seis em seis meses Capa dura. 2) Iniciar desde já a venda dessas encadernações por meio de ‘coupons’. 3) A encadernação deverá ter um índice para facilitar a procura de artigos de interesse (...) Serei dos primeiros a preencher um dos ‘coupons’.

Morais Jr. (São Paulo)

R: Arquivamos sua sugestão. Por nós, achamo-la ótima. Existe porém um outro lado da questão: o comprador das encadernações. Faremos funcionar nossas sondas elétricas de opinião pública”.

Na nona edição, um leitor protesta contra a reportagem de Pedro Gomes, “Como nasce uma lei”. Para o remetente, haveria uma valorização de figuras políticas que não a mereceriam. E, novamente, a resposta de *Comício* é a aposta no apartidarismo:

“Sr. Redator:

Decepcionados reportagem como nasce uma lei protestamos tendenciosas referências ao reverendo e insuperável deputado Campos Vergal paradigma equilíbrio honestidade e labor Parlamento Nacional pt outrossim verberamos inqualificável absurdo distinção religiosa em matéria política de publicação que se diz democrática salvo se ‘Comício’ estiver a soldo LEC despistando com inclusão padre Medeiros Neto pretenso rol projeteiros intitulados a parlamentares que dignificam mandato através real labor causa pública. PT Aguardamos pronunciamentos editorial próximo número a fim melhor ajuizarmos PT. (...) Orlando Corrêa, Flora Leite Corrêa, Assaí Aschar, Jesus Vicente, Elsa Rodrigues Salles, Joaquim Rodrigues Sales, Nair Arari Silva Leite, Adriano Lopes Garrido, (e outros).

R. – A êsse e outros telegramas referentes ao mesmo assunto, os quais não podemos transcrever por falta de espaço, ‘Comício’ responde que mantém sua linha estomacalmente sem partidarismos. Quando criticamos um espírita não estamos atacando o espiritismo, assim como quando atacamos um católico não estamos criticando o catolicismo. Pedimos aos leitores supra assinados que não generalizem nossas opiniões. Nós mesmos o faremos sempre que tivermos vontade de fazer críticas globais a entidades, religiões, credos filosóficos ou partidos políticos. É preciso compreender isso, irmãos”.

A um apelo enviado e publicado na edição 10 para que *Comício* não altere sua “linha de conduta”, a resposta ressalta, mais uma vez, que o semanário seria formado por um “brilhante grupo de cavalheiros”, isto é, composto por um grupo de colaboradores de alta qualidade. Além disso, ao comentar o sucesso das palavras cruzadas, a redação não deixa de vinculá-la a uma crítica ao serviço de telefonia, crítica essa que aparecerá novamente em uma das crônicas de Rubem Braga:

“COM VISTA PARA O MAR

Amigos

(...) Deve ser um tanto incômodo para os senhores receberem uns elogios assim... de uma forma tão tola, ou melhor, sem forma alguma. Mas eu os quero elogiar e não sei como; quero dizer-lhes que não saiam dessa linha de conduta e não me expresso devidamente; quero pedir-lhes que se sacrifiquem até, se preciso fôr, mas que não deixem COMICIO afogar-se junto com as coisas boas que às vezes aparecem neste país e morrem no nascedouro. Mas não encontro uma forma de expressão mais convincente que seja pedir.

Estou enviando o primeiro problema de ‘Palavras Cruzadas’ que, num esforço único que só o valor do prêmio justifica, consegui completar. Caso eu não seja sorteada entre os felizardos, fico satisfeita em ganhar êsse mesmo número para a minha coleção, por que o meu está com uma janelinha bem na reportagem do Edmar Morel.

Cloris Augusto de Oliveira – Rio

R: A leitora Cloris garantimos a continuidade da linha de COMICIO. Essa linha não vem de uma atitude ou determinação mas do modo de ser dêste brilhante grupo de cavalheiros que formamos. Quanto à janelinha de seu exemplar de COMICIO que, segundo verificamos, abre-se para as ruínas de Lídice (Reportagem ‘Revive a cidade Mártir’) resolvemos fechá-la enviando-lhe outro exemplar do dia 26 de junho.

Em tempo: está sendo acima da expectativa o sucesso de nossas ‘Palavras Cruzadas’. Acreditamos que isso se deva ao treino que o brasileiro vem adquirindo, tendo que resolver diàriamente as conversas entrelaçadas do nosso péssimo serviço telefônico”.

Na mesma edição, novamente um leitor inquire a respeito do posicionamento político do semanário. Desta vez, diz respeito à reportagem feita por Joel Silveira que, segundo o leitor, deixou nebuloso o lado que estaria de fato apoiando. A carta é nomeada pela redação como “PRÓ OU AGAINST??”:

“Sr. Redator:

Voltando à brilhante fase de reportagem e entrevistas que o consagraram Joel Silveira está se demonstrando em COMICIO o mesmo repórter vivo e combativo de ‘Grã-finos de S. Paulo’ (aí, já lá vão quase 10 anos!) Mas com João Alberto, apesar da reportagem continuar excelente, há

uma falta de definição – a reportagem é contra ou a favor? (...) Ou teria Joel ido no ‘papo’ que, segundo ele próprio confessa, é o ‘forte’ de João Alberto? (...)

Adroaldo Pandiá Jorge S. Paulo

R: Com ‘João Alberto, o soldado conhecido’, Joel Silveira conseguiu êsse fato comum no jornalismo que é desagradar a ambos os lados. Os inimigos de João Alberto acreditam que a reportagem é a favor. Os amigos de João Alberto acham que a reportagem é contra. Joel Silveira acha... Bem, se o leitor não percebeu o que Joel Silveira acha em oito laudas de reportagem, que adianta esta seção dizer mais alguma coisa?”.

Na edição 13, duas cartas expressam votos de que o semanário continue. O primeiro remetente, de Londrina, pergunta a respeito de como adquirir os 10 primeiros números, o que sugere que o semanário começou a circular no Paraná posteriormente em relação ao eixo Rio-São Paulo. Já o segundo torce para um aumento de sua tiragem, que resultaria em benefício ao povo, que seria “orientado”:

“Senhores (...) Além dêsse mais um obséquio desejo – pedir-lhe: informar-me por carta em algumas linhas estampadas em COMÍCIO se me é possível adquirir os dez primeiros números da revista e como efetuarei o respectivo pagamento. (...) e faço os mais ardentes votos para que ela cresça e se desenvolva.

Oswaldo Giovannetti – Londrina

R: A administração está lhe enviando imediatamente os dez números pedidos e instruções quanto ao pagamento. Pela atenção e divulgação de COMÍCIO, agradecidos”.

“ASSUNTOS

Inicialmente, desejo felicitá-los pela magnífica revista que organizaram, e pelo notável corpo de redatores que conseguiram reunir, fazendo sinceros votos por que COMÍCIO tenha existência longa e que eleve cada vez mais a sua tiragem, para melhor orientação do povo brasileiro.

(...)

Bráulio Brasileiro do Vale – Belo Horizonte”.

A única carta publicada na edição 14 apresenta novamente a questão do apartidarismo de *Comício*, mas desta vez ao invés de inquirir uma definição, elogia a postura do semanário. O remetente também indaga sobre um ponto que será discutido a seguir – a presença de possíveis matérias pagas – e, como outros leitores, reprova o espaço concedido ao turfe.

“SUGESTÕES E CRÍTICAS

(...) ‘A minha maior alegria é notar a isenção de partidarismo nos artigos, onde impera a imparcialidade, justiça e um grande amor à verdade.

As reportagens sobre os nossos partidos políticos estão maravilhosas, assim como as descrições sobre as atividades da Câmara do Deputados e Senado Federal. Aproveito a oportunidade de sugerir que o mesmo seja feito em relação à nossa Câmara dos Vereadores.

Assim também reportagens sobre as maiores fortunas do Brasil, suas origens, formação e importância para o Brasil; sobre o Instituto da Hiléia Amazônica; sobre as grandes obras no tocante a energia elétrica; transportes, etc... Espero não estar sugerindo muito e o impossível. Acredito mesmo que serão matérias devéras apreciadas pelos leitores.

Não sendo um aficionado do ‘turf’, e já existindo revistas especializadas no assunto, julgo que a publicação dos artigos referentes ao esporte dos reis, decorra mais da necessidade que a revista tem do dinheiro da propaganda, do que da predileção dos leitores. É uma lacuna da revista, ou talvez um ponto de vista errado da minha parte. Quero crer, porém, que surgindo matéria publicitária de que necessita a revista, não perca esta, o seu conteúdo, até aqui brilhante.

Gilberto B. da Silva – Distrito Federal

R: Suas sugestões são muito interessantes, e nós as levaremos em conta. Quanto ao turfe, o nosso amigo deve ter notado que há uma diferença entre os primeiros e os últimos números de COMÍCIO. Em todo caso não deixaremos de cuidar de um assunto cuja alta popularidade foi agora mesmo confirmada por ocasião do Grande Prêmio. Seus elogios, sr. Gilberto B. da Silva, que vieram na primeira carta (aqui suprimida, são dos que animam a gente. Muito obrigado”.

A contar pela quantidade das cartas selecionadas por *Comício* que elogiam sua imparcialidade, humor, originalidade e qualidade frente à imprensa do período, aventa-se que tais atributos eram valorizados tanto pelos produtores quanto pelos receptores. É o caso de uma das missivas publicadas no número 16, nomeada como “SUGESTÕES” pela redação:

“A justiça, a imparcialidade, o bom humor dos artigos, das reportagens que são publicadas em COMÍCIO, conquistou integralmente a minha preferência, trazendo-me, desde o seu primeiro número, o agradável ‘vício’ de sua leitura sadia. Tirando pela minha opinião e as de meus colegas, COMÍCIO chegou bem a tempo de desmentir uma ideia tristemente desanimadora que fazíamos da imprensa brasileira.

Até o presente momento não encontrei nas páginas de COMÍCIO qualquer escrito que desmerecesse a minha confiança. Faço votos para que ele assim continue.

Entretanto, no desejo de colaborar com a evolução dessa grande revista, aproveito a oportunidade para sugerir a publicação de reportagens sobre a situação econômica de cada Estado brasileiro, a estatística de seus habitantes, arrecadação de impostos, produção, etc...

Antonio Marques

R – COMÍCIO tem um plano para ampliar o noticiário e comentário econômico”.

Por meio das cartas dos leitores, percebe-se que o semanário parece ter sido fortemente associado como um órgão defensor da democracia, defesa essa que se faria de maneira independente. É o que se pode apreender, por exemplo, de duas das cartas publicadas na edição 18. A primeira o denomina de sentinela da democracia, que se disporia a veicular as “reivindicações justas” daqueles que enfrentariam “a miséria crescente”. A segunda, além de pedir para que se mantenha a linha de independência até então seguida, sugere que se faça mais matérias a respeito do nordeste, desvelando, dessa forma, uma concentração de pauta em relação aos assuntos da região sudeste.

“FELICITAÇÕES

As minhas felicitações a todos que aí laboram, tendo, até agora, mentido em plena forma o grande semanário COMÍCIO, uma das sentinelas da Democracia em nossa terra.

Nesta época, quando o fascismo, aparentemente extinto, se fortalece com as vozes históricas dos reacionários de toda parte, é bem difícil a manutenção de um órgão que se dispõe a levar a todos a palavra da Liberdade, da Cultura, do Direito e das reivindicações justas dos que, no subsolo das camadas sociais lutam pela subsistência dos filhos, enfrentando o custo de vida, a miséria crescente, procurando se salvar do naufrágio completo no mar dos despersonalismo, da pulsilânimidade e da imoralidade em geral. Medeiros Lima (Minas).

R – Que é difícil, é. Mas os leitores ajudam, com o seu estímulo”.

“NORDESTE

‘COMICIO tem-se revelado uma revista à altura do prestígio que criou, porque, forçoso é dizer-se, ainda somos um país atrasado nessa questão de publicações independentes e que tragam os notícias de que realmente necessita o leitor que sabe escolher.

É de se esperar, já que venceu em toda a linha, a sua continuidade, bem como seja mantida, acima de interesses, a independência, porque só assim melhorará esse nosso sistema político.

Não seria extemporâneo a lembrança da inclusão de notícias e reportagens sobre o nordeste, a fim de que os governos, entrassem no bom caminho de servir aos governados.

Desejo a COMICIO uma existência prolongada e estou certo de que os seus diretores saberão vencer os obstáculos que se interporão na caminhada. J. Leite Sobrinho’

R – Agradecemos os votos de vida longa. Muito oportuna a lembrança das reportagens sobre o nordeste”.

O estilo do semanário também parece destoar dos veículos de então, sendo mais coloquial, “peculiar e amigo”. As gírias utilizadas por Sérgio Porto em um de seus textos é, no entanto, criticada:

“GÍRIA

‘Não tenho muito a dizer sobre ‘COMÍCIO’, porque gosto dêle. E quando se aprecia alguma coisa, não se notam os defeitos.

Os elogios são desnecessários. Porque vocês sabem o que fazem. E o estão fazendo bem feito. Continuem nessa trajetória.

Principalmente o que agrada em ‘COMÍCIO’ é a linguagem clara, franca, precisa, leve. O estilo peculiar e amigo que o torna diferente e melhor que tudo o que se vem publicando por aqui.

‘COMÍCIO’ não cheira a grossos alfarrábios empoeirados, nem a doutos cavalheiros montados em dicionários. Mas a coluna ‘Cinema’, do número 15, correu demais e perdeu as estribeiras. Pobre infeliz! A vergonha de ‘COMÍCIO’ 15.

Gíria pode ser muito oportuna, pode dar calor, movimento, expressão e vida a frase modesta. Mas, calma no Brasil! Por favor – chulices, chocarrices melindram e, vamos falar a verdade, do tipo ‘página 31’ podem até tirar o cartaz de ‘COMÍCIO’!

A Sérgio Porto votos de felicidade e a ‘COMÍCIO’, muito bem!

S. Mattos (São Paulo)

R. – Sérgio Porto leu a sua carta, passou os olhos na coluna ‘Cinema’ do número 15 e ficou boquiaberto. Mas o número 15 já é coisa do passado. E muito obrigado pelas expressões generosas e pelos votos de felicidade”.

O formato de *Comício* parece não ter sido apreciado por seus leitores. Mais uma carta que sustenta a dificuldade em colecionar o semanário:

“SUGESTÃO

‘Seria melhor que ‘COMICIO’ tivesse a forma material de ‘Seleções’, de revista mais facilmente manuseável e colecionável, revista de bolso, e também tivesse e mantivesse uma coluna sôbre ciência, sôbre filosofia espiritualista, sôbre cristianismo, sôbre metapsíquica, temas novos e de palpitante interesse e atualidade.

João Correia Veiga (Minas)

R. – Agradecemos as suas sugestões”.

Ainda no número 19, outra carta permite apreender que, a despeito das limitações de forma, *Comício* possuía grande circulação, tendo boa saída até em uma pequena cidade do interior de São Paulo:

“DIVULGAÇÃO

‘Tenho o grato prazer de levar ao conhecimento dos senhores que possuo instaladas nesta cidade 3 bancas de jornais e revistas, onde tem sido muito procurado êsse excelente semanário. Portanto, caso aos senhores interesse a sua difusão para o interior de São Paulo, queiram comunicar-me as condições de representantes para a venda avulsa.

Antonio Lima (Presidente Prudente – S. Paulo)

R. – Já entramos em entendimentos com o nosso distribuidor”.

Como ressaltam inúmeros anúncios que preenchem as páginas do semanário, era possível assiná-lo e, a concluir por um remetente que escreve da Fazenda Paredão, interior de São Paulo, tal forma de venda encontrava adeptos. O leitor, aliás, critica a forma de embalagem e sugere alternativas. Além disso, também sugere que a revista acelere o processo de renovação política a que se propõe, que envolveria “despertar as elites omissas” e “levantar e congregar as personalidades puras da nação”. A carta, publicada no número 22, sugere que tais pessoas estariam tanto nos quadros do PTB quanto da UDN:

“A leitura de seu valente semanário, para mim, já se tornou coisa obrigatória. Acontece, porém, que não recebi o n. 17 e, em compensação, chegaram dois n. 18. Aceitam trocar êste por aquê?”

Outra proposta; a forma de embalagem da revista, com a estreita cinta do endereço, é, para os que, como eu, se encontram a muita distância do Rio, deficiente, de vez que, de um modo geral, COMÍCIO aqui chega rasgado em dois pontos, justamente na extensão das duas linhas da faixa de papel pardo que envolve a publicação. Assim, como não seria possível, a esta altura, modificar o sistema adotado, sugiro que se inverta o processo de embalagem, fazendo-se o enrolamento da revista pelo lado aberto e de forma que a dobra fique para fora.

No caso de não me fazer entender, estou remetendo, em separado, o exemplar excedente, não só para que se verifique a fórmula ora sugerida como também para efetivar a permuta inicialmente apresentada.

Agora, uma sugestão: não se preocupem com o número ou a variedade das seções da revista. Basta-lhe o intuito de alertamento da opinião pública que a inspira; chega-lhe a campanha de moralização dos costumes políticos que a orienta; satisfá-la a anatematização dos processos vergonhosos de governo que a justifica. Apenas permitir-me-ia lembrar a conveniência de acelerar o movimento de renovação que ela pretende e pode imprimir ao meio atual, despertando as elites omissas, estimulando os homens conscientes e catalizando a composição de forças reais, tais como o trabalhismo legítimo e o udenismo avançado; através de pronunciamentos e entrevistas que repercutam efetivamente no seio do povo, como essa de Lúcio Bittencourt, estampada no último número de COMÍCIO. Acredito sinceramente que, se uma ação dessa natureza conseguisse levantar e congregar as personalidades puras da nação, teríamos então a única possibilidade de evitar que isto continue sendo a imensa e desorganizada ‘Fazenda dos Santos Reis’ que ainda é. E, sòmente isso, daria para

‘preencher’ de sobejo, as finalidades de qualquer organização, quanto mais as de um órgão impulsivo e bem intencionado como é COMÍCIO.

Recado um tanto longo mas despretensioso do assinante, admirador e companheiro de fé. – (as.) João Guerra.

(Fazenda Paredão – Oriente C. P. – S. Paulo)’.

R – Vamos estudar sua sugestão, que muito agradecemos”.

Na última edição, há duas cartas que revelam, por meio da escolha dos trechos publicados, o tipo de elogio que agradava a redação, por possivelmente corroborar com sua proposta editorial – existindo em ambas, carta e diretrizes editorial, um rechaçamento claro e renitente a Vargas e seu governo. Além disso, percebe-se que seus idealizadores não contavam que tal edição seria a última, prometendo a outro leitor tratar dos temas que este indagava como sendo lacunas até então não exploradas pelo semanário independente.

Na primeira carta, o leitor diz que, muito provavelmente, outros além dele estariam saturados em relação às revistas que denomina como “vistas”. Pode-se pensar que tais publicações englobem veículos como *O Cruzeiro* e *Manchete*, que ao contrário de *Comício*, teriam fotos em abundância, papel de qualidade, seriam mais coloridas, etc. As duas cartas são as seguintes:

“ELOGIO

O leitor João Ferreira nos dirige uma carta generosa, da qual publicamos os seguintes trechos:

‘A revista COMICIO veio corroborar a boa impressão antecipada pelo modo como fazem vocês imprensa com I maiúsculo. Porque, dentre tantos leitores dêsse Brasil, eu não sou o único a estar saturado de revistinhas ‘vistas’. Publicações do estilo de COMICIO impõem-se ao público. São feitas da forma como se deve fazer imprensa: têm matéria, tem sinceridade na maneira de se expressar ao público e sobretudo as orienta o desejo de trazer êsse público bem informado’.

‘No que tange a COMICIO ponho em ponto alto as suas reportagens sobre os partidos políticos e os estudos biográficos de certas personalidades políticas. Explico-me: quem nasceu lá para a década 1920-1930, cresceu conhecendo somente o sr. Getúlio Vargas, em detrimento dos bons valores políticos. Em consequência se criou uma juventude atrofiada pela ignorância das boas causas políticas’.

‘A história dos partidos políticos¹⁰⁵ foi, pode-se dizer, a luz sobre a política dos últimos trinta anos para os que a ignoraram como eu, os da nova geração, saturados de Vargas, Vargas e Vargas... As reportagens sobre personalidades políticas como Café Filho, João Alberto, Flores da Cunha e

¹⁰⁵ As reportagens sobre a história dos partidos políticos brasileiros serão exploradas no próximo capítulo.

Afonso Arinos completaram os conhecimentos para que se visse onde estão os homens ligados aos partidos e êstes de onde nascem’.

R – A turma da casa agradece”.

“‘Há uns números atrás COMICIO publicou uma entrevista do deputado Aliomar Baleeiro, principal adversário da política financeira do atual govêrno. Essa entrevista foi muito interessante, porém não revelou quais as medidas que aquêlê deputado, propõe, para salvar o Brasil, da atual crise. Como a política está intimamente ligada às diretrizes econômicas, gostaria de ver tratada essa questão em COMICIO.

José Carlos Camargo (São Paulo)

R – A entrevista do deputado Baleeiro teve outro objetivo. Por outro lado COMICIO tem cuidado do assunto repetidamente, em matéria redacional e reportagem. Mas há ainda muita coisa, a respeito, para explorar. Pode esperar, confiante”.

“Há um público”

É com esse enfático título que o editorial do número 18 comenta a respeito dos leitores do semanário. O texto permite, portanto, apreender a visão que os próprios idealizadores tinham de seu público. Os diretores analisam a experiência editorial que tiveram nas 18 primeiras edições, tendo como base as cartas enviadas pelos leitores para a seção acima analisada. O leitor é visto como o ponto positivo de todo o processo de feitura do semanário e, além disso, é apontado como um semelhante aos jornalistas envolvidos com *Comício*. Também é ressaltada a diversidade regional, profissional (e, portanto, de classe social) dos leitores, e suas posturas e contribuições.

“Nestes 18 números semanários fizemos uma experiência que tem seus lados melancólicos, mas tem um lado confortador. Êste lado és tu, oh leitor, nosso semelhante, nosso irmão. Tu, que não acreditas no mandarim.

Do Rio, de Goiás, da Paraíba, de São Paulo, do Sul, de tôda parte nos chega diariamente a tua carta – que às vezes traz um timbre de advogado, às vezes vem de uma farmácia ou de uma repartição, às vezes, escrita em letra rude, chega dentro de um envelope amarelo e barato, amarfanhado e pobre, que viajou por terra ou dormiu semanas no bojo de um navio” (*Comício*, n. 18, p.3).

Os leitores de *Comício* recebem uma distinção: ao contrário de outros que buscam encontrar escândalos ou ganhar concursos e que seriam, portanto, uma “massa”, possuem espírito crítico e independência de julgamento:

“Essa carta espontânea, que traz uma crítica, um elogio, uma pergunta, ou o pedido de um número atrasado, essa carta vária e múltipla, mas constante, e, no fundo, sempre igual, mostra que existe, no Brasil, um público. Não é apenas uma certa massa de leitores que desejam ganhar um rádio no concurso, uma excitação no escândalo, um prazer ruim no crime ou na verrina, um entusiasmo fácil no ídolo alcandorado a côres. Um público de cidadãos com espírito crítico; de gente que observa, lê e critica. Êsse público não compra COMÍCIO para ter uma opinião hebdomadária sôbre este ou aquele assunto; não engole, como se fosse hóstia, a opinião que vê no jornal.

Lê o nosso jornal com simpatia, mas com espírito crítico – e assim queremos, assim merecemos ser lidos. Para êsse homem – do Rio ou de Mato Grosso – nosso jornaleco é um companheiro com quem êle discute cordialmente, que lhe dá algumas notícias e alguns palpites sem pretender catequisá-lo nem dirigir o seu pensamento, ou excitar suas paixões” (*Comício*, n. 18, p.3).

Existiria então um público, um público distinto das massas que esperam uma opinião veiculada pelos jornais sem se dar ao trabalho que refletir e dialogar com o que lê. E o fato de existir essa parcela de leitores com espírito crítico se desdobra em uma percepção de que exista, como consequência, um outro Brasil, diferente do contexto que, para os diretores do semanário, seria lamentável. É um público que rejeitaria tanto o populismo de Vargas e Ademar de Barros quanto o comunismo de Luis Carlos Prestes e o integralismo de Plínio Salgado. Em suma, um público que manteria a mesma liberdade de julgamento que os próprios diretores asseguram que o semanário teria.

“Êsse público mostra que existe um Brasil que não deve ser confundido com êsse Brasil lamentável de trapças, vaidades e mistificações que brinca de operata sôbre um fundo social que vai deixando de ser dramático para ameaçar ficar trágico. É o público que diante de ‘dilemas’ como Ademar [de Barros] e Getúlio [Vargas] diz apenas – ‘não’. É o que não espera a palavra de [Luis Carlos] Prestes ou de Plínio [Salgado] para dizer se uma vaca amarela é preta ou malhada. É o que não se entrega de olhos fechados à mística de nenhum partido e de nenhum chefe; é o que julga o bispo, o general ou o pobre diabo com o mesmo senso de justiça, o mesmo respeito fundamental pela pessoa humana e a mesma independência de espírito.

Êste é o nosso público. Pode não ser muito grande. Pode até acontecer que não dê para sustentar um jornal. Mas é êste o público que nós procuramos, sem adular, e que nós temos, porque nos esforçamos por merecer” (*Comício*, n. 18, p.3).

Pelo texto do editorial, é possível perceber que Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira buscavam certa seletividade em seu público ao proporem

como temas reportagens, entrevistas e seções que seriam não muito atrativas ao gosto e expectativa de um público mais amplo. Em outras palavras, o semanário rejeitaria noticiar escândalos, crimes ou ídolos, formas utilizadas por outros veículos para entreter a massa. Além disso, também tinham noção que tal restrição de recepção poderia ocasionar um estrangulamento financeiro de *Comício*, algo que, como sabemos, ocorreu cinco semanas depois de tal texto ser publicado.

Esse público seletivo teria não apenas espírito crítico, mas também, em sua maioria, um poder aquisitivo considerável. Tal constatação é feita tanto por um leitor em carta quanto pelos diretores do semanário em outro editorial¹⁰⁶.

A carta em questão, publicada no número 11 evidencia como, para um leitor do período, em comparação com os outros veículos da imprensa, *Comício* possuiria um número limitado de propagandas. E mais, o leitor mostra-se surpreso com tal fato, uma vez que, em sua percepção, “essa revista já é um veículo de boa penetração, e que se dirige a um público de excelente capacidade aquisitiva”. O mesmo leitor assegura ter havido um melhoramento na parte gráfica e na qualidade do papel do semanário:

“VOLUNTÁRIO

Senhores:

Ao atingir o seu 10º número, COMÍCIO merece os mais calorosos aplausos de todos os seus leitores.

Bastante melhorada a feição gráfica, clichês mais cuidados, e até o papel aparentando-se de melhor qualidade, essa revista é um presente semanal ao povo ávido de um órgão de imprensa sincero, bom e agradável.

Peço-lhes que conservem, como traço característico desse periódico, a linha de bom humor em que se vêm orientando, até agora. Nesta época de tantos acontecimentos desagradáveis, de jornais circunspectos e ‘pasquins’ com manchetes necroteriais, COMÍCIO é um largo e útil sorriso, iluminando a face da imprensa brasileira.

Um tanto surpreso, noto que as agências de propaganda não têm dado a devida atenção ao valor publicitário dessa revista. Isso é mau. Como todo órgão de imprensa livre, COMÍCIO precisa de anúncios para viver. É necessário que as agências compreendam que essa revista já é um veículo de boa penetração, e que se dirige a um público de excelente capacidade aquisitiva. Eu mesmo já comprei duas vezes, orientado pelos anúncios nela publicados.

Há muito que ando querendo lhes dirigir esta. Esperava porém aproximarmo-nos mais do próximo dia 1º a partir do qual terei as minhas manhãs livres, até às 11 horas. É bem provável que a minha capacidade redacional não seja suficiente para o bom exercício da função de redator,

¹⁰⁶ Trata-se do editorial publicado na nona edição, e que será analisado a seguir ao se discutir a questão das “matérias pagas”.

num jornal. Todavia, sou um bom datilógrafo, redijo bem a correspondência comercial e conheço bastante de rotina de escritório.

Se lhes puder ser útil, ofereço-lhes os meus serviços. Não quero dinheiro e nem ‘muito obrigado’. Ao prazer de colaborar com vocês, junta-se o grande amor que dedico ao jornalismo.

G. M. – Rio

R: Ao leitor G. M., COMÍCIO agradece os calorosos aplausos. É o calor de que precisamos, neste inverno carioca. Continuaremos a iluminar a imprensa brasileira e, se a Light bobear, tôda a cidade. A incompreensão das agências de publicidade é realmente constrangedora, não? Não! Nossos informantes secretos em algumas delas declaram que dentro em pouco COMÍCIO ficará com a maior verba publicitária concedida aos semanários brasileiros de 32 páginas e título vermelho. Estamos realmente comovidos com seu entusiasmo e seu oferecimento a esta redação. Precisamos de algum tempo para pensar nesse assunto. Enquanto isso fique certo de que manteremos o nosso bom humor e convidamô-lo à pregação de nosso lema, feito de 97% de euforia por 3 de pessimismo: ‘Sorria sempre, que diabo!’”.

Além das cartas, também foram publicadas notas que mostravam a aceitação que o semanário tinha tanto em instituições políticas – o que evidencia que a publicação estava se tornando bem conhecida nos meios políticos – quanto pela própria imprensa, uma vez que vários veículos faziam propaganda do semanário em suas páginas de graça.

Dentro da seção “A semana em São Paulo”, na sétima edição do semanário, foi publicado um pequeno box intitulado “Júbilo Pelo Aparecimento de COMÍCIO”:

“O diretor de nossa sucursal em São Paulo, jornalista Luís Martins, recebeu o seguinte ofício, destinado pelo presidente da Câmara Municipal de S. Paulo:

‘31 de maio de 1952 – Tenho a honra de comunicar a V. Senhoria que a Câmara Municipal de São Paulo, em reunião de 21 do corrente, aprovou o requerimento número 637, de 1952, de autoria do vereador Lino de Matos, e outros, de teor seguinte:

‘Requeremos, ouvido o plenário, em regime de urgência, que seja consignado em ata um voto de júbilo pelo aparecimento do semanário ‘COMÍCIO’, dirigido pelos jornalistas Rafael Corrêa de Oliveira, Joel Silveira e Rubem Braga, comunicando-se ao jornalista Luís Martins, seu representante nesta capital, essa homenagem. Sala das Sessões, 16 de maio de 1952’.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. S. os seus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – (a.) André Nunes Júnior” (*Comício*, n.7, p.23).

Na edição 13, é a vez da Câmara Municipal de Recife saudar o semanário. Com o título “COMÍCIO saudado na Câmara Municipal do Recife”, o texto inicia

assegurando que “Em cada lugar do Brasil ‘Comício’ vai fazendo amigos. Um dêesses, e dos mais generosos, é o jornalista do ‘Diário da Noite’ do Recife, Dias da Silva, que é um dos representantes do povo na Câmara Municipal daquela cidade. Na sessão do dia 19 de junho o vereador Dias da Silva teve as seguintes palavras de saudação a êste semanário: (...)” (*Comício*, n.13, p.19).

O trecho, embora longo, permite perceber as expectativas que estavam sendo depositadas em *Comício*, ou seja, qual o papel imaginado para o semanário, e cujo desempenho passa essencialmente pela defesa de democracia. Se a imprensa passava por um momento de crise (visto que seria um “momento em que tantos órgãos se transformam em veículos, não da opinião pública, mas da opinião, apenas, daqueles que têm na mão o poder ou a fortuna”), o semanário apareceria como uma nova e apreciada alternativa na luta “pelas liberdades públicas e moralização política e administrativa do Brasil”.

O texto mostra que o semanário foi lançado em Recife num momento posterior ao do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que nos faz supor que sua distribuição por todo o Brasil talvez tenha se desenvolvido de maneira gradual. E, mais uma vez, o semanário é apresentado como econômica e graficamente modesto, mas possuidor de grandes e distintos nomes do jornalismo brasileiro, como é o caso de seus três diretores.

“– ‘Senhor Presidente, senhores vereadores: ocupo hoje a tribuna desta Casa, para uma saudação. Para uma saudação e para um voto de congratulações, manifestando o regozijo que é meu e deve ser também de todos os senhores vereadores, porque de todo o povo do Recife. Neste instante em que a imprensa no Brasil, sofre uma crise tão profunda, tão complexa, tão desastrosa para a vida pública do País; neste momento em que tantos órgãos se transformam em veículos, não da opinião pública, mas da opinião, apenas, daqueles que têm na mão o poder ou a fortuna, é justo que, em uma Assembléia Democrática, se levantem as nossas vozes, as nossas saudações e as nossas congratulações, quando uma nova trincheira se abre, uma nova barricada se firma, um novo quartel se institui, na luta pelas liberdades públicas e moralização política e administrativa do Brasil.

Quando são tantos aqueles que se entregam às sistemáticas louvaminhas, quando o título de turiferário do poder torna-se, para alguns, uma condecoração honorífica é uma satisfação para aqueles que são democratas, assistir ao nascimento, ao início de uma vida, que esperamos seja longa e benéfica, de um órgão de imprensa que surge com tôdas as garantias e se apresenta com todos os motivos para merecer a nossa fé e o nosso apoio.

Falo, sr. Presidente e srs. vereadores, não como jornalista, mas como representante de um povo de tão vivas tradições libertárias, sobre uma revista de proporções econômicas modestas, que não tem grande

apresentação tipográfica, nem conta com o luxo das policromias, mas que possui, a lhe assegurar a nossa confiança e provocar os nossos aplausos, os nomes destes três grandes jornalistas brasileiros: Rubem Braga, Rafael Corrêa de Oliveira e Joel Silveira. Esta revista, que desde maio começou a circular no Brasil e que hoje, com lamentável atraso, foi lançada no Recife, é a esperada COMÍCIO. Tôda ela, srs. vereadores, merece e prende a nossa leitura, mas não seria possível, evidentemente, fazer aqui a leitura de tôda uma revista... Por isso desejo apenas, para conhecimento dos meus pares, quando são tão grandes os recúos e as capitulações, ler a apresentação desta revista, uma apresentação corajosa, independente e digna, no momento em que a coragem, a independência e a dignidade andam tão raras na vida pública nacional. É assim que COMÍCIO se apresenta’.

Depois de ler o editorial de nosso primeiro número, conclui o vereador Dias da Silva:

‘Saudamos, sr. Presidente e srs. vereadores, com tôda vibração, alegria e entusiasmo democrático, esta publicação que hoje aparece, pedindo a Deus que continue por muito tempo a circular porque, acima de tudo, além de tribuna livre para denunciar erros, apontar desvios e criticar vícios, é uma prova eloquente de que nem tudo está perdido nas terras do Brasil. (Muito bem, muito bem, palmas)’” (*Comício*, n.13, p.19).

Se o semanário contou com a publicidade realizada por inúmeros amigos, como é o caso do jornalista e vereador Dias da Silva, também teve a ajuda de vários órgãos da imprensa, apoio agradecido pelos diretores na nona edição, em um box nomeado “A Imprensa Diária é Gentil Para COMÍCIO”:

“Estamos em dívida com vários jornais da imprensa diária do Rio, de Belo Horizonte, de São Paulo e de outras cidades, que têm recebido COMÍCIO com a maior gentileza.

Além de notas elogiosas, que muito nos desvanecem, alguns desses jornais têm feito publicidade gratuita de COMÍCIO, o que é positivamente encantador. Poderíamos citar aqui ‘Correio da Manhã’, ‘O Estado de São Paulo’ e vários colegas mais velhos e maiores, mas esta nota é principalmente para agradecer a incansável gentileza de nossos colegas das ‘Folhas’ de São Paulo, que, inclusive, tiveram a bondade de ceder a COMÍCIO as fotografias com que ilustramos a reportagem de Claudio Abramo sobre a fuga dos presidiários de Anchieta.

Às ‘Folhas’, nosso agradecimento” (*Comício*, n.9, p.21).

“Matéria delicada”: as matérias pagas

Sem contar com uma grande quantidade de anúncios – embora os produtos anunciados pareçam ser ofertados a um público com grande poder aquisitivo –, como evidenciou um leitor do semanário estranhando a falta de maior quantidade de

propagandas e constatando que os leitores médios teriam grande poder de compra, e – como o próprio editorial de número 18 acima analisado revela – já contando com um número não muito grande de leitores, os diretores de *Comício* tiveram que abrir suas páginas às matérias pagas, como forma de angariar respaldo financeiro. Essa questão rendeu um editorial inteiro, publicado na nona edição, denominado “COMÍCIO tem uma palavra de franqueza (ou de fraqueza?) sôbre matéria delicada” e que permite apreender a situação financeira do semanário:

“Êste jornal faz um esforço sincero para se entender com seus leitores – ou ser entendido por êles. Ora, há uma questão delicada que o melhor talvez fôsse deixar de lado. É um dêsses assuntos que a gente conversa particularmente, explica aos amigos (‘você compreende...’) mas na hora de escrever, moita.

O caso é este: alguns leitores e amigos de COMÍCIO, quando encontram um redator ou diretor do jornal, manifestam seu desagrado pelo fato de publicarmos ‘matéria paga’ sem ‘estrelinhas’, ou número do talão de recibo – enfim, sem nenhuma indicação de que se trata de matéria ineditorial. Outros vão mais longe: acham que o jornal só deveria publicar anúncio estritamente comercial, pois aceitar ‘matéria paga’ fica feio” (*Comício*, n.9, p.3).

O editorial apresenta inicialmente o desagrado do público com o fato das matérias pagas serem publicadas sem qualquer identificação e, mais do que isso, de tais matérias possuírem espaço no semanário. Os diretores, no entanto, explicitam que, mais do que aceitar, eles buscam tais publicações. E se justificam:

“O diabo é que para nós não se trata apenas de aceitar essas publicações; na maior parte das vezes nós mesmos a solicitamos, e com empenho. Isso porque – a) a publicidade comercial só vem lentamente; embora possamos provar a qualquer agência que a nossa circulação é mais do que razoável, e rigorosamente crescente no Rio e em S. Paulo e em outros pontos do país, e argumentar que uma grande parte de nosso público é de consumidores de um nível médio, o mais que obtemos, por enquanto, na maior parte das vezes, é uma promessa para futura programação; b) entrementes devemos pagar os simpáticos proprietários da oficina (que preferem receber adiantadamente), o excelente pessoal da administração, os competentes e rigorosos rapazes da revisão e nossos vibrantes e talentosos redatores, colaboradores e desenhistas, visto que o ‘amor à arte’ neste país foi substituído (que pena) por um grosseiro materialismo; e, oh! íamos nos esquecendo do homem do papel, do homem do aluguel e outros distintos cavalheiros; c) nossos fundos nos bancos desta praça não são prôpriamente vultosos” (*Comício*, n.9, p.3).

Braga, Silveira e Oliveira deixam claro que a quantidade de publicidade comercial que o semanário recebia seria aquém de suas potencialidades, visto que possuiriam uma circulação “mais que razoável”, com incontestável crescimento nas duas grandes capitais brasileiras e em outros lugares e que a maior parcela de seu público seria de classe média, o que significa possuir considerável poder aquisitivo. Ainda assim, frente à reticência das agências de propaganda, as matérias pagas se mostravam imprescindíveis para que o semanário pudesse continuar existindo. A lista de pessoas a serem pagas, como os próprios diretores elencam, seria longa, e dentre elas é citado “os simpáticos proprietários da oficina”, que, no caso, constitui-se de Samuel Wainer e seu sócio em *Última Hora*. Além disso, os três diretores não teriam fortuna a investir em seu empreendimento jornalístico. Frente a tudo isso, concluem:

“Portanto, vamos falar com franqueza; não apenas aceitamos, mas ardentemente queremos páginas e mais páginas de ‘matéria paga’; nem sempre estamos em condições de impôr a condição de assinalar essa matéria; preferimos, assim, deixar à famosa e jamais desmentida inteligência do leitor o trabalho de distinguir o que é ou não é ‘anúncio’. Se querem um pouco mais de franqueza, diremos que o nosso ideal seria não ter sequer anúncios comerciais, e viver da venda avulsa e de nossas rendas particulares; e, se essas rendas bastassem, mais puro ideal seria oferecer êste jornal gratuitamente a quantos quisessem nos fazer honra de lê-lo.

Enquanto não pudermos chegar a tanto, só nos resta apelar para o leitor compreensivo. Achamos que assim mesmo como está, vale a pena ir tocando COMÍCIO para frente; ou não vale? Vamos, um pouco de boa vontade!” (*Comício*, n.9, p.3).

De fato, leitores em cartas publicadas pelo semanário indagam a respeito de matérias pagas. É o caso da missiva também veiculada no número 9, que, embora elogie *Comício* – e, como em cartas anteriores, tal valorização passa pela detração de Vargas e sua herança –, se indigna com a possibilidade de haver matérias pagas em suas páginas:

“Sr. Redator:

Confesso-me leitor e admirador do seu notável semanário desde o primeiro número. Bem estávamos precisando de um jornal com seu programa, para zurzir de perto esta cáfila de calhordas que desde 930 vem dizimando e envilecendo êste pobre Brasil, digno de melhor sorte.

Pena é que o seu ‘Comício’ seja apenas semanário e em forma de revista. Se fôsse um periódico vespertino, seria mais procurado e seus efeitos mais contundentes.

Acontece porém que à página 10 do de ontem (*Comício* nº 6) leio estarecido um artigo sem assinatura sôbre o I. A. P. E. T. C..

Será matéria paga? Só pode ser. Mas um jornal como o seu, que a gente já está estimando de verdade, não pode aceitar uma coisa dessas! (...)

José Jardim Linhares – RIO.

R. – Tenha a bondade de ler o nosso editorial, na pág. 3”.

Já na edição 12, um leitor, embora aceite a defesa efetuada no editorial acima citado a respeito das matérias pagas e afirme ser possível identificar quando se trata de matéria dessa natureza, se mostra confuso no exercício de identificar se um texto é ou não matéria paga, o que talvez mostre que, ao público de *Comício*, mesmo entre os “mais avisados”, nem sempre era tão fácil perceber que um texto não era redacional, e sim uma propaganda:

“(...) Muito justa e exata a defesa que faz a redação, da publicação de matéria paga. Na verdade, o leitor por menos avisado que seja, percebe quando a matéria procede do Departamento de Publicidade. Do ponto de vista ético, é evidente que a revista não publicará sem asterisco artigos que indiretamente possam envolver o ponto de vista de seus redatores. Todavia, confesso que fiquei confuso ante a reportagem ‘do nosso enviado especial’(diz o jornal’), precedente de Maceió, sobre o problema dos usineiros alagoanos. Primeiro, porque um trabalho anterior, sobre realizações do Governador Agamemnon Magalhães, também de um enviado especial, trezanda a matéria paga. (‘Enquanto desarma a UDN e se fortalece no Estado – diz a reportagem de Pedro Gomes – aguarda (Agamemnon) uma nova oportunidade para recuperar posições perdidas’).

Em fins do ano passado, estive com Carlos Lacerda, em Maceió, a serviço de ‘Tribuna da Imprensa’. Ouvi o Governador Arnon de Melo, primeiro, e Melo Mota, num quarto de hotel, fazendo longa dissertação sobre o problema. Tive impressão de que se procurava ‘forçar a mão’, na questão do açúcar – não só de Alagoas, mas de todo o Nordeste – visando ao aumento do preço da sacarose. Lacerda, que abordou no seu regresso ao Rio vários problemas do setentrião brasileiro, ao que me parece não tocou no assunto.

Gostaria de saber se essa reportagem é mesmo matéria paga ou se... ‘há sinceridade nisso?’

Edie Augusto da Silva – São Paulo

R: - A reportagem a que se refere o leitor Edie da Silva é matéria paga”.

Outra carta, veiculada na seção “O leitor escreve” na edição 21, indaga a respeito de matérias que não possuem assinatura, inquirindo e argumentando a respeito da autoria dos textos que lê. Assim, embora neste caso não esteja, explicitamente, em questão se se trata de matéria paga ou não, saber a autoria dos textos publicados no semanário aparece como uma demanda do público:

“Não há dúvida. Aí está uma revista que foge do marasmo e da mediocridade característica da época. Há gente boa, com vontade precípua de agradar e alertar aqueles que persistem em permanecer com vendas nos olhos. COMÍCIO é realmente qualquer coisa de original e elogiável. Mas, chega de rasgar sêda. Vamos ao caso.

Pergunto:

Por que será que reportagens de valor real como por exemplo a do ‘Petróleo’ – número 5 – e a do Ibanez – número 19 – trazem como responsável: ‘um observador internacional’, para citar só essas?

Afinal de contas, o indivíduo que escreve alguma coisa, deve ter bastante autoridade para assiná-la. No momento que se assume a autoria de algumas linhas que sejam, deve ser dever do autor das mesmas assiná-las, sejam quais forem as consequências: agressivas ou passivas.

Outra perguntinha:

Onde anda o ‘Repórter Ex-Esso’? Será que ‘foi convidado a encerrar as suas atividades’? Ou será agora ‘chefe de seção na Standard Oil’? Terá sido convidado para fazer uma visitinha ao Truman? Dolorosas interrogações...

Vamos, gente! Estou esperando uma resposta convincente e aliviadora.

Atenciosamente,

Lincoln Silva’.

R – Muito obrigado pela parte que nos toca. Aquelas reportagens não levaram assinatura porque são matérias redacionais. Quanto ao repórter Ex-Esso, estamos sem notícia dêle. Já há algum tempo, não aparece aqui na redação”.

No editorial posterior ao que se discute a questão das matérias pagas, é a vez de comentar a marca de 10 edições do semanário, e novamente é realizado um texto de balanço. Dessa vez, são ponderadas as conquistas e as dificuldades em conseguir atingir essa marca, a instabilidade que o empreendimento ainda possui e os avanços e projetos que almejavam no intuito de melhorar *Comício*. E, novamente, a questão financeira do semanário e de sua recepção ganha espaço:

“ÊSTE É O DÉCIMO

Não vamos fazer nenhuma comemoração, mas enfim também não queremos deixar de assinalar que êste é o décimo número de COMICIO. Há, certamente, semanários mais antigos na América do Sul, e com uma história mais complicada de lutas e sacrifícios. Mas não foi brincadeira, afinal de contas, lançar à rua, e no dia certo, êsses dez primeiros números; nem nós seremos bastante cínicos para afirmar que as grandes dificuldades já passaram, e que, enfim, construímos algo de sólido e de bom.

Somos, pelo contrário, muito conscientes de nossos próprios defeitos e fraquezas. Tudo o que conseguimos até agora foi lançar um tipo de semanário que, embora não traga mirabolantes novidades, parece ter essa

pequena qualidade de ter um jeito, um espírito, um modo de ser que é dêle mesmo.

Estimaremos poder apresentar, além disso, algo de melhor; ter em cada número uma boa matéria de valor cultural indiscutível, e também uma reportagem mais viva, de interesse nacional; contar com mais colaboradores, e que sejam bons; ampliar o quadro de nossos correspondentes nos Estados. Enfim, temos uma lista de coisas que pretendemos fazer, e para fazê-las precisamos de mais dinheiro, organização e tempo. Sem falar na parte gráfica, nada satisfatória, nem nas muitas seções que ainda pretendemos criar, ou ampliar” (*Comício*, n.10, p.3).

Para que tais melhorias se tornem possíveis, o editorial apela à ajuda de seus receptores, que se daria de distintas maneiras. Além disso, também explicita que o semanário seria, afinal, resultante da “maneira de ser” de seus três diretores, que, como eles mesmos fazem questão de frisar, não seriam de maneira alguma figuras desconhecidas no contexto nacional. Tal declaração é de fundamental importância, uma vez que revela que, ao lançarem *Comício*, seus idealizadores já possuíam notoriedade nacional em suas profissões:

“Que os homens de boa vontade nos ajudem, com assinaturas e com publicidade; que o grave senhor professor não espalhe, antes de nos lêr e apenas depois de vêr nossa capa vermelha, que êste é um órgão comunista; ou o irritado senhor intransigente não diga, ao ver aqui a matéria paga de algum instituto, que estamos vendidos ao govêrno, ou a serviço dêste ou daquele grupo. COMICIO é apenas isto mesmo que êle é, e que resulta da maneira de ser dos que o fazem, e que, afinal de contas, não são três sujeitos completamente desconhecidos a imprensa dêste país.

Dito o que, vamos mandar para o encadernador os 10 primeiros números, e partir para o 11, que além de ímpar, é (na roleta) preto, e (no bicho) o grupo do cavalo, um animal muito simpático” (*Comício*, n.10, p.3).

Quanto às temáticas das matérias pagas, somente para ilustrarmos com o conteúdo que foi apontado pelos próprios diretores do semanário, estavam textos que tratavam de alguns institutos governamentais (como é o caso do I.A.P.E.T.C.), ou que diziam respeito a um grupo econômico específico, como é o caso dos usineiros de Alagoas.

Assim, na sexta edição, como flagrado por um leitor, na página 10 tem uma matéria com o título: “O I. A. P. E. T. C. em nova fase”, e que não possui assinatura. O texto é construído de modo a elogiar os feitos e as realizações do novo presidente do Instituto, José Cecílio Pereira Marques, cuja nomeação ao cargo foi feita por Getúlio Vargas, e, com isso, respaldar a escolha deste. Abaixo, transcrevo o primeiro e o último

parágrafo da matéria, suficientes para expressar o tom do texto, cuja veneração a Vargas é completamente estranha em comparação aos demais textos de *Comício*:

“O presidente do I. A. P. E. T. C. é, no momento, o líder sindical mais discutido no Brasil inteiro. Logo que se conheceu o ato do eminente Chefe do Governo, entregando a direção da grande autarquia a um trabalhador, o nome de José Cecílio Pereira Marques correu todo o Brasil nas ondas do sem-fio e nas transmissões das agências telegráficas. Realmente, iniciava-se entre nós uma experiência decisiva e única no mundo, e, no acalorado-debate que se travou, com 80% a favor de Cecílio Marques, formularam-se as mais diversas hipóteses sobre o êxito ou insucesso da importante decisão do Presidente Getúlio Vargas.

(...)

Confirma-se, dêsse modo, o acerto da escolha do Sr. Presidente da República, que, ainda uma vez, deu pública demonstração da excelência de sua política social em benefício das classes trabalhadoras e da grandeza do Brasil” (*Comício*, n.6, p. 10).

Já na nona edição, encontramos a matéria sobre os usineiros aludida pelo outro leitor, e também confirmada como sendo matéria paga pelos diretores do semanário. O texto, que ocupa praticamente toda a página 24, e, como descrito pelo leitor, possui a assinatura “Do nosso Enviado Especial”, tem um título enfático: “Também os usineiros estão em crise e apelam para os poderes públicos”. A matéria também trazia o seguinte subtítulo: “38 Milhões de Cruzeiros que Fazem Falta Numa Cooperativa – O Drama de Alagôas – Um Hospital – Tudo Para Evitar o Despovoamento”. Se na matéria paga acima o governo federal, na pessoa de Vargas, é altamente elogiado, nesta ele é cobrado para que, por meio do Banco do Brasil, conceda financiamentos que possibilitem a modernização das usinas de Alagôas, cuja concorrência com as de São Paulo tornou-se desproporcional. Trechos do último sub-tópico do texto explicitam tal questão:

“AS REIVINDICAÇÕES DOS USINEIROS

Os usineiros de Alagôas, reunidos numa mesa-redonda, acabam de debater diversos aspectos da crise que assola a classe. Só a Cooperativa tem 38 milhões de cruzeiros espalhados pelo interior. Eles desejam, como medida imediata, que o Banco do Brasil encampe os referidos débitos, para pagamento a prazo longo e juros módicos, transação que terá as mais amplas garantias. Pleiteiam, ainda, mecanizar suas plantações, pois inúmeras usinas são proprietárias de canaviais, nos quais, entretanto, são usados processos da era colonial. Precisam de adubação, organização técnica, maquinários, inclusive tratores, e um planejamento que passa arrancar a lavoura canavieira das trilhas dos velhos carros de bois. Só assim é possível impedir o movimento emigratório de populações de Alagôas para São Paulo, pois

levas e levadas de famílias abandonam os canaviais, em busca dos cafezais do sul.

(...) Com a compra de máquinas modernas e assistência social nos campos, os usineiros pensam evitar o êxodo. Para isto, todavia, é preciso dinheiro e este só virá através do financiamento a prazo longo e juros baixos.

Com a criação de fábricas de açúcar no sul, os usineiros do norte passaram a enfrentar crises e mais crises, por falta de tratamento igual. Cinco usinas já fecharam e outras estão em situação difícil. Cumpre ao Governo Federal, por intermédio do Banco do Brasil, amparar a secular indústria que foi bêrço da nossa civilização. Os usineiros de Alagoas querem sobreviver, e para isso precisam de um apôio urgente e substancial” (*Comício*, n.9, p.24).

Em resumo, a análise dos anúncios contidos no semanário revela a presença de produtos e serviços que demandavam considerável poder aquisitivo. Além disso, algumas das cartas enviadas a *Comício*, bem como os editoriais publicados pelos diretores evidenciam que tanto os leitores quanto Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira tinham dimensão de que a recepção do semanário era formada principalmente de camadas médias, o que tornava a quantidade de propagandas presentes em suas páginas aquém do esperado em relação ao poder aquisitivo dos leitores habituais.

Em decorrência da falta de anúncios, os diretores de *Comício* abriam suas páginas às matérias pagas, que se mostravam essenciais para a sua sobrevivência econômica. No entanto, parecia ser sempre eminente a sua possibilidade de fechamento, justamente por falta de recursos que pagasse os custos do semanário.

Ao mesmo tempo, os diretores também frisaram seu contentamento em constatar que possuíam uma recepção selecionada, formada por pessoas com visão crítica e que não apenas os liam em busca de respostas prontas. Elucidada a recepção, busco então desvelar o que, afinal, liam os leitores de *Comício*.

Parte II: Lendo o semanário

Nesta Parte, busco analisar alguns dos segmentos do semanário, tendo em vista os eixos temáticos que se mostram importantes dentro do escopo de assuntos abordados em seus 23 números. Desse modo, partindo dos editoriais e valendo-me de outros textos publicados em *Comício*, analisarei as questões políticas que são primordiais ao semanário; e me deterei, em seguida, nas reportagens que descrevem e apresentam aos leitores a vida da classe trabalhadora e o seu cotidiano na cidade; e, por fim, terei como principal foco de análise as crônicas de Rubem Braga, apreendendo os temas e os tópicos do período que foram assunto e problema ao cronista.

O objetivo, portanto, é o de realizar uma análise detida do conteúdo de *Comício*, começando com as discussões travadas a respeito das categorias de política e de povo para, em seguida, analisar como o cronista ponderava a respeito de tais assuntos. As crônicas de Rubem Braga, sempre publicadas nas últimas páginas do semanário, eram responsáveis por um balanço da edição, ao discorrer de maneira reflexiva sobre algum assunto de relevo trazido naquele número.

Capítulo III: Mapeando o cenário político

Marcelo Ridenti (2008), reconstruindo a trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB), auxilia-nos a apreender alguns pontos cruciais do contexto político do segundo governo Vargas (1951-1954). Nos anos 1950, o PCB se alinhou com as forças nacionalistas que se formaram na esteira dos processos de modernização, urbanização e industrialização em curso no país, vinculando-se às “lutas por direito e reformas sociais” (Ridenti, 2008:173). Nacionalistas e membros do PCB participaram juntos da campanha “O petróleo é nosso”, que resultou na criação da Petrobrás, em outubro de 1953. Como mostra Ridenti, o PCB fazia parte das forças antigetulistas do período, formadas majoritariamente (mas não somente) por políticos do espectro da direita e pertencentes à UDN. Percebe-se, desse modo, que assim como a pauta nacionalista, o posicionamento antigetulista congregava forças políticas heterogêneas e até opostas, e foi mobilizada por distintos atores sociais e políticos¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Mesmo a UDN, como mostra Benevides (1981), era formada, de fato, por inúmeras UDNs, o que engendrava as ambiguidades e contradições que a legenda continha. Segundo a autora, “no caso da UDN, a ambiguidade parece mais evidente. Dos idealistas democratas de 1945 aos adeptos do Ato Constitucional nº. 5, do purismo do lenço branco ao populismo da vassoura, a trajetória da UDN é marcada por contradições várias, num desafio à busca da unidade e da identidade. A perplexidade é

Como mostra Alzira Abreu (2008), o jornalismo deste período tinha como característica crucial a “paixão política. O debate era conduzido pelos partidos de maior penetração nacional – de um lado o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos partidos de apoio aos Governos Vargas e Kubitschek, e de outro a União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a esses dois governos¹⁰⁸” (Abreu, 2008:220-221). Essa divisão era compartilhada também pela imprensa, o que concedia a esta grande protagonismo nos momentos de crise política. Embora os jornais fossem partidários – isto é, transmitiam os interesses de caráter ideológico dos partidos – não eram sustentados por eles. Nesse contexto, os editoriais dos jornais tinham papel de destaque: “eram os espaços privilegiados para a defesa das posições partidárias e ideológicas dos proprietários e tinham um número elevado de leitores” (Abreu, 2008:221)¹⁰⁹.

A paixão pela política também estava presente em *Comício* – bem como nos veículos pertencentes à imprensa nacionalista (Cf. Ramos: 1996) – e, assim como nos jornais diários de grande circulação como os *Diários Associados*, *Última Hora*, *Correio da Manhã*, etc, os editoriais do semanário eram um espaço privilegiado de discussão e posicionamento político por parte dos seus três diretores. Passo, então, a partir dos editoriais – mas também por meio das reportagens de Joel Silveira, da coluna de Rafael Corrêa de Oliveira, das seções sobre a Câmara e o Senado assinadas por, respectivamente, Carlos Castello Branco e Otto Lara Resende, de algumas das crônicas de Rubem Braga, e da série de matérias sobre a história dos partidos assinada por Pedro

compreensível: coexistem, na UDN, algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia e denuncia, às raias do absurdo, a ‘infiltração comunista’ nos setores da vida pública. E mesmo para o simples leitor de jornais, como entender a convivência cordial, no mesmo partido, do charme discreto de um liberal consagrado, como Milton Campos, com a agressividade virulenta, injuriosa e ‘golpista’ de um Carlos Lacerda?” (Benevides, 1981:12).

¹⁰⁸ Angela de Castro Gomes (2007b) apresenta o mesmo panorama a respeito da força política de determinados partidos políticos no período democrático que se iniciou após o fim do Estado Novo: “A República que se abre com o fim da ditadura do Estado Novo e com a promulgação da Constituição de 1946, abarcando a experiência liberal-democrática que vai de 1945 a 1964, pode ser caracterizada pela dominância de três grandes partidos na cena política nacional: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convivendo com outros partidos de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada, não há dúvida de que essas foram as principais organizações do sistema partidário que então se forma” (Gomes, 2007b:55).

¹⁰⁹ A personificação do jornal em relação a seu proprietário ou redator-chefe era grande, ao ponto de se denominar que um jornal era do Carlos Lacerda (*Tribuna da Imprensa*), do Samuel Wainer (*Última Hora*), do Roberto Marinho (*O Globo*), do Macedo Soares (*Diário Carioca*), do Paulo Bittencourt (*Correio da Manhã*) e assim por diante (Cf. Abreu, 2008:221).

Gomes – a delinear o posicionamento político assumido por *Comício*, bem como as propostas políticas as quais eram favoráveis.

Metodologicamente, considerando a vastidão do escopo de textos do semanário que abordam questões de ordem política, parto dos editoriais¹¹⁰, espaço central para a definição dos problemas considerados mais candentes pelos diretores e das posições que assumem em relação aos mesmos. Assim, são os assuntos abordados nos editoriais que serão aprofundados por meio dos outros textos que também o discutem no interior de *Comício*, seja a reportagem de Silveira ou Gomes, a crônica de Braga, as seções de Corrêa, Resende e Castelo Branco. Os editoriais servirão, portanto, como ponto de partida que me indica os assuntos para eles cruciais no período e, então, passarei a conectá-los com os demais textos que discorrem sobre o mesmo assunto. Assim, será possível traçar tanto uma agenda política cara aos diretores, como as aproximações e distanciamentos políticos que mantinham, tendo em vista as próprias preocupações que os mobilizavam, e ainda apreender como tal agenda se desdobrava nas demais seções de *Comício*.

Como evidenciado no começo do segundo capítulo, o editorial do primeiro número apresenta a plataforma de interesses do semanário, no qual fica explícita a preocupação em apreender “o que, e quem e quando e como representa os interesses mais legítimos da massa de nosso povo” (*Comício*, n.1, p.3). A seguir, perceberemos como a questão acerca da representação dos interesses do povo é desenvolvida em muitos dos editoriais. Além disso, a democracia e os valores a ela vinculados são apresentados como os ideais por parte dos diretores, sendo assinalados os riscos e os indivíduos que estariam agindo contra tal regime de governo.

O segundo editorial, sem título, tem como temática a questão da expulsão dos jornalistas das dependências da Câmara dos Deputados, orquestrada pelo deputado Nereu Ramos (PSD) que, em 12 de março de 1951, foi eleito presidente da Câmara (Cf. “Nereu Ramos”, DHBB/CPDOC):

“É uma vitória melancólica essa, que está abrindo um tôrvo sorriso na carranca do sr. Nereu Ramos. A expulsão dos jornalistas do recinto da Câmara está sendo obtidas à custa de sofistas (a interpretação do Regimento) e de recursos igualmente baixos (almôço com os diretores dos

¹¹⁰ Serão objeto de análise aqueles editoriais sobre os quais não me debrucei em outros tópicos do texto, e os analisarei a partir da ordem em que foram publicados.

jornais, insistência pedindo junto aos deputados que haviam assinado a emenda Falcão) mas o que nela mais contrista é o aspecto anti-democrático.

O golpe foi, certamente, vibrado pelo sr. Rui de Almeida, cuja espaventosa mediocridade só consegue se realçar através de expedientes que degradam a própria Câmara, como o caso dos ‘Cadillacs’. E essa idéia deve ter parecido logo excelente ao velho soba que os catarinenses, com tanta vivacidade, repudiaram nas urnas.

Não falta quem recomende aos jornalistas muito cuidado ao escrever sobre coisas da Câmara. É do interesse primordial dos jornalistas não desprestigiar um órgão essencial ao funcionamento do regime. Mas no caso dos ‘Cadillacs’, como neste caso agora, o que vimos foi uma demonstração de fraqueza dos parlamentares. Fraqueza de aspectos diferentes, em um caso e outro, mas sempre de molde a diminuir a Câmara perante o público. Exigir que os jornalistas achem isso muito bonito é demais. Gostaríamos de ver a Câmara igualmente enérgica ao enfrentar uma ‘questão fechada’ do sr. Vargas.

E a oportunidade é boa: temos pela frente a questão do petróleo, em que o ex-ditador se colocou contra as correntes cívicas mais esclarecidas do país. Seria o caso de indagar o que pensa disso o sr. Nereu Ramos – se não fôsse visível que ele não tem tempo de pensar em outra coisa além da própria importância” (*Comício*, n.2, p.3).

O editorial não deixa dúvidas: a expulsão dos jornalistas teria sido um golpe de caráter anti-democrático, que corroboraria para a diminuição do Legislativo frente aos eleitores. Mais do que isso, o editorial alfineta tanto os membros da Câmara a fim de que se posicionem em relação à questão do petróleo, quanto Vargas, ao nomeá-lo como “ex-ditador” e não Presidente da República e ao frisar que a posição deste sobre o assunto seria contrária a todas as “correntes cívicas mais esclarecidas do país”, das quais *Comício* faria parte¹¹¹.

Na mesma edição, a seção “A semana da Câmara” assinada por Carlos Castello Branco informava sobre o ocorrido, com um texto intitulado “Os dois lados de Nereu Ramos”. O texto ressalta os malefícios que o ato de Nereu Ramos teria para a própria Câmara, uma vez que sua cobertura perderia espaço na mídia, em decorrência da falta de acesso à Casa:

“O sr. Nereu Ramos conseguiu pôr fim a uma prática iniciada com a reabertura do Congresso em 1946: a convivência numa área do recinto da Câmara entre deputados e jornalistas. Convivência de que vinha resultando um noticiário político e parlamentar mais vivo e numeroso com benefício evidente para o prestígio do Poder Legislativo. Já agora os leitores de

¹¹¹ A questão do petróleo e da posição de *Comício* assumida ao seu respeito será tratada adiante.

jornais e ouvintes de rádio não poderão ser informados da mesma maneira sobre os trabalhos da Câmara.

Não vamos analisar o método de que se utilizou para isso o sr. Nereu Ramos, mas apenas fixar que ele jamais se conformou com essa prática. Inicialmente, tentou imobilizar jornalistas e deputados na área comum, obrigando-os a jamais darem as costas ao sr. presidente. Essa imposição, além de algumas piadas, não rendeu mais nada. O correr dos dias bastou para torná-la inócua. Entretanto, o fracasso deu tempo e força ao sr. Nereu Ramos para a partida decisiva que veio a travar agora. Para esse propósito é que se pode dizer que lhe caiu de céu a eleição do coronel Rui de Almeida para a primeira secretaria. O novo secretário, eleito sob oposição de todos os jornais, atacado violentamente por alguns órgãos a propósito da ‘resolução dos Cadillacs’, vinha maduro para suscitar o caso perante a Mesa. O mais já se sabe.

E agora que tudo ocorreu vamos dizer que essa era uma decorrência natural da presença do sr. Nereu Ramos na presidência da Câmara, tanto é verdade que o aspecto da casa reflete o temperamento do dono” (Castello Branco, n.2, p.6).

Além de traçar a relação nada amigável que Ramos havia mantido com os jornalistas, e mostrar o apoio que obteve de outro deputado, Castello Branco evidencia a inevitabilidade do ocorrido, em decorrência do fato de Ramos ocupar a presidência da Câmara. Castello ainda mostra que Ramos era “antigo interventor da Ditadura” e que teria se tornado, mais recentemente, um “símbolo de resistência e de respeito à palavra dada”, a ponto de até políticos da oposição enxergarem sua presença no governo Vargas como “um dado essencial para a preservação do regime”. No entanto, o autor não deixa de assinalar os aliados políticos que o deputado teria, bem como seus interesses políticos:

“O PSD governista, o PSD do sr. Benedito Valadares, o PSD do sr. Cirilo Júnior, esfregando as mãos de contente, rondavam em torno do sr. Nereu Ramos. Seria a oportunidade do assalto, a hora de ‘abafar’ a presidência. Essa ronda sinistra (politicamente) foi o principal elemento de salvação do sr. Nereu Ramos. E da Mesa” (Castello Branco, n.2, p.6).

Na edição seguinte, saiu uma matéria assinada por Marcelo Guimarães analisando o boicote da Câmara à imprensa. O título já faz menção ao estado de “guerra” entre a Câmara e a imprensa: “Reportagem no ‘front’: A mesa da Câmara faz guerra à imprensa. História de uma campanha triste”. A matéria explicita que está em jogo o cerceamento da liberdade de imprensa durante um momento em que a democracia passava por um processo de consolidação (“a democracia era ainda a ‘plantinha tenra’ do sr. Otávio Mangabeira”) (Guimarães, n.3, p. 14):

“Já dura uma quinzena o impedimento criado pela Mesa da Câmara dos Deputados aos jornalistas, ali credenciados, para que possam cumprir o seu dever profissional de divulgar e comentar os fatos da atividade parlamentar. É um caso autêntico de cerceamento da liberdade de informação a que os advogados gratuitos ou suspeitos da Mesa, a própria Mesa coatora e os espectadores desavisados da crise têm chamado de ‘greve dos jornalistas’.

Mas, ainda que a atitude anti-regimental, despropositada, odiosa, abusiva e grosseira da Comissão Diretora da Câmara, justificasse, à vontade, uma ‘greve’ dos jornalistas assim coarctados e pessoalmente ofendidos, não foi essa, todavia, a razão que os levou a deixar entregue às moscas a bancada da imprensa do Palácio Tiradentes e a reduzir ao mínimo o noticiário das suas sessões plenárias. Simplesmente os ‘rapazes da imprensa’, como são tratados, pejorativamente, pelos maiores da Câmara, ficaram impedidos de trabalhar, desde que lhes foram negadas tôdas as condições para um desempenho fiel e honesto, como sempre o tinha até aqui, dos seus encargos profissionais” (Guimarães, n.3, p. 14).

Além de uma descrição de todos os acontecimentos que levaram ao afastamento dos jornalistas do recinto da Câmara, a matéria traz o nome, a foto e uma pequena descrição tanto do presidente da mesma (Nereu Ramos), quanto do primeiro, segundo, terceiro e quarto secretários da Mesa (respectivamente, Rui de Almeida (PTB), Adroaldo Costa (PSD), Rui Santos (UDN) e Amando Fontes (PR)). Como Ramos e Almeida são os dois maiores responsáveis pela articulação da expulsão, transcrevo a descrição feita:

“NEREU RAMOS: presidente

Planejou a expulsão dos jornalistas do plenário da Câmara, desde que se viu guindado à presidência. ‘Gauleiter’ fantasiado de guardião do regime traz da ditadura a aversão pela imprensa. No Regimento, do qual se diz escravo, encontra todos os pretextos para cercear a liberdade de informação e a própria iniciativa individual dos deputados” (Guimarães, n.3, p. 15).

“RUI DE ALMEIDA: 1.º SECRETÁRIO

Era a peça que faltava na engrenagem armada para triturar a liberdade de imprensa na Câmara. Graça ao projeto dos Cadillacs, de sua autoria, tomou a 1.º Secretaria de um colega de partido e de bancada. Foi executor do plano engendrado pelo sr. Nereu Ramos e, afinal, ainda mais realista, agrediu torpemente um diretor de jornal, no recinto da Câmara” (Guimarães, n.3, p. 14).

Já os editoriais das edições 3 e 4 discutem a questão da aliança feita entre a UDN e o integralismo na candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da

República em 1950. O assunto vem à baila em decorrência da morte de Soares Filho, que era o líder da UDN na Câmara¹¹². Com a lacuna deixada por este, Raimundo Padilha, um “camisa-verde” (isto é, um integralista), ocuparia sua cadeira. O primeiro editorial sobre o assunto é escrito de maneira a condenar e a lamentar tanto a aliança efetuada anteriormente, quanto as consequências dela, que agora se tornariam concretas. O editorial frisa a existência de uma contradição, já que o “camisa-verde”, “um inimigo do regime de representação e liberdade de opinião” ocuparia a cadeira do líder de um partido “que se apresenta como o defensor supremo e intransigente dêsse regime”. Novamente, é a democracia e seus possíveis inimigos que estão sendo escrutinados no editorial de número três:

“Homem católico, e praticante, o Brigadeiro Eduardo Gomes não nos levaria a mal se puséssemos, como título desta nota: ‘O pecado do Brigadeiro’.

Felizmente nosso pequeno editorial não precisa de título; pois então hesitaríamos em escrever ‘U.D.N.’ no lugar de ‘Brigadeiro’. Em todo caso o pecado foi de ambos – e foi feio. A aliança eleitoral com o integralismo foi uma dessas ‘mancadas’ imperdoáveis em um partido que se diz democrático.

Chamando para sua companhia êsse homem bom que sempre foi Soares Filho, Deus está punindo, em parte, o triste pecado. O lugar do excelente líder será ocupado por um ‘camisa-verde’, e dos mais ativos, o sr. Raimundo Padilha. A Câmara vai ganhar, assim, mais um inimigo do regime de

¹¹² Enquanto na primeira edição de *Comício* foram apresentados os Líderes do Senado, em matéria assinada por José Floriano, na edição seguinte, é a vez de Carlos Castello Branco escrever sobre os Líderes da Câmara. A matéria apresenta uma pequena descrição dos líderes, com sua foto, partido e, entre parênteses, a posição política. Assim, Soares Filho é mostrado como “U.D.N. (Semi-oposicionista). Os demais líderes de cada partido na Câmara são: Gustavo Capanema “P.S.D. (Governista)”, Emílio Carlos “P.T.N. (Jaffetista)”, Roberto Morena “P.R.T. (Comunista)” [sic], Afonso Matos “P.S.T. (Vitorinista)”, Padre Arruda Câmara “P.D.C (Clericalista)”, Orlando Dantas “P.S.B. (Socialista)” e Padre Ponciano “P.R.P. (Integralista)”. Este último, Soares Filho e Capanema são os que possuem as maiores fotos, mas os representantes da UDN e do PSD são os que possuem as descrições maiores. Na terceira edição, comentando em sua seção a morte de Soares Filho, Carlos Castello Branco levanta hipóteses sobre quem seria o melhor candidato ao posto de líder da UDN e conclui que deveria ser o deputado Afonso Arinos, “que, aos atributos pessoais, junta a necessária notoriedade pública” (Castello Branco, n.3, p.6). Arinos, no entanto, enfrentaria problemas com os “colaboracionistas” do governo presentes em seu partido: “Acontece que o deputado mineiro se constituiu junto ao seu partido numa espécie de promotor da resistência, de representante do grupo mais agressivo da UDN, podendo-se assim prever que os numerosos colaboracionistas, simpatizantes do colaboracionismo, inclinados a simpatizar com o colaboracionismo, tôda essa gama de nostálgicos do poder ou simplesmente do sr. Getúlio Vargas, dificilmente darão poderes ao sr. Afonso Arinos para falar em seu nome” (Castello Branco, n.3, p.6). Percebe-se, assim, que os membros da UDN não compartilhavam as mesmas posições em relação ao governo Vargas. Trata-se, portanto, de mais uma prova das ambiguidades e heterogeneidades presentes no interior da UDN. E com a morte de Soares Filho, para Castello Branco, o partido teria que passar por um teste a respeito daquela que seria a sua verdadeira vocação política. Desse modo, a escolha de Arinos para a liderança poderia assinalar “se os udenistas já estão suficientemente desencantados com o sr. Getúlio Vargas para permitir que as coisas marchem naturalmente, de acôrdo com o que deveria ser a vocação da UDN, um partido que nasceu para combater o getulismo” (Castello Branco, n.3, p.6).

representação e liberdade de opinião – do regime em que é possível a existência de uma verdadeira Câmara. E êsse inimigo vai ocupar a cadeira do líder de um partido que se apresenta como o defensor supremo e intransigente desse regime.

A melancolia dessa sucessão dispensa comentários. Ela vem reforçar a lembrança de um êrro deplorável. E tem o sentido de uma advertência à União Democrática Nacional: nas próximas lutas, escolha melhor seus aliados, se por acaso se irrita alguma coisa quando seus inimigos poem ‘Democrática’ entre aspas” (*Comício*, n.3, p.3).

A reprovação em relação à aliança construída pela UDN com os integralistas é clara e coloca como questão os próprios princípios democráticos do partido (supostamente) opositor a Vargas.

Ainda na página 3, ao lado do editorial supra citado, está uma reportagem assinada por Joel Silveira intitulada “O integralismo faz tricô”. Joel procura mostrar que o movimento integralista não teria, em 1952, a força que teve no final dos anos 1937. O autor constrói inclusive um pequeno box, no qual compara a força e expressão do integralismo nos anos 1937 e nos anos 1952:

“1937 – No dia 1.º de Novembro de 1937 Plínio Salgado, numa demonstração de fôrça diante de Getúlio, fez marchar cem mil integralistas pelas ruas do Rio.

1952 – O exército integralista é hoje insignificante e abúlico, como atestam as melancólicas e despovoadas reuniões do Partido de Representação Popular, rótulo legal da antiga Ação Integralista Brasileira” (Silveira, n.3, p.4).

A despeito da falta de expressão do integralismo, o brigadeiro Eduardo Gomes teria acreditado no prognóstico de Plínio Salgado de que o movimento possuiria, ainda, 600 mil membros. Em um subtópico intitulado “O mau negócio do brigadeiro”, Joel Silveira critica a aliança, mantendo a mesma linha argumentativa do editorial. Assinala que a aliança deveu-se a um oportunismo eleitoral do candidato da UDN, que resultou em realizá-la com uma força política de conteúdo anti-democrático. É assinalado também que isso ocorreu em detrimento de uma aliança com o Partido Socialista Brasileiro e que, com isso, o brigadeiro também haveria perdido votos de muitos eleitores descontentes com essa proximidade com o integralismo. Além disso, a proximidade entre a UDN e os políticos integralistas serviu de motivo para que os outros candidatos, Vargas (PTB) e Cristiano Machado (PSD), tivessem argumentos para criticá-lo:

“Participando novamente da batalha presidencial, o candidato udenista resolvera adotar alguns dos processos políticos que antes condenara tão incisivamente – como, por exemplo, a aliança com forças partidárias de origem e conteúdo anti-democrático, mas capazes de contribuir com ponderável ajuda eleitoral. Para aliar-se aos integralistas, Eduardo Gomes abandonou um pequeno e fiel aliado: o Partido Socialista Brasileiro. Os integralistas seriam 300 mil; e os socialistas eram apenas 500 mil. Faminto de votos, o Brigadeiro não teve dúvida em fechar o negócio: era um bom negócio.

Mas não foi. Apesar de agirem livremente no país, sob a proteção direta do candidato udenista, os integralistas não conseguiram levar às urnas mais do que os socialistas poderiam ter levado. E os cinquenta mil votos verdes não compensaram a deserção de outros tantos brigadeiristas, decepcionados e amargurados com a inconcebível e vergonhosa mancebia. Uma foto do Brigadeiro, em que o candidato da UDN aparece ao lado de Plínio Salgado, foi um dos mais eficientes recursos de contra propaganda utilizados pelos outros dois candidatos: Getúlio e Cristiano” (Silveira, n.3, p.28).

Joel Silveira, ao final da matéria, chama a atenção para o fato de que o movimento integralista estaria rachado entre dois líderes: Plínio Salgado e Raimundo Padilha, o último aquele a ocupar o lugar do falecido líder da UDN. Assim,

“Feito agora deputado federal, na vaga deixada por Soares Filho, Raimundo Padilha encontra uma oportunidade excelente de fortalecer sua liderança. Ninguém mais do que Plínio Salgado, por motivos óbvios, deve ter chorado a morte do líder da UDN. E a ascensão de Padilha é o último castigo que os udenistas recebem pela sua aliança no Brasil, com os totalitários da Direita” (Silveira, n.3, p.28).

O editorial do número seguinte traz uma defesa feita por Rafael Corrêa de Oliveira da aliança empreendida pela UDN, algo que este que já havia feito na época da eleição. O uso das aspas parece denotar que se trata de uma opinião exclusiva dele, que possivelmente não compartilhada pelos outros diretores. O editorial aparece pela primeira vez com um título: “O ‘pecado’ do Brigadeiro”. As aspas na palavra pecado também parecem corroborar para atenuar, ou, até, para subverter seu significado original, que foi ressaltado no editorial anterior. Depois de situar o texto de Oliveira, o mesmo preenche todo o resto do editorial:

“A propósito da nota editorial desta revista, no seu ultimo número, fazendo críticas ao brigadeiro Eduardo Gomes por haver aceito, em 1950, o

apoio eleitoral dos integralistas, o nosso companheiro Rafael Corrêa de Oliveira redigiu a seguinte explicação:

‘O brigadeiro Eduardo Gomes aceitou, sem acôrdos nem compromissos, o apoio dos integralistas, em 1950, com a aprovação pública e ostensiva do sr. Rafael Corrêa de Oliveira, que é um dos diretores da revista ‘Comício’. Os integralistas nada pediram e nada exigiram em troca dêsse apôio, embora o govêrno da [sic] general Dutra e os ‘populistas’ de Getúlio e Ademar tudo lhes tivessem oferecido, inclusive pastas ministeriais e financiamentos de campanha.

Com os extraordinários e nem sempre reconhecidos serviços que tem prestado sistematicamente à democracia brasileira, o brigadeiro Eduardo Gomes não pode ser passível de suspeitas pelo fato de receber os votos espontâneos de qualquer grupo político. Na verdade, em 1950, votando em Eduardo Gomes, os integralistas se aproximaram muito mais da democracia do que a onda demagógica da ignorância e do fanatismo que tornou possível essa miséria moral e política que é o govêrno do sr. Getúlio Vargas.

O compromisso eleitoral nada significa quando não existem obrigações de ordem ideológica ou de outra natureza. Vimos a Rússia aliar-se a Hitler e depois a Roosevelt, Churchill e De Gaule. Foram circunstâncias de ordem política que determinaram essas alianças. Hoje Tito, Truman e Franco são aliados contra Stalin. Mas Tito não será fascista por isso. Nem Franco será socialista. Nem Truman deixará de ser democrata.

Deus queira que todos os erros e abusos dos integralistas sejam iguais a êstes: votar num democrata sincero e grande homem de bem. Afinal de contas, por que não elogiar os atos bons dos nossos próprios inimigos? Não terão êles, por acaso, o direito humano da recuperação quando deixam de errar?

Se todos os males que ameaçam o Brasil fossem iguais aos que decorrem do apoio dado a Eduardo Gomes pelos integralistas, em 1950, poderíamos dormir tranquilos: nem a Democracia nem a Nação teriam alguma coisa a temer” (*Comício*, n.4, p.3).

O texto de Rafael Corrêa de Oliveira explicita seu apoio integral a Eduardo Gomes. Mais do que isso, a aproximação “sincera” e sem pedidos de retribuição por parte dos integralistas mostraria que estes estariam se “recuperando” e deixando de errar, ao votarem em um “democrata sincero”. Enquanto o editorial anterior pressionava a UDN no sentido de se posicionar e arcar com os desastrosos resultados das alianças eleitorais firmadas no pleito anterior, Oliveira busca redimir e ainda elogiar a aliança udenista.

É certo que Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Corrêa de Oliveira compartilhavam a mesma bandeira “anti-getulista”, motivo que poderia tê-los levado a subsumir suas distintas posições em outros temas em prol do combate do que seria o mal maior do período – aquilo que Oliveira chamou de “onda demagógica da ignorância

e do fanatismo que tornou possível essa miséria moral e política que é o governo do sr. Getúlio Vargas”.

No entanto, a diferença de posições e opiniões entre os editoriais 3 e 4 denotam que entre Rubem e Joel, de um lado, e Rafael, de outro, não haveria consenso em alguns momentos, como no caso da aliança da UDN com os integralistas, assunto que possibilitou que essa divergência viesse à tona. Essa questão se torna ainda mais clara ao se ler que, logo abaixo do editorial no qual Oliveira defende o candidato e sua aliança efetuada, há uma nota, não assinada, chamada “Integralista”, que descreve o discurso de Raimundo Padilha depois de ter se tornado deputado. Nesse texto, pode-se perceber o mesmo tom reprovador do editorial anterior, inclusive havendo uma discordância com as opiniões de Oliveira, pois enquanto este aponta para a necessidade de reconhecer quando os inimigos acertam, a nota assegura que Padilha e demais companheiros de partido continuariam sendo fascistas, a despeito de pararem de assim se nomearem.

“Está o sr. Raimundo Padilha, integralista dos mais acêsos, feito deputado. E quiseram os fados, sempre tão irônicos, que êle assumisse o mandato precisamente na vaga deixada por um democrata sincero e honesto, o sr. Soares Filho, que acaba de morrer. Aparteando-o no seu discurso de estréia, tôdo êle conforme a velha e facunda semântica integralista, o deputado Aliomar Baleeiro [UDN] fez-lhe uma pergunta oportuna: se o novo deputado na Câmara pretendia continuar a conduta de Soares Filho, filiando-se ao rol dos mais decididos e sinceros defensores da democracia. É evidente que o sr. Padilha respondeu que sim – mas respondeu em estilo ‘verde’, isto é, embrulhando a sua resposta em circunlóquios e sofismas os mais rombudos, e acabando por propiciar ao plenário uma deslavada profissão de fé fascista. Em resumo – usando pela primeira vez a tribuna da Câmara, o sr. Padilha procedeu exatamente como vem procedendo o ‘Partido de Representação Popular’, rótulo mal alinhavado da extinta Ação Integralista Brasileira: ambos, partido e deputado, não podem mais se declarar fascistas, mas o fato é que continuam a sê-lo e disto dão provas circunstanciais vez por outra – basta que surja a oportunidade” (*Comício*, n.4, p.3).

No editorial do número 5, o assunto a ser tratado consta no título: “Parlamentarismo”. Os diretores afirmam que, na pressa em lançar o primeiro número do semanário, esqueceram-se de apresentar o “programa” ou a “afirmação de princípios” de *Comício*. Dentre os assuntos que deveriam ter sido abordados e posicionados, estaria o do parlamentarismo:

“Foi o diabo. Com a pressa de lançar o primeiro número, COMÍCIO se esqueceu de apresentar um programa, ou afirmação de princípios. Entre as altas questões sobre a qual fizemos ‘bôca de siri’ está o parlamentarismo. Sabe-se que o sr. Rafael Corrêa de Oliveira (vide artigo na pág. 5) é a favor; quanto ao sr. Joel Silveira, (vide crônica no ‘Diário de Notícias’) também é a favor; e o sr. Rubem Braga, ou nunca pensou no assunto, ou, se pensou, não disse; em todo caso não é contra. Sendo assim, temos o prazer de notificar o sr. Raul Pilla de que este semanário, além de ‘político, noticioso e independente’ – é também parlamentarista.

Dito isto, digamos logo que não tinha razão quem disse que o Brasil é um deserto de homens e de idéias. Homens temos aos potes, a começar pelo infeliz, mas fero ‘Madrugôa’, a continuar pelo árdego sr. Cabello (vide reportagem ao lado) até o frio, mas duro, sr. Vargas. E idéias, é uma chuvarada. A questão é saber o que esses homens fazem dessas idéias. E aqui o melhor é acabar esta notado mandando o leitor outra vez (desculpe o movimento) para o artigo do sr. Rafael – na já referida página 5. Boa viagem” (*Comício*, n.5, p.3).

O editorial não apenas explicita que a publicação é favorável ao parlamentarismo, mas que no artigo de Oliveira seria avaliado o que os homens (públicos) estariam fazendo com idéias políticas – como é o caso do parlamentarismo. Assim, sigamos o movimento proposto e passemos ao texto de Oliveira, intitulado “Contra-golpe parlamentarista”.

Já de início, o autor explicita que, em 1945, “logo que recuperamos a liberdade política” após o fim da ditadura de Vargas, houve no Rio de Janeiro um “Clube Parlamentarista”, do qual o próprio Oliveira fez parte¹¹³, assim como outras pessoas que queriam que o país voltasse “à linha da sua grande e verdadeira tradição política”. Oliveira argumenta que, ao contrário do tempo do Império em que havia o parlamentarismo, com o Presidencialismo teria se desenvolvido as “oligarquias estaduais” e o caudilhismo, “que é esta porcaria do ciclo Vargas com tôdas as suas mentiras, desonestidades, mistificações e abusos” (Oliveira, n.5, p.5). Embora advogue a favor do parlamentarismo, Oliveira se mostra contra a emenda encaminhada por Raul Pilla a favor da adoção do parlamentarismo, uma vez que ela estaria se prestando ao “jogo político do caudilhismo”. E Oliveira então explica o porquê:

“É que um espoleta do Catete meteu logo uma subemenda ‘golpista’ estipulando que o regime parlamentar começaria em 1955, com a eleição do presidente da República feita 20 dias antes de acabar o mandato do sr. Getúlio Vargas. Com isto várias imoralidades ficam consagradas. Em

¹¹³ No mesmo texto, o autor afirma já ter feito parte das “fileiras” do Partido Libertador (PL) justamente por também advogar a favor da causa parlamentarista encabeçada por esta legenda.

primeiro lugar teremos o caudilho, com todos os poderes do presidencialismo, influenciando na eleição do Congresso, em 1954, – exatamente do Congresso que um ano depois deverá eleger o novo presidente. Em segundo lugar daremos ao atual governo o privilégio de não sofrer o impacto de uma campanha eleitoral para a sucessão do presidente da República. No velho estilo da mistificação à Vargas, essa manobra é feita exclusivamente em benefício dos interesses pessoais do ex-ditador.

Se houvesse honestidade na atitude dos governistas que se dispõem a apoiar a emenda do sr. Raul Pila, deveria o regime parlamentar ter início em 1954. Já, nessa época, o governo de gabinete faria a eleição do Congresso encarregado de escolher o futuro presidente da República. O mandato do sr. Getúlio Vargas não seria prejudicado, apenas lhe caberia o papel histórico de presidir a Nação durante um ano sob regime parlamentar. Isto é o que seria decente.

Mas o ‘parlamentarismo’ do caudilho, neste momento, é para uso alheio. É para quem vier depois. A menos que lhe seja possível uma rasteira de emergência em favor do *continuismo*, abrindo perspectivas a novas capoeiras no futuro.

O fato é que a subemenda mandando estabelecer o regime parlamentar em 1955 tem todas as características de um golpe do sr. Getúlio Vargas. O contra-golpe está em antecipar de um ano a data da subemenda. Mas isso, a subserviência senzalesca do Congresso não fará. O Congresso conhece a voz do dono...” (Oliveira, n.5, p.5, grifos do autor).

Vargas é chamado de “ex-ditador”, “caudilho”, que estaria planejando um (novo) “golpe”, “uma rasteira de emergência em favor do *continuismo*”. É mais uma vez visível o temor, expresso pelos intelectuais de *Comício*, de que Vargas instaure mais uma ditadura no país. E o Congresso, que deveria funcionar com autonomia, seria tomado por uma “subserviência senzalesca” e obedeceria o comando de Vargas, o que só faria aumentar as chances de um golpe por parte do assim nomeado “ex-ditador”. O quadro desenhado pelo semanário mostra a tensão que os não partidários de Vargas tinham em relação ao futuro do país, evidenciando uma possibilidade latente de que este fosse conduzido fora dos marcos legais pelo Presidente, para manter seu “*continuismo*”.

Na edição seguinte, em uma matéria que recebeu chamada de capa, a questão do parlamentarismo é retomada por Pedro Gomes. A reportagem, de mais de duas páginas, é intitulada “Parlamentarismo de vento em pôpa – História de um Longo Apostolado, Que Acabou em Têrmos de Getúlio ‘Versus’ Ademar de Barros”. Gomes noticia sobre o andamento da tramitação da emenda e mostra como, por conta da subemenda do deputado Fernando Ferrari (“getulista rubro do Rio Grande do Sul”), Pila, que estaria propondo a adoção do parlamentarismo desde a Constituinte de 1946, agora estaria vendo seu projeto ser utilizado por getulistas como forma de “golpe”:

“Imagine-se o drama do deputado Raul Pila, neste momento em que a reforma parlamentarista assume uma feição absolutamente inesperada: a de encampar velados apetites de continuismo do atual presidente da República. Adversário histórico do sr. Getúlio Vargas, soldado de primeira linha no reduto oposicionista da Câmara, vê-se, de uma hora para outra, pôsto na conta de um simples ‘espoleta’ dessas manobras antidemocráticas, de fundo queremista. Quando já tem praticamente assegurado o sucesso de uma campanha que lhe custou trinta anos de obstinação, o desespero adversário e a apreensão dos amigos se juntam num mesmo combate, para arrebatá-lo a vitória” (Gomes, n.6, p.8).

Além de esmiuçar as informações trazidas no número anterior por Oliveira, Pedro Gomes, mostra como os partidos se posicionavam a respeito da emenda, o que tem uma grande importância ao desvelar os movimentos de aproximação e distanciamento entre as siglas no período – ou, antes, como os colaboradores do semanário apreendiam tal movimento. No subtópico “Posição dos partidos”, Gomes afirma que:

“A emenda parlamentarista (n. 4, de 1949), descerá ao plenário da Câmara logo depois de votado o projeto da ‘Petrobrás’. Todavia a posição de quase todos os partidos ainda é de expectativa. O PSP e o PTB aguardam a palavra de ordem do Presidente da República, que se presume seja em favor da subemenda Ferrari (o senhor Gustavo Capanema continua achando uma loucura o parlamentarismo¹¹⁴). A tendência da UDN é deixar a questão aberta. O PSP, por uma questão de coerência programática, deveria apoiar a subemenda Castilho Cabral; mas acabará seguindo a orientação do sr. Ademar de Barros, para quem a reforma parlamentarista só pode ser votada por uma Assembléia Constituinte. No Senado a tendência parlamentarista é bem menos acentuada do que na Câmara dos Deputados” (Gomes, n.6, p.9-11).

¹¹⁴ Na edição seguinte, Carlos Castello Branco, em sua seção sobre “A semana da Câmara”, escreve sobre o papel que Capanema exercia para barrar a emenda de Pila. Isto é, o líder do governo na Câmara estaria se colocando contra – e fazendo campanha contra – uma emenda que teria a aprovação do presidente. “Tivemos ainda o sr. Raul Pila a assustar-se com as incursões do sr. Gustavo Capanema junto a várias bancadas para pedir que votassem contra a emenda parlamentarista. O sr. Capanema acha que o Brasil não suporta agora uma mudança de regime, que provocaria tantas e tantas perturbações que da dita mudança só haveria um beneficiário – o comunismo. O sr. Capanema, além de ser deputado, é o líder do governo, do mesmo governo que tanto vem animando o sr. Pila com relação à sua emenda. O sr. Pila assustou-se e foi à tribuna interpelar o líder. Interpelou, mas em vez do líder respondeu-lhe o simples e singular deputado Gustavo Capanema, que disse estar trabalhando contra o parlamentarismo mas em caráter pessoal. Ele é presidencialista. O sr. Pila aceitou a explicação mas disse que prefere ver o sr. Capanema combater suas idéias da tribuna, ao invés de combatê-las em colóquios privados, no claro-escuro das conversas onde não se percebe bem onde a mão do deputado se transforma na mão do líder” (Castello Branco, n.7, p.6).

Interessante notar certo caráter instrutivo e pedagógico que as matérias políticas parecem ter no semanário, não apenas informando sobre os acontecimentos, mas ensinando a respeito de como funcionaria a máquina pública, e quais alianças e desavenças estariam presentes neste terreno. Nesse sentido, na edição seguinte a qual destrincha os (des)caminhos da emenda de Pila, Pedro Gomes instrui a respeito de “Como nasce uma lei”: “A Gestação é Penosa, Quando o Catete não está Interessado, e em Sua Maioria os Projetos São Encerrados Como ‘Anjinhos’; só Uma Quarta Parte Vinga e, Dêsses, 85% São de Iniciativa do Executivo – Espírito Público, Interesses Pessoais, Pressão de Grupos e Outros Condimentos da Cozinha Legislativa” (Gomes, n.7, p.8). A apresentação do alto percentual de projetos do Executivo aprovados em contrapartida ao baixo número dos que provém dos deputados parece corroborar com a análise efetuada no número anterior de que o Executivo no regime Presidencialista, tal como se desenvolveu no Brasil, teria feições ditatoriais, dominando os trabalhos do Legislativo – argumento que embasaria as posições a favor do Parlamentarismo. O primeiro parágrafo da matéria não deixa dúvidas:

“Também entre as leis há diferenças de sorte. Umas, como o primo rico, são felizes desde o berço, um berço esplêndido que tem, no caso, o nome de ‘mensagem presidencial’. Outras são infelicíssimas como o primo pobre, que vive de teimoso que é. Vêm da sargeta, no caso a iniciativa individual dos congressistas, e todo o seu percurso pela ‘via crucis’ da Câmara e do Senado é uma comovente história de canseiras e amarguras. Êsse caminho espinhoso está juncado de ‘anjinhos’ legislativos, ou sejam, os projetos de lei que sucumbiram à ditadura do Executivo e lá ficaram enterrados para o todo e sempre, e sem cruces” (Gomes, n.7, p.8).

Interlúdio sobre os Partidos Políticos

Na edição número 11, o editorial, denominado “Trabalhismo”, alude à série de reportagens que Pedro Gomes estava publicando em *Comício* sobre a história dos partidos. Os editores fazem uma ressalva ao tom da matéria a respeito do PTB (publicado nesta edição), pois, para eles, a juventude de Gomes o faria idealizar o papel deste partido da base governista e de Jango para a melhora do cenário político brasileiro. Ao contrário de Gomes, os diretores parecem não acreditar na suposta potencialidade do Partido Trabalhista Brasileiro para alterar o quadro político de então e desconfiam de sua ação, que supostamente seria voltada aos interesses do trabalhador.

“Depois de escrever a história do P.S.D. e da U.D.N., nosso redator Pedro Gomes trata, hoje, do Partido Trabalhista.

Embora ainda muito jovem, Pedro Gomes é um comentarista político de estilo e pensamento maduros; mas a sua juventude transparece, às vezes, no fervor com que se apegue a qualquer fiapo de esperança, esperança de um futuro melhor e mais limpo da política brasileira.

Esperamos que ele tenha razão quando vislumbra não sabemos que tênue luz nas atividades do senhor Jango. O P.T.B. teria agora um chefe capaz de levar a sério o nome do partido e os ideais que ele traz à lembrança, como um eco do grande partido inglês. O que vemos, na prática, é um esforço para distribuir bons cargos entre os amigos. Fortalecer o partido nomeando gente sua para aqui e para ali. Isso não é, nem pode ser considerado, uma tentativa séria de governar de acordo com os possíveis princípios trabalhistas. Os lugares-chaves continuam na mão dos cavalheiros mais nitidamente antitrabalhistas, isto é, dos representantes mais evidentes, mais escrachados da exploração do homem pelo homem.

Se o senhor Jango chama para conversar os teóricos da casa, é que o partido precisa deles como uma senhora de sociedade precisa de joias – para adorno.

O resto é pilhéria. Nosso redator sabe disso – mas os moços defendem com energia as próprias ilusões. O que, por sinal, lhes fica muito bem” (*Comício*, n.11, p.3).

A série de reportagens sobre os partidos, elogiada em cartas pelos leitores (que justamente salientam seu caráter instrutivo para aqueles que cresceram sob o Estado Novo, portanto, sem democracia), se deteve sobre todas as siglas então existentes. A seguir, passarei a analisar tais textos, com o intuito de apreender as representações construídas sobre cada partido que foram veiculadas pelo semanário a partir de tal série. Assim, a imagem obtida permite vislumbrar um específico congelamento do quebra-cabeça político do período sob o prisma de *Comício*.

Já na primeira matéria, publicada na edição número nove, Gomes esclarece os objetivos da série e reafirma que seria uma análise em tese sem parcialidade, visto que nem ele nem o semanário teriam qualquer vinculação partidária. No entanto, vale destacar que, mesmo sem uma vinculação partidária formal, o semanário reconstruiu tais histórias por meio de um ponto de vista específico e localizado, portanto, não isento de julgamentos e preferências políticas, como será possível observar.

“Esta reportagem é a primeira de uma série, sobre partidos políticos nacionais. A origem, a história, o funcionamento, as virtudes e as fraquezas de cada um serão analisados com independência e sangue-frio: atributos que não faltarão a COMÍCIO, nem tampouco a quem assina estas reportagens, ambos isentos de quaisquer vinculações partidárias.

Os partidos são 12, mas as reportagens não serão tantas. É que há alguns tão miúdos, que precisaremos de meia dúzia deles para formar um inteiro. O Partido Social Democrático abre a série, por um privilégio de quantidade.

E uma advertência aos leitores: Pedro Gomes, que tem assinado tão boas reportagens políticas neste jornal, não é pseudônimo de ninguém: é Pedro Gomes mesmo” (Gomes, n.9, p.8).

As reportagens, sempre com no mínimo três páginas, além de trazerem a história dos 12 partidos então existentes, também apresentam fotos dos políticos destacados de cada sigla, com uma breve legenda biográfica e/ou que localiza as atuais atividades do membro do partido. A ideia de que Gomes apresentaria cada partido em todas as suas características é enfatizada pelo título da matéria: “Os partidos nacionais em trajes de Adão”, isto é, postos a nu pelo analista.

O primeiro analisado é o Partido Social Democrático (PSD). Gomes destaca que a legenda teria sido criada por Vargas no final do Estado Novo como parte de seu contra-golpe e seria constituída de políticos conservadores, sem um programa político que os uniria. Mais do que congregar pessoas com metas e aspirações políticas em comum, a legenda comportaria políticos interessados apenas em se perpetuar no poder, e serem, portanto, sempre situacionistas: “História de um partido que não é social, nem democrático – Co-réus e beneficiários da ditadura, ‘profiteurs’ da política e tubarões de tôdas as águas, compõem a massa gelatinosa do pessedismo governista e reacionário – Mas há um grupo saudável, formado pelos gaúchos, dutristas e outros independentes” (Gomes, n.9, p.8). A “biografia” do PSD, tal como construída por Gomes, mostra o entrelaçamento entre o surgimento de tal partido, o definhamento da ditadura varguista e o aparecimento do um movimento articulado de oposição, sob a denominação de União Democrática Nacional (UDN):

“BIOGRAFIA

Visto que ‘uma página de história vale mais do que um compêndio de lógica’, vamos à história do PSD. Uma história nada edificante, diga-se de passagem. Tudo começa em 1945: enquanto Hitler e Mussolini entregavam os pontos, esmagados pela máquina de guerra aliada, a ditadura de Vargas caía de podre, dismilinguía – por conta própria. A 22 de fevereiro daquele ano José Américo [de Almeida], depois de vacilar durante meses, concedia, afinal, por intermédio de Luis Camilo de Oliveira Neto, a entrevista-bomba planejada no ‘Diário Carioca’ (redigida pelo jornalista Carlos Lacerda) e publicada pelo ‘Correio da Manhã’, depois, também, de muita hesitação. Nenhuma reação válida do govêrno, que já não tem arrimo do exército. Os jornais vespertinos transcrevem, com estardalhaço, a

entrevista que ataca frontalmente a ditadura, reclama a constitucionalização do regime e eleições imediatas. É a revolução da imprensa, começando por renegar o DIP e os seus censores. Chovem apoios de todos os lados. O movimento de libertação ganha corpo e os políticos da resistência cuidam em organizar-se.

A 7 de abril funda-se o UDN, como uma confederação de partidos democráticos, para derrubar o ditador e repor o país na ordem constitucional. Assenta-se a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, trunfo de resistência democrática desde os primeiros dias do Estado Novo, a campanha tem início e sacode o país inteiro, os exilados da ditadura, garantidos por ‘habeas corpus’ do Supremo Tribunal, que também adere à revolução, retornam, triunfalmente, ao Brasil, e tudo faz crer estar a ditadura irremediavelmente perdida. Em maio o brigadeiro fala à imprensa, dizendo que o ditador deve transferir a chefia do governo ao presidente do Supremo Tribunal: ‘Todo o poder ao Judiciário’!

VARGAS MANOBRA

Mas, enquanto cedia terreno, Vargas planejava a estratégia do contra-golpe. Começou, ainda em fevereiro, com a lei constitucional n. 9, que salvava da ação parlamentar os princípios básicos da Carta de 37, reafirmados naquele ato, impondo à futura assembleia uma ‘capitis deminutio’, quanto aos poderes constituintes de que deveria usar. Para intrigar e dividir as forças armadas, encontra a solução numa candidatura militar, patrocinada pelo governo, para contrapor-se à do Brigadeiro.

O governador Benedito Valadares recebe a encomenda de fundar o partido oficial, o que faz com a principal colaboração do ministro da Justiça Agamemnon Magalhães, do interventor em Santa Catarina, Nereu Ramos, e mais alguns altos funcionários da ditadura. Em junho está organizado o Partido Social Democrático, ‘sociedade civil de duração ilimitada’. Os interventores são membros natos e dirigentes das respectivas seções estaduais. Tem o partido à disposição toda a máquina política e administrativa do governo. O seu candidato é o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Estado Novo” (Gomes, n.9, p.8).

O título da matéria deixa clara a subserviência do PSD em relação ao segundo governo Vargas – “P.S.D.: silencioso, obediente, cabisbaixo” – o que, claro, tem o desagrado do semanário.

Na edição seguinte, é a vez da UDN ser posta em escrutínio: “U.D.N.: Partido de Gravata e Lenço Branco”. Gomes salienta o carácter heterogêneo da UDN, que congregou movimentos com ideologias diversas, mas que tinham como ponto comum o combate à ditadura estado-novista e a luta pelo retorno do regime democrático. “E foi com êsse trabalho de verdadeira empreitada política, que os democratas de todos os graus, tendências e condições se organizaram partidariamente, em 1945, após alguns anos de conspiração frustrada” (Gomes, n.10, p.4). Quando a democracia é, enfim, reestabelecida, muitos políticos abandonam o partido para se reunirem em outras

legendas, mais afinadas com seus posicionamentos ideológicos. É o caso, por exemplo, do Partido Socialista Brasileiro:

“A designação de ‘partido’ não aparece, como única exceção do caso atual brasileiro, no rótulo udenista. É que partido, no sentido rigoroso do termo, não pretendeu ser aquele movimento nacional de combate à ditadura e ao seu grande responsável, que congregava homens de ideologias, condições econômico-sociais, métodos e aspirações políticas diferentes.

O nome de ‘União Democrática Nacional’ estava pôsto com propriedade, mas era, evidentemente, uma união informe e improvisada de valores heterogêneos, ligados, apenas, por um momentâneo objetivo comum. É por isso que hoje vamos descobrir, na relação dos fundadores da UDN, nomes como os de João Mangabeira, Artur Bernardes, Ademar de Barros, Raul Pila, Domingos Velasco, Paulo Nogueira Filho, Osório Borba, Castilho Cabral, Oscar Stevenson, Tristão da Cunha e vários outros que se divorciaram do partido logo que puderam tomar pelo caminho autônomo das suas convicções ou das suas conveniências” (Gomes, n.10, p.4).

Mesmo com a saída de vários políticos, os membros que permaneceram não teriam unidade interna. Ao contrário, Gomes mostra como a UDN estaria dividida em três alas, divisão que se refletiria, naquele momento, no impasse em relação à escolha do líder que substituiria Soares Filho. Assim, mesmo que a última Convenção do partido tenha ratificado a posição de independência frente ao governo, os membros do partido estariam divididos. Enquanto haveria um grupo “que sustenta um combate sistemático e sem tréguas ao Presidente da República que foi o mesmo ditador de 37” (Gomes, n.10, p.24), formado por Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Odilon Braga, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Afonso Arinos e Hamilton Nogueira¹¹⁵, teria outro grupo que, embora não defendesse o colaboracionismo com o governo, o faria. E entre eles estariam José Cândido, Lafaiete Coutinho, Edilberto de Castro, Dinarte Mariz. Haveria, ainda, um terceiro grupo que agiria “à base do cálculo político, aceitando uma aliança qualquer, seja com Vargas, com Ademar [de Barros], com o PSD, contanto que

¹¹⁵ Benevides (1981) afirma que esse grupo opositor do governo Vargas formava o que ficou conhecido como “Banda de Música”: “No Congresso a UDN lidera a oposição, através da brilhante ‘Banda de Música’, grupo formado pelos bacharéis (Adaauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros) que, sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e muitas vezes violenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo. A analogia com orquestra – depõe João Agripino, devia-se ao fato do grupo ‘fazer barulho, criar confusão, perturbar, obstruir e tirar o orador de sua fleuma’” (Benevides, 1981:84).

vantajosa imediata ou futuramente ao partido, já castigado por sucessivas derrotas (alguns udenistas de Minas e dos Estados do norte)¹¹⁶” (Gomes, n.10, p.24).

Já o PTB é descrito na manchete como sendo um “Trabalhismo pelo avêso”, e Gomes assegura que “sendo uma expressão de Vargas, o partido repete-lhe as contradições e a falta de sentido ideológico” (Gomes, n.11, p.14). Gomes frisa que, a começar por Vargas, todos os integrantes do suposto partido trabalhista seriam fazendeiros, donos de empresas e indústrias ou profissionais liberais bem sucedidos, de maneira que só conheceriam os problemas trabalhistas a partir do prisma patronal. Assim, o partido teria um “trabalhismo sem trabalhadores”. Enquanto o PSD seria o partido reacionário de Vargas, o PTB decorreria de seu populismo e demagogia, tendo assim, “origens quereristas¹¹⁷”. Os dois partidos seriam, segundo Gomes, as “duas asas de Vargas”¹¹⁸ utilizadas na “situação tumultuária do segundo semestre de 1945”:

“Foi numa churrascada, no subúrbio de Santa Cruz, que Vargas, ditador moribundo, em 1945, mas ainda bem esperançoso de cura, lançou as bases de um partido trabalhista brasileiro. Era o momento oportuno para colher os frutos de uma mística nutrida na demagogia de quinze anos de poder discricionário, com o vistoso pano de boca de uma legislação social, teoricamente avançada, escondendo um cenário de explorações e de miséria que representava o drama real do trabalhador brasileiro. Mas, com a ditadura responsável por opulências fáceis e criminosas, corrompendo para poder manter-se, engordando os ‘tubarões’ e mistificando as massas, ali

¹¹⁶ Benevides comprova a divisão construída por Pedro Gomes, ao mostrar o grupo oposto ao da “Banda de Música”, que se mostrava colaboracionista com o governo Vargas: “No extremo oposto da ‘Banda de Música’ atuava um grupo de parlamentares udenistas – geralmente do Nordeste – sensíveis às possibilidades de aproximação com o governo. São os ‘chapas-brancas’. Na defesa desta linha João Cleofas (UDN-Pe) aceita o Ministério da Agricultura, o que resulta em inúmeras discussões, no Diretório Nacional, sobre a conveniência de sua expulsão do partido. Prevalece, mais uma vez, a tese conciliatória, apresentada pelo paulista Waldemar Ferreira, de que se trata de ‘um udenista no governo, sem representação ou responsabilidade da UDN’ (22/4/51), Arquivo UDN). Outras tentativas de Getúlio para atrair a oposição não lograram êxito. Segundo o então vice-presidente Café Filho, as manobras de aproximação com a UDN, articuladas pelo chefe da Casa Civil Lourival Fontes, embora mal sucedidas, foram a causa da renúncia do petebista Danton Coelho do Ministério do Trabalho (Café Filho, 1966, p.308)” (Benevides, 1981:85-86).

¹¹⁷ O quererismo, organizado em meados de 1945, tinha como objetivo “a defesa da estratégia política de uma ‘Constituinte com Getúlio’, havendo em tal encaminhamento a nítida defesa de uma eleição posterior de Vargas” (Gomes, 2007b:59).

¹¹⁸ Angela de Castro Gomes (2007b) esclarece que a formação dos partidos situacionistas (PSD e PTB) no final do Estado Novo ocorreu tendo em vista a pressão da oposição exercida por meio da UDN. E, ao contrário do que muitos imaginam, Vargas não tinha planejado criar dois partidos como acabou acontecendo. “(...) a montagem da arquitetura partidária situacionista foi feita sob pressão das oposições, organizando a UDN e lançando a candidatura à presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes. (...) só em inícios de 1945 foi estabelecido que as forças ligadas a Vargas se mobilizariam em duas e não em uma única organização partidária, como se havia idealizado entre 1942-4, com o projeto União Cultural Brasileira, orientado pela experiência argentina da União Cívica Radical. O PTB, nesse sentido, ‘nasce ao mesmo tempo’ que o PSD, pois ambos resultam da frustração de um projeto de partido único de massas” (Gomes, 2007b:58).

estava o sr. Getúlio Vargas eleito protetor dos pobres e homem providencial de uma comunidade entorpecida pelas sugestões da propaganda estadonovista (D.I.P.).

Todavia o partido dos trabalhadores nada mais era que uma simples peça da estratégia de Vargas, então acuado pelo movimento nacional de libertação, que tomou corpo em 1945. A organização do P.S.D. e a candidatura militar de Dutra constituíam a parte introdutória do plano, com o objetivo de dividir as forças armadas, neutralizar a oposição e, afinal, tornar impraticável o clima sucessório, até o desfecho do novo golpe continuista” (Gomes, n.11, p.15).

Assim, o PTB comandou em 1945 a campanha queremista, tendo o apoio inclusive da ala comunista partidária de Luis Carlos Prestes, que passa a apoiar o ditador. Como reação a esse movimento, Vargas é deposto em 29 de outubro do mesmo ano e passa, então, a apoiar a candidatura de Dutra – que se consagra vitorioso na eleição de 2 de dezembro de 1945 –, cuja vitória para ele seria menos desfavorável que a do brigadeiro Eduardo Gomes, já que este simbolizaria o triunfo da oposição.

Como explicitado no editorial, Pedro Gomes aposta em um futuro promissor para o PTB, visto que não seria composto apenas por “tubarões e aproveitadores da ingenuidade das massas”, mas também por alguns homens “excelentes e de incontestável mérito intelectual” (Gomes, n.11, p.19). Gomes, acredita que tais homens, valendo-se de uma possível cisão da UDN, se juntariam com a ala mais radical e de esquerda desta legenda e, assim, seria possível que “vejamos os melhores elementos intelectuais e morais do PTB fundidos e confundidos com os mais violentos adversários atuais do sr. Getúlio Vargas, que, então, será apenas o espectro de um passado extinto e inofensivo” (Gomes, n.11, p.19).

A importância política de Vargas, quem Pedro Gomes anseia que se torne um espectro de um passado não mais relevante e influenciável, é inescapável no período assinalado. Segundo Angela de Castro Gomes (2007b), todo o sistema político que se monta com o fim da ditadura estado-novista está embasado na divisão entre getulistas e anti-getulistas:

“Findo o Estado Novo, Vargas havia se convertido na liderança nacional mais expressiva do país, a despeito das oposições que ganhavam crescente espaço, com amplo apoio da imprensa escrita. Assim, o processo de redemocratização de 1945 expressa inequivocamente sua influência. Tomando-se os três principais partidos então criados, é evidente que uma de suas diferenças mais marcantes dizia respeito ao julgamento que faziam sobre a influência do getulismo no panorama político. O PSD e o PTB se

caracterizavam como agremiações getulistas, tomando Vargas como um grande e moderno estadista, como o ‘pai dos pobres’ e o assegurado da legislação social e trabalhista, Já a UDN representava a oposição mais radical ao getulismo, considerando-o a negação da política liberal e pluralista, isto é, a encarnação do ditatorialismo. Como a literatura que trata do sistema partidário do período enfatiza, o getulismo foi o divisor de águas da nova ordem que então se estabeleceu” (Gomes, 2007b:57-58).

Na edição seguinte, a série “A História dos Partidos” tem como tema o Partido Social Progressista (PSP), definido com o título “Bolso cheio e manga arregaçada”. O texto se concentra em remontar a biografia do líder da legenda, Ademar de Barros: “‘O Brasil Precisa de um Gerente’, Diz o Chefe Populista, e Com Êle ‘Esta Droga (Que é o Nosso País) Vai Para Frente, ou se Afunda de Uma Vez’ – A História Simples do P.S.P. e a Complicada História de Ademar” (Gomes, n.12, p.8). O contexto traçado por Pedro Gomes assinala a proeminência que Ademar de Barros, antigo interventor de São Paulo por indicação do então ditador Getúlio Vargas, estaria ganhando no cenário político, se tornando, assim, um concorrente, também populista, do ex-ditador:

“Ademar virou ponta de dilema no grosso das especulações sobre o destino político do país. É escolher entre êle e Getúlio, ou então ficar à beira da posta, engolindo poeira da disputa. E para uma grande parte dos torcedores exaltados, como dos espectadores sem paixão, a vitória de Ademar parece uma ‘barbada’ olímpica, tendo em vista as más condições do seu concorrente, que mais se agravam, cada dia, com os azares da política e com o pêso dos anos” (Gomes, n.12, p.8).

Na narração de sua trajetória, Gomes salienta o populismo de Ademar, bem como a sua administração cheia de irregularidades, ao ponto de Vargas despedi-lo do cargo de interventor de São Paulo alegando “desonestidade” por parte de Ademar de Barros. Em decorrência dos atritos que manteve com membros da UDN, Ademar abandona a sigla e funda a sua própria, o Partido Republicano Progressista. Uma mudança na lei eleitoral, que exigia que cada partido tivesse o mínimo de 50 mil eleitores registrados, levou a que vários “partidos mirins” se juntassem. Foi o caso do partido de Ademar, que se uniu com o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional, formando o Partido Social Progressista (PSP). Se inicialmente as pretensões governamentais de Ademar eram encaradas quando muito como uma piada, ao fazer um acordo com os comunistas, cujo partido havia sido cassado, Ademar consegue um terço da votação do Estado e se consagra vencedor. Ao mesmo tempo, os comunistas

abrigados na legenda do PSP se elegem para o cargo de deputados federais e muitos outros para a Assembléia Legislativa de São Paulo. Tanto a UDN quanto o PSD queriam invalidar a candidatura de Ademar, tendo em vista os votos comunistas. No entanto, este consegue o apoio do então Presidente Dutra e se mantém no poder (1947-1951).

Em 1950, a candidatura de Ademar à Presidência da República “começa a intranquilizar o país” (Gomes, n.12, p.19). Ademar, no entanto, titubearia por saber que o seu vice, assim que ele saísse como candidato, desarmaria sua máquina no governo do Estado. Além disso, teria pesado o pedido feito por Vargas para que não lhe tirasse os votos de São Paulo. O acordo entre ambos, firmado em Campos do Jordão com a ajuda de Danton Coelho, teria sido nas seguintes bases:

“(...) promete Vargas entregar a São Paulo e a seu aliado os Ministérios da Fazenda e da Viação, o Banco do Brasil, algumas autarquias, etc. E promete, também, a Ademar, apoiar a sua candidatura na futura sucessão presidencial.

Café Filho é o candidato de Ademar à vice-presidência da República” (Gomes, n.12, p.19).

Passando a tratar do presente, Pedro Gomes sintetiza qual seria a postura adotada por Ademar, e que, de alguma forma, justifica a introdução de sua reportagem, segundo a qual naquele momento parecia que a disputa pelo governo do país se daria entre os dois populistas, Ademar e Getúlio:

“Hoje, tôdas as atitudes de Ademar são as de um candidato em pleno ritmo de campanha. Exagerando os seus modos populistas, está em todo canto e em tôdas as oportunidades. Com uma fortuna avaliada entre 2 a 3 milhões de contos (‘Times’), Ademar não tem tido outro trabalho senão o de procurar, cada dia, tornar mais largo e mais seguro o caminho que o levará ao Catete. Êle sabe que todo desgaste de Getúlio, em relação à massa, reverterá em seu benefício. Mas outra é a sua legenda: não a de ‘pai dos pobres’, nem a de ‘amigo dos trabalhadores’, mas a do homem dinâmico e realizador, cuja insegurança de escrúpulos se reconhece, mas que se procura relevar em nome de suas qualidades positivas. Ademar é o homem do momento, que é de desencanto e de uma atitude quase cínica em relação ao futuro do país” (Gomes, n.12, p.26).

Na edição número 13, é a vez de Gomes escrutinar o Partido Republicano (PR), centrando em sua figura de destaque: Artur Bernardes. Com o título um tanto pessimista, “PR: Jequitibá que deu cupim”, Gomes traça a história da sigla que “na

Monarquia Lutou Pela República’ e ‘na República Luta pela Democracia’” (Gomes, n.13, p.8). O autor define a figura de Bernardes, frisando a sua presença constante na política brasileira, ocupando os mais diversos cargos, e estando nas mais diversas situações:

“Artur Bernardes está presente, com maior ou menor intensidade, em quase meio século de política republicana. Com os seus 77 anos rijos, parece uma cópia humana do jequitibá, marca de longevidade e fortaleza, que figura nos símbolos do PR. De conselheiro municipal, em Viçosa, a Presidente da República, passando por tôdas as Câmaras e pelo govêrno de Minas, o velho Bernardes que hoje é, apenas, e por fôrça de arranjos, um terceiro suplente de deputado em exercício, percorreu a escala inteira dos poderes e posições de uma atribulada carreira política. Outras vezes, atirado ao chão da política, ignorado no ostracismo, derrotado, coberto de injúrias, traído, prêso, exilado, experimentou, também, todos os reveses da luta” (Gomes, n.13, p.8).

Sobre o papel do PR naquele momento, Gomes afirma que, mesmo sendo pequeno e tendo apenas 12 deputados e 5 senadores eleitos, o partido não conseguiria ter unidade e coerência, tanto de sentido quanto de ação política. E, embora seus líderes sustentem e, em momentos de Convenções, o partido se coloque como independente em relação ao governo Vargas, sendo que de fato alguns elementos fariam “oposição de verdade”, outra parcela seria “nitidamente governista, onde se tem procurado incluir o próprio Bernardes, ainda o líder republicano se tenha colocado, por várias vezes, em posição frontalmente contrária a Vargas, como no caso do projeto da ‘Petrobrás’, que êle denuncia ter sido elaborado pelos trustes” (Gomes, n.13, p.19). O futuro do PR, segundo Gomes, estaria fortemente atrelado ao de Bernardes, conexão que explicitaria o anacronismo da legenda:

“O PR tem sido definido como uma expressão do sr. Artur Bernardes. Embora o prestígio do líder esteja, hoje, bem limitado, acredita-se que só êle, que tem quase a idade do PR poderá manter a sobrevivência do partido, com todo o seu sentido de fidelidade ao passado e á tradição. Na verdade o Partido Republicano, com o sentido que lhe empresta Bernardes, é um anacronismo. A sua marca de reacionarismo é indisfarçável. A própria linha nacionalista do velho líder, que vem sendo acusado, até, de cripto-comunista, é explicada por muitos como pura xenofobia, o que se adapta muito bem no quadro das tendências reacionárias” (Gomes, n.13, p.19).

A série não é publicada na edição 14, reaparecendo no número seguinte. Desta vez, como o título revela, são analisados “Os asteróides: PST, PTN, PRP, PDC e PRT”.

O texto centra-se nos pequenos partidos, que, segundo Pedro Gomes, seriam diminutos não apenas em quantidade, mas também em qualidade, comandados por “caciques mirins”. O subtítulo da matéria define o tema tratado: “Integralismo, Vitorinismo, Borghismo e Outros Ismos de Segunda Categoria – Partidos Pequenos Por Fora e Por Dentro – Os Caciques Mirins e a Sua História” (Gomes, n.15, p.8).

O jornalista salienta a falta de conteúdo ideológico e político de tais partidos, que estariam subjugados a oportunismos insignificantes de seus líderes e mentores. O mesmo não se daria com outras duas pequenas legendas, o Partido Libertador (PL) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) que, embora “pequenos por fora”, seria “grandes por dentro”, possuindo ambos um “sentido de grandeza política” que faltaria a esses cinco partidos tratados na presente matéria:

“Há partidos que são pequenos por fora e por dentro. Essa insignificância de quantidade e qualidade resulta, por vezes, da falta absoluta de sentido ideológico combinada com uma falta quase idem de substância política, e que transforma os partidos mirins em clubes eleitorais de caciquismo extraviado, com miúdas finalidades oportunísticas. Outras vezes essa substância ideológica aparece sob formas capciosas ou superadas, com os mesmos resultados de atrofia partidária.

(...) Os dois [partidos] que restam, o Partido Libertador e o Partido Socialista Brasileiro não poderiam entrar, sem grave injustiça e desrespeito, na liquidação que aqui vai. Eles pertencem à classe dos partidos que são pequenos por fora, mas grandes por dentro, pelo seu teor ideológico, pelo sentido superior de sua luta, pela sinceridade dos seus objetivos, pela excelência de sua gente, enfim, por um sentido de grandeza política que só não encontra apoio na tabuada fria dos índices eleitorais” (Gomes, n.15, p.8).

Tanto o PL quanto o PSB não teriam o caciquismo, presente nos outros cinco pequenos partidos. O Partido Social Trabalhista (PST) seria o do senador Vitoriano Freire, que seria “dutrista”. No entanto, com o início do governo Vargas, o partido se alinha ao bloco parlamentar governista, mesmo sem ter sido cooptado ou convidado. Freire, no entanto, de vez em quando fazia defesas ao ex-presidente no Senado. Quanto ao futuro do partido, Pedro Gomes é categórico: o seu “fim próximo se pode prever, assim tão seguro como se pode prever o apodrecimento do que já está morto” (Gomes, n.15, p.9).

Já o Partido Trabalhista Nacional (PTN) teria mudado de cacique: inicialmente pertencente a Hugo Borghi, passa depois a ser o partido do deputado Emílio Carlos,

“mistura sória de inteligência, sagacidade, improvisação e aventura, com as vantagens de uma mocidade atlética e folgazã e uma boa fala de locutor radiofônico que tem valido, certamente, uma grande porção de seu sucesso eleitoral” (Gomes, n.15, p.9). Segundo o autor da matéria, Carlos, naquele período presidente e líder do partido, se esforçaria em demonstrar e, até, a acreditar, que o PTN não seria uma ficção.

O Partido da Representação Popular (PRP) congregaria a antiga Ação Integralista Brasileira, movimento que, antes poderoso e expressivo em número de membros durante o Estado Novo, teria se tornado minguado com o fim da ditadura e o retorno da democracia. Assim, o PRP seria “uma miúda e frouxa reencarnação da extinta Ação Integralista Brasileira, onde outrora militaram 600 mil plinianos garbosos e seguros do triunfo fascista no Brasil de [19]37” (Gomes, n.15, p.19).

Segundo o jornalista, o que haveria de mais interessante no Partido Democrata Cristão (PDC) seria o seu fundador e líder, o monsenhor Arruda Câmara, que teria uma inteligência brilhante e uma atuação parlamentar veemente. O Partido em si, no entanto, é tido como uma frustração, ou, ainda mais, como uma farsa “em nome dos bons propósitos, das boas intenções dos fundadores do partido” (Gomes, n.15, p.30).

O último “asteróide” é o Partido Republicano Trabalhista (PRT) que seria uma das “grandes extravagâncias” do “banzé partidário” brasileiro, criado por Hugo Borghi para dar uma legenda aos comunistas e assim estes o apoiariam em sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo.

Fica clara, nesta matéria, a desaprovação de todos os partidos “asteróides”, bem como dos líderes que os compunham.

“PSB: Socialismo e Liberdade” é o nome da matéria de Pedro Gomes sobre o Partido Socialista Brasileiro. Trazendo as fotos de João Mangabeira, Osório Borba, Domingos Velasco, e Orlando Dantas, Gomes esclarece que, neste texto, mais do que recontar a história do PSB, que seria “simples e límpida”, busca entender o que explicaria o fracasso eleitoral do partido, tendo em vista que os ideais socialistas, naquele momento, estariam caminhando em uma “marcha triunfal” no mundo todo.

“Esta reportagem pretende fazer menos a história de um partido do que a análise, em termos jornalísticos, de um problema. A história do Partido Socialista Brasileiro, ex-Esquerda Democrática, é simples e límpida, nos seus poucos anos de existência. O problema partidário, porém, é de uma seriedade que reclama o exame aprofundado de quantos se interessam pela sorte do socialismo no Brasil.

O caso é este: como se explica a atrofia do Partido Socialista Brasileiro, quando os ideais socialistas estão, hoje, em plena marcha triunfal, dominando a maioria dos espíritos, inspirando a legislação e os governos, instaurando, enfim, o seu primado em todo o mundo? Como se explica, para falar do caso concreto, que nas eleições de 1950, em que concorreram 14 partidos, tenha sido o PSB um dos últimos votados (...)? E como achar sentido para a votação irrisória do candidato socialista à presidência da República (menos de dez mil votos num total de quase oito milhões), um homem de envergadura política, intelectual e moral do Sr. João Mangabeira, respeitado e admirado por toda a nação? Por que, afinal de contas, não se tem levado a sério o Partido Socialista Brasileiro, quando todos reconhecem a exatidão da sua linha doutrinária e programática, os méritos de sua gente e a sinceridade dos objetivos partidários?¹¹⁹ (Gomes, n.16, p.8).

Pedro Gomes, que se mostra preocupado com o destino do socialismo brasileiro, ao elencar os nomes das pessoas que assinaram o “Manifesto da Esquerda Democrática” em 25 de agosto de 1945, distinguindo-se, assim, da UDN (embora apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes), cita Rubem Braga e Joel Silveira. Tal informação evidencia, portanto, a proximidade de dois dos diretores do semanário com o movimento socialista de então, enquanto o outro diretor, Rafael Corrêa de Oliveira, como mostrado na discussão acerca da aliança entre a UDN e os integralistas, se posiciona a favor do partido de Eduardo Gomes.

O autor da matéria transcreve parte do “Manifesto da Esquerda Democrática”, no qual é possível aprender os objetivos e posicionamentos políticos do movimento que foi o sustentáculo para a emergência do PSB. Assim, seu objetivo político seria o de “conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições: defende um programa de reforma econômica inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isto como

¹¹⁹ A respeito de seus objetivos partidários, Alexandre Hecker (2007) assegura que “diversos modelos socialistas/nacionalistas passaram a disputar o estreito cenário político das propostas democráticas mais radicais. A Esquerda Democrática, fundada em 1945, e renomeada Partido Socialista Brasileiro, em 1947, desempenhou um papel criativo e inovador na condução daquela diáde. Para os socialistas, era clara a defesa do nacionalismo como forma de superação dos limites socioeconômicos da democracia tal qual se apresentava no Brasil” (Hecker, 2007:24). Mais precisamente, o PSB tinha como meta “mudar o Brasil pela via da democracia, rompendo o atraso sem violência, optando pela reforma. Promover o interesse coletivo em associação com o capital nacional. Eis aí a metodologia socialista nascida do momento diferente e criativo da luta pela conquista de direitos sociais para mais amplas faixas das populações, constituído pelo fim da Segunda Grande Guerra” (Hecker, 2007:48).

expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático” (Gomes, n.16, p.8).

Como se percebe, a democracia é um valor caro a esse grupo socialista e seria por meio da vontade da maioria que as reformas econômicas se dariam. Em abril de 1946 a “Esquerda Democrática” torna-se um partido, tendo em sua presidência João Mangabeira e, em 1947, transforma-se em Partido Socialista Brasileiro. Gomes lembra que o PSB foi o primeiro, quiçá o único, partido a incluir em seu programa o monopólio estatal do petróleo. É evidente a proximidade do semanário em relação ao PSB, pois ambos advogam a favor da democracia, que é apresentada como condição e meio indispensável para as reformas sociais e, ao mesmo tempo, lutam a favor do monopólio estatal do petróleo.

Em decorrência da aliança da UDN com os integralistas, o PSB, nas eleições de 1950, lança João Mangabeira como candidato à presidência da República, como forma de protesto. Os poucos votos que Mangabeira recebeu mostram que o resultado de tal tentativa foi “melancólico”.

Elencando as causas do insucesso eleitoral do partido, que ocorreu também no caso dos cargos legislativos, Pedro Gomes cita as especulações feitas pelos próprios membros da legenda. Entre elas, estariam o isolamento da sigla e o fato de que esta não teria ainda deixado de ser “um núcleo do pequenos caudilhos”, como sustenta Velasco. No entanto, a opinião majoritária é de que o eleitorado brasileiro seria politicamente imaturo e não conseguiria ainda entender o programa socialista, nem discernir quem estaria a favor ou contra seus interesses. Faltaria, também, uma figura de liderança, como o seriam Vargas e Prestes, e maior difusão da doutrina do partido, visto que não possuiriam jornais (“O Popular”, de Francisco Mangabeira e Velasco, não seria oficialmente pertencente ao partido). O eleitorado também é acusado de manter uma postura de votar nos grandes partidos. Além disso, não haveria uma tradição socialista no Brasil, visto que as lutas operárias foram, inicialmente, anarquistas e, posteriormente, comunistas.

Apesar disso, os depoimentos dos líderes do partido revelam uma aposta de que o PSB pudesse ocupar uma posição de destaque no cenário político nacional, por meio de uma suposição de que “a *crise moral reinante no país* – corrupção, demagogia, confusão, imaturidade – *pode declinar* e parte da massa poderá vir para o partido, que todos reconhecem ser o melhor programa” (Gomes, n.16, p.19, grifos meus). O declínio da “crise moral” é associado com o fim do governo Vargas.

Fica clara a valorização do PSB por parte do jornalista, que não apenas teria o melhor programa, como também uma linha doutrinária e programática reta, formado por quadros partidários com notórios méritos e sinceros em seus objetivos. Em um partido com tantas e raras qualidades (e, nesse caso, a forma como Gomes narra a história dos outros partidos permite um contraste evidente), restaria saber o porquê de sua pouca popularidade. A reversão de tal quadro desolador parece se encerrar no esclarecimento do povo que, tendo em vista a “crise moral” do Brasil, perceberá o melhor caminho. O povo, portanto, tem papel de destaque para reverter o cenário político desenhado por Pedro Gomes e, não a toa, o semanário publicou inúmeras matérias com o intuito de desvendar a sua vida. Como será discutido no próximo capítulo, ao mostrar a falta de respaldo do “Pai dos Pobres” em relação ao seu eleitorado, *Comício* estaria corroborando justamente para evidenciar a “crise moral reinante”.

O partido que fecha a série é o Partido Libertador, cuja matéria é intitulada “PL – 100 anos de parlamentarismo”. O texto busca mostrar a origem e a história do PL, que seria a sigla de maior tradição política do país:

“O Partido Libertador é a maior tradição política do Brasil. Fecha com chave de ouro, portanto, esta série de reportagens sôbre os partidos políticos nacionais. O atual P.R., do Sr. Artur Bernardes, se pudesse, realmente, ser filiado ao P.R. da propaganda republicana, dataria da Convenção de Itu, em 1872. Todavia o P.L., do Sr. Raul Pila, tem história mais antiga, e mais identidade na sua história. O Congresso de Pôrto Alegre, em 1947, que adotou o sistema parlamentar ortodoxo, preconizado por Silveira Martins no Império e, depois, na República, reatou o fio político da existência do Partido Libertador. Que é hoje, sob essa denominação, o Partido Federalista de 1892, assim como êste era o Partido Liberal de 1861. Dentro de nove anos, pois, dessa unidade restaurada, o P.L. comemorará o seu centenário” (Gomes, n.17, p.8).

Segundo o jornalista, o PL apoiou a UDN tanto no pleito de 1945 quanto no de 1950, e Raul Pila foi uma das figuras de destaque do movimento de libertação nacional. Quanto ao futuro da legenda, Gomes sustenta que, tendo em vista o seu tamanho diminuto, o PL não resistiria à pressão exercida pelos partidos maiores e acabaria por desaparecer. No entanto, como o autor apresenta como certa a aprovação do parlamentarismo (bem como o semanário, como vimos) – que seria a grande bandeira política da sigla –, seu desaparecimento não seria melancólico: “Com a vitória do parlamentarismo à vista, os libertadores poderão sair da cena política com a sensação confortadora de que cumpriram com fidelidade e com grandeza o seu desempenho. E

farão honra a Gaspar da Silveira Martins, o primeiro chefe e o grande patrono” (Gomes, n.17, p.22).

A série sobre a história dos partidos políticos, escrita toda por Pedro Gomes, constrói, ao longo das matérias, diferentes apreciações acerca das legendas. E, ao fazê-lo, permite que os leitores do semanário, não acostumados com jogo democrático depois de anos de ditadura varguista, se informem a respeito do sistema partidário então em vias de consolidação. Ao mesmo tempo, tal série expõe as preferências políticas de *Comício*, não necessariamente homogêneas ou estanques. De um lado, temos um rechaçamento em relação aos dois partidos da base governista e que seriam frutos do esforço do “ex-ditador”. O PSD é visto como amorfo, produto da própria máquina estatal, sendo por isso conduzido pelos antigos interventores estaduais do Estado Novo. Já o PTB, seria composto por um “trabalhismo sem trabalhadores”, o que resulta em um partido formado pelas elites patronais que não entenderiam de fato as demandas do povo. Mais do que interesse real em transformações sociais, estaria operando o populismo de Vargas. Também populista seria o partido PSP, cujo sentido estaria encerrado na figura de Ademar de Barros, naquele momento visto como o possível adversário político de Vargas na próxima eleição presidencial. Já os “asteróides” PST, PTN, PRP, PDC e PRT são entendidos como pequenos por dentro e por fora, sem substrato político-ideológico que os justifique, conduzidos por “caciques” interessados em cargos e não em programas políticos.

Os quatro partidos restantes, UDN, PL, PR e PSB são apresentados de maneira mais elogiosa. No entanto, mesmo entre estes encontramos certos matizes. Assim, o nacionalismo do PR, que de algum modo aproximava a legenda das demais (inclusive na questão do petróleo), seria acima de tudo fruto da xenofobia de seu líder Artur Bernardes. O semanário compartilhava com o PL, a bandeira política a favor do parlamentarismo, que seria uma forma de barrar o autoritarismo que o presidencialismo encerraria. Muito provavelmente, os anos de Estado Novo poderiam ser o “estímulo” para a tomada dessa posição política por parte dos três diretores. No entanto, na matéria acerca do partido, Pedro Gomes deixa claro que este, uma vez aprovada sua proposta, perderia a razão de ser. Desse modo, a legenda não propiciaria propostas e contribuições outras e futuras para o país.

Resta, assim, a UDN e o PSB. A primeira é apresentada de modo a, de um lado, tornar patente o papel central da legenda como congregação de forças que lutaram pelo fim do Estado Novo. No entanto, justamente pelo papel desempenhado, a UDN seria

uma agremiação mais de ideais que de idéias e encerraria uma heterogeneidade inescapável de posições e propostas. Desse modo, o PSB, um partido que seria pequeno por fora, mas grande por dentro, parece ser apresentado como a legenda mais politicamente consistente e com quadros mais bem preparados, o que contrastaria com seu fracasso eleitoral. No entanto, vale notar que mesmo em relação ao partido socialista brasileiro, a matéria de Pedro Gomes vale-se de uma declaração do próprio Domingos Velasco para assegurar que a legenda ainda seria dominada por “caudilhos”.

Assim, se o discurso de *Comício* valorizava seu suposto apartidarismo, talvez tal postura se explique tanto pelo fato de seus diretores não possuírem o mesmo alinhamento político-partidário – Rafael Corrêa de Oliveira tendo pertencido aos quadros do Partido Libertador (PL) e da União Democrática Nacional (UDN) e Rubem Braga e Joel Silveira tendo fundado o Partido Socialista Brasileiro – quanto pelo fato do semanário não defender clara e oficialmente um determinado partido, mas sim ideais que, naquele período, eram comungados e defendidos por espectros políticos distintos, mas momentaneamente próximos. Entre esses ideais, além do claro anti-getulismo e, muitas vezes, em decorrência deste, estão o parlamentarismo, a democracia, o monopólio estatal do petróleo, a liberdade de imprensa e outras bandeiras, como veremos.

Retorno aos Editoriais

Na edição 12, o editorial comenta a respeito da vida e morte de Eva Perón. Ainda na página 3, foi publicada uma reportagem, sem assinatura, intitulada “Maria Eva Duarte Perón – Sua História de Aventura, Esplendor e Sofrimento”. Tanto o editorial quanto a reportagem têm como objetivo assinalar a intensidade da trajetória de Eva Perón, mostrando os inúmeros papéis que ela desempenhou durante sua vida, vida esta intimamente imbricada com a história recente do poder na Argentina.

“A MORTA

Num caixão de cedro, com incrustações de prata, e forrado de cobre, descansa Eva Maria Duarte de Perón.

Não é êste o momento de perguntar o que ela fêz de bom ou de mau nêste mundo. Deus, e a História, que a julguem.

Não pensamos na ‘Chefe Espiritual da Nação’, na leitora de Plutarco, nem na sensacional figura política que o mundo inteiro discutiu. Acima de tudo o que impressiona é o seu destino de mulher, destino que

elevou uma criatura humilde ao fausto e ao poder, e fêz de tôdas as suas desilusões um grande amor, para, no momento da suprema exaltação, feri-la da maneira mais dolorosa e cruel.

Foi êsse longo sofrimento, e a morte, que apagaram de sua vida qualquer acorde de operata para lhe dar a grandeza severa de uma tragédia grega.

Essa pobre cristã Evita foi tratada por um Deus maravilhoso e terrível do Velho Testamento. Ela pode dormir em paz. Ela viveu” (*Comício*, n.12, p.3, grifos meus).

O editorial denota admiração e compaixão para com Eva Perón, algo surpreendente frente ao fato dela ter sido a primeira-dama de um regime populista, não muito distante do de Vargas que o semanário tanto combate. Para entender esse paradoxo, vale a pena voltarmos à edição 2, na qual Rafael Corrêa de Oliveira, em sua seção, publicou um texto chamado “Eva Perón e os monstros”. O autor diz que não seria nem necessário frisar que é contra a ditadura de Perón, que para ele não seria mais que uma “cópia” do governo que Vargas instaurou a partir de 1937. No entanto, Oliveira se mostra chocado com a forma com que a revista *O Cruzeiro* tratou da enfermidade de Eva Perón, comparando a revista inclusive às hienas: “No assalto à degradação física de Eva Perón existe, apenas, um bracejar de canibais...” (Oliveira, n.2, p.5). Parece então que acima dos embates políticos que distanciaria o semanário de Eva Perón, está a compaixão pela morta e uma postura de não julgamento em relação a seus atos, visto que isto caberia a Deus e à História.

O editorial da edição número 13 discute a questão do inquérito do Banco do Brasil. Vargas teria acusado o governo anterior, de Dutra, de ter cometido corrupção, retirando uma grande soma de dinheiro do Banco do Brasil. Os parlamentares, no entanto, não pareciam estar dispostos a divulgar e, assim, tornar público os envolvidos na utilização indevida dos recursos públicos. *Comício* se mostra veementemente contra esse silêncio, pois o povo teria o direito de saber os nomes daqueles que o prejudicaram. E, por isso, os diretores do semanário provocam os parlamentares, se dispondo a publicar o relatório da comissão de inquérito, desde que os interessados em publicar arquem com os custos financeiros.

“NÓS PUBLICAMOS!

O Sr. Nereu Ramos não deixou que o ‘Diário do Congresso’ publicasse o relatório da comissão de inquérito do Banco do Brasil. Nosso cronista da Câmara comenta o caso a seu modo.

Nós não queremos fazer comentários; desejamos apenas declarar que as colunas desta revista estão à disposição dos interessados para a publicação integral do relatório. Não desejamos ter nenhum lucro; apenas apelamos para os interessados no sentido de que cubram as despesas. O que não deve ser coisa de arruinar pessoas tão altamente acusadas. O Dr. Getúlio Vargas, que foi quem deu o ‘furo’ número 1, quebrando todos os sigilos para dizer que havia roubalheira grossa no Banco do Brasil, pode entrar com a metade da despesa. Os acusados que se julguem inocentes podem fazer uma ‘vaquinha’ cívica para cobrir o restante.

Porque a coisa é está: se há tanta gente tão interessada em publicar o inquérito, por que não o publicam? Acaso o Sr. José Bonifácio se negará a fornecer uma cópia? Não acreditamos. Nós estamos dispostos a entrar com a responsabilidade da publicação. Acreditamos que acima das jeitosas observações do Sr. Nereu sobre etiquetas entre os poderes da República, acima de tenebrosos sigilos bancário em que ninguém acredita, está o direito do povo de saber as coisas. Se o Presidente da República diz que houve uma roubalheira de bilhões, e promete apontar e castigar os acusados, e não o faz; e o Congresso também arruma subterfúgios para deixar de publicar o inquérito – com que cara fica o povo?

A vergonha dêsse segredo é, na verdade, muito grande. O Executivo e o Legislativo estão se afundando na pior das covardias; estão permitindo que o povo apenas saiba que foi roubado e que não tem sequer o direito de saber por quem. Pois bem: nós topamos êsse folhetim, seja qual fôr o seu tamanho. Nosso problema é exclusivamente o dinheiro. E dinheiro, Santo Deus, é o que não deve faltar a essa gente. Embora lhes falte, e muito, outra coisa...” (*Comício*, n.13, p.3).

Em uma nota publicada na edição 19 logo abaixo do editorial, o semanário informa que nada teria ocorrido em relação ao escândalo do inquérito do Banco do Brasil. O Relatório não teria sido até então divulgado e o povo já teria esquecido o assunto, preocupado com algum desastre qualquer de “lotação”: “Os implicados no inquérito não estão na rua da amargura, como chegou a esperar aquela gente de boa-fé. Com alguns discursos na Câmara, reproduzidos nos jornais a 90 cruzeiros por centímetros os réus passaram a heróis, heróis caluniados. O Inquérito passou a ser um amontoado de torpezas, assacadas contra homens dignos ilustres patriotas” (*Comício*, n.19, p.3).

Como salienta Benevides, “as denúncias contra o Banco do Brasil visavam supostas irregularidades em torno da concessão de créditos e licenciamento para importações” (Benevides, 1981:85). Embora *Comício*, naquele momento, denuncie a falta de ação em relação ao escândalo do Banco do Brasil, a UDN teve uma ação vigorosa em relação ao caso, sendo que “José Bonifácio, Aliomar Baleeiro e outros udenistas chegaram a adquirir ações do Banco do Brasil para comparecer as assembléias

gerais a fim de tentar impugnar as contas do Banco do Brasil e criar dificuldades para o governo” (Benevides, 1981:85).

Nos editoriais 14 e 17, a temática gira em torno de uma festa realizada na França com dinheiro público brasileiro que contou com a presença da mulher e filha de Vargas. A imprensa tratou o fato como sendo um escândalo, visto que a alta sociedade estaria gastando dinheiro público no exterior enquanto que o povo passava por necessidades. E editorial também revela o que teria sido o motivo da festa:

“A FESTA

Publicamos hoje uma carta de Paris, contando como foram as festas do grupo de brasileiros que ali apareceu. O missivista, que é brasileiro mas não é do Rio, narra as coisas sem muita precisão, mas sua carta tem o valor de um depoimento espontâneo e despreocupado, de quem apenas está escrevendo a um amigo.

Está claro que não nos interessaria de modo algum essa carta se a famosa festa não se tivesse tornado, por vários motivos, um assunto de debate político. COMÍCIO não é contra nenhuma festa e, de modo geral, faz votos para que todos se divirtam. Acontece, entretanto, que se fêz, em tórno dessa brincadeira (caríssima) uma grande publicidade; fez-se, mesmo, a brincadeira, por motivo ou com pretexto de publicidade. E publicidade dirigida para o Brasil – pois na França ninguém usa nem usará tecidos brasileiros; sabe-se que mais de uma vez, por ocasião dos entendimentos para acordos comerciais, nossos representantes tentaram incluir tecidos na lista das mercadorias que devíamos vender à França, sem qualquer resultado. E o govêrno francês não irá mudar a orientação de sua política econômica por causa de uma festa.

O que há de melancólico nessa história é que essa publicidade é baseada principalmente na presença da espôsa e da filha do Presidente da República. Isso nos parece um terrível mau gôsto, no momento em que a situação do povo no Brasil é das mais amargas e difíceis. Como receberão os operários e as operárias têxteis, por exemplo, a notícia dessa festança na França, custeada com seu suor, assistida pela senhora e pela filha do Pai dos Pobres? Uma das convidadas, brasileira, vestia-se de dama da côrte de Maria Antonieta. Há brincadeiras que, ainda que feitas com inocência, acabam por parecer um tanto fortes.

E tudo isso em pleno escândalo do inquérito do Banco do Brasil... O Velho Mangabeira deve ter razão quando diz que o govêrno está criando um clima de revolução. Apenas duvidamos que o Sr. Vargas lucre muito com isso” (*Comício*, n.14, p.3).

O editorial alude à entrevista com Otávio Mangabeira (ex-presidente da UDN e “membro nato dos quadros dirigentes do partido” (Gomes, n.14, p.5)) realizada por Pedro Gomes e publicada também na edição 14, única chamada de capa. O título e as frases do entrevistado que foram realçadas na primeira página da matéria resumem seu

conteúdo: “Mangabeira: ‘Ou o Brasil Reage ou apodrece de vez’”, “‘Essa ‘chantage’ política, o inquérito do Banco do Brasil, é um insulto à massa atolada na miséria’”, “Caminhamos para a democracia dos negociatas”, “Todo o nosso sistema democrático precisa ser reformado – mas com Vargas não”, “Mangabeira fala sobre Dutra, o Brigadeiro, a U.D.N., o Parlamentarismo, o dilema Getúlio X Ademar, e as eleições norte-americanas” (Gomes, n.14, p.3). Os temas candentes do período são discutidos por Mangabeira, que reitera o anti-getulismo. Tanto o editorial quanto a entrevista de Mangabeira aludem à miséria na qual estaria o povo brasileiro, o que tornaria a festa em Paris ainda mais insultuosa. A carta, contando sobre a festa, foi publicada também na edição 14. Trata-se de uma “carta particular dirigida a um amigo do jornal, que a trouxe até nós por curiosidade” (*Comício*, n.14, p.30).

Na edição 17, o editorial “Explicação” traz a justificativa que Assis Chateaubriand (um dos participantes) teria apresentado sobre a festa. Os diretores de *Comício* tratam com ironia a idéia de que a festa teria sido realizada em prol da lavoura nacional:

“(…) Havia muito mistério em torno da famosa festa do Castelo de Coberville. E estranhezas. Por que – perguntava-se – numa situação periclitante como esta, acabados os 200 milhões de dólares que o General Dutra nos legou, e estando o país ‘curto’ nas praças estrangeiras em cerca de 700 milhões. – por que o Banco do Brasil concede divisas para uma alegre e ilustre comitiva que vai dançar o samba em Paris? E por que – indagavam os homens de má-vontade e de má-fé – vão nessa farândola a espôsa e a filha do Presidente da República?

O nosso prezado confrade, Dr. Assis Chateaubriand, acaba de explicar tudo no Senado. Devemos confessar, com certa vergonha, que não lemos a íntegra do discurso do idoso porém vibrante senador pela Paraíba. Para falar com toda a franqueza, lemos apenas o título do autorizado noticiário de ‘O Jornal’. E ali se explica tudo, a começar pela concessão de divisas, a acabar na presença de Dona Alzira – e não é preciso explicar mais, uma vez que é normal, e estimável, que a mãe acompanhe a filha ao baile.

Para os que se recordam da brilhante atuação de D. Alzira, nos salões de Quitandinha, a favor do homem rural, isto chega. Vejam o título: ‘Com finalidade essencialmente agrária a Festa do Algodão Seridó, realizada em Coberville’.

E viva a Pátria – e a lavoura” (*Comício*, n.17, p.3).

Em seu livro de memórias, Samuel Wainer recupera esse evento. Segundo ele, tratava-se de uma armadilha montada por Chateaubriand para ridicularizar o presidente. Wainer, sabendo disso, tentou adverti-lo para que este impedisse a participação de sua

mulher e filha na festa. O excerto, embora longo, auxilia-nos a apreender a proximidade que o dono de *Última Hora* mantinha com o presidente da República:

“Sempre que julgava necessário, eu agia como se pertencesse à família Vargas. Foi assim, por exemplo, quando tentei impedir que dona Darcy e Alzirinha comparecessem a uma festa oferecida pelo costureiro Jacques Fath no Castelo de Coberville, em Paris. O pretexto para a festa seria a apresentação de uma coleção de Jacques Fath em tecidos Bangu. Mas eu conhecia os usos e costumes de Paris, e sabia até onde podia chegar um evento desse gênero. Eram festas com alto grau de permissividade, e pressenti que não seria recomendável a presença de parentes do presidente da República. (...) O problema é que a idéia partira de Assis Chateaubriand, o velho inimigo de Vargas, que vislumbrava no evento uma ótima oportunidade para ridicularizar o presidente da República. Jacques Fath chegou ao requinte, sempre em parceria com Chateaubriand, de articular a ida a Paris de um avião especialmente fretado para a festa, que deslocou do Rio de Janeiro lotado de colunáveis. Entre os convidados de honra figuravam a mulher e a filha de Getúlio, que já estavam na França. Fui informado de que Carlos Lacerda destacara repórteres e fotógrafos para cobrir a noitada e transformá-la em escândalo. Getúlio precisava saber disso. (...) Expliquei-lhe que a primeira dama não só iria a Corbeville como, também, presidiria o evento. A mulher e a filha de Vargas estavam em Paris há um mês, e ele imaginava que se tratava de uma simples viagem de férias. Pediu-me detalhes do que se preparava em Corbeville. Conte-lhe o que costumava ocorrer nessas noitadas. Como se tratava de uma festa a fantasia, exemplifiquei, não era improvável que aparecessem nos jornais fotos da primeira dama do Brasil ao lado de Jacques Fath vestido de fauno. Seria um excelente pretexto para Lacerda afirmar que, enquanto o país vivia às voltas com dificuldades econômicas graves, a família presidencial se divertia em bacanais parisienses. Inquieto, irritado, Getúlio determinou que eu localizasse Alzirinha em Paris e transmitisse suas ordens: ela e a mãe não deveriam ir à festa. (...) A princípio, Alzirinha respondeu que, diante das ordens do pai, desistiria de comparecer à festa em Corbeville, mas avisou que dificilmente convenceria dona Darcy a fazer o mesmo. Depois, ela decidiu que também iriam porque não pretendia deixar a mãe sozinha em Corbeville. Voltei a Getúlio e relatei-lhe a conversa que tivera com Alzirinha. Ele reagiu com um sonoro palavrão – não sei se endereçado à mulher e à filha, que haviam resolvido desobedecê-lo, ou a Assis Chateaubriand, que decidira infernizá-lhe a vida. Infelizmente, minhas previsões se confirmaram. Dois dias depois, quando chegaram as fotos de Paris, Lacerda publicou-as com enorme destaque, dedicou quatro páginas à festa de Jacques Fath e batizou-a de ‘A bacanal de Corbeville’. Getúlio determinou a dona Darcy e Alzirinha que ficassem mais algumas semanas na Europa, até que a celeuma provocada por Lacerda amainasse. Mas a família do presidente fora duramente atingida no plano moral” (Wainer, 1988:172-174).

Pelo conteúdo dos textos de *Comício*, é possível apreender que não apenas Lacerda criticou veementemente a participação da família presidencial na festa, mas também o semanário. Não lacerdistas, como é o caso dos diretores de *Comício*, também censuraram o evento e o justificavam tendo em vista as condições econômicas desfavoráveis que o Brasil atravessaria e, atrelada a ela, a miséria de grande parte da população.

O editorial de número 15 trata justamente da situação econômica do país, mostrando como o processo de deflação prejudicaria acima de tudo o povo, que aqui aparece explicitamente como sinônimo de pobre. O texto também faz alusão à crônica de Braga publicada na mesma edição, que será explorada a seguir:

“DEFLAÇÃO

Um dos nossos diretores, em crônica publicada neste número, aproxima o caso Felipeta do caso Láfer. Leia lá para o fim da revista quem quiser entender. Aqui preferimos falar de um estabelecimento de crédito com o qual até o momento (infelizmente) este semanário não fez nenhum negócio, embora estejamos dispostos a examinar com atenção, e desde que tenhamos algum tempo disponível, qualquer proposta que dêe nos venha.

Queremos falar do Banco do Brasil, talvez na modesta esperança de que o nome dêe jornal apareça no inquérito que a futura administração certamente mandará fazer para apurar as possíveis irregularidades da atual. A atual política de deflação do crédito é certamente responsável pelas ‘felipetadas’ que rebentam por aí, e pela orgia de juros da agiotagem. Mas o que ninguém parece levar em conta é que esses juros desmedidos são pagos, em última análise, pelo povo. O industrial, o comerciante ou lavrador em apertos, que bate inútilmente à porta de todos os bancos à cata de um empréstimo a juros legais (já muito altos em nosso país) e acaba nas mãos da usura, é levado, infalivelmente a encarecer os produtos, para forrar o prejuízo. Isso resulta, afinal, na elevação do custo de vida. O pobre, no fim, é quem paga tudo – quer a especulação seja feita em torno da sucata, do apartamento, do cimento ou do arroz.

Altos juros e alta imoralidade andam juntos nessas alturas a que o povo nem sobe, e mal avista. E como a deflação do crédito não é para todos, temos aqui uma aplicação perfeita daquela política de ‘criar dificuldades para vender facilidades’ que é do particular agrado do Sr. Getúlio Vargas.

E enquanto nosso coração patriótico se infla de orgulho ao saber que em Paris as massas só falam em algodão Seridó, ninguém quase se lembra de voltar os olhos para a humilde realidade nacional – e reparar que a safra de café, vai ser de 1 milhão de sacas menos do que se previa. O disponível exportável, para fabricar divisas, mal atinge a 13 milhões.

Que importa, se as ‘pessoas bem’ sempre terão divisas para comprar seus cadillacs e espairecer seus enjoamentos conjugais do outro lado do Atlântico?” (*Comício*, n.15, p.3).

Ao final, o editorial alfineta a mulher de Vargas e sua participação na festa na França. O texto também assegura que essa política econômica em atividade estaria em consonância com os propósitos de Vargas, ao criar obstáculos e, depois, auxiliar apenas uma parcela da sociedade. Trata-se, portanto, de “altos juros e alta imoralidade”.

Já a crônica de Braga articula a crise financeira ao convite que Vargas teria feito ao Osvaldo Aranha para que este ocupe o Ministério da Fazenda. Tal acontecimento, aliás, ocupou toda a capa do semanário, com uma reportagem intitulada “Aranha tenta salvar Getúlio”¹²⁰ e que, embora não assinada, traz o seguinte esclarecimento: “Esta reportagem é baseada em algumas notas e apontamentos colhidos nos arquivos que o jornalista RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA guarda como subsídios para uma história da revolução de 1930 e suas consequências” (*Comício*, n.15, p.4). Em sua crônica, intitulada “Crédito”, Braga afirma que Getúlio Vargas não seria capaz de cumprir suas promessas eleitorais, e que o mesmo se daria conta de que não seria mais possível sustentar tal situação. O convite para que Aranha ocupe o Ministério da Fazenda estaria atrelado a isso. A crônica é escrita de modo a parecer endereçada ao próprio Aranha.

“No momento em que o Sr. Osvaldo Aranha ainda parece ter alguma hesitação em aceitar o Ministério da Fazenda com que lhe acena o Sr. Getúlio Vargas, eu gostaria de chamar a atenção dêsse simpático senhor para o caso do tenente Luiz Felipe e seus ‘Felipetas’. E esta lembrança vem a talho de foice, pois as histórias têm, pelo menos, duas aproximações.

A primeira é esta: que o tenente Luiz Felipe e o Sr. Horácio Láfer são as duas faces da mesma moeda – imagem, penso eu, adequada, para dizer que a deflação do crédito, ordenada por um, tem sua contrapartida na inflação de felipetas promovida pelo outro. O fenômeno Luiz Felipe é, assim, filho do fenômeno Láfer – no sentido de que um deriva do outro, e não existiria sem êle.

¹²⁰ A reportagem lista os indivíduos que, em determinados momentos, “salvaram” Vargas e o auxiliaram a se manter no poder. Dentre eles, Osvaldo Aranha seria seu grande “anjo-de-guarda”. A relação, no entanto, não seria pautada em uma reciprocidade. Uma das legendas da matéria, que mostra Aranha, assegura: “Getúlio já ‘se livrou’ de Aranha algumas vezes. Mas recorre a êle quando as coisas se complicam” (*Comício*, n.15, p.5). Mas o mesmo teria ocorrido com todos os “salvadores” de Vargas. A lista dos mesmos é a seguinte: “O general Flores da Cunha salvou Vargas em 1932. Armando Sales, por sua vez, salvou o sr. Getúlio Vargas aceitando a interventoria paulista, em 1933. José Américo entrou com sua quota de salvação, coordenando-lhe a candidatura, em 1934. Góis Monteiro, o general Dutra e João Alberto tiraram Vargas do fogo em várias crises, os dois primeiros em 1937 e ainda o general Góis, em 1945. Inaugurando o Estado Novo ou apeado no 29 de outubro, o felizardo encontrou sempre quem lhe acobertasse os avanços e as retiradas. Mas o Sr. Osvaldo Aranha tem sido o salvador espetacular de Vargas desde 1929” (*Comício*, n.15, p.4). Pertencente à UDN desde sua fundação, Aranha teria tido um papel de emissário do Catete à UDN, o que até então não teria gerado frutos. A matéria, no entanto, temendo de fato uma cooptação de Aranha por parte de Getúlio, teme as consequências tanto para a UDN quanto para a democracia brasileira: “Neste momento, se Osvaldo Aranha conseguir salvar Getúlio mais uma vez, com o sacrifício e a desmoralização da UDN, terá lançado o país no desconhecido, - e êste tanto pode ser a ditadura como o caos” (*Comício*, n.15, p.5).

A segunda coisa que me ocorre lembrar ao senhor Aranha é que há um homem no Brasil que está, em outro campo, exatamente na mesma posição do tenente Luiz Felipe – e êsse homem é o Sr. Getúlio Vargas. Oh, não proponho nenhuma dúvida sobre a brilhante situação financeira do Sr. Getúlio, e dos Vargas em geral. O que houve é que ambos – Vargas e Felipeta – prometeram demais, e agora não podem pagar.

Se o caso não é o mesmo, nem tão longe andam ‘promessas’ e ‘promissórias’ que não tenham a mesma etimologia; e se moralmente diferem em alguma coisa, é nos prazos, o das primeiras mais ou menos elásticas, os das últimas certo, e fatal. Mas a elasticidade tem um limite; e todos sentem que chegamos a êle. O convite ao Sr. Aranha e outros senhores é uma prova de que o Sr. Vargas mesmo o sente.

O Sr. Aranha é maior de idade – um homem ido e vivido, usado e traquejado. É que lhe não vou dar conselhos. Êle que vá vender seu carro ao Felipeta” (Braga, n.15, p.30).

O editorial da edição seguinte, “Uma frase”, é uma pequena nota a respeito da morte do governador de Pernambuco, Agamemnon Magalhães (PSD). Também neste texto os diretores travam um diálogo com Vargas, pedindo que este, caso seja leitor do semanário, se detenha sobre o texto necrológico por eles publicado, no qual haveria a citação de uma frase de Magalhães – “em que explica sua maneira de agir em tempo de ditadura e em tempo de democracia” (*Comício*, n.16, p.3) – que poderia ser muito útil ao presidente. “Leia, Presidente. Leia e medite. Isso talvez possa salvá-lo – ou pelo menos impedir que dê, mais uma vez, com os burros nágua. Os burros, e nós” (*Comício*, n.16, p.3). A nota necrológica ressalta o caráter contraditório de Magalhães e explicita sua trajetória política, de homem forte da ditadura Vargas a democrata:

“Na ditadura, era o homem forte de Gtúlio, o planificador dos golpes, o astucioso manipulador de situações difíceis. No momento, porém, em que as coisas se inclinaram para a redemocratização do país, foi a êle que Getúlio recorreu, pondo-o à frente do Ministério da Justiça para preparar a mudança política. E, no regime democrático, poucos deputados terão se portado com tanta coerência, terão agido tão dentro das linhas do regime quanto Agamemnon Magalhães. Costumava mesmo êle dizer, em conversa com repórteres e amigos: – Comigo é assim. Se é para ditadura, vamos ser duros. Se é para democracia, vamos ser democratas” (*Comício*, n.16, p.10).

Valendo-se da declaração de Magalhães, os diretores do semanário queriam, assim, transmitir como mensagem a Vargas a necessidade dele, dentro de um regime democrático, se portar como um político democrata. Ou seja, se Vargas continuar agindo como nos tempos de sua ditadura, poderá dar “com os burros nágua” e, com

isso, levar junto os cidadãos. O semanário reafirma dessa forma sua defesa e engajamento em favor da democracia. E ao mesmo tempo, explicita sua crença de que o presidente se portaria de maneira mais “dura” que “democrática”, não se coadunando com as regras democráticas às quais estaria sujeito. E podendo, ainda, realizar um novo golpe, solapando a democracia então vigente.

Já na edição 19, o editorial trata da construção da nova Escola Naval de Guerra. O tema, que deveria ter sido tratado por Flávio de Aquino, que colaborava com o semanário com textos sobre arquitetura e artes plásticas, não o foi, e, pela gravidade do assunto, segundo os diretores, não seria possível esperar até que este o fizesse. O problema discutido no editorial seria de que o então Ministro da Marinha, Renato Guillobel, teria exigido que a Escola fosse construída em estilo “clássico ou néo-clássico”, escolha que tem a total desaprovação dos diretores de *Comício*, visto que estes defendem que, “se alguma coisa presta hoje no Brasil”, esta seria a “arquitetura moderna”. Além da questão do estatuto da arquitetura moderna, em disputa no período, também é possível apreender a percepção que Braga, Silveira e Oliveira tinham da atuação dos militares na política brasileira, realizando uma distinção entre a tradição da marinha e do exército:

“ESCOLA NAVAL

Censuraremos publicamente, para seu opróbrio e escarmento, nosso redator de artes plásticas, o Sr. Flávio de Aquino, crítico e arquiteto, que ficou de nos trazer, para êste número, uma nota sôbre o estranho caso do Ministro da Marinha. E vamos aqui mesmo tocar no assunto, que é do momento e não pode esperar.

Não, não se trata da reforma do Ministério; esta não ameaça os ministros militares, se é que ameaça alguém. Uma coisa que pode ser dita em louvor de nossos Ministros da Marinha é que êles costumam ser homens discretos, que desamam entrevistas, aborrecem a publicidade, e ficam lá a lidar com seus marujos e navios sem cooperar em coisa alguma para o aumento da confusão nacional.

O mesmo seria impossível dizer dos Ministros da Guerra, com frequência palradores e palpiteiros; o Exército no Brasil nunca foi ‘o grande mudo’ da tradição francesa; costuma falar muito, e às vezes até calha dizer a palavra certa, como em 1889 e 1945. Mas os Ministros na Marinha quase sempre são silenciosos, como se os almirantes aprendessem essa virtude no mar, com os peixinhos.

Pois o Ministro Renato Guillobel anda agora no cartaz, a dar entrevistas e a levar respeitadas ripadas dos jornais – e por sua culpa. Vai ser construída uma nova Escola Naval de Guerra; e o Ministro exige que o seja em estilo ‘clássico ou neo-clássico’. Já se desentendeu com o Instituto dos

Arquitetos do Brasil, por querer constituir um júri de acôrdo com seu (mau) gôsto e em desacôrdo com o bom senso.

Se alguma coisa presta hoje no Brasil, e nos grangeia, em qualquer país civilizado, o respeito e a admiração dos homens cultos, é precisamente a nossa arquitetura moderna. A um almirante não seria difícil entender isso; os homens que desenham casas têm muito em comum com os que desenham navios. É natural que êles dêem mais atenção ao fim a que se destina o que desenham, e às possibilidades e características do material a ser empregado na construção, do que aos adornos e requififes de fachada ou prôa. E a arquitetura moderna, como tôda boa arquitetura através dos tempos, inclusive o rancho de um seringueiro do Acre, resolve seu problema estético dentro de um casto regime de economia de linhas ditado pelas necessidades funcionais.

Se muitos industriais – e dos que demonstram, pela prosperidade, seu senso prático de negócios – estão hoje entregando aos arquitetos modernos os projetos de suas usinas, é lamentável que um Ministro queira impôr, a um edifício público, construído com os dinheiros públicos, os caprichos de seu saudosismo estético.

Afinal de contas a Escola não será feita para o Ministro Guillobel, mas para rapazes com a mentalidade do nosso tempo. Pense nisso, Almirante; e, se quiser, pode dar um suspiro triste, mas tenha o bom-senso de tirar o seu cavalo – perdão, suas colunas dóricas! – da chuva” (*Comício*, n.19, p.3).

O Ministro da Marinha é traçado como diferente dos anteriores, que não “cooperaram” para o “aumento da confusão nacional”, ao contrário dos Ministros da Guerra, que sempre costumam “falar muito”, e às vezes até fariam coisas certas, como em 1889 (Proclamação da República) e 1945 (fim do Estado Novo). As duas datas referem-se, assim, ao fim de governos não-democráticos: primeiramente a monarquia e posteriormente a ditadura de Vargas. Além disso, o editorial se posiciona a favor da arquitetura moderna, compatível com “a mentalidade de nosso tempo”, ao contrário da clássica e neoclássica, que seria envolvida de espírito saudosista. Enquanto esta é vinculada a “adornos e requififes”, aquela seria pautada pelas “necessidades funcionais”. Enquanto a arquitetura clássica e neoclássica é entendida como mau gosto, a moderna seria questão de bom senso.

Vale lembrar que, na edição número 3, em uma matéria que recebeu chamada de capa, José Guilherme Mendes apresentava ao leitor, em um texto de 3 páginas, “O mundo de Oscar Niemeyer: concreto, vidro e azul”. O texto, elogioso, reconstrói a trajetória de Niemeyer, ressalta sua adesão ao comunismo, sua preocupação com “os problemas sociais”, e o desenvolvimento por parte do arquiteto de “um estilo próprio e inconfundível, mais ligado às condições e tradições brasileiras” (Mendes, n.3, p.11). E,

assim como o editorial acima citado, a reportagem afirma o reconhecimento internacional do arquiteto: “A consagração de Oscar Niemeyer tem sido maior, aliás, nos Estados Unidos e, talvez, na Europa, do que mesmo no Brasil” (Mendes, n.3, p.10).

A questão da pretensão dos “trustes” estrangeiros de comandar áreas estratégicas da economia nacional é debatida no editorial da edição 20. O texto alude à luta contra o domínio da empresa norte-americana *Standard Oil* sobre a extração do petróleo do país e, anunciando que esta já estava ganha, afirma que seria hora de se voltar os olhos para outra empresa, a *Light*.

“AGORA, A LIGHT

Agora que foi derrotada, graças a um grande e belo movimento de opinião que empolgou as consciências brasileiras sem distinção de colorido político, a pretensão de um truste estrangeiro de fechar aos brasileiros a possibilidade de explorar o próprio petróleo, é tempo de voltar a atenção para outros problemas.

Um dêles, que nos parece de importância fundamental, é o da energia elétrica. Já foi tempo em que se falou do ‘papel civilizador’ da *Ligh*t. Hoje, o mais apaixonado ou bem pago defensor do capital estrangeiro, não pode negar que, metade por ganância, metade por imprevidência e desorganização, a grande ‘holding’ está atrasando, de maneira lamentável, o desenvolvimento da indústria, tanto no Rio como em São Paulo, e trazendo às populações das duas maiores cidades brasileiras aborrecimentos, dificuldades e sofrimentos constantes. Não se trata, agora, de comentar as falhas dos serviços de bondes, a demora das ligações interurbanas, a inexplicável falta de aparelhos telefônicos, ou o atraso martirizante com que se instala, em um edifício novo, o serviço de gás.

Êsses e outros mil detalhes não importam mais. O que é fundamental, em tudo isso, é a questão da energia. A produção de energia, e não os serviços que a utilizam, é que deve incumbir ao Estado. Chegamos ao extremo cômico de ver que a *Light*, para instalar novas usinas, recorre no estrangeiro ao crédito... brasileiro. Nós é que lhe servimos de fiadores – e como fiadores ficamos com as nossas pequenas e precárias possibilidades de crédito desfalcadas – para que ela possa realizar o que deveria ter realizado há muitos anos, para que hoje pudessem ser atendidas as necessidades do Rio e de São Paulo.

É tempo de fazer um estudo sério dos atuais contratos e do sistema de fiscalização e agir com rigor – rigor que não dispensa o cuidado e a reflexão, para evitar os golpes dos habilíssimos e altamente colocados advogados da ‘holding’ e suas subsidiárias – no sentido de dar um fim a essa situação humilhante de estarmos sujeitos aos caprichos de uma empresa gananciosa e ineficiente que usa e abusa da força que conquistou por meios lícitos e ilícitos – e que hoje representa, antes de tudo, um fator de atraso da economia brasileira e de sofrimento e de exploração do povo” (*Comício*, n.20, p.3).

O editorial mostra que a defesa em relação ao domínio nacional da exploração do petróleo teria empolgado “as consciências brasileiras sem distinção de colorido político”, ou seja, teria aglutinado cidadãos dos mais diversos espectros políticos. A defesa do monopólio estatal do petróleo é constante e explícita desde o primeiro número do semanário, quando em sua coluna Rafael Corrêa de Oliveira escreveu um texto intitulado “Eduardo Gomes e o Petróleo”, no qual é possível apreender o cenário político que envolvia esse assunto. Ao propor uma discussão sobre o atraso no desenvolvimento da indústria do país, bem como no desfalque dos créditos nacionais que a Light geraria, os diretores do semanário, mais uma vez, frisam ser contra a intromissão do capital estrangeiro na economia do Brasil. Os diretores asseguram, assim, que a produção de energia “deve incumbir ao Estado” e que a Light, que teria conquistado sua força não apenas por meios legais, seria tanto “um fator de atraso da economia brasileira” quanto de “sofrimento e exploração do povo”.

Na edição número 10, abaixo do editorial, há uma nota não assinada denominada “Distinção”, cujo objetivo é localizar a posição do semanário em relação ao capital estrangeiro, do qual, nas circunstâncias abaixo citadas, os diretores não seriam contra:

“Demos, no número anterior, notícia da chegada de uma parte do material que a Companhia Siderúrgica Nacional encomendou nos Estados Unidos para ampliar suas instalações. Esse material está sendo pago com o dinheiro de um empréstimo concedido pelo Eximbank.

Queremos aproveitar essa oportunidade para mostrar que este jornal não é contra a política de cooperação com os Estados Unidos, e muito menos contra os dólares que vêm permitir a expansão de nossas forças econômicas. Volta Redonda está montando, graças a esse empréstimo, uma Fábrica de Estrutura, um novo alto forno, novos fornos de aço e outras instalações que vão lhe permitir ampliar grandes benefícios que já presta à economia brasileira. Em casos assim, todas as importações que se fizerem e todos os empréstimos que se conseguirem são benefícios. O capital e a técnica superior de um país altamente desenvolvido ajudam a construir o nosso país.

Isto é cooperação de verdade, com proveito real para ambas as partes. O que não achamos justo é citar esse exemplo para justificar negócios danosos à nossa economia, como a entrega disfarçada a um ‘trust’ de nossa riqueza petrolífera. Neste último caso sim: somos xenófobos, anticapitalistas, antiamericanos, bugres, demagogos comunistas, tudo o que quiserem – mas somos contra. E o povo já começa a distinguir essas coisas” (*Comício*, n.10, p.3).

Quando o capital e a técnica estrangeiros são empregados em prol da expansão da força econômica do país, o semanário seria favorável a eles. Mas, no caso do

petróleo, não estaria em questão a cooperação de um país altamente desenvolvido, mas sim um negócio danoso à economia brasileira, que implicaria em “entregar” a uma empresa estrangeira “nossa riqueza petrolífera”. Em seu texto publicado na primeira edição do semanário, Rafael Corrêa de Oliveira assegura o papel de destaque da UDN na luta a favor da tese monopolista em relação ao petróleo e como a empresa norte-americana teria se aproximado de Vargas e de sua família com intuito de que este aprovasse a Petrobrás como uma empresa mista com abertura para o investimento do capital estrangeiro. Vargas estaria, assim, contrariando as promessas efetuadas durante sua candidatura, e Oliveira então conclama os eleitores a indagá-lo a respeito dos motivos que teriam levado o presidente a mudar de posição em relação ao petróleo:

“Quando a União Democrática Nacional adotou a tese monopolista para a indústria do petróleo, já conhecia o pensamento do brigadeiro Eduardo Gomes. E só um ingênuo não compreenderia isso.

A Standard Oil resolveu, então, decidir a partida rapidamente e por todos os meios, sejam os legais, através do Congresso, ou os ilegais com uma repetição de 1937. Aliou-se, para isso, ao casal Alzira Vargas e penetrou profundamente nas intimidades do Catete. Tenta agora insinuar-se nas forças armadas e avassala a maioria da imprensa com os argumentos convincentes e hábeis, aos quais pouca gente resiste. O assalto está em marcha. E o Brasil pode ser vendido a qualquer momento...

O corrilho político que empalmou o poder quer associar-se ao truste para ficar com o dinheiro do Tesouro destinado à organização da companhia mista, deixando ao estrangeiro a incumbência do resto, – financiamento, direção, domínio completo da indústria. Os clarins do ‘repórter Esso’ sôam alto na grande imprensa. Já se fala na Polícia para impedir-nos de proclamar que ‘o petróleo é nosso’. Entramos, sem dúvida, num período sombrio de nossa existência política...

Nesta hora de aflição devemos reconhecer a importância fundamental da atitude que a União Democrática Nacional assumiu. Alguns jornais que a apoiavam passaram a insultá-la em honra do truste. Os velhos inimigos proclamaram a sua insinceridade, como se esta pudesse existir nas posições de sacrifício. Mas sem nenhuma dúvida o ‘partido do brigadeiro’ conseguiu fortalecer as correntes patrióticas de opinião que defendem a economia nacional. E desmoralizou completamente a arma grosseira da mentira que atribuía aos comunistas o movimento de resistência à ofensiva do truste.

Ninguém pode prever até onde seremos arrastados nesta luta de ambições e incompreensões. A verdade, porém, é que o Brasil está no dever de reagir. O eleitorado que se deixou iludir pelas promessas da campanha de 1950 tem o direito de pedir contas aos que tanto lhe falaram de nacionalismo na defesa de nossas riquezas minerais. Tem o direito de perguntar aos que mudaram, por que o fizeram. Que argumentos, razões, fatos novos teriam determinado essa súbita adesão aos interesses da Standard Oil?

Na realidade, uns mudaram para as posições fáceis e cômodas nos aconchegos da fortuna e do poder, – a fortuna do traste e o poder do governo. Outros entraram na luta e foram guardar as trincheiras da resistência árdua, pobre e sem vantagens materiais. Não será difícil saber onde se encontram a boa causa e a boa gente.

Nesta emergência, portanto, o partido de Eduardo Gomes prepara e mobiliza as suas forças na defesa da causa pública. Agindo assim não fugiu às inspirações de seu patrono. E já agora, acima das competições, esquecendo os agravos passados e convocando os patriotas à resistência, deixaria a U.D.N. de ser uma facção para constituir a espinha dorsal do grande movimento que impedirá o leilão do Brasil apregoado pelas vozes do suborno e da inconsciência.

E com isto poderemos ainda dizer às forças armadas que a opinião pública se organizou no sentido da causa nacional e que esperamos, nesta jornada, como em todas as outras de nossa história, encontrar os civis e os militares unidos pela soberania do Brasil” (Oliveira, n.1, p.5).

Fica claro a posição favorável à UDN, por meio de um discurso laudatório que incube à legenda a frente em relação à luta pelo monopólio estatal do petróleo. Nesse sentido, Oliveira argumenta de maneira a retirar qualquer centralidade dos comunistas na condução do processo e não cita os socialistas, que, como vimos, seriam os únicos a possuírem nas próprias diretrizes do partido a defesa do monopólio estatal do petróleo.

Segundo Oliveira, a UDN seria a responsável por aglutinar um movimento em defesa do monopólio estatal; movimento este que a opinião pública apoiaria e ao qual Oliveira convida os militares a fazer parte, visto que estariam lutando pela soberania nacional. Aqueles que defendiam a nacionalização na eleição de 1950 e agora se mostram contra agiriam tendo em vista as vantagens do poder federal e da fortuna da empresa norte-americana.

A UDN, no entanto, não era o único partido a encampar a solução estatal. Além do PSB, também o PTB, partido da base do governo, seria favorável à estatização do petróleo, embora com um posicionamento menos inflexível. Como evidencia Castello Branco,

“O gordo sr. Vieira Lins, [vice-líder] do PTB, andou assoalhando que romperia com o sr. Getúlio Vargas, se o presidente não aceitasse as emendas do PTB, para transformar a Petrobrás, de empresa de economia mista em empresa estatal. Ora, o sr. Getúlio Vargas não aceitou nada e ninguém rompeu e o PTB vai votar mesmo, com poucas exceções (o sr. Vieira Lins, estará entre elas?) é pela Petrobrás, economia mista. Verificada a grande maioria do governo na matéria, a Comissão de Finanças tocou com

o projeto para diante e o sr. Capanema¹²¹ vai falar, com os tratadistas na mão, para mostrar à Câmara que a solução do governo é estatal, sim senhor, e está muito boa. A última fórmula é chamar a Petrobrás de ‘monopólio nacional’, pois o governo concordou que, entre os acionistas privados, não figurem estrangeiros” (Castello Branco, n.3, p.6).

Ainda na edição 6, foi publicada uma longa matéria não assinada intitulada “A história secreta do petróleo brasileiro – o maior escândalo da vida política do Brasil”. Segundo o texto, os recursos petrolíferos mundiais seriam partilhados entre ingleses e americanos, sem que estes consultassem os países nos quais estariam as jazidas. No caso do Brasil, teria ficado estabelecido entre ambos que o petróleo que houvesse no país pertenceria à Standard Oil. “Quando chegasse a hora de ser explorado o nosso petróleo, ninguém teria o direito de disputar a essa companhia uma concessão que já lhe fora feita pelos donos do petróleo do mundo” (*Comício*, n.6, p.4). Ainda segundo o texto, seria por conta de tal acordo que durante muito tempo se acreditou que não existiria petróleo no país e, “quando o tempo da exploração chegou”, passou-se a registrar a existência de grandes jazidas.

E a venda do petróleo nacional ao “truste” ainda não teria ocorrido porque, durante o Estado Novo, os militares, mais precisamente, o ministro da Guerra de Vargas (e posteriormente presidente da República), influenciado pelo fascismo, evitou a transação: “A propaganda alemã e a influência fascista, porém, contrariando os imperialismos econômicos, tiveram uma grande repercussão no Exército Brasileiro. E êste, pelo seu ministro da Guerra, general Eurico Dutra, impediu que o sr. Getúlio Vargas vendesse, em 1942, o petróleo do Brasil à ‘Standard’” (*Comício*, n.6, p.4). Nesta reportagem, esclarece-se que a concordância do governo em chamar a Petrobrás de

¹²¹ Líder do governo na Câmara, Capanema desempenhou papel fundamental na tentativa de articular os deputados em prol da emenda (segundo o semanário, “entreguista”) tal como Vargas gostaria que fosse aprovada. Na edição número 5, uma nota abaixo do editorial intitulada “Petróleo” mostra a determinação de Gustavo Capanema em atender às ordens do presidente: “O sr. Capanema recebeu ordens terminantes do Catete para consumir a manobra entreguista combustanciada do lamentável projeto que cria a ‘Petrobrás’. E, cornaca disciplinado, o líder majoritário está tangendo o seu rebanho, na Câmara, de qualquer maneira, aos empurrões e gritos, num afã de mostrar serviço que é ao mesmo tempo dramático e ridículo. Tudo leva a crêr, de resto, que o objetivo do sr. Vargas de favorecer os trustes internacionais, se vier a ser vitorioso e transformado em lei, será alcançado na calada da noite, e não à luz do sol – pois o sr. Capanema, para acelerar a tarefa, já convocou uma quinzena inteira de sessões noturnas. Mas o fato é que o aprisco majoritário não se mostra muito disposto a seguir à risca as ordens do sôfrego pastor: sabe-se mesmo que uma boa parte dos representantes do povo que forma sob a bandeira governista já se decidiu, no caso do petróleo, contra a manobra antinacional do sr. Vargas. O sr. Capanema já está prevenido dêsse surto de rebeldia – e a sua inquietação, no plenário, atinge agora os limites do desespero. É um espetáculo divertido vê-lo, lá no recinto, a cochichar ao ouvido de um e outro, num apressado trabalho de catequese que é também a sua última tentativa de ajeitar o rebanho indócil aos desejos do governo” (*Comício*, n.5, p.3).

“monopólio nacional”, que havia sido explicitada por Castello Branco, não excluiria a participação de capital estrangeiro:

“Muita gente pensa que a ‘Petrobrás’ é uma tentativa do governo brasileiro para resolver o problema do petróleo. Não, Não é nada disso. A ‘Petrobrás’ tem duas finalidades:

a) – fornecer dinheiro fácil do Tesouro para a politicagem do Presidente da República;

b) – promover a legislação especial que permita às chamadas ‘pessoas jurídicas brasileiras’ associar-se à indústria do petróleo. Essa história de pessoa jurídica é um eufemismo, porque a ‘Standard Oil do Brasil’ e mais trezentas congêneres aqui estabelecidas são companhias estrangeiras que operam sob a designação de ‘pessoa jurídica brasileira’.

O sr. Getúlio Vargas, que enganara a Nação dizendo ser favorável ao ‘monopólio estatal’, logo que chegou ao governo acertou o passo com o truste. Mas para mistificar os brasileiros inventou essa complicação da mista com o controle do governo. O que menos importa, na ‘Petrobrás’, ao truste, é a quota mínima que lhe é atribuída. O que importa de fato é a legislação que, ao permitir o capital estrangeiro na mista, implicitamente lhe abre as portas da cooperação e domínio nas organizações particulares” (*Comício*, n.6, p.11).

Já na edição 11, Castello Branco, na seção “A semana da Câmara”, mostra como Vargas teria recuado e se adequado às exigências da oposição, algo espantoso, visto que o governo possuiria votos suficientes para aprovar a emenda referente ao petróleo como queria:

“(...) o líder do Governo passou a semana manobrando em profundidade visando a lançar um véu sobre o espetacular recuo do Governo em matéria de petróleo. O líder quer um entendimento com a oposição, entendimento dentro do qual defende apenas uma coisa: a permanência da sociedade de economia mista, mas uma sociedade tão disfarçada, tão cercada das garantias exigidas pela oposição, que será na realidade um órgão quase estatal. Teremos a fiscalização das contas pelo Congresso e, o que é mais importante, teremos o monopólio e a total nacionalização dos capitais.

O espantoso dêsse recuo é que o sr. Getúlio Vargas tinha conseguido elementos numéricos para fazer vitoriosa sua Petrobrás, dêle e do Sr. Rômulo de Almeida, defendida contra todos os estatistas durante meses a fio.

Quanto à oposição, todo o seu interesse é em aceitar o acordo, em que saem vitoriosos os seus princípios com referência ao petróleo. As dificuldades que ainda existem são de ordem técnica” (Castello Branco, n.11, p.6).

Para entendermos os desdobramentos políticos que engendraram a mudança de posição do presidente, vale a pena atentarmos para as ações desenvolvidas no interior da Câmara dos Deputados. Segundo Silva (2007), no dia 4 de junho o deputado udenista Odilon Braga proferiu um discurso endereçado às Comissões da Câmara dos Deputados em que formalizou a posição que seria mantida pelo partido em relação ao petróleo: “O substitutivo proposto pela UDN alterava radicalmente os termos do projeto de criação da Petrobrás. Estabelecia de forma clara o monopólio estatal da União em todas as etapas do processo de industrialização do petróleo – exploração, produção, refino e transporte. (Silva, 2007: 330). Ganhando apoio de políticos não pertencentes à UDN, como Artur Bernardes e Eusébio Rocha, o substitutivo da UDN impediu que o governo conseguisse criar um “instrumento flexível” para a condução da questão.

“Apoiado pelos deputados adeptos da Campanha do Petróleo e pela opinião pública, o substitutivo da UDN ganhou mais e mais defensores de sua causa. O governo, através de manobras políticas articuladas por Gustavo Capanema, líder do PSD, conseguiu rever alguns pontos. Afirmando que aceitaria o princípio do monopólio estatal, propôs que, em troca, fosse mantidos os termos originais do projeto formulado pela assessoria econômica, incluindo os artigos que determinavam o monopólio da União e as alterações do substitutivo quanto às garantias relativas à composição acionárias da empresa e de suas subsidiárias.

Em 18 de setembro de 1953, o projeto recebeu a redação final para, então, ser enviado à sanção do presidente Vargas. Em 3 de outubro de 1953, o Presidente sancionou a lei 2004, que criou, afinal, a companhia estatal: Petróleo Brasileiro S.A/Petrobrás” (Silva, 2007:331).

Se as forças armadas foram tema de um dos editoriais, no do número 21 o assunto é a Polícia e seu Chefe, o General Ciro Rezende. O título do texto já esclarece a situação de descaso e arbitrariedade na qual, segundo o semanário, a população estaria sujeita:

“SEM POLÍCIA

Continua o General Ciro Rezende no seu equívoco lamentável de achar que ser Chefe de Polícia envolve a obrigação de ficar solidário com tôdas as arbitrariedades e crimes que a Polícia pratica. É em vão que tôda a imprensa o convida a policiar a Polícia; a fazer sentir aos investigadores, comissários e delegados que há um Chefe vigiando para que êles mantenham a ordem e façam cumprir a lei, e não se aproveitem de seus cargos para cometer estrepolias e barbaridades.

Há, certamente, na Polícia, muitas autoridades e funcionários que de qualquer modo, com Chefe ou sem Chefe, cumprem o seu dever. Mas há

também – e infelizmente não são raros – os que se aproveitam do cargo para praticar violências, para [sic] ou exorbitar. E quando a imprensa grita, quando os deputados protestam – como nesse caso de um delegado que foi pessoalmente agredir um advogado que lhe fizera graves acusações, a êle e a alguns investigadores – lá vem o Sr. Ciro Rezende, como um pascácio, dizer algumas palavras para desculpar seus subordinados.

O Ministro Negrão de Lima [PSD-MG], de cuja boa-fé não duvidamos, promete providências. Mas a primeira providência seria nomear um Chefe de Polícia de verdade. Bem, é verdade que para nomeá-lo seria preciso que houvesse um Ministro da Justiça de verdade, um Presidente da República de verdade...

Parece que é pedir muito por enquanto” (*Comício*, n.21, p.3).

O descrédito em relação à polícia e ao seu chefe se desdobra para outras instituições. Para que a situação melhorasse, seria preciso algo naquele momento impossível: que se tivesse um “Presidente da República de verdade”, isto é, que o Brasil não estivesse sob o poder de Vargas. Desse modo, os problemas do país, diretamente ou não, estariam vinculados à presença do ex-ditador no cargo de máximo poder nacional.

Os dois últimos editoriais tiveram um assunto em comum: a questão da importância da imprensa e a intromissão e comando dela por parte do governo. Em outras palavras, os dois textos discorrem sobre a questão da liberdade de imprensa no Brasil, algo que, como evidenciado acima, já havia sido abordado em outro editorial. Na edição número 22, os diretores valem-se da morte do cantor Francisco Alves, que comoveu multidões, para refletir a respeito do papel do rádio em uma sociedade em que o número de letrados seria baixo. O rádio e, principalmente a Rádio Nacional¹²², seria

¹²² “Emissora de rádio inaugurada no Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1936, com o prefixo PRE-8, sob a razão social da Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, controlada pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, uma das empresas brasileiras do empresário norte-americano Percival Farquhar. (...) A Rádio Nacional do Rio de Janeiro iniciou suas transmissões no dia 12 de setembro de 1936, após solenidade que contou com a presença, no auditório da emissora, de personalidades diversas da sociedade carioca, embaixadores e membros do governo. Já na inauguração, a emissora contava com grande elenco, entre os quais artistas como os cantores Orlando Silva, Carlos Galhardo, Francisco Alves, Sílvio Caldas e Araci de Almeida, os maestros Romeu Ghipsman e Radamés Gnattali, os locutores Celso Guimarães, Ismênia dos Santos, Oduvaldo Cozzi e Aurélio de Andrade, o cronista Genolino Amado, o redator Rosário Fusco e o compositor Lamartine Babo, entre outros. Em 8 de março de 1940, a Rádio Nacional — assim como as demais empresas do grupo *A Noite*, pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande — passou para o âmbito do Estado. Getúlio Vargas, então presidente da República, sob o Decreto-Lei nº 2.073, criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, absorvendo todo o conjunto de empresas pertencentes ao patrimônio da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A encampação teve como principais alegações as dívidas contraídas pela companhia junto ao Patrimônio Nacional (num total de três milhões) e ficou decidida a manutenção do conjunto das empresas, que foram consideradas, segundo o texto do decreto, relevantes para a utilidade pública e para o interesse do país. No final da década de 1940, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro era a líder de audiência tanto no Rio de Janeiro como em outras praças do país” (“Rádio Nacional”, DHBB/CPDOC).

assim um veículo central de informação e entretenimento da maior parte da população brasileira:

“RÁDIO E IMPRENSA

Que o povo chorasse a morte de Francisco Alves era natural. Durante trinta anos ele lançou, com uma bela voz, muitas das músicas populares de maior sucesso. Cada um de nós – pessoas de 15 a 75 anos – tem alguma lembrança sentimental ligada a alguma dessas músicas de Chico Viola. Juntemos a isso, para explicar a extraordinária emoção popular, as circunstâncias trágicas da morte do cantor.

Mas só por ingenuidade seria possível desconhecer esse fato: o que deu às homenagens fúnebres a Chico Alves uma amplitude e uma profundidade incomparáveis, o que mobilizou a grande multidão carioca para o enterro, e comoveu, pelo Brasil a fora, outras multidões, o que levou aquela moça de Belo Horizonte ao suicídio – foi a força do rádio e especialmente da Rádio Nacional. Se em qualquer país do mundo o rádio tem uma formidável força emotiva, maior ainda é no Brasil, país de multidões analfabetas ou semi-alfabetizadas” (*Comício*, n.22, p.3).

Os diretores enfatizam a importância que o rádio poderia ter para a construção da democracia, visto que ele conseguiria alcançar as “mais amplas e profundas camadas do povo”. Mas isso só seria possível se, como o Presidente mesmo observa, houvesse “crítica livre”, o que, segundo os diretores de *Comício*, não seria possível visto que o governo controlaria as maiores estações de rádio. E, quanto às demais estações, seriam vítimas de um sistema precário de concessão pautado pela arbitrariedade.

“Estamos lembrando isso para ajudar o Sr. Getúlio Vargas a construir – ou recauchutar – a nossa democracia, coisa em que ele se diz profundamente interessado, tanto que pede a ajuda a Deus e ao mundo. ‘Sem crítica livre não há democracia’ – diz o nosso preclaro presidente. Ora, de todos os veículos de opinião, o rádio é hoje no Brasil o mais efetivo, o que alcança mais amplas e profundas camadas do povo.

E o que vemos? O Governo é dono das maiores estações; e traz as outras praticamente prêsas por um regime de concessão precária completamente arbitrário e ditatorial. Direis que na Inglaterra, país democrático, só existe rádio oficial. Mas a B.B.C. não é, nem nunca foi, instrumento da política do partido dominante; ela pertence, na realidade, ao público ouvinte, e os vários partidos têm os mesmos direitos em suas ondas. Assim também o rádio francês, depois da guerra” (*Comício*, n.22, p.3).

Tendo em vista o apelo efetuado por Vargas para que a oposição o ajude a reconstruir o regime democrático, e também de que, muito provavelmente, este não seria leitor do semanário, os diretores repassam seu lembrete então à oposição, isto é, à

UDN. E ao fazê-lo, afirma implicitamente que, se o presidente não lê *Comício*, não se poderia dizer o mesmo de sua oposição. O lembrete é explícito: para que seja possível “arrumar” a democracia é essencial libertar e democratizar o rádio, bem como a imprensa escrita, que também estaria, direta ou indiretamente, sujeita aos ditames do Estado:

“Como o Sr. Vargas não é (ai de nós) leitor de COMÍCIO, deixamos êste lembrete para a U. D. N.: se quiser ajudar o Sr. Vargas a arrumar sua nova democracia (sindical?) lembre-se, antes de mais nada, de libertar e democratizar o rádio. E, de passagem, por que não democratizar também a imprensa, em parte prêsa ao govêrno direta ou indiretamente?

As palavras do Sr. Vargas são bonitinhas. Vamos lhe cobrar alguns fatos?” (*Comício*, n.22, p.3).

Na última edição, o tema principal do editorial é o discurso proferido pelo deputado Afonso Arinos, que passou a ocupar, como havia previsto Carlos Castello Branco, o cargo de líder da UDN. O discurso de Arinos era uma resposta ao pedido de Vargas de união nacional, entre governo e oposição, em prol das reformas administrativas que seriam necessárias. A fala do líder da UDN gerou repercussões negativas e o editorial de *Comício* busca explicar o porquê de tal recepção:

“UM DISCURSO

Quem lê atentamente o discurso do Sr. Afonso Arinos não tem por onde vislumbrar nele uma tendência colaboracionista. O que o líder udenista disse é, afinal de contas, razoável e simples. Se o Govêrno quer a ajuda da oposição para promover uma reforma administrativa, esta se dispõe a estudar o caso, sem perder sua liberdade de crítica.

Mas os discursos não valem apenas pelo que dizem; valem pelo tom e pelo eco. Não podemos deixar de reconhecer que a repercussão da fala do líder não foi boa. O que êle disse está certo; mas êle deixou de dizer muita coisa. Deixou, por exemplo, de reclamar do Govêrno medidas imediatas e práticas, efetivas, capazes de dar algum lastro às juras do famoso perjurio. A grande maioria dos proprietários de jornais, manifestou-se, há pouco, e bem claramente, contra a política antidemocrática do Govêrno, no setor da Imprensa. Além de se dar ao luxo de ter jornais de sua propriedade, o que é absolutamente incorreto do ponto de vista democrático, usa o Govêrno suas facilidades de crédito para criar uma imprensa oficiosa, que faz a mais constante e escandalosa propaganda das virtudes cívicas, intelectuais, morais e físicas do Presidente da República e sua família; e com a mesma arma são amolecidos ou neutralizados os jornais de oposição. Cada dia o Govêrno caminha com mais pressa e determinação nesse terreno; por que

não lhe cobrar, como demonstração mínima de conversão democrática, medidas moralizadoras em setor tão grave?” (*Comício*, n.23, p.3).

Embora não tenha dito algo que o comprometesse como um colaboracionista, Arinos teria deixado de dizer muitos dos assuntos que seriam necessários. Assim, não reclamou, por exemplo, da “política antidemocrática” que o governo estaria desenvolvendo em relação à imprensa, visto que ele não apenas tinha jornais de sua propriedade, como, por meio da possibilidade de conceder créditos, criava ainda uma imprensa oficiosa e, da mesma forma, sufocava os jornais de oposição. Visto que esse editorial pertence ao último número do semanário que foi veiculado, vale perguntar se a situação da imprensa oposicionista, tal como relatada pelos diretores, não se relacionaria à própria realidade financeira de *Comício*.

“O erro do Sr. Afonso Arinos foi não ter dito simplesmente ao Sr. Getúlio: Sim, senhor, daremos o nosso concurso para elaborar as leis que acharmos boas, como sempre o fizemos; mas não podemos abrir o mínimo crédito de confiança a quem já praticou tantos crimes contra a democracia e neste mesmo instante vai levando adiante um plano de conseqüências imprevisíveis, que é (para dizer o nome certo) o da avacalhação da Imprensa” (*Comício*, n.23, p.3).

Vargas, que “já praticou tantos crimes contra a democracia”, não mereceria o mínimo de confiança da oposição, o que não excluiria o papel desta em auxiliar em relação às leis que fossem boas para o país; colaboração que, pelo texto de Braga, Silveira e Oliveira, a UDN sempre teria realizado. Ainda na edição 23, em sua seção, Carlos Castello Branco traça uma análise sobre o discurso de Afonso Arinos intitulada “O Líder da U.D.N. Abriu Uma Feira de Equívocos – Análise do Discurso de Afonso Arinos”. As interpretações veiculadas pela imprensa acerca de seu discurso, que incluíam acusá-lo de adesista em relação ao governo de Vargas, chocaram Arinos. Castello Branco, no entanto, evidencia que o seu discurso de fato teria aberto espaço para que tais interpretações se tornassem plausíveis.

“Fiz o que me recomendou o sr. Afonso Arinos: li o seu discurso, uma peça de boa fé política, de brilho literário e até certo ponto de verdade psicológica, isso tudo servindo a uma visão mais de historiador e sociólogo do que a de um condutor de partido. Li e pude verificar que a interpretação, que tanto chocou o líder udenista, tinha suas raízes no próprio texto do discurso. Evidentemente, está ali documentada a orientação oposicionista da UDN: nenhuma frase pode ser tida como eivada de espírito adesista.

Entretanto, a colocação dos problemas poderia gerar o equívoco que efetivamente gerou.

O primeiro erro do líder foi dar como pressuposto do seu discurso uma coisa de cuja autenticidade, é claro, ninguém pode duvidar: o seu espírito democrático, o seu passado de luta antiditatorial, sua aversão aos métodos políticos getulistas. Para uma assembléia relativista, que julga dentro do relativismo das interpretações e dos conceitos inerentes à matéria, os documentos públicos, entretanto valem pelo que exprimem dentro de um estado de espírito coletivo. Para que daquele pressuposto tirasse o sr. Arinos as consequências lógicas, naturais, deveria ter colocado, mesmo sob o risco de ser óbvio, a premissa de sua posição pessoal para dar a medida de influência da mesma sobre sua posição de porta-voz de uma coletividade política.

Isso, entretanto, se tornaria dispensável se o clima e o tom do discurso suprissem a omissão. E foi o que não se deu” (Castello Branco, n.23, p.6).

Castello Branco recupera o discurso de Arinos, mostrando os pontos nos quais ele teria falhado ao se posicionar em relação ao “apelo de união nacional” (Castello Branco, n.22, p.6) feito por Vargas:

“Aparentemente para justificar a atitude da UDN, indo ao encontro do apelo presidencial, o sr. Afonso Arinos quis mostrar a consciência com que o fazia, consciência do risco que poderia representar o fato de levar o partido a uma cooperação com o sr. Getúlio Vargas. Para tanto, quis mostrar que conhecia a fera. E fez o retrato dela.

Honra o líder udenista a isenção com que apreciou a figura do adversário. Entretanto, longe de ser cáustico foi esse seguramente o retrato mais lisonjeiro que um homem de oposição fez até aqui da discutida pessoa do presidente da República. Na verdade, o sr. Afonso Arinos, constatando as inclinações anticonservadoras, antiliberais, antidemocráticas do Presidente, levou-as à conta de um temperamento telúrico, consciente, desde os seus albos da vida pública, da própria contradição que o indicaria a revolucionar o regime brasileiro.

Caracterizadas as raízes da personalidade getuliana, marcada sua coerência, que poderia se esperar de um líder da oposição, na contingência de ser chamado a cooperar com o antidemocrata numa hora difícil para a democracia? O lógico seria que o sr. Afonso Arinos estendesse até a atualidade essa coerência dos sentimentos e do pensamento do Presidente e, à luz dessa coerência, estudasse o discurso e o apelo de três de outubro, que são tudo o que mais contradiz a linha fundamental de conduta do Presidente.

O exame de outros antecedentes, dos métodos de que o antidemocrata contumaz se serviu historicamente para desarticular a defesa da democracia, se imporia diante de um apelo que pode ser objetivamente colocado dentro da linha de manifestações anteriores do sr. Getúlio Vargas.

O retrato foi, assim, incompleto. E se nele pudemos desde já vislumbrar a sentida que a história, isenta e distante, poderá atribuir à fase da vida brasileira que se abriu com a revolução de 1930, nele não

encontraremos o ponto de apoio para uma atitude de luta e de resistência, tanto mais quanto o líder da UDN fêz questão de manifestar, nos processos de defesa do regime, uma confiança maior do que o receio, por outros manifestado, das possibilidades de subversão das instituições.

Outro ponto fraco do discurso do líder da UDN está no que se refere à reforma propriamente dita, à reforma da administração, para a qual o presidente pediu o apoio da oposição. O sr. Afonso Arinos, que ignora tanto quanto o próprio sr. Getúlio Vargas a extensão e a direção exata dessa reforma, apresentou-a contudo como um movimento capaz de justificar as esperanças populares de salvação nacional. O normal, para um líder da oposição, dentro da longa experiência getuliana, sem que, pelo menos, fizesse sentir reserva ou simples ceticismo quanto às repercussões de uma reforma que não alterará substancialmente a vida do país” (Castello Branco, n.23, p.6).

Castello Branco acusa Arinos de não ter analisado o discurso e o apelo de união nacional efetuado por Vargas, o “antidemocrata contumaz”, cujo teor poderia, ainda segundo o jornalista, ser “objetivamente colocado dentro da linha de manifestações anteriores” do presidente. Além disso, o líder da UDN não saberia de fato como a reforma administrativa se desenvolveria e, mesmo assim, teria, em consonância com o próprio Vargas, classificado-a como importante para a “salvação nacional”, algo que contrariaria a postura de um líder da oposição, de quem seria esperado “reserva” ou “simples ceticismo”. Percebe-se, portanto, que em seu último número *Comício* mais uma vez deixou registrado seu desagrado em relação à UDN, cujo colaboracionismo, latente, é visto com reservas.

Os editoriais de *Comício* permitem apreender a sua linha editorial, na medida em que pautam uma concepção do que seria a imprensa e qual o seu papel. Temos, então, um grupo de jornalistas preocupados em esclarecer quais seriam os interesses dos cidadãos e quem e o que estaria sendo feito nesse sentido. A defesa do regime democrático, em contraste ao contexto anterior de ditadura, ainda muito próximo, é clara.

Desse modo, tais textos trazem os assuntos que seriam os mais caros a seus diretores. Inúmeras vezes, o povo e (o que, segundo o semanário, seriam os) seus interesses são defendidos, sendo frequente a preocupação em assinalar o quanto as ações e decisões do governo contrariavam o que seria melhor e/ou justo para com o povo. Os diretores de *Comício* tinham o intuito de mostrar que interesses do povo estavam ameaçados, o que, de alguma forma, os colocavam como seu porta-voz. Além

disso, embora apresentando uma aproximação com a UDN¹²³, visto a sua importância como principal partido de oposição, ao mesmo tempo, em seus editoriais critica-se a sua aliança com o integralismo, bem como a postura colaboracionista em relação ao governo.

O governo de Vargas, responsável por uma “crise moral”, é duramente atacado, tanto por seu descaso em relação ao povo, quanto por sua postura ambígua em relação à política sobre o petróleo. A interferência do governo varguista na imprensa também é rebatida, bem como o uso inadequado do dinheiro público (visível tanto na crítica à festa realizada na França quanto ao inquérito do Banco do Brasil e seus desdobramentos).

As matérias sobre o povo, nas quais se pode encontrar uma crítica, às vezes indireta, outras vezes explícita, ao “Pai dos Pobres”, foram constantemente publicadas nas páginas do semanário. Além disso, muitos dos assuntos discutidos nos editoriais também são tematizados por Rubem Braga em suas crônicas, assim como em sua seção “Os dias do presidido”. Passo, então, a me debruçar sobre tais textos.

¹²³ Rafael Corrêa de Oliveira, certamente, era o diretor de *Comício* mais próximo da UDN. Como mostra Alzira Abreu (2008), com a eleição de Juscelino Kubischek em 1955, “os grupos que haviam trabalhado para afastar Vargas do poder e que tiveram o apoio de lideranças militares perderam novamente a chance de assumir o controle do governo. A oposição iniciou, então, uma articulação para impedir a posse dos vencedores, abrindo-se nova crise política que teve seu ponto culminante no Movimento ‘11 de Novembro’” (Abreu, 2008:226-227). Dentre os jornais que fizeram oposição à JK estavam a *Tribuna da Imprensa*, o *Estado de São Paulo* e o *Diário de Notícias*. Neste último, o principal espaço de contestação das eleições que consagraram JK era a coluna de Rafael Corrêa de Oliveira, na qual “sustentava que a vitória de Juscelino se dera devido ao apoio dos comunistas e que a interferência do Partido Comunista feria a legitimidade da eleição, já que era um partido ilegal. O *Diário de Notícias* sofria forte influência de Otávio Mangabeira e de Carlos Lacerda, lideranças da UDN” (Abreu, 2008:227).

Capítulo IV: Quem é o povo? A interpretação de *Comício* sobre o cotidiano das classes trabalhadoras na cidade

Como explicitado no editorial de seu número de estréia, o semanário tinha como um dos objetivos a tentativa de “discernir o que, e quem e quando e como representa os interesses mais legítimos da massa de nosso povo” (*Comício*, n.1, p.3), o que correspondeu em focar de maneira sistemática a vida política nacional e os personagens que a compunham.

Se a representação dos interesses do povo é um dos núcleos de preocupação, outro diz respeito à vida desse mesmo “povo”. Assim, são inúmeras as reportagens que apresentam o universo do trabalhador ao leitor do semanário. Para mapear o imaginário a respeito dos trabalhadores que é construído nas páginas de *Comício*, debruço-me sobre as reportagens nas quais a vida do “povo” é retratada. Em suas páginas encontram-se descrições a respeito do transporte público carioca, de mulheres que trabalham o dia todo para ganhar um parco salário, do cotidiano do trabalhador da construção civil e do ascensorista, entre outras reportagens. A seguir, analiso algumas delas.

“Os homens não pedem a Lua”. Se o título da matéria é lírico, seu subtítulo é mais explicativo: “O que eles querem do governo é simples: uma lona para o circo velho, bandeiras para as escolas, remédio e instrução para os garotos – um retrato do Brasil nas cartas que Getúlio recebe e que o comovem, mas não muito”. O texto aborda a questão das cartas que são enviadas ao Catete pedindo ajuda ao Presidente e que passam de repartição em repartição burocrática sem receber qualquer resposta. Ou melhor, como o próprio texto – sem assinatura – ressalta, “algumas petições são atendidas: o mutilado pede uma perna mecânica, uma senhora deseja terramicina, e o Govêrno dá. Isto, porém, que é exceção, só se faz à custa de muita fotografia, de muita nota aos jornais, e desaparece no mar de cartas que eternamente aguardarão uma resposta verdadeira, ou seja, uma solução” (*Comício*, n.20, p. 24). Isto é, uma parcela irrisória das cartas é atendida, mas a título de servirem como propaganda política a Vargas. A massa de missivas ignoradas, no entanto, não estaria pedindo coisas impossíveis ou caras e isso, segundo o texto, decorre do próprio fato dos demandantes serem majoritariamente pessoas pobres:

“(...) os brasileiros não pedem coisas fabulosas, como a lua ou o tesouro do marajá de Kapurtala. Os brasileiros pedem coisas simples, razoáveis ou não, mas de pequeno porte. Quase sempre são pobres, e pobre não está acostumado a grandes sonhos. Gente desempregada, ou mal empregada,

pais sem dinheiro para tratar de filhos doentes, o inventor que precisa de cinco contos para aperfeiçoar sua máquina, a mocinha que ainda não pôde fazer seu enxoval de casamento, o Tenente tuberculoso que se reformou e precisa de matrícula gratuita para o garoto. Não, não se pede a lua. Especialmente não a pedem esses retirantes curtidors e angulosos, que nos acampamentos de emergência, com esforço infinito, desenhão no papel algumas vagas palavras, buscando comover as entranhas do nosso eminente e boníssimo chefe, e que talvez o comovam, mas não muito” (*Comício*, n.20, p. 24).

A ironia para com Getúlio Vargas, patente no trecho acima citado, também se estende ao jornal *Última Hora*, veículo no qual, muito provavelmente, as poucas cartas atendidas seriam incessantemente noticiadas e propagadas. Isto é visível quando o semanário anuncia que teve acesso a algumas dessas cartas – sem explicar como isso se tornou possível – e que irá em seguida transcrevê-las aos leitores:

“COMICIO conseguiu copiar algumas dessas cartas e hoje as oferece a seus leitores. Tranquelize-se o nosso colega incumbido de relatar o Dia do Presidente. Não vamos estragar material de sua seara. As cartas são autênticas, mas não são publicadas para falar bem do Dr. Getúlio. Nem para falar mal. *São quatro poses de um retrato melancólico: o retrato do Brasil*” (*Comício*, n.20, p. 24, grifos meus).

Se a seção “O Dia do Presidente”, publicada diariamente em *Última Hora*, como sugere o semanário, só veiculava textos em favor do presidente, aos idealizadores de *Comício* outro seria o objetivo: mostrar o retrato, para eles, melancólico, do país. Nessas imagens tristes, a vida dos pobres, daqueles para os quais grandes sonhos não apareceriam como possibilidade, está em foco. Desse modo, o semanário busca mostrar, aos seus leitores, um retrato que possivelmente para eles seria desconhecido, colocando-se como intérprete do Brasil melancólico que a propaganda varguista não tornaria público.

Na edição número 22 foi publicada uma carta de um leitor que comenta essa matéria, chamando a atenção para o descaso dos poderes públicos, especialmente em relação às regiões norte e nordeste. Outra carta, embora não cite a matéria, fala a respeito das promessas eleitorais que não são atendidas pelos políticos após eleitos, expondo o caso do subúrbio onde ela moraria, no qual haveria falta de água:

“OS HOMENS NÃO PEDEM A LUA

Leitor assíduo de COMÍCIO, revista que tão depressa conquistou as boas simpatias e continua prendendo a atenção das pessoas sensatas,

daquelas que ainda não se acham com a mente corroida pelos virus do embuste, venho, por esta, confessar-lhe o quanto me impressionou o artigo ‘os homens não pedem a lua’, inserto no nº. 20.

Sim, impressionou-me sobremodo a maneira rude com que são descritas as condições nas quais se encontram aquêles párias. São expressões rudes mas sinceras, refletem a dor da fome, da nudez, das doenças, provenientes do depauperamento orgânico, acrescida do profundo desgosto de serem analfabetos e saberem que seus filhos terão a mesma sorte.

Com isto, fico a pensar que, os homens que exercem o poder, bem poderiam melhorar o seu patrimônio moral auxiliando êsses infelizes, proporcionando-lhes, inclusive, a noção exata de que são seres humanos e como tais têm direito à existência, independente do juízo ou permissão dos credores de suas vidas; sim uns há que, pensam ser um privilégio poderem viver ainda sob um baraco de palha, à sombra de um catolé, visto que a terra não lhes pertence e o ‘curuné’ lhes paga o que entende e como quer.

Eu saí daquele meio, onde me vi escravizado, trabalhando pela comida, que nem sempre acudia à necessidade do organismo. E porque sofri na carne todo êsse cortejo de privações, de dor e angústia, sinto com emoção, o significado daqueles apelos desajeitados, muitos sem nexos, mas que, como as notas musicais, cada garrancho representa uma tonalidade de desespero.

Esses, sabem pedir, outros há que nem isso sabem fazer; e só provam sua existência por um pouco de esforço de parte do funcionário do recenseamento, ou então no dia de eleição, quando, a trôco de uma caneca jacuba, um pedaço de jabá e de uma enxada marca ‘jacaré’, votam naqueles ou naqueles em quem o capataz ordenar.

No entanto, é tão fácil ser bom, acessível e humano! A questão é de poder e querer... e eles podem, mas não querem.

Alega-se que, se os que mandam fôssem atender todos casos pessoais não fariam outra coisa, porque a legião é interminável. Sim, mas aí não se trata de casos pessoais mas sim regionais, são regiões do país que vivem inteiramente esquecidas por eles, principalmente o norte e o nordeste. Nesses setores a justiça e a assistência ainda são representadas pelo arbítrio e pelo trabuco.

José Francisco de Lima (Rio)

R – Os homens que exercem o poder se deixam vencer às vezes pelas seduições e vícios do poder. Ambição, vaidade, orgulho, insensibilidade e outras coisas feias toldam-lhes a visão clara do bem público. O gabinete do homem de governo é um lugar a parte, muitas vezes, do mundo real. ‘Isso’ continuará por muito tempo, mas tenhamos a esperança de que algum dia, o nosso filho, ou nosso neto, possa dizer: ‘Isso’ acabou. Aconteceu num triste passado...” (*Comício*, n.22, p.10).

“PROMESSAS

‘Moro num subúrbio distante, com ruas sem calçamento, e o povo não tem água pra beber, e por isso vive batendo no meu portão pedindo uma latinha d’água, eu fico contrariada, não porque eles pedem, final eles não têm outra alternativa, mas me dá vontade de mandar eles pedirem água na casa do prefeito ou então ao Mourão Filho e ao João Luiz de Carvalho que forma

os vereadores pra quem êles votaram e que fizeram discurso até ‘arrebentar’ na época das eleições, prometendo mundos e fundos, e não sei porque prometeram se êles nada tinham para dar. Veja se é possível aguentar isto. Como é que a gente pode viver em paz vendo essas coisas? Quando o ônibus passa na Avenida Brasil, pode-se ver a fila de casebres e até em baixo da ponte (que novidade!) tem gente morando e a criançada a pedir esmola quando o ônibus para porque a cancela está fechada esperando o trem de ferro passar... êste mesmo trem de ferro que há poucos dias por um verdadeiro milagre não pegou nosso ônibus (acho que ainda não era hora de abrir a cancela!) e o reduziu a farrapos.

Mas já chega de falar destas coisas... eu vou continuar torcendo como já prometi, quem sabe um dia dêsses as coisas endireitam?

Um abraço de solidariedade da ‘prima pobre’.

Giselita Carvalho

R – D. Giselita, o homem honesto e bom, capaz de botar o Brasil nos trilhos, também nós o estamos esperando. Por favor, não feche o seu portão aos que lhe vão pedir a água prometida pelos vereadores Mourão Filho e João Luiz de Carvalho. Por que êles prometem tanto? Estamos remetendo a sua carta a esses vereadores. Vamos ver o que êles dizem. Se êles não responderem, então nós lhe diremos. Mas desde já fique sabendo que é por isso mesmo que a senhora está pensando” (*Comício*, n.22, p.10).

As respostas da redação às duas cartas deixam claro o seu pessimismo em relação ao cenário político. Os homens que exerceriam o poder no país não teriam uma visão clara a respeito do que é “bem público”, uma vez que estariam embriagados pelas “seduções e vícios do poder”. No entanto, asseguram que, como a leitora, estão aguardando o aparecimento do “homem honesto e bom, capaz de botar o Brasil nos trilhos”. Esse homem, que ainda demorará a aparecer, segundo o prognóstico da redação, não é, como se pode presumir, o que estaria atualmente no comando do país.

Na terceira edição de *Comício*, na quarta capa, encontra-se uma grande foto, que preenche quase a página inteira, de um homem aparentando já certa idade, com um chapéu na cabeça e um cigarro na boca. Abaixo da imagem, uma frase entre aspas: “‘Eu construí o Banco Boa Vista’” e a indicação das páginas nas quais estaria o texto da reportagem em questão. O texto encontrado tem o seguinte título: “Vida e obras do pedreiro Waldemar”, o que parece sugerir certa ironia com uma nomeação muito corrente para se tratar da biografia de literatos e demais intelectuais. O pedreiro Waldemar é, portanto, retratado como uma figura cuja vida e trabalho merecem, também, serem narrados. A matéria, sem assinatura, pretende discorrer sobre o cotidiano dos trabalhadores da construção civil na cidade do Rio de Janeiro, que é marcado por privações pecuniárias, parcas horas de sono, sendo que várias horas do dia são passadas dentro de conduções lotadas, para ir e voltar do trabalho – uma vez que

moram longe do Centro ou da Zona Sul, ou seja, dos locais nos quais ocorria um forte processo de verticalização –, e tendo que se valer de marmita para se alimentar.

A matéria, composta de quase duas páginas, possui quatro fotos. A primeira, grande, com a imagem de um trabalhador, é seguida da legenda: “Chegam da roça, sem ao menos saber lêr. Vem tangido pela miséria rural, sabe, desde criança construir casinhas de barro e sapê – mas aprende a ler escrituras nessa folha de papel”. A foto seguinte, que mostra dois homens olhando para um papel, provavelmente a planta da construção, tem a legenda: “Os preços dos apartamentos sobem, de causar vertigens. Mas esta palavra não pode existir no dicionário dêste homem, que domina a cidade...”. O processo de verticalização do período, em confluência com a especulação imobiliária, traz a necessidade de se empregar mais e mais trabalhadores da construção civil, que acabam, dessa forma, “dominando” o Rio de Janeiro. Tais trabalhadores, no entanto, são isentos de culpa nesse processo de construção acelerada: a terceira imagem, que mostra trabalhadores em cima de um andaime, é acompanhada da legenda: “Incorporações, especulação imobiliária, fortunas construídas em golpes de audácia e habilidade... mas não pelo pedreiro Waldemar, êle só sabe construir edifícios”. A legenda da última foto, contendo dois trabalhadores levantando uma parede, possui o mesmo tom: “As vezes um prédio em construção vem abaixo. De quem é a culpa? Este homem apenas sabe que uniu os tijolos com a argamassa”.

O parágrafo que abre a matéria, como no texto anterior, traz o leitor para perto, para participar da conversa e ter, assim, “um pouco mais de conhecimento” sobre a vida do pedreiro Waldemar:

“Não pretendemos apresentar ao leitor o pedreiro Waldemar – o Waldemar, ‘que é mestre no ofício, constrói um edifício e depois não pode entrar’. Mas vamos tomar um pouco mais de conhecimento de sua vida – cujo fato mais importante é o trabalho das 7 da manhã às 4 da tarde. Se você mora perto de um edifício em construção, isto é, se você mora no Rio de Janeiro – estão sabe muito bem que o serviço começa às 7 e, quando se esquece disso, a serra circular contando a madeira e o seu sono se encarrega perfeitamente de lembrar em alta voz. Mas Waldemar não tem serra que o acorde. Para estar na obra às 7 êle tem de despertar muito antes: a maioria dos homens da construção civil mora em subúrbios distantes do Distrito Federal, ou no Estado do Rio” (*Comício*, n.3, p. 29).

O leitor é o “você” que tem “o seu sono” atrapalhado pelo trabalhador da construção civil. É, portanto, alguém que mora nos locais onde o pedreiro Waldemar e

tantos outros vão trabalhar, isto, é, longe do subúrbio carioca. Aqui, vale lembrar os anúncios de incorporadoras presentes em *Comício*, trazendo informações ao leitor sobre edifícios de apartamentos à venda no Centro e na Zona Sul do Rio de Janeiro. O texto pontua, dessa maneira, as diferenças entre a vida do leitor e a do trabalhador retratado, deixando claro que, enquanto o primeiro é inconvenientemente desperto pelo barulho feito pelo outro, este, para chegar até lá e assim o fazer, teve que acordar muito antes. E, além disso, enquanto o leitor, provavelmente, já habita um dos imóveis construídos na região, o pedreiro, que o construiu, não tem condições de tê-lo. Nesse ponto, fica clara a desigualdade social que os separa, visto que, como aludido anteriormente, os próprios diretores do semanário asseguravam que a maior parte de seus leitores seria “consumidores de um nível médio”.

A questão das condições de vida e de trabalho do trabalhador da construção civil reaparece na quarta capa da edição oitava do semanário. Uma foto grande mostra dois homens sentados e comendo em cumbucas com uma colher. O título do pequeno texto que acompanha a imagem os denomina: “Êsse grande esquecido: o marmiteiro”. O argumento é o de que o trabalhador da construção civil seria mais esquecido que os demais, da indústria e do comércio, sendo aludidos apenas em um período eleitoral. Frente a tal realidade de abandono, *Comício* busca explicitar aos leitores a vida dos esquecidos:

“‘Marmiteiro’ foi uma expressão que fez fortuna nas vésperas de um pleito eleitoral. Depois, como tudo o mais, foi esquecida. E se a expressão foi esquecida, do homem então nem se fala. O trabalhador em construção civil só é lembrado pela voz dos sambas, que imortalizou o pedreiro Waldemar. Muitos trabalhadores da indústria e do comércio, em nossos grandes centros urbanos, já recebem uma alimentação boa, sadia e a preço razoável. Mas ninguém ainda se lembrou de distribuir marmitas térmicas pelas obras, na hora do almoço, para evitar que êsses homens, que fazem um serviço duro, continuem subalimentados. Aí estão êles, com seus pratinhos de lata. Outros vão ao botequim da esquina comer um sanduíche e tomar uma cerveja prêta...” (*Comício*, n.8, p.32).

Se os textos até agora analisados não possuem assinatura, outros três foram escritos pela jornalista e cronista Eneida: “Conversa com os homens que sobem e descem para ganhar a vida” (publicado no número 5), “As formigas da cidade: por 1.200 cruzeiros mensais, milhares de moças passam o dia atrás do balcão” (publicado na edição 8) e “Viajando com o povo” (veiculado na edição 10).

Na primeira reportagem, o foco recai sobre o cotidiano dos ascensoristas que trabalham na cidade do Rio de Janeiro. A legenda de uma das fotografias que compõem a matéria explicita o quanto este assunto parecia ser usualmente ausente na imprensa do período: “Êsse homem não está se escondendo, como pode parecer à primeira vista. Êle apenas olha para o fotógrafo, intrigado com o jornalista que o foi ouvir. Será possível que os jornais se interessem pela nossa sorte? – Pergunta com os seus botões dourados, o ascensorista” (Eneida, n.5, p.26). *Comício* se interessa, e busca informações com o presidente do sindicato da categoria, que revela que existiriam, no Distrito Federal, 3.584 cabineiros sindicalizados, sendo que receberiam, em média, Cr\$ 1.200 por uma jornada de oito horas diárias. Tal valor, na época, correspondia a um salário mínimo.

Além do presidente do sindicato, Eneida entrevista outros ascensoristas, com o intuito de saber a respeito de sua rotina (também marcada pelo uso de transporte público), de como lidam com o pequeno ordenado – visto que muitos possuiriam uma família numerosa – onde moram, quais são seus planos e sonhos etc. O tom da matéria é melancólico, como revela o último sub-tópico, nomeado “Subir, descer, contingências da vida”, que descreve a rotina do ascensorista ao leitor:

“Sentados em banquinhos, movendo manivelas, de pé algumas vêzes, sofrendo o verão e o inverno, em luxuosas ou modestas cabines, êsses homens trabalham oito, dez, doze horas por dia. Filas e filas aguardam sua chegada. A impaciência às vezes torna agressivos os passageiros, mas lá vão eles subindo ou descendo anunciando os andares, abrindo e fechando portas...” (Eneida, n.5, p.28).

Já em “As Formigas da Cidade”, Eneida explora o cotidiano das moças que trabalham o dia todo “atrás do balcão”, para receber ao final do mês, como a maioria dos ascensoristas, um salário mínimo. Assim como os trabalhadores da construção civil e os ascensoristas, trata-se de mulheres que acordam cedo, utilizam o transporte público, para vir, “dos mais distantes pontos da cidade”, para o trabalho. Também como os trabalhadores da construção civil, comem o que prepararam no dia anterior.

“Quando amanhece, já estão de pé, bem acordadas: São as formigas da cidade. Às 8 horas, depois que se abrem as portas de aço das casas comerciais, surgirão atrás dos balcões, prontas para atender à freguesia. Vêm de todos os pontos da cidade: na Estação Pedro II, dêse muito cedo, os trens despejam milhares e milhares delas, sobraçando embrulhos, guardando o almoço feito na véspera (a maioria das casas comerciais não possui refeitório e o salário não dá para comer em restaurantes). Bondes,

ônibus, todos os meios de transporte as trazem, dos mais distantes pontos da cidade.

Há as que são jovens, tão jovens que dá vontade de vê-las trabalhando em casa de brinquedos” (Eneida, n.8, p.14).

Novamente, Eneida constrói seu texto por meio de entrevistas que realizou com algumas dessas moças, tentando apreender como elas encaram seu cotidiano no qual “a vida é dura”, sendo que “quase tôdas precisam ajudar a família” (Eneida, n.8, p.14). Composta de duas páginas, tem seis fotos, que mostram as moças entrevistadas trabalhando, com legendas que acrescentam informações sobre as “formigas”. Uma delas afirma: “As flôres são coloridas e alegres. A moça que as vende, no entanto, às vezes é pálida e triste. O baton, o ‘rouge’ e uma atitude profissional podem, porém, transformá-la” (Eneida, n.8, p.15). A reportagem, que principia com o começo do dia das “formigas”, finaliza mostrando sua rotina após o expediente:

“São sete horas da noite. As portas de aço estão descendo. As formigas saem correndo, modestas, pálidas, agora que deixaram os uniformes. Mas o penteado está correto e elas correm em busca dos trens, dos ônibus, dos bondes. Agora vão namorar, irão ao cinema do bairro, quem sabe a uma festa, ou a um teatro. Estão exaustas, talvez só possam mesmo dormir. Depois, amanhã cedo tudo tem de recomeçar.

– Sou noiva, mas só vejo meu noivo duas vezes por semana. Ele também trabalha no comércio. Não podemos nos encontrar todos os dias – confessa Eurípedes, das Lojas Americanas” (Eneida, n.8, p.15)¹²⁴.

A questão do transporte público, que, como visto, está presente no cotidiano de todos os trabalhadores retratados, mereceu uma matéria, cujo título é elucidativo: “Viajando com o povo”. Eneida realiza vários percursos em diferentes transportes e

¹²⁴ A questão do papel e espaço social das mulheres foi tema de outras duas matérias. No entanto, enquanto a de Eneida tem como foco mostrar o cotidiano de exploração ao qual as mulheres no Rio de Janeiro estariam submetidas, as outras duas registram seu processo de emancipação e luta por direitos políticos e sociais. Assim, na décima primeira edição, Radhâ Abramo assegura que “Em São Paulo as mulheres trabalham em tôdas as profissões”, mostrando que, depois de um período em que as mulheres que trabalhavam eram vistas como pioneiras, no presente seria cada vez mais rotineiro encontrá-las ocupando os postos antes tidos como exclusivamente masculinos. Narra a história de mulheres que estariam trabalhando como jornaleiras, frentistas, “chauffeuses”, linotipista, assistente social e matadora de bois. Em “As mulheres tomam pé na política” (número 19) Zoia Laet Barros descreve o encontro da VIII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres, apresentando as mulheres envolvidas, as pautas e discursos proferidos. A reportagem deixa clara a reprovação frente à “má vontade” masculina em relação à causa feminista: “Esta reportagem é dirigida especialmente às mulheres brasileiras, que assistem da platéia o movimento de emancipação feminina; bem como aos cavalheiros de má vontade, que caricaturizam as atitudes políticas da mulher dos nossos dias. (...) Hoje, a mulher luta e conquista a sua maioria civil e política, sem distorção da sua feminilidade, sem precisar de antiestéticos travestis” (Barros, n.19, p.22).

narra sua experiência, pontuando o texto com as conversas que teve com as pessoas que encontrou, bem com as conversas entre os passageiros que ouviu. Também esse texto possui fotos com legendas; uma delas, trazendo inúmeras pessoas penduradas para fora do bonde, é elucidativa acerca do seu tom: “Um bonde com suas pencas humanas de pingentes: um espetáculo incrível em qualquer país civilizado, mas absolutamente vulgar no Rio” (Eneida, n.10, p.23).

“Vamos hoje viajar com o povo. Não esperemos nenhuma espécie de conforto; os bancos ou serão duros e viajaremos jogados para o alto e para a frente, como bolinhas de tênis, ou os estofos e as molas estarão arrebitados e sofreremos da mesma maneira. Aliás o mais certo mesmo é viajarmos em pé, agarrados em alças, balaustres, em qualquer coisa que esteja ao alcance de nossas mãos.

O povo muito se locomove na área de mil trezentos e trinta e seis quilômetros quadrados do Distrito Federal e os transportes são pouquíssimos para uma população de dois milhões e quinhentos mil habitantes” (Eneida, n.10, p.22).

O subtítulo da reportagem resume a conclusão que Eneida chegou depois de, junto com o povo, utilizar os diferentes transportes públicos da cidade do Rio de Janeiro. Nele, o uso do adjetivo “maravilhosa” parece denotar que, aqui, está sendo retratado o lado não cenográfico da cidade tida como maravilhosa:

“Nossa intrépida redatora faz as viagens não maravilhosas do Rio: trem, bonde, ônibus, lotação, barca, lancha – E depois de filas, perigos e solavancos volta dizendo: ‘Mas êsse govêrno está dormindo’” (Eneida, n.10, p.22).

Ao final do texto, Eneida acusa o governo de negligência para com o povo que viajaria como animais de carga, e convida os leitores a imaginar o que o prefeito sentiria se viajasse junto com o povo.

“Não sei como o enorme barulho das buzinas e dos freios, dos apitos e motores, não acorda o govêrno. Seu sono é realmente muito pesado e enquanto êle dorme, a gente do povo viaja como animais de carga. Imaginem os leitores se o prefeito da cidade, um dia, sem escolta e sem banda de música, viajasse com o povo. O que sentiria êle? (Eneida, n.10, p.23).

Com essas reportagens, é possível traçar um mapa simbólico então operante do Rio de Janeiro: no subúrbio moram os pobres, o povo; a região central é um espaço

essencial tanto de trabalho como de transporte, e a zona sul é habitada pelas pessoas ricas. Algumas imagens desse mapa aparecem na reportagem de Eneida sobre os transportes públicos:

“ – Muito já se tem escrito e falado nos horrores da Central do Brasil e da Leopoldina, principalmente às 6 horas da manhã, quando o povo trabalhador desce dos subúrbios para as fábricas, oficinas, escritórios, e das 17 em diante, quando êsse mesmo povo volta aos lares. Dos desastres não diremos nada: êles são bastante frequentes, medonhos e sinistros para dar um sabor de aventura e risco a essas viagens de rotina” (Eneida, n.10, p.22).

Na edição número 16 encontramos duas cartas que, embora não façam alusão à reportagem de Eneida, escrevem para reclamar acerca da qualidade dos ônibus cariocas, cuja publicação corrobora com a descrição sobre a situação elaborada pela autora:

“SÔBRE CINEMAS

Um leitor, Frederico Paiva Gurbatão, manda-nos uma longa carta fazendo críticas e reparos ao funcionamento dos cinemas do Rio. Muito obrigado, Frederico, aproveitaremos em outro local a sua carta. Aqui transcrevemos apenas o que êle diz sôbre ônibus:

‘Uma coisa que tenho notado: os nossos ônibus, possuem em suas portas os balaústres, para o passageiro segurar, ao entrar e sair. Pois bem: a maioria dêstes balaústres é de metal NU e quando o passageiro vai tomar o ônibus, recebe um choque, que se não é mortal, pelo menos não é agradável, mormente, quando o mesmo não é esperado. Isto estou contando porque eu mesmo já sofri inúmeros dêstes choques (e quero ser ‘mico de circo’ se a maioria dos Srs. já não os sofreu também). A Prefeitura deveria tomar providências urgentes a êste respeito. Bastaria providenciar para que as Cias. de ônibus cobrissem os balaústres com proteção de madeira. Tão simples, não é? E enquanto isto o povo carioca vai levando seus choquezinhos.

A linha de ônibus mais especializada nestas cadeiras elétricas ambulantes é a ‘14’ que faz o percurso Leopoldina-Mourisco. Esta linha possui agora uns ônibus grandes, todos com balaústres nus de metal e cada vez que se toma um ônibus dêstes, seja parado ou andando, bastando estar o motor trabalhando, é fatal: leva-se um choque’” (Comício, n.16, p.20).

“AINDA OS ÔNIBUS

‘Acho que a Prefeitura devia acabar imediatamente com êsses ônibus vermelhinhos (11 e 111). Dão choque, sujam a roupa, sacolejam horrorosamente, enguiçam a todo instante e se incendeiam de vez em quando. E não deixam ninguém dormir nas ruas por onde passam, porque fazem um barulho tremendo. Não é uma vergonha admitir que êsses calhambeques continuem a se arrastar por aí?

J. PESSOA’

R. – É sim” (*Comício*, n.16, p.20).

Em “Onde Ogum é amigo de Jesus” (número 1), o texto apresenta informações sobre a cidade de Duque de Caxias, próxima ao Distrito Federal. Sem assinatura e com a informação de que as cinco fotos que compõem a matéria seriam de Salomão Scliar, mostra que haveria duas Caxias: uma “far-west”, pontuada de violência e outra “trabalhadora e progressista”. Aqui, temos uma imagem positivada dos locais de moradia de muitos dos trabalhadores que diariamente efetuariam migração pendular para trabalhar na capital. “Caxias ganhando seu pão de cada dia. Com milhares de pessoas que vêm diariamente trabalhar no Rio – cozinhar, dar duro atrás de um balcão, erguer edifícios de cimento em Copacabana, labutar nas fábricas e nos transportes. No meio dessa gente, muita gente de côr” (*Comício*, n.1, p.10). E seriam tais pessoas, “esta parte mais humilde da população”, as responsáveis por divulgar o nome da cidade internacionalmente em revistas européias e norte-americanas, em decorrência da “extraordinária riqueza de seu ‘folk-lore’”, que incluiria a macumba – assunto da matéria – grupos de folias de Reis e escolas de samba.

A relação entre o povo e a cultura dita erudita foi tratada na matéria “Como se estuda teatro no Rio”, publicada na edição 7 e assinada como “reportagem crítica de Henrique Oscar”. A crítica é visível já no subtítulo do texto: “Muitos rapazes e moças deixam de jantar para ir a dois cursos oficiais gratuitos, mas na verdade aprendem muito pouco” (Oscar, n.7, p.20). Segundo o autor, nos últimos anos haveria um processo de renovação e desenvolvimento do teatro no país, com o estabelecimento de novas companhias, o melhoramento das já existentes, maior atividade de amadores e a formação de um público cada vez maior e mais exigente, o que levaria muitas pessoas a se interessarem em se dedicar ao teatro profissionalmente.

O caminho, no entanto, passaria pelos cursos de teatro, cuja qualidade é questionada por Oscar. As grades curriculares cheias de disciplinas, algo passível de crítica segundo o autor, decorreria da precária formação dos alunos que necessitaria ser atenuada, visto que “a maioria dos estudantes é constituída de pessoas pertencentes às classes não abastadas, de rapazes e moças que trabalham, principalmente de comerciários” (Oscar, n.7, p.21). Embora a grade efetuada tendo em vista o público dos cursos seja motivo de crítica, o fato de as classes menos favorecidas se interessarem por teatro é visto de maneira positiva:

“Êsse fato, por outro lado, é da maior importância, pois demonstra um profundo interesse do povo pelo teatro, ao ponto de escolhê-lo como profissão, o que certamente não é feito tendo em vista as vantagens materiais que possa trazer... O desejo de aprender teatro leva êsses rapazes e moças a frequentarem diàriamente as aulas do Curso, que se estendem das 18 às 22 horas, depois de um dia inteiro de trabalho e, na maioria das vezes, sem jantar (o Curso lhes fornece um lanche)” (Oscar, n.7, p.21).

Muito provavelmente, algumas das moças que buscavam esses cursos de teatro eram as mesmas “formigas da cidade” retratadas anteriormente.

Na edição número 8, há dois textos sobre as condições de vida das crianças pobres: enquanto “A verdadeira hecatombe: mais da metade das crianças morre antes dos cinco anos”, assinado por Ivonne Jean, trata dos alarmantes índices de mortalidade infantil do período, em “1.200 crianças aprendem a ler sentadas no chão” Salatiel Marinho retrata a precariedade de estrutura de uma escola no Rio de Janeiro – sendo que esta última matéria recebeu chamada de capa.

O primeiro texto é composto por três páginas e seis fotos, cujas legendas sintetizam as questões e angústias trazidas por Jean. A primeira foto, grande, que ilustra a primeira página da reportagem, retrata uma mãe sentada, cabisbaixa, com uma criança ao fundo, provavelmente sobre uma cama, junto com o seguinte texto: “No Brasil morre uma criança em cada 42 segundos; 85 por hora, e 2.040 por dia; o carinho dessa pobre mãe bastará para preservar essa linda menina da enorme lista negra?”. Na segunda página há duas fotos: uma com duas crianças de mãos dadas andando em uma estrada e outra menor focalizando um bebê. As respectivas legendas são: “A menininha loura avança pela mão de sua irmã, por uma estrada qualquer dêste Brasil. Chegará até os 5 anos? Mais da metade tomba no caminho” e “Mamar, depois dormir... Ela vive, quietinha, um momento feliz. Mas não é apenas a fome que mata: a falta de higiene e a ignorância dos pais são grandes culpadas da hecatombe”. Das três fotos que compõem a última página da matéria, duas reúnem uma dupla de crianças “da favela” (já grandes) e “do morro” e outra evidencia uma criança “da roça”. As legendas são, respectivamente: “Meninos das favelas: ‘driblaram’ a taxa de mortalidade infantil que, na Cidade Maravilhosa, foi, em 1945, superior a 125 por mil – só contando menores de 1 ano...”, “Crianças do morro – ‘gente que vive porque é teimoso’. A diarreia e enterite liquidam, muitas vezes, essa teimosia”, “As mulheres da roça dão à luz, monotonamente todo ano, mas a maioria dos filhos sucumbe cedo. O pequeno vaqueiro é um feliz sobrevivente”.

As imagens e os textos que as acompanham deixam claro que a questão da mortalidade infantil assola principalmente a população pobre, sem recursos e sem instruções a respeito de saúde; realidade esta, possivelmente distante, que é apresentada ao leitor de *Comício*. As duas fotos com crianças das favelas e morros cariocas explicitam novamente a geografia simbólica que é traçada no semanário. Ao final, a autora conclui que a queda das taxas de mortalidade infantil só ocorrerá “quando as condições de vida da população melhorarem” (Jean, n.8, p.10) e que para isso é preciso que seja traçado um grande plano de proteção à infância “que não seja começado por um governo e abandonado pelo governo seguinte” (Jean, n.8, p.10). Como na reportagem sobre os transportes públicos, novamente os poderes públicos são apontados como negligentes aos problemas que assolam a população menos abastada.

O primeiro parágrafo do segundo texto chama a atenção para o estado de calamidade no qual viveria grande parte da população do país:

“O Brasil é um país de analfabetos. Todo mundo sabe disso. Essa é, por isso mesmo, uma verdade, uma verdade já meio tediosa, como aquela outra, que fala no ‘vasto hospital’. Setenta por cento dos cidadãos adultos que vivem nesta terra de que tanto nos ufanamos não sabem ler, nem escrever. Já não falamos das crianças que vivem aí ao Deus dará. Quando vivem, porque geralmente elas costumam morrer, conseguindo, assim, um recorde mundial para a nossa Pátria: o da mortalidade infantil” (Marinho, n.8, p.22).

O texto apresenta a situação das crianças que estudariam em uma escola em Bangu na qual, por conta da falta de cadeiras e carteiras, seriam obrigadas a se sentar no chão. Cinco edições depois, a questão da saúde pública do país é apresentada, em uma matéria que recupera a expressão utilizada no parágrafo supracitado: “Um vasto hospital – sem enfermeiras”. O texto, assinado por Beatriz Bandeira, revela o estado na qual se encontrava a profissão de enfermeira no país. O subtítulo sintetiza o problema: “Para 50 milhões de brasileiros há apenas mil enfermeiras diplomadas, e a metade não exerce a profissão” (Bandeira, n.13, p.27).

Ainda na décima terceira edição, foi publicada uma matéria que retrata outra figura das camadas menos favorecidas: os homens que dormem em hospedarias. “Vagas para cavalheiros que não sejam muito exigentes e tenham 10 cruzeiros para dormir (ou não)” é um texto de uma página, com duas fotos e a seguinte autoria: “Antônio Fraga, dormiu e escreveu – Carlos fotografou”. Também nesta matéria, o leitor é chamado a

dialogar com o autor, que afirma que ambos têm conhecimento sobre quem são as pessoas que se vêem obrigadas a recorrer a hospedarias para passar a noite:

“Êle (para que dar-lhe um nome? Eu e tu, meu caro leitor, sabemos quem é êle) gostaria de sofrer de insônia. A barba por fazer, a roupa mal amanhada e o aspecto famélico mostram que não é da casta dos que gostam de passar a noite em claro, declarando amor às mulheres noturnas ou trocando idéias num café, entre um e outro ‘chopp’. Os boêmios não sofrem e não querem sofrer de insônia: dormem durante o dia, como os larápios. Mas há os que têm sono e não podem dormir, não têm onde dormir. São os que foram apanhados de surpresa por alguma reviravolta da fortuna ou os que nunca a tiveram. São os que comem nos restaurantes chineses, quando comem; os que se vestem nos belchiores, quando se vestem; os que dormem em hospedarias, quando dormem. E êle é um dos que gostaria de sofrer de insônia para não ter que dormir em hospedaria” (Fraga, n.13, p.15).

Fraga localiza socialmente o usuário de hospedarias no Rio de Janeiro, cujas características são pontuadas pela falta: de roupa, comida, de lugar para dormir. O que não lhe falta, e nesse caso, infelizmente, é sono. A narrativa a respeito das hospedarias revela o descaso de seus donos e o estado de falta de higiene a que são submetidos os homens que lá buscariam uma cama. O texto assegura que haveria setenta e cinco hospedarias na cidade do Rio de Janeiro, cada uma com em média cinquenta camas. Chamadas pelos frequentadores de “biroscas” e “biras”, seriam majoritariamente comandadas por espanhóis.

O aproveitamento espacial efetuado pelos donos – e as consequências para os ocupantes – é descrito em detalhes:

“Os donos de biras enriquecem rapidamente. Explorar o sono alheio é um ótimo negócio. Uma cama, pèssimamente localizada, rende dez cruzeiros diários – no mínimo. Todo espaço ‘útil’ é aproveitado na birosca. As camas são compradas levando em conta a menor largura e comprimento possíveis, o que obriga os seus futuros ocupantes a tomar posição idêntica à de sua nebulosa vida intra-uterina ao deitar-se.

Dado o tamanho, enfileiram-se, fàcilmente, pelos quartos e estreitos corredores, chegando mesmo a ser postas nas áreas, sob o beiral dos telhados. As dos quartos, considerados mais grã-finas que as do salão geral e corredores, em nada se diferenciam das outras, a não ser pelo local que ocupam e pelo preço um pouco mais alto” (Fraga, n.13, p.15).

O texto narra a experiência do homem que vai até a hospedaria em busca de uma cama. Ele tem que escolher se quer ficar no quarto ou no corredor, mostrar um

documento e pagar. Em seguida, ganha um número, correspondente a sua cama. “Daí por diante, se ficar freguês da ‘bira’, será conhecido unicamente por êsse número, como se fôra um penitenciário” (Fraga, n.13, p.15). O ocupante encontrará uma roupa de cama “imunda”, trocada apenas uma vez por semana. Será picado por percevejos. De manhã, depois de lavar o rosto no tanque, o secará com uma toalha coletiva, que na verdade é um velho lençol. “Durante a noite acorda várias vezes. Algum rapaz melífluo, em busca de carinho, ou a polícia vem despertá-lo. Solta um palavrão ou exhibe de novo a carteira, conforme for o caso. As vezes, mesmo se documentando, vai acabar a noite num xadrez. Nem sempre o importunam, porém. Então, dorme em linha reta – do anoitecer ao amanhecer” (Fraga, n.13, p.15). Apesar de explicitar todos esses inconvenientes, o texto finaliza em tom de esperança:

“Indubitavelmente não dormiu o suficiente, pois está sonhando de olhos abertos. Sim; está sonhando que nunca mais dormirá em hospedaria, nem mesmo que esteja arrebentando de cansaço. E sai, pisando firme, com um sorriso de otimismo nos lábios, ao sol de sua luminosa esperança” (Fraga, n.13, p.15).

Na edição seguinte, outra figura é apresentada ao leitor: o seringueiro. Com o título “O seringueiro continua”, traz a seguinte assinatura: “Notas de uma viagem de Newton Carlos”. O subtítulo não deixa espaço para dúvidas quanto à condição de vida de tal trabalhador: “Um fantasma do passado que ainda é a única realidade do presente: sua viagem, sua miséria, sua doença e sua eterna exploração” (Carlos, n.14, p.24). O objetivo da matéria, como das outras que ficam em determinados trabalhadores, é mostrar como viveriam esses brasileiros:

“No momento em que se discute o destino da indústria da borracha no Brasil um repórter volta os olhos para essa figura dramática e humilde: o seringueiro. É uma figura historicamente condenada: em seu lugar virá o trabalhador das plantações de seringa e o operário da fábrica de borracha sintética. Uma indústria moderna, de necessidade cada vez maior, não pode depender desse sistema anacrônico, desumano e primário de obter a matéria-prima. Mas a verdade é que, por enquanto, depende. A última seca lançou novas levas de nordestinos e cearenses para a Amazônia. Esta reportagem dá uma idéia rápida, mas viva, dessa obscura procissão” (Carlos, n.14, p.24).

Comício também registrou em suas páginas uma história que gerou comoção entre seus leitores, sendo que alguns, sensibilizados, doaram dinheiro à família do

indivíduo que foi alvo da matéria, enquanto outro chegou a enviar carta à redação indagando se o semanário estaria “pregando” o crime. O título da matéria é revelador a respeito da forma como *Comício* aborda a questão: “A necessidade arrastou-o ao crime: na madrugada de sábado, o operário exemplar transformou-se num ladrão arrombador”.

“Roubei porque meus filhos estavam ameaçados de passar fome”. Em decorrência desta declaração de Gerson Santa Rosa, o operário exemplar que virou ladrão, dois cronistas do semanário – cujos nomes não são revelados – foram atrás dele a fim de conhecer sua história, que, segundo Rosa, justificaria o seu crime, e em seguida a narram ao leitor, em uma matéria de mais de três páginas publicadas na edição seis. Além de retratar as privações pelas quais Gerson e sua família estavam passando, e de afirmar que ele seria um “ladrão que a própria vítima defende” (*Comício*, n.6, p.20), os cronistas também entrevistam o patrão, que se mostra surpreso pelo ocorrido, a vizinha, que garante os bons antecedentes de Gerson, e sua mulher, que o elogia:

“Com um fio de voz, tímida ao excesso, ela informa que Gerson foi sempre muito trabalhador. Mostra o barraco, feito por êle, nas horas vagas. Levantava-se às 4 horas da madrugada, para sair rumo ao trabalho. Só voltava à noite. Foi sempre bom pai e bom marido. Nunca dormiu fora de casa” (*Comício*, n.6, p.22).

O texto, que se inicia com uma crítica às condições às quais os presos estariam sujeitos nos cárceres do país – o próprio Gerson estaria em um “porão sem ar, sem água, sem sol” (*Comício*, n.6, p. 20) – também apresenta uma crítica ao governo Vargas, valendo-se da própria declaração dada por Gerson. O subtópico em questão, denominado “Desilusão”, traz a seguinte passagem:

“Perguntamos a Gerson Santa Rosa se êle tem algum partido político. Responde que não. Depois pede desculpas para dizer (‘Pode ser que o senhor seja getulista’, diz êle’) e confessa: – *Votei no Getúlio, como todo pequeno. Mas fui iludido.* Hoje é que eu vejo que êle não faz nada por nós. Fez um salário mínimo de fome, que até seria melhor que não existisse. Só serve para prejudicar, porque agora os patrões não aumentam a gente mais, esperando a lei...” (*Comício*, n.6, p.22, grifos meus).

Essa matéria também foi o tema do editorial do número em que foi publicada. O texto ressalta o fato de ser a primeira vez que o semanário traria aos leitores uma “reportagem policial”, ao mesmo tempo em que frisa a sua vulgaridade, isto é, o fato de se tratar de alguém que foi preso enquanto roubava um botequim. Mas, justamente por

ser banal, esse crime espelharia “a angústia do homem do povo nos dias de hoje” (*Comício*, n.6, p.3), questão esta que interessaria aos diretores de *Comício*. Como o editorial explicita, Gerson seria “representativo de alguns milhões de pobres diabos que formam a parte mais infeliz dessa coisa vaga e melancólica chamada povo brasileiro” (*Comício*, n.6, p.3).

“CRIME

Pela primeira vez (sem contar aquela página dupla do Millôr sobre o crime do Sacopã), COMÍCIO aparece hoje com uma reportagem policial. Não se trata de um crime terrível nem misterioso. O fato é o que há de mais vulgar: um sujeito foi prêso quando roubava um botequim. Foi prêso e continua na cadeia, o que mostra que estamos em uma terra civilizada, onde a propriedade é garantida pela lei, etc., etc..

Nenhum jornal de bom senso gastaria dinheiro mandando um redator e dois auxiliares, e mais dois fotógrafos, trabalhar em tórno de um crime tão ordinário. Com o mesmo dinheiro poderíamos, afinal, ter criado o nosso criminoso exclusivo no caso da Lagoa; mas se tiver a bondade de ler a reportagem (página 20) o leitor verá que êsse crime banal retrata, em certa medida, a angústia do homem do povo nos dias de hoje.

Não queremos fazer de Gerson um herói, nem mesmo um Jean Valjean de subúrbio. É apenas um pobre diabo. Por isso mesmo êle é representativo de alguns milhões de pobres diabos que formam a parte mais infeliz dessa coisa vaga e melancólica chamada povo brasileiro. Se o leitor se condoer, mande algum dinheiro para a mulher e os filhos de Gerson, que nós encaminharemos. Vamos lhe arranjar um bom advogado. E está encerrado o caso, porque afinal de contas não poderemos perder muito tempo com um pobre diabo” (*Comício*, n.6, p.3).

Como dito, essa reportagem suscitou tanto cartas enviadas à redação comentando o caso, quanto doações de dinheiro à esposa do preso, que foram noticiadas posteriormente pelo semanário em pequenos boxes. A primeira carta, que contesta a forma como *Comício* se posiciona, foi publicada já no número seguinte à matéria:

“Sr. Redator:

Li com o maior interesse a reportagem sobre Gerson Santa Rosa, o homem que arrombou um cofre para tirar uma ‘gaita’ com que sustentar a família. A reportagem está admiravelmente bem feita, com uns ‘dribles’ no patético que fazem a gente querer chorar pela sorte do nosso amigo lá. O rapaz encanado, a polícia na certa guardou o restinho da ‘gaita’ (Deus me livre de estar acusando alguém. Isso é pura suposição) e a sociedade está em perigo. Sim, porque de qualquer modo o rapaz roubou. As atenuantes para o roubo são previstas nos códigos penais. Mas não se pode defendê-lo de maneira alguma porque então estaríamos no caos. E parece que COMÍCIO

defende o moço com mais veemência do que devia. Estamos pregando o crime? Se estamos ‘os ingleses vão ficar boquiabertos’¹²⁵.

Santos Pádua – Rio

R: COMÍCIO não defende crime algum nem ataca sociedade alguma. Contamos uma história que poderia passar despercebida nas fôlhas diárias: a de um rapaz decente que teve um gesto criminoso do qual está amargamente arrependido, por vários e divulgados motivos. A nós, mais que tudo, o que importa é o sentido humano do caso. O moço precisa comer. Sua mulher precisa comer. Seus filhos precisam comer. Isso não é demagogia e o advogado que poremos à disposição de Gerson Santa Rosa tentará prová-lo. O resto são getulíadas” (*Comício*, n.7, p.7).

A alusão a Getúlio Vargas ao final da resposta é uma forma tanto de criticá-lo por sua demagogia quanto de marcar a distância entre a posição do semanário no caso e o que seria o discurso varguista sobre o mesmo tema. Se de fato contrataram um advogado, não é possível dizê-lo, mas é certo que receberam as doações e enviaram à esposa de Rosa.

Três boxes foram publicados, respectivamente nas edições 8, 11 e 17, atualizando o leitor a respeito do caso de Gerson Santa Rosa. O primeiro resume a história contada na edição 6, afirma que Gerson continua preso e informa a respeito das doações feitas à sua família:

“‘A Necessidade Levou-o ao Crime’

Leitores de COMÍCIO Ajudam a Mulher e Filhos de Gerson Santa Rosa

A história de Gerson Santa Rosa foi contada no número 6 de ‘Comício’. Um ajudante de caminhão, de passado irrepreensivelmente honesto, foi prêso em flagrante quando assaltava um botequim. Contou que precisava de dinheiro para a mulher e dois filhos doentes. Sua história foi confirmada pela polícia – e depois também pela nossa reportagem. *O caso de Gerson Santa Rosa é o drama típico de um homem arrastado ao crime pela miséria*. O próprio comerciante que ele roubou depôs a seu favor.

Gerson continua na cadeia – e sua mulher, com dois filhinhos menores, ficou completamente sem recursos. Recebemos as seguintes contribuições: Anônimo, 20 cruzeiros; anônimo, 50 cruzeiros; Orlando Frederico, 20 cruzeiros; Gráfica Elite, Ltda., 200 cruzeiros; R. L., da rua Aquidabã, 200 cruzeiros e ‘dois fluminenses que condenariam, fora de dúvida, o Gerson, se o roubo tivesse ocorrido nos bons tempos da República Velha’, 200 cruzeiros.

O total até agora (seiscentos e noventa cruzeiros) está em nossa caixa à disposição da companheira de Gerson. Quem desejar mandar donativos

¹²⁵ Aqui, o leitor faz referência aos anúncios presentes em *Comício* da “Enciclopédia Britânica Brasileira” de Millôr Fernandes, que exclamavam: “os ingleses vão ficar boquiabertos!”.

com o mesmo destino pode fazê-lo em nome de Joel Ribeiro Silveira, no endereço de Comício: rua Alvaro Alvim, 31, 20.º andar – RIO” (*Comício*, n.8, p.25, grifos meus).

Nessa nota, a redação reafirma seu posicionamento, de que o homem de passado irrepreensível só agiu dessa forma impulsionado pela miséria e, ao denominar essa situação de “drama típico”, atesta sua reincidência em tal contexto.

A nota publicada na edição 11 diz respeito à doação de Cr\$ 100,00 feitas por um “queremista”. Embora ressalte o discurso do doador, o que parece denotar uma declarada postura de distanciamento em relação a este, ao mesmo tempo explicita que receberia a contribuição não apenas de outros queremistas, mas também de pertencentes a diferentes espectros político-partidário, sugerindo que a questão da solidariedade para com a família de Gerson estaria, para a redação, em tese, acima de quaisquer partidarismos:

“ROUBOU POR NECESSIDADE

Recebemos Cr\$ 100,00 dentro de um envelope com os seguintes dizeres:

‘Ao Joel Silveira, no COMICIO (Para a família de Gerson Santa Rosa, que foi levado a roubar por extrema necessidade). Cr\$ 100,00 de..... ‘um outro fluminense, ‘queremista’, que ainda acredita possa Getúlio Vargas, nos próximos três anos, afastar de seu Govêrno e da Administração os aproveitadores desonestos da revolução de 30, que lhe freqüentam o Palácio...’

Ao fluminense e ‘queremista’, comunicamos que sua ajuda se encontra em nossa redação à disposição da família de Gerson Santa Rosa. A todos os leitores, queremistas, socialistas, integralistas, udenistas, budistas, perrepistas, etc., informamos que podemos encaminhar novos auxílios ao que roubou caso raro, por extrema necessidade” (*Comício*, n.11, p.29).

Na edição número 17, *Comício* informa acerca da condenação de Gerson, externando, já no subtítulo, sua opinião sobre ela: “CONDENADO A CINCO ANOS E... TRÊS CONTOS! O juiz foi duro com Gerson Santa Rosa, o homem que roubou por necessidade”. Na nota, o semanário publica a carta que Gerson teria lhes enviado depois de saber o resultado de sua sentença:

““Uma coisa que aprendi em minha carreira foi isto: a não ser em casos de crimes cometidos com crueldade, o melhor é evitar lavar flagrante quando se trata de um criminoso primário.”

Isso foi o que nos disse um delegado encanecido no ofício. Mas muitos não têm êsse pensamento generoso, e *cumprem a lei à risca – pelo menos quando o criminoso é um pobre diabo...*

Prêso em flagrante, Gerson Santa Rosa – o homem que roubou por necessidade, e sobre qual COMÍCIO publicou uma reportagem que comoveu muitos leitores, foi condenado. É esta a carta que êle nos enviou: ‘É sensibilizado e agradecido que venho, por meio desta, humilde missiva, agradecer não só o ato de caridade que tão generosamente prestou para comigo e os meus entes queridos, como a todos os corações bem formados que enviaram donativos que muito serviram para minorar o sofrimento material que passam meus queridos filhinhos e espôsa.

Atualmente condenado, pelo exmo. sr. dr. Juiz de Direito da Oitava Vara a pena de cinco anos de reclusão e a multa de três mil cruzeiros, tendo apelado, inconformado com a sentença condenatória imposta pelo MM. Juiz, ao Tribunal de Justiça, a qual será julgada por uma das Câmaras Criminais, resta-me ainda uma esperança: que seja minorada a pena, para que eu possa, o mais breve possível, beijar os meus queridos filhos, dar-lhes uma educação esmerada, salvando-os de uma desgraça, pois desejo voltar ao convívio social, limpa esta mancha, para o bom nome e o futuro dêstes inocentes!

Sr. Redator, é com o coração cheio de arrependimento que eu apelo para um pedido aos Srs. Desembargadores, que tenham compaixão ao julgarem a minha apelação. Do criado – Gerson Santa Rosa’.

COMÍCIO não se sente com prestígio suficiente para apelar para os srs. Desembargadores. Apenas lhes transmite o apêlo desse pobre homem. Sua própria vítima, o dono do botequim que êle tentou roubar, diz que êle é um sujeito direito, que só pode ter agido por desespero, por necessidade, com a família doente e na miséria. *Pobre Gerson Santa Rosa! Por que no lugar de fazer essa ‘burrada’ êle não arranhou um lugar no inquérito do Banco do Brasil?’* (Comício, n.17, p.29, grifos meus).

Nas duas frases que destaquei o semanário sugere a existência de duas leis: uma para quem é “pobre diabo” e outra para quem não o é. Ao afirmar que, ao invés de fazer a “burrada”, Gerson deveria ter entrado para o inquérito do Banco do Brasil, evidencia a impunidade que ocorreria em relação a esse caso, que, evidentemente, não envolveria “pobres diabos”.

A sua condenação é criticada por um leitor no número 20, visto que para ele o réu seria antes de tudo uma vítima da “República de Ali Babás”. Em uma carta intitulada pela redação como “JUSTIÇA”, afirma:

“Num dos últimos dêsse semanário 100% brasileiro, li, com pesar e, por que não dizê-lo, também com revolta, que o indiciado Gerson Santa Rosa, o que roubou para comer, havia sido condenado a cinco anos de reclusão e mais três mil cruzeiros de multa!

A condenação desse pobre homem, mais vítima desta tábida República de Ali Babás, do que propriamente de sua momentânea fraqueza, era por mim esperada, já que ele violou a Lei de Deus e também a lei dos homens; entretanto, penso que o meretíssimo Catão que o julgou, não pronunciou, é evidente, uma sentença salomônica... O lógico e humano, tendo em vista os bons antecedentes do réu e as circunstâncias que o compeliram à prática do delito, seria, a nosso ver, já não digo absolvê-lo, mas impor-lhe uma pena leve, a mínima, acompanhada, isto sim, de um pesado sermão, do egrégio julgador...

Dirceu Marcucci” (*Comício*, n.20, p.26).

Como se pode apreender da nota acima transcrita, a opinião desse leitor estava em consonância com a da redação de *Comício*. Na edição número 8, o sistema prisional volta a ser tematizado, dessa vez na matéria que abre o semanário, que inclusive ganhou uma chamada de capa. Com o título “O diretor do presídio de Anchieta dormiu fiado nos tubarões”, Claudio Abramo busca mostrar “a verdade sobre o motim, suas lições e advertências” desta que teria sido “a maior e mais espetacular fuga de presidiários que se conhece” (Abramo, n.8, p.4). Abramo assegura que os presos da ilha de Anchieta viviam em um “regime de violências”, e que o convívio de “tipos sem culpa formada, pequenos malandros e ladrões vulgares” (Abramo, n.8, p.4) com “criminosos de morte, com facínoras, assassinos e assaltantes” (Abramo, n.8, p.4) ocasionaria a formação de “novos delinquentes”. Os fugitivos teriam dito que eram espancados (o que fugiria da ideia de que tal espaço funcionaria como uma colônia correcional) e tinham uma alimentação “infame, miserável e escassa” (Abramo, n.8, p.4). Segundo Abramo, o próprio secretário da Segurança de São Paulo teria proferido em uma entrevista que o levante seria decorrência “de um estado de coisas anormal e do descaso de trinta anos de administração em relação ao problema penitenciário” (Abramo, n.8, p.4).

Abramo deixa claro que, em sua percepção, o problema do sistema prisional está vinculado a outro, que lhe é anterior e que diz respeito às desigualdades sociais cada vez maiores presentes na cidade de São Paulo:

“O crescimento da cidade de São Paulo e o fenômeno de ‘lumpenização’ de grandes camadas da população aumentou o número de desajustados, de delinquentes e de criminosos. Enquanto se constroem os grandes edifícios de luxo e as avenidas aparatosas, o número de delinquentes aumenta ininterruptamente, sem que para mantê-los presos ou para regenerá-los (e isto é bem mais importante), nada, absolutamente nada tenha sido feito durante todo esse tempo” (Abramo, n.8, p.5).

Abramo se contraporia à forma sensacionalista com que a imprensa teria tratado o evento, buscando ao invés disso, compreender o ocorrido e o que poderia ser feito para que este não se repetisse. Ao final do texto, um box que se separa do resto da matéria torna explícita essa questão:

“NÃO TINHAM DE QUEM ROUBAR

O levante da ilha Anchieta foi um fato lamentável em si, mesmo sem as explorações sensacionalistas que se caracterizaram pela distância que guardaram da verdade; mas veio mostrar a jornalistas, ao público, às autoridades, várias coisas: a necessidade de introduzir reformas radicais no sistema e nos critérios penitenciários; a necessidade de organizar uma polícia que seja composta de elementos menos relapsos e, em alguns casos, menos facinorosos; a necessidade de pensar com um pouco mais de seriedade nos problemas carcerário e da criminalidade legal e ilegal.

E finalmente um pormenor: na área de Parati e no extremo norte do litoral paulista, muitos dos fugitivos renderam-se ou foram dominados por terem sido vencidos pela fome; isso porque os habitantes dos casebres e sítios, das malocas perdidas dessa zona vivem, a poucos quilômetros do Rio, na mais abjeta miséria e no maior dos desamparos” (Abramo, n.8, p.5).

O motim de Anchieta havia sido tematizado no editorial da edição anterior e foi citado também no do número no qual foi publicado o texto de Abramo. No primeiro editorial, em consonância com a posterior reportagem de Abramo, os diretores sugerem que o motim seria uma resposta à situação do “regime penitenciário”, uma vez que teria “todo o aspecto de um ato de supremo desespero e vingança” (*Comício*, n.7, p.3). Além disso, também traça uma distância em relação ao “noticiário altamente dramático” sobre o ocorrido, que teria sido devorado com ansiedade pela “multidão”. Tal como no editorial no qual discute que “Há um público” leitor de *Comício*, também neste texto o semanário traça uma distância tanto de seu conteúdo em relação ao dos outros órgãos da imprensa, quanto do tipo de leitor que possui, visto que este não seria uma “multidão” ansiosa por coberturas “dramáticas”.

“O MOTIM

A fuga dos presos da ilha Anchieta empolgou, com um noticiário altamente dramático, o noticiário da semana. As atrocidades e selvagerias praticadas pelos amotinados contra os soldados e funcionários; a partida para o continente, o desembarque, os combates sangrentos, a caçada humana que ainda continua – tudo enche páginas de jornais, que a multidão devora com ansiedade.

Façamos votos para que os criminosos sejam punidos; mas é preciso dizer que o inquérito em torno dessa tragédia não deve ter seu ponto de

partida no instante em que o primeiro prêso fêz tombar o primeiro guarda. É preciso que se pergunte também qual era o regime na antiga Ilha dos Porcos, e como eram tratados os detentos. Se nos xadrezes da Capital da República uma comissão parlamentar encontrou tanta miséria e injustiça, que não acontecerá na Ilha Anchieta? E na Ilha Grande? Êsse motim tem todo o aspecto de um ato de supremo desespero e vingança. Não basta julgar os revoltosos sobreviventes. É preciso julgar também, e com severidade, o regime penitenciário que produzir tais explosões de ódio assassino” (*Comício*, n.7, p.3).

Já na edição seguinte, na qual aparece a reportagem de Abramo, o editorial pede desculpas aos leitores pelo fato de que este número estaria em “desconcerto”, “fora do tom”. Ao contrário de seu objetivo de “guardar um certo bom humor em qualquer circunstância” (*Comício*, n.8, p.3), o texto de Abramo estaria “grave”, o de Yonne Jean sobre a mortalidade infantil estaria “lúgubre”¹²⁶, “e para cúmulo de tudo, até o Braga, que às vezes chega a ser gaiato, está hoje meio bravo” (*Comício*, n.8, p.3).

Duas cartas foram publicadas na edição seguinte à da reportagem, comentando-a. Ambas assinalam a questão da miséria em que muitos vivem (o “grande drama social brasileiro”, segundo o primeiro leitor), sendo que a última argumenta que tal situação impeliria as pessoas a cometer atos que as levariam à prisão, ilustrando seu argumento por meio do próprio caso de Gerson Santa Rosa:

“Sr. Redator:

Parabens pela reportagem sobre os Presidiários de Anchieta. Realmente, a mim me parece que não há muita diferença entre os que estão de fóra ou de dentro náquela prisão. Não houvesse crueldades cometidas pelos carcereiros não haveria maiores atrocidades cometidas pelos presidiários. Sua nota final toca ainda num outro ponto cruciante do grande drama social brasileiro: os presidiários não tinham a quem roubar porque a zona de Paratí e imediações é tão pobre que os habitantes de casebres e malocas próximos vivem realmente na mais completa miséria.

TULIO SILVA DE ALMEIDA – RIO” (*Comício*, n. 9, p.7).

“Sr. Redator:

Precisamos consertar o sistema penitenciário brasileiro, evidente (...) mas, como conseguiremos isso se a miséria e as coibições, (prisão) em que vivem milhões de brasileiros equivalem a algo mais terrível do que uma penitenciária mesmo e acabo por levá-los lá? A ilusão dos presidiários evadidos do Anchieta era de que aqui fóra a coisa andava melhor. Não anda.

¹²⁶ O editorial aconselha os leitores a inclusive não lerem a reportagem de Jean: “o melhor é pedir ao leitor que não leia (não ouça) êste último. O que está escrito ali é verdade; mas é uma verdade negra demais, dolorosa demais, para ser dita em um jornal que gostaria de guardar um certo bom humor em qualquer circunstância” (*Comício*, n.8, p.3).

Gerson Santa Rosa (sôbre quem ‘Comício’ publicou magnífica reportagem) que o diga (...).

MARIO PALHARES – RIO” (*Comício*, n. 9, p.7).

Se *Comício* buscou retratar a vida da classe trabalhadora, daqueles que compunham o povo, trazendo aos leitores um pouco de seu cotidiano, vale notar que, na edição 16, por meio de um texto assinado por Hélio Pellegrino, também evidenciou o papel de destaque que caberia a essa classe no âmbito internacional, na luta tanto contra o stalinismo como contra o capitalismo. Como o título revela, “Só a classe operária poderá liquidar o stalinismo”, Pellegrino sustenta que o movimento stalinista seria

“uma infecção grave no movimento operário internacional, cujo antídoto efetivo só pode ser encontrado pelo próprio movimento operário, revitalizado e democrático. Nenhuma classe será capaz de liquidar o stalinismo totalitário e burocrático, a não ser à classe operária. É inútil e ocioso pensar-se que a questão pode ser revolvida por policiais adestrados na luta-livre, por generais gordos de condecorações ou por burgueses-progressistas, generosos e solícitos em seus festivais de ‘caridade’ para favorecer aos pobres. O problema é operário, e de mais ninguém. E o mundo mergulhará na barbárie ou será salvo dela, de acordo com a menor ou maior habilidade do proletariado internacional em encontrar por si mesmo o caminho da democracia socialista” (Pellegrino, n.16, p.15).

Segundo Pellegrino, as greves efetuadas pelo operariado norte-americano e os posicionamentos destes e dos trabalhadores ingleses contra a ajuda de seus respectivos Estados à ditadura fascista de Franco na Espanha seriam provas de que o operariado estaria articulado e lutando para alterar o contexto no qual viveriam:

“Acontece que existem fôrças operárias internacionais em crescimento ideológico e político, perfeitamente capazes de uma crítica implacável ao capitalismo e ao stalinismo, tão próximos, no fundo, tão parecidos nas suas manobras imperialistas para a dominação do mundo.

Na fermentação e engrandecimento dessas fôrças novas, genuinamente operárias, contando com a colaboração da melhor camada intelectual de todo o mundo, é que reside a chave da destruição do stalinismo e a superação do capitalismo, ambas posições reacionárias e anacrônicas, incapazes de trabalhar a face das coisas de acordo com os melhores modelos que o homem traz consigo” (Pellegrino, n.16, p.27).

Na edição número 20, o semanário publicou uma carta cujo missivista dialoga com a matéria de Pellegrino. O título da carta dado pela redação explicita de antemão quem é o indivíduo que escreve, algo que, por não ter sido usualmente efetuado em

relação às outras cartas, revela a importância (e, talvez, a singularidade) que esse fato tem para o semanário. Trata-se de uma “carta de um operário”:

“Passando por uma banca de jornais, com um grupo de companheiros, vimos, pela primeira vez, exposta à venda, a revista COMICIO. Um dos colegas, então, perguntou-me:

‘Já leu essa revista? Será boa?’. Ao que respondi: ‘Não li. Não sei, mas, se fôr o que o nome indica, nem é preciso lê-la’.

A palavra Comício tem entre nós, operários, sentido pejorativo. É ela sinônima de demagogia, conversa mole: pelo menos em São Paulo.

Agora, porém, tenho satisfação em demonstrar o meu engano, porque COMICIO é uma revista que tem escrito muita coisa por que nós ansiávamos. Dentre elas quero por em evidência o artigo publicado no número 16 – ‘Só a classe operária poderá liquidar o stalinismo’ do sr. Hélio Pellegrino.

É com alegria que notamos, ainda, haver homens capazes de defender a liberdade do trabalhador, pelo que ela vale e representa para o futuro da humanidade. Diz bem o sr. Hélio Pellegrino quando afirma que não será com sevícias, nem com apelos estéreis, nem tampouco com migalhas filantrópicas que se barrará a marcha das ditaduras. Pelo contrário, semelhantes procedimentos só servem para por a nú a situação de miséria em que vive o proletariado. Frustrando os ideais dos trabalhadores, semeiam o ódio e o despeito entre as massas.

Urge dar um outro caráter ao panorama político-social brasileiro, dar conteúdo a essa pseudo-democracia onde só existe a liberdade para o burguês, onde o trabalhador é regido por leis que anulam os direitos constitucionais.

É preciso que destruamos essa malfadada burocracia sindical, que faz de todo operário inteligente e honesto um comunista, só porque êle não compactua com as bandalheiras que existem nos sindicatos.

Felizmente o sr. Hélio Pellegrino reconhece existir uma fôrça no mundo que luta em prol de liberdade. E nós podemos acrescentar aquí ela também existe e é tão poderosa que, mesmo lutando sózinha, sem o apoio da intelectualidade brasileira, que vive num pedestal de glória, premida entre a ditadura sindical e a ditadura comunista, ainda foi suficientemente forte para evitar que nos tornássemos pregadores de cartazes, bate-palmas e porta-estandartes, como na Argentina.

Termino fazendo votos para que COMÍCIO continue demonstrando que não faz comício:

José Ferreira dos Santos (São Paulo)” (*Comício*, n.20, p.26).

O autor da carta, que se classifica como operário, explicita que, contradizendo o que o título poderia indicar ao menos em São Paulo, *Comício* não seria demagogo. Muito ao contrário, segundo José Ferreira dos Santos o semanário estaria escrevendo “muita coisa por que nós ansiávamos”. Ao final assegura que a intelectualidade brasileira, vivendo “num pedestal de glória”, não estaria apoiando a luta do operariado

no país. Resta saber quem estava englobado sob o rótulo de intelectual, visto que a desaprovação do comunismo pode indicar que o leitor poderia estar se referindo aos intelectuais ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Por meio da matéria de Pellegrino e da carta acima citada fica clara a necessidade de reverter o panorama de “pseudo-democracia” que seria o Brasil, por meio de uma aposta na “democracia socialista”. Nesta última, haveria liberdade, ao contrário das opções mais amplamente acatadas pelos intelectuais brasileiros, que estariam entre a “ditadura sindical” (isto é, o segundo governo Vargas) e a ditadura comunista (stalinismo e atuação do Partido Comunista Brasileiro).

A forma como o trabalhador é descrito parece denotar certo estranhamento – e, em paralelo a este, um distanciamento – entre aquele e o suposto leitor de *Comício*. Trata-se, portanto, de intelectuais que, na época, gozavam de considerável prestígio no campo ao qual pertenciam e que, por meio de tais produções, colocavam-se como intérpretes (e mediadores) de um outro Brasil, composto de pessoas economicamente menos favorecidas, para uma parcela mais bem remunerada, escolarizada e restrita que seriam seus leitores.

A aproximação dos intelectuais em relação ao povo é uma das marcas dos anos 1950. Muitos dos jornalistas, intelectuais e artistas partilhavam da postura difundida na época de “popularizar a arte e a cultura brasileira, registrando a vida do povo, aproximando-se do que se supunha fossem seus interesses, comprometendo-se com sua educação, buscando ao mesmo tempo valorizar suas raízes e romper com o subdesenvolvimento” (Ridenti, 2008:194). Em *Comício*, encontramos uma das perspectivas por meio das quais o “povo” foi apreendido e interpretado no período, sendo este marcado por uma aposta fortemente disseminada que se pauta no desenvolvimento do país por meio da intervenção estatal, que modernizaria a sociedade, limando assim o seu atraso, “rompendo com o poder dos latifundiários e ampliando significativamente os direitos sociais” (Ridenti, 2008:195). Não é possível afirmar, no entanto, que tal perspectiva do semanário fosse compartilhada por todos os colaboradores, mas ao menos se pode dizer que tal agenda de reportagens tivesse o aval – ou fosse proposto – pelos diretores do semanário, tendo em vista a sua própria plataforma de intenções presente no primeiro editorial.

Além disso, se a categoria de povo estava presente no período, sendo incontestável motivo de preocupação por parte dos intelectuais, creio que em *Comício* ela se torna um dos focos temáticos em decorrência da própria centralidade que o povo

tinha para o governo de Vargas. A preocupação em retratar o povo, mostrar seu cotidiano de privações e a falta de respaldo por parte do Estado permite tornar explícita a contradição entre um governo que se elege por meio de um sustentáculo eminentemente popular (já que a maior parte da imprensa e a elite estavam contra sua candidatura) e que se mune de uma propaganda na qual o “trabalhismo” tem centralidade¹²⁷ (e que advém e se desenvolve desde o seu período anterior no poder, tendo como momento crucial a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943¹²⁸) e as ações efetivamente empreendidas por tal governo a favor desse mesmo povo que o elegeu e que supostamente seria seu foco de atenção. Assim, mais do que se colocarem como representantes dos interesses do povo, talvez o intuito dos diretores ao publicar tais matérias seja tornar patente a negligência para com o povo do governo que eles (intelectuais de *Comício*) combatem. É uma forma, portanto, de criticar Vargas em um ponto que para este era fulcral.

“Os homens não pedem a Lua” e mesmo assim o governo que eles elegeram não lhes dá suporte, salvo nos momentos em que isso é efetuado como forma de propaganda política. Como o próprio operário exemplar que se transformou em ladrão revela, todos os “pequenos” votaram em Vargas e ele teria percebido que o governante eleito não faria nada por eles. O próprio salário mínimo seria uma intervenção contrária aos interesses do povo, uma vez que os patrões não mais aumentariam o salário, esperando um reajuste por parte do governo. Evidenciar ao leitor as privações da classe trabalhadora é, assim, uma tática de atacar o governo de Getúlio Vargas. Isso não quer dizer que o povo em si não era uma fonte de preocupação – e as crônicas de Rubem Braga são prova disso, desde o seu “O Conde o Passarinho” publicado em 1936 – mas que tal preocupação estava intrinsecamente articulada à apropriação do povo por Vargas, isto é, ao populismo varguista¹²⁹. Como pontua Maria Celina D’Araujo, “nunca

¹²⁷ Como mostram Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo (1987), a intenção declarada de Vargas era a de “instaurar um governo trabalhista. Mas, de um lado, não prestigiava devidamente o PTB, partido que melhor poderia expressar esse objetivo; e de outro, fortalecia o conjunto das forças conservadoras” (Gomes & D’Araujo, 1987:57).

¹²⁸ A CLT foi um Decreto-Lei sancionado por Getúlio Vargas em 1 de maio de 1943 que tinha como objetivo unificar a legislação trabalhista então existente.

¹²⁹ Francisco Weffort, refletindo acerca do populismo presente na política brasileira, busca entender o que considera o seu duplo paradoxo: “de setores dos grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e de massas que servem de suporte para um regime no qual são dominadas” (Weffort, 1980:11). O autor esclarece que a redemocratização em 1945 não significou a “emergência política das massas”. “A importância das formas democráticas está em que legalizam, embora de maneira restrita, a possibilidade de que as insatisfações populares alcancem, com certa autonomia, o poder e interfiram a uma condição tão politicamente passiva como a que se observa no período da ditadura” (Weffort, 1980:18). Com o fim do Estado Novo, portanto, o povo começou a poder influir no curso político “e

é demais lembrar que um dos principais problemas do segundo governo Vargas (janeiro de 1951 a agosto de 1954) diz respeito à fragilidade das instituições políticas brasileiras, particularmente no que concerne às atitudes democráticas. Nesse governo, verifica-se uma nítida dificuldade do sistema político em absorver a participação política de massa, sobretudo no que tange aos trabalhadores e ao movimento sindical¹³⁰” (D’Araujo, 1999:97).

E ao concederem ao “povo” matéria de reflexão em suas páginas, o semanário estava alinhado não apenas com aqueles que faziam oposição ao segundo governo Vargas, mas também, mais especificamente, com os nacionalistas. Como ressalta Francisco Weffort,

“Parece-nos desnecessário insistir sobre a importância das massas nesta fase da história brasileira em que tem vigência uma constituição democrática. Diversos escritores, em particular os ideólogos do nacionalismo, fizeram-no o bastante para que a noção democrática do povo como substrato real do poder se tornasse, naquela época, um dado da consciência política brasileira. Os nacionalistas, em realidade, chegaram a ir mais longe, pois viram no *povo* a categoria essencial, a realidade básica de nossa história e estabeleceram, a partir daí, uma ideologia política e mesmo uma filosofia” (Weffort, 1980:17-18, grifos do autor).

Desse modo, *Comício* buscou mostrar a seus leitores as condições de vida daqueles que eram o “substrato real do poder” neste contexto de regime democrático, descortinando, ao mesmo tempo, o descaso de seu representante maior (o presidente eleito) em relação a seus governados.

efetivamente o faz, ainda que apenas indiretamente na composição das forças ao nível das elites e em sua renovação” (Weffort, 1980:18). O próprio retorno de Vargas ao poder no período pós Estado Novo configura um exemplo da influência da ação do povo sobre o cenário político: “É alicerçado no grande prestígio popular que construiu durante a ditadura que Getúlio Vargas tem uma das alavancas para sobrepor-se ao ostracismo a que fora lançado em 1945, de modo a influir na eleição de Eurico Dutra e, depois, voltar à Presidência em 1950” (Weffort, 1980:18).

¹³⁰ Vale lembrar que se, por um lado, o segundo governo Vargas, eleito com o apoio popular, não conseguia absorver a participação das massas, por outro lado, nem a UDN e nem o PSB conseguiriam angariar o apoio popular em suas atuações políticas. Como lembra Benevides (1981), desde o momento de sua criação a União Democrática Nacional não contava com a participação de setores populares, que estariam atrelados à política trabalhista varguista. Como mostra a autora a respeito da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN à eleição presidencial de 1945: “Em linhas gerais, portanto, é possível afirmar que, excluindo-se os setores populares, todos os grupos representativos da sociedade civil, dos liberais-conservadores aos socialistas, passando pelos intelectuais ‘engajados’, apoiavam ou mesmo militavam na campanha do Brigadeiro [Eduardo Gomes]. Os setores populares, organizados em sindicatos ou associações afins, permaneceram, via de regra, fiéis à política trabalhista iniciada por Getúlio ou vinculados à palavra de ordem dos comunistas, liderados por Prestes. A campanha do Brigadeiro não contou com apoio popular, mas o crescimento do movimento sindical, e sobretudo a efervescência das greves, reforçaria o clima da ‘democratização’, provocando, em contrapartida, uma forte repressão no governo Dutra” (Benevides, 1981:34)

Capítulo V: As crônicas de Rubem Braga e “Os dias do presidido”

Neste capítulo me deterei nos textos de Rubem Braga presentes nos 23 números do semanário, que compreendem a seção “Os dias do presidido” – “resposta irônica a ‘O dia do Presidente’, que a *Última Hora* de Samuel Wainer, recentemente lançada, publicava, louvando Getúlio Vargas” (Carvalho, 2007:363) – e sua crônica propriamente dita. Meu foco recairá sobre algumas temáticas privilegiadas pelo autor, a saber: a cidade do Rio de Janeiro, com seus moradores, trabalhadores, espaços de sociabilidade e lazer, sistema de transporte e engenharia urbana; o governo Vargas; a discussão acerca da autonomia econômica do país e do monopólio estatal sobre o petróleo; a situação da imprensa e a questão da liberdade de imprensa; entre outras. Pretendemos, assim, descortinar um relato particular e singular de tal contexto. Em outras palavras, busco apreender de que forma Rubem Braga se posicionava em relação aos temas candentes do período.

O dia-a-dia de Barnabé

Desde seu lançamento em 12 de junho de 1951, o jornal *Última Hora* teve uma seção dedicada a retratar o cotidiano do presidente Vargas, intitulada “O dia do Presidente”. Samuel Wainer afirma que “resolvera colocar ao lado de Getúlio, durante o dia inteiro, o jornalista Luís Costa, um dos meus mais importantes redatores. Os leitores imediatamente compreenderam que aquela era a única janela disponível para a contemplação do cotidiano de Getúlio, já que todos os outros jornais haviam aderido à conspiração do silêncio. Graças a ‘O dia do presidente’, aliás, o cerco foi rompido: fustigada pelos sucessivos furos obtidos pela *Última Hora* no Palácio do Catete, a grande imprensa teve de render-se à evidência de que não lhe seria possível seguir ignorando a figura de Getúlio Vargas” (Wainer, 1988:143).

Segundo Wainer, essa seção foi um dos ingredientes que levaram seu jornal a obter grande sucesso. Para ele, em decorrência dos tempos em que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Estado Novo, enviava as notícias que deveriam ser publicadas sobre o governo e boicotava o que pudesse lhe desagradar, a imprensa teria perdido o hábito de buscar as informações no próprio palácio do governo. Além disso, “os jornais pretendiam manter-se de costas para Getúlio, ignorando-o e a seu

governo. Pressenti que havia no Catete um imenso filão a explorar – e acertei” (Wainer, 1988:144).

Wainer afirma que a criação dessa seção foi considerada genial mesmo por seus adversários e que ela “mudou para sempre os critérios que orientavam a cobertura do que ocorria na sede do governo” (Wainer, 1988:144). Quanto à forma e ao conteúdo da seção, Wainer assegura que a criou se inspirando nas colunas que havia visto no jornalismo americano. A seção era publicada na página 3 do jornal e

“invariavelmente trazia informações precisas, historietas humanas, acontecimentos engraçados, eventualmente furos. O responsável por ela, Luís Costa, um talentoso jornalista piauiense que morreria muito moço, entrava no Palácio do Catete às oito da manhã e só voltava à redação quando o jornal estava no limite do horário para o fechamento da edição. A seção foi publicada diariamente até o dia do suicídio de Getúlio Vargas¹³¹ – naquele momento, decidimos extingui-la. Ao desaparecer, ela já se transformara numa ‘instituição nacional’, conforme a chamara o *Correio da Manhã* num editorial publicado meses depois de criado ‘O dia do presidente’.

Esse editorial oficializou a consagração de uma seção que àquela altura já alcançava enorme sucesso. Os leitores compravam o jornal e corriam à terceira página. Políticos ofereciam fortunas a Luís Costa para ter seu nome ali citado, ministros e parlamentares se confessavam admiradores da seção, ninguém duvidava que ali estava um termômetro preciso do que se passava no palácio. Em pouco tempo, os jornais se renderam às evidências e passaram a cobrir o Catete. Alguns chegaram a criar versões de ‘O dia do presidente’, e o cerco do silêncio afinal se rompeu. Encerrava-se aí a primeira parte de minha tarefa: provocar a imprensa até obrigá-la a enxergar a existência do governo Getúlio Vargas” (Wainer, 1988:144).

Se, após eleito, os jornais não o noticiavam, antes, durante a campanha, grande parte da imprensa se posicionou contra o retorno do ex-ditador:

“A verdade é que a primeira vitória de Getúlio na campanha de 1950 foi contra a imprensa. Os jornais não lhe davam trégua, sequer o tratavam com isenção. Um dos editoriais encomendados por Chateaubriand, por exemplo, dizia ser indispensável ‘evitar a posse desse monstro’. Mas esse esforço da imprensa se revelaria inútil diante da maciça adesão popular ao candidato, manifestada até mesmo nos supostos redutos dos seus adversários” (Wainer, 1988:38).

¹³¹ O próprio Luís Costa seria o responsável por ligar para Wainer para informá-lo sobre o suicídio de Vargas, ocorrido na manhã do dia 24 de agosto de 1954: “Às 8:25, ouviu-se um estampido no Catete. Dois minutos depois, Luís Costa chamou-me ao telefone. Aos prantos, entre soluços, meu bravo repórter informou: - O presidente acaba de dar um tiro no coração” (Wainer, 1988:204).

Para Wainer, o posicionamento da imprensa em relação à Vargas era resultante da aversão das classes dirigentes do país:

“A hostilidade das classes dirigentes brasileiras se refletia com inteira clareza na imprensa. À exceção dos jornais de Chateaubriand, que reatara seu namoro com Vargas, todos os outros devotavam ao novo governo uma animosidade total e incontornável. A imprensa atacou diuturnamente Getúlio ao longo da campanha, endureceu as críticas depois de sua vitória nas urnas e deixou claro, já no início da posse, que não havia tréguas nessa guerra de extermínio” (Wainer, 1988:125)

Vargas, lançado como candidato à Presidência da República pelo PTB, foi eleito em 3 de outubro de 1950, com grande folga sobre seus adversários, tendo obtido quase 48% dos votos. Derrotara, portanto, seus dois adversários diretos ao cargo: o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN e Cristiano Machado, pelo PSD. “Aos 67 anos, o velho ex-ditador, que governara o país entre 1930 e 1945, estava de volta ao poder” (Wainer, 1988:15).

Como explicitado anteriormente, a aversão da imprensa em relação a Vargas também era compartilhado por *Comício*. E, se como Wainer assegura, muitos jornais tiveram que passar a cobrir o governo do ex-ditador após o sucesso de *Última Hora*, e alguns inclusive copiaram a coluna “O dia do Presidente”, no caso de *Comício*, o objetivo não era o de retratar o cotidiano do presidente, mas sim o dos pertencentes ao outro lado da relação, ou seja, dos governados.

Uma vez que a periodicidade era semanal, “Os dias do presidido” trazia sete pequenas notas, cada uma com informações referentes a um dia da semana. Dentre os assuntos tratados, estão o dia-a-dia de privações e descaso do governo por que passam os “barnabés” (forma como chama os pertencentes às classes menos favorecidas), o abuso policial, a falta de planejamento urbano do Rio de Janeiro, visível na falta de água e má organização do transporte urbano e do trânsito em geral, crimes cometidos e que chamaram a atenção do noticiário etc. A seção foi publicada nos quinze primeiros números do semanário e nenhuma foi assinada. No entanto, segundo a declaração de Sabino (1999), o responsável pela seção era Rubem Braga. Embora em resposta a uma carta que indagava a autoria da seção o semanário tenha assegurado que “Os dias do presidido” não era assinado por se tratar de um texto editorial, na edição número 5, em uma das notas, o autor reclama da pressão de Silveira para que seu texto fosse enviado à

oficina, o que evidencia que, mesmo que as idéias contidas sejam de acordo com a linha editorial de *Comício*, apenas uma pessoa a escrevia:

“Quinta, 5 – É difícil convencer o Joel Silveira, que fica telefonando como um chato lá da oficina, de que a semana tem sete dias e não podemos ‘mandar logo essa matéria’ quando ainda estamos na 5.^a-feira. Não é possível trabalhar dêsse jeito. Além disso o redator desta seção o é também de outras (as mais brilhantes) dêste fogoso, porém trêfego semanário, e precisa pensar antes de escrever por que se não só sai bobagem. Tenha calma, Joel” (*Comício*, n.5, p.6).

Na primeira edição, a nota sobre segunda-feira ilustra bem a posição da seção, ao evidenciar um descompasso entre o discurso presidencial e a situação da vida do trabalhador:

“Segunda, 5 – Um lavrador, na Alta Sorocabana, ficou muito contente ouvindo pela Rádio Nacional os discursos do Presidente Vargas e da Governadora Vargas sobre a proteção à lavoura. Depois pegou o algodão que colhera e foi vender na cidade. Quando soube que Anderson Clayton e Matarazzo não pagavam a mais de 76 a arroba (e olhe lá) voltou para o sítio e incendiou a plantação.

Entrementes, Barnabé espera aumento” (*Comício*, n.1, p.12).

Mesmo com esse descompasso, parece ser inegável que Vargas era uma figura apoiada pelas camadas populares. Assim, na mesma edição, outra nota cita que Paulo Mendes Campos, depois de sair do trabalho, ficou quase uma hora a espera de algum tipo de condução. Após xingar as autoridades responsáveis por tal situação, entre as quais poderia ser incluído Vargas, resolveu entrar em um bar e encontrou na parede do estabelecimento uma foto do ex-ditador:

“Terça, 6 – O cronista P. M. C. saiu da redação do ‘Diário Carioca’, Avenida Rio Branco, 25. Ficou exatamente 55 minutos (de relógio de pulso) na fila esperando qualquer condução: ônibus, lotação ou taxi. Ao fim dêsse tempo, murmurou baixinho várias palavras feias dirigidas às autoridades que desorganizam o país e resolveu entrar num bar para beber e esquecer. Nota: ‘Havia um retrato do velho na parede’.

Entrementes, Barnabé espera aumento” (*Comício*, n.1, p.12).

Além da questão da falta de transporte, também os problemas referentes ao saneamento urbano e à falta de água na cidade do Rio de Janeiro aparecem nas notas de Braga:

“Habitantes do Leblon se queixam do mau cheiro que vem da praia do Pinto e da Lagoa. Se quiserem, que fiquem esperando (sentados) providências da Prefeitura. Nosso conselho: morem algum tempo em Botafogo, perto do Mourisco; depois acharão o Leblon com cheiro de ‘Femme’ ou ‘Bandit’” (*Comício*, n.8, p.6).

“Escapamento de gás e faltamento de água” seriam “duas eternas queixas cariocas”. E, nesta nota, novamente as intervenções dos poderes públicos no trânsito do Rio de Janeiro são criticadas:

“Moradores da rua Cândido Mendes reclamam contra escapamento de gás. Duas eternas queixas cariocas: escapamento de gás e faltamento de água. A Prefeitura e a Inspetoria de Trânsito continuam na sua duplicidade de decisões, estabelecendo itinerários diferentes para os mesmos ônibus, proibições e concessões nos mesmos locais, conserto de pavimentação exatamente na hora do *rush*, resultando dessas colisões burocráticas muitas outras de verdade” (*Comício*, n.10, p.6, grifos do autor).

Ao relatar sobre a prisão de uma mulher negra, grávida, que morava no morro do Cantagalo e pegava água em uma casa em Ipanema, Rubem Braga se posiciona a favor da mulher, sugerindo que ela seria inocente mesmo se estivesse, como se supunha, roubando carne da casa. Mostra-se, assim, sensível em relação às condições de vida das pessoas menos favorecidas:

“Uma negra chamada Conceição mora no morro do Cantagalo, sustenta a filha de 4 anos e o filho de 2. Apesar de estar nas últimas semanas de gravidez ainda desce o morro com a lata para apanhar água. Entrou no quintal de uma casa em Ipanema: o porteiro costumava deixar que ela apanhasse água ali. Mas o porteiro não estava, e o dono da casa prendeu a mulher, dizendo: ‘é você que anda roubando meu quilo de carne!’ Polícia, flagrante. Mas até os ‘tiras’ se condoeram (êles também são gente, e alguns são barnabés) e um advogado conseguiu libertar a mulher. O jornal diz que Conceição estava inocente, tanto assim que não levava o quilo de carne. E se levasse o quilo de carne, Conceição também não estaria inocente?

Entrementes, Barnabé espera aumento” (*Comício*, n.1, p.12).

Rubem Braga descreveu em “Os dias do presidido” situações extremas as quais chegaram alguns homens sem perspectiva de vida por conta da falta de recursos. Além de um lavrador que coloca fogo em sua própria plantação, também narra acerca de um que se matou e cujo bilhete revela seu sofrimento material. Em outra nota, com ironia, escreve sobre a trajetória profissional de um operário, mostrando que, mesmo

trabalhando a tantos anos na mesma empresa, ganharia um pouco mais que um salário mínimo:

“Reunidos em assembléia, os ‘barnabés’ ficam de pé em silêncio, um minuto, em homenagem ao diárista de 56 anos de idade, ‘seu’ Oscar, que deu um tiro no peito e outro na cabeça, deixando escrita esta frase digna de um almirante bátao: ‘Ganhando dois e gastando três, finda-se caindo no abismo” (*Comício*, n.2, p.6).

“O ‘Diário Carioca’ publica uma fotografia do operário Mariano da Silva, da Central do Brasil. É o que se chama um sujeito carreirista: tem apenas 54 anos de idade, trabalha na Central há somente 33 anos e já ganha 1.440 cruzeiros por mês. E ainda tem direito a desastre de trem de graça. Título, de uma reportagem: ‘Os 42 mil párias do serviço público – Não vai haver greve na Central, mas há clima para coisa muito pior” (*Comício*, n.4, p.6).

O péssimo salário dos policiais militares é apresentado como uma das causas das “desordens” provocadas por eles:

“Oh mocinhas que namorais, nos portões sombrios, os soldados da Polícia Militar. Namorai-os, namorai-os; porém não vos caseis porque êsse cavalheiro tem o soldo mensal de 550 cruzeiros. Em compensação está garantido, porque em caso de reforma por doença incurável tem direito a receber 10 por cento do soldo. E tudo isso para manter a ordem! Mas se um homem dêses não prática desordens, quem é que vai praticar?” (*Comício*, n.4, p.6).

O cronista também frisa o descaso do governo – e, mais explicitamente, de Vargas – em relação à situação da classe trabalhadora. Em uma nota, vale-se de ironia para assegurar que Vinicius de Moraes, ao apelar ao presidente, estaria agindo dessa forma por ser poeta; profissão que nesse caso ganha conotação de idealismo. Em outras palavras, somente sendo um poeta para acreditar que apelar à Vargas ocasionaria algum efeito:

“O sr. Vinicius de Moraes diz que um exame oficial constatou que 60 por cento dos trabalhadores do subsolo da mina de ouro de Morro Velho sofrem de ‘carência alimentar’. E depois de cinco anos sofrem sistematicamente de uma doença chamada ‘silico-tuberculose’. O sr. Vinicius de Moraes apela para o sr. Vargas. O sr. Vinicius de Moraes é um poeta” (*Comício*, n.2, p.6).

Em suas notas, Braga não poupa críticas a Vargas, utilizando-se de um tom irônico, ridicularizando o presidente em exercício. Em outros momentos, reafirma o que seria a demagogia do ex-ditador, que prometeria melhoras ao povo, mas sem dizer quando estas seriam efetivamente implementadas:

“Durante uma reunião, o professor Roquette Pinto sugeriu a mudança do nome da Lagoa Rodrigo de Freitas para ‘Lagoa do Sacopã’, antigo nome indígena do citado (com licença da palavra) logradouro. Explicou Roquette Pinto que Rodrigo de Freitas foi um comerciante português que teve um engenho de açúcar na margem da lagoa. Nunca foi um benemérito do lugar e nada justifica a homenagem a seu nome. Parabéns, amigo Professor Roquette. Mas por que Avenida ‘Presidente Vargas’? (*Comício*, n.7, p.6).

“‘Somos uma revolução em marcha’ – disse o presidente, que falou também na ‘procura de um mundo melhor’. Disse – e se afundou na poltrona, de charuto na mão. Para descansar um pouco. Afinal de contas, dizer essas coisas, cansa; são frases já tão cansadas! Os operários bateram palma. S. Excia. sorriu. Os operários manifestaram sua gratidão e solidariedade a S. Excia. Sua Excia agradeceu. Não, não pode haver mundo melhor do que este” (*Comício*, n.2, p.6).

“O dr. Getulio perguntou ‘como vai’ a uma copeira do Hospital dos Servidores Públicos, e ela respondeu: ‘Com 1.200 cruzeiros por mês, doutor’. E êle: ‘fique sossegado que o aumento virá’. Quando, como, e quanto, isso não disse, nem lhe foi perguntado” (*Comício*, n.5, p.6).

Ainda sobre o aumento do salário mínimo, prometido de maneira vaga por Vargas, Rubem Braga publica uma nota na seção informando que o projeto de aumento teria voltado às mãos do Ministro da Fazenda. Visto que Láfer seria um “homem de negócios”, estaria mais preocupado em manter os cofres públicos cheios do que em melhorar as condições de vida da população:

“Em uma brincadeira de mau gosto, o projeto do aumento dos barnabés voltou à Láfer. Getúlio custa a prometer e custa a cumprir. O Ministro da Fazenda, que é homem de negócios, sabe que o atraso do aumento dos funcionários equivale diariamente uma economiazinha. O Sr. Láfer entende muito de finanças de pão duro, coisa que se resume em um preceito: se os cofres públicos estão cheios, que importa a barriga vazia do povo?” (*Comício*, n.14, p.6).

Vale lembrar que, como a declaração do preso Gerson Santa Rosa no capítulo anterior revela, por conta da promulgação do salário mínimo, a classe patronal não mais teria qualquer tipo de estímulo para conceder aumento a seus trabalhadores. Estes,

então, dependeriam do aumento efetuado pelo governo sobre o salário mínimo. E, nesse ponto, *Comício* explora o descaso do presidente eleito e de seu ministro, que não mostrariam vontade política de fazê-lo.

Diante do panorama traçado pelo cronista nesta seção, seu prognóstico quanto ao futuro do país parece estar envolto em pessimismo. E tal percepção seria compartilhada por quase toda a sociedade. Uma exceção apontada por Braga seria Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.). Em uma de suas crônicas publicadas em *Comício* (que será analisada a seguir), Braga dialoga com Moses, criticando a proximidade da A.B.I em relação a Vargas.

“Chega ao Rio o sr. Otávio Mangabeira [UDN]. Só dois amigos o esperavam no aeroporto, o que plenamente justifica a má vontade do ex-governador com relação ao Brasil: ‘A situação é das piores como se previa e será ainda pior como se é de prever. Tenho minhas razões para estar pessimista’. Aliás, tirante do sr. Herbert Moses, parece que não há mais ninguém otimista. Os próprios donos do otimismo-em-si, os milionários, andam aí pelas ‘boites’ falando em comunismo, embriagando-se para esquecer o futuro” (*Comício*, n.13, p.6).

As crônicas de Rubem Braga e os seus destinatários

Assinadas desde o início, as crônicas de Rubem Braga foram publicadas em todos os 23 números do semanário. A maior parte dos textos possui um formato epistolar e se dirige a políticos, diretor de banco, jornalista, enfim, a pessoas públicas que estavam envolvidas com as questões políticas daquele período. Como na seção “Os dias do presidido”, também nas crônicas é constante o uso de ironia em relação aos “poderosos” e empatia para com os menos favorecidos. Quase a totalidade dos textos de Braga se refere, direta ou indiretamente, a Vargas e às desigualdades sociais no país que, para o autor, estariam se tornando cada vez mais patente e cruel. Passo, então, a me debruçar sobre tais crônicas a fim de entender como Rubem Braga se posicionava em relação ao contexto social no qual pertencia e agia.

A primeira crônica, “Carta a Uma Senhora” é dirigida à filha de Getúlio Vargas: “Exma. Sra. D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Comissão do Bem-Estar Social” (Braga, n.1, p.30). Braga questiona se a comissão por ela presidida seria de fato necessária, visto que ele esperava que todos os “serviços do governo” trabalhassem

sempre tendo o bem estar do povo como a grande preocupação, o que tornaria tal comissão redundante. Assim, o cronista insinua, utilizando-se de comentários de terceiros que já estariam sendo feitos de que, na verdade, essa comissão teria antes o caráter demagógico do que qualquer outra função. Dessa forma, Braga sustenta que ela valer-se-ia de dinheiro público para fazer propaganda política, assim como Eva Perón na Argentina. O objetivo, portanto, tal como nas matérias sobre o povo publicadas no semanário, é o de contestar a real preocupação do governo Vargas em relação às classes trabalhadoras:

“Senhora –

Estou certo de que não conheceis a minha obscura pessoa: não sou visível com muita frequência nos palácios em que a senhora cresceu e tem vivido. Podeis ficar certa, senhora, que em me não conhecer nada perdeis. Mas também nada perdeis em me ouvir, ou ler. Não vos tomarei muito tempo; sei que o vosso é curto.

Não devo esconder, para começar, que sempre tive – e tenho – pela senhora êsse respeito comovido que a gente da plebe sente pela filha do Rei. Mesmo sem contar os vossos dotes de beleza e de espírito, bastaria para mim êsse encanto natural que exorna, para as pessoas de minha (triste) condição, uma jovem que tem todos os direitos de usar o título, entre todos sedutor, da princesa do Brasil.

Ora, acontece, minha Senhora, que até hoje tendes feito política de maneira discreta, como fazem as damas – sussurrando e murmurando coisas ao ouvido dos homens que mandam, e desmandam. Vosso poder, ao que se diz, tem sido grande, e jamais diminuiu por ser discreto. Hoje, porém, vindes enfrentar as luzes da vida pública, presidindo uma Comissão onde falastes dos problemas dos campônios dêste Reino; e agora nessa Comissão do Bem-Estar Social, onde tendes assento, e nós, os pobres, temos a nossa esperança.

Coisa grave é, Senhora, a esperança. Muitas acendeu o senhor vosso Pai, e sabeis quão amargas resultam quando se frustram, e perdem. O nome dessa Comissão não é um nome, é uma Bandeira de Esperança. Mas é preciso contar, Senhora, com a maldade das línguas do povo; já há quem murmure que neste país ‘bem-estar’ é o nome de uma Comissão. Sofro horrendamente em vos dizer a verdade, mas a verdade, Senhora, é que o povo está mal. Já se diz que, se for preciso criar no Govêrno uma Comissão de Bem-Estar, isso quer dizer que os outros serviços do Govêrno não cuidam disso, quando seria de esperar que todos cuidassem só disso, e mais de coisa alguma. Sabemos, agora, que a metade dos lucros das companhias de seguro irá para a Comissão. Como ireis aplicar tamanho dinheiro? Temos o Ministério Da Educação e Saúde, e as Secretarias, e os Institutos, e os Serviços Sociais, e mais não sei quantos departamentos e comissões e fundações e instituições públicas e particulares de assistência que protegem o povo com tanto afã que seus chefes vivem a se atropelar quando correm em socorro do pobre. Temos o Ministério do Trabalho, temos leis sociais esplêndidas – as melhores do mundo, como dizem as pessoas que não

conhecem nem o mundo, nem as leis. Para que tanto dinheiro para essa Comissão? O perigo, Senhora, é vir algum má lingua dizer que êsse dinheiro será gasto em fazer benemerências que ajudem ambições. Vemos na Argentina a senhora Eva Perón fazer ao mesmo tempo caridade e propaganda, o que é feio. E se aquela senhora, que é Rainha, faz isso, que não fará uma que é Princesa e pensa em chegar a Rainha?

Êste, Senhora, não é raciocínio meu. É maldade que por aí se bacoreja. Já êsse má lingua que é o sr. Rafael Corrêa de Oliveira afirma coisas ruins. Êsse senhor Rafael, é bem verdade, não tem importância. Fazei com ele, Senhora, o que faço, que é o não ler. Mas não é melancólico e injusto que vos sacrifiqueis em trabalhos e canseiras para, ao fim, serdes tão mal interpretada pela ignara plebe?

Eis o que, Senhora, eu vos tinha a dizer – e perdoa alguma má palavra.

Súdito inútil,

Rubem Braga” (Braga, n.1, p.30).

No texto, Braga se auto-intitula súdito, chama Alzira de princesa que quer ser rainha e o país de reino. Tais denominações são provocativas, pois sugerem que o Brasil não estaria vivendo em uma democracia, mas antes teria um governo despótico. O paralelo com a Argentina, na qual haveria a rainha Eva Perón, reforça tal ideia, visto que no país vizinho haveria uma ditadura. Desse modo, mesmo que o Brasil, naquele período, tivesse democracia, a ideia de que a eleição de Vargas tenha aberto a possibilidade de um novo regime ditatorial é sempre presente.

Na crônica publicada na edição número 3, Braga discorre especificamente sobre a possibilidade de instauração de mais um regime ditatorial por parte de Getúlio Vargas. Em um texto cujo formato também é epistolar, intitulado “Carta a um general”, o autor constrói uma interlocução com o seu destinatário, o “Exmo. Sr. General Ciro do Espírito Santo Cardoso – Ministro da Guerra” (Braga, n.3, p.30). Braga inicia o texto reconstruindo o contexto no qual o general teria proferido seu discurso, que é o objeto de reflexão do cronista:

“General, ouço clarins dentro de mim. É que neste momento li o discurso feito por v. excia. no dia aniversário da Batalha de Tuiuti. Depois de cantar uma vitória recente, adverte v. excia.:

‘Mas, meus camaradas, não tocou ainda e posso dizer que enquanto eu for o comandante do Exército, jamais tocará, ‘Descansar’, porque ao contrário disso o sinal de meu comando é o de ‘Avançar’ e, se possível, como tanto desejo, ‘Acelerado’, para estarmos à altura de nossa missão em pouco tempo.’

Depois dessa bela frase, lembra v. excia. as ‘insinuações e invencionices dos eternos maldizentes que tudo deturpam’, e lá vem com

este trecho de ouro; ‘Permiti-me dizer, para assegurar tranquilidade e para que se possa realizar a obra fecunda de govêrno do preclaro Presidente Getúlio Vargas, meu eminente amigo, cuja única e maior preocupação, como amigo íntimo, de convívio diário, eu posso declarar, é a de entregar ao seu sucessor em 1956, ao tempo constitucional de seu mandato, um Brasil engrandecido, etc., etc.’. Desculpe os etceteras, general; a frase era comprida, e a vida é curta. O principal está dito ali, no que transcrevi. Não está, vamos dizer com franqueza, muito bem dito, e já direi porque” (Braga, n.3, p.30).

O cronista passa então a desenvolver sua argumentação, mostrando as contradições presentes na declaração do Ministro da Guerra:

“Primeiro porque essa preocupação do seu eminente amigo é ‘única’ e além disso é ‘a maior’. Ora general, se ela é a ‘maior’ não é ‘única’; há outras, e Deus sabe quais serão. Se V. Excia. tivesse dito: ‘a maior, a única’, já não haveria contradição, mas arroubo: depois de afirmar muito, v. excia. avançaria (como é de seu gosto) para afirmar ainda mais. Veja v. excia. que falar de mais às vezes é dizer menos, e já lá vai outro exemplo. Essa ‘única e maior’ preocupação de seu amigo qual é? V. Excia. o diz: ‘entregar ao seu sucessor em 1956, ao termo constitucional de seu mandato, um Brasil engrandecido, etc.’. A frase seria mais forte, general, se dissesse menos. Bastaria dizer que seu amigo iria entregar o Brasil ao seu sucessor. No lugar de ‘o Brasil’ v. excia. diz ‘um Brasil engrandecido, etc., etc.’ o que sempre nos deixa uma leve suspeita: sua maior ou única preocupação será entregar o Brasil ou engrandecê-lo?” (Braga, n.3, p.30).

Pedindo desculpas por parecer sofismar, Braga se defende assegurando que Vargas seria “nosso eminente conhecido” e que, seguindo o argumento do Ministro, poderia, então, achar necessário continuar no poder pelo “bem” do país. O cronista, no entanto, sustenta que o Brasil não suportaria mais um período ditatorial:

“Desculpe v. excia. se pareço estar sofismando mas seu eminente amigo é nosso eminente conhecido, e sofismar com meias palavras e meias ações é seu fraco, e seu forte. Vamos que êle ache, em 1956, que o Brasil ainda não está suficientemente engrandecido – e resolva continuar se sacrificando e comendo churrascos pela Pátria. De quem já fez isso, e nunca se penitenciou, não será maldade gratuita temer que o repita: e saiba v. excia.: eu acho que o Brasil não aguenta mais por muitos anos ser engrandecido desse jeito” (Braga, n.3, p.30).

Braga também argumenta que os amigos do presidente, assim como o lema do ministro da guerra, avançariam em tudo e em todos e o fariam justamente por contar com o respaldo de Vargas. Braga teme que, junto com tais amigos, Vargas também

decida “avançar o sinal” em 1956, impedindo, assim, que haja a próxima eleição presidencial:

“O melhor, portanto, é não dar o toque de ‘descansar’. Quanto ao seu sinal de comando; ‘Avançar’, e se possível, ‘Acelerado’, o caso é com v. excia. e sua tropa. Aqui fora, no mundo dos paisanos, não é preciso fazer sinal algum. Há uma turma que avança mesmo, e avança de dar poeira em qualquer disco voador.

Como avançam! E quão acelerados! Para eles a ordem é sempre ‘avançar’; avançam em tudo e em tudo podem avançar, pois são amigos de seu eminente amigo – e para amigos não há tacômetros.

Esperemos, general, que rodeado de tanta gente que avança, não vá o seu amigo querer também avançar o sinal em 1956.

Esperemos, general, mas não sentados, como a baiana da canção. Esperemos de pé – de pé pelo Brasil!

Em continência –

Rubem Braga” (Braga, n.3, p.30).

Na segunda edição, o tema tratado na crônica de Braga é a economia nacional. O cronista dirige-se ao Ministro da Fazenda, Horácio Láfer, respondendo e comentando um pronunciamento que este havia feito no programa de rádio “Voz do Brasil”.

“Meu caro Sr.

Dr. Horácio Lafer

Ministro da Fazenda –

As pessoas que me conhecem, e privam comigo, sabem que há uma hora em que é inútil me procurar em qualquer parte – seja na igreja rezando, no bar bebendo ou na Biblioteca Nacional lendo Virgílio – porque estou infalivelmente em casa ouvindo rádio. Tenho essa meia hora sagrada, que é para ouvir a ‘Voz do Brasil’. Confesso que antes não ouvia muito êsse programa, como também não costumava ouvir a Mayrink antes de irem para lá o Antônio Maria, o César, a Nancy, o Haroldo Barbosa, aquela turma. Pois se a PRA-9 teve de contratar tanta gente para fazer sucesso, bastou à ‘Voz do Brasil’ a sua presença, meu caro senhor, para ganhar milhões de ‘fãs’, entre os quais peço licença para me inscrever. E eu sou ‘fã’ daqueles que escrevem cartas e pedem retrato.

Sua última palestra estava um encanto. Com que voz maguada e meiga se queixa o senhor dos fornecedores que acham que ‘para o govêrno devem cobrar mais caro’. E com ingenuidade santa pergunta o senhor: ‘Por que, se o Govêrno paga em dia?’ (É verdade que só paga, meu caro senhor, quando o Ministro da Fazenda manda pagar.) Adorei também esta sua pergunta: ‘Por que enriquecer, explorando o govêrno para obrigá-lo a pedir mais impostos?’ O senhor recomenda (e o Ministro da Fazenda tem, aliás, demonstrado isso) um ‘espírito de economia e regateio enérgico’. E o senhor censura no povo ‘essa falta de amor ao dinheiro’” (Braga, n.2, p.30).

Braga ridiculariza a recomendação e a censura efetuadas por Láfer e mostra, por fim, que ao contrário do que este sustenta, os “barnabés” teriam sim amor ao dinheiro, ao ponto de insistirem pelo aumento do salário mínimo. Nesta questão, assim como na seção “Os dias do presidido”, o cronista assegura que o amor do povo ao dinheiro entraria em conflito com o mesmo amor de Láfer, que emperraria assim que o aumento se tornasse possível. Em outras palavras, valendo-se do mesmo “espírito de economia e regateio enérgico” que comenda ao povo, Láfer evitaria gastar o dinheiro dos cofres públicos aumentando o salário mínimo dos trabalhadores e, dessa forma, coloca o impasse para a falta de dinheiro nas relações entre compradores e vendedores, excluindo-se, assim, o Estado:

“Já dei ordens enérgicas ao meu mordomo, sr. Lafer, para economizar e regatear. Meu humilde cigarro ‘Liberty Ovais’ subiu agora de Cr\$ 2,00 para Cr\$2,50. O sr. acha que eu devo fumar menos ou chatear o português do butéco da esquina até que êle faça para mim por Cr\$ 2,30? Pode ser que o homem alegue que o sêlo do consumo é de Cr\$ 1,30; nêste caso pedirei um pequeno abatimento no sêlo do consumo.

Quanto aos fornecedores do Govêrno, o melhor é que êles peçam abatimento na comissão dos intermediários, mas o diabo é se depois o Ministro da Fazenda pede abatimento a êles para pagar logo.

Restam os ‘barnabés’ que estão revelando, com muito clamor e choradeira, que não sofrem daquele vício de ‘falta de amor ao dinheiro’, uma vez que insistem pelo aumento. É verdade que o Ministro da Fazenda também não sofre da mesma falta, de maneira que a coisa não vai nem vem. Mas no meio de tudo isso é um consôlo, sr. Lafer, ouvir a sua voz suave aconselhar a plebe a amar o dinheiro (ainda que platonicamente) e os ‘tubarões’ a serem bonzinhos

Mande-me o seu retrato para eu pregar no meu quarto, sr. Lafer. Sou seu ‘fã’. E se por acaso não tiver, pôde me mandar mesmo um retratinho do barão do Rio Branco (que não vale mais do que um ‘cachorro’), ou da Princesa Isabel (que é ‘galo’) ou mesmo qualquer um dêsses como Pedro II, Pedro I, D. João VI ou o almirante Pedro Álvares Cabral que são todos, se o senhor, me desculpe a expressão, do grupo da ‘vaca’. Garanto que os tratarei a todos como trataria o seu próprio retrato, isto é, sem a menor ‘falta de amor’.

Agradece, desde logo, o ouvinte e contribuinte –
Rubem Braga” (Braga, n.2, p.30).

A relação tensa e de estranhamento entre Getúlio Vargas e o estado de Minas Gerais também é explorada pelo cronista. Desta vez, sua crônica dirige-se a Newton Prates¹³², colaborador de *Comício* com a seção “Arquivo”, na qual reconstruía fatos da

¹³² Jornalista mineiro e pertencente ao grupo intelectual do qual o escritor Cyro dos Anjos fazia parte, em 1928 Newton Prates era secretário do jornal *Estado de Minas*. Em 1932 dirigia o *Diário da Tarde* (que

história política brasileira por meio da leitura de jornais antigos. O cronista relembra o período nos anos 1930 em que trabalhou na imprensa mineira para afirmar que, tanto naquele momento quanto no presente, Minas Gerais e Vargas não nutriam empatia um pelo outro:

“Carta a Newton Prates

Meu velho –

Tenho lido com a maior delícia, e atenção, esse ‘Arquivo’ que v. faz toda semana em ‘Comício’. Confesso, porém, que às vezes me dá uma tristura esse mergulho no passado – essas histórias de Campos Sales no fim do governo, a discussão dos jornais, o movimento do povo. ‘Tão Brasil’, como dizia o falecido Mario de Andrade. Mas enquanto você cata coisas nos jornais de cinquenta anos atrás eu me lembro, Newton, de um jornal de há 20 anos.

Foi, talvez, essa visita do sr. Getúlio Vargas a Minas. Houve outra, em 1932 ou 33, – quando v. dirigia o ‘Diário da Tarde’ de Belo Horizonte o Otávio Xavier era secretário e eu (hoje velho dromedário, a vagar por êste deserto de homens e aranhas) era um jovem e esperançoso fôca. O noticiário do Rio nos chegava por telefone: meia hora que a agilidade de nosso velho Siqueira, o bom biriba, transformava em muitas colunas de ‘telegramas’. Alguém de brincadeira, forjou um, dizendo que quando o sr. Vargas entrasse em Ouro Preto iriam os sinos dobrar finados. Era apenas para dar um susto no secretário – mas acabou saindo no jornal, num canto da primeira página. Foi um escândalo, mas o pior dele é que muitos lhe deram fé.

Por mais que o tenente Gregório diga o contrário, sempre tive para mim que o sr. Vargas não gosta de Minas, nem ela dele. As festas que se fazem não convencem; são, no fundo, frias e sem graça. Veja que a falta de assunto do sr. Vargas em Belo Horizonte chegou a um tal cumulo que êle nos saiu com essa grave tolice de dizer dos mineiros que o ‘próprio nome indica certa predestinação histórica nesse sentido’, isto é, no sentido da mineração.

O conselheiro Acácio, em uma tarde sem talento, não diria pior” (Braga, n.4, p.30).

Também neste texto, o cronista reitera que Vargas só teria interesse em se perpetuar no poder, não tendo – além de tal vontade – qualquer idéia e ação de cunho político. O exemplo exposto refere-se à contradição argumentativa do presidente em relação à siderurgia, que, segundo Braga, não se constituiria em mentira porque, afinal, Vargas não teria originalmente qualquer pensamento a respeito do assunto. Tanto nos

era, juntamente com o *Estado de Minas*, órgão mineiro da cadeia dos *Diários Associados*) quando Rubem Braga passou a trabalhar em sua redação, substituindo seu irmão Newton Braga. Já no final da década de 1930, Prates esteve presente na redação de outro jornal, o *Folha de Minas* (Werneck, 1992).

anos 30 quanto durante seu mandato presidencial nos anos 50, Vargas manteria uma relação de desconfiança em relação a Minas e a seus políticos:

“Mesmo a amizade do sr. Juscelino [Kubitschek] deve causar certos temores ao sr. Vargas, depois da experiência com o sr. [Benedito] Valadares. É claro que no momento não há nada, e tudo são flores, e o sr. Vargas devia estar feliz. Mas há uma coisa que o impede de gozar bem as delícias do poder, que é o temer de perdê-lo. Dele me disse uma vez, com desprezo, o sr. [Artur] Bernardes, que não amava governar, mas apenas ficar no governo. Governar é impor idéias, é mudá-las em fatos; e a tristeza fundamental do sr. Vargas, e sua íntima pobreza, é não ter idéia alguma a não ser a de ficar. Ele manda dizer ao povo que não fica; e perde e estraga todo o tempo de seu governo pensando em jeito de ficar.

Sobre siderurgia eu tinha vontade de propôr ao meu amigo José Olimpio fazer uma ‘plaquette’ extraíndo, da volumosa obra do sr. Vargas o que ele disse sobre o tema. Há um seu discurso em São Lourenço em que afirma exatamente o contrário de um outro discurso em Monlevade. Em um caso e outro não mentiu, isto é, não traiu o próprio pensamento – pois não tinha, a respeito, pensamento algum. Pensar lhe dá tédio, e sentir, receio. É um escravo da paixão viaja.

Minas lhe inspira apenas desconfiança; e quando manda o sr. Lourival Fontes fazer o bom moço com os udenistas da montanha, que fria recordação não tem do Manifesto dos Mineiros¹³³ e do resultado das últimas eleições!

O tempo mudou, Newton, e nós com ele. Mas Getúlio e Minas não mudaram; e as festinhas que se fazem guardam o mesmo ar equívoco de antigamente, e sempre.

Do amigo velho –
Rubem Braga” (Braga, n.4, p.30).

Na crônica da edição número 5 do semanário, Rubem Braga escreve a respeito da prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O cronista

¹³³ Datado de 24 de outubro de 1943 em homenagem à Revolução de 1930, o Manifesto dos Mineiros foi o primeiro pronunciamento público feito por setores liberais da sociedade brasileira contra o Estado Novo. Antes, as ações contra a ditadura varguista eram feitas apenas pelos movimentos de esquerda (comunistas e socialistas), estudantil e operário, principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Essas ações tinham caráter clandestino e sofriam severas repressões. Tendo esse quadro em vista, a importância que se atribui ao Manifesto dos Mineiros decorre dos seguintes motivos: “1) de seu caráter precursor, por ser a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros de elites liberais, até então ausentes em qualquer contestação pública; 2) de seu significado regional, no sentido de ser uma resposta dos mineiros ao que percebiam como ‘a espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas’, o que confirma a importância das tradições regionalistas na política brasileira; 3) da reação do governo, recorrendo a sanções contra os signatários (demissões ou aposentadorias dos cargos), o que foi objeto de grande repercussão em todos os setores da oposição ao regime, e 4) da vinculação entre os principais articuladores do manifesto com o movimento conspiratório que desembocaria na criação da União Democrática Nacional (UDN) em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais de 1945. Assim é que o Manifesto dos mineiros passou para a história como um dos elementos decisivos para a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, embora o documento não apresentasse qualquer proposta de ação concreta para a derrubada do regime” (“Manifesto dos Mineiros”, DHBB/CPDOC).

ridiculariza o coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso que, para realizar seu “sonho” de ser prefeito do Distrito Federal, teria feito de tudo para agradar a Vargas. O cronista inicialmente esclarece o porquê do atual prefeito, João Carlos Vital¹³⁴, não estar seguro no poder, que teria a ver com o desagrado de “Dona Alzira” em relação a ele:

“Carta a Um Coronel
Senhor Coronel.
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.
Ex-Prefeito Interino.
Coronel –

Antes do mais quero cumprimentá-lo pela realização do que amigos seus me dizem (os ursos) ser o sonho mais constante de sua vida pública: ser prefeito do Distrito Federal. É verdade que o coronel foi interino, e poucos dias depois já não o é, ou é apenas ‘ex’. Ser ‘ex’ é, entretanto, ainda, de algum modo, ser. E quem sabe se não foi um modo de vir a ser?

O nosso simpático Vital, eu sei, anda fraco. Dona Alzira e doutor Lourival juram que ele não dura um mês. E isso, entre coisas, coronel, por causa de inocentes brincadeiras. Uma que ele fez foi, numa festinha de inauguração qualquer, como houvesse um orador muito longo e cacete a lhe puxar o saco, perguntou o nosso prefeito a um operário que estava ali se podia dar um repasso na sua bicicleta. E enquanto o orador se esbofava, lá se foi nosso prefeito a pedalar, como um menino feliz. (Dizem que anda até sem mão; deve ser verdade, a julgar pela perícia com que se equilibra no cargo: mas não será tanto como o Dr. Vargas que anda de costas e para trás, em bicicleta de contrapedal).

Outra história é que Dona Alzira o foi visitar em Palácio, levando um alto dignatário da Igreja; e esperou muito, a excelente senhora, até que sentiu que alguém lhe vedava os olhos com as mãos e pedia que ela adivinhasse quem era. Era o nosso caro prefeito! Dona Alzira não gostou – e aí de quem Dona Alzira não gosta!

Devo lhe confessar, coronel, que, a mim, essas histórias parecem graciosas, como tôdas as do ‘homem que no teve infância’. Infância faz falta, e sempre é tempo de tê-la. Mas imagino que algumas histórias dessas, bem contadas, podem derrubar um prefeito da sua bicicleta. E se ele cai, quem empunhará as rédeas (ou o ‘guidon’) da governança municipal?” (Braga, n.5, p.30).

Entre as ações efetuadas pelo coronel no poder para agradar Vargas estaria a alteração do nome da avenida que homenageava o dia em que o agora presidente havia sido deposto. Braga, no entanto, ironiza o fato, mostrando que, a despeito da placa com

¹³⁴ Nomeado ao cargo de prefeito do Distrito Federal em abril de 1951 por Getúlio Vargas, Vital apresentou “ao Legislativo um projeto de lei tributária que desencadeou intensa polêmica na imprensa e incompatibilizou o prefeito com a Câmara, resultando, em dezembro de 1952, na sua demissão da prefeitura. Foi substituído pelo general Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (1952-1954)” (“João Carlos Vital”, DHBB/CPDOC).

a data ter caído, seria uma “pena que não caia, nem saia, da lembrança dos homens”. Ou seja, o ato de alterar o nome da rua não faria com que a população se esquecesse do ocorrido e de seu significado, isto é, do fim do Estado Novo, que são traduzidos por Braga pelas frases “não há mal que sempre dure – embora, como a sarna, possa voltar” (o mal, ou seja, o governo de Vargas, não poderia durar para sempre, mas, assim como a sarna, ele teria voltado) e que, no Brasil, “o dono absoluto de todo o rebanho humano pode ser reduzido, a certa altura, a ir confabular com os bois e as vacas e os mimosos terneiros, numa rica, porém melancólica, estância de fronteira”, frase mais explícita sobre a trajetória de Vargas de destituição de poder em 1945 e isolamento em sua propriedade no Sul do país:

“Não escondamos que o senhor fêz tudo para se habilitar. O interino aprovou o que o efetivo ia vetar, e vetou o que êle aprovava. No caso do anexo do Instituto de Educação o senhor agiu com sabedoria: mandou despejar as crianças da ‘Escola Epitácio Pessoa’ para alojar as normalistas. Só um tolo não vê como o coronel agiu bem: temos muito mais necessidade de professoras que de crianças, e a prova é que muitas dessas crianças ficarão sem professoras, por falta de vaga em outras escolas.

O Dr. Vargas deve ter gostado; mais ainda gostou do seu ato voltando a dar nome de Avenida Suburbana à que tinha o de 29 de Outubro. Se o Dr. Vargas tivesse mais imaginação, é possível que, ao ouvir do senhor essa notícia, fugisse não em bici, mas em motocicleta, tão violenta é a puxada.

Assim cai das placas o 29 de Outubro; e é pena que não caia, nem saia, da lembrança dos homens. Ela nos lembra, com insistência, que maior é Deus do céu e nada mais; que não há mal que sempre dure – embora, como a sarna, possa voltar; ou, para dizer a coisa clara, que, neste país, o dono absoluto de todo o rebanho humano pode ser reduzido, a certa altura, a ir confabular com os bois e as vacas e os mimosos terneiros, numa rica, porém melancólica, estância de fronteira.

Parabéns, coronel. O senhor obrou pouco, mas bem. Nunca ninguém puxou tanto e tão bem em tão poucos dias. E dizer que ainda há quem pense que o senhor não merece o governo desta cidade! Merece, coronel, merece. E que o tenha, são os votos do soldado, admirador e obediente cidadão

Rubem Braga” (Braga, n.5, p.30).

Na edição seguinte, a “carta” de Braga é endereçada ao deputado Nelson Carneiro, responsável pela emenda divorcista que havia sido derrotada na Câmara. O cronista descreve os posicionamentos tanto do Senado quanto da Câmara, frisando a influência que a Igreja Católica teve para a rejeição da emenda:

“Carta a Um Deputado
Meu caro deputado Nelson Carneiro,

Câmara Federal

Que surra, companheiro! Foi por 187 votos contra 46 que a Câmara rejeitou a emenda divorcista à Constituição, isso quando seriam necessários dois terços para aprová-la – sem falar no Senado; e a maior parte daquele pessoal do Senado, você sabe, não se interessa pelo divórcio, achando que êle viria tarde demais.

Também aí na Câmara a maioria não se interessou, embora por motivos diferentes; e como a questão foi aberta pelo dr. Capanema é de supor que cada um teve lá seu motivo. O Govêrno agiu sàbiamente não fechando questão, visto que a Igreja a fechara, a Igreja, e as senhoras dos senhores deputados; nunca houve uma questão tão bem fechada.

Você citou, em apôio de sua emenda, o caso do saudoso líder udenista Soares Filho, caso que eu não conheço bem; poderia citar casos mais populares, como o do bancário Afrânio e do ‘chauffeur’ Madragôa. O padre Arruda Câmara afirmou que 95 por cento da população do país é contra o divórcio. Não sei onde o reverendo foi buscar essa estatística. Também não sei em que se baseia o deputado Emílio Carlos para afirmar, em contraposição, que 70 por cento das mães brasileiras são solteiras. ‘Quel pays!’ – como exclamava uma senhora francesa minha amiga, vinda de Paris, mas espantada com certos hábitos amorosos dos brasileiros. Meu Deus, se isso é verdade, então somos um povo de filhos da mãe. Ah, por favor, Nelson, não ache forte minha expressão, que ela não o é; já o bom Álvaro Moreyra se espantou ao reparar que somos o único país do mundo em que ‘mãe’ é palavra feia. ‘Quel pays!’” (Braga, n.6, p.30).

Ao final, o autor explora o argumento defendido por alguns a respeito da importância da tradição, discorrendo ironicamente sobre as várias “tradições perdidas” pelo Brasil que seriam de “saudosa memória”. Por fim, Braga se mostra ainda mais contra o conservadorismo que teria imperado na discussão sobre o divórcio, ao assegurar não gostar de ir à Câmara por ser escandaloso ver “senhoras e senhoritas” no meio de homens ao invés de estarem “trancadas em casa”, como rezaria a “boa” tradição familiar brasileira:

“Houve aí quem falasse em tradição; foi o meu prezado professor Alberto Deodato que defendeu ‘as tradições trazidas nas caravelas de Cabral’; mas houve também (o Vieira de Melo) quem lembrasse que a escravidão também era uma tradição, e nem por isso a conservamos.

A escravidão, o feudalismo, a monarquia, o bicho-de-pé, as ceroulas, as bichas aplicadas pelos barbeiros, quantas tradições perdidas! E isso sem falar na força e no esquadramento, de saudosa memória.

Voltemos às Ordenações, meu caro Nelson Carneiro, porque elas também vieram nas caravelas do almirante. Eu, com franqueza, não gosto de ir a essa Câmara, pelo escândalo que me parece ver aí, no meio dos homens (e alguns bastante perigosos) senhoras e senhoritas que deveriam, segundo a boa tradição da família brasileira, estar trancadas em casa, a ralar com os meninos ou a jogar bilboquê.

Deputado, adeus.

Rubem Braga” (Braga, n.6, p.30).

Na edição número 7, o tema tratado é o da entrevista de Domingos Velasco a *Comício*, cujo conteúdo foi explorado no capítulo anterior, ao analisar os anúncios presentes no semanário, entre eles o jornal *O Popular* do senador em questão.

Outro tema, candente na época, que foi muito debatido no semanário e que também ganhou espaço na crônica de Rubem Braga é a que diz respeito à ingerência do petróleo nacional. Eleito com uma campanha que defendia a nacionalização do projeto da Petrobrás, Vargas, já no poder, tende a apoiar a solução de gerência mista, o que abriria espaço não apenas para o capital nacional, mas também para o estrangeiro – e em relação a este, o mais interessado, como vimos, era a empresa norte-americana *Standart Oil*.

A vinda ao Brasil de Dean Acheson, Secretário de Estado norte-americano, justamente no período em que se discutia o projeto da Petrobrás no Congresso do Petróleo, gerou reações por parte da imprensa, a despeito de sua afirmação de que sua visita não tinha nenhum propósito específico. A esse respeito, o cronista escreve um texto endereçado a Vargas. Nele, noticia o conteúdo de um ofício do coronel Francisco Rosa, diretor da Divisão de Ordem Política e Social, para o general Felicíssimo, presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Rosa solicita que o Congresso do Petróleo seja transferido, pois este poderia parecer acintoso “às autoridades do governo bem como ilustre hóspede”. Rosa diz ainda que se sua solicitação não for atendida, o Congresso será proibido em julho:

“Carta ao Presidente
Doutor Getúlio –

Anda aflito o nosso amigo comum dr. Capanema; e a esta hora já deve ter batido à sua porta para pedir conselho que o tire do aperreio em que o deixou, na Câmara, a leitura daquele ofício do coronel Francisco Rosa, diretor da Divisão de Ordem Política e Social, ao general Felicíssimo, presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Não resisto à tentação de transcrevê-lo:

‘Solicitarei amigavelmente transferência Congresso do Petróleo para agosto, apelando patriotismo, hospitalidade brasileira, pois poderá parecer acinte às autoridades do govêrno bem como ilustre hóspede. Não sendo atendido, Congresso será proibido mês de julho’. O português, doutor, é mau, pior, entretanto, é o que está escondido dentro, para usar a linguagem do Cântico dos Cânticos.

O ilustre hóspede, já se vê, é o sr. Dean Acheson, secretário do Departamento de Estado norte-americano. Isso o coronel nem se dá ao

trabalho de dizer; mas como não temos outro hóspede ilustre em perspectiva, só pode ser êsse” (Braga, n.8, p.30).

Mostrando a recepção desfavorável que o ofício de Rosa teve dentro da Câmara, e explicitando de que se tratava de um pedido tendo em vista a vinda de Acheson, o cronista passa, então, a indagar a respeito do conteúdo do ofício, evidenciando suas implicações para a autonomia do país.

“Mas o que haverá de acintoso para o sr. Dean Acheson em se fazer um Congresso de Petróleo no Brasil por ocasião de sua visita? Que tem êle a vêr com isso? O senhor, doutor Getúlio, tem se esbaldado em dizer, e repetir, que não tem nada; que êsse projeto da ‘Petrobrás’ é nacionalista cem por cento, e que não precisamos do estrangeiro para coisa alguma. Se é assim, por que cargas d’água vem a polícia proibir que se discuta sequer a questão do petróleo durante a estada do sr. Acheson? Parece que não se trata de falar mal da ‘Petrobrás’, mas de um filho do sr. Acheson, um filho queridinho” (Braga, n.8, p.30).

Braga assegura que o próprio Acheson estaria informado de que os brasileiros discutiam a respeito da política do petróleo e que seria desejável que assim o fosse em um regime democrático, visto que o tema seria vital para o Brasil. O cronista então frisa que, além do poder dos “trustes”, Vargas não poderia se esquecer do poder da opinião pública brasileira. Mais uma vez, o que está em questão é a soberania do país para tratar de seus interesses e o real exercício de cidadania em um contexto de regime democrático:

“Afinal de contas, o sr. Acheson deve saber que nós, os brasileiros, estamos discutindo a nossa política do petróleo. Discute-a o Congresso, a toque de caixa, sob o aguilhão do líder, que a todo custo quer vêr o projeto aprovado, e já. Discute-a a imprensa, discute-a quem quiser, no botequim, na rua, no quartel, pois neste regime em que estamos é normal, é desejável, que um assunto de importância nacional seja discutido por qualquer cidadão. Mas aí vem o sr. Acheson – e pronto! O senhor manda o dr. Capanema acabar com a discussão na Câmara; e sua Polícia manda ‘amigavelmente’ que césse a discussão aqui fóra. Vamos ficar todos quietinhos, para não molestar o sr. Acheson. O coronel escreve ao general: caluda! E, a menos que desejamos entrar no chanfalho, nós todos, paisanos, militares, cidadãos desta República de Operata, ficamos proibidos de sussurrar a palavra ‘petróleo’ – para não aborrecer o sr. Acheson!

Doutor Getúlio – Quem poderia dizer, durante a sua campanha eleitoral, que dentro de tão pouco tempo iríamos descer a tanto! Será preciso que eu lhe lembre agora que neste país não existe apenas uma fôrça – o sr. Acheson – que existe também esta vasta coisa flutuante, às vezes errada,

mas certa em seu instinto e sagrada em sua natureza, que se chama opinião pública; e que, paisanos ou fardados, nós todos, que somos uma parcela dessa opinião, não gostaremos de chegar à ignomínia suprema de silenciar sobre um problema de máximo interesse para nosso povo e nosso futuro – por cortesia ao sr. Acheson?” (Braga, n.8, p.30).

Por fim, Braga mostra a contradição entre a campanha eleitoral de Vargas, que seria “ant-trust”, e o presente, no qual o presidente se manteria obediente em relação aos trustes. O autor sugere que a aliança com Acheson poderia significar a perda do respaldo eleitoral que o elegeu e que permitiu a constitucionalidade da eleição (no caso dos militares), resultando, assim, em uma possível perda de poder:

“Uma vez o senhor disse que os ‘trustes’ o haviam derrubado do poder. Cuide-se, doutor: o que não foi verdade, póde vir a ser; êsse temor religioso aos ‘trustes’, essa obediência que passa os limites da subserviência – isso pode lançar os seus burros n’agua. Não adianta punir o sr. Francisco Rosa; êle foi apenas o ‘*enfant terrible*’ que veio para a sala dizer o que os pais sentem, mas não dizem. Êle foi apenas a voz do inconsciente de um governo que está perdendo, dia a dia, a própria consciência. Pense nos cidadãos que votaram no candidato ‘anti-trust’ e nos militares que lhe garantiram a posse: de que lado êles ficarão agora? Pense, doutor; mas pense depressa, porque o sr. Acheson está vindo aí e na frente dêle é falta de educação pensar.

Amigavelmente (como diz o coronel Rosa) cumprimenta-o Rubem Braga” (Braga, n.8, p.30).

Na edição seguinte, a vinda de Acheson ao Brasil e suas implicações são novamente exploradas, sendo que, desta vez, o destinatário da crônica é o próprio secretário de Estado norte-americano. Também na edição 9, na seção “Os dias do Presidido”, Braga já havia escrito sobre o assunto que desenvolveria em sua crônica: “O sr. Acheson por sua vez diz: ‘não vim pedir coisa alguma’. Ainda bem. Depois disse: ‘aqui eu me sinto em casa’. Ai, ai, ai” (*Comício*, n.9, p.6). Valendo-se de uma metonímia entre o bigode de Acheson e o país que este representa, Braga especula a respeito do imperialismo dos Estados Unidos em relação ao Brasil, tendo em vista justamente o interesse daquele país em relação ao petróleo nacional. O cronista ressalta a sensação que possuiria de não se sentir em casa em seu próprio país, visto que teria a impressão de que o Brasil pertencia ao “estrangeiro”. Já Acheson, com (e em decorrência de) seus “bigodes imperiais”, se sentiria em casa onde quer que fosse:

“Carta a Um Senhorio

Sr. Dean Acheson
Secretário de Estado
U. S. A.

Devo pedir-lhe desculpas por não ter ido ao encontro que o senhor teve, na A.B.I., com os jornalistas brasileiros; tanto mais que o nosso comum amigo Herbert Moses descreveu o seu tipo com estas palavras encantadoras: ‘majestoso, porém não ridículo’.

Se faltei ao encontro, a verdade é que acompanhei, pelos jornais, sua visita ao Brasil; admirei sua estampa, especialmente seus bigodes, formosos e grandes, com duas pontas espetadas, uma para bombordo, outra para boréste; são bigodes imperiais, que lhe ficam muito bem; e conforme as guias dêsse bigode se voltam para um lado ou outro, o certo é que muda muito a direção dos negócios do mundo.

Mas de tudo o que o senhor disse no Brasil, senhor Acheson, o que mais me impressionou foi o que disse na Câmara. Deixando de lado o discurso formal, que trazia no bolso, abriu o senhor o coração, e disse coisas raras. Das quais uma especialmente me despertou a atenção, que foi dizer o senhor que se sentia em casa.

Não esconderei que sua frase me deixou uma ponta de inveja. É que nem sempre, senhor Acheson, eu me animarei a dizer a mesma coisa. Sim, nem sempre me sinto em casa, neste país; às vezes tenho a impressão estranha e penosa de que sou um estrangeiro aqui, ou de que isso aqui é do estrangeiro. É, na verdade, o Brasil, um país estranho; não é, portanto, de admirar que a gente mesma o estranhe de vez em quando. O senhor é um homem feliz, que não estranha nada, e se sente em casa aonde quer que movimente os seus imperiais bigodes” (Braga, n.9, p.30).

Após discorrer sobre o caráter imperialista do país que Acheson representa, Rubem Braga discute a respeito dos valores que seriam caros a ele – democracia e liberdade –, questionando se “essas coisas” seriam tão “boas” ou “limpas” como se supõe, uma vez que elas não poderiam ser experimentadas por todos nos Estado Unidos:

“Na mesma ocasião o senhor falou muito em democracia e liberdade. Desde criança ouço falar destas coisas; e sempre me disseram que seu país é um grande modelo do que elas são, e valem. Foi certamente por isso que resolvi um dia ir visitá-lo; era um velho sonho que ia realizar, e meu coração estava alegre. Pois essa alegria não durou muito; entre a minha humilde pessoa e a sua pátria da democracia postou-se um magro e implacável cônsul de costume riscadinho que me fez saber, com um sorriso maléfico e um ‘I’m sorry’ não convincente, que o Governo dos Estados Unidos da América do Norte não tinha o menor prazer em receber a minha visita – e me negava, para encurtar conversa, o visto.

Fiquei chocado com êsse contra, senhor; mas isso não tem importância porque tenho levado outros contras e choques na vida; e confessarei mesmo que essa recusa me entristeceu menos do que outras; no fundo a recusa de uma dama fere mais um homem como eu que a recusa de uma Nação – pois assim é feita, de frivolidade e incoerência, esta pobre alma, latina e semi-colonial. Mas êsse ‘contra’ teve conseqüências tristes; a

pior delas é que, sem poder visitar a sua Pátria, senhor Acheson, eu não pude beber as lições de democracia e respirar o clima de liberdade; e passei mesmo a desconfiar de que essas coisas não são nem muito boas nem muito limpas, visto que se escondem da vista de um homem honrado e de boa fé, como costumam ser os Braga de Cachoeiro” (Braga, n.9, p.30).

Rubem Braga finaliza o texto mostrando seu mútuo não-pertencimento: não pôde conhecer (e aprender com) o país da liberdade e da democracia e ainda se sente morando de favor no Brasil, que seria agora “casa alheia”. Se havia alguma dúvida a respeito do dono da casa, mesmo tendo se dirigido a ele como “senhorio”, Braga a elimina ao se despedir de Acheson chamando-se de “inquilino”:

“Eis porque fiquei assustado pelo fato do senhor dizer que aqui estava em casa; essa declaração me deu um certo sentimento melancólico de mim mesmo, e fiquei a me perguntar se, estando aqui o senhor em casa, não estarei, por acaso, sobrando eu. Ontem entrou pela redação o Dantinhas, que é inspetor da Imigração e bom amigo. Pois senti um vago susto quando êle veio me falar; não era nada; mas eu tinha acabado de ler o seu discurso na Câmara, senhor Acheson, e tive receio de que meu prazo de permanência no Brasil houvesse findado, e o senhor se negasse a me conceder outro visto.

O susto passou; mas não vale a pena esconder que continuo meio desconfiado; ainda estou com essa sensação desconfortável de estar morando de favor numa casa alheia, de onde a qualquer momento podem me mandar embora.

Do admirador, e inquilino.

Rubem Braga” (Braga, n.9, p.30).

Na seção “O leitor escreve” da edição seguinte, um leitor que assina especificando que fala “do condomínio” no qual Braga seria um inquilino, concorda com a sensação de não-pertencimento a seu próprio país. Na carta, diz que seria “anticomunista” e isso o autorizaria a gritar a expulsão de Acheson do Brasil. Tal comentário revela que, de um lado, os comunistas seriam um grupo político visto como passível de defender o mesmo discurso de Braga e do leitor e, ao mesmo tempo, este julga necessário marcar uma distância em relação a eles para que seu posicionamento seja (ao menos) publicamente aceito:

“Sr. Redator:

(...) E é com dois amigos na ‘cêrca’, acusados cretinamente de participação remota em movimentos nos quais não podiam participar porque ainda estariam na Escola primária, que aplaudo Rubem Braga por se sentir fora de casa quando Acheson se sente na dêle. Sendo anticomunista posso gritar tranquilamente (sem pichar paredes): ‘Fora!’ Êsses senhores do norte

nunca descem aqui apenas para nos cumprimentar e bater um papo inocente. Augum trunfo na tuanga Acheson tinha quando veio bater tão longe...

Do condomínio

Braz Antines – São Paulo” (*Comício*, n.10, p.7).

Na crônica de número 10, Braga escreve sobre um banco cujo cadastro teria sido queimado. Endereçando-se a um banqueiro que seria seu amigo, reproduz a comoção que houve nos “baixos círculos financeiros desta praça”, dos quais o próprio cronista pertenceria. Tais relatos, juntamente com o do homem “bem-aventurado” que não sabia o que era um banco, auxiliam-no a traçar sua definição, de que tal instituição seria antes de tudo papel e, mais do que isso, funcionaria sob a lógica de emprestar dinheiro àqueles que provam não precisar dele. Questiona, assim, o favorecimento dos bancos em relação aos ricos, que são justamente os que dão prejuízo, geralmente aos bancos públicos, cujo dinheiro, portanto, seria do povo:

“Carta a Um Banqueiro

Prezado Luís.

V. me desculpará não escrever seu nome todo, nem dar o nome do grande banco desta praça cujo cadastro acaba de se incendiar. Nessa coisa de bancos é preciso ter muito cuidado: banco é ao mesmo tempo um monstro todo poderoso e uma virgem extremamente delicada, cuja virtude já se sente melindrada só pelo fato de alguém admitir que ela possa vir a sê-lo.

O fato é que o incêndio despertou grande emoção nos baixos círculos financeiros desta praça, a que eu pertenço. Um amigo manifestou, de olhos brilhantes, a esperança de que seu ‘papagaio’ tivesse se queimado: outro mostrou-se triste por ter pago há poucos dias uma letra; e um terceiro, que ali tem suas economias, perguntou com algum susto: ‘será que queimaram o meu dinheirinho?’

Porque banco é aço, banco é ouro, banco é também confiança, mas banco é principalmente papel. Afonso Arinos contou-me que veio certa vez à sua casa, aqui no Rio, um capiáu do fundo das Minas Gerais, a quem êle devia pagar uma certa importância. O velho roceiro apareceu à noite, depois do jantar; e como não tivesse dinheiro em casa, Afonso disse que ia encher um cheque para êle. ‘Não senhor, eu não aceito papel do senhor não. Ah, isso não, moço. Eu sei quem o senhor é, eu conheci o seu falecido pai, o senhor não vai pensar que eu vou aceitar um documento do senhor. Sua palavra para mim vale muito mais do que qualquer papel escrito’.

Afonso teve trabalho de explicar ao homem o que era um cheque. E no dia seguinte, depois de receber seu dinheiro num banco, o velho contou maravilhado a um amigo: ‘mas o dr. Afonso é um homem acreditado mesmo. Cheguei lá com aquêlê papel, disse que êle tinha mandado, o homem nem perguntou quem eu era, foi logo me dando o dinheiro’.

Êsse bem-aventurado, Luís, não sabia o que era um banco – essa formosa instituição que, segundo uma definição antiga, ‘emprasta dinheiro a tôda pessoa capaz de provar que não está precisando dêle’. Há, é certo,

banqueiros diferentes; sem entrar (Deus me livre) no mérito da questão, nesse caso do inquérito feito no Banco do Brasil, devo dizer que simpatizei com a declaração do sr. Marino Machado, acusado de fazer empréstimos sem garantias reais: ‘sempre preferi emprestar ao pobre que paga do que ao rico que não paga nunca’.

Sei que v. é de mesma teoria, e defende a tese de que o inocente ‘papagaio’ jamais deu prejuízo a nenhum banco, e ajudou a construir a fortuna de muitos: quem dá prejuízo ao banco é o rico especulador que faz negócios sobre mercadorias; quando há alta, êle paga, pois enriqueceu com o dinheiro do banco; se a coisa dá para trás, êle entrega a mercadoria desvalorizada, e o banco que se dane. Caso que acontece de preferência, é claro, com bancos oficiais, visto que o banqueiro sempre é mais liberal quando o dinheiro é, afinal de contas, do povo” (Braga, n.10, p.30).

Ao imaginar um mundo no qual todos os papéis que são usados pelas pessoas umas contra as outras pegassem fogo, Braga explora a possibilidade de que as pessoas passassem a viver como o “capião” que não conhecia o banco do qual lhe falou Afonso Arinos, valendo-se da confiança em relação ao outro, que se instauraria por meio da consciência e da palavra:

Mas eu queria lhe contar era um sonho que esta noite sonhei. Que todos os cadastros de todos os bancos tinham pegado fogo; mais ainda, tôda a papelada, inclusive os títulos, tudo, menos o dinheiro. E também todos os fichários da polícia, todos os processos da Justiça, tôdas as coleções dos jornais, e os arquivos particulares. O que aconteceria, Luís? Ficaríamos sem defesa contra os malandros e os criminosos, os embusteiros e os assassinos, os anarquistas e os calhordas – ou seria o momento de fazer um apelo aos cidadãos em geral, sem excluir nenhum, dizer a êles que não havia mais nenhum papel escrito que alguém pudesse mostrar contra ninguém, e que era possível contar apenas com a palavra e a consciência de cada um, e que havia sido deliberado acreditar nessa palavra e nessa consciência? Você acha, Luís, que o mundo viria abaixo?

A idéia é engraçada, e parece que não tem nenhum sentido; mas não me ocorre outra esta manhã para fazer uma crônica; fique esta mesmo, e só o que acrescento é um abraço apertado do sempre seu amigo e admirador

Rubem Braga” (Braga, n.10, p.30).

A crônica da edição 11 é a primeira sem o formato epistolar. Aborda a presença dos príncipes Dom João e Dom Pedro na imprensa brasileira. Sobre o primeiro, o cronista transcreve algumas das declarações que foram publicadas na imprensa que o príncipe havia dito a respeito das mulheres:

“Os Príncipes

Os nossos amados príncipes estão brilhando, esta semana, nas páginas dos jornais. O mais moço, Dom João, príncipe de Orleans, Panair e

Bragança, deu uma entrevista a Dulce Rodrigues. A moça, que é inteligente e fina, conseguiu fazer com que o entrevistado lhe abrisse a alma principesca, e dissesse tudo o que pensa das mulheres.

Pensa muitas coisas; não vou transcrever tôdas, mas não resisto à tentação de copiar algumas. Os leitores certamente ganharão com isso e eu não apenas ponho o príncipe a trabalhar para mim (o que não é todo dia que acontece com uma pessoa) como também enfeito êste meu estilo plebeu com as galas de uma crônica imperial. Vamos a ela.

‘A primeira coisa que me atrai numa mulher é o andar. E é através dele que vou fazendo deduções a respeito do seu caráter, sensibilidade, frieza, e outros itens a mais. Afinal, o andar de uma mulher é como uma pista, que tanto nos pode levar aos caminhos do céu como ao inferno’.

‘O que mais admiro numa mulher é sua capacidade de feminizar tôdas as qualidades corriqueiras’.

‘Não só admito, mas acredito que tôdas as iniciativas amorosas são tomadas pelas mulheres’.

‘Eu gosto de mulher carinhosa ‘tôda vida’. Perguntar se um homem gosta de chamego é o mesmo que tentar saber se macaco quer banana’.

‘Um homem não pode amar duas mulheres ao mesmo tempo. Só se fôr acrobata’.

Fora disso o príncipe fala de amor eterno, amor à primeira vista, o biquini (é contra), o nu (é a favor), mulher esportiva, idem fatal, idem ideal, o amor e a distância, a graça da brasileira, a elegância da francesa, e outros temas gentis mas acho que isso que deixei transcrito é a flor de seu pensamento. E que, portanto podemos passar ao outro príncipe” (Braga, n.11, p.30).

Ao tratar de Dom Pedro, o cronista o define como “herdeiro presuntivo do trono do Sr. Getúlio Vargas”. Assim como em sua primeira crônica, na qual chama “Dona Alzira” de princesa, o cronista sugere o caráter não democrático de Vargas no poder, que estaria mais próximo de um poder imperial. Ao invés de ser retratado em um gabinete presidencial, Vargas teria um “trono”:

Dom Pedro de Orleans e Bragança, herdeiro presuntivo do trono do Sr. Getúlio Vargas, êsse não diz nada aos jornais. O que tem a dizer, di-lo em juízo, pela boca de seu advogado. E é lamentável: a Companhia Imobiliária de Petrópolis, de que é presidente, move uma ação contra Antônio de Castelo Branco, Conde os Pombeiros, que a lesou em seiscentos mil cruzeiros.

Príncipe, o conselho parece que já vai tarde, mas vai assim mesmo: cuidado com êsses nobres!” (Braga, n.11, p.30).

Assim como na crônica a respeito da rejeição da Câmara à emenda favorável ao divórcio, Braga discute em sua décima segunda crônica a atuação da Igreja. Desta vez, trata-se da tentativa da Igreja em vetar uma lei que obrigaria a Santa Casa de Misericórdia, “que tem o monopólio dos serviços fúnebres”, a construir fornos

crematórios. Tendo em vista a omissão do prefeito em relação à lei, caberia ao presidente da Câmara sancioná-la. Em decorrência disso, o Cardeal da Igreja teria o intuito de excomungá-lo. Braga sugere o absurdo da situação, visto que o presidente seria excomungado por cumprir a lei, e isto em um país cuja tradição é justamente a oposta, ou seja, a do descumprimento generalizado da lei (e no qual ninguém seria excomungado). Já o prefeito também seria passível de ser excomungado, por sua omissão e não por sua ação. Também neste ponto, o cronista observa que, em um país no qual as pessoas praticam tantas ações ruins, não caberia excomungar alguém somente por omissão:

“Coisas Fúnebres

Saiu o Cardeal de seus cuidados e de seu Palácio, e foi ao gabinete do Prefeito para lhe dizer que a Igreja espera que ele vete a lei que obriga a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que tem o monopólio dos serviços fúnebres, a construir fornos crematórios, em seus cemitérios, para uso facultativo.

A intenção do prefeito, nós a conhecemos, pois o seu silêncio a diz: era não aprovar nem vetar a lei; ela então voltaria para a Câmara Municipal, cujo presidente a sancionaria. Esse presidente já estava ameaçado de excomunhão, pois a Igreja excomunga quem contraria seus princípios em certos assuntos, e casos; e neste caso e assunto o Direito Canônico não tem perdão. Ora, esse presidente estaria obrigado por lei a sancionar o projeto; e, portanto, seria excomungado por cumprir a lei – o que é triste, principalmente em um país onde habitualmente nem se excomunga ninguém, nem ninguém cumpre lei alguma.

Mas esse homem horroroso e cruel que é o jornalista J. E. de Macedo Soares veio em socorro do presidente da Câmara. Mostrou que quem merece excomunhão é o prefeito. Este deve ser excomungado por omissão. Não lhe basta não aprovar; é preciso que ele vete. Também é triste ser excomungado por omissão em uma terra em que tantos praticam, sem nenhum castigo, tantas ações diabólicas, e feias” (Braga, n.12, p.30).

Braga deixa entrever que a ação da Igreja realizada por meio do Cardeal não seria nem democrática e nem racional, ao querer privar cada um da escolha de como gostariam de “ficar morto”. O cronista também revela sua preferência em ser cremado, pedido que foi atendido (Cf. Cadernos de Literatura Brasileira, 2011:23).

“Eis porque saiu o Cardeal de seu Palácio e foi visitar o Prefeito no dêle. Os dois se trancaram, e a conversa foi longa, e ao fim nenhum disse, cá fora, abacate. Isso mostra que o Prefeito resistiu, e argumentou. Deve ter sido uma cena bela e terrível, esta: o Prefeito a querer agir de acordo com sua consciência, como autoridade e cidadão de uma democracia, onde, se nem todos podem ter a vida que pediram a Deus, é justo ao menos que cada

um escolha sua melhor maneira de ficar morto. E o Cardeal, com santa paciência e verbo severo, a lhe querer salvar a alma, não apenas a sua como a do presidente da Câmara. Que diabos de cidade não ficaria esta, já tão cheia de pecados, se ficasse com o Prefeito e o Presidente da Câmara excomungados? Só a ideia nos faz tremer.

Os cristãos querem seus mortos enterrados, e os judeus os seus queimados. À primeira vista parece racional que cada um faça como entender. Mas o Cardeal cuida que não, e contrariar o Cardeal é o diabo.

Eu, por mim, que não sou nem cristão nem judeu, posso morrer de tudo, menos de me afligir com o que acontecerá a este triste corpo ou a esta velha alma quando o Braga bater a bota, e eles se separarem. Vivem um a fazer trapanças com o outro, e a sofrer por causa do outro, e a fazer o outro sofrer; na verdade nunca se deram muito bem. A ideia da morte já me parece bastante consoladora para que eu lhe peça confortos suplementares. Não, não exijo nada, não faço questão de nada. Se me permitissem um capricho de luxo, então eu confessaria que me apraz a perspectiva de virar cinzas, e ser lançado aos ventos; que o programa de ficar dentro de um daqueles feios retângulos de cimento do cemitério S. João Batista, entre túmulos detestáveis e pernósticos, me parece menos suave que descansar numa cova de terra, em algum lugar humilde onde possa crescer o mato, e que o tudo o que era Braga vire moita – e não se fale mais nisso.

Mas estou por tudo – depois de morto, é claro. E a crônica hoje me saiu fúnebre. O melhor é ir para casa, isto é, para o apartamento, isto é, para um pequeno retângulo de cimento onde posso me habituar à ideia de ser mudado, mais tarde, para outro ainda menor. E o Cardeal e o Prefeito, que são brancos, que se entendam.

Rubem Braga” (Braga, n.12, p.30).

Em sua crônica da edição seguinte, o tema volta a ser tanto a empresa *Standard Oil* quanto o próprio presidente Vargas. O cronista discorre sobre a situação do país, que seria pautada por um “tempo de suspeita” generalizada. Para exemplificar sua argumentação, parte de um caso envolvendo o próprio semanário: um leitor escreveu em tom irado a *Comício* cobrando uma matéria prometida em um número anterior, que um ex-funcionário escreveria a respeito da *Standard Oil*¹³⁵. O leitor insinua que o

¹³⁵ O remetente da carta, intitulada pela redação como “Conclusão precipitada”, se mostra indignado com a suposta não publicação da matéria prometida: “Aos brilhantíssimos e quase-espertíssimos rapazes de COMÍCIO: Francamente, nunca esperei isso de vocês! Nem ao menos foi uma safadeza integral, coisa robusta, extorsão brutal de gangster. Foi, ao contrário, uma manobrazinha gauche, o que tem havido de mais tímido na imprensa amarela do Brasil. É claro que estou me referindo àquela história do Repórter Ex-Esso: um aperitivo anódino – caso dos filmes que nada têm de sinistros – e a promessa-ameaça de, logo depois, servir o prato de resistência, cozinhado no rico mólho dos arquivos secretos da Standard Oil. Vem o número de quinta-feira passada e nem um pio; chega o de hoje, nem a menor alusão ao triste caso, nem o menor pudor de cononestar. Para mim, rapazes, foi um choque. Não que eu quisesse saber como é a intimidade imperialista S. O., através seus arquivos secretos que, sei muito bem, ninguém atinge para vender aos jornais amarelo; o choque veio da inabilidade, do evidentíssimo do golpezinho: ameaça de publicações decisivas na certeza de que os endinheirados americanos dariam logo uma certa quantia, para não se aborrecerem com invencionices incômodas. O mais grave, brilhantes rapazes, é que eu também, até quinta-feira, 10 de julho, fui na onda e às quintas-feiras acordava mais fácil, saía para a rua cheio de

semanário teria prometido a matéria como forma de chantagear os “endinheirados americanos” e, assim, ganhar “algum dinheiro”. A matéria em questão, no entanto, já havia sido publicada no número anterior. Intitulada “Standard Oil, a Benemerita” e assinada como “Notas do Repórter Ex-Esso”, apresenta exemplos das técnicas de propagandas e de ameaças e pressões, claras ou veladas, que a empresa norte-americana estaria empregando no Brasil para que a população acreditasse que a extração, refino e transporte do petróleo nacional só seria possível por meio do auxílio do “truste”. O repórter resume o discurso empregado pela empresa: “Em resumo, há petróleo no Brasil (durante muito tempo não houve); mas o que já se descobriu é muito pouco; as perspectivas não são tão boas como em outros lugares; e custa caríssimo explorar; mas se houver uma ‘regulamentação liberal’, então as perspectivas são ótimas, o petróleo será abundante e o Brasil será auto-suficiente. Resumindo um pouco mais: se se entregar completamente ao truste, o Brasil estará salvo¹³⁶” (*Comício*, n.12, p.15).

antecipações felizes, porque era, na minha linguagem interior, ‘dia de COMÍCIO’. Sério mesmo: acreditava em vocês que, pela primeira vez, conseguiam fazer uma revista bem escrita, divertida e interessante de ler-se, com um ar meio vestalício, mas sem zelos exagerados pela moral cívica. Até que afinal veio o golpe muito baixo da cinta, bem no âmago do saco (esclareço: saco escrotal) da chantagemzinha sem panache. Vocês ganharam algum dinheiro, é verdade, mas feriram o leitor desconhecido e este, em última análise, vale mais – sim, do ponto de vista ‘caixa’ – do que migalhas imediatas. Puro erro de julgamento. Retiro-lhe o benefício de meus três mil reis semanais, de minha torcida e da humilde propaganda que fazia da revista. Despede-se rancorosamente.

João Martinho da Silveira – Rio’

R: Remetemos o leitor João Martinho à seção O LEITOR ESCREVE do n.º 12 de COMÍCIO, onde já encontrará a resposta à sua carta. De lá ele poderá se dirigir à pág. 15 onde encontrará a reportagem sobre a Standard Oil. Sobre assuntos de petróleo, COMÍCIO tem uma política muito claramente definida em editoriais e em artigo de nosso diretor Rafael Corrêa de Oliveira. A desconfiança e o rancor de João Martinho da Silveira não têm razão de ser. E quanto à sua insinuação de ‘chantage’, que vá para o diabo que o carregue” (*Comício*, n.13, p.7). De fato, a matéria cobrada pelo leitor havia sido publicada na edição anterior, que também já possuía uma carta de cobrança, embora em termos mais brandos: “‘Sr. Secretário. Antes de mais nada, aproveito a oportunidade que se apresenta, para congratular-me com todos os que trabalham em COMÍCIO, pelo tão significativo fato, qual seja o aparecimento do número ‘10’ deste semanário. Sou leitor assíduo, constante e incondicional de COMÍCIO, alegando isso, não para me tornar simpático ou agradável à direção, mas para com isso, mostrar que, como tal tenho direito de dar o meu ‘palpitezinho’. No n.º 9, na página 11, parte superior esquerda, foi publicado um artigo com o título ‘FINANTIAL FILE’S’, no qual um ex-funcionário da tão falada Standard Oil Cº. of Brazil, se propunha a fazer revelações ‘sobre aspectos interessantes da política da grande companhia’... Muito bem. Na quinta-feira da semana passada, dia 24, comprei COMÍCIO, como faço todas as quintas-feiras, e com grande ansiedade procurei pelo tal artigo, ou melhor, pelas tais revelações. Procurei em vão, pois, como o senhor sabe, nada veio à luz. Poderia a direção deste semanário me informar o que foi que aconteceu?... Será que a Embaixada Americana está intervindo?... Ou a Standard ‘começou a mexer os pauzinhos’?... Será que o nosso amigo ‘ex-Esso’, foi chamado ao Ministério da Guerra (como oficial da reserva que diz ser), e tenha ouvido alguma preleção sobre política de ‘boa vizinhança?...’ Ou, esta é a última, será que os rapazes do Sr. Gen. Chefe de Polícia, teriam ‘guardado’ tão importuno repórter?... Fausto Vasques Villanova – Rio’

R: - Ao leitor Fausto Vasques Villanova recomendamos que vá rapidamente à página 15 de COMÍCIO e um pouco mais devagar às suas conclusões” (*Comício*, n.12, p.6).

¹³⁶ Angelissa Silva (2007) mostra como a tentativa pedagógica de esclarecimento e convencimento a respeito da “Questão Petróleo” era feita de lado a lado. Ou seja, tanto os nacionalistas adeptos da tese monopolista de exploração do petróleo quanto as empresas estrangeiras interessadas na exploração,

Braga reflete que, nesses “tempos de suspeita”, qualquer opinião emitida seria recebida com desconfiança, pois seria hegemonicamente entendido que todos estariam “fazendo a suja”, tanto por ação quanto por omissão:

“Tempos de Suspeita

Transcrevemos, hoje, na seção competente, a carta de um leitor sobre a atitude de COMÍCIO em relação à Standard Oil.

Aconteceu que outro leitor – um rapaz que foi funcionário da Standard – nos escreveu há tempos, se oferecendo pra fazer revelações interessantes sobre a política do grande ‘trust’ no Brasil. Publicamos sua primeira nota. Resolvi, então, entrar em contato pessoal com ele, o que só foi possível algum tempo depois. Veio, aí, a segunda nota, que publicamos em nosso número passado. Talvez ele nos traga outra reportagem.

Mas o que interessa no caso é a atitude do leitor. Como a segunda publicação demorasse, ele tirou logo a sua conclusão: ‘chantage’. Na seção competente o redator competente já mandou esse missivista para o diabo que o carregue.

Sem nenhuma importância em si mesmo, o caso vale, entretanto, por um brilhante sinal dos tempos. Os tempos são de suspeita. Qualquer coisa que qualquer pessoa diga ou deixe de dizer, faça ou deixe de fazer, é recebida com desconfiança. Por ação ou omissão, todo mundo está fazendo a suja. Se você elogia o Ademar, você está levando o dinheiro do Ademar; se você ataca Ademar, você está querendo levar o dinheiro do Ademar. Se você insinua que a senhorita Margaret Truman canta mal, você está se enchendo do ouro de Moscou; se você não acredita que o sr. Stálin seja o pai dos povos, você está se empanturrando de dólares” (Braga, n.13, p.30).

A “crise aguda de descrédito” que assolaria o país seria decorrente de outra crise, a da “ingenuidade”, que teria empolgado “alguns milhões de otários deste país há dois anos atrás”, isto é, durante as últimas eleições, ao acreditarem nas promessas eleitorais que o então candidato Getúlio Vargas estava fazendo. Não bastasse o não cumprimento de suas promessas, Vargas, durante seu mandato, estaria proferindo discursos “bombas” com o intuito de novamente empolgar as massas, mas sem sucesso.

principalmente a *Standard Oil*, buscavam convencer o povo brasileiro a respeito da melhor solução para o petróleo nacional. Os primeiros, encabeçando a Campanha do Petróleo, propunham um amplo debate nacional acerca do tema da exploração do petróleo, que era entendido como um recurso energético essencial para o desenvolvimento econômico do país. “Diante da estratégia pedagógica adotada pela Campanha, vinculando a todo o momento petróleo e soberania nacional, houve uma intensa propaganda, publicada em vários jornais da época, e paga por empresas petrolíferas estrangeiras. A principal empresa interessada na exploração do petróleo brasileiro era a Standard Oil Company, a Esso. As campanhas publicitárias da Esso giravam em torno de esclarecimentos técnicos acerca do petróleo. Nessas propagandas, a Esso adotava uma retórica oposta àquela adotada pela Campanha do Petróleo. Se o Cedpen [Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional] enfatizava o caráter estratégico do petróleo, definidor e garantidor da soberania nacional e, consequentemente, do progresso econômico do Brasil, a Esso se apresentava como empresa particular que adquiriu ao longo de muitos anos de experiência conhecimento para realizar a exploração, refino e distribuição do petróleo. ‘Como medida de interesse público’, a Esso estaria oferecendo seus serviços ao governo brasileiro, o qual não conseguiria sozinho, por carências técnicas, explorar o petróleo” (Silva, 2007:328-329).

Tais discursos só contribuiriam para aumentar ainda mais a desconfiança por parte do “povo”. Portanto, o presidente seria o principal culpado pela situação de descrédito que assolaria a população do país:

“O povo sempre foi desconfiado, no que faz muito bem. Mas parece que no momento há uma crise aguda de descrédito; e a explicação que eu acho para isso é que ela é uma reação contra a crise de ingenuidade que empolgou alguns milhões de otários dêste país há dois anos atrás. O pior é o dr. Vargas não se limitar a deixar de cumprir o que prometeu. Saudoso das vibrações da massa, sentindo que o povo está decepcionado e frio, êle procura, de vez em quando, levantar o moral com uma bomba. ‘Vou fisgar tubarões!’ – e depois se afunda numa poltrona, chupa seu charuto, cochila. ‘Falcatruas no Banco do Brasil! O povo saberá o nome dos ladrões, eu os punirei!’ E depois, moita – moita, charuto, poltrona, cochilo...”

Está claro que depois disso o povo acaba acreditando apenas que nada, nem ninguém, merece crédito. E como a vida vai piorando, a desconfiança vai azedando. Se amanhã alguém disser que o sr. Nereu Ramos é dado ao nudismo de galochas, a informação pega” (Braga, n.13, p.30).

Braga, ao final, responde de maneira irônica à insinuação de que o semanário estaria recebendo “algum dinheiro” da *Standard Oil*, bem como reitera a posição nacionalista de *Comício* em relação ao petróleo. O autor também explicita novamente como ele e os demais diretores se posicionavam em relação à imprensa do período: não se consideravam “três virgens puras”, mas sim “três homens de boa vontade”:

“Em todo caso deve ficar registrado – acreditem ou não – que na montanha de dinheiro que diàriamente chega a esta redação, a *Standard* não comparece com coisa alguma. Teríamos o maior prazer em publicar os anúncios da excelente gasolina Esso, que é, aliás, a consumida pela frota de caminhões de COMÍCIO e pelos ‘cadillacs’ de seus diretores, redatores e contínuos – mas não veio anúncio algum. Nem êsse adjetivo ‘excelente’ êles vão pagar, os biltres. O azar é nosso. Quando à nossa opinião sôbre a política de petróleo, é a mesma do sr. Luís Carlos Prestes, do Brigadeiro Eduardo Gomes e (na campanha eleitoral) do sr. Getúlio Vargas; e muitos anos antes de existir COMÍCIO cada um de nós três já pensava assim.

Não nos consideramos três virgens puras no manguê da imprensa brasileira. Também já declaramos, no editorial do primeiro número, que não pretendemos salvar o Brasil uma vez por semana. Somos três homens de boa vontade, tementes a Deus e ao tenente Gregório. Mas, por favor, nos deixem viver!” (Braga, n.13, p.30).

O semanário, como já explicitado, era a favor da tese monopolista estatal de exploração do petróleo, entendida como essencial e intrinsecamente relacionada com o resguardo da soberania nacional. Vale lembrar que essa postura, nacionalista, se

distanciava não apenas daqueles (tidos como “entreguistas”) que desejavam “entregar” a exploração do petróleo ao capital estrangeiro, mas também dos comunistas, pois estes, mesmos contrários ao capital estrangeiro tanto quanto os nacionalistas, aceitavam a participação do capital privado nacional:

“Essa atitude colidia com o pensamento da corrente nacionalista que propunha o monopólio total do Estado. Segundo os adeptos da proposta estatal, a participação dos capitais nacionais poderia abrir as portas para os trustes internacionais do petróleo, através de ‘testas de ferro’. A possibilidade de organização de companhias de economia mista, com o capital do governo e de particulares, era mais uma demonstração das diferenças entre as propostas comunistas e nacionalistas” (Silva, 2007:326).

Em “Os Enxotados”, Braga escreve a respeito da expulsão dos pobres dos terrenos baldios da cidade do Rio de Janeiro, mostrando de que forma a favelização da cidade (não) era resolvida. Ou melhor, como o governo incentivava e executava um tipo de ação cuja eficácia apenas beneficiava os proprietários dos terrenos, mas não as pessoas que eram expulsas deles. Assim como na “carta” à “Dona Alzira”, Braga critica a existência de inúmeras instâncias governamentais que passariam os problemas umas para as outras, sem resolvê-los efetivamente.

“O Sr. Guilherme Romano tem tôda razão. Ele está recomendando aos proprietários de terrenos baldios no Distrito Federal que tomem providências no sentido de, o mais rapidamente possível, cercá-los com muro de alvenaria ou placas de cimento pré-moldados. Deverão os referidos proprietários – diz a notícia – manter constante vigilância sôbre seus imóveis, a fim de evitar a construção de casebres, ‘colaborando assim com a administração municipal no combate à proliferação de construções clandestinas’. A Prefeitura facilitará a construção de muros, tanto no que toca ao licenciamento como à aquisição de material. A Coordenação dos Serviços das Favelas (é essa coisa que o Sr. Romano dirige) ‘providenciará junto à Polícia de Vigilância uma especial atenção para com os terrenos, cujos proprietários se disponham a cooperar na sobreguarda do seu próprio patrimônio e na solução do problema das favelas’.

Essa bela notícia é um pouco falha, pois não nos diz nada sôbre as providências tomadas para que essa pobre gente, que invade os terrenos, possa morar em algum lugar. Isso, com certeza, é assunto de outro departamento do govêrno. Aqui se trata apenas de cercar os terrenos, vigiá-los, SOBREGUARDA-LOS (palavra tremenda) para impedir a invasão dêsse indesejável: o pobre. Bernard Shaw disse que a pobreza é um pecado; estamos vendo que ela é quase um crime. O casebre do pobre é como uma lepra que se evita erguendo muros e postando guardas particulares e públicos” (Braga, n.14, p.30).

O cronista ressalta que nesta política de “sobreguardar” os terrenos baldios a pobreza estaria sendo apreendida quase como se fosse um crime e, os casebres construídos pelos pobres, como uma doença. O autor, no entanto, argumenta que, na verdade, tais casebres seriam sintomas, pois revelariam a existência das pessoas “tocadas pela miséria da roça” e que necessitam de alimentação e de moradia. Uma vez que o governo não resolveria esse problema, enxotar essas pessoas de tais terrenos baldios só produziria o seu deslocamento para outro lugar. A conclusão da crônica é mordaz: já que o governo se mostrava incapaz (ou, então, não teria o intuito) de acabar com a pobreza, teria então como objetivo acabar com os pobres e, assim, resolver-se-ia o problema da pobreza. O que está em jogo, nesta crônica, é a contradição entre o discurso do governo varguista – pautado na idéia de que o presidente seria “Pai dos pobres” – e as ações de fato realizadas por este quando se trata das condições de vida desses mesmos pobres:

“Ora, eu não sou a favor de favelas, mas não creio que elas sejam uma praga, uma doença. Elas, são, apenas, um sintoma. Essa gente tocada pela miséria da roça não pode esperar que dona Alzirinha venha de Paris resolver definitivamente os problemas rurais, nem que o Dr. Josué cuide do bem-estar social do Sr. Truman. Essa gente tem de comer, tem de morar. Como não tem nenhum terreno, procura os baldios. Se os encontra trancados e guardados aqui, vai além. Há muitos terrenos baldios no Brasil que é, por assim dizer, um país baldio. Podemos, com o fogo e, depois com o cimento e as pauladas e o revólver, impedir que os pobres venham morar demasiado perto dos ricos. Não podemos impedir que eles morem em algum lugar.

Essa Coordenação das Favelas não pensa em resolver o problema: apenas enxota o problema. O problema é o pobre. A pobreza é um pecado. A pobreza é um crime. O melhor é liquidá-la. E o govêrno parece que está fazendo, neste particular, uma política muito realista: como não quer, ou não pode, acabar com a pobreza, êle procura acabar com os pobres.

Do jeito que vai, acaba mesmo.

Rubem Braga” (Braga, n.14, p.30).

Vargas recebe críticas não somente pela ambiguidade de sua postura em relação à sucessão presidencial, e por enganar o povo por meio de suas promessas eleitoras não cumpridas, mas também por sua interferência na imprensa brasileira. A crônica da edição 16¹³⁷ tem como destinatário Herbert Moses, então Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.) e como tema o almoço realizado pela A.B.I. em homenagem ao Exército e que contou com a presença de Vargas. Braga, que descobre

¹³⁷ A crônica da edição número 15, “Crédito”, foi analisada no capítulo III.

que o “Pai dos Pobres” recebera o título de “Sócio Grande Benemérito” da A.B.I critica tal nomeação, visto que este nunca teria feito nada a favor dos jornalistas:

“Carta a Moses

Presidente –

Não vá pensar que eu fiquei sentido por não ter sido convidado para o almoço de segunda-feira. Segunda é um dia feio para mim aqui na redação, com Joel na oficina, o Otto custando a mandar o Senado, a Hilde e o Fernando se desentendendo sobre ‘A aventura do cotidiano’, o Castelo de vale na mão e o professor Cartaxo pedindo assunto para o próximo problema de palavras cruzadas, e o Paulo Mendes esperando dona Lothe para retocar a gravura de uma filha de Deus – eu acabo, Moses, comendo um sanduíche qualquer, entre uma legenda apressada e um telefonema aflito.

E quem sou, primo, para almoçar entre diretores e generais, e ainda mais na presença do Pai dos Pobres! O qual eu só agora soube ser ‘Sócio Grande Benemérito’ – e o único dêsse título – de nossa estimada A. B. I.

A mim, que, afinal de contas, também sou um jornalista, a mim me parece que ele pode ser Grande Benemérito das negras dêle, não dos jornalistas, a não ser de alguns, que precisamente são como se fossem negras dêle.

Desculpe o estilo ruim e repetido, Moses. É que tudo se repete, e no Brasil de um almoço como êsse, que se repete pela segunda vez, já se diz que é tradição. Afinal se o sr. Vargas fez algum favor à A. B. I. não há de ter sido de seu bolso; duvido que nos tenha dado sequer uma rês, o furreta. O que fêz, ou quis fazer, foi nos tornar a todos em rêses, marcadas com o ferro de sua estância. Mas um dia houve, Moses, o estouro da boiada – quero dizer da imprensa – e o dr. Vargas deve ter se lembrado disso, na segunda-feira, ao se ver cercado de jornalistas e generais, ainda que amenos” (Braga, n.16, p.30).

Ao mostrar que Vargas havia intentado transformar todos da imprensa em reses, e que esta, por sua vez, havia “estourado”, Braga alude ao período de Estado Novo, no qual o atual presidente censurou sistematicamente o trabalho da imprensa. E argumenta que não julga existir motivos para a A.B.I. elogiar tanto o Exército quanto Vargas:

“E para dizer tudo, não vejo bem porque há de a A. B. I. homenagear o Exército uma vez por ano, ou melhor: já que somos uma sociedade homenageativa, porque também não damos almoços também ao Legislativo, ou ao Judiciário, ou à Marinha, ou à Igreja, ou ao proletariado? E por que chamar o chefe de Estado para lhe dizer finezas quando, no mesmo dia em que dão a notícia do almoço, os jornais todos publicam uma declaração do Sindicato dos Jornais e Revistas do Rio de Janeiro dizendo que esses jornais e revistas estão com a sua existência ameaçada, e falando em defender a autonomia da imprensa ‘em face do poder econômico estatal’?”

Dar de comer e de beber ao homem que ameaça pode ser bonito; mas eu acho (e você queira me perdoar o adjetivo que afinal não se dirige a você) bastante calhorda” (Braga, n.16, p.30).

Ao elencar os outros possíveis homenageados, o cronista parece ressaltar os setores que também se constituiriam como importantes atores políticos no contexto nacional. E, se antes havia recordado um momento anterior de interferência de Vargas na imprensa, sugere que esta estaria perdendo sua liberdade novamente, uma vez que os periódicos do Rio de Janeiro corriam o risco de terem sua autonomia suprimida frente ao Estado. Também na conclusão o cronista relembra a anterior opressão varguista, ao comparar seu almoço de segunda-feira com o já comido na cadeia, quando foi preso pela ditadura do atual chefe de Estado. Além disso, sustenta que homenagens como a realizada pela A.B.I. poderiam acarretar no descrédito do público em relação à imprensa, visto que, como diagnosticado em sua crônica “Tempos de suspeita”, “já [estaria] desconfiado e cansado de banquetes e discursos”:

“O Exército não carece, penso eu, de tais homenagens; nós, da imprensa, as fazemos a nosso modo, noticiando e comentando sua vida e trabalhos, o que eu mesmo já fiz como repórter fardado¹³⁸. E quando tôda a oficialidade comenta os excessos de preterições e favoritismos assinalados nas últimas promoções ao generalato assinadas pelo sr. Vargas, melhor homenagem faria a imprensa ao Exército, no meu fraco entender, criticando do que banqueteando.

Não, Moses, não me inclua, por favor, entre aqueles ‘pessimistas negadores’ e ‘apaixonados deturpadores’ de que você falou no discurso. Sou dono de um excelente fígado que nem os licores da velha Escócia falsificados nesta praça, nem os governos do sr. Vargas afetaram jamais.

Enfim, o que se disse no banquete está dito; o que se comeu, comido; o que se bebeu, bebido. Eu é que não vou atrapalhar a digestão de ninguém – e em tempos de Vargas já me julgo feliz em comer sanduíche numa

¹³⁸ Em 1944, Rubem Braga viaja à Itália como correspondente de guerra do jornal *Diário Carioca*. Tinha como objetivo acompanhar a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial. Além de Braga, os outros jornalistas brasileiros que cobriram a guerra foram: Egidio Squeff (*O Globo*), Raul Brandão (*Correio da Manhã*), Joel Silveira (*Diários Associados*) e Thassilo Mitke (*Agência Nacional*). Braga, no entanto, foi o único correspondente brasileiro que acompanhou o começo da batalha de Monte Castelo. Suas crônicas escritas no período, que retratam principalmente o cotidiano dos soldados, “homens comuns, recrutados entre o povo brasileiro, muito deles analfabetos” (Cadernos de Literatura Brasileira, 2011:14-15), foram publicadas no ano seguinte com o título *Com a FEB na Itália*. A segunda edição do livro, publicada em 1964, saiu com um título diferente, utilizado nas edições posteriores: *Crônicas da guerra na Itália*. No prefácio da primeira edição, o cronista constata que a campanha possuiu inúmeras falhas e erros e que uma parte deles seria natural e até inevitável. Outra parte, no entanto, “deve ser levada à conta da estranha emergência em que se viu um governo ditatorial, com tendências fascistas e cheio de quinta-columnistas, de fazer uma guerra ao lado das potências democráticas. Houve, felizmente, homens responsáveis que fizeram tudo o que puderam para superar as dificuldades, vencendo as resistências, a incompreensão, o indiferentismo e mesmo a sabotagem que foram o clima em que se constituiu a FEB” (Braga, 1985:8).

redação e não feijão bichado numa cadeia, o que já me sucedeu, a mim e a jornalistas melhores¹³⁹. São, enfim, como se diz na sociedade, coisas que acontecem nas melhores famílias. Esta nossa, da imprensa, de que você é o chefe, é que pode despertar, em um público já desconfiado e cansado de banquetes e discursos, uma exclamação meio vaga, mas em todo caso não muito lisonjeira – ‘que família!’

Um abraço do primo pobre
Rubem Braga” (Braga, n.16, p.30).

Em “Congratulações”, Braga discute a respeito do descaso dos “tubarões” nacionais, isto é, as elites, e dos governantes, em outras palavras, o governo varguista, em relação aos “barnabés”. Os integrantes da Liga do Comércio do Rio de Janeiro haviam se reunido para discutir os rumos do país, mas, ao final, teriam apenas agradecido ao ministro Lafer, por não ter aumentando o salário mínimo:

“Deve ter sido depois do almoço, e ao som de charutos. Os honrados senhores da Liga do Comércio do Rio de Janeiro reuniram-se para salvar o Brasil. Acabaram enviando apenas uma mensagem de congratulações, pois o Brasil já estava salvo.

A mensagem foi para o Sr. Láfer, e as congratulações por haver êle se pronunciado contra o aumento dos salários em geral, e dos ‘barnabés’ em particular” (Braga, n.17, p.30).

Para assegurar a veracidade de sua afirmação, Braga vale-se da confirmação dada por alguém que passava todos os dias com o presidente: o jornalista responsável pela seção “O dia do Presidente” no vespertino de Samuel Wainer. Segundo aquele, quem estaria certo era seu confrade (isto é, também jornalista) responsável pela seção “O Dia do Barnabé” no *Diário Carioca*. Ou seja, de fato, o povo estaria desamparado e o governo Vargas não seria efetivamente comprometido com a população menos favorecida. Mais do que o descaso, está em jogo também a ostentação do poder, político e econômico, que poderia incitar as massas à revolta. A esse respeito, a imagem das revoluções sendo ateadas pelos charutos dos poderosos condensa a hipótese do cronista:

¹³⁹ Rubem Braga foi alvo de “denúncia, perseguição e até detenções, por pretensas atividades subversivas, assacadas notadamente durante o Estado Novo” (Reverbel, 1994:10). Há uma crônica na qual Braga revela a censura sofrida no governo Vargas. Em “Uma água-marinha para Bárbara” afirma que “escrever em jornal, coisa que sempre fiz mais ou menos, estava difícil, pois o Brasil vivia sob uma de suas ditaduras (a de Vargas) e eu estava colocado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) sob censura prévia; é uma colocação desagradável, inclusive porque dá raiva, e a gente só tem vontade de escrever coisas censuráveis. Acabei parando de escrever, ou só fazendo uns tópicos anônimos para um jornal qualquer”. (Braga, 1991:25).

“Hoje deve sair uma nota, na seção política deste jornal, que contém uma intriga. Esperemos que o honrado Presidente Vargas não se aborreça com o rapaz. A história é verdadeira. Nosso prezado confrade Luís Costa, que redige a seção ‘O Dia do Presidente’ no fogoso vespertino ‘Última Hora’, mandou um recado ao nosso igualmente prezado confrade Luís Paulistano, que redige a seção ‘O Dia do Barnabé’ no trepidante matutino ‘Diário Carioca’. O recado é este: ‘você é que tem razão’.

Isso é mais ou menos como a parábola radiofônica do primo rico e do primo pobre. E contém uma advertência que seria capaz de apagar o charuto do Dr. Getúlio Vargas e de todos os senhores da Liga do Comércio do Rio de Janeiro – se alguma coisa fôsse capaz de apagá-los. Oh, sim, eles continuarão acesos. O que, afinal, é perigoso: o incêndio das grandes revoluções sempre foi ateado pelos charutos dos ricos e dos poderosos.

Mal sossegou, com o enterro das vítimas, a revolta popular no Sul, temos outra festa de Corbeville em Divinópolis. Tão animada como a outra. Os jornais, pudicamente, noticiam o caso nas páginas de dentro. As mulheres dos ferroviários, carregando os filhos, a Bandeira Nacional o retrato do Pai dos Pobres, invadiram as oficinas, fizeram com que os trabalhadores cessassem o trabalho, expulsaram os maquinistas, apagaram as locomotivas, enfrentaram os soldados, deitaram-se na linha para impedir o movimento de outras máquinas, paralisaram 12 composições, foram espancadas, continuaram a avançar... A última notícia sobre essa interessante Festa do Algodão Seridó acaba assim: ‘acredita-se que haja mortos porque os conflitos de rua entre os soldados e as mulheres assumiram proporções de combate a sapatos, pedras, paus e até armas de fogo’.

Isso, positivamente, dá vontade de mandar um telegrama de congratulações. Talvez ao Sr. Láfer. Talvez ao Sr. Stalin.

Rubem Braga” (Braga, n.17, p.30).

Se o descaso dos poderosos, no Brasil, poderia incendiar revoluções, na edição seguinte Braga escreve a respeito da eleição do general nacionalista e “afilhado” de Perón, Carlos Ibáñez del Campo, evidenciando que, assim como a possibilidade de revolução no caso brasileiro, o resultado eleitoral chileno também seria decorrente de negligência. Nesse caso, seria resultante da postura dos Estados Unidos em relação à América Latina. Se na crônica anterior valeu-se do depoimento do jornalista do “Dia do Presidente”, cuja autoridade decorrente de conviver com o presidente seria inegável ao dizer algo negativo em relação a este, neste texto, para comprovar a “culpa” norte-americana, o cronista mobiliza um discurso também “autorizado”. Ao invés de colher a opinião presente na imprensa “esquerdista”, escolhe as proferidas pela direção do jornal *Diário Carioca* e por Augusto Frederico Schmidt, que não seriam somente anticomunistas, mas também favoráveis à cooperação norte-americana, inclusive defendendo que a exploração do petróleo brasileiro fosse efetuada pela *Standard Oil*. Assim, o cronista ressalta que não apenas tais espectros políticos favoráveis à

intervenção norte-americana na economia brasileira teriam culpado os Estados Unidos pela eleição do presidente chileno, mas, mais do que isso, teria partido justamente de tais espectros tal reação, que, segundo Braga, seria “justa”:

“Nós e os chilenos

É claro que a melhor coisa a ler em COMÍCIO é a seção ‘Os queridos confrades’, em que transcrevemos trechos de artigos ou notas de outros jornais e revistas. Seu defeito é não ser, ainda, nacional, isto é, incluir apenas material extraído dos jornais do Rio, quando temos, por êsse Brasil a fora, uma imprensa tão viva e tão vária. Além disso a seção está sendo feita às pressas, porque o sujeito encarregado de fazê-la é encarregado de muitas outras coisas, e sempre deixa essa para a última hora. Bem feita, ela valeria pelo resto do jornal – pois, apesar do brilho fulgurante de nossos maravilhosos redatores e colaboradores, uma publicação tão modesta como a nossa não poderia apresentar nada melhor do que uma seleção do que dizem nossos queridos confrades.

Do que se transcreve neste número eu gostaria de chamar a atenção para duas reações brasileiras à notícia da vitória de Ibanez nas eleições chilenas. Muito de indústria não fomos colhê-la em meios esquerdistas, ou então suspeitos de simpatia pelo General Perón, que foi o padrinho da candidatura Ibanez – embora ninguém possa dizer até que ponto o afilhado será dócil ao padrinho. Muito de indústria selecionamos duas opiniões colhidas onde quase todo dia se pode ouvir uma lôa ao capital estrangeiro e às suas benemerências. A direção do ‘Diário Carioca’ e o Sr. Augusto Frederico Schmidt não são apenas anticomunistas; ambos levaram sua crença na cooperação norte-americana a ponto de defender a tese de que o projeto da Petrobrás, com as emendas nacionalistas que a UDN e elementos de outros partidos impuseram ao governo, é um êrro pavoroso; melhor seria entregar a exploração de nosso petróleo ao capital provado nacional e estrangeiro – em resumo, à Standard. Não queremos discutir aqui essas opiniões que não adotamos, mas respeitamos, ainda que aborrecidos e até chateados por essa obrigação democrática de admitir tôdas as opiniões. Apenas queremos precisar que é de tais fontes que parte esta reação primária e justa diante do resultado das eleições chilenas: a culpa é, antes de tudo, dos Estados Unidos, isto é, da política de inabilidade, incompreensão e pão-durismo que êles executam na América Latina” (Braga, n. 18, p.31).

A relação travada entre o Brasil e os Estados Unidos seria pautada por uma unilateralidade reinante, ao ponto de ser naturalizada. O diplomata norte-americano que, a despeito disso, tinha interesse em saber sobre a opinião pública do Brasil, seria, no entanto, inteligente, visto que teria percebido o que nem os governos dos países sul-americanos haviam notado, que é, justamente, a importância de tal opinião pública para o destino do país. Tal idéia, que, como vimos, também estava presente em seu texto anterior (“Congratulações”), ao discorrer sobre as revoluções populares incitadas justamente pelo descaso dos poderosos, aparecerá em outras crônicas do autor.

“Eu, por mim, sempre achei que uma grande desvantagem que o Brasil leva em tôdas as suas negociações com os Estados Unidos é a certeza permanente, que o nosso parceiro tem, de que, no final das contas, nos submeteremos a tudo que êle quizer. Um diplomata brasileiro, que tem desempenhado missões de alta importância, me contou a conversa que teve, certa feita, com uma alta figura do Departamento de Estado, que pedia a sua opinião sôbre a atitude que assumiríamos, em uma assembléia internacional, sôbre um determinado assunto. ‘Eu acho que a nossa delegação...’ – começou a dizer o brasileiro, mas o americano o interrompeu:

– ‘Sua delegação eu sei, votará conosco, como sempre. Não é isso que estou perguntando. Eu queria saber qual será, no seu entender, a reação da opinião pública no Brasil’.

A anedota é melancólica, mas perfeitamente autêntica. Aquêlê diplomata americano era talvez um tanto sem-cerimônia, ou, se quiserem, impertinente, ou, se quiserem mais um pouco, cínico; mas era, principalmente, mais inteligente que os outros. Êle se preocupava com as reações da opinião pública de um país sul-americano, o que não costuma acontecer nem aos diplomatas norte-americanos nem... aos governos sul-americanos.

Talvez o exemplo do Chile, bem explorado, possa nos ser útil.
Rubem Braga” (Braga, n.18, p.31).

Embora inicie criticando de maneira irônica a Igreja – ao defender que a criação do Índice seria uma evolução da instituição, uma vez que agora somente proibiria a leitura, não queimando o livro e seu autor, como já ocorrera – a “Carta ao Prefeito” tem como intuito criticar a concessão realizada pelo país em relação a inúmeros serviços, como o gás, o telefone e a eletricidade, que estariam monopolizados, sob o comando da empresa *Light*. Braga, ao relatar sua dificuldade em enfrentar o que chama de imperialismo, e mostrar que, em decorrência de tal dificuldade, estaria sem uma casa para morar, deixa entrever a situação da cidade do Rio de Janeiro e de outros centros urbanos do período, como São Paulo, em relação à infra-estrutura urbana. Se o caos do trânsito e a falta constante de água, tópicos também explorados pelo semanário, já revelavam parte desse cenário, a crônica de Braga o reforça. Vale notar que, ao reconstruir os lugares nos quais estariam seus pertences e onde conseguiria espaço para dormir, tomar banho etc, o cronista delimita os deslocamentos que faz pela cidade, evidenciando ser, principalmente, a Zona Sul a área na qual se moveria:

“Carta ao Prefeito
Senhor Prefeito –

Era ao Bispo que eu devia me queixar – é o que todos me dizem. Mas acho que não fica bem, pelo menos neste número de COMÍCIO, em

que o Fernando Sabino, além de me intrigar com a memória de Gide, dizendo que nunca o li, e dar a entender que só tenho alguma cultura de uísque (bebida que às vezes sou obrigado a tomar para poder desfrutar, nos botequins desta praça, da companhia divertida dele e de outros chichisbéis e valdevinos) ainda pretende me deixar mal com a Santa Madre Igreja. Até parece que eu sou contra o Índex – que, pelo contrário, considero uma brilhante prova de evolução do espírito liberal do Santo Ofício, que antes não se limitava a escrever o nome de um autor e seus livros numa lista negra, mas queimava caridosamente os livros – e, às vezes, o autor.

O Senhor Prefeito, que já correu perigo de ser excomungado, compreenderá minha reserva, e meu temor. Deixemos o Bispo em paz, e vamos ao caso que, nem por ser meu particular, deixa de ser de todo o povo desta cidade que o senhor governa.

Eu quero morar, Senhor Prefeito; e, homem de sorte, já tenho onde. Senti-me feliz quando arranjei êsse lugar onde; mas já se escoaram meses, e eu continuo a não morar, continuo a esticar o meu velho corpo cansado em camas emprestadas de alheios quartos, de lares amigos e caridosos.

Estou longe de meus livros, de meus quadros, às vezes até de minhas cuecas, meus pobres trens espalhados um pouco por tôda parte na Zona Sul desta capital, mendigando aqui um almoço, além um banho, mais além uma cadeira e mesa para escrever, ou um rádio para ouvir o jôgo de futebol. Ao trotar por essas nossas ruas, Senhor Prefeito, com minha escôva de dentes no bolso e uma pequena maleta na mão, eu me sinto um flagelado sem páu-de-arara, e no meu peito ferve um ódio de morte ao imperialismo.

Quando eu falo de imperialismo estou falando da Light e todos êsses seus pseudônimos que monopolizam o gás, o telefone, a luz. Homem de idade provecta e saúde melindrosa, não posso, no inverno, tomar banhos frios; e se não tenho gás para acender o meu fogão, como vou cozinhar meu triste almoço? E se um diretor de jornal, sentinela da democracia, não tem telefone, como pode êle vigilar a República, com sua casa isolada do jornal e do mundo?” (Braga, n.19, p.31)

Além do “polvo imperialista”, isto é, dos “tubarões estrangeiros”, Braga, ao final, revela que teria que contar também com o trabalho da prefeitura, cuja efetiva possibilidade de ação para a resolução do problema seria questionável. O escritor sugere, assim, que o próprio poder público seria um inimigo, que agiria da mesma forma que os polvos e tubarões de águas estrangeiras. Tal assunto será explorado novamente pelo cronista em seu penúltimo texto em *Comício*.

“Pois chorando, implorando, ameaçando, dizendo preces e palavrões, já consegui, Senhor Prefeito, que ligassem o gás ao meu edifício. E agora sou, na Companhia que explora esse mau cheiroso ventinho que pega fôgo, objeto de mofa e escárneo de todo o mundo. Êles me dizem: ‘choraste, Braga? Pois lá tens o gás; agora é preciso que vá um fiscal da Prefeitura e diga que o podemos ligar ao teu apartamento’.

Que vergonha, Senhor Prefeito! Eu a combater o polvo imperialista, e o polvo a me apontar, com seus mil braços, a desídia de minha Pátria, e a

me dizer, com sua boca nojenta: ‘vamos, agora não se trata de ‘tubarões’ estrangeiros: é a tua Prefeitura, da tua cidade, é a gente de tua terra e de teu sangue que proíbe o teu feijão, oh miserável!’.

Não é pelo gás, Senhor Prefeito, é pelo nome do Brasil! Mande lá um fiscal, um fiscal decente, que não queira ‘morder’, como os outros, o português da portaria; que diga que tudo está em ordem e que me permite voltar-me outra vez para êsses sacripantas estrangeiros e dizer: ‘vamos, polvinhos, filhos do polvo, o meu gás!’.

Vou lhe mandar esta crônica com meu (futuro) enderêço e um pedindo de telefone e de clemência. E entrementes sou, Senhor Prefeito, ainda que sem pão, sem fé, nem lar, sempre seu admirador e criado sem valia.

Rubem Braga” (Braga, n.19, p.31).

Assim como em “Congratulações”, em “Insensatos” Rubem Braga se debruça sobre as elites brasileiras, sendo que, novamente, sua percepção a respeito delas, como o próprio título revela, não é positiva. O autor evidencia como as classes econômicas dominantes estariam alheias ao que passava no país, não sendo capazes de apreenderem a “paisagem social sombria e tensa” que existia ao seu redor, nem ouvir os “murmúrios [do povo] que vão subindo”. O cronista explora a história de um milionário que conheceu e que o chocou pela total falta de conhecimento a respeito “da vida do povo”. Além desse desconhecimento, os “ricos insensatos” estariam desenvolvendo um fenômeno que, para o autor, seria grave, que seria o exibicionismo mesmo de tal riqueza:

“Às vezes eu fico pensando que uma parte de nossa gente rica está ficando louca. Ou então vive em ambientes fechados, à prova de som, com iluminação artificial e sem janelas. Porque, positivamente, ou essa gente enlouqueceu ou não pode ver essa paisagem social sombria e tensa, não pode ouvir êsses murmúrios que vão subindo, vão subindo.

Estou me lembrando, neste momento, da explicação que me dava um amigo de São Paulo sobre um milionário com quem conversáramos duas horas, e que me espantou pelo seu absoluto desconhecimento da vida do povo: ‘eu me dou muito bem com êle, e posso dizer: êle só vive em ambiente de ar condicionado. A casa dêle e o escritório são aquecidos no inverno e refrigerados no verão. O automóvel também. O que êle precisava era de pegar um pé de vento, quente ou frio, de preferência com poeira na cara’.

Uma rajada de vento das ruas me parece, mesmo, uma boa receita, e misericordiosa, para êsses ricos insensatos que estão, cada dia que passa, mais alucinados em seu exibicionismo. Não estou escrevendo isto para atacar pessoas, não desejo citar nomes: estou me referindo a um fenômeno que me parece grave e me faz lembrar, por exemplo, o conto ‘Red Death’ de Edgard Allan Poe – aquêle que conta a história dos que se reuniram em um

castelo em festas enquanto lá fora a gente pobre morria de peste” (Braga, n.20, p.31).

Braga mostra o quão absurdo seria, para ele, o comportamento de tais ricos exibicionistas ao assegurar que, se as autoridades se preocupavam tanto com a ordem social a ponto de violar a Constituição – ferindo a liberdade de imprensa ao perseguir a imprensa de extrema esquerda – tais poderosos seriam mais eficazes em seu intuito se, ao invés de censurar a extrema esquerda, ficassem alertas em relação ao que escrevem os colunistas sociais. Mais subversivo que os textos de Luís Carlos Prestes seriam os assinados pelos colunistas, nos quais os ricos fariam “questão de esfregar” o grande fosso econômico (cada vez maior) que os separariam dos pobres:

“Ainda vemos de vez em quando a polícia suspender, fechar ou molestar de algum modo jornais da extrema esquerda. Eis uma grave tolice. Se as autoridades querem zelar pela ordem social com tanto afã que se dispõem a pisar a Constituição e desrespeitar a liberdade de imprensa, seriam pelo menos mais inteligentes se prestassem mais atenção ao que escreve o meu amigo Jacinto de Thormes e menos ao que escreve o meu amigo Egídio Squeff. O Sr. Luís Carlos Prestes, com quarenta adjetivos violentos em uma coluna de manifesto, não chega a ser 1 por cento tão subversivo quanto o Sr. Marcos André, com seu estilo ameno e delicado.

Mas afinal de contas os escritores dão apenas o reflexo da realidade, ou de um de seus aspectos – e não é vedando a sua imagem num espelho que você remove um objeto.

Quem tiver um pouco de informação sobre o que está acontecendo no Brasil e fizer algumas contas em uma folha de papel, chega logo a esta conclusão; os pobres estão ficando cada vez mais pobres, e os ricos cada vez mais ricos. É espantoso que os segundos façam tanta questão de esfregar essa verdade na cara dos primeiros.

Rubem Braga” (Braga, n.20, p.31).

Em “Um Partido”, a propósito da entrevista realizada por Pedro Gomes com o senador do PTB, Alberto Pasqualini, Rubem Braga comenta sobre a ideologia de Vargas, ou antes, como este mudaria de posicionamento ideológico conforme as circunstâncias. O cronista já havia dito, em sua “carta” endereçada a Newton Prates, que Vargas não possuiria conteúdo político-programático algum, preocupado apenas em tentar se perpetuar no poder.

Nesta crônica, Braga argumenta que, a despeito de se afirmar vítima e depois dizer que iria combater os “tubarões”, o presidente seria aliado destes. Pertencendo à “classe mais atrasada do patronato brasileiro”, isto é, aos latifundiários, Vargas não teria implementado, mas sim, “promulgado” a “legislação social adiantada”, com a qual se

valia para consolidar a imagem de “Pai dos Pobres”. E mesmo assim, o teria feito com “má vontade” e sob pressão dos políticos de esquerda que, segundo o cronista, ouviriam “o surdo clamor do povo”, talvez o mesmo clamor que, como dito em “Insensatos”, as elites não ouviriam:

“Estamos publicando hoje uma entrevista do senador Alberto Pasqualini. É longa, mas recomendo sua leitura. Tem muitas coisas sensatas e algumas líricas e destas a que me parece mais encantadora pelo seu lirismo é o dizer êle que o Governo do Sr. Vargas ‘ainda é conservador’.

Êsse ‘ainda’ me parece a flor dos advérbios. Creio que o Sr. Pasqualini o pôs na frase como quem põe uma flor na lapela para enfeitar.

Fomos informados, há tempos, de que o Sr. Getúlio Vargas é prisioneiro dos ‘tubarões’. Mais tarde o próprio Sr. Vargas nos informou de que ia fregar seus carcereiros, isto é, os ‘tubarões’. Na verdade, jamais houve um prisioneiro tão contente, nem um pescador tão bonzinho.

O Sr. Getúlio Vargas pertence à classe mais atrasada do patronato brasileiro, que é a dos latifundiários. Não é sem certa malícia que o Sr. Pasqualini reconhece que êle ‘promulgou’ uma legislação social adiantada em relação à que existia – ou ao que não existia – antes de seu Governo. O verbo é mesmo ‘promulgar’. Êle nunca fêz outra coisa, e muitas vezes fêz isto depois de muita resistência, e com má vontade, premido pelas forças políticas, que de algum modo representavam os protestos da massa trabalhadora. Êste é um fato histórico que a longa propaganda do DIP – continuada depois por todos os espoletas do jornalismo oficioso – não conseguirá apagar.

Quando a Revolução de 30 venceu, ela trouxe, no seu bojo, homens das mais diversas tendências políticas. Foram os homens da esquerda, com sensibilidade para ouvir o surdo clamor do povo que, através de uma luta difícil e incessante contra os elementos mais retrógrados do movimento, conseguiram levar o Sr. Vargas a promulgar certas medidas de justiça social, muitas das quais êle engavetou muito tempo e refugou o quanto pôde. O Sr. Lindolfo Collor está morto, mas há muita gente viva para testemunhar isso. Depois houve um Congresso, e essas forças passaram a atuar através dêle” (Braga, n.21, p.31).

O cronista atesta, assim, a importância dos espectros políticos de esquerda, que compunham uma das várias tendências presentes na Revolução de 1930, para a viabilização das leis trabalhistas. Já Vargas, seria responsável por uma ditadura de direita, e sua personificação como “Pai dos Pobres”, uma idéia que não teria partido dele, mas sim, do ministro Alexandre Marcondes Machado Filho¹⁴⁰. Braga ridiculariza

¹⁴⁰ O papel de Marcondes Filho para a criação da ideologia trabalhista de Vargas é ressaltado por Angela de Castro Gomes. Discorrendo a respeito da criação do PTB, Gomes afirma que “o partido surgia, claramente, como a coroação organizacional de longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizaram muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no próprio Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupa aquela pasta. Dessa data até o fim do Estado Novo, o ministro e seus colaboradores mais

o presidente, enfatizando os diferentes “disfarces” por ele já assumidos, inclusive o de “antiimperialista”, o que seria um disparate, visto que ele seria “o amiguinho número um da Light”. E, enquanto a empresa *Light* lucraria roubando os brasileiros, o desenvolvimento do país seria por ela atravancado:

“O Sr. Getúlio Vargas só descobriu, na verdade, que era um chefe trabalhista ouvindo a ‘Hora do Brasil’. Foi o Ministro Marcondes que lhe deu essa idéia – que era oportuna no momento, isto porque a sua ditadura direitista estava nas últimas.

Se o honrado estancieiro continua com êsse disfarce, a culpa não é dêle. Êle já foi liberal, já foi nazista, já foi tudo. Já se fêz de antiimperialista – êle, o amiguinho número um da Light, seu padrinho amado, à sombra de quem ela prospera em lucros fabulosos, enquanto os centros principais do Brasil são peados em seu desenvolvimento pela falta de energia, e as populações são pèssimamente servidas e violentamente roubadas.

Um Partido Trabalhista com êsse chefe pode ter, em seus quadros, alguns homens dignos, como o senador Pasqualini e mais alguns; mas será sempre uma dolorosa pilhéria, uma descomunal vigarice, e nada mais.

Rubem Braga” (Braga, n.21, p.31).

Em “Verão”, Braga volta a tematizar a questão da concessão da produção e gerência da energia elétrica brasileira à *Light*. O cronista ironiza o “discurso de bom moço” que Vargas proferira, que incluía, inclusive, o pedido de existência de uma oposição ao seu governo como fortalecimento da democracia, pedido inusitado por ser feito justamente por um ex-ditador:

“Outubro começou quente, as praias cheias, e no centro homens suados andando de paletó em baixo do braço, em Ipanema filas enormes na sorveteria do ‘seu’ Moraes, o Flamengo jogando e vencendo com estranho ardor. Apenas o Sr. Getúlio Vargas fêz um discurso para refrescar. Discurso de bom moço; êle apela para todo mundo, pede colaboração, e diz: ‘Não quero governar sem oposição, porque entendo que sem a crítica livre não há democracia’.

Neste ponto o Sr. Getúlio Vargas pode contar com a nossa mais perfeita colaboração. Faremos o possível para que êle não governe sem oposição. Fica prometido.

Fora disso o grave é que perdemos (falsidade de um amigo que ficou de passar lá em casa e não passou) uma visita à Volta Redonda. Mas haverá

próximos, ladeados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigiram um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência social, além de várias outras iniciativas, sempre diretamente atribuídas e vinculadas à pessoa do presidente. Como encarnação da nação e como grande inspirador do ideário trabalhista, Vargas torna-se um símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país. O carisma do presidente estabeleceu nesse solo raízes profundas e, quando o Estado Novo iniciou, ‘de dentro’, uma transição para um regime liberal-democrático, o culto à sua figura, ou melhor, o getulismo, era uma realidade política ao lado do trabalhismo” (Gomes, 2007b:57).

outros sábados. E que vontade de viajar! Não estou falando em país estrangeiro não, minha vontade é ir a Guarapari, no Espírito Santo, nadar, pescar, dormir, sonhar talvez quem sabe. Ou então a Manaus sair numa canoa beirando um igarapé do Rio Negro, remando devagar.

A vida é curta, a gente vai deixando, vai deixando, e não faz as coisas. Fica neste Rio de Janeiro ouvindo discursos do Sr. Getúlio Vargas, como há 20 anos atrás. Que falta de imaginação! Daqui a um ano êle empreende uma nova renovação de valores, nomeia o Sr. Filinto Muller para a Chefia de Polícia – ou por que não o Sr. Luzardo? – o Sr. Francisco Campos para o Ministério da Justiça – mas por que não o Vicente Ráu?” (Braga, n.22, p.31).

Referindo-se à crônica na qual pediu ajuda ao prefeito, Braga esclarece que este nada teria feito para auxiliá-lo a conseguir a instalação de seu telefone. A despeito disso, considera mais justo xingar a *Light*, “companhia voraz, imoral e ineficiente” que seria a responsável por sua situação. Para o cronista, o dinheiro que esta empresa gastaria de suborno, se tivesse sido investido, teria melhorado os vários serviços públicos que ficariam a cargo dela (por exemplo, como já mencionado, o gás, telefone e a eletricidade). Defendendo que o Brasil já teria pessoas qualificadas para cuidar da questão da energia elétrica, o mesmo argumento utilizando pelos nacionalistas em torno da exploração do petróleo brasileiro, Rubem Braga convoca, por meio de Afonso Arinos, a UDN a organizar, como em relação ao petróleo, uma “campanha séria de libertação da energia elétrica brasileira”. Segundo o autor, visto que o país estaria em um momento de luta contra o “colonialismo”, seria a hora de “nacionalizar a energia elétrica”:

“Sim, é verdade, eu ando triste. Mandeí a carta ao Prefeito pedindo para êle me arrumar um telefone, êle moita. Que fazer? Xingar o Prefeito? Mas não vale a pena. Xingar a Light sim, isto faz bem à alma, e tem a vantagem suplementar de ser completamente justo. Porque essa coisa de petróleo, de siderurgia, está tudo muito bem; mas deixar a energia elétrica entregue a uma companhia voraz, imoral e ineficiente, isso é um atraso de vida inominável para o público e para o país também. Ela agora quer entregar os bondes à Prefeitura. Esperemos que a Prefeitura não compre êsse monstruoso bonde. O que interessa não é bonde, é a energia. Só o que a Light gasta com montes de diretores de suas companhias, de advogados oficiais, oficiosos e secretos, de dinheiro e favores para os jornais, só isso daria para melhorar vários serviços públicos. Conta-se uma frase cínica de um ex-diretor: ‘um terço do Brasil está na minha gaveta; o resto está na fila esperando para entrar’. Será que nem em um momento como êste, de luta contra o colonialismo, não aparece ninguém para organizar uma campanha ampla, decisiva, contra essa ‘holding’, para nacionalizar a energia elétrica logo que possível, ou pelo menos fiscalizar com eficiência verdadeira a concessão? Não são brasileiros os engenheiros que estão dirigindo a

construção da Hidrelétrica de São Francisco? Não são brasileiros que dirigem Volta Redonda? Se já temos homens para enfrentar essas tarefas, por que continuar com a energia elétrica nos dois maiores centros urbanos e industriais do Brasil nas mãos de uma Companhia estrangeira desorganizada e ladravaz? Convido o excelente deputado Afonso Arinos a fazer com que a UDN estude esse assunto: ela tem homens bastante bem informados para esmiuçá-lo e organizar uma campanha séria de libertação da energia elétrica brasileira. E que, como não teve no caso do petróleo, não tenha agora medo a UDN da imprensa vendida ao ‘trust’ estrangeiro. Bola em frente, Afonso Arinos!

Está muito calor. E o calhorda do Joel Silveira viajando em navio refrigerado para a Europa, me deixando aqui, a labutar neste forno cívico! Até a semana que vem. E salve o Flamengo!

Rubem Braga” (Braga, n.22, p.31).

A última crônica de Rubem Braga em *Comício*, “Água e Terra”, tem novamente como tema o presidente Getúlio Vargas e a cidade do Rio de Janeiro. Provocando a UDN, chamada por Vargas a colaborar com seu governo e que havia aceitado o convite, o cronista assegura que, sentindo-se “suavemente udenista”, também estaria com “espírito de colaboração”. E teria interesse em ajudar o presidente a recordar algumas promessas em relação à instalação de serviços de água em cidades brasileiras. O presidente prometera, em São Vicente, que facilitaria a instalação, valendo-se, dentre outros recursos, do dinheiro das companhias privadas de seguro. Braga, no entanto, lembra o presidente (e os leitores) de que a (ironicamente chamada de “saúdosa”) Constituição de 1937 previa a nacionalização das companhias de seguros, e Vargas, mesmo governando sem congresso e censurando a imprensa, em outras palavras, de forma autoritária e sem oposição, não o fez:

“É possível que o sr. Getúlio Vargas tenha viajado mais pelo Brasil do que eu. Em todo caso já viajei bastante; e talvez, usando de espírito de colaboração (sinto-me, hoje, suavemente udenista) eu possa lhe lembrar algumas coisas remotas e esquecidas sobre este país.

Em S. Vicente o presidente prometeu facilitar a instalação de serviço de água em mais de mil e quinhentos municípios brasileiros. Para isso usará o dinheiro dos bancos, caixas e institutos federais, e mesmo as reservas técnicas das companhias particulares de seguros. Por falar nisso é bom lembrar que a saúdosa Constituição de 37 prescrevia, entre outras coisas, a nacionalização dos seguros. Nosso govêrno, como já fizeram muitos outros, liquidaria as companhias particulares, chamando a si essa indústria altamente rendosa. É claro que a medida iria contrariar altíssimos interesses privados. Mas naquele regime ‘não havia intermediários entre o govêrno e o povo’. Não havia oposição na Câmara. Não havia Câmara. Qualquer ‘reforma administrativa’ poderia ser feita à vontade, do dia para a noite, com uma simples penada do presidente. E se a imprensa alugasse suas

colunas aos ‘tubarões’ para defender os interesses dos plutocratas contra a Nação, havia a censura. Em resumo, o presidente estava com a faca e o queijo na mão. E as companhias particulares de seguro continuaram particulares e seguríssimas” (Braga, n.23, p.31).

O cronista, mais uma vez, vale-se de ironia ao dizer que não iria lembrar “coisas da ditadura”, já que agora o país seria governado por um presidente “tão democrático”. Aceitando a promessa de Vargas, o convida a conhecer “um município esquecido, desprezado, que êle talvez não conheça”: a cidade do Rio de Janeiro. Rubem Braga revela, assim, a falta de água que assolaria a capital do país, e como tal situação se contrastaria com a imagem oficial, que seria a proferida pelo programa “A Voz do Brasil”. A idéia de desconhecimento do presidente em relação a situações que, por ele, seriam na verdade bastante conhecidas (como o caso da falta de água no Rio de Janeiro) é novamente acionada por Braga a propósito da reforma agrária que se teria no país: assegura que não vai dizer ao presidente sobre uma propriedade rural que ele talvez não conheça, mas que seria, na verdade, dele. Afinal, naquele dia o cronista estaria “suavemente udenista” e, portanto, colaboracionista:

“Mas não vamos lembrar coisas da Ditadura, agora que somos governados por um presidente tão democrático. Vamos aceitar sua promessa de dar água a 1.500 municípios. E quero lembrar ao presidente um município esquecido, desprezado, que êle talvez não conheça. Não, não estou me referindo a Cachoeiro de Itapemirim¹⁴¹. Lá tem água, e água muito boa, do Itapemirim, e com essa água foi batizado êste obscuro cristão. O município a que me refiro fica no litoral, espremido entre o mar e as montanhas e se chama S. Sebastião do Rio de Janeiro. Se o presidente tiver coragem, que faça uma visita aos distritos assolados pela seca – e ouça as lindas coisas que os pais e até mesmo as mães de família dizem baixinho, pela manhã, quando abrem a torneira. São coisas que não costumam ser ditas pela ‘Voz do Brasil’, mas não deixam de ser interessantes; são, pelo menos, muito expressivas.

Talvez o presidente não queira se aventurar a tão distante município, habitado por tribos meio selvagens e turbulentas, mesmo porque agora vamos ter reforma agrária com repartição de terras. Não pensem que eu vou indicar ao presidente, a propósito disso, a existência de uma enorme estância no sul do país – que êle talvez não conheça. Não. Eu hoje estou suavemente udenista.

Rubem Braga” (Braga, n.23, p.31).

¹⁴¹ Cidade na qual Rubem Braga nasceu, em 12 de Janeiro de 1913. Falece no Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1990 e, como havia pedido, seu corpo é cremado e as cinzas são depositadas no rio Itabira, em sua cidade natal.

As 23 crônicas de Rubem Braga publicadas em *Comício* revelam a sua preocupação em analisar e se posicionar em relação a seu contexto. São crônicas, em sua maioria, em formato epistolar, o que remete a uma relação privada entre o remetente e o destinatário. No entanto, o cronista traz a público as “cartas”. Tal publicização, embora estimulada pelo conteúdo das mesmas – afinal os assuntos tratados, mesmo quando englobam a vida do próprio Braga, não são de foro privado, sendo caros a toda a nação – mantém, no nível formal, o tom de intimidade entre os interlocutores, o que faz que com o leitor se posicione como um espectador não convidado, que lê os escritos alheios.

Ao mesmo tempo, embora, como em relação à crônica destinada a Vargas, Rubem Braga assegura ter esperanças de que os destinatários de seus escritos os leiam em *Comício* (afinal em momento algum é informado ao leitor se tais “crônicas-cartas” são efetivamente postadas), seu alvo é, afinal, o leitor do semanário. “Bisbilhotando” as crônicas construídas em formato epistolar ou lendo as crônicas sem destinatário específico, o leitor de *Comício* encontra nos textos de Rubem Braga reflexões sobre vários dos assuntos tratados nas edições do semanário independente.

Com uma oposição cerrada ao presidente Getúlio Vargas, alerta para o cerceamento da liberdade de imprensa e para a possibilidade do ex-ditador realizar um novo golpe e, desse modo, se perpetuar no poder. O cronista também critica a influência dos *trustes* na economia do país, especialmente as empresas *Standard Oil* e a *Light*, e suas ambições de controlar o petróleo e a energia elétrica e outros serviços indispensáveis ao desenvolvimento nacional. Embora convoque a UDN a lutar pela nacionalização da energia elétrica, ao mesmo tempo ironiza a sua postura colaboracionista, evidenciando a tensão estabelecida em relação a essa legenda que seria a principal força oposicionista do período. Menos ambígua é sua posição em relação à participação da Igreja Católica na política nacional, que é sempre rechaçada.

Além disso, frisa o quanto tanto o governo quanto as elites econômicas ignoravam as condições de vida do povo, o que, para ele, poderia gerar consequências revolucionárias. A esse respeito, é relevante a discussão efetuada sobre o salário mínimo, na qual o cronista revela a má vontade política do governo varguista e o apoio das elites em relação ao não-aumento do mesmo. Como nas matérias sobre o povo analisadas no capítulo anterior, Rubem Braga mostra em suas crônicas e na seção “Os dias do presidido” o descompasso entre o candidato que “se propunha governar em nome do ‘povo’, cujas demandas afirmava conhecer e pretendia estimular” (Gomes,

2007b:67) e as ações efetivamente empreendidas para melhorar as condições de vida de seu eleitorado. E, ao retratar o cotidiano das classes trabalhadoras, apresenta uma visão alarmante sobre a então capital do país, com a falta de moradia e o decorrente processo de favelização, a precariedade da distribuição de infra-estrutura (tais como gás, telefone, água, energia elétrica) etc.

Além de ser um dos fundadores e diretores de *Comício* – e, portanto, um dos responsáveis por sua linha editorial – Rubem Braga, por meio de suas crônicas, efetuava uma espécie de fecho, ao geralmente discorrer e aprofundar alguns dos temas desenvolvidos pelo semanário. A própria diagramação de *Comício*, que trazia sua crônica nas últimas páginas do semanário, reforça esta ideia. O leitor, depois de percorrer o conteúdo do semanário, era, então, convidado a se debruçar sobre um texto mais reflexivo, que trazia uma ponderação sobre algum tema de destaque da mesma edição. Do mesmo modo, “Os dias do presidido”, como o próprio semanário esclareceu ao leitor que perguntava o porquê dessa seção não ser assinada, seria “matéria impessoal, semi-editorial” (*Comício*, n.8, p.7). Portanto, as crônicas de Rubem Braga, assinadas, e a seção “Os dias do presidido”, não assinada, mantinham ao mesmo tempo um caráter pessoal e editorial, revelando tanto as posições do escritor quanto definindo as do semanário que dirigia.

Conclusão

“ELOGIO

(...) *‘No que tange a COMICIO ponho em ponto alto as suas reportagens sôbre os partidos políticos e os estudos biográficos de certas personalidades políticas. Explico-me: quem nasceu lá para a década 1920-1930, cresceu conhecendo sômente o sr. Getúlio Vargas, em detrimento dos bons valores políticos. Em consequência se criou uma juventude atrofiada pela ignorância das boas causas políticas’.*

‘A história dos partidos políticos foi, pode-se dizer, a luz sôbre a política dos últimos trinta anos para os que a ignoraram como eu, os da nova geração, saturados de Vargas, Vargas e Vargas... As reportagens sôbre personalidades políticas como Café Filho, João Alberto, Flores da Cunha e Afonso Arinos completaram os conhecimentos para que se visse onde estão os homens ligados aos partidos e êstes de onde nascem’.

R – A turma da casa agradece” (Comício, “O leitor escreve”, n.23, p.23).

Na orelha do livro “O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil”, Eduardo Jardim descreve tais anos como sendo a “década de virada na nossa história contemporânea”. Trata-se, assim, de uma “sociedade em movimento” (Botelho, 2008:15), ou seja, de uma década em que inúmeras esferas da vida social estavam em transformação, tais como a política, a economia, os costumes e as instituições. Tais mudanças exigiram que vários segmentos da intelectualidade da época se debruçassem sobre seu contexto, a fim de apreendê-lo e, quiçá, nele intervir. Assim, os anos 1950 eram marcados por relações de interdependência entre a cultura e a política, o que implicava em uma não completa autonomização de tais esferas, diferente do que, segundo Botelho, ocorreria em sociedades que haviam passado por revoluções burguesas clássicas.

“A afirmação de um campo específico de atuação, artístico, intelectual ou científico, noutras palavras, mesmo fundado em valores, práticas e instituições próprios, não implicava na década de 1950, como talvez não implique necessariamente ainda hoje, um afastamento do compromisso com o processo civilizador no Brasil. Daí o interesse pela pesquisa das formas múltiplas e historicamente contingentes – e às vezes contraditórias – de articulação entre diferentes esferas da vida social – econômica, cultural, política – inscritas nas interpretações do país feitas pela *intelligentsia*; daí

também, o sentido heurístico que a pesquisa do seu protagonismo histórico pode assumir para a compreensão da sociedade brasileira” (Botelho, 2008, 16, grifos do autor).

Desse modo, o estudo de um semanário organizado e escrito por um grupo de escritores e jornalistas que gozavam de prestígio social na época permite compreender como um específico grupo de intelectuais vislumbrava e opinava acerca de tal sociedade, interpretação essa que, em consonância com o momento histórico, envolvia, por parte do grupo, a articulação de distintas esferas sociais em suas páginas. A sociedade, em suas múltiplas esferas, constituição e dinâmica, presente como tema e problema em *Comício*, era também a questão cara aos intelectuais do período:

“Inovadoramente, o que se coloca em questão na década de 1950 é, sobretudo, a sociedade tal como ela está constituída, em seus movimentos, grupos sociais, velhos e novos atores engajados no enfrentamento dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais. Era, então, a parte igual da sociedade moderna que importava instituir no Brasil: homens, mulheres, negros, brancos, patrões e empregados agem, pensam, interagem, entram em conflito e constroem a sociedade” (Botelho, 2008:17-18).

A adoção do paradigma universalista por parte da *intelligentsia* engendrou a explicitação das desigualdades e exclusões sociais que permeavam a sociedade brasileira e os empecilhos à entrada na modernidade. Na pauta de estudos da sociologia, por exemplo, “ganham força pesquisas que constataavam a persistência e/ou a recriação de processos, estruturas e relações sociais reprodutoras de desigualdades históricas em meio à modernização da sociedade brasileira” (Botelho, 2008:19). Nos anos 1950, portanto,

“(…) se o ideal de constituição e consolidação de uma nação política e culturalmente autônoma permanecia, a adoção de um paradigma universalista levou a que se explicitasse a percepção de que a nação/sociedade que se construía era desigual e implicava divisão, hierarquia, grupos, classes e instituições associadas à ampliação do capitalismo” (Botelho, 2008:19).

Como evidenciado, tal problemática ocupou lugar de destaque nas páginas do semanário, que tinha como uma das preocupações mostrar as condições de vida deploráveis e de exploração nas quais viviam os trabalhadores, bem como a negligência dos poderes públicos para com tal realidade.

Assim como Abreu (2008), nesta pesquisa parti do pressuposto de que a imprensa é uma importante – e, em determinados momentos da história, crucial – esfera social, por meio da qual se pode ter acesso não apenas ao contexto na qual ela se insere, mas à sua própria interpretação e veiculação sobre ele. Em outras palavras, “a imprensa revela as transformações que se operam no regime democrático-liberal através da divulgação cotidiana dos acontecimentos e do acompanhamento da forma como atuam e se comportam atores sociais” (Abreu, 2008:222). De fato, a imprensa reproduz mas nesse caso também produz aquilo que pretensamente apenas registra.

Além de captar o universo social da qual faz parte, a imprensa o traduz, interpreta, critica e analisa, sendo o canal de veiculação e, muitas vezes, também de produção, de opiniões e de aspirações que reverberam socialmente, sendo, portanto, um agente político de destacado espaço e penetração. Como nos lembra Abreu (2008), “a imprensa introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade, ou seja, enquanto ator social participa de todo o processo político” (Abreu, 2008:222). Tal análise é válida para *Comício*, pois, criado por um grupo de intelectuais de peso, forjou valores, interpretações e sociabilidades sobre o Rio de Janeiro, prioritariamente, mas também sobre o Brasil. O semanário se posicionava, portanto, como intérprete de um Brasil por eles adjetivado de melancólico.

Nos anos 1950, as questões que animavam o período giravam em torno da “definição de uma política econômica e (...) da defesa dos interesses da nação contra os interesses estrangeiros. O nacionalismo e o antinacionalismo foram os pontos de convergência e de divergência da política brasileira. A entrada em cena do povo, como sujeito político, colocou outras questões, inclusive no nível da cultura” (Abreu, 1996:43). Como vimos, *Comício* estava a par, e muitas vezes à frente, de tais questões, definindo-as, discutindo-as e se posicionando de uma maneira específica e opinativa. Joel Silveira, Rubem Braga e Rafael Corrêa de Oliveira tinham como preocupação os rumos políticos e econômicos que o país poderia tomar durante o segundo governo Vargas.

Os diretores estavam envolvidos com a discussão acerca da nacionalização do petróleo, e de como a participação do capital estrangeiro na economia nacional poderia acarretar em atraso em desenvolvimento, e não o contrário. Tais discussões, propostas pelo semanário, aproxima-o da imprensa nacionalista tal como construída por Ramos (1996). O “povo”, figura central na década de 1950, também ganha espaço nas páginas de *Comício*, que busca mostrar a contradição entre um governo trabalhista e a ações

efetivas de tal governo para melhorar as condições de vida dos “barnabés”. Está em jogo, portanto, a luta pela autonomia: econômica do país e política do povo. Além disso, permeia as páginas do semanário um temor, sempre constante, de um novo golpe por parte de Vargas, visto que o presidente é sempre associado ao período de vigência do Estado Novo por meio da alcunha de “ex-ditador”. Como salientou Rubem Braga, os tempos seriam de suspeita generalizada.

Por meio do panorama traçado por Maria Celina D’Araujo (1999) acerca do cenário político do segundo governo Vargas, é possível apreender o quanto as diretrizes de *Comício* estabeleciam um diálogo direto e ativo com tal contexto. Segundo a autora,

“Vargas voltou ao poder pelo voto popular, porém, pouco afinado com um sistema de liberdades políticas e de regras democráticas. Esse era um modelo emergente no Brasil e, portanto, ainda não consolidado, o que agravava as condições de instabilidade. A completar o quadro, esse período foi a expressão cabal de um país dilacerado por práticas populistas, de direita e de esquerda, visando à mobilização das massas, pela ação de chefes militares, sedentos por exercer um papel salvacionista para a sua pátria, e por ideologias econômicas polarizadas, opondo nacionalismo, como sinônimo de soberania e riqueza, a internacionalismo, concebido como submissão ao imperialismo norte-americano. Some-se a todas essas polarizações o fato de estarmos em plena guerra fria, o que, para o continente latino-americano, significou radicalizações ideológicas muitas vezes com graves consequências. Em meio a tantas disjuntivas, Vargas tentou buscar o difícil caminho do meio. Sua credibilidade política estava, porém, indelevelmente marcada pelo passado de ditador que rasgara duas Constituições. Ou seja, agravando o quadro ideologicamente tenso em que o governo operava, havia uma crise de confiança, mesclada pelo descrédito das oposições em relação a Vargas e pela suspeita deste quanto a um possível golpismo de seus opositores” (D’Araujo, 1999:97-98).

Embora o semanário tenha explicitado inúmeras vezes o seu caráter apartidário e independente e tenha rejeitado rótulos, deixando a cargo do leitor a construção do que seria seu posicionamento político, para além do antigetulismo (este sim declarado), é possível aventar alguns alinhamentos políticos de seus diretores. Enquanto Rafael Corrêa de Oliveira, como salienta Benevides (1981), era um “notório udenista” (Benevides, 1981:65), Joel Silveira e Rubem Braga foram fundadores da Esquerda Democrática e de seu desdobramento, o Partido Socialista Brasileiro. A discrepância política entre o primeiro e os segundos pôde ser vista, por exemplo, na discussão a respeito da aliança que a UDN fez com os integralistas nas eleições de 1950. Enquanto Corrêa escreveu, em sua coluna, um texto justificando tal aliança em torno da

candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes, o editorial do semanário – muito provavelmente escrito pelos outros dois diretores – a criticava veementemente. Vale lembrar que, em decorrência dessa aliança, o PSB tirou o seu apoio ao candidato udenista e lançou o seu próprio candidato, como mostrou Pedro Gomes na matéria sobre a legenda socialista.

Em outros aspectos, no entanto, é possível perceber o compartilhamento de posições entre os três diretores. Uma delas, como já dito, refere-se ao temor de que Vargas não respeitaria as instituições democráticas e poderia, então, realizar um novo golpe. Sobre esse ponto, como mostrou Plínio Ramos (1996) ao tratar da imprensa nacionalista, enquanto Francisco Mangabeira e Domingos Velasco, ambos figuras de destaque e também fundadores do PSB, defendiam que o governo de Vargas se embasaria em uma legalidade democrática, Rubem Braga e Joel Silveira mantinham uma posição mais próxima dos udenistas que dos socialistas, visto que, como aqueles, julgavam que o passado de ex-ditador de Vargas não o tornaria apto a uma “reconciliação plena com a prática do regime representativo” (Ramos, 1996:91).

Por fim, valendo-me da epígrafe acima na qual o leitor elogia a série sobre a história dos partidos políticos como sendo uma “luz”, trazendo conhecimento para aqueles que seriam de uma “nova geração” e estariam “saturados de Vargas”, ressalto que o semanário, para além de seu posicionamento político específico, tinha o intuito de ser independente politicamente. Ambicionavam, assim, ser “um grupo de jornalistas, o qual pretende ter idéias próprias e raciocinar especialmente para cada caso sem um livro geral de comportamento. Chama-se a isso, cremos, espírito liberal ou democrático, liberdade de iniciativa ou de pensamento, etc., etc., etc. Preferimos a ausência de rótulo” (*Comício*, n.5, p.7). E, ao atuarem de tal maneira, não apenas refletiram sobre seu contexto como o engendraram. Um exemplo de produção de realidade por parte do semanário pode ser encontrado no livro “A UDN e o Udenismo” (1981), de Maria Benevides, no qual a autora recorre ao próprio texto de Pedro Gomes presente em *Comício* sobre a legenda (“UDN: o partido da gravata e do lenço branco”) para definir a imagem que existiria a respeito da UDN, segundo a qual seria o “partido dos cartolas”¹⁴², (Benevides, 1981:45).

¹⁴² Benevides vale-se do texto de Pedro Gomes para explicar os motivos da impopularidade do candidato Brigadeiro Gomes nas eleições presidenciais de 1945. A autora afirma que “um elemento importante para a impopularidade da campanha foi a divulgação, pelos ‘queremistas’, de que o Brigadeiro desdenhava ‘o voto dos marmiteiros’ (segundo Afonso Arinos a calúnia fugira ao controle dos articuladores da campanha, que não reagiram com a necessária rapidez e energia). O brigadeiro passou a ser identificado

Comício representou, portanto, o esforço de um grupo de intelectuais em debater, e desse modo, atuar em seu contexto. Acompanhando suas edições, captamos as formas como o Rio de Janeiro, capital do país, aparece como cenário e espaço de lutas políticas e de vivência de distintas classes, sendo enfocadas principalmente aquelas que constituíam os próprios colaboradores de *Comício* e as classes trabalhadoras. O semanário que produziram se configura, portanto, como um claro e constante esforço de interpretar o Brasil e os atores políticos que o compunham, mostrando aos seus leitores – muito provavelmente de classe média – as condições de vida do “povo” e a situação política do momento. Em suas páginas, encontramos um testemunho crítico e reflexivo a respeito de um período conturbado da história nacional, que foi o segundo governo Vargas.

como o candidato dos grã-finos e a UDN como o ‘partido dos cartolas’” (Benevides, 1981:45). Após a expressão “partido dos cartolas”, a autora introduz uma nota, dirigindo o leitor a “ver o artigo de Pedro Gomes: ‘UDN: o partido da gravata e do lenço branco’, no semanário *Comício*, de 17/7/1952 (Benevides, 1981:45).

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. “Introdução”. In: Abreu, A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. “Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50”. In: Abreu, A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. “Revisitando os anos 1950 através da imprensa”. In: BOTELHO, André & BASTOS, Elide Rugai & Boas, Glaucia Villas (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- _____ & Lattman-Weltman, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARRIGUCCI JR., Davi. “Onde andar o velho Braga?”. In: *Achados e perdidos*. São Paulo, Livraria Editora Polis, 1979.
- _____. “Fragmentos sobre a crônica”. In: *Enigma e comentário – ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- _____. “Braga de novo por aqui”. In: *Os melhores contos de Rubem Braga*. São Paulo, Global, 1985.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- BOTELHO, André. “Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação”. In: BOTELHO, André & BASTOS, Elide Rugai & Boas, Glaucia Villas (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- BRAGA, Rubem. *Recado de Primavera*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- _____. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- _____. “Sobre o ofício de cronista”. In: *Manchete*. Rio de Janeiro, 10 out. 1964.
- _____. Carta para Clarice Lispector. Rio de Janeiro, 23 mai. 1953a.
- _____. Carta para Carybé. Rio de Janeiro, 18 mar. 1953b.
- BRASIL, Assis. “História Crônica da Literatura Brasileira”. In: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 31 mar. 1963a. Idéias e Fatos, Supl. Literário.
- _____. “A crônica é o limite”. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 ago. 1963b. Caderno B.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA: RUBEM BRAGA. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 26, 2011.
- CAMPOS, Paulo Mendes. *Murais de Vinicius e outros perfis*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- _____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- _____. “Dialética da malandragem”. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993.

_____. *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos) vol 1*. São Paulo: Martins, 1964.

_____. “A Revolução de 1930 e a Cultura”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v.2, n.4, p. 27-36, abril 1984.

CARVALHO, Marco Antonio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo, 2007.

CASTELLO, José. “A crônica de Rubem Braga”. In: *Método e Interpretação*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1964.

CHAVES, Flávio Loureiro. “Crônicas e mitos de Rubem Braga”. In: *O brinquedo absurdo*. São Paulo, Polis, 1978.

Comício: semanário independente. Direção de Joel Silveira, Rafael Corrêa de Oliveira e Rubem Braga. Rio de Janeiro (RJ) : Gráfica-Editora Comício Ltda, 1952-1952.

Ano I, n. 1, 15 de maio de 1952; Ano I, n. 2, 22 de maio de 1952; Ano I, n. 3, 30 de maio de 1952; Ano I, n. 4, 6 de junho de 1952; Ano I, n. 5, 12 de junho de 1952; Ano I, n. 6, 20 de junho de 1952; Ano I, n. 7, 27 de junho de 1952; Ano I, n. 8, 4 de julho de 1952; Ano I, n. 9, 11 de julho de 1952; Ano I, n. 10, 17 de julho de 1952; Ano I, n. 11, 25 de julho de 1952; Ano I, n. 12, 31 de julho de 1952; Ano I, n. 13, 8 de agosto de 1952; Ano I, n. 14, 15 de agosto de 1952; Ano I, n. 15, 22 de agosto de 1952; Ano I, n. 16, 29 de agosto de 1952; Ano I, n. 17, 5 de setembro de 1952; Ano I, n. 18, 12 de setembro de 1952; Ano I, n. 19, 19 de setembro de 1952; Ano I, n. 20, 26 de setembro de 1952; Ano I, n. 21, 3 de outubro de 1952; Ano I, n. 22, 10 de outubro de 1952; Ano I, n. 23, 17 de outubro de 1952.

COSTA, Cristiane Henriques. *Escritores Jornalistas no Brasil 1904 - 2004*. Tese de Doutorado, ECO/UFRJ, 2004.

COUTINHO, Afrânio. “Gêneros ensaísticos”. In: *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.

_____ & GOMES, Angela de Castro. *Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1987.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2010. [Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>]

DIMAS, Antônio. “Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?”. In: *Revista Littera*, ano IV, nº 12. Rio de Janeiro, set/dez 1974.

FABRINO, Ana Maria Junqueira. *Rubem Braga e a transfiguração do gênero: a crônica poética*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2001.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERNANDES, Millôr. “Rubem Braga aos 90 anos”. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/millor/retratos/rubembraga.htm>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A reforma do *Jornal do Brasil*”. In: Abreu, A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FRANCHETTI, Paulo & PECORA, Antônio. *Rubem Braga: Literatura comentada*. São Paulo: Abril, 1980.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (org.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007a.

_____. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

HECKER, Alexandre. “Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. (Cadernos da Comunicação. Série Memória; v.13).

LUSTOSA, Isabel. “De olhos postos na América: Paulo Francis no *Pasquim*”. In: *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MESQUITA, Cláudia. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rio Barbosa, 2008.

MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico v. I*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1945a.

_____. *Diário Crítico v. II*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1945b.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2001.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O petróleo é nosso: a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal*. Petrópolis, Vozes, 1983.

MORAES, Vinicius de. *Para viver um grande amor (crônicas e poemas)*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1962.

- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREL, Edmar. *A trincheira da liberdade: história da ABI*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- NOSSO SÉCULO. *1945/1960: a era dos partidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- NUNES, Aparecida Maria. *Clarice Lispector jornalista*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1991.
- _____. *Páginas femininas de Clarice Lispector*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1997.
- PATRINI, Maria de Lourdes. *Rubem Braga: um cronista de guerra e paz*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1991.
- PONTES, Heloísa. “Círculos de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol.12, n. 34, junho de 1997, pp. 57-69.
- PONTES, Joel. “Do velho Braga”. In: *O aprendiz da crítica*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1960.
- PORTELLA, Eduardo. “A cidade e a letra”. In: *Dimensões, I*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- PORTO, Sérgio. “O episódio da semana. Revistas”. Rio de Janeiro: Manchete, 2 de maio de 1953.
- RAMOS, Plínio de Abreu. “A imprensa nacionalista no Brasil”. In: Abreu, A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1987.
- REVERBEL, Carlos. “O jornalista Rubem Braga”. In: *1939: um episódio em Porto Alegre*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- RESENDE, Otto Lara. *O príncipe e o sabiá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. Carta para Rubem Braga. Rio de Janeiro, 17 set. 1988.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.
- _____. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- RIBEIRO, Carlos. *Caçador de ventos e melancolias – um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga*. Salvador, Ed. da UFBA, 2001.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. “Brasilidade vermelha: artistas e intelectuais comunistas nos anos 1950”. In: BOTELHO, André & BASTOS, Elide Rugai & Boas, Glaucia Villas (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

SABINO, Fernando. *Gente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. *O tabuleiro de damas*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *A chave do enigma*. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. *Livro aberto*. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

_____. Carta para Rubem Braga. Rio de Janeiro, 19 set. 1988.

SCHWARCZ, Lilia. “Entre amigas: relações de boa vizinhança”. In: *Revista USP* n°23. São Paulo, 1994.

SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SÉRGIO, Renato. *Dupla Exposição: Stanislaw Sérgio Ponte Porto Preta*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

SILVA, Angelissa Azevedo e. “A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SIMON, Luiz Carlos Santos. “O cotidiano encadernado: a crônica no livro”. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, FCRB, 2004. [<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/luizcarlossimon.pdf>, último acesso em 25 out. 2010].

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILLIAMS, Raymond. “A Fração Bloomsbury”. *Revista Plural*, São Paulo, v.6, 1º. Sem. 1999.

Anexos

As capas de *Comício*

Ilustração 1: *Comício* – Ano I, nº 1, 15 de maio de 1952

Ilustração 2: *Comício* – Ano I, nº 2, 22 de maio de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CRS 3,00

O MUNDO DE OSCAR NIEMEYER

REPORTAGEM NO TEXTO

POR ESTE MUNDO DE DEUS:

Nesta Seção
COMÍCIO Apresenta o Resumo
Completo de Todos os Acontecimentos
Que Agitaram a Opinião
Mundial Nos Últimos
Sete Dias

O Racismo na União Sul Africana

O Padre Que Virou Comunista

O Quebra-Quebra do Pintor Chirico

O INTEGRALISMO FAZ TRICÔ

REPORTAGEM DE
JOEL SILVEIRA
NO TEXTO

N.º 3 * Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1952 * ANO I

Ilustração 3: *Comício* – Ano I, nº 3, 30 de maio de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL TORREIA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

Emocionante, sensacional, árdago e belicoso, êste jôgo está destinado a substituir a "canastra", o "pif-paf", o "buraco" e demais importações estrangeiras. Nacionalizemos, pelo menos, o vício!

Quem é o Conde MATARAZZO?

(SENSACIONAL REPORTAGEM NO TEXTO)

ANO I * Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1952 * N.º 4

Ilustração 4: *Comício* – Ano I, nº 4, 6 de junho de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORREA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

QUEM É ESSE CABELLO?
(REPORTAGEM NO TEXTO)

NAS PÁGINAS 26, 27 E 28:

CONVERSA COM OS HOMENS QUE
SOBEM E DESCEM

ARTISTAS

DO PINCEL

2 PÁGS. HUMORÍSTICAS

no congresso: OPOSIÇÃO DE VERDADE
E OPOSIÇÃO DE MENTIRA

REPORTAGEM NO TEXTO

ANO I ★ Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1952 ★ N. 5

Ilustração 5: Comício – Ano I, nº 5, 12 de junho de 1952

Ilustração 6: *Comício* – Ano I, nº 6, 20 de junho de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORREA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

"EU FIZ O
Primeiro Goal
do **FLAMENGO**"
(REPORTAGEM NAS PÁGS. 14 E 15)

NAS PÁGS. 12 e 13

POR ESSE MUNDO DE DEUS

- ★ A Revolta Dos Anjos Gordos
...
- ★ Instantâneos do Mundo
...
- ★ Rodolfo Valentino no Tribunal

COMO SE FAZ TEATRO NO RIO
(REPORTAGEM NO TEXTO)

ANO I ★ Rio de Janeiro, 27 de Junho de 1952 ★ N.º 7

Ilustração 7: Comício – Ano I, nº 7, 27 de junho de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORREIA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

**OH! QUE
SAUDADES QUE
EU TENHO**

(Duas Páginas em Cores de
MILLÔR FERNANDES)

NAS PAGINAS 22e 23

**AQUI MESMO NO RIO:
1.200 CRIANÇAS**

**ESTUDAM
SENTADAS NO
CHÃO**

NAS PÁGINAS 29e 30

A MELHOR RESPOSTA

ao
Fanatismo
— DE
BERTRAND RUSSELL

**A VERDADE
SÔBRE
O MOTIM
DE ANCHIETA**

(REPORTAGEM NO TEXTO)

ANO I ★ Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1952 ★ N.º 8

Ilustração 8: *Comício* — Ano I, nº 8, 4 de julho de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

HISTÓRIA DOS PARTIDOS

P.S.D.

**SILENCIOSO, OBEDIENTE,
CABISBAIXO** ★ **REPORTAGEM
NOTEXTO**

**JOÃO ★
ALBERTO,
O SOLDADO CONHECIDO**

(REPORTAGEM DE JOEL SILVEIRA)

**DE
EISENHOWER
PARA OS
"GUERREIROS"
DA
AMERICA
LATINA**

**ARTIGO DE
RAFAEL
CORRÊA DE
OLIVEIRA**

ANO I ★ Rio de Janeiro, 11 de Julho de 1952 ★ N.º 9

Ilustração 9: *Comício* – Ano I, nº 9, 11 de julho de 1952

Ilustração 10: *Comício* – Ano I, nº 10, 17 de julho de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CDS 1,00

O GENERAL FLORES DA' TIROS E DEPOIS CHORA

REPORTAGEM
NO TEXTO

ANO I ★ Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1952 ★ N.º 11

Ilustração 11: *Comício* – Ano I, nº 11, 25 de julho de 1952

Ilustração 12: *Comício* – Ano I, nº 12, 31 de julho de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — C\$ 3,00

PERDER ELEIÇÃO É BOM NEGÓCIO

(REPORTAGEM NO TEXTO)

ANO I ★ Rio de Janeiro, 8 de AGOSTO de 1952 ★ N.º 13

Ilustração 13: *Comício* – Ano I, nº 13, 8 de agosto de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

MANGABEIRA:

"OU O BRASIL
REAGE
OU
APODRECE
DE VEZ"

(ENTREVISTA NO TEXTO)

ANO I ★ Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 1952 ★ N.º 14

Ilustração 14: *Comício* – Ano I, nº 14, 15 de agosto de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

ARANHA TENTA SALVAR GETÚLIO

ANO I * Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 1952 * N.º 15

Ilustração 15: *Comício* – Ano I, nº 15, 22 de agosto de 1952

Ilustração 16: *Comício* – Ano I, nº 16, 29 de agosto de 1952

Ilustração 17: *Comício* – Ano I, nº 17, 5 de setembro de 1952

Ilustração 18: *Comício* – Ano I, nº 18, 12 de setembro de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

Que é
Que Há
Com o
Ministério?

(REPORTAGEM
NO TEXTO)

Ano I ★ Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1952 ★ N.º 19

Ilustração 19: *Comício* – Ano I, nº 19, 19 de setembro de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CDS 3,00

GARCEZ: A ESTRÊLA SOBE

(REPORTAGEM NO
TEXTO)

Ano I * Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1952 * N.º 20

Ilustração 20: *Comício* – Ano I, nº 20, 26 de setembro de 1952

Ilustração 21: *Comício* – Ano I, nº 21, 3 de outubro de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — R\$ 3,00

QUANDO
E
COMO
VOTARÁ
VOCÊ

(EXPLICAÇÕES
NO TEXTO)

Ano I • Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1952 • N.º 22

Ilustração 22: *Comício* – Ano I, nº 22, 10 de outubro de 1952

Comício

SEMANARIO INDEPENDENTE — Direção de JOEL SILVEIRA, RAFAEL CORRÊA DE OLIVEIRA e RUBEM BRAGA — CR\$ 3,00

**BRASIL,
LA FER
E
E. UNIDOS**

REPORTAGEM DE MINAS:

**PEIXE VIVO
FORA DA
ÁGUA BENTA**

Ano I * Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 1952 * N.º 23

Ilustração 23: *Comício* – Ano I, nº 23, 17 de outubro de 1952

Uma edição

a Aventura DO Cotidiano

MÁRIO de Andrade nunca chegou a descobrir quem foi Lopes Chaves: um homem que nasceu simplesmente para dar seu nome à rua em que viveu e morreu Mário de Andrade. O que não deixa de ser um nobre destino. Já para Getúlio das Neves talvez a memória dos homens reserve destinação mais equivocada, fruto de uma futura confusão histórica: alguém chegou mesmo a endereçar-me uma carta à rua Getúlio Dorneles, numa desastrosa assimilação do anônimo ao carismático, negando distraidamente a pureza que DAS NEVES inspiraria, pela sugestão mais desfrutável que a palavra GETÚLIO impõe.

Getúlio das Neves, mero nome de uma rua. Nem todas os Getúlios merecem uma avenida. Rua pequena, insignificante, bôco sem saída, cuja característica é a de ser exatamente igual à rua Professor Saldanha na outra esquina — sua crônica não chega a ter um mínimo de interesse como assunto a exigir-se de um cronista, qualquer que ele seja. Sua safra, ainda que ilustre, foi sumária: dali saiu um Governador para a Paraíba; saio eu, que mal governo meu nariz.

Hoje, quando alguns meses de distância nos separam, já não tenho referência para orientar o visitante transviado ao seu único quarteirão: quem quiser visitar-me onde jamais me encontrará atualmente, senão apenas, na lembrança inoportuna dos vizinhos, o fantasma do que foi talvez o morador mais inquieto e barulhento daquela freguesia — não faça cerimônia. Apenas recomendo que de agora em diante é favor tomar um taxi.

Nunca consegui fazer che-

dô-me toda a vizinhança os três foguetes de São João que certa madrugada soltei de minha janela para comemorar uma vitória interior; perdô-me os amigos, se insistiu em publicar esta crônica. Não deixei naquela casa 19 de parede-de-meia senão mais um ano de minha vida, curiosa fatalidade que me persegue sempre que me mudo de-

moro com que as luzes e lâmpadas da casa insistiam em acender-se e apagar-se apenas quando ninguém tocava nos comutadores. Ficou a torneira cuja água gotejava fria quando a queríamos quente ou fria não gotejava coisa nenhuma. Ficou a lembrança daquele misterioso ladrão tão ansiosamente esperado e temido todas as noites e que nunca nos deu a honra de sua visita. E a insistência dos ruídos; o britador na parede, com explosões de dinamite de raro em raro os cavilosos pregões dos alciadores da freguesia infantil: fruteiros, pipaqueiros, o indefectível sorveteiro que abre créditos subreptícios a quem ainda não sabe contar dinheiro; a vacaleiteira e sua sempiterna busina, já humildemente recebida como ascese para quem dorme de manhã. Ficou tudo isso, esse é o mundo de ruídos e presenças de um ano que agora deixo por outra rua igualmente monótona. Mas, que alguma honra lhe seja feita, sob todos os aspectos merecida: lamento perder a fruição do pão nosso de cada dia, fornecido pelo padeiro mais atencioso, simpático e bem-humorado de que há notícia na história das padarias e que nos honrava todas as manhãs com sua visita.

Deixo a rua Getúlio das Neves com mais um filho, a que também geralmente me acontece em todos os lugares onde moro. O que quer dizer que,

tudo considerado, a rua Getúlio das Neves é quem me deixa. Isso talvez seja um pouco sibila até mesmo para mim, mas não tenho tempo nem espaço para explicar ou explicar-me: esta crônica já vai longa, perdi o jeito de fazer crônicas, perdi o gosto de fazer frases. Deixo na rua Getúlio das Neves, com um pouco de saúde, o estímulo de se deixar viver escrevendo gratuitamente para iludir-me. Desta minha nova rua, fim de linha de um ônibus e começo de uma linha de conduto, imposição de todas as mudanças, novas são as perspectivas, outra a paisagem, diferentes as relações de vizinhança, inédita a solicitação do velho dilema de renovar-me ou repetir-me. Adeus, Getúlio das Neves, que o nome a terra te sejam leves. Ofereço-te esta rima de despedida, e minhas homenagens. Promovo-te o marechal, nunca mais: voltarei a felar de ti.

E viva o Comendador Martini.

F. S.

gar um amigo a essa rua sem tortuosos descaminhos, com telefonemas e explicações subsequentes. Eu mesmo, quando regressava trocando as pernas e as idéias, costumava embarafustar-me noutras ruas e, não achando a minha casa, sentia-me a um tempo perdido e livre, vítima de um abandono temporário, mas aliviado de minhas graves responsabilidades de morador.

Fui um mediocre morador da rua Getúlio das Neves. Não deixei sob suas árvores marca nenhuma de minha passagem: talvez, na confusão da partida, tenha ficado de mim alguma conta a pagar. Quando partí, os fornecedores correram pressurosos; alguns vizinhos se divertiram com o movimento da mudança, fingindo não ver; outros simplesmente torceram o nariz. De modo geral, foram amáveis: obrigado. Perdô-me a senhorita da casa ao lado o ruído desta máquina durante a noite; perdô-me o senador se futei algumas visitas de pessoas que demandavam sua casa; per-

pois de um ano. De acontecimentos relacionados ao imóvel, propriamente, ficou a inutilizada fechadura do banheiro, cuja porta um dia tive de arrombar ao ver-me prisioneiro lá dentro — violência esta de que me escuso publicamente ante o proprietário; ficou a teimosia também característica dos lugares onde

LUCA'S BAR

Entre no Embaixador Hotel: é no fundo do salão esse bar acolhedor, refrigerado, de ambiente moderno e suave, e uisque sempre legítimo

Rua Senador Dantas, 25

Comicio

Semanário Independente

Direção de
JOEL SILVEIRA,
RAFAEL CORREA DE
OLIVEIRA
e RUBEM PRAGA

Propriedade da Gráfica-Editora COMICIO Ltda.
(Em organização)
Redação, Administração e Gerência: Rua Alvaro Alvim, 31
(287) — Tel. 35-1652
Sua sede em São Paulo:
LUIS MARTINS
R.S.L. — Rua José Benedito,
333 — Sala 307

ASSINATURAS:
ANO DRS 150,00
SEMESTRE DRS 80,00
NUMERO AVULSO DRS 3,00

Comício

UMA FRASE

UMA nota necrológica sobre o Sr. Agamemnon Magalhães vai em outro lugar desta edição. E foi feita sem os exageros elogiosos da praxe, mesmo porque Agamemnon era um desses homens que se orgulham mais de seus defeitos que de suas virtudes; ele ficaria desolado se pudesse saber que depois de morto alguém o quis fazer passar por anjo.

Aqui apenas queremos assinalar uma frase sua, em que explica sua maneira de agir em tempo de ditadura e em tempo de democracia. A frase está lá, na tal nota. Recomendamo-la aos leitores, e principalmente a um deles (esperamos ter a honra de incluí-lo nesse rol) que é o Presidente Getúlio Vargas.

Leia, Presidente. Leia e medite. Isso talvez possa salvá-lo — ou pelo menos impedir que dê, mais uma vez, com os burros náua. Os burros... a nós.

UM GRANDE

FUNCIONARIO

OS Escritórios Comerciais que o Brasil possui no Exterior, têm como todo mundo neste vale de lágrimas, um pecado original. O deles é o de terem servido, ao serem criados, como instrumentos de propaganda, lá fora, das benemerências do Estado Novo. Dai a antipatia que inspiraram a muitos, e que ainda perduram.

Acontece, entretanto, que hoje esses Escritórios, que são dependentes do Ministério do Trabalho, prestam grandes serviços ao país, cumprindo tarefas que as representações diplomáticas e consulares não poderiam enfrentar. Ainda há pouco ouvimos um elogio rasgado do Prefeito do Distrito Federal ao Escritório de New York, pela assistência que lhe deu ao favor importantes compras para a Prefeitura nos Estados Unidos. O mesmo acontece com as autoridades e particulares brasileiros em outros países em que existem esses Escritórios: e não há melhor exemplo que o "Office du Brésil", de Paris, da utilidade e prestígio dessa organização. Nem chegamos a entender bem, quando vemos em um jornal do Rio um ataque violento e inopi-

nado ao chefe desse Escritório que diabo teria movido a pena do articulista.

José Augusto de Césário Aylm — não centenas, mas muitos milhares de brasileiros que estiveram em Paris nestes últimos anos concordam conosco — é exatamente um dos melhores funcionários de quantos existam nas repartições externas e internas do Brasil. Homem culto e probo, inteligente e capaz, ele não se limita a cumprir burocraticamente seus deveres funcionais. Desdobra-se em providências e gentilezas a serviço de quem o procure, seja um figurão do governo ou algum pobre estudante bolsista; e realmente incansável e extraordinário na sua capacidade de servir a todos, orientando o comerciante, o industrial, o professor, pondo à disposição de todos seus excelentes conhecimentos da economia e da vida francesa. Contando com bons auxiliares e boa organização, ele é, em Paris, um homem altamente útil ao Brasil e aos brasileiros: um funcionário de qualidades realmente invulgares, um exemplo de eficiência e de boa vontade.

Repetimos: jornalista ou peregrino do Ano Santo, negociante ou médico, funcionário ou estudante, qualquer brasileiro que em Paris teve a sorte de entrar em contato com esse homem só pode guardar dele, e de seu Escritório, a mais-grata das recordações. Esperamos que o governo tenha o bom senso de não dar atenção a esses ataques dearrastados e tolos que só podem ser inspirados por alguém que cobra, para si ou para outrem, o posto de José Augusto de Césário Aylm.

AFONSO ARINOS:

"O Brasil Manda o Pior Para a Europa"

(ENTREVISTA NAS PAGINAS SEGUINTE)

RIO, 29-8-1952 ☆ COMÍCIO ☆ PÁGINA 3

O BRASIL MANDA O PIOR PARA A EUROPA

Cresce a Importância Mundial do Nosso País, Mas as Iniciativas do Governo São Quase Sempre Infelizes — 10 Mil Quilômetros no Chão da Europa Vendo Portugal, Espanha, França, Itália, Suíça, Alemanha e Inglaterra — O Povo Que Mais se Diverte e o Povo Mais Triste do Mundo — Entrevista Com o Sr. Afonso Arinos de Mello Franco

Reportagem de CARLOS CASTELLO BRANCO

Enquanto os colaboracionistas da UDN se arrepiavam de medo com a perspectiva de Afonso Arinos subir à liderança do partido e podiam ao bravo José Bonifácio que lhes defendesse a pele, ocupando estrategicamente o comando da bancada, o bicho papão, depois de umas escaramuças na Sorbonne, varava a Europa ocidental de ponta a ponta, percorrendo mais de 10.000 quilômetros dentro de um pesante automóvel americano. Arinos viu a França se divertindo, os franceses transformados em próprios nos turistas que gozam as delícias de França, viu os ingleses emagrecendo e lutando com a ideia fixa de sobreviver, a Alemanha transformada num vasto acampamento e cercada por misteriosos e gigantesco comboios, a Itália abundante e poética, a Espanha com a grandeza dos seus pintores e a miséria do seu governo, Portugal subido por um excepcional aparato de Polícia. Viu isso tudo e viu a Europa cheia de brasileiros, de estudantes, de artistas, de comerciantes ricos da Rua da Alfândega, de uma multidão de letras "O", homens e mulheres integrantes da alta burocracia privilegiada falando mal francês e comprando "sweaters e bichêto" no "hall" dos hotéis. Eram, aos montes, os delegados do Brasil a conferências internacionais que se realizavam aqui e ali para tratar a sério de assuntos que não entendiam e em reuniões a que não compareciam.

A visão de tanta coisa junta costuma produzir no espírito esticismo e tolerância e, voltando Arinos ao Rio os colaboracionistas, muito espantados, viram que ele não queria lutar ninguém para fora da UDN. Ou a Europa e amassou no a lenda do bicho papão foi uma projeção pânica de pavores, ou apenas muito espertamente os cabalões inventaram estória para justificar perante si próprios a manobra destinada a transformar a UDN num anexo do gabinete do Sr. Lourival Fontes.

Importância do Brasil

Na sua residência da Rua Anita Garibaldi, em Copacabana, manso e civilizado, Afonso Arinos nos contou o que viu na viagem à Europa, onde foi, a convite da Sorbonne, para dar

um curso na mais antiga Universidade do mundo.

Está realmente impressionado com a importância que o Brasil assumiu na Europa.

Essa importância não a adquirimos — diz — através das iniciativas oficiais, habitualmente infelizes. As delegações que o Brasil envia às conferências internacionais não são de natureza a aumentar o nosso prestígio no estrangeiro.

A impressão que ele colheu no local é a de que os delegados ou são incompetentes ou não encaram a missão com seriedade, ou ambas as coisas. Num cidade europeia por onde passou havia nos hotéis tantos delegados brasileiros — disseram-lhe que setenta — que só pelo número seriam capazes de estabelecer a confusão numa reunião de debate cultural. Havia senhoras ruidosas, possivelmente altas funcionárias articulando muito mal a língua do país, comprando coisas e coisas, sobretudo "sweaters" e "heli-helots".

Pode aquilatar da importância do Brasil na Europa — declarou — principalmente por dois índices: 1) há uma verdadeira mania entre os europeus, a mania de vir para o Brasil. Todo o mundo quer saber como se vem para cá, o que devem fazer para conseguir visto, elogiam o Rio de Janeiro como a cidade mais bonita do mundo. Esse interesse eu o pude observar de Portugal até a Alemanha; 2) presença de bra-

EM CINCO meses de andanças pelo Europa, Afonso Arinos viu coisas boas e más; e chegou à melancólica conclusão de que a guerra emagreciu os vencedores (os ingleses) e engordou os vencidos (os alemães)

navios ingleses, antigamente, os cardápios eram redigidos em inglês e espanhol. Atualmente o são em inglês e português. O argentino hoje é um povo pobre, viaja pouco. Os brasileiros são os grandes fregueses, sobretudo os brasileiros do comércio. É espantoso o número de comerciantes nacionais que via-

de prazer deste país, nas suas praias famosas do sul, como St. Tropez, por exemplo, outrora repletos de estrangeiros, atualmente quase que só se vêem ali os próprios franceses. Moças de "maio bikini", rapazes morenos, queimados, com o tipo de americanos — mas tudo francês. Sente-se que eles sofreram uma

Os Comunistas Acoelhados

Afonso Arinos assistiu à chegada a Paris do General Ridgway. Nenhuma personalidade francesa seria ali recebida com igual emoção e com semelhante aparato. A Europa, pelas contingências da situação internacional, suporta uma gigantesca infiltração norte-americana.

Quanto à greve geral promovida pelos comunistas, Afonso Arinos teve dela uma impressão melancólica. Sente-se uma grande fadiga na massa, um desinteresse substancial. Os comunistas reunidos na Place de la République tinham uma atitude displacente. Casais de namorados transitavam alegres, dizendo seu maior convívio os "slogans" do dia. Por experiência, o Deputado brasileiro meteu no meio da massa o seu automóvel de fabricação americana. E atravessou tranquilamente o comício, ouvindo inaproprios bem humorados, sem fazer

— A saída de um Fla x Flu no Rio é mais perigosa — comentou.

O episódio da prisão de Daches foi um atestado da falência do comunismo francês e da

"HÁ UMA VERDADEIRA MANIA ENTRE OS EUROPEUS: A MANIA DE VIR AO BRASIL"

"O INGLÊS, HOJE, É O POVO MAIS TRISTE DO MUNDO"

seleiro na Europa. Depois do norte-americano, o brasileiro é hoje o povo que mais viaja. Em qualquer estrada da Europa, diariamente, não se passam um dia que não cruzasse pelo menos com um automóvel brasileiro. Nos grandes centros, como Paris, era como um ser parado na rua para ouvir um cumprimento brasileiroíssimo. Ouve-se falar português a todo momento.

Disse Afonso Arinos que, nos

jam pela Europa, índice son dúvida da prosperidade do nosso comércio.

Viver e Sobreviver

A minha impressão, — disse Afonso Arinos — a que colhi na viagem por quase toda a França, pelo norte da Itália e pela Inglaterra, é a de que a França e a Itália querem viver e a Inglaterra sobreviver. Na França, a alegria de viver chegou ao paroxismo. Nos lugares

influência profunda de estilo americano de vida, mas essa americanização se traduz principalmente na que representa como concepção de vida boa, alegre. O francês passou a gozar a vida. Eles enchem as praias, os teatros, os cinemas, os "cabarets". Quanto ao mais, a França sente um grande tédio pela situação internacional. As classes de elite constataam a queda do país como grande patência e compreendem o papel secundário que estão desempenhando. Não alimentam ilusões.

incapacidade de reação parlamentar da República. A prisão, segundo depoimentos autorizados que colhi, se passou da seguinte maneira: um guarda interpelou um "chauffeur" que estava com seu carro parado, tendo o motorista alegado que ali permanecia à espera do seu chefe, o Deputado Ducloux. O policial comunicou-se com a Central que mandou deter o automóvel para averiguações, para apurar se era mesmo de Ducloux. Voltando o guarda não encontrou mais o veículo e transmitiu pelo rádio a ordem de detenção, cumprida em outro setor da praça, onde fora parar o automóvel. Já então Ducloux estava dentro e como o policial que o deteve, ignorava os motivos da ordem, levou para a Polícia automovel e Deputado. Estabelecida a confusão, a Polícia tirou partido. E os comunistas foram absolutamente incapazes de uma reação.

Assistí à sessão da Câmara dos Deputados — disse Afonso Arinos. E vi os comunistas acovilhados. Basta dizer que, num debate de tamanho interesse, se não houve um orador comunista que não lesse da tribuna um relatório monótono, exótico. Nenhuma vivacidade, nenhuma energia. Aquela famosa capacidade de luta do Parlamento notável na questão do Panamá com a intervenção de Barrès e na defesa de Boulanger por Clemenceau, desapareceu. A prisão de Ducloux era manifestamente ilegal — essa a opinião dos grandes professores de Direito Constitucional da Sorbonne, com os quais debati o assunto — e no entanto vi, como reação, apenas uma meia dúzia de deputados comunistas a cederem os colégios com a leitura de relatórios.

O Povo Mais Triste do Mundo

Na Inglaterra, Afonso Arinos se impressionou com a maneira como o inglês enfrenta as contingências da vida difícil, com a ideia fixa de sobreviver.

— A Inglaterra — disse — foi o povo europeu que, paradosamente, menos sofreu com

essa invasão americana, anglosaxã, portanto, da Europa. Foi o menos atingido pelas transformações e sente-se que a sua disposição é a de enfrentar o futuro salvando e preservando o que seja mais nitidamente inglês. Eles procuram dar novo sentido ao que é especificamente deles, à sua própria civilização.

Essa reação da Inglaterra está à altura do choque que a prostrou.

— Os ingleses constituem uma espécie de Jockey Club do mundo. Hoje, estão arruinados, sem dinheiro, com a indústria obsoleta, vivendo o grande drama da renovação de sua economia baseada até aqui na exploração das colônias.

Afonso Arinos acredita que os melhores esforços britânicos estão concentrados na aviação.

— Eles procuram se salvar pelo ar e polarizam na aviação as suas esperanças.

Na Itália, o político brasileiro foi documentar melhor a miséria atual dos ingleses. Eram eles, antigamente, os donos da Côte d'Azur e inundavam com seu dinheiro e sua paixão da paisagem o norte da Itália. Afonso Arinos, há vinte anos atrás, fora hóspede de um magnífico hotel perto do lago de Como — na região em que foi fuzilado Mussolini — e transitando pelas cercanias decidiu-se a ir lá passar uma noite. O hotel, outora repleto, tinha meia dúzia de hóspedes. Arinos se identificou como velho conhecido da casa. Um italiano septuagenário, proprietário do hotel, veio fazer-lhe as honras. E pediu que mandasse brasileiros para ali. Estava com a casa às moscas.

— E os ingleses? — disse o italiano — estão hoperados em pequenas pensões das vizinhanças. De tarde eles passam aqui pela porta e lançam olhares melancólicos para dentro do hotel. O inglês, hoje, é o povo mais triste do mundo.

Alemanha

— Na Alemanha, mais do que em qualquer outro país — disse Arinos — senti grande recepti-

vidade pelos americanos e ódio para com os russos. Sente-se que os americanos estão transformando a Alemanha num instrumento poderoso de defesa. A impressão que se tem nas estradas alemãs — cortadas por gigantescos comboios fechados que ninguém sabe o que leva — e nas próprias cidades é de que esse país está transformado num *camping*, num grande acampamento militar.

A destruição de guerra na Alemanha é maior do que em qualquer outra parte. As cidades estão quase que totalmente destruídas e a vida decorre nas *caves* onde moram ou trabalham milhares de pessoas e nos hotéis de emergência, grandes galpões sumariamente construídos. Em tudo, porém, a mais perfeita ordem e higiene. Arinos notou um contraste pitoresco em Wiesbaden, onde há um comércio rico e abundante de porcelanas e louças finas.

— Em meio à destruição quase total, aquelas fragilidades intactas.

Os alemães recebem muito mal a ocupação militar francesa.

Consideram uma injustiça serem comandados por uma potência derrotada e isolam os soldados franceses num gelo completo.

Espanha e Portugal

Na Itália, Afonso Arinos fez um roteiro stendhaliano. Limitou-se a correr a região que apaixonava Stendhal, identificando paisagens e obras de arte.

Na Espanha apaixonou-se pela pintura espanhola, pelos Goyas e Velasquez de Toledo, pela arquitetura monumental das catedrais e amou a paisagem aspera e florida. Mulheres de preto tagando rebanhos de cabra por um terreno adusto, pedregoso, áspero. Quanto ao povo espanhol, está dominado pela revolta mais incoerente, não escondendo sua hostilidade ao governo apesar do espantoso aparato policial. Em Portugal, Afonso Arinos viu também um povo muito sofrido, controlado com eficiência e severidade pela Polícia.

Paul Reynaud Para Efeito Interno?

NENHUM governo composto de elementos heterogêneos pela natureza política dos interesses que representam, poderá, mesmo em tempos normais, produzir alguma coisa em benefício da coletividade. Em tempos anormais, ou difíceis, então, os governos sem homogeneidade estão fadados ao mais completo desastre. Imaginemos, agora, a gravidade da situação quando um chefe de Estado com poderes amplos como os que assegura o regime presidencialista se dispõe a dirigir e provocar os incidentes, as rivalidades, a confusão dos ramos incertos e dos gestos imprevisíveis no seio do seu próprio governo, numa hora difícil.

Neste momento temos um quadro de administração pública que seria enigmático se já não estivéssemos habituados a velhas e repetidas manobras de intriga e despistamento. Na verdade, ninguém tem prestígio ou merece confiança dentro ou fora do governo. Conspira-se num setor contra o que se diz e faz em outro. O Banco do Brasil tem uma política. O ministro da Fazenda tem outra. A pasta do Trabalho continua com um "pequeno de podreco" ou "basket" de penteadura fazendo só o que lhe ordenam e exigem os caprichos femininos de uma dama gentil. Já no Ministério da Agricultura o "titular" honorário se planta à espera de que a mesma dama lhe diga como vai ser a revolução agrária mais ou menos assentada nas terras do "chateau" de Fath-el-Briand.

Mas o frágil ridículo da interminável "chanchada" vamos encontrar no Itamarati. Realmente, na hora em que redigimos estas notas o Sr. João Neves da Fontoura se desmancha em esforços físicos, morais e mentais para conseguir que o Sr. Getúlio Vargas receba o Sr. Paul Reynaud. Quando circular esta edição de COMÍCIO ficaremos sabendo o resultado bom ou mau das aflições do chanceler...

No entanto o leitor é chamado a raciocinar conosco. Sabe-se, na Europa, na Ásia e na América, que o Sr. Reynaud, não acreditando muito na resistência militar da França ao ímpeto das hordas nazistas, pensou alto na possibilidade de saciar a fome de expansão germânica com alguns pedaços do Brasil. Seria uma solução de gente civilizada. Em lugar de um canibalismo egrepeu, com os homens alemães comendo os homens franceses, muito mais natural se tornava o sacrifício dos macacos brasileiros.

Se nos colocamos na pele de um francês como o Sr. Paul Reynaud havemos de reconhecer que não lhe faltou alguma razão. O que parece estúpido, porém, é o fato de nosso governo convidar esse cavalheiro para nos visitar oficialmente. Por que essa visita? Que prestígio e recomendações poderia ela trazer ao nome do Brasil? Propaganda? Reparar o escândalo do Coberville e a vergonha de Chateaubriand e Fath na bacanal de Bangu?

Não se sabe qual o motivo exato que teria levado o Sr. João Neves da Fontoura a convidar o Sr. Paul Reynaud para nos visitar. E não é possível que o Sr. Getúlio Vargas ignorasse o convite e não conhecesse a história da entrega da Amazônia aos alemães. Nesta hipótese por que não evitaram a visita indesejável?

Mas, essa conduta lógica seria um absurdo nos métodos do Presidente da República. O que ele queria era isso mesmo. João Neves convidou. O francês chegou. Os jornais falam. E o Sr. Getúlio defende os brônz nacionais deixando de receber o convidado...

Dizem que essa política é de uma sagacidade irresistível. Mas não é. É, sim, uma política de barbárie, feita inconscientemente, sem a devida noção das responsabilidades que tem um chefe de Estado.

Estariamos, porém, a apostar que o Sr. Getúlio Vargas, depois de muita negaça e de gozar alegremente as aflições do ministro do Exterior, receberá, com os braços abertos, o Sr. Paul Reynaud. Cá fora, porém, o "show" ficou completo. O patriota Vargas se exibiu em estilo clássico — isto é — segundo os cânones de sua demagogia.

E isto irá assim até o dia em que Deus quiser ter pena do Brasil... Porque só Deus nos pode valer.

RAFAEL CORREA DE OLIVEIRA

AFONSO ARINOS: Se eleito, ele levará para a liderança da UDN o notório equilíbrio mineiro e mais um forte lastro de cultura

A semana da Câmara

Conhecida a Defesa Antes da Acusação — Incongruências de Uma Novela Policial

Anda tudo de cabeça para baixo nessa novela policial do Banco do Brasil. Desde a denúncia à nação feita pelo Sr. Getúlio Vargas antes de concluída a apuração até a defesa apresentada pelos políticos acusados, antes de conhecida a denúncia. O diálogo travado, assim, entre o governo e seus agentes inquisidores, de um lado, e os deputados tidos como réus no inquérito, de outro lado, é um misterioso torção de frases em torno de fatos que ocorrem nos bastidores e dos quais o público somente toma conhecimento pelo eco. É para agravar tudo, existe a tarmada do "não publica", dando a entender que as acusações e as defesas se processaram até aqui num limbo em que a existência do inquérito é apenas pressentida. E não falta a tudo o elemento da mais alta e secreta emoção, com esse advogado Leães a se acusar de coisas tenebrosas, enquanto o Presidente do Banco do Brasil insulta dois deputados que afirmam terem recebido dele a cópia do inquérito.

Mas o que nos diz respeito, hoje, é o registro da cena. O Sr. Cirilo Júnior, resuscitado, com sua eloquência misturada de matícia e indignação, a "dar um pontapé numa infâmia", conforme proclamou o Deputado Baleeiro. O Sr. Martim Machado, correto e bem escrito, identificando o alvo de todo o escândalo, o ex-procurador mas não atingido, o ex-Presidente Eurico Dutra. E o Sr. Mazzili, cujo nome foi envolvido junto com o do Sr. Cirilo no caso de uma operação de câmbio-negro que não se realizou, a demonstrar que nada tinha a ver com aquilo tudo.

O discurso do Sr. Cirilo Júnior, que atraiu uma euforia numerosa, apresentou alguns momentos de sensação. O Sr. José Bonifácio, que muitos dizem ter perdido, nesse preciso momento, a liderança da UDN, chamado às falas pelo velho político paulista, fez correr um "frisson" no Palácio Tiradentes com uma advertência patética:

— Meu caro Cirilo Júnior. Ponha a mão na consciência e fale à nação.

Ora, o Sr. Cirilo Júnior tinha perguntado ao dono do inquérito se havia mais alguma coisa contra ele (alem das duas de que tratara) na devassa Miguel Teixeira. A resposta do Sr. José Bonifácio insinuava um mundo de escabrosidades. Olhou-se para o Sr. Cirilo como para um condenado à morte. Mas o Sr. Cirilo, que conhecia perfeitamente o inquérito e sabia que seu nome aparecera ali apenas nas duas vezes citadas, tinha o con-

trôle da situação. Investiu de rijo contra o adversário e este terminou por declarar, perante uma enorme Câmara decepcionada:

— Não, Deputado Cirilo Júnior, não há mais nada além desses fatos.

Mas fano-nos esquecendo que as coisas na Câmara não começaram ali. O primeiro discurso, que devia ser do líder Capanema, não houve. O debate, que se desenvolveu de tanta gravidade, comportaria uma prévia definição do líder, uma palavra de cautela e de advertência. No seu lugar, entretanto, vimos surgir, por um artifício regimental, um orador que não estava inscrito, um orador abundante e extra-programático. Quando todos apuravam os ouvidos para ouvir o líder, subiu à tribuna, simpático e desconcertante, o Sr. Emilio Carlos, líder sim mas do PTN. O Sr. Emilio Carlos é o chefe da turma do "não publica" e defendeu a tese de que a Câmara, aprovando a reforma de Regimento, ofenderá a lei do sigilo bancário, tornando-se responsável perante as firmas que estão se espreperando a publicação do inquérito para mover uma ação de perdas e danos.

Mas o Deputado Augusto Meira definiu o sigilo bancário como alguma coisa que não encobria roubafeiras, mas protege apenas os negócios lícitos e o Sr. José Bonifácio negou que a publicação do inquérito atinja outras pessoas que não sejam aquelas cujos nomes estão ali mencionados.

O Sr. Emilio Carlos, entretanto, não desistiu, e pediu à Câmara a nomeação de uma Comissão Especial para averiguar a autenticidade dos documentos do Sr. José Bonifácio, coteja-los com o parecer do procurador geral da República e opinar sobre a conveniência sua publicação. Isto tudo terá por efeito retardar de 15 dias pelo menos a divulgação do relatório Miguel Teixeira e, se fossem atingidos os objetivos do PTN, limitar a publicação aos fatos taxados pelo procurador como criminosos.

O Sr. Emilio Carlos tem lá as suas razões, que não são as razões da Câmara. Pelo menos, a Câmara dirá por estes dias que não são dela.

Petróleo: aprovada a lei de recursos, optando-se pela majoração do imposto de combustíveis líquidos (mais 7%). Madeira: o Sr. Jorge Laercia denunciou a falta de iniciativa do governo, que até hoje não mandou à Câmara mensagem pedindo ratificação de acordo com os Estados Unidos, do qual depende a sorte da madeira brasileira.

CARLOS CASTELO BRANCO

PAGINA 6 * COMICIO * RIO 29-8-1952

IMPORTANTE

O Deputado Vanderley Júnior foi procurar o Professor Anísio Teixeira, no Ministério da Educação. A secretária do Diretor do INEP foi lá ao gabinete, confabulou com o homem e voltou com uma resposta amarga:

— Tem que marcar uma audiência. Mas só no próximo mês.

Cioso das suas altas prerrogativas parlamentares, o Deputado Vanderley recusou de cara amarrada: "Pois não tenho interesse em falar com ele. O que eu queria está aqui neste cartão. Não marco audiência, nem volto aqui. Eu sou do contra".

A secretária do Professor Anísio ficou muito aflita. Procurou contornar a situação, mas não houve jeito. O compungido representante do povo estava magoado e não admitia desculpas. Mas já no dia seguinte o Deputado Vanderley recebia um telefonema da secretária aflita: "Olhe, deputado, o seu assunto já está inteiramente resolvido. Tudo pronto!". Moral do deputado: "Com o Anísio so assim!".

TÔNICO

A entrevista do Sr. Odilon Braga, vetando a "manobra Osvaldo Aranha", teve um efeito tônico na UDN paulista. "Para nós foi excelente — revelou, na Câmara, o Deputado Ferraz Egreja. Os meus companheiros estavam desalentados com a apatia que dominava, até aqui, a UDN nacional. Agora é um gosto ver o entusiasmo que renasce".

FALCAO E A RÁDIO NACIONAL

O vigilante Deputado Armando Falcao está com a Rádio Nacional na mira. Ele diz para CO-MICIO:

— "A Rádio Nacional é uma entidade pertencente ao patrimônio da União, que só em função dos interesses da União deveria atuar. Mas não é o que acontece. Trata-se de uma empresa que tem receita vultosa, superior a 50 milhões de cruzeiros. Todavia, o seu balanço de 1941 apresenta um prejuízo de 800 mil cruzeiros. E a razão disso não é outra senão esta: a 'Rádio Nacional' vive e trabalha para os seus dirigentes, que são autênticos príncipes da República".

E revela o Deputado Armando Falcao:

— "O diretor geral da Rádio Nacional é o legítimo 'primo feio'; tem proventos mensais superiores a 200 mil cruzeiros. Outros membros da emissora são contemplados, também, com altíssimos salários. Quanto à massa de pequenos empregados — que vai a perto de 700 pessoas — essa percebe salários de fome. Estou aguardando resposta da Rádio Nacional a um segundo requerimento de informações, depois do que pretendo propor medida concreta que acabará com o escândalo desordenadamente lançado à face do povo pela emissora do Governo".

RETARDADO

Um redator da "Agência Nacional" pediu, humildemente, ao Deputado Daniel Serapião de Carvalho impressores sobre determinado assunto de sua especialidade.

— "Que prazo você me dá, meu filho?"

O pobre redator não tinha tempo a perder. Quería uma opinião imediata, uma palavra que fosse, para não chegar de mãos vazias na redação. Foi então que o Sr. Daniel, famoso pelo ardor patronal com que tem combatido o projeto de aumento de salário dos jornalistas, confessou abertamente:

— "Ah! não é comigo. Eu tenho uma inteligência retardada, como vocês todos sabem".

OS PAES DE DEUS

O Deputado Alomar Baleeiro, que acaba de prestar concurso na "Faculdade de Direito do Rio de Janeiro", para a cátedra de Ciências e Finanças, foi lido na conta de um "homem perigoso" pelos examinadores Teotônio Monteiro de Barros e Daniel de Carvalho. Na tese de Baleeiro, "Limitações constitucionais ao Poder de tributar", diz que está dito que Jesus não se limitou a multiplicar os paes, mas cuidou, também, de distribuí-los com equidade, entre as testemunhas atônitas do julga-

O FRACASSO DE REYNAUD

O Deputado Osvaldo Orico é um dos principais responsáveis pelo fracasso da visita do ex-"Premier" Paul Reynaud ao nosso país. Além de um ruído requerimento de informações que apresentou na Câmara, pedindo ao Ministro do Exterior esclarecimentos sobre atitudes que o visitante teria tomado contra os interesses do nosso país, o Deputado Osvaldo Orico também vetou uma homenagem da Academia de Letras a Paul Reynaud. Resultado: o homem não recebeu homenagens, não fez conferências, não pôde dizer para que veio. Perversidade do Orico.

QUEM É O INQUISIDOR

Quem é esse senhor Miguel Teixeira, que nos aparece, agora, como inquisidor-mor, no inquérito do Banco do Brasil, pondo em aflição tantas criaturas virtuosas desta República?

Eis a sua história, resumida: foi advogado na sua cidade natal, do Rio Grande do Sul. Depois fez a revolução de 30 e chegou ao Rio na coluna do General Flores. Estava com Getúlio

até 1944 e durante esse período foi Procurador da Prefeitura do Distrito Federal, cargo que continuava ocupando. Mas em 1944 brigou violentamente com Vargas e passou a votar-lhe um ódio fidalgo. A muita gente convenceu da necessidade de derubar o ditador. Fez a campanha do Brigadeiro, em 45, com grande entusiasmo, mas quando Getúlio foi deposto, no 29 de outubro, teve

uma crise sentimental e voltou aos braços do amigo velho. De 1945 a esta parte o Sr. Miguel Teixeira manteve um solene anonimato. Reaparece agora em grande estilo como descobridor dos "avancos" pessedistas no Banco do Brasil e inquisidor dos só-fregos pupillos do ex-Presidente Dutra. Pessoas que o conhecem de perto, dizem que se trata

de um homem íntegro, amigo dos seus amigos, "uma boa criatura". Boêmio. Amigo do jogo e da boa vida. Mas é, sobretudo, um homem de paixões como todo guasão. E pela paixão é que se perde.

NA BATALHA pela liderança do U. D. N., Bilac Pinto é um dos mais decididos defensores da candidatura Afonso Arinos. Desconhecido no cenário político federal, Bilac Pinto logo se projetou, da tribuna parlamentar, pela sua combatividade e brilho, trazendo um lastro sério de cultura jurídica. Foi dos que assinaram o Manifesto dos Mineiros; porém, por esse motivo, a cadeira de Professor de Direito, que conquistara com uma tese sobre a fiscalização de serviços públicos. Tese notável não apenas pelo lado jurídico como pela compreensão dos processos supercapitalistas e imperialistas de exploração e corrupção. Sobre os problemas que ali aborda Bilac Pinto prometeu, para breve, uma entrevista a COMÍCIO.

OS PARTIDOS DÃO "FACADAS"

Não é de costumeira boa vontade que os representantes do povo sacrificam uma pequena parte dos seus subsídios em proveito dos cofres partidários. E, no comum, as quotas mensais não ultrapassam de mil cruzeiros, entre os 24 mil que fazem a comodidade de muita "Excelência" im-

provisada. Mas há, realmente, no Congresso, uma meia dúzia de sacrificados, que só faltam dar o sangue para manter os respectivos partidos — que, partidos estes, como os pobres, vivem de teimosos. Na legislatura passada o Deputado Raul Pila desembolsava 9 mil cruzeiros por mês, em favor do seu

bravo PL. Hoje ele divide o sacrifício com o seu colega Coelho de Souza: cada qual contribui com 5 mil cruzeiros. O Deputado Orlando Dantas deixa 7 mil cruzeiros mensais nos cofres do Partido Socialista. O Deputado comunista, este, coitado, tem o direito de guardar, apenas, o que lhe dá para comer e

vestir. Comer e vestir mal, como fica muito bem a um comunista autêntico.

Há, também, uns poucos ricos, que dão muito mais do que são partidariamente obrigados. O Deputado Jorge Jabour, por exemplo, é quem sustenta, praticamente, a UDN carioca.

SIMÕES PERDEU A VIAGEM

O Ministro Simões Filho foi recebido em Recife com honras de chefe de Estado, pelo Governador Agamenon Magalhães. Milhares de estudantes abriam alas, nas ruas, à passagem do seu automóvel, e gritavam: "Viva o velhinho!", "Viva Papai Noel!". Há quem interprete, aliás, a visita do Ministro a Pernambuco como revestida de caráter político: Vargas teria mandado Simões para conversar com Agamenon sobre o atual momento político.

A morte do líder pernambucano frustrou a manobra de Getúlio; e tornou sem efeito a peregrinação do ministro barbudo.

A semana do Senado

Habitação Popular Que Não é Habitação Nem Popular, o Sono e a Energia de Boi-Tatá, 300 Toneladas de Ouro e o Preço da Liberdade

O SENADO continua sendo aquele manso lago azul a que já nos acostumamos. Estouram as "felipetas", ferve o caso do inquérito no Banco do Brasil, conspira-se para salvar e para perder a República, mas nada disso alcança os altiplanos da Câmara Alta, onde ressoam, gravebundos, os paida-pátria.

As vezes, é verdade, fala-se por lá das aperturas da vida, mas em termos tão elevados e conspícuos que nem parece abertura, nem parece vida. O Sr. Alberto Pasqualini, por exemplo, discursou longamente sobre o problema da habitação popular. O Senador gaúcho falou, como de outras vezes, com elegância e acerto, com bastante lógica e muita teoria. Demonstrou que o financiamento para a aquisição de moradia não é possível nos termos em que está colocada a questão. Casa Popular não resolve, Institutos não resolvem, nem resolvem as Caixas Econômicas: as classes proletárias, que não têm onde morar, continuam ao deus-dará.

Anunciando a possibilidade de uma "eclosão violenta", a continuar o "processo de exacerbamento crescente entre a "tese" e a "antítese", o senador católico-marxista Pasqualini afirmou uma verdade: que os "tubarões" não são os pequenos vendedores, que servem de "lode expiatório", mas aqueles que "controlam invisivelmente os cordões da política econômica, financeira e monetária do país". A estes, a inflação apenas beneficia e enriquece cada vez mais, enquanto condena cada vez mais os pobres à miséria, os desprotegidos, os que vivem do trabalho. "Uma cédula emitida que não represente trabalho produtivo, que não tenha como lastro certa quantidade de riqueza, é como um cheque sem fundo, é uma "felipeta" de curso forçado, que só pode adquirir valor, em última análise, subtraindo-o ao salário dos trabalhadores" — disse o Senador Pasqualini.

O seu discurso (nefelibatismo à parte) foi, em suma, uma condenação total dos métodos e da conduta do atual Govern-

no, eleito por seu partido, o PTB. Só faltou dizer o nome do Boi-Tatá.

Outro discurso de oposição foi o do também petebista Senador Alencastro. Mas oposição — como ele quer sempre — só ao Ministro da Fazenda, a quem responsabiliza pela crise de divisas em que se encontra agora o país, ameaçada — segundo suas próprias palavras — de ver paralisados os seus trens, os seus navios e os seus aviões, no momento em que nos puserem a face no pescoço e fomos obrigados a entregar as trezentas toneladas de ouro que nos restam. (Mas ainda há trezentas toneladas de ouro nesta terra?)

Boi-Tatá, porém, que nomeia o Ministro da Fazenda, nada tem a ver com essa fábula macabra. Pode dormir sossegado o sono dos inventes: Alencastro o abençoa.

No mais, continua a crise madeireira e continua a pedir providências o Senador Nader. O Senador Chateaubriand, egresso de Coberville, defende o câmbio livre e a grande propriedade e anuncia a morte do imperialismo. O Senador Gomes, líder do PTB, lamenta os escândalos, os desfalques, os roubos e as falcatruas de nossa época e acaba elogiando o Boi-Tatá, perdão: o Presidente da República, pela energia (sic) que revelou no caso do inquérito do Banco do Brasil, "procurando restabelecer a verdade, para que, se necessário, sejam punidos os culpados". Se necessário, graças a Deus. Felizmente, nada é necessário: tout passe, tout lasse, tout casse. Basta surgir um leão marinho nas "manchettes", para que nos esqueçamos de tudo, até — quem sabe — do Tenente Bandeira.

E votou-se a autonomia para São Paulo, que vai ter Prefeito eleito. Não sem comunista — garante o Senador Enclides Vieira, que é ademarista. E a UDN continuou calada, provavelmente para vigiar melhor. Pois o preço da liberdade é a silenciosa vigília.

OTTO LARA RESENDE

P S B

SOCIALISMO E LIBERDADE

Reportagem de PEDRO GOMES

Conciliação do Processo Das Transformações Sociais Com as Exigências da Mais Ampla Liberdade Civil e Política — Porque o Partido Socialista Não é o Partido de Todos os Socialistas Brasileiros — Causas do Insucesso Eleitoral e da Atrofia Partidária — Perspectivas do Movimento Socialista no Brasil

OSÓRIO BORBA — Cumpriu o seu mandato de vereador, pelo Distrito Federal, com a maior honestidade, compostura e eficiência; faz socialismo de verdade; ative sempre com o povo, defendendo os seus interesses e lutando por suas aspirações. Mas os votos de que precisava para eleger-se deputado federal, em 1950, foram dados em prejuízo ao "filho do homem" e a outros senhores insignificantes e radiofônicos. Exemplo super-significativo de estado de imaturidade política em que se encontra o eleitorado brasileiro

DOMINGOS VELASCO — O Partido Socialista não tem uma concepção filosófica da vida, nem credo religioso, reconhecendo a cada um o direito de seguir, nessa matéria, e própria consciência. Daí que o senador Domingos Velasco é líder socialista e fervoroso católico ao mesmo tempo, sem que haja nesse combinação nada de contraditório ou de estranhável. Velasco admira, especialmente, Beven e Pio XII e já esteve várias vezes no Catete, conversando com Getúlio sobre problemas operários e sindicais. Todavia Velasco continua fiel ao seu partido e às suas idéias

ESTA reportagem pretende fazer menas a história de um partido do que a análise, em termos jornalísticos, de um problema. A história do Partido Socialista Brasileiro, ex-Esquerda Democrática, é simples e limpa, nos seus poucos anos de existência. O problema partidário, porém, é de uma seriedade que reclama o exame aprofundado de quantos se interessam pela sorte do socialismo no Brasil.

O caso é este: como se explica a atrofia do Partido Socialista Brasileiro, quando os ideais socialistas estão, hoje, em plena marcha triunfal, dominando a maioria dos espíritos, inspirando a legislação e os governos, instituindo, enfim, o seu primado em todo o mundo? Como se explica, para falar do caso concreto, que nas eleições de 1950, em que concorreram 14 partidos, tenha sido o PSB um dos últimos votados, estando acima, apenas, de duas forças partidárias, o Partido Republicano Democrático e o Partido Orentador Trabalhista? E como achar sentido para a votação litisória do candidato socialista à presidência da República (menos de dez mil votos num total de quase oito milhões), um homem da envergadura política, intelectual e moral do Sr. João Mangabeira, respeitado e ad-

mirado por toda a nação? Por que, afinal de contas, não se tem levado a sério o Partido Socialista Brasileiro, quando todos reconhecem a exatidão da sua linha doutrinária e programática, os méritos de sua gente e a sinceridade dos objetivos partidários?

As mais diferentes respostas correspondem a essas indagações, inclusive as que traduzem um total de negação do discernimento político do povo brasileiro, numa fase em que a ignorância, os preconceitos e os mitos, entre muitos outros fatores, desviam a massa do seu verdadeiro caminho.

Esquerda Democrática

Antes de 1937 funcionava, no país, alguns parti-

dos socialistas regionais. Os de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro chegaram a mandar representantes para a Câmara dos Deputados. Mas eram partidos de vida efêmera, de escasso sentido doutrinário, que nunca puderam impressionar a opinião pública e não eram levados a sério nem pelos seus próprios dirigentes. Os homens da esquerda integravam-se nos mais diversos partidos ou nos movimentos populares, sem cor partidária, fazendo socialismo por conta própria, através de uma ação dispersiva e indisciplinada.

Na luta contra o ditador, em 1945, a esquerda é parcela do movimento de redemocratização que se transforma em partido político, com o nome de União Democrática Nacional. A vitória do mundo democrático na guerra contra o fascismo deu um forte impulso às ideias socialistas e, no Brasil, ser de esquerda chega a valer como uma regra de

JOÃO MANGABEIRA: Como Ruy, seu mestre, acredita na Liberdade, na Justiça, e está certo de que o mundo marcha para a Esquerda. Seu prestígio pessoal e sua grande experiência são os alicerces em que se apóia o PSP

bom-tom. Por isso, quando, a 25 de agosto de 1945, o grupo socialista da UDN se distingue na "Esquerda Democrática", apoiando o candidato Eduardo Gomes, os adeptos acorrem de todos os lados, dos mais imprevisíveis, para colaborar no movimento que "pletiteia uma ordem social melhor e transformações que reduzam as desigualdades artificiais de homem a homem, criados pelos privilégios da riqueza". As assinaturas de homens como João Mangabeira, Domingos Velasco, Osório Borba, Hermes Lima, Rubem Braga, Joel Silveira, Castro Rebelo, Emil Farhat, no "Manifesto da Esquerda Democrática" se juntam as de Juraci Magalhães, Jurandir Pires Ferreira, Arnon de Melo, Evandro Lins e Silva, Carlos Castilho Cabral e muitos outros que não demoraram em tomar pelo verdadeiro caminho que correspondia às suas convicções ou às suas conveniências.

"Não é um partido; mas em partido se transformará. E por enquanto — dizia o Manifesto sobre a "Esquerda Democrática" — uma reunião de pessoas e organizações, que aceitaram a declaração por ela entregue, a 12 de junho de 1945, ao Brigadeiro Eduardo Gomes, como base mínima de um partido, cujo programa será elaborado pela Convenção Nacional, que oportunamente se convocará". Em seguida declarava que o objetivo político do movimento era "conciliar o processo das transformações sociais com as exigências da mais ampla liberdade civil e política, utilizar na realização desse propósito os postulados da democracia e suas instituições; defender um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isto como expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático".

O Manifesto estabelecia, também, que a Esquerda Democrática não tinha uma concepção filosófica da vida, nem credo religioso, reco-

nhecendo a cada um o direito de seguir, nessa matéria, a sua própria consciência.

Para as eleições de 2 de dezembro de 1945 a "Esquerda Democrática" indicou candidatos nas chapas da UDN. No Distrito Federal foi indicado o nome de Hermes Lima. Em Pernambuco um dos dois escolhidos, em assembleia, foi o jornalista Osório Borba. Presidente da "Esquerda Democrática" em Pernambuco, Gilberto Freyre não aceitou a sua candidatura, indicada pelos socialistas, mas entrou, depois, na chapa da UDN, por designação dos estudantes. Quando a "Esquerda" se transformou em partido, Gilberto Freyre, contrário à ideia, não integrou a nova agremiação, afastando-se definitivamente dos socialistas.

Na Câmara a "Esquerda Democrática" chegou a contar, na legislatura passada, com três representantes: Hermes Lima, que foi o mais votado na chapa da UDN, eleito por Goiás, em chapa de aliança, e João Mangabeira suplente da bancada udeísta da Bahia, convocando, afinal, para uma das vagas abertas na representação do partido. Esses três deputados cumpriram uma atuação brilhante e eficiente na Câmara, destacando-se as campanhas que sustentaram pela liberdade sindical, pelo repouso remunerado, direito de greve, contra a Light, o célebre empréstimo contra o atestado de ideologia, contra todas as violências, etc.

Tercceira Força

Em abril de 1946, a "Esquerda Democrática" transformou-se em partido, sob a presidência do Sr. João Mangabeira. "O regime capitalista entrou na sua fase final — dizia ele no discurso com que abriu a Convenção Nacional da "Esquerda". O sol da socialização aparece anunciando o novo dia. As ideias socialistas animam os espíritos. A verdadeira democracia, a democracia integral, com as

liberdades individuais asseguradas e os privilégios da riqueza destruídos, etc. a bandeira do novo partido. "A democracia política pouco vale, se não existe a democracia social, e, por isso, também, esta valerá, se aquela se extinguir". Era a pregação de "socialismo e liberdade", que passou a ser o lema do PSB. Esclarecia o Sr. João Mangabeira que a "Esquerda Democrática" pleiteava "profundas transformações na ordem social vigente. Não dissimula, neste sentido, suas opiniões nem seus propósitos. Mas pleiteia tudo isto progressivamente, sem expropriações ruinosas, e tudo dentro da democracia, pelos processos democráticos, pelo voto livre do povo, no debate livre de todos os partidos e de todas as posições". Era a posição de "terceira força" que se delineia reiteradamente e de modo a não deixar nenhuma dúvida nos espíritos: nem capitalismo, nem comunismo, mas uma síntese do estado burguês e do estado popular, a socialização gradativa e progressiva, em termos pacíficos, a medida que o permitirem as nossas condições objetivas.

Programa Socialista

Em 1947 a "Esquerda Democrática" completa a sua última fase de sua evolução partidária, transformando-se em "Partido Socialista Brasileiro".

Os principais pontos do programa então votado podem ser assim destacados:

1) — O partido considera-se ao mesmo tempo resultado da experiência política e social dos últimos cem anos, em todo o mundo, e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro. 2) — O partido tem, como patrimônio inalienável da humanidade, as conqui-

tas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem, pelo homem. 3) — O partido não tem uma concepção filosófica de vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguir, nessa matéria, sua própria consciência. 4) — O partido não considera socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção do Estado na economia e entende que aquela só deverá ser decretada pelo voto do Parlamento democraticamente constituído e executada pelos órgãos administrativos eleitos em cada empresa. 5) — A socialização progressiva será realizada segundo a importância demográfica e econômica das regiões e a natureza da exploração rural. 6) — Na socialização progressiva dos meios de produção industrial, partir-se-á dos ramos básicos da economia. 7) — A socialização da riqueza compreenderá a nacionalização do crédito, que ficará, assim, a serviço da produção. 8) — Serão suprimidos os impostos indirectos e aumentados, progressivamente, os que recaem sobre a propriedade territorial, a terra o capital, a renda em sentido estrito e a herança, até que a satisfação das necessidades coletivas possa estar assegurada sem recurso ao imposto. Entre as reivindicações imediatas inseridas no programa socialista, podem ser assinaladas as seguintes:

— Nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativas, consideradas fundamentais. 2) — Nacionalização das terras não exploradas, ou de terras cuja exploração atual não atende ao interesse público, a partir das situações nas regiões populosas, de modo adequado inclusive pela instalação de cooperativas de trabalhadores. Abolição imediata do

aforamento de terras particulares. Proibição de alienação de terras públicas. 3) — Liberdade e autonomia dos sindicatos, considerada a unidade sindical dos trabalhadores aspiração a ser realizada por eles próprios. Direito irrestrito de greve em todos os ramos da atividade profissional. 4) — Direito de voto a todos os militares e aos analfabetos. 5) — Justiça gratuita. Igualdade jurídica entre o homem e a mulher. 6) — Fortalecimento do Poder Legislativo pela adoção do sistema unicameral, etc.

O partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos, sobretudo os de suma importância, como a democratização da cultura e a saúde pública, só será possível mediante a execução integral do seu programa.

Do programa socialista constava também o divórcio. Mas, em Convenção posterior, ficou resolvido que, nesse item, que não traduzia um problema de caráter socialista, envolvendo, sim, uma questão de erro ou convicção filosófica. Elementos e associações divorcistas, anticlericais ou laicistas, julgaram ter o partido passado a ser antidivorcionista. A verdade, porém, é que a questão foi considerada aberta. O partido não é a favor, nem contra o divórcio, deixando aos seus filiados a liberdade de opinião, nessa matéria.

O PSB foi o primeiro partido, senão o único, a incluir no seu programa o monopólio estatal do petróleo, e os socialistas têm defendido, com todo o ardor, essa tese.

Atuação Partidária

Em 1947 tinha sido eleito para a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal o jornalista e ex-deputado federal Osório Borba. O partido elegia, também, nessa ocasião, vereadores na capital de São Paulo, em Santos e em Campos, que são os maiores redutos socialistas do país. Em Campos o PSB teve candidatos próprios à Prefeitura, em 1947 como em 1950, que obtiveram maioria em quase todas as seções urbanas. O candidato a prefeito em 1947 foi o advogado, jornalista e antigo líder sindical João Rodrigues, com grande popularidade naquele município fluminense.

Durante o governo passado, os representantes socialistas, em todas as Câmaras, destacaram-se pela combatividade, pela obediência ao programa do partido, e às deliberações dos seus órgãos dirigentes. Logo no início da primeira legislatura, um dos dois vereadores eleitos na capital paulista foi expulso do partido por ter votado contra a recomendação do Diretório Estadual, no caso do aumento dos subsídios. A atuação dos representantes socialistas, nas questões de importância, que têm a ver com o programa ou a orientação política do partido, depende de consulta prévia à direção partidária. Os três deputados da legislatura 1946-1950, Hermes Lima, João Mangabeira e Domingos Velasco, sempre se submeteram, em tais casos, ao Diretório Nacional socialista, sendo, às vezes, vencidos nos seus pontos de vista.

A Candidatura João Mangabeira

Não havia razões, em 1950, que pudessem contra-indicar uma nova aliança do Partido Socialista à UDN, para apoiar o seu candidato à presidência da República, pela segunda vez o brigadeiro Eduardo Gomes. Mas um fato imprevisível alterou, profundamente, a situação de entendimento entre os dois partidos. Esse fato foi o pacto firmado entre a UDN e o Partido de Representação Popular (Integralista), em torno da candidatura do Brigadeiro. Os socialistas cotenham, desde o primeiro momento, a aliança espúria, e quando esta se consumou investiram violentamente contra ela. Não podiam admitir que o apoio integralista fosse negociado pelo partido que se constituía de todas as forças democráticas, justamente para derrubar a ditadura.

Os resultados das eleições de 3 de outubro foram, porém, bastante melancólicos, mais do que tudo no plano nacional. O sr. João Mangabeira obteve, em todo o país, apenas 3.406 votos, para Presidente da República, menos do que o sr. Raimundo Magalhães Júnior (10.000 votos). Para o sr. Alípio Correia Neto, candidato à vice-presidência, pingaram, somente 10.800 votos. Na apuração das legendas para a Câmara dos Deputados, o PSB (36.638 legendas), aparecia menos votado do que o PST do senhor Vitorino Freire, o Partido Democrata Cristão do senhor Arruda Câmara, e o PTN do sr. Emilio Carlos e outros partidos do caciquismo de segunda categoria.

De três representantes na Câmara dos Deputados, o PSB passou a ter somente um, o Sr. Orlando Dantas eleito, em aliança com o PTB, pelo Estado de Sergipe. Não voltava à Câmara o Sr. Hermes Lima, depois de uma atuação que tinha sido no cenário parlamentar: obteve, apenas, 4.759 votos. Não era eleito, por outro lado, um candidato do valor do jornalista Osório Borba, ainda mais credenciado pelo desempenho exemplar, na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, onde sempre defendeu os interesses do povo, combatendo todas as imoralidades e cumpriu à risca a orientação programática do seu partido. Na Bahia, que tantas vezes o elegera para a Câmara Federal, mesmo na mais desfavorável oposição, o Sr. João Mangabeira, candidato a deputado por uma coligação de partidos, conseguiu, no máximo, uma 12ª suplência, com 2.786 votos. Também não vinham eleitos, pelos balanos, dois candidatos socialistas de primeira ordem como o Professor Orlando Gomes, de reputação jurídica e internacional, e o médico Jorge Valente.

Domingos Velasco foi para o Senado, eleito, em Goiás, por uma aliança de partidos.

Para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal foi eleito apenas um representante socialista, o Sr. Raimundo Magalhães Júnior (1.533 votos), quando o partido esperava fazer, no mínimo, três vereadores. Em compensação, o mesmo eleitorado que derrotava Osório Borba, Hermes Lima, Manuel Bandeira, Emil Farhat, Homero Pires, Bayard Bol-

de sacrifício, prestigiando a decisão partidária.

Balanco Eleitoral

Esperavam os socialistas que atitude de independência e de reação ao oportunismo político, assumida pelo partido, causasse uma tal impressão na opinião pública que os seus candidatos seriam consagrados pelos votos de todos os brasileiros, esquerdistas ou não, despojos de uma renovação política à base da coerência e da moralidade partidárias. Os entusiastas da "candidatura de sacrifício", calculavam que esse votos pudessem chegar a 500 mil.

Em todo o país, embora sem contar com dinheiro, imprensa, rádio, cabos e telefones, os socialistas desenvolveram a sua campanha, sendo que no Distrito Federal pôde cumprir um programa de intensa propaganda.

Os resultados das eleições de 3 de outubro foram, porém, bastante melancólicos, mais do que tudo no plano nacional. O sr. João Mangabeira obteve, em todo o país, apenas 3.406 votos, para Presidente da República, menos do que o sr. Raimundo Magalhães Júnior (10.000 votos). Para o sr. Alípio Correia Neto, candidato à vice-presidência, pingaram, somente 10.800 votos. Na apuração das legendas para a Câmara dos Deputados, o PSB (36.638 legendas), aparecia menos votado do que o PST do senhor Vitorino Freire, o Partido Democrata Cristão do senhor Arruda Câmara, e o PTN do sr. Emilio Carlos e outros partidos do caciquismo de segunda categoria.

De três representantes na Câmara dos Deputados, o PSB passou a ter somente um, o Sr. Orlando Dantas eleito, em aliança com o PTB, pelo Estado de Sergipe. Não voltava à Câmara o Sr. Hermes Lima, depois de uma atuação que tinha sido no cenário parlamentar: obteve, apenas, 4.759 votos. Não era eleito, por outro lado, um candidato do valor do jornalista Osório Borba, ainda mais credenciado pelo desempenho exemplar, na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, onde sempre defendeu os interesses do povo, combatendo todas as imoralidades e cumpriu à risca a orientação programática do seu partido. Na Bahia, que tantas vezes o elegera para a Câmara Federal, mesmo na mais desfavorável oposição, o Sr. João Mangabeira, candidato a deputado por uma coligação de partidos, conseguiu, no máximo, uma 12ª suplência, com 2.786 votos. Também não vinham eleitos, pelos balanos, dois candidatos socialistas de primeira ordem como o Professor Orlando Gomes, de reputação jurídica e internacional, e o médico Jorge Valente.

Domingos Velasco foi para o Senado, eleito, em Goiás, por uma aliança de partidos. Para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal foi eleito apenas um representante socialista, o Sr. Raimundo Magalhães Júnior (1.533 votos), quando o partido esperava fazer, no mínimo, três vereadores. Em compensação, o mesmo eleitorado que derrotava Osório Borba, Hermes Lima, Manuel Bandeira, Emil Farhat, Homero Pires, Bayard Bol-

ORLANDO DANTAS — ÚNICO representante do Partido Socialista na Câmara dos Deputados. Orlando Dantas foi também o primeiro deputado estadual eleito pelo partido, em todo o país. Combativo e eficiente, o deputado socialista procura suprir, com um redobrado esforço, a desvantagem numérica da representação partidária na Câmara. Acreditado que o partido estará, dentro em breve, em condições de influir nos destinos do país.

Agamemnon, Homem Forte da Ditadura, Homem Forte da Democracia

Agamemnon Magalhães passou momentos muito mais agitados na sua vida política do que este em que a morte o surpreendeu. Entretanto, somente agora se define para a opinião pública o perfil completo desse político, cujos defeitos e cujos vícios de formação não impediam que se aplicasse com persistência a promover aquilo que julgava o bem público.

O temperamento de Agamemnon era cheio de contradições. Ninguém mais suave no trato individual do que ele, entretanto temido e execrado pela dureza com que, em certos momentos, tratou os adversários políticos. Na ditadura, era o homem forte de Getúlio, o planejador dos golpes, o astucioso manipulador de situações difíceis. No momento, porém, em que as coisas se inclinaram para a redemocratização do país, foi a ele que Getúlio recorreu, pondo-o à frente do Ministério da Justiça para preparar a mudança política. E, no regime democrático, poucos deputados terão se portado com tanta coerência, terão agido tão dentro das linhas do regime quanto Agamemnon Magalhães. Costumava mesmo ele dizer, em conversa com repórteres e amigos: — Comigo é assim. Se é para ditadura, vamos ser duros. Se é para democracia, vamos ser democratas.

Ministro do Trabalho e da Justiça em 1937, Interventor em Pernambuco durante todo o Estado Novo, novamente Ministro da Justiça, o chefe do PSD pernambucano passou cinco anos de ostracismo político em consequência da incompatibilidade pessoal que o separava de Dutra e das esperanças de uma aliança do seu partido com Getúlio. Levado a apoiar a candidatura Cristiano Machado, foi dos poucos chefes do PSD que soube honrar os compromissos e dar sentido à palavra empenhada. A ele, aliás, se deve o fato de termos, a partir de 45, partidos nacionais; instituição na qual

depositava tantas esperanças.

Em 1950, foi eleito Governador de Pernambuco, num pleito em que enfrentou os mais perigosos adversários. A UDN e Getúlio se uniram em praça pública contra Agamemnon e ele, sozinho, conseguiu tornar-se vitorioso. Dizem que a atitude de Getúlio contra sua candidatura é consequência de uma carta de Agamemnon ao antigo ditador aconselhando-o a não se candidatar à Presidência. O motivo: Getúlio estava incompatibilizado com o regime.

Disso resultou que, o chefe de Pernambuco, continuou em dissidência dentro do PSD, que passou a apoiar Getúlio. E constituía mesmo o polo de esperanças dos pessimistas que pretendem se libertar da tutela do Catefe.

A eleição do novo Governador de Pernambuco será assim um acontecimento político da maior importância. Para Pernambuco, trata-se de dar prosseguimento à obra administrativa que Agamemnon vinha realizando e de manter a realidade política do Estado. Para o país, trata-se de manter Pernambuco como uma força independente, capaz de não se deixar envolver pelas conspirações antidemocráticas.

Agamemnon não aceitou convites para vir ao Rio, render vassalagem ao Presidente. Sua atitude valeu-lhe, da parte do Sr. Olívio Mangabeira, o seguinte comentário:

Agamemnon é hoje, no Brasil, o único governador. Os demais são todos interlocores.

Esse, o maior elogio que se pode fazer ao homem que quer a opinião democrática do Rio tanto odiou nos últimos dias da Ditadura, tanto incarnava ele a manha e a habilidade política a serviço de uma causa impopular. Hoje, para essa mesma opinião, Agamemnon Magalhães luzia como uma esperança de equilíbrio.

As queridas Confrades

VERGONHA

Raquel de Queiroz protesta, no "Diário de Notícias", contra o entrave burocrático para os mais simples atos civis:

"A todo momento a gente está vendo casamentos que poltam da pretoria porque na última hora os homens da lei verificam que falta uma letra no nome da noiva, ou está errado o sobrenome da mãe do noivo. Faz pouco tempo sucedeu isso com um conhecido nosso; gente pobre, arrumaram a festa, pagaram tudo, fizeram os convites — quando foi na hora, já de tarde (a cerimônia estava marcada para o dia seguinte de manhã) veio alguém dizer que o casamento não podia ser porque num dos papéis o nome da noiva era Pereira da Silva e no outro Pereira só. Adiou-se tudo, levou dois meses; e o pior é que os noivos, fiados no câmbio certo e na boa intenção, tinham-se adiantado, os pobres. Resultado, a noiva da noiva já casou de cinco noites, o vestido de noiva nem servia mais; com quatro meses de casada tinha mesmo noivo em casa. E toda essa vergonha só porque um escravidão desatento esqueceu de por o da Silva num sobrenome!"

Se a máquina burocrática não desmpeira, se teima em continuar se regendo pelos regulamentos do tempo do rei, acaba se formando no Brasil, lá fora, uma população de gente fora da lei, sistematicamente obstatonista, ao lado da população legal, acaba se formando, não, que essa população já existe. Acaba se não de enredar.

Mas por que não enredar logo, por bem, sem correr o risco de enredar às pressas, por mal?"

"BOA NOITE, QUERIDO ARDUINO"

Faleceu em Belo Horizonte o professor Arduino Bolívar. Sobre ele, Carlos Drummond de Andrade escreveu no "Correio da Manhã" uma bela página, de que publicamos as palavras finais:

"Escritor ele próprio, nunca publicou livro, mas que importava? Não por isso deixa de ter o seu lugar entre os bons e arizados espíritos que fazem das letras, do pensamento e do ofício natural. A nuca obrigada a dar aulas a meninos acompanhados-o a vida toda os encargos de família eram duros, a vida na província não oferecia estímulos suficientes ao exercício pleno da criação literária. Entretanto, se quero representar-me um homem de espírito, modelado pela cultura humanista e vivendo em termos filosóficos de sabedoria e bondade, esse alguém é Arduino Bolívar, que não precisou de escrever nenhum volume para se produzir plenamente."

Morreu há dias em Belo Horizonte, e a sua perda nos faz sentir a falta de um elemento essencial à cidade. Sim, os homens, mais do que as coisas, é que formam uma cidade.

Boa noite, querido Arduino. Tão diferente, embora, do príncipe Hamlet, bem mereces com ele e porque era angelical tua natureza, que revondas de amor, cantando, te condanem ao repouso."

ROTUNDO FRACASSO

No "Diário Carioca", Pedro Dantas fala sobre a dramática situação do câmbio.

"Vê-se, neste momento, o Brasil, a braços com a mais grave das crises cambiais de sua história. Note-se, aliás, que, nos últimos três meses, o câmbio, a crise é de tipo indolito. Não representa, o fenômeno, apenas a evidência da inépcia do nosso

Governo e do rotundo fracasso de sua política econômico-financeira, bem como de sua desídia e irresponsabilidade administrativas; isso, diríamos de um governo culpado somente por omissão. Neste nosso caso, porém, a inépcia, a ignorância, a persistência no erro, se têm revestido do caráter agressivo e obstinado que assumem quando, por pressunção, se querem revelar ativos. De modo que o Governo, em verdade, pode-se gabar de ter construído o desastre com suas próprias mãos."

REVOLUÇÃO

Sobre o mesmo tema, em termos interessantes, escreve um homem rico, Augusto Frederico Schmidt, no "Correio da Manhã":

"A atual crise de divisas — extrema miséria de meios de pagamento ao estrangeiro, não poderá ser consertada com mero empréstimos nos Estados Unidos. Esses empréstimos são paliativos; corrigem uma situação determinada mas não impedem que a dor reapareça mais adiante, mais aguda ainda, pondo em risco o paciente, que no caso é o país. O que se impõe como solução verdadeira e única é uma mudança radical na concepção do Brasil, um modo diferente de tratar os problemas, uma revolução enjme na mentalidade que dirige a coisa pública. Ora isso não me parece possível, pois cada vez mais encontro o deserto, o mesquinho desconhecimento das coisas, a negligência, o desamor pela tarefa difícil mas indispensável, a preguiça em encontrar-se um caminho para que a nação vença a sua famosa crise de crescimento e que já não mais parece de crescimento..."

AS COROAS AO COVEIRO

A "Tribuna de Imprensa" publica a seguinte notícia sobre a Câmara Municipal de Petrópolis:

"O Vereador Manoel de Almeida é autor de um singular e curioso projeto. Deseja ele que as coroas depositadas sobre os túmulos, sejam apresentadas aos coveiros, para que eles façam delas o que bem entenderem. Ora, começa que as coroas não são propriedade da Câmara, nem da Prefeitura. São, isto sim, os símbolos da autoridade dos mortos do falecido. E não é concedido a ninguém o direito de negociar com o sentimento alheio."

EXPORTAÇÃO... BACANAL!

Disse no Senado o sr. Alencastro Guimarães: "A Carteira Cambial do Banco do Brasil nega câmbio até para doentes e o concede para o baile de Jacques Fath, em Paris".

Não possuimos divisas!
E' seria a situação!
O nosso país precisa
Aumentar a exportação!

E o conselho vem, suscito:
Num tom macabro e sinistro:
"Temos que apertar o cinto"
Pois é ordem do Ministro!

Mas nosso dólar (que sina)
E para o "primo feiz"
E para a gente grá-fina
Sassaricar em Paris.

Para a turma braba e bamba
Que em Paris se esbaída e brilha:
Para o baíto, para o samba,
Para os passos da... quadrilha!

Para a farra e a brincadeira
Há dólar em profusão,
Que os malorais da Carteira
Prá isto, sempre algo... dão!

A. A.

ESTAPATÚRDIA INICIATIVA

De Osório Borba, no "Diário de Notícias":

"Já vários jornalistas se insurgiram contra a nota estapafúrdia iniciada do presidente da A. B. I. Atendendo, pressuroso, e como sempre, a um recado do Catefe, o Sr. Alencastro anunciou que a "Imprensa" ia oferecer um banquete aos generais, presidido pelo Chefe do Governo. Não só a imprensa foi encolada, a sua revelia, como anfitriã, e os generais como convidados participantes, mais ou menos compulsórios, e naturalmente muitos constrangidos, nesse encolado diplomático e altamente escusado. Também o foi o nome do Marechal Duque de Caxias — funcionando como pretexto o dia do Patrão do Exército."

Não é preciso registar os argumentos já desenhados e de público por vários e ilustres homens de imprensa ao repelirem a parcela de responsabilidade que a imprensa do governo empresário de apelo aos generais procurou lançar sobre todos os jornalistas, usando indebitamente o nome da imprensa."

LIRISMO PAROQUIAL

F. S. conta em "O Jornal" a seguinte aventura:

"O padre já sentando, no ônibus, ao lado do poeta. Com os olhos semicerrados, o reverendo escutava ao pequeno mundo, afastado e sacolejante, lambilando os dedos no encosto do banco da frente. O poeta observava-lhe o ritmo, tentando decifrar aquela música silenciosa que movimentava os dedos eletrônicos. A certa altura impaciencia com o esforço não, não resistiu à vontade de dirigir-se ao padre. E falou:

— Reverendo, toque mais alto, por favor, essa flautinha. O padre pareceu acorralado por um sonho, olhou-o estupefato e perguntou, por sua vez, com um carregado sotaque alemão: — Como o senhor sabe que é flautista?"

FOME NO PIAUÍ

O "Correio da Manhã" publica a seguinte telegrama:

"A situação no Ceará e no sul deste Estado — zonas mais atingidas pela estiagem — é de verdadeira angústia. As populações estão famintas e a produção de gêneros de primeira necessidade é deficiente. Construídas e numerosas açudes têm sido dirigidos ao governador e ao presidente da República no sentido de adotarem medidas que venham a pôr termo à situação."

O DIÁRIO DE UM ROMANCISTA

(Para a seleção dos trechos de "Diários" que seguem, deixou-se o autor guiar pela ideia de mostrar a alguns possíveis interessados o momento em que "tomou corpo" o seu romance cíclico "Tragédia Burguesa". Naturalmente a maioria dos volumes que o compõem já existia anteriormente, em forma muito vaga e rudimentar. Os diversos romances em que se distribuía eram então englobados pelo autor sob nomes provisórios e mais ou menos pueris, como por exemplo: "Estudo Sobre o Homem", "Miséria Moral Maior Que Física" ou "A Obra" — títulos nos quais o leitor sem dificuldade reconheceria simples "hipóteses de trabalho". É a mudança em que os romances real, com o seu verdadeiro título: "Tragédia Burguesa", começa a tomar forma definitiva, que essas páginas pretendem fixar. Não visam mais do que isso e nunca será demais dizer e repetir que, datando de 1932, trazem a marca da época e da distância. Publicações, aliás, o autor possíveis preocupações de validade, preferindo prestar mais esse depoimento sobre as origens do seu romance. Além de outros motivos, a isso o convidou a necessidade de esclarecer alguns de seus leitores que não lhe escodem o seu escândalo pela ideia de que ele tenha, um dia, "pensado" os vinte volumes de que mais ou menos se compõem atualmente "Tragédia Burguesa". Fica ele aqui, mostrando o que era o romance há 18 anos atrás, dando uma ideia bem nítida do que foi, anteriormente, e veio a ser, posteriormente, o trabalho de "elaboração" de "Tragédia Burguesa", que conta hoje apenas seis volumes prontos.)

O que aqui publicamos é uma seleção do diário de Otávio de Faria, feita por ele mesmo há dois anos atrás, as páginas são de 1932.

Como se verá, é um documento literário de interesse, pois mostra o processo de elaboração de uma obra considerável, que muitos críticos consideram de alta importância na literatura brasileira.

NOVEMBRO DE 1932

Dia 26 — Pensando, mais fortemente do que nunca, em dar a "obra" o título geral de "Tragédia Burguesa" — que, naturalmente, em cada volume terá um título particular: "O Anjo", etc.

Dia 26 (bis) — Resolvido o caso Ivo (v. notas anteriores), fica ainda o caso do padre a ser resolvido, pelo menos no que diz respeito à sua situação em relação aos demais personagens. Já que Ivo não é, nem pode ser de forma alguma, irmão de Branco, resta a examinar a hipótese dele, padre, ser irmão de Branco e da irmã de Branco. (Personagens desparecidos, ambos, no decorrer da evolução dos romances — nota de 1950). Seria o irmão mais velho, numa família muito religiosa, que iria para uma Ordem qualquer. Pensando muito, aliás, durante esses últimos tempos, nesse personagem, ainda muito confuso. Esse padre que "assiste" a todo o drama, e vive a confissão de Ivo, que lhe abre os olhos para a visão da sua "sinfonia", poderá ser o mesmo do "Conflito"? Evidentemente, poderia haver uma evolução. Nada de impossível, está claro. Mas, tenho pensado muito sobre se, na realidade, não são mesmo dois padres diferentes: o revoltado e o das cenas finais do romance, companheiro e

amigo do primeiro. Poder-se-ia mesmo ter notícias desse padre pelo irmão de Branco. O outro padre representaria a linha Pedro Borges no terreno religioso. Haveria assim maior riqueza sinfônica. (O autor insiste: são anotações de 1932. Em muitos casos já não consegue ele seguir até o fim o pensamento da época — Nota de 1950).

Dia 27 — Passando os olhos nas notas iniciais deste caderno, verifiquei que, dos diversos "casos", só não ficaram incluídos nos esquemas feitos, os seguintes: caso Dinho-Silvinha — caso do tuberculoso — caso Geralda — caso "carnaval" — caso de Armando, o suicida. Quanto ao caso da "Montanha", se não foi novamente exposto, foi de qualquer modo incluído no esquema da linha-Branco. Não há necessidade de abordá-lo de novo, mesmo porque é preciso pensar ainda muito sobre o fim que está muito confuso.

Dia 27 (bis) — Pensando que é possível fazer o esquema do arcabouço geral de "Tragédia Burguesa" do seguinte modo: duas linhas, extremas, envolventes, a de Branco e a de Pedro Borges, com uma linha central, a de Ivo, que vai do caso-Anjo à "sinfonia" de Ivo. Outras linhas. Necessidade de resolver, pelo menos provisoriamente, os diversos "casos" que ainda estão indecisos.

Dia 28 — "Casos" resolvidos (v. nota anterior): prendi a Dinho o tal tuberculoso de "Miséria Moral Maior Que Física", chamando-o Eneio e aceitando a situação já examinada. Cha-

mel Lelita à tal moça, etc. Além desse caso, que ainda fica a resolver nos detalhes, resolvi provisoriamente o de Armando, fazendo-o irmão do Silvio do "caso" com Roberto. Por enquanto, fica assim. No meu chamei de Eduardo o padre revoltado e prendi Geralda à linha Branco, sem mais ligações no momento. Impossível, porém, transportar para aqui o esquema geral dos romances que fiz em três folhas de papel. Evidentemente, não compreende todos os personagens de "Tragédia Burguesa" — uns trinta, apenas. Não só não se refere aos menos importantes, como também não fecha o caminho ao aparecimento de outros personagens da importância. Só o tempo decidirá.

Dia 28 (bis) — Tal como fica distribuída pelos esquemas das notas anteriores, a matéria de "Tragédia Burguesa" me parece que dá para uns dez volumes, cujo tamanho naturalmente variará muito, sem possibilidade de previsão. Esses romances (apesar de ser muito difícil delimitar assim, antes de escrever) são os seguintes:

- a) O Anjo.
- b) Joan.
- c) A Queda (ex-Atração).
- d) Menina Moleque.
- e) O Louco.
- f) Nova Joan.
- g) Lúcio (ex-Miséria Moral Maior Que Física).
- h) A Montanha.
- i) A Sinfonia de Ivo.

Possivelmente, com o desenvolvimento dos romances, surgirá o desdobramento desses. Antes da "Sinfonia de Ivo", é mesmo provável que haja outros, tomando o lugar dos assinalados na nota da página 121 com os nomes de "A Renúncia", "A Barreira" e "A Palmeira". Possivelmente também, o "caso" do padre dará um romance independente. Por enquanto, fica assim. Sobre essa base é possível começar a trabalhar com mais facilidade cada romance em particular. Tudo a resolver e a vir com o tempo.

Dia 29 — Lido em Isaías (XXV, 8-9): "Senhor, o teu nome e a tua memória são a saúde da nossa alma. A minha alma te desejava durante toda a noite; e até com o que houver de mais fundo em mim mesmo hei de despertar ao levantar do dia para te procurar." (Epigrafe possível).

Igualmente em Isaías (XXV, 8-9): "Senhor, o teu nome e a tua memória são a saúde da nossa alma. A minha alma te desejava durante toda a noite; e até com o que houver de mais fundo em mim mesmo hei de despertar ao levantar do dia para te procurar." (Epigrafe possível).

Dia 30 — Pensando em alargar o estudo sobre o Schmidt até um outro a se chamar: "Dois Poetas", possivelmente publicável em plaqueta. O novo estudo condaria de três partes. A primeira seria uma espécie de introdução — onde se explicaria a razão de ser da aproximação dos dois poetas — são os poetas que dizem o que eu queria dizer, se fosse poeta, etc. A segunda trataria do Schmidt. A terceira do outro poeta, de que ainda não chegou o momento de dizer o nome. (Tratava-se da poeta Vinícius de Moraes, cujo primeiro volu-

me de versos, "O Caminho para a Distância" ainda estava nesse momento no prelo — nota de 1950). E unindo-os, justamente, que me parece que o estudo sobre o Schmidt — sobre ambos, aliás — ficaria mais rico. Do outro poeta, é verdade, ainda é difícil falar, dado o pequeno número de produções.

Dia 30 (bis) — Pensando ainda para "Dois Poetas" (v. nota anterior) a possível oposição pelas "imagens". Um dos modos de definir o poeta (o poeta em geral) é como o indivíduo que tem "imagens", visões de momentos do mundo, que vê coisas que o comum dos homens não consegue ver e precisa do auxílio do poeta para ver. Estabelecido isso, vejamos as "imagens" de um dos dois poetas de que tratamos lançam mão. E nesse sentido que se pode dizer que as imagens do Schmidt são mais "adiantadas", mais de "poeta" do que as do outro. Vê "mais diferente" do que o outro. Exemplo: O filósofo é como o galinho branco dormindo...

Haveria evidente superioridade de um sobre o outro, como poeta, se não existisse um outro elemento a considerar: a capacidade de comunicação da imagem — que não me parece possível desprezar em caso algum, quando se situam os requisitos de objetividade da poesia. Assim, se "o filósofo é como o galinho branco dormindo" é, como imagem, uma imagem superior, mais rica, mais "poética" que essa ou aquela do outro poeta, é entretanto uma imagem muito mais "fechada" à sensação dos outros. Ninguém a sentirá tão bem quanto o próprio poeta e poucos a sentirão bem. Já o outro poeta é menos difícil, mais acessível nesse sentido que emocional mais, porque faz sentir mais e a uma maior número. O que perde em valor poético propriamente dito, ganha em valor emocional. (Por esse prisma, "fechado" e "aberto", difícil e acessível, é possível lembrar a oposição Baudelaire-Mallarmé. A não esquecer, entretanto, que o Schmidt não é um poeta "fechado" no geral da sua poesia, etc. Aliás, as semelhanças baudelaireanas...

DEZEMBRO

Dia 5 — Lida na "Noite" do dia 3 essa declaração de Chaplin que teria sido prestada tendo em vista os sofrimentos por que tem passado com os seus diversos casamentos: "Tenho necessidade de acumular desgraças. A minha arte é feita de sofrimentos, de pequenas coisas dolorosas. O elemento cômico intervém apenas para suavizar o drama, fazendo com o que o público o veja sem se aborrecer ou se fatigar, por mais intenso que seja o seu realismo." A declaração me parece de interesse não só para o "Charles Chaplin", como também para "Tragédia Burguesa", em relação a Ivo. Ivo lê a declaração. Fica fundamentalmente chocado, atingido em cheio pelo "exemplo". Aliás, já tem

Seleciona Otávio de Faria as notas que tomava em 1932, quando arquivava a sua "Tragédia Burguesa"

de há muito essa ideia. Mas, desde então, sente a "vocação", o chamado da arte. E não pensa mais em resistir. Quer ser "grande" — e aí está o exemplo de Chaplin. (Naturalmente, Ivo dirá: Carlinhos... Enveredará pelo caminho, etc. Ivo lerá na própria "Noite", etc., então, me fique mais natural, no momento, visto o desenvolvimento do romance.

Dia 23 — Lido no mediano livrozinho de René Benjamin: "Charles Maurras. Co Filis de la Mer", essa citação de Maurras (em conversa) a aprovar: "Voyons, la haute allégresse dans la vie, c'est d'offrir."

Dia 24 — Pensando essas duas em fazer do marinheiro que aparece em "Atração" o Ivo da "Montanha". Não só afasta a vulgaridade de se tratar de um "marinheiro" — lugar-comum decididamente inaceitável — como liga muito mais a figura "Quênia" à "Montanha". Há, naturalmente certas dificuldades que ainda vai ser preciso resolver (saber, por exemplo, como ela vai poder adquirir a "Montanha", vizinha do sítio de Roberto. Talvez a solução seja por os dois em presença já como vizinhos. A ver com o tempo — assim como as outras dificuldades.)

Dia 24 (bis) — Pensando na possibilidade de vir a escrever um estudo sobre a "Experiência Russa". Naturalmente, daqui a alguns anos. Então, provavelmente, já será possível uma visão mais nítida do caso russo.

Dia 25 — Querendo modificar inteiramente a parte já escrita de "Atração". Não só para introduzir a modificação da nota de ontem, como para mudar o tom, diminuir o "realismo" de certas cenas, etc. Além disso, quero introduzir um capítulo novo de que tive a ideia hoje. Roberto se afasta dos amigos pelas causas que conhecemos. Eles o procuram insistentemente. Roberto foge, distanca. Mas, cada vez se sente mais perdido. Fica-se nisso algumas páginas. E eis que, no capítulo seguinte, encontramos Roberto no meio dos amigos. Depois do espanto, os comentários sobre a volta, tudo segue como de costume. E' como se Roberto

(Conclui na página 22)

RIO 29-8-1952 ☆ COMICIO ☆ PÁGINA 11

O presidente Truman faz uma pose amigável em companhia de Faisal II, rei da Iraque, quando o real visitante chegou à Casa Branca para almoçar. Faisal está fazendo uma viagem de estudos pelos Estados Unidos; refinarias de petróleo.

Automóveis e Temperamento

Segundo o escritor Georges Duhamel, cada povo tem um modo particular de examinar um automóvel. O americano começa por examinar o motor, e pôr o carro em movimento para ver o barulho que faz. O inglês experimenta antes de tudo as almofadas para ver se são confortáveis. O francês observa primeiro a linha. É elegante? Depois pergunta quanto o automóvel consome de gasolina. O alemão observa sobretudo a força e a velocidade. O italiano, finalmente, a primeira coisa que faz é experimentar a buzina para ver se tem um som bonito.

SFORZA E STEVENSON

O Conde Sforza, velho amigo de um dos candidatos à Presidência dos Estados, Adlai Stevenson, declarou aos jornalistas italianos: "Não quero fazer previsões. Posso dizer apenas que se trata de um homem jovem, e que também pode ser desconcertante para o eleitor médio americano, mas que dá garantias de verdadeira seriedade, em virtude do seu

auto-contrôle, de seu ecleticismo nas análises de si mesmo, de seu constante "sense of humour", que ele sempre aplica ao considerar sua própria pessoa. E quero dizer mais. Vencendo Stevenson, ficaria demonstrado que, para ganhar uma campanha democrática, não é necessário, como a gente ouve dizer, recorrer-se à vulgaridade."

O FASCISTA PAPINI E SALAZAR

O escritor católico Giovanni Papini, fascista espumante, declarou ao "Diário de Lisboa": "É necessária uma Europa unida, con-

federada, da qual fizessem parte a Espanha e a Alemanha, e que tivesse por chefe um homem como Salazar! É o Chefe de

Estado mais inteligente e mais sábio que o mundo conheceu nos últimos tempos. Não é um ditador; é um moderador."

Outra pergunta do jornalista: "O senhor é democrata?"

Resposta de Papini: "Não sou democrata como não o é Salazar. É um sinal de inteligência não ser democrata."

A Sra. Anna Eisenhauer, de 85 anos, tia do candidato a sucessor presidencial, vive em uma cadeira de rodas. Ela ficou em sua cadeira o seu "slogan": "Ficaremos bem sentados com Ike".

DEUS, DEMOCRATA ATÉ CERTO PONTO

A petição da Confederação Geral do Trabalho, argentina, para que Eva Perón fosse canonizada imeditamente, teve uma acolhida fria por parte do Vaticano. Atendendo às insistências de um delegado argentino, um prelado adiantou que senão

são não foi concedida nem mesmo à Santa Clara, não obstante a bondade do Papa daquele tempo, que encaminhou esse processo canônico às vias competentes.

— Mas quanto a Eva Perón — objetou o delegado — o caso é completamente diverso:

aqui não se trata de encaminhar um processo e sim de retificar uma decisão já livremente deliberada pelo povo argentino. Argumento ao qual o prelado respondeu:

— Está certo, mas estou convencido de que Nosso Senhor é democrata somente até um certo ponto.

SAIU

JORNAL DE LETRAS

PÁGINA 22 • COMÍCIO • RIO, 29-8-1952

INSTANTÂNEOS

Dois participantes da equipagem de um barco de pesca polonês forçaram seu comandante a aportar na Suécia, onde pediram asilo político. O comandante preferiu voltar à Polónia.

Cientistas da "Workster Foundation", conhecido instituto norte-americano de biologia experimental, criaram um novo tipo de hidrocortisona para combater o artrismo, com especiais virtudes radioativas.

Um estudioso da Universidade de Aberdeen fez o seguinte cálculo: os Dez Mandamentos contêm 297 palavras; a Declaração da Independência americana, 1.500; um recente relatório feito na Escócia para estabilizar o preço da couve-flor contém 26.911 palavras.

Na Itália, em setembro, será conferido o "Prêmio Fortovenere", para a melhor poesia sobre o mar.

O diretor italiano Mario Camerini terminou "Gli eroi della domenica", filme de que participou o time completo de Milão.

Depois de vinte anos no estrangeiro, o romancista Erich Maria Remarque voltou à Alemanha, na boa companhia da atriz Paulette Goddard.

Segundo a agência "Tanjug", nos últimos quatro anos 4.500 albaneses se refugiaram em Kosovo, região jugoslava habitada em grande parte por ex-súditos do rei Zog.

ESCREVERAM OU DISSERAM

"O Ministro da Fazenda brasileiro, Lúzer, desmentiu a notícia de uma iminente desvalorização do cruzeiro". (Settimo Giorno).

"Os franceses têm os olhos maior do que a barriga em matéria de pedido de armamento". (Washington Post).

"Consciente de sua força e da justiça de seus ideais, o povo soviético olha o futuro confiantemente e com serenidade, sabendo que nada no mundo poderá deter a marcha do comunismo". (Pravda)

"De Gasperi, por ocasião de uma recente entrevista concedida a um

★

"Não há nada que mais enriqueça um escritor do que escrever sobre os pobres". (Pierre Benoit, referindo-se a Erskine Caldwell, cujos romances populistas atingem 20 milhões de exemplares).

"Não, de vez em quando eu me encontro com eles em enterros" (Paul Léautaud, quando lhe perguntaram se não se dava mais com o seu velho amigo André Rouveyre).

"Se eu for eleito, haverá na Academia 39 poltronas e uma "chaise longue". (Fernaud Gregh, já várias vezes candidato à Academia Francesa).

Clark Gable já não é uma criança e toma suas precauções para não adoecer: ai-lo aqui em uma cena de "Never Let Me Go", em que se prepara para aparecer em uma cena, molhada de um "mergulho no mar". Podemos informar ainda que o regador foi enchido com água morna

HITLER, PROBLEMA PÓSTUMO

Uma indenização de trinta milhões de francos foi pedida a um jornal francês que iniciou a publicação dos "discursos à mesa" de Hitler. O reclamante é o Doutor Picker, um parente de Martin Borman, que era encarregado de taquigrafar as conversas.

Além do jornal, está metido no caso um suíço, François Genoud, acusado de ter cedido os direitos sem estar autorizado para isso. Genoud afirmou que a autorização lhe fora cedida pela mulher e pelo tutor dos filhos de Borman.

A questão está colocada agora da seguinte forma: de quem são os direitos autorais, dos herdeiros de Hitler, isto é, de sua irmã?

DE passagem por Copenhague, Danny Kaye, que, segundo se diz, aprecia muito a literatura, prestou, a seu modo, uma homenagem ao escritor Andersen, subindo ao monumento do escritor, em uma praça pública

Ottavio Fabri é um menino prodígio e mora em Milão. Tem cinco anos, ainda não sabe ler, não toca piano, nem dirige o cavalo. Ottavio Fabri é um excelente crítico de arte, capaz de distinguir um falso Van Gogh de um verdadeiro, amando os mestres de Veneza, da Toscana e os

contemporâneos da Escola de Paris. Seu pintor preferido é Picasso. Seus desenhos de "expert" foram descobertos há um ano, por seus pais. Seu pai é um editor de livros de arte e um colecionador apassionado. Um dos editores de Ottavio Fabri é o famoso crítico Roberto Longhi

POR ESSE MUNDO DE DEUS

O Cinema Há Vinte Anos

O PRIMEIRO FESTIVAL DE VENEZA

Há vinte anos, realizava-se o primeiro festival cinematográfico de Veneza. Foram os seguintes os filmes que participaram do grande concurso:

FRANÇA

Au nom de la loi — direção: Maurice Tourneur; intérpretes: Marcelle Chantal, Gabriel Gabrio, Charles Vanel.

David Golder — direção: Julien Duvivier; intérprete: Harry Baur.

Hôtel des étudiants — direção: Victor Tourjanski; intérpretes: Lisette Lanvin, Raymond Galb.

Azais — direção: R. Hervil; intérpretes: Max Dearly, Simone Rouvière.

A nous la liberté — direção: René Clair; intérpretes: Raymond Cordy, Henri Marchand.

ALEMANHA

Maedchen in Uniform — direção: Leonine Sagan; in-

térpretes: Hertha Thiele, Ellen Schwannecke.

Zwei Menschen — argumento religioso do romance de Richard Voss.

Der Kongress Tantz — direção: Eric Charell; intérpretes: Lilian Harvey, Willy Fritsch, Conrad Veidt, Lili Dragover.

Das Blaue Licht — direção: Rabinowitsch e Presburger; intérpretes: Jan Kiepura, Magda Schneider.

GRÁ-BRETAÑHA

Pithful Heart — direção: Victor Saville; intérprete: Edna Best.

ITALIA

Gli uomini che mascalzoni — direção: Mario Camerini; intérpretes: Lia Fran-

ca, Vittorio de Sica, Cesare Zopetti, Isa Pola.

Due cuori felici — direção: Baldassari Negroni; intérpretes: Ruggero Ruggeri, Rina Franchetti, Vittorio de Sica, Mimi Aymer, Umberto Mennati.

POLÔNIA

Buły Siad — direção: Adam Kreptowski; intérpretes: Janina Fischer, Sian Lina, Siczka, Karayowski.

ESTADOS UNIDOS

Dr. Jekyll and Mr. Hyde — direção: Rouben Mamoulian; intérpretes: Fredric March, Myriam Hopkins, Rose Hobart.

Yellow Ticket — direção: Raoul Walsh; intérpretes: Elissa Landi, Lionel Barrymore.

Forbidden — direção: Frank Capra; intérpretes: Barbara Stanwyck, Adolph Menjou, Ralph Bellamy.

Bring them back alive — direção: C. E. Elliot.

Grande Hotel — direção: Edmond Goulding; intérpretes: Greta Garbo, John Barrymore, Wallace Beery, Joan

Lilian Harvey e Willy Fritsch no filme "Der Kongress Tantz" (O Congresso se diverte). Foi o seguinte o resultado do estival: melhor atriz: Helen Hayes; melhor ator: Frederic March; melhor diretor: Nicolia Ekk; o filme que mais agradou: "A nous la liberté"; o filme que mais comoveu: "O pecado de Madeleine Claudet"; maior perfeição técnica: "Maedchen in Uniform" (Moças de Uniforme).

térpretes: Ronald Colman, Loretta Young.

The Champion — direção: King Vidor; intérpretes: Wallace Beery, Jackie Cooper.

The man I killed — direção: Ernst Lubitsch; intérpretes: Lionel Barrymore, Nancy Carol, Philip Holmes.

The Crowd Roars — direção: Howard Hawks; intérpretes: James Cagney, Joan Blondel, Ann Dvorak.

Strange Intertide — direção: Robert Z. Leonard; intérpretes: Norma Shearer, Clark Gable.

Crawford, Lionel Barrymore, Lewis Stone.

The Sin of Madelon Claudet — direção: Edgar Selwyn; intérpretes: Helen Hayes, Lewis Stone.

U. R. S. S.

Voltados para a vida — direção: Nicolia Ekk; intérpretes: Nikolai Bataloff.

Terra — direção: Alexander Dovchenko.

O Don silencioso — direção: Olga Freobraschenkaia e Ivan Pravov; intérpretes: Zessarskaia e Abrikossoff.

Em janeiro, a atriz Elizabeth Taylor deve dar a este mundo de Deus o seu herdeiro, fruto de seu casamento com o ator inglês Michael Wilding.

LUIZ GONZAGA

INSTRUMENTO DE PLANO NEFAS-TO PARA O RADIO BRASILEIRO

LEIA EM PN (desta quinzena) a sensacional reportagem sobre o contrato de publicidade dos Laboratórios Mering Brasil Orlando Rangel, envolvendo o Rei do Baixo

PN (Revista PUBLICIDADE & NEGOCIOS)

Em todas as bancas de jornal — Cr\$ 5,00.

A assinatura anual (24 revistas mais 3 suplementos — Imprensa, Rádio e Publicidade) custa Cr\$ 200,00. Informações pelo telefone: 32-4490 — Av. Rio Branco, 117 — 5.º andar — s/ 323 (Edifício Jornal do Comércio) — Rio.

Só a Classe Operária Poderá Liquidar o Stalinismo

Catch-as-Catch-Can, Generais Condecorados e Burgueses Progressistas Não Adiantam — O Movimento Operário Livre — Eis o Termômetro — "Ce Marche", Como Dizem os Franceses

Reportagem de Helio Pellegrino

Diante da expansão stalinista, costuma-se observar dois tipos de reação emocional, ambos profundamente negativos e estereotipados, do ponto de vista político. Adere-se em escala universal ao pânico ou ao ódio, quando se trata de tomar posição com respeito ao fenômeno comunista e as duas atitudes, no fundo perfeitamente semelhantes, levam a um só conclusão: a de que o problema é, antes e acima de tudo, um caso de polícia, a ser caridosamente resolvido por magistrados profissionais, inimitáveis na arte de degradar o ser humano com pancadas e sevícias. Não se olha para as raízes da questão. Dispensa-se o senso histórico, e mesmo o elemento bom senso, quando se trata de enforçar o assunto, como se a racionalidade do homem fosse apenas uma fotografia na parede, para cultos episódicos. Desce-se a lenha, tranquilamente, como se as praças florescessem à custa de botões, e vai-se dormir com a consciência limpa, na certeza de que a democracia está salva. Entretanto, não se enxerga o fato fundamental de tudo isso: o de que o movimento stalinista representa um affaire operário, em última análise, uma infecção grave no movimento operário internacional, cujo antídoto efetivo só pode ser encontrado pelo próprio movimento operário, revitalizado e democrático. Nenhuma classe será capaz de liquidar o stalinismo totalitário e burocrático, a não ser a classe operária. É inútil e ocioso pensar-se que a questão pode ser resolvida por policiais adestrados na luta-livre, por generais gordos de condecorações ou por burgueses-progressistas, generosos e sinceros em seus festivais de "caridade" para favorecer aos pobres. O problema é operário, e de mais ninguém. E o mundo mergulhará na barbarie ou será salvo dela, de acordo com a

menor ou maior habilidade do proletariado internacional em encontrar por si mesmo o caminho da democracia socialista. Desta forma, para julgar-se do progresso efetivo que o mundo tem feito na luta contra o comunismo totalitário, é preciso não compilar as estatísticas de presos políticos apodrecendo em cadeias tão abjetas quanto as cadeias russas, mas tomar o pulso do movimento operário independente e democrático. Ai está o termômetro eficaz, o correto instrumento de análise. E, felizmente para o planeta, a temperatura desse termômetro não anda tão baixa quanto a quem inculcar os profissionais do pânico, os investigadores mais ou menos conscientes, a serviço da polícia. Senão vejamos:

GREVES OPERÁRIAS NOS ESTADOS UNIDOS

As greves nas indústrias siderúrgicas americanas, extraordinariamente importantes na sua significação social e política, marcaram o início de um ciclo de movimentos operários cuja órbita se amplia cada vez mais. Os metalúrgicos americanos, através de seus poderosos sindicatos, deram um esplêndido testemunho de consciência de classe, num momento em que o país se empenha numa guerra difícil, aspera, desgastadora, para cujo êxito a produtividade siderúrgica é uma das chaves principais. E' multissímo significativo o fato de os operários americanos terem conseguido superar os preconceitos patrióticos em nome dos quais os povos de todo o mundo, inclusive russo, são arrastados para a matança. A greve dos metalúrgicos americanos demonstra que o proletariado desse país já começa a fazer-se uma pergunta de consequências

E' a rígida organização quem dá força ao proletariado norte-americano e o faz fator decisivo em qualquer questão de ordem política

imprevisíveis: "Esta guerra será a nossa guerra?" O movimento grevista representa um NAO bem claro a essa pergunta. E o mundo novo começa a nascer dessa sílaba pequena.

AS DIMENSÕES DA NEGATIVA

Procuremos examinar a extensão desta feiúra negativa. Dizem os noticiários dos jornais:

— "Os trabalhadores na indústria que explora a antitractite não concordam com a exigência de seus patrões, segundo a qual um aumento de salário só será viável na medida em que os operários aumentarem a extração do carvão".

Como se pode ver, o stalinismo não é privilégio da burocracia soviética, como recurso para exaurir, pagando, os braços proletários. Os "democráticos" patrões americanos deslham sobre os mesmos trilhos, em nome naturalmente, da Liberdade, da Pátria e de outras muleculas. Acontece, entretanto, que os trabalhadores discordam da malandragem patronal. E se reúnem — operários e patrões — para discutir um novo contrato de trabalho,

podendo-se prever logo a vitória do sindicato.

— "O Sindicato dos Trabalhadores em Equipamento Agrícola deverá reunir-se com os representantes da Internacional Harvester Company, depois que os trabalhadores de seis das dez fábricas daquela companhia decidiram, mediante votação, irrem à greve se não forem atendidos em sua exigência no sentido de um aumento de salário de 15 cents, por hora, além de outros benefícios".

— "Oito fábricas de artefactos de borracha, da Goodyear Rubber Company já fecharam suas portas, e outros grandes estabelecimentos da companhia se acham ameaçados da mesma sorte".

— "Os trabalhadores em construções navais filiados à CIO avisaram que entrarão em greve em sete estaleiros da costa leste, explorados pela Bethlehem Steel Company, se esta não atender à sua exigência de aumento de salário".

— "Os trabalhadores da indústria de enlatamento de carnes continuam em suas demoradas negociações com os "quatro grandes" frigoríficos — Swift, Armour, Cudahy e Wilson. Os contratos de trabalho nessas quatro firmas terminaram, e as negociações não resultaram em qualquer acordo novo".

A quadrilha é, sem dúvida, divertida. Carvão, equipamentos agrícolas, artefactos de borracha, navios, peixes e salames, tudo parado, ou em vias de parar, por força do braço operário, ou melhor: por falta de força do braço operário. E isto num país em guerra, em época especialíssima, portanto, na qual os patriotas da Wall Street arrancam de suas gargantas douradas os mais patéticos apelos em favor da liberdade, da causa nacional, dos destinos humanos. Convenhamos que este é um sintoma iniludível de que o proletariado americano começa a andar com as próprias pernas para a conquista de seu próprio caminho.

SOBRE A SITUAÇÃO ESPANHOLA

— Pela paz iremos até à

guerra! — Este luminoso axioma, tão característico da política russa em todo o mundo, em favor da paz, encontra uma glosa perfeita na atitude americana e inglesa com respeito ao regime franquista. "Pela democracia iremos até ao totalitarismo", proclamam os liberais do Departamento de Estado, e os lordes assessores do elegantíssimo Eden, no seu afã de sustentar Franco em tróico do que chamam enfaticamente vantagens estratégicas. Esta política seria no mínimo imoral, se não representasse o monstruoso estrangulamento, por mãos ditas democráticas, do heróico, obscuro e crispado movimento do povo espanhol em favor de sua própria libertação. Porque o proletariado espanhol não está inerte, ou vazio ou atomizado sob o quante totalitarismo e clerical do regime franquista. Ele resiste, entesa seus músculos, torça as cadeias que o prendem, regouja atrás da mordada que lhe puseram. Os movimentos grevistas de Barcelona, ocorridos tem algum tempo, constituem um dos mais belos testemunhos de vitalidade democrática que os nossos dias têm visto. Uma cidade inteira se levanta, como um só corpo, e vai passear nas ruas seu descontentamento, sob o olhar dos polícias que não sabem o que fazer. A mascarada fascista da Espanha cambaleou ante esse golpe vigoroso. O governo entrou em pânico, e quanto o movimento se alastrava, convocou congressos, conferências e preladados, promoveu novenas e esticou os braços canônicos em direção ao Departamento de Estado, tão sensível sempre a essa espécie de naufrágio. A ajuda da democracia americana ao quem sabe quase igualmente democrático Franco não se fez esperar. Choveram em terras ibéricas as primeiras batedas de dólares. O governo espanhol iniciou pela trigésima vez as suas "reformas sociais". Iniciaram-se os entendimentos para a inclusão da Espanha no Pacto do Atlântico, a fim de que os camisas falangistas pudessem desfilir em continência à liberdade. A situação se equilibrou, e milhares de operários foram

(Concluída na página 27)

FRANCO: Beneficiário pela copiosa política do Departamento de Estado, tem se servido dos dólares para fortalecer a sua tirania fascista

RIO, 29-8-1952 ☆ COMÍCIO ☆ PÁGINA 15

MILL'ÔR, PENETRANDO FUNDO NA ETIMOLOGIA, CONTA

COMO NASCERAM

ISSO SÃO OUTROS
QUINHENTOS MIL REIS!"

"VÁ AMOLAR O BOI!"

O homem entrou na farmácia da cidadezinha e falou ao farmacêutico:

— "O Sr. vai me desculpar mas eu estou numa situação chata. Tenho quinhentos mil réis no bolso, não posso gastá-los, pois devo pagar com eles uma dívida sagrada, e vou esta noite ao matadouro. Como sou fraco por jôgo, tenho medo de perder os quinhentos mil réis. Quem é que poderia guardar esse dinheiro para mim?"

O farmacêutico não teve dúvidas. Disse que o Padre João, "O Padre João é o homem mais sério desta cidade. Coincidem nele as responsabilidades do clérigo, do cidadão e do homem".

Então o forasteiro saiu e fez a mesma pergunta no armazém: "O Sr. sabe, eu tenho quinhentos mil réis, com os quais devo pagar uma dívida sagrada, etc., etc.". O dono do armazém disse que entregasse os quinhentos mil réis ao padre João. O Padre João é um homem de direito". A mesma coisa, embora com outras palavras, disseram o alfaiate, o sapateiro, o agouzeiro, o médico, e o agente funerário da cidade.

No domingo seguinte, quando se virava para abençoar os crentes que enchiam a igreja, o padre João viu, na primeira fila, o forasteiro que, baixinho, perguntou: "Padre João, os meus quinhentos mil réis?". O padre não atendeu à interrupção. O homem tornou: "Padre João, meus quinhentos mil réis!". O Padre ficou chocado, desta vez: "Que quinhentos mil réis?". "OS "MEUS" QUINHENTOS MIL REIS ORA ESSA!"

Deu-se o escândalo. Todos achavam que o homem devia ser doido, mas, lúcido e eloquente, ele obrigou o Delegado local a tomar conhecimento do fato. Aos heros declarou que processaria todo mundo. Padre João, de moto próprio resolveu ir à delegacia para esclarecer o caso. A sala do delegado ficou cheia. O homem apelou para o testemunho do farmacêutico, do açougueiro, do médico, de todos, enfim, com quem falara. Todos concordaram, embora afirmassem que isso não provava nada. Foi quando, interrompendo o esbravejamento do homem, um dos fazendeiros locais entrou na sala querendo resolver a coisa sem maiores vergonhas para a cidade. E gritou: "Ei, amigo, você está enganado! Há um grande equívoco de sua parte. O senhor não deu os quinhentos mil réis ao padre João, não. O senhor os deu a mim. Aqui estão eles!" E o homem quase sem se voltar declarou: "Não, meu velho, isso são outros quinhentos mil réis!"

O homem entrou num desses restaurantes que parecem imensos, porque os bifes são pequeninos. Eu, que sou autor, peço aos leitores que avaliem o tamanho do bife, dando-lhe como ponto de referência o tamanho do restaurante: 3x3. Nem por isso o homem deixou de sentar-se. Chamou o val-a-ven e o val-e-ven perguntou: "Que é que o doutor vai querer?" O doutor ia querer um filé "mignon", na manteiga, adornado com batatas fritas à francesa. O tempo passou, os relógios trabalharam em sua faina incansável de liquidarem os segundos, os segundos se juntaram em montinhos fazendo minutos, os minutos fizeram um Comício de 45, e então o garçom reapareceu trazendo o supra pedido isteique. As glândulas salivares do homem começaram então a trabalhar sineronicamente com os ponteiros do relógio, o homem ficou com a boca cheia desse líquido que tanto falta no Rio de Janeiro, colocou sobre a fatia de carne um pouco de molho britânico, salgou mais fartamente as batatas, arrumou cuidadosamente duas ou três fatias de batata sobre o que antes fora pedaco de um boi talvez jovem e cheio de esperanças e dispôs-se ao repasto, que é como se chama isso de entulhar o estômago. Quando porém o tato do cavaleiro sentiu que o fio da faca não penetrava de modo algum no cerne do bife, veio-lhe logo à mente a imagem de um velho boi cansado de carregar, penetrando tristemente no matadouro. Chamou o netar. "Garçom — disse ele empregando a grafia ortográfica — esse negócio aqui está difícil. Não vai não. Este bife está de amargar". Que nada, doutor!", explicou o garçom-como-se-pronuncia, é impressão. O bife é tenrinho. A faca é que, na verdade, não está lá muito boa. Dê um jeito". Levou a faca e voltou daí a mais um montinho de segundos: "Pronto, distinto, a faca agora está amolada. O senhor vai ver só". O homem tornou à tentativa de cortar o boi, tentativa infrutífera, ainda que o autor, usando este adjetivo, não tenha a mínima intenção de ofender a dignidade do extinto citado animal. Não conseguindo nada com a carne, o homem apenas levantou o olhar para o expectante garçom de pé ao seu lado, com aquela muda expressão dos seres superiores. O garçom coçou a cabeça, como fazem tantos intelectuais fingindo que estão pensando, e disse: "Essa eu não mato. Que a carne é boa, disso eu tenho certeza. Eu acho que o cozinheiro amolou a outra faca e me deu essa enganado. Eu dou um jeito. "Foi e voltou rapidamente: "Velho, está uma navalha. Amoladinha. Veja agora". O homem meteu a faca no bife, este não cedeu. Garçom disse: "Não pode ser!" "Deixa em amolar de novo!" E então o homem, furtoso exclamou: "Chega, chega de amolar a faca, sen! Vá amolar o boi!"

CERTAS FRASES.

"LÁGRIMAS DE CROCODILO"

Atravessando a jungle terrível, semenda de males jamais pensados, coberta de ameaças infinitas, o solitário caçador inglês ia em busca de Iraras, animais carnívoros da família dos Mustelídeos. As Iraras, como o nome indica, são extremamente raras, de modo que o caçador teve que atravessar a pé todo o território de Goiás, todo o território do Mato Grosso e metade do território do Amazonas. É bem verdade que encontrou pequenos quelônios de carne muito saborosa da família dos cinosternon scorioides, encontrou muitos muçambês-cor-de-rosa da família das caparidáceas e chegou mesmo a avistar muitas noyera mollis, mais conhecidas como muiratinga. Mas como ele andava atrás era da Irara, atrás da Irara ele andava. Combatendo índios, febres palustres, feras, répteis, dominando o furor da amotinada escolta. Isso, alívio o leitor, não aconteceu com o nosso caçador. Mesmo porque, como já dissemos, ele viajava só. Não tinha escolta. Essa frase, embora sem aspas, era um dos versos do "Caçador de Esmeraldas", que ele sabia de cor.

Pois bem, um dia o caçador dá com o Rio Amazonas. Impressionado com tamanha abundância de líquido num país onde ele é de ordinário escasso, o inglês ficou boquiaberto como na propaganda de nossa Enciclopédia Britânica Brasileira. E boquiaberto ficaria, talvez, para todo-o-sempre se não ouvisse soluços atrás dele. Voltou-se.

Atrás dele, gigantesco, velhíssimo, havia um enorme jacaré. Tão velho que em suas costas já havia aquele capinzinho que dá em cima de velhos jacarés. Este soluçava, derramando enormes gotas lacrimais. "Why do you cry?" inquiriu o inglês. E o jacaré, que como todos os jacarés, são políglotas, respondeu: "Because, my dear explorer, there are things in this life which happens only to me. O, what a Shakespearean tragedy! How sorry I am!" Para melhor entendimento do leitor não versado em línguas neo-latinas traduzir-lhes-ei que o jacaré chorava por uma incensa tragédia que lhe acontecera. "O senhor não imagina, senhor explorador, o senhor não imagina. Três lindos menininhos — um louro, um moreno, um pretinho. Vinham os três descendo o rio — brincadeiras de criança — numa balsa. De repente, bem ali em frente, a balsa afundou. Que tragédia, o senhor não imagina! Não sabiam nadar e foram ao fundo todos três". E o crocodilo soluçava de cortar o coração.

— Mas — disse o inglês — eles afundaram. É triste, eu sei. Você, porém, não tem nada com isso. Por que chora dessa maneira?

— Ah! — respondeu então o crocodilo com um soluço maior — é que eu só consegui comer dois.

"O TIRO DE GRAÇA"

Últimos remanescentes do famigerado bando de Vargas, os dois facinoras estavam na mais extrema miséria. Em tempo: os dois facinoras não eram remanescentes do bando de Vargas, mas sim de Vargas Vila. Os leitores desculpem o esquecimento. É o diabo do hábito (1).

Lá veio o dia em que resolveram dar o golpe, digo dar um golpe. Outra vez o diabo do hábito. Planejaram assaltar um indivíduo riquíssimo, que deveria passar às 2.35 de um sábado de junho, sobre uma ponte pênsil do Rio Rasputepce. Mas, para assaltar o milionário, que sempre viajava sozinho, era necessário balas. E balas eles foram buscar na loja de El Comodoro, miserabilíssimo traficante de armas e munições.

— "Comodoro — disse um dos bandidos — o negócio é o seguinte: nós vamos assaltar Don Aspazio de Vilares y Colechia. Ele tem consigo três barras de ouro. Se você nos der as balas de que necessitamos, depois nós dividiremos o ouro com você".

— Isso não é negócio para mim — declarou El Comodoro — Apesar de Don Aspazio de Vilares y Colechia ser meu inimigo mortal, não vou arriscar minhas lindas balas num negócio que pode não dar certo".

Os bandidos tentaram convencer El Comodoro de que aquilo era um grande trato, mas não houve jeito. Se retiraram então e resolveram assaltar o primeiro peão que passasse. Bateram-lhe na cabeça com um pau, o peão caiu e então tiraram dele as balas, que os revólveres deles possuíam próprios e estimadíssimos. Mas o peão só tinha oito balas. Os dois facinoras dividiram-nas, quatro para cada um, e foram para a beira da estrada. Foram rapidamente, porque eram 2.34. Um minuto depois que os bandidos se alojaram no alto da montanha, Don Aspazio passou. As oito balas choveram sobre ele de surpresa e ele caiu no chão. Os bandidos avançaram em sua direção, mas quando chegaram bem junto, Don Aspazio atirou várias vezes. Nenhum tiro pegou. E os facinoras, ocultos já entre pedras, ouviram Don Aspazio dizer: "Estou com uma tendão partido, sem poder andar, e tenho duas balas no corpo. Vou morrer em algumas horas. Mas enquanto viver ninguém se aproximará do meu ouro". Os dois facinoras correram então à cidade e contaram tudo ao miserabilíssimo El Comodoro. Garantiram-lhe que bastava uma bala mais e matariam Don Aspazio. "Palavra de honor?" — perguntou. "Palavra de honor" responderam os bandidos. "Então, se garantem, se dão mesmo a palavra de que com mais uma bala liquidam Don Aspazio, se juram que não vão perder a bala, então farei o seguinte com vocês: eu dou o tiro. Não só dou o tiro, como na hora das contas, não o descontarei. Esse é um tiro de graça".

(1) Lembro-me agora: O bandido não era Vargas, mas Pancho. É o diabo do hábito.

O Que as Peles Sugerem

1 RAFAZ moreno, fisionomia de bruto, com as têmporas começando a acinzentar, da sua loujura das coisas reais e práticas, estava longe de avaliar o seu alto valor pessoal, numa praça onde são raros esses cobrados espíritos de "argente" quarentão. A mulher ouvia com interesse.

— E aliárguica — atalhou a moça.

— Vison cinza não é coisa de se usar. É petisco de se comer. Você já imaginou uma taca de vison cinza com creme de "chantilly"? A amiga fechou os olhos, apertou os lábios da boca e engoliu em seco. Parece que não imaginou. Ou, talvez, tenha imaginado coisa muito diferente. Que a mente do seu amigo podia ter-se dividido naquele minuto, ou que ele podia ser portador insuspeito de surrealismo; ou, também, que no seu cérebro estivessem começando a se formar filamentos kafkianos. Como podia ser simplesmente um poltre mortal com fome. Fome de

ENTRE MULHERES

"chantilly", fome de rico. Não sendo poeta herético, nem louco declarado, quem é que pensa em comer vison cinza com "chantilly", senão estando com fome? Só Freud podia entendê-lo. Que teria o vison cinza para sugerir extravagâncias desse quilate? Por causa de um vison cinza já tinha quase presenciado um haseguri em massa nos matrimônios de um grupo de suas relações. Uma sua amiga dera uma festa. Outras foram e levaram seus visons e seus maridos. Cada uma que entrava manobrava com mais graça e elegância a sua estola, e cada uma ficava cada vez mais orgulhosa dela e do marido; e o marido de cada uma,

por sua vez, ficava mais enternecido e orgulhoso de ambas. Nas aconteceu que, conquanto visons autênticos, com árvore genealógica na parede, não eram visons cinza. Pertenciam todos à raça amarela e seus pigmentos iam do marrom ao havana, do mel ao castanho. Até que chegou, pisando firme como uma rainha, esbelta e bem lançada, a última conviva escondida nas dobras de um legítimo vison cinza. E como o recinto estava abafado, ela foi, diretamente, largar o seu abrigo junto aos demais. Foi um desastre. Enquanto, no salão, as mulheres se entrecalhavam humilhadas, lançando aos garbosos maridos duro olhar de ódio e re-

provação, no vestiário os outros visons punham seus rabos entre as pernas, encolhiam-se todos, na ânsia de fugir ao desagradável confronto final. A moça sorriu.

— E por falar em peles, qual uma carona numa pele de macaco?

O rapaz saltou como um gorila. E foi-se embora correndo. Sem lhe dar resposta. Nem lhe contou daquela mulher esquelética, de olhos paltados, que ele um dia encontrou jogando feito um cabide, numa capa de pelo comprido, e escorrido. Aparecia um cachorro molhado. Quem é que é louco de pedir carona numa pele de macaco?

Um Modelo de Christian Dior

DESAFIAMOS — Até o Sr. Horácio Láfer, pregador de economia doméstica as mulheres, a dar às nossas leitoras uma receita mais econômica de um bolo mais gostoso do que este: Cinco colheres de açúcar, uma colher de manteiga, uma de banana, duas gemas, uma pitada de sal; bata tudo bem batido e vá acrescentando, alternadamente, uma xícara de leite com dez colheres de farinha de trigo (ou oito de farinha e duas de maizena) já penetradas com uma colher de sopa bem cheia de fermento Royal. Por último, as duas claras batidas em neve. Ponha na forma e cubra com quatro bananas d'água cortadas em fatias, ao comprido. Polvilhe com bastante canela e açúcar e leve ao forno bem quente.

Por Favor Não Use:

Cinto largo, de qualquer espécie, nem faixas, se você não tem cintura fina. Muitas mulheres pensam que elas fazem cintura. Engano. Cinto e faixa nunca foram objeto de talha num corpo feminino. São apenas enfeites para quem já tem cintura fina. Nada mais.

BOA IMITACAO

Da famosa pizza napolitana, corte um pão de forma em fatias de 1 centímetro de largura e as junte no tabuleiro de forno. Unte com azeite, polvilhe com sal, depois cubra-as com a mussarela (queijo caído) que já deve estar cortada e sobre esta ponha pedaços de tomate. Salpique sal, pimenta, pimenta do reino moída e regue com bastante azeite e, finalmente, ponha o indispensável orégano. Leve ao forno para assar. Por este mesmo sistema, substitua o pão de forma por pão francês, pequeno, você obtém rapidinhos e deliciosos salgadinhos, que, servidos quentes, farão sucesso nas suas rodas de jogo e a delícia dos adultos nas festinhas das crianças.

PAU-DE-MASCATE

Não é só criança, por travessura, nem velho, por fraqueza, que podem levar um trambolão e torcer um pé. O mais circunspeto cidadão e a senhora mais respeitável estão sujeitos a isso. Tenha, então, no armário dos remédios, esta solução milagrosa para tais acidentes e outros perigos para viajantes de ônibus e lotações: água vegetal mineral misturada com arnica e cânfora. O próprio farmacêutico fará a mistura. Aplique compressas frias com esse líquido na parte afetada. Dizem que ela solda os ossos de um pedreiro que caiu de um andaime e ficou molido no chão. Isso aconteceu em São Luiz, capital do Maranhão. Se alguém quiser apurar...

Uma gota de óleo de ricino aplicada sobre as pálpebras dá um reflexo muito agradável.

Aqui está uma boa brilhantina para os seus cabelos: numa solução de um aditivo 25 grs. de lanolina, 15 grs. de óleo de ricino e 20 grs. de essência de verbena. Agite a solução e faça com ela uma boa fricção na raiz do cabelo.

P.S.B.: SOCIALISMO E LIBERDADE

(Conclusão da página 9)

teux, Homero Homem e outros, consagrava o palhaço de rádio Pimpinela com 22.532 votos e o "filho do homem", Ialero Vargas, com 85.645 votos.

Em Alagoas foi eleito para a Assembleia Legislativa o socialista Aurélio Viana, que fundaria a seção do partido no Estado. Na Paraíba elegeram-se o socialista Aluísio Cabral, no Rio Grande do Sul, Cândido Norberto dos Santos, que foi o candidato mais votado em Porto Alegre. Na Bahia, Heraldo Guerra. Em São Paulo foram eleitos Cid Franco e Alípio Corrêa Neto, acusando o partido razoável progresso no Estado.

Caudilhisto e Imaturidade

Visto o insucesso eleitoral do Partido Socialista Brasileiro, evidenciado no último pleito, chega o momento de investigar as causas capazes de explicar o malogro. É possível que a mais imediata delas tenha sido a posição de isolamento que assumiu o partido, nas eleições de 3 de outubro, com todas as consequências que já expomos nos tópicos anteriores. Outros motivos existem, porém, de maior profundidade, e que têm sido, em profusão, trazidos ao debate, para justificar porque no Brasil, o Partido Socialista, não é o partido dos socialistas.

A opinião do senador Domingos Veloso, por exemplo, que eu aproveite de uma reportagem de Joel Silveira em COMICIO, é a de que "o partido ainda não deixou de ser um núcleo de pequenos caudilhos". Ela acrescenta que o partido se aproxima e se identifica com a massa proletária, através de contatos de toda ordem, ou desaparecerá, porque terá perdido a sua razão de ser. Acredita que o momento atual — de decepções e desencantos — oferece grande oportunidade ao PSB, já que o próprio governo, meio atóxico, está buscando e encontrando no programa socialista muitas das soluções que pretende resolver injustiças sociais e questões de ordem administrativa.

A opinião mais corrente afirma-se na imaturidade política do povo brasileiro. O Partido Socialista não poderia fazer mais do que faz, nem ser melhor do que é. O que não há, sim, é uma massa consciente, em condições de discernir entre o que lhe convém ou é contra os seus interesses, e que não está, assim, politicamente preparada para compreender o programa socialista e tomar parte na sua execução. Se o Partido Socialista Brasileiro tem falhas — perguntam eles — que meritos terão outros partidos de melhor si-

tuação eleitoral, como o PST, PTN, PRT, etc., só para citar os menores deles?

Depoimento n.º 1

Peço a um líder socialista que me exponha as razões dessa atrofia partidária. Aqui está o seu depoimento:

— "Intelectuais profissionais de categorias diversas, funcionários públicos, classe média, centro dos princípios mais amplos, debateram um programa de ação político-doutorário, que deveria atrair os trabalhadores brasileiros fora do âmbito comunista e, aliados, representariam um movimento político de convergência. O programa aprovado afastou, de propósito, os pontos mais comuns de divergência: concepção filosófica de vida e religião. O denominador comum fora a transformação progressiva do sistema econômico vigente, através de reformas de base, por dentro do sistema democrático.

O Sr. Luiz Carlos Prestes organizava oficialmente, o seu partido, o comunista, atraído à massa eleitoral ponderável, de adeptos e simpáticos. O Sr. Getúlio Vargas organizava, por sua vez, dois partidos políticos: um conservador, o PSD e outro populista, o PTB. As massas trabalhadoras dividiram-se entre esses dois líderes. O Partido Socialista possuía, como possui, grandes figuras da intelectualidade brasileira, homens honestos e cultos, mas padecia, como padecia até agora, de líderes como Vargas e Prestes. Partido pobre de recursos financeiros, mas rico de elemento humano, orgânico do seu programa e do seu nome, não se preparou, todavia, para a penetração nas duas grandes classes — a média e a proletária — com uma equipe disposta a vencer todas as dificuldades opostas por aquelas duas correntes políticas populares. Por sua vez, as forças contrárias exploravam, com o apoio da Igreja Católica, os pontos de identidade, no combate ao sistema econômico vigente, existentes entre os socialistas e os comunistas. Essa confusão foi um obstáculo a mais, no desenvolvimento do Partido Socialista.

A característica dos partidos brasileiros — continua o líder — é o oportunismo, o carreirismo, que possibilita empregos, posições, enquanto o mesmo não acontece com o Partido Socialista, que vive de seus membros um esforço enorme para vencer as resistências do meio, sem a correspondência dos cargos. Mas, essas circunstâncias desfavoráveis, em relação aos socialistas, também atuaram em outros países. A Inglaterra, industrial, só conseguiu formar um partido da importância do Labour Party, depois da fusão dos Fabianos com os sindicatos operários. Por sua vez, os socialistas-marxistas, como os da França, enfrentam inúmeros problemas, sobretudo na fase atual, quando a Rússia Soviética representa uma força poderosa capaz de inspirar confiança aos seus adeptos, em todo o mundo.

Na Itália, os socialistas dividiram-se em duas alas, apoiando a do Sr. Nenni os comunistas. Na Bélgica predominam os socialistas-cristãos. Nos países escandinavos os socialistas são maioria. Na realidade, os socialistas que avançam no seu prestígio popular não são marxistas e sim os que se opõem aos comunistas. Os ingleses, os escandinavos, os holandeses, belgas e germânicos, bem demonstram a verdade dessa afirmação.

Os socialistas brasileiros queiram mais meritos, frente aos obstáculos naturais que se lhes opõem as forças contrárias, de

toda espécie. Todavia, condições novas surgem abrindo caminho para que eles se possam reorganizar. Os comunistas perdem terreno, pela linha internacional de sua luta, com desprezo pelas reivindicações mais sentidas e mais urgentes da classe operária. Os adeptos de Vargas fraquejam no seu ardor político, diante do fracasso do governo, na solução dos problemas que mais diretamente atingem a vida do povo. A luta dos partidos conservadores se processa extra-programa e em função dos cargos públicos. O adermismo surge como uma esperança, para aqueles que acreditaram nas promessas eleitorais de Vargas e vêm agora, o seu insucesso. A sua base de luta não tem, porém, sentido ideológico, nem se nutre do surto nacionalista crescente em todas as nações subdesenvolvidas como a nossa.

Ao ingressarem novas forças, comandadas por líderes operários e da classe média no Partido Socialista, como tudo indica que irá acontecer, teremos, então, dentro em breve, um partido socialista forte e capaz de influir nos destinos do país, com o vigor e a oportunidade que o seu programa oferece.

SEGUNDO DEPOIMENTO

De outro líder socialista obtive um segundo depoimento sobre as razões do que aqui chamamos a "atrofia partidária" do PSB. Ao seu ver, entre outras estão as seguintes:

Resente-se o partido de maior difusão de sua doutrina. Os socialistas não dispõem de jornais ("O Popular" não é do partido, nem ao partido estão ligados todos os seus dirigentes), nem de recursos para a publicação de livros e folhetos. 2. O eleitorado procura sempre os "grandes partidos". É uma tendência autoconsciente das coletividades a "procura de segurança", fenômeno que já foi objeto de estudos especiais. A maioria tem o heliotropismo do poder, ou, ao menos, dos partidos quantitativamente grandes e ricos. Há, também, a difusão dos favores eleitorais, como dos favores do governo. 3. As misticas de Getúlio, Prestes e outros absorvem o eleitorado e desviam a massa de qualquer orientação doutrinária. 4. Não havia uma tradição socialista no Brasil. As lutas operárias, desde o começo do século, faziam-se em torno do anarquismo e, depois, do comunismo. O próprio Partido Comunista levou muitos anos antes de atingir 500 mil eleitores, ou qualquer votação considerável. Não elegia ninguém, tinha as mesmas precariedades que hoje tem o PSB. 5. O Partido Trabalhista inglês — com o qual o PSB tem afinidades profundas — levou muitas décadas até ser um grande partido. Durante muito tempo, foi eleitoralmente pouco mais do que é, por enquanto, o Partido Socialista Brasileiro. 6. Nenhum partido fundado em 1947 cresceu substancialmente, além do PSP, por motivos óbvios: tinha nas mãos o governo de São Paulo e a sedução da "caixinha" no resto do país.

7. Tem sido prejudicial, tam-

bém, ao desenvolvimento do partido, o comportamento dispendioso de certa elite do PSB, que não transforma em ação militante o seu socialismo intelectual ou sentimental. Para muitos desses socialistas diletantes, a massa é que deve chegar, aos dirigentes do partido e não os dirigentes que devem procurar e contar com a massa.

O autor desse depoimento conclui com a suposição de que a crise moral reinante no país — corrupção, demagogia, confusão, imaturidade — pode declinar e parte da massa poderá vir para o partido, que todos reconhecem ser o de melhor programa, se bem que tão pouco, pelos motivos já expostos, o apoiem. Toda gente se diz socialista, elogia o partido verdadeiramente socialista, mas acaba votando nos piores partidos, às vezes nos meios reacionários. "Nossa pertinácia poderá abrir caminho na compreensão da massa".

Narra o deputado Aluísio Balseiro um episódio muito significativo para a compreensão do problema. Quando em campanha eleitoral pela Bahia, converteu-se com um fazendeiro, que lhe contou a sua história: no começo da vida era um roceiro, analfabeto, quando João Mangabeira, advogado na zona, defendeu-o, com êxito e gratuitamente, da ganância de um latifundiário, que queria avançar na sua pequena propriedade. Como se já não fosse bastante, o advogado dispôs-se a alfabetizá-lo e foi graças a esse aprendizado que o roceiro pôde melhorar de vida. Durante quarenta anos, acompanhou João Mangabeira na política, garantindo-lhe sempre uns bons votos. Agora, entretanto, não vota mais no seu benfeitor. Por que? Ele responde, malicioso: "Pra esse negócio de socialismo é um negócio de classe. Logo agora que eu tenho a minha fazenda, o meu gado! Não vou nisso, não!"

Por outro lado, os socialistas sofrem um combate feroz e quase sempre desleal de parte dos comunistas, que consideram o socialismo não marxista, ou não soviético, como uma mistificação mais perigosa para a classe operária, do que as outras doutrinas abertamente reacionárias.

OS FABIANOS

Os socialistas brasileiros, tal como têm atuado até agora, vêm sendo comparados aos fabianos ingleses, por observadores que sustentam, ainda mais, ser de maior vantagem para os fins doutrinários do partido, cumprir o mesmo papel que a si atribuiu a "Fabian Society", na evolução socialista da Inglaterra, isto é, funcionar como "grupo de pressão" intelectual junto às organizações operárias e sobre a opinião pública.

A "Fabian Society" foi criada em 1884 e se constituiu de jovens burgueses de espírito culto e avançado. Desprezando o sucesso imediato, eles se deixaram seduzir, a princípio, pelas ideias marxistas e anarquistas,

mas reconheceram, logo, que o espírito revolucionário não era conforme ao estilo inglês. E para melhor distinguir o grupo dos partidários da revolução, tomaram o nome de "fabianos", derivado de "Fabius, o Contemporizador", o célebre adversário de Aníbal.

Charles Gide assim os descreve: "Eram os fabianos, e ainda são, espíritos críticos, profundamente críticos, temendo o ridículo e não cultivando nenhum entusiasmo pelos apóstolos. Sempre dispostos a rifar de si próprios, a destruir os seus antigos ídolos, repellido todo credo social ou político definitivo, eles se transformaram, rapidamente, numa simples sociedade de estudos e de propaganda, cuja atuação é sobretudo intelectual".

Os fabianos exerceram a sua influência menos sobre as classes burguesas do que entre os operários. Vários, dentre eles, eram escritores notáveis, como Bernard Shaw, Wells, o casal Webb. Penetraram nos meios mais diversos, colaboraram em jornais e revistas de toda espécie, sem distinção de partido, publicaram brochuras (Fabian Essays, Fabian Tracts, etc.), e faziam conferências, foram enfim, por todos os modos, a discussão de suas ideias.

A doutrina social de Marx é baseada na luta de classes; o socialismo é para eles a doutrina do proletariado. O seu triunfo será o triunfo do proletariado sobre a burguesia. Seus princípios se opõem aos da sociedade atual, tal como se opõem os interesses das suas classes. Os Fabianos, porém, pensam, diferentemente. O socialismo não é, para eles, senão o prolongamento do ideal democrático burguês. O socialismo não é uma doutrina de classe, mas uma filosofia do interesse geral: é um plano para assegurar a todos possibilidades e direitos iguais. Webb chamava a atenção para o fato de que os legisladores ingleses eram todos socialistas, sem o saberem e "a história econômica do século é quase uma crônica ininterrupta dos progressos do socialismo". O papel dos socialistas se limitaria a traduzir, claramente, a evolução que todo o mundo realizava confusamente e a agir como força estimulante dessa evolução.

Diante dos insucessos eleitorais do Partido Socialista Brasileiro, acreditam muitos que ele deveria passar a funcionar como sociedade de propaganda doutrinária, para o que não faltam aos quadros partidários elementos intelectuais os mais idôneos a desenvolver uma campanha de grande envergadura e profundidade para a orientação da burguesia e do proletariado no sentido da realização dos ideais socialistas.

UM EXILADO

"Meus caros amigos — Vocês não precisam das minhas palavras, mas elas vão mesmo. Suponham vocês que estou no Brasil vindo de Portugal em junho de 1928 por causa da maldade ditadora que AINDA POR LA' ESTÁ; suponham Vocês que tenho sido sempre, desde os 14 anos, democrata sincero, antitodos os ISMOS; suponham tudo isso que terão acertado.

Sobre-se? Que importa, desde que as convicções não desbotem.

Vejo em COMICIO a pujança da Democracia. Sinto-me bem. Felicitos por isso.

R. — Agradeço, imbuído, sinceramente o amigo, A COSTA"

SOLIDARIO

"Solidário-me com os amigos repellido insinuação injuriosa, leitor João Martinho chantagem Standard Oil — Daimir Finto Costa."

SUGESTÕES

A justiça, a imparcialidade, o bom humor dos artigos, das reportagens que são publicadas em COMICIO, conquistou integralmente a minha preferência. Fazendo-me, desde o seu primeiro número o agradável "vício" de sua leitura sadia. Tirando pela minha opinião e as de meus colegas, COMICIO chegou bem a tempo de documentar uma ideia tristemente desanimadora que fazíamos da imprensa brasileira.

Ajá o presente momento não encontro nas páginas de COMICIO qualquer escrito que desmerecesse a minha confiança. Faço votos para que ele assim continue.

Entretanto, no desejo de colaborar com a evolução dessa grande revista, aproveito a oportunidade para sugerir a publicação de reportagens sobre a situação econômica de cada Estado brasileiro, e estatística de seus habitantes, arrecadação de impostos, produção, etc...

R. — COMICIO tem um plano para ampliar o noticiário e comentário econômico.

UM ALAGOANO

"Quando ontem lutávamos pela nossa libertação política destemerosa atividade jornalística prezado patricio esteve sempre nosso lado PT agora nossa libertação econômica depende energia Paulo Afonso que Companhia Hidrelétrica nos quer negar PT invoco mesmo espírito solidariedade de ontem para que se renove hoje em favor dos interesses alagoanos, pondo-se ao nosso lado companha estamos fazendo para que Alagoas tenha fornecimento energia mesmo tempo Estados maiores PT cordiais saudações Ulysses Braca

R. — Esperemos, caro Ulysses, que não se faça essa "curada" com Alagoas.

SOBRE CINEMAS

Um leitor, Frederico Faiva Gurbafão, manda-nos uma longa carta fazendo críticas e reparos ao funcionamento dos cinemas do Rio. Muito obrigado, Frederico, aproveitaremos em outra local a sua carta. Aqui transcrevemos apenas o que ele diz sobre ônibus:

"Uma coisa que tenho notado: os nossos ônibus, possuem em suas portas os balancetes, para o passageiro segurar, ao entrar e sair. Pois bem: a maioria desses balancetes é de metal nu e quando o passageiro vai tomar o ônibus, recebe um choque, que se não é mortal, pelo menos não é agradável, mormente, quando o mesmo não é esperado. Isto então contendo porque eu mesmo já sofri inúmeros desses choques (e quero ser "mica de circo" se a maioria dos Srs. já não os sofreu também). A Prefeitura deveria tomar providências urgentes a este respeito. Bastaria providenciar para que as Cias. de ônibus cobrissem os balancetes com proteção de madeira. Tão simples, não é? E enquanto isto o povo carioca vai levando seus choques e dores."

A linha de ônibus mais especializada nestas cadeiras elétricas ambulantes é a "14" que faz o percurso Leopoldina-Mourisco. Esta linha possui agora uns ônibus grandes, todos com balancetes nus de metal e cada vez que se toma um ônibus destes, se já parado ou andando, bastando estar o motor trabalhando, é fatal: leva-se um choque."

AINDA OS ÔNIBUS

"Acho que a Prefeitura devia acabar imediatamente com esses ônibus vermelhinhos (II e III). Dão choque, sujam a roupa, sacolejam horrocosamente, encurtam a todo instante e se incomodam de vez em quando. E não deixam ninguém dormir nas ruas por onde passam, porque fazem um barulho tremendo. Não é uma vergonha, admitir que esses calhambeques continuem a se arrastar por aí?"

R. — É sim.

J. PESSOA"

PÁGINA 20 ☆ COMICIO ☆ RIO. 29-8-1952

Conversa Com João Cabral

A Literatura Espanhola é a Maior do Mundo — Vamos Escrever Baladas — Voltou Entendendo de Touradas

João Cabral de Melo Neto tem trinta e dois anos de idade e uns doze de invulgar seriedade intelectual em um país de improvisações e afobações profissionais. Trata-se de um rapaz grave e metódico, que, depois de ter revelado à nossa literatura contemporânea o seu conhecimento de uma poesia depurada, dirigiu sua inteligência a outros setores da atividade humana, renunciando-se ao "jogo das abstrações poéticas em que escreveu, com um sentimento de tédio, os seus primeiros poemas.

A volta de João Cabral é recebida entre seus pares escritores como um elemento a mais no time escasso dos nossos bons intelectuais.

João Cabral de Melo Neto

LITERATURA DA ESPANHA

Voltou de Londres, onde serviu como cônsul desde 1950. Antes disso, de março de 1947 a 50 esteve em Barcelona.

Apanhado de surpresa quando visitava nossa redação, foi convidado por nosso redator a sentar-se a seu lado para uma conversa rápida de perguntas e respostas.

Em Barcelona, onde comprou uma tipografia e compôs ele mesmo 13 livros de bom-gosto, João Cabral deu um curso sobre literatura brasileira, na Universidade, contando-nos que se surpreendeu com o interesse dos alunos pelas nossas letras.

De toda a sua permanência no estrangeiro, o jovem escritor trouxe uma convicção: "A literatura espanhola é a maior do mundo. Há nela um mínimo de separação entre o popular e o erudito. Aliás, podemos reparar que os períodos mais fracos da literatura espanhola são justamente aqueles dominados por uma poesia metafísica, enquanto que os períodos áureos são alimentados por um realismo essencial. É uma verdade dizer que o espanhol é místico".

Perguntamos o que ele achava da literatura espanhola contemporânea:

— A grande literatura espanhola se faz atualmente no exílio. Dentro da Espanha, é uma literatura fraca. A corrente metafísica que surgiu ainda na geração de Garcia Lorca (Morales, Vivanco, Vicente Aleixandre) não me agrada. Para mim, um poeta

espanhol genial é Miguel Hernandez, que morreu tuberculoso em 1942.

A conversa não segue nenhum plano. João Cabral nos fala de Miró (um ótimo sujeito), de arquitetura e pintura romântica, onde beberam os grandes artistas espanhóis de nosso tempo. E quando lhe perguntamos se frequentava as touradas, ele nos surpreende com essa resposta: "Acho que a coisa de que mais entendo hoje é de tourada".

O BRASIL

O poeta de "O Cão Sem Plumas" não diz muito sobre a Inglaterra. Parece que não se interessou muito pela vida inglesa. Conta apenas que trabalhou muito no consulado, frequentou intensivamente clubes de cinema, viu as paisagens dos romances de Thomas Hardy, e que procurou reduzir toda a sua experiência na Europa a uma compreensão melhor dos casos brasileiros.

Sobre a poesia brasileira ele diz:

— Hoje, acho que a nossa poesia deve se orientar para as baladas, para os romances. A técnica poética, quando não é aplicada a alguma coisa, põe o poeta em um bico sem saída. Acho atualmente que quanto mais se vender um livro de poesia, melhor. Muitos poetas brasileiros lembram esses sujeitos que fazem muita ginás-

tica, e passam a vida inteira a fazer ginástica, sem lembrar que seus músculos desenvolvidos servem para fazer força.

— E seus planos? — perguntamos.

— Quero escrever artigos sobre as coisas que vi e em que refleti. Outra coisa: tenho também a maior vontade de fazer uma tradução do "Mio Cid". Você já leu?

— Não. É o que achou do Rio?

— Fiquei espantado, antes de tudo, com o número de automóveis e com a quantidade de gente pelas ruas. E, infelizmente, reparei também que a cidade é um pouco suja.

JUROS DE 8% AO ANO

Pagos Trimestralmente

DEBENTURES DO BANCO HIPOTECÁRIO LAR BRASILEIRO S. A.

R. do Ouvidor, 90 Avenida N. S. Copacabana, 661

ABERTO DE 8.15 AS 17.30 HORAS

A SEMANA EM SÃO PAULO

SÃO PAULO — No último número de COMÍCIO comentamos, nesta seção, a visita que fizeram os advogados funcionários públicos ao Governador do Estado, pleiteando aumento de vencimentos. Agora tocou a vez dos médicos e engenheiros. Aparelmente, a sua pretensão é mais justa, pois apenas reivindicam equiparação das três classes de nível universitário superior, posto que inexistencialmente os advogados ganham mais. Médicos e engenheiros se sentem na situação de primos pobres. O que nos ocorre advertir é que o aumento dos advogados foi um erro, que a solicitação equiparação só virá agravar. Por que, em vez de se equiparar aumentando, não se equipara diminuindo? Por que não se processa uma redução nos honorários dos advogados, tornando-os iguais aos dos outros profissionais de nível universitário? Embora afirmações em contrário, todos nós sabemos que tanto médicos quanto advogados e engenheiros fazem do serviço público um simples "bico". Tanto que agora a própria Ordem dos Advogados recomendou a adoção do tempo integral. Além disso, percebem salários relativamente altos, em comparação com os da maioria dos servidores públicos. Não são próprios "barnabés", antes se aproximam da categoria das "maris candelárias".

O que se deveria compreender no Brasil — e pelo visto não se compreende — é que a carreira pública não deve ser uma sinecura fácil e rendosa. Quem quiser ter um alto nível de vida que procure outras formas de atividades.

DOENÇA

Enquanto as quintuplas nascem e morrem, em Bauri aparece uma doença nova e misteriosa. Pelo menos na invenção de doenças, a Europa tem que se curvar ante o Brasil. Os médicos estão intrigados com o surto aparentemente epidêmico dessa enfermidade, que ataca de preferência os asmáticos e logo nos primeiros dias faz inúmeras vítimas. Alguns doentes foram internados no Hospital das Clínicas, em São Paulo, onde os médicos os submetem a toda sorte de exames, procurando descobrir a natureza do que se supõe ser um vírus.

Em matéria de quintuplas, São Paulo está se revelando um grande concorrente do Canadá, pátria das famosas Dione. Com a diferença que no Canadá as quintuplas sobreviveram e estão mocinhas; e aqui elas nascem e morrem.

José Albano, o pai das cinco gêmeas do Tanque da Polvorá, é homem de escassos recursos, porque em geral essas coisas só acontecem aos pobres; não pensou, e nem poderia pensar, em submeter a esposa a um tratamento prévio. As meninas nasceram raquíticas e duas delas não resistiram. As previsões quanto às demais, são pes-

QUINTUPLAS

simistas. Depois, a Maternidade de S. Paulo não está perfeitamente aparelhada para essas eventualidades.

A sobrevivência das cinco Dione foi resultante de uma assistência hospitalar perfeita; no Brasil já é uma boa "reussite" quando nascem duas gêmeas e ambas se salvam. Não podemos, pois, ainda pensar em quintuplas. Contentemo-nos por enquanto com quadriplos, que constituem o nosso "record", e olhe lá!

Teatro e Conferência

O grande acontecimento artístico da semana foi o lançamento no T.B.C. das duas "Antígonas", a de Sófocles e a de Anouilh, num espetáculo que dura quase três horas. A tradução da "Antígona" de Sófocles, feita por Guilherme de Almeida, é uma verdadeira obra-prima e ficará como um dos pontos altos da obra desse poeta.

— No Museu de Arte, José Geraldo Vieira falou sobre Goya. Aliás, com o pseudônimo de Miguel Germano, José Geraldo está agora fazendo crítica de arte num dos jornais paulistas. O notável romancista de "Quadrágima porta", que é um escritor culto e de espírito arejado, além de um homem encantador, está escrevendo cada vez mais difícil.

Ele o final de uma crônica de Miguel Germano sobre o gravador Geraldo de Barros:

"As cenas que Geraldo de Barros expõe com etiquetas eventuais de "Oceanografia", "Batalha lacustre", "Passaros noturnos", etc., são composições harmônicas demais para serem delírios fotográficos, e plásticas demais para apenas significarem uma estenografia criptográfica. Significam um artista de grande sensibilidade e alto senso poético. Mas se ele insistir nessa constante, sua produção padecerá da fuga

ao humano e ao existencial, virando devaneio de solipsismo gênero Larinov. Isso só acontecerá enquanto o salvar o valor plástico de sua semântica pessoal, substituindo a falha dialética e evitando o perigo do hedonismo".

C. M. T. C.

A C.M.T.C., companhia de economia mista, controlada pela Prefeitura Municipal, que detém o monopólio dos transportes na Capital paulista, é um triste exemplo de incapacidade administrativa. Há muito se sabia que sua situação era difícil, mas agora foi revelada toda a extensão do descalabro financeiro a que se acha reduzida. Sua dívida ascende à importância de 457 milhões de cruzeiros, ou seja quase o dobro do seu capital social. Somente ao Banco do Estado deve a companhia 217 milhões, aos juízes médicos e camaradas de 11 % (onze por cento) ao ano!

Nessa situação de quase insolvência, não poderia deixar a C.M.T.C. de servir o público como vem servindo; os transportes são cada vez mais precários e insuficientes. O que nos salva ainda é o lotação.

O que dizem os livros

"Será simples coincidência a Semana de Arte Moderna ter-se realizado no ano do levante de 5 de julho? Cada uma a seu modo, com suas armas, a sociedade da espada e da pena exprimem sua revolta. Por toda parte, em todos os terrenos, a inquietude sucedida no país à satisfação risonha de tempo do "Rio civilizado", da alta da borraça, do café enriquecendo fazendeiros sem precisar ser querido.

A inquietude não se traduziu literariamente apenas por for-

mas novas, mas ainda por uma volta à busca dos valores locais. Mais humildes, ou mais lucidos, começaram os brasileiros a pensar não em termos de nação, mas em termos de região. Manuel Bandeira canta o Recife de sua infância, Mário de Andrade descobre Minas, fruto paulista, Gilberto Freyre louva a Bahia de todos os santos e de todos os pecados. Celebra-se o Aleijadinho, adotam-se ritmos negros, acende-se o interesse pelo folclore. (Lucia Miguel Pereira — "Cinquenta anos de literatura")

DIARIAMENTE
EM TODAS AS PÂNCAS

O POPULAR
ORIENTADO por DOMINGOS VILLASBO e FRANCISCO MANGABEIRA

UM VESPERTINO COMPLETO PARA A
DEFESA DOS INTERESSES DO POVO
BRASILEIRO

RIO, 29-8-1952 ☆ COMÍCIO ☆ PÁGINA 21

REVISTAS AMERICANAS

ASSINATURAS DE REVISTAS, JORNAIS, FIGURINOS E LIVROS — ENTREGA GRATUITA POR VIA AEREA — SEM PRECISO DE CONTRATO, PROTOCOLO, NO INTERIOR, SOB REGISTRO POSTAL. GRATIS — PEÇAM CATALOGOS

MODAS — FIGURINOS — LEITURA		MECÂNICA E CIÊNCIA POPULAR	
Glamour	12 95,00	Popular Mechanic's	12 38,00
Seventeen	12 115,00	Mecânica Popular — em espanhol	12 115,00
Harper's Bazaar	12 210,00	Popular Science	12 35,00
Charin	12 210,00	Mex. Illustrated	12 74,00
Mademoiselle	12 220,00	Science et Vie	12 120,00
Vogue	12 465,00	Science et Mechanic's	12 74,00
Brides Magazine	12 118,00		
Modern Bride	12 118,00	RADIO E TELEVISÃO	
Mc Call's Magazine	12 75,00	Radio Tel. News	12 127,00
Ladies Home Journal	12 85,00	Radio Electronic's	12 102,00
FRANCÊSAS — DE MODAS E ATUALIDADES		High Fidelity	4 110,00
L'Officiel	6 450,00	F. M. & T. V.	12 120,00
Jardin des Modes	12 250,00	Audio Engineering	12 110,00
Modes et Travaux	12 140,00	Radio Amateur Handbook anuaire	12 35,00
Elle	32 355,00	Service	12 85,00
Albums de Pique		FOTOGRAFIA — CACA E PESCA	
Femina	4 225,00	A. Photography	12 90,00
Femina Chic	4 200,00	Camera	12 115,00
Vogue	10 450,00	Hone Moxie	12 115,00
Francis Illustration	32 945,00	Modern Photography	12 140,00
Realities	12 330,00	Photography	12 120,00
CASAS E ARQUITETURA		U. S. Camera	12 15,00
American Home	12 110,00	American Rifleman	12 135,00
Better Home	12 115,00	Field & Stream	12 75,00
House & Garden	12 125,00	Outdoor Life	12 75,00
House Beautiful	12 205,00	Sport Afield	12 75,00
Arch. Record	12 125,00	Sportman Review	12 125,00
Arch. Digest	4 250,00	DIVERSAS	
Birds and the Magazine	12 225,00	National Geo. Mag.	12 185,00
A. B. Johnson's	6 425,00	Holiday	12 187,00
Travoux	6 515,00	Sat. Eve. Post	12 170,00
CINEMA E MÚSICA		Look	26 160,00
Modern Screen	12 50,00	Quick	52 188,00
Silver Screen	12 30,00	N. Y. Times — Sunday Ed.	52 210,00
Photoplay	12 135,00	Time — via aerea	52 200,00
Movie Life	12 95,00	Life	26 160,00
Elude	12 90,00		
Metronome	12 115,00		
Music America	12 155,00		
Pop. Music	24 145,00		
Billboard	24 200,00		

Todas as revistas serão com responsabilidade de entrega, no interior, sob registro, pelo correio, na condição, contra protocolo.

DISTRIBUIDORA STANDARD DE PUBLICAÇÕES LTDA. — Av. Rio Branco, 18, 18.º, sala 1801 — Tel. 23-3556 — Caixa Postal 542 — Rio de Janeiro — Pagamento, do interior, por cheque bancário ou vale postal. — Aceitam-se Agentes para todo o Brasil.

(Conclusão da pág. 11)

Dia 28. — Lido em Fran-
 çois Mauriac — "Le Jeune
 Homme": "Pour nous aspirer
 un désir de perfection il
 n'est rien comme de suivre
 des yeux ce jeune homma
 venu à nous parce qu'il es-
 pérer, une parole de vie, et
 qu'il s'éloigne plus triste qu'
 il ne fut jamais, plus déchu
 peut-être, avec sa soif et sa
 faim". A aproveitar como
 epigrafe, em "Morte de um
 Burguês" ou talvez mesmo
 em "Trágedia Burguesa".
 Dia 28 (bis). — Lido em

Dostoïevsky — Journal d'un
«Ecrivain», v. III, p. 289) —
«L'homme ne pourrait vivre
s'il ne gardait de son en-
fance quelque chose de pré-
cieux et de sacré comme via-
tique à travers la vie. Cer-
tains, à ce qu'il semble, n'y
pensent pas, et néanmoins
ils le conservent, ces sou-
venirs, inconsciemment. Ces
souvenirs peuvent être dou-
oureux, amers; une douleur
passée devient pour l'âme
quelque chose de sacré. En
général, l'homme est ainsi
fait qu'il aime ses douleurs
vécues.» De intéresser para
«Morte de un Burgues».

Dia 28 (ter). Aïnda ou
 tra possível epigrafe, encon-
 trada em Dostoevsky...
 v. III, p. 377. «A verifi-
 car, ainda, se o trecho é de
 Dostoevsky e se é próprio
 dele. Por fim, o pensamento
 de Pouchkin: «O homem
 ou se é de Pouchkin mesmo,
 pois está entre aspas: 'La
 vérité n'est pas hors de toi,
 elle est en toi-même, souve-
 nirs à toi-même, possède-toi,
 et tu la verras la vérité.
 Elle est en toi-même, souve-
 nirs, cette vérité, ni hors de
 toi ni quelque part au loin,
 mais avant tout dans le pa-
 rti personnel que tu effec-
 tues, dans la lutte que tu en-
 vaines, si tu trouves la paix
 et la tranquillité tu deviendras
 libre comme jamais
 auparavant. Tu enverras la
 Tu entreprendras une gran-
 de œuvre, tu libèreras les
 autres et tu verras les bo-
 naires et tu seras com-
 plète, et tu comprendras
 fin ton peuple et sa vérité.'
 Salvo a última frase, o res-
 ta serve admiravelmente
 para o caso presente. A
 utilizar...

Dia 30 Pensando em escrever um estudo sobre o Deus que a Bíblia nos mostra no Antigo Testamento. Porém, depois de um estudo sobre o Deus do Novo Testamento. Mas, por enquanto, a ideia assentada é o estudo sobre a "ferocidade" de Jeová. Há, naturalmente, o imenso perigo da superficialidade. Mas, não há nada de mais miserável que em qual quer outro. Ser preciso tomar notas, cuidadosas e lentas. E, não há nada de mais que se deve fazer: estudo no livro, ensaio isolado sobre o assunto, e depois, a comparação com o Deus do Novo Testamento — e as possíveis relações com a Bíblia. E, naturalmente, as duas coisas morais da Bíblia. Tudo ainda muito pouco preciso.

Dia 30 (bis) — Dizer na explicação de "Tragédia Burguesa" (?) (O autor lembra que a interrogação não é de hoje e, sim, de 1932. — nota de 1950.) que o que eu quis exprimir foi a inensidade da paixão, o ilimitado que há na intensidade dos sentimentos. Que quis mostrar a paixão agindo, levando os indivíduos até os extremos mais extremos. Toda a inensidade das "forças" soltas, etc., etc.

Dia 31. — A idéia da nota anterior veio a propósito da "Montanheta" onde eu pretendo mostrar, justamente, duas imensidades de paixão — a da moça por Roberto e a de Roberto por Ivan — fazendo o possível e o impossível para chegar ao que que-

rem. Em presença uma da outra, opondo-se, produzem todo o drama que conhecemos. Mas, é indispensável que cada uma das duas paixões seja mostrada na sua intensidade máxima, com as suas "razões", como se fosse a única e a aceitável, etc. Da força que se conseguir dar a cada uma dessas duas paixões dependerá o resultado geral, etc.

Dia 2 Lido en Ramon
 Fernandez "Le Par
 150 — esse treche de uma
 grande ludo e que talvez
 me interesse como epigrafe
 do meu corpo nus
 aprendi a sair do
 nieres de gouljat, qu'il en saut
 plus long sur nous que nous-
 memes, notre coup humilifié
 d'ailleurs, n'est que le monu-
 ment fragile d'un
 avec nous espoirs. Il renoue
 à tous ses vœux, il renoue
 à tous indigènes, il nous repro-
 duit, amèrement de l'avoir
 d'ailleurs, n'est que le monu-
 ment fragile d'un
 qui détruit, c'est l'esprit, qui
 par une illusion aristocrati-
 que et millénaire refuse le
 compromis que lui propose
 l'homme, le système de son
 compagnon. Bien de ces
 fates morales ne sont que se
 refus de l'esprit de tenter la
 victoire sur de nouvelles ba-

Dia 2 (bis). Com fundadas esperanças de que 1933 seja, realmente, o ano do início (por via direta) de uma nova literatura. Basta dizer que hoje tive ideia de uma possível frase inicial para "O Anjo". Seria o seguinte: "O anjo não é mais do que uma expressão da imensa dificuldade de explicar a natureza da 'grandeza' de Brancusi"; uma frase que poderia ser repetida mil vezes, e que se tornou conhecida de todos os meus amigos. Mas não qualquer coisa como se se segue: "O que eu acho incrível, não é que ele tenha sido tão grande, mas sim, mas que ele exista, simplesmente. Como é que a natureza que só sabe fazer coisas boas, não fez nada de ruim, sempre coisas boas e ruins, conseguiu só dar coisas boas a ele?" Uma qualquer coisa assim, naturalmente de um modo mais correto. Certo que, assim, não dá para criar uma fôcea da opinião de que "o anjo". Todo o mundo pensaria assim. Por isso, justamente, não dá para fazer. Não pensa assim, ficaria a situação quando na cena do enterro, falar mal do "anjo". Não dá para fazer, dando que realmente possa falar às casualidades que lhe dão e m. Naturalmente, continua a ser a mesma coisa sempre. Nada é mais difícil do que esse capítulo inicial. E a conclusão dependerá totalmente do andamento da própria parte do romance.

Day 9. — Lido em A. Huxley — "Contrepoint". V. I. p. 315: — "L'imagination peut l'ingénier à concevoir les variations les plus improbables sur le thème sexuel normal: mais le résultat, au point de vue des émotions, de toutes les variétés d'orgie, est toujours le même — une sensation morne d'humiliation et de bassesse". POSSÍVEL EPIGRAFE para "Morte de um Burguês", parte "O Pecado contra a Carne".

Dia 10. — Pensando no capítulo inicial de "O Anjo" que um dia desses devo começar a escrever... Pensando que a única pessoa conhe-

cida que assiste à morte do "anjo" deve ser Pedro Borges. Antes, imaginava fazer Branco chegar justo no momento em que o "anjo" se despede do mundo. Agora, mais decidido a juntar o "anjo" e Pedro Borges nesse momento decisivo. Só há o perigo de ficar um pouco: o anjo e a besta. Mas, como ninguém ainda conhece Pedro Borges... A pensar.

Dia 16. — Todos esses dias preocupado com uma idéia que, se não me engano, exprime a essência do bergsonismo. O espaço não existe realmente — ou, pelo menos, não existe nunca independentemente do tempo. (Problema da duração). O espaço é tempo que se fixa, que se isola no curso absoluto do tempo. E' tempo "depositado". O próprio mundo não é senão depósito de tempo. O tempo veio se depositando, veio vindo — e o mundo que nasceu veio também vindo com ele. — Fui escrevendo. A não sei a que cheguei. A verificar.

Dia 19. — Lido em A. Huxley — "Contrepoint". v. II, p. 100 — (notas do romancista Philip Quarles): — "Mö-
Beethoven. Les changements
sont brusques. Les transi-
tions abruptes. L'air majesté
alternant avec la plaisanterie,
par exemple, dans le
premier mouvement du qua-
tor en si bémol majeur. La
comédie suggérant soudain
des drames prodigieux
et tragiques dans le se-
cond mouvement du qua-
tor en si bémol ma-
jeur". O trecho me intere-
sa sobretudo por causa da
última frase, em relação ao
famoso Chaplin. Procurar
informações sobre o assunto
e, naturalmente, ouvir
quator a que o personagem
de Huxley alude.

Dia 23. — Pensando que, para ele, tudo "percoloso" que acontece, provavelmente, é a vida, Lúcio, não é possível deixar de lado aquela ideia da luta de classes, que ele aprendeu a estudar na escola. Lúcio gosta de uma mulher que gosta dele, mas que é casada e não quer ser infiel ao marido. Então, ele vai a partida de Lúcio para o lugar da cura, decide-se a fazer uma aposta com ele, e viver com Lúcio. No entanto, depois de chegar que se situa todo o episódio do caderno anterior, ele percebe que ele ganhou. Começa ali então o verdadeiro drama: paíxão de Lúcio, paíxão de Lúcio, paíxão de Lúcio. Lúcio não consegue se vencer. Encontram-se as escondidas — e a luta continua. Lúcio percebe que está pirando muito. Luta entre a paíxão e o instinto de vida. A luta continua. Lúcio começa, então, a luta de Lúcio contra a morte, o horror de se sentir morrendo aos poucos e a luta de Lúcio contra a morte. Lúcio, então, não se interessa. Tanto despreza

Dia 24. — Necessidade absoluta de começar a tomar notas, aqui neste caderno, de todas essas pequenas ideias que se vêm na rua, no bonde ou no café, e que se perdem sempre — e que são essenciais para uma pessoa sem imaginação como eu. Tomei nota, de hoje em diante, fazendo precedê-las de três estrelas, para facilitar a procura no futuro. (Husson, sonhos que, como muitos outros, não duraram mais de alguns meses) nota de 1950.

Dia 24. (bis). — A primeira ideia de Pedro Borges, diante do cadáver do "anjo", é fingir que não o conhece. Mas, sem querer, traíu-se pelo espanto, etc. Perguntam-lhe se o conhece. Fica sem jeito de negar e diz que sim, vagamente, sem entrar em detalhes.

Dia 24 (ter.) — Pensando em alargar o estudo já feito

sobre o "Estado Grego" de Nietzsche, para dar uma espécie de "Teoria Social" do Nietzsche, baseada sobretudo no "Estado Grego", na "Genealogia da Moral" e em "Para Além do Bem e do Mal". Estudo da posição de Nietzsche diante da sociedade — focalização do problema da moral dos escravos e da moral dos senhores. Tomando notas para isso (leitura).

Dia 25. — Possibilidade de um pequeno ensaio de história da arte que focalize a passagem da catedral para o extremo detalhe em arte. A catedral. Isola-se na catedral a estátua. Isola-se na estátua a mão, etc.. Em literatura, tem-se o psicologismo, etc. (Problemas ontologia-psicologia, etc.) Tudo ainda muito vago, mas o estudo parece oferecer possibilidades. Pelo menos como exercício de aprendizado. (Miguel Angelo pinta "mundos" totalidades. — ja Rafael faz retratos, etc.) A ver.

Dia 25 (bis). — Lido com grande entusiasmo em Machado de Assis "Dom Casmurro", p. 358: "As pessoas valem o que vale a afeição da gente".

Dia 2 (ter.) Novamente indeciso em torno de saber a qual face assistir: à morte ou à vida? O primeiro ataque vem de Branco. As perguntas ou as respostas são sempre de Branco. Hoje me assaltou a tentação de não aceitar por Branco. Branco quer que eu seja o mesmo, continua legal, impassivo, enquanto um acaso destrói tudo e eu continuo a ser eu. A natureza consagra a criatura. Uma conspiração qualquer poderia destruir a natureza em um minuto, irremediavelmente, o que era mais preciso em toda a natureza, a essência, dada a dificuldade em que provavelmente vou me achar para "dar proporção" ao mundo, a natureza, a relação ao resto de "Tragédia Burguesa". (A tal dificuldade de expressão, em linguagem, é rotineira). É importante do acontecimento que, talvez, só a linguagem musical poderia expressar. Então, Crieio que observações facilitará essa impressão. Onde a necessidade de uma música se faz necessária. Crieio que observação facilitará essa impressão. Onde a necessidade de uma música se faz necessária. De entretanto, que não é preciso que seja feita, necessariamente, no momento da criação. Talvez, durante a dia seguinte, durante o encontro enquanto Branco caminha ao lado de Pedro Borges, quando Pedro Borges tome o silêncio para falar e profere dúvidas sobre o assunto. Não há "anjo". Creio mesmo que assim fica melhor, evitando

Disse: "Procurando inter-
sistemente um nome para
o "anjo". Até agora, nada de
certo. Mas não há nada de ap-
ranhar pelo Sítio. Tem dois de-
feitos graves: lembra demais
o nome "anjo", a significa-
ção, e não dá para ser bem di-
verso, estabelece confusão
com o Sítio de "João". Este
é o nome que eu quero, mas
portante, não só porque a
"anjo" morrendo logo no
início de "Trágica Bique-
ira", mas também por-
que é fácil mudar o nome de
"anjo" para "João", caso
possível, como também por-
que é fácil mudar o nome de
"João" para "anjo", caso
meio defeito? E, mesmo sen-
ele, Sítio serviria realmente
como nome do "anjo"? Não
é o nome que eu quero, mas
o (o autor lembra: o nome
chamado foi Carlos Eduardo,
herói de "Mundos Mortos",
e não se lembra mais). Mas
"anjo" veio a tomar, mais tarde,
devido de inúmeras modifica-
ções, o nome "João".
1935, nota de 1950).

OCTAVIO DE FARIAS

a semana de Minas Gerais

A Morte do Mestre — Câmbio-Negro do Dinheiro — Posseiros Lutam Com Latifundiários — Os Franciscanos Não Podem Fazer Uma "Fé-zinha" no "Bicho", e Informa "O Diário" Que "a Hora é de Astúcia"

BELO HORIZONTE, agosto — (Crônica de Otávio Dias Leite) — Morreu mestre Arduino Bolívar. A sua presença evocava o poema de Pedro Nave: "Mestre Aurélio entre as rosas". Mestre Arduino viveu entre rosas. Foi um puro; um imenso coração que jamais conheceu um inimigo. Tão puro que permaneceu monarquista e sempre recusou ser político. Preferiu seus poetas. Viveu em companhia de Petrarca, Camões, Horácio e Virgílio. Foi amigo leal de Eduardo Prado e Afonso Arinos, formando com eles uma triidade idêntica à santíssima.

Certa vez Marques Rebelo descobriu que a casa de Arduino se assemelhava àquela do filme do "Mundo Nada se Levava". E o Mestre passou pelo mundo integrado nesta filosofia. Do mundo só levou amigos. O que, neste vale de lágrimas e falsas, é raro.

O Mestre Arduino Bolívar foi famoso pela suas distrações e a respeito correm várias anedotas. Entre elas recordo a seguinte: Certa vez o Mestre convidou o seu amigo Versiani Veloso para jantar. À hora marcada o convidado compareceu. Foi recebido pelo anfitrião e ficou esperando pelo jantar. O tempo foi passando e nada. Quando a fome apertou, o seu amigo reclamou:

— Arduino, penso que você se esqueceu de que sou convidado para jantar...

O Mestre deu conta de si e lembrou-se que realmente o havia convidado para o jantar, e num gesto muito espontâneo tirou cinco mil reis do bolso, dizendo-lhe:

— Que diabo, me esqueci que já comemos Tona este cinco mil reis e vai jantar no "Colosso"...

Outra figura curiosa de humanista foi o professor José Eduardo da Fonseca, cujo linguajar castíssimo tem sido motivo de anedotas algumas autênticas, outras inventadas.

Jair Silva imaginou como seria, hoje, a linguagem do professor José Eduardo. "Em um bar — escreve o cronista —, de certo pediria um "massim tépido", isto é, um cachorro quente. Recordando no pensamento de um brotinho, falaria em "cauda de corcel", isto é, rabo de cavalo. Um panteado "rabo de peixe", seria "melana pueriforme". E a Semana do Silêncio, da Campanha Educativa do Trânsito, teria sido: "Cinesforos em sursina". Quanto ao inquérito do Banco do Brasil, o Dr. José Eduardo diria: "Isto é o prólogo do epílogo". Isto é, o começo do fim.

De uma entrevista do Sr. José Maria de Alkimin, secretário das Finanças:

— Já surgiu no interior do país, um novo câmbio negro: o câmbio negro do dinheiro!

Os bancos diminuíram as aplicações a longo prazo por força das circunstâncias, os depósitos a prazo fixo são transformados em depósito à vista, quando não são retirados para operações com taxas de juros elevadas superiores às permitidas por lei.

Isto já não é bem câmbio negro, é, simplesmente, falta de vergonha e caso de polícia.

Conta-se que em 1934, quando prefeito de Almorós, o atual Deputado Américo Martins da Costa, foi citado para uma sessão judicial de manutenção de posse. Em resposta o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas escreveu as seguintes palavras no próprio mandado, dirigidas ao Juiz de Direito:

"Não me dou por intimado. Falta ao juiz da Comarca a idoneidade moral indispensável para intimar a quem quer que seja. Trata-se de um juiz amancebado, corrupto, prevaricador, que devia intimar-se a si mesmo, quando, em novembro de 1933, extorquiu do comerciante local, Belarmino Pinto, importância superior a dois contos de reis, fatos exuberantemente provados na justificação aqui procedida sob a presidência do juiz de Ponte Nova, com assistência do subprocurador do Estado. Pá-ra a Prefeitura de Almorós e

perventura para todo o município não existe justiça na comarca, tendo ela à sua frente o atual juiz, bacharel... Vá, pois, intimar o diabo que o carregue...

No município de Manga, os "posseiros" ameaçados de se verem desalojados das terras por eles cultivadas, entraram em luta armada com os latifundiários.

A polícia seguiu para o local, em defesa dos donos das terras, o que se pôde prever uma chacinha, uma vez que a sua incumbência é prevenir possível derramamento de sangue... entre os litigantes.

O mesmo leitor informa que a firma Soares Nogueira, de Divinópolis, monopoliza a produção de leite de duzentas cidades mineiras para a fabricação de queijo. Esse monopólio tem sido o causador do constante aumento do leite. A ganância dos demais entra com a água no leite.

"O Diário" publicou uma reportagem de Roma sob o tema: "pode um franciscano apostar em jogos de azar?". O jogo em questão é o "toteleu-cio". O franciscano explica junto à pergunta, que apostando no referido jogo, "grandes quantias haviam sido ganhas". A resposta foi: não. O que não impede de alguns frades fazerem suas fezinhas no jogo de bicho, e, também, na "pelada" brasileira.

Nutrido de ruínas, escreve "O Diário": "A hora é de astúcia. Mas há-de ser também da reação contra a esperteza, se não quisermos que o abastardamento mergulhe e asfixie o País".

E afirma o Sr. Tístão da Cunha, Secretário da Agricultura: "Está tudo errado".

ARQUIVO

1929 — BAILES DO GUANABARA, TERMÔMETRO POLÍTICO — A ÚLTIMA CAMPANHA DA REPÚBLICA VELHA

Como o líder balano Simões Filho — elemento dos mais destacados da brigada de choque que defendia na Câmara o Presidente Washington Luís — apartasse de longe, exclamou da tribuna o Sr. José Bonifácio:

— Por que o nobre Deputado pela Bahia, para tirar com perfeita exatidão as conclusões de minhas palavras, não vem ouvir-me de mais perto? O convite é uma homenagem que presto a Sua Excelência.

Simões Filho acerca-se da tribuna, comentando, então, o representante carlos Cândido Pessoa:

— A Bahia aproxima-se dos liberais...

— Quero e desejo a aproximação da Bahia! retreua o orador, com presença de espírito.

É esta uma das passagens do discurso pronunciado na Câmara no dia 5 de agosto de 1929 pelo líder mineiro José Bonifácio, rompendo com o Catete em nome de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. As três unidades rebeldes uniam-se e formavam a Aliança Liberal, apresentando à Nação a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, num movimento de combate ao nome de Júlio Prestes, que contava com a preferência do Presidente Washington Luís, sendo apoiado pela política oficial de 17 Estados.

Era aquele o início da jornada que levaria o País à Revolução de outubro de 1930.

MINAS NÃO FOI CONVIDADA PARA O BAILE

Por que, afinal, Minas rompera com o Catete, quebrando, ao mesmo tempo, os laços da sua tradicional aliança com a política paulista?

Não faltaram insinuações apontando o malogro da articulação da candidatura de Antônio Carlos, Presidente de Minas, à sucessão de Washington Luís, como causa daquela atitude do governo mineiro.

No seu discurso, iniciando as hostilidades contra o Catete, José Bonifácio deu as razões de Minas.

Além de apontar na candidatura Júlio Prestes um vício de origem — que era a sua imposição pelo Presidente da República — Minas tinha os seus motivos de mágoa com o Catete. Perdera a presidência da Comissão de Finanças do Senado, mas, havia mais. Aqui vai um trecho do discurso do líder mineiro:

— Para os bailes do Palácio Guanabara, é o Sr. Júlio Prestes o único dos governadores convidado expressamente pelo Presidente Washington Luís. No dia 7 de setembro, deixando São Paulo, onde se proclamou a Independência, o Sr. Júlio Prestes compareceu a um desses bailes.

— O Presidente do Estado do Rio também foi convidado — apartou o representante fluminense Thiers Carlos.

— Porque é quase da mesma cidade. Pode-se dizer que faz parte dos convívios sem convite — responde-lhe José Bonifácio.

— Não apoiado, protesta, abespinhado, o Deputado fluminense.

Insistiu o líder de Minas:

— O Sr. Júlio Prestes foi o único governador convidado. Viriato Correia, que era representante do Maranhão, deu a essa altura o seu palpito:

— Naturalmente, o Sr. Presidente da República não iria, por exemplo, convidar o governador do Amazonas.

— Por que não? Poderia convidar — diz o Deputado mineiro Francisco Peixoto.

Continua José Bonifácio.

— O Sr. Júlio Prestes compareceu ao baile e foi apresentado como o Delfim ou o Príncipe de Gales. Dai o ser atribuída ao Sr. Washington Luís a frase, cuja versão nos chega por um político paulista, e que é a seguinte: "Nesta Inglaterra, o Príncipe de Gales, o herdeiro da Coroa, é o Presidente de São Paulo".

CONSEQUÊNCIAS IMPREVISÍVEIS

Houve um instante de grande agitação no discurso do líder mineiro. Foi quando o Sr. José Bonifácio — lançando um refrão que depois se tornou popular — assim se referiu à Paraíba, que formara ao lado de Minas e do Rio Grande do Sul:

— A formosa Paraíba, pequenina, mas gloriosa, independente, ativa, nos honrou com a sua solidariedade, alcançando, por assim dizer, a dignidade cívica do Norte neste extraordinário movimento.

Protestaram com veemência os Srs. Souza Filho, de Pernambuco, Homero Pires, da Bahia, Clodomir Cardoso, do Maranhão, Simões Filho, da Bahia, Aníbal Freire, de Pernambuco, Domingos Barbosa, do Maranhão, Nelson Catunda, do Ceará, Alfredo Rul, da Bahia, Elói de Souza, do Rio Grande do Norte. Não, o Norte não recebia lições de ninguém. Alto lá.

Vinte e três anos depois, ressurto do discurso do Sr. José Bonifácio o seu tom profético. Iniciava-se apenas uma campanha política. Mas, o orador pressentia o perigo, quando afirmou já no final da sua oração:

— Esta luta, apesar do seu terreno elevado e digno, pode ter consequências imprevisíveis.

E insistiu:

— A responsabilidade pela luta que se travar, a responsabilidade dessa campanha cívica, cujas consequências, como disse, são imprevisíveis, deve correr por conta do Sr. Presidente da República.

Seria aquela a última campanha política da Primeira República, da República Velha.

NEWTON PRATES

RIO. 29-8-1952 ☆ COMÍCIO ☆ PÁGINA 23

SEJA ASSINANTE DE "COMÍCIO"

COMÍCIO é uma revista para ler e guardar. É uma assinatura é a melhor maneira de V., leitor amigo, contar sempre com o seu exemplar semanal, entregue na sua própria casa. Seja também um assinante de COMÍCIO, remetendo-nos o CERTIFICADO abaixo, acompanhado da importância de Cr\$ 150.00 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS), o que lhe dará direito a uma assinatura anual do nosso semanário.

NOME:

RUA e N.º:

CIDADE: ESTADO:

IMPORTANTE: Faça a sua remessa exclusivamente por: ☐ Cheque N.º ou ☐ Vale Postal N.º

EDITORIA GRÁFICA COMÍCIO S. A. ou ☐ Valor Declarado

Em Rua Alvaro Alvim, 21 - 20.º And. - Rio de Janeiro

Corre Ouro Nos Trilhos da "Inglêsa"

Carreiras Fulminantes, o Oleoduto Que Extravasa, o Contrato Com a Ultragaz e Outras Coisas Estranhas da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí

SÃO PAULO — Nossa resposta ao Deputado Tenório Cavalcanti, que levantou há algum tempo, na Câmara dos Deputados, a lebre dou-rada da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, com a apresentação de um requerimento que bateu todos os recordes de volume e minúcia, parara, no último número de COMICIO, na questão da autoridade e dos poderes do administrador da EFSJ, Sr. Renato de Azevedo Feio. Se algum leitor não nos leu no último número, faça-o agora. A massa de irregularidades que se verificam nessa estrada que passou a ser brasileira quando já o era e deixou de ser a "Inglêsa" para transformar-se em objeto de requeri-mentos graves não nos permite uma recapitulação. Estes nossos artigos são uma exposição elucidativa ao Deputado fluminense. Se o governo ou a Estrada ainda não responderam ao parlar-mos, nós o fazemos. Mes-mo correndo o risco de nos tornarmos monótonos, pode-mos prosseguir hoje:

OLEODUTO E GRATIFI-CACÕES

As aquisições da faixa de domínio traçada para dar passagem ao oleoduto entre Santos-Jundiaí, destinado a baratear e simplificar o transporte de óleo e combustivel do porto santista para os centros consumidores, foram feitas por um engenheiro e dois advoga-dos especialmente contrata-dos para tal serviço.

Um advogado da Estrada, parente do Sr. Renato Feio, e sua secretária, receberam, a título de relevantes servi-ços, as gratificações de vinte mil e dez mil cruzei-ros respectivamente. Pode-se perguntar por que razão es-ses funcionários da estrada devam receber gratificações só porque, no seu período de trabalho, são obrigados a trabalhar numa tarefa espe-cífica. Os outros funcioná-rios que realmente trabalharam nestes serviços não ganharam nada mais além dos seus escassos vencimentos. Mas esses são males meno-res.

CARREIRAS METEÓRICAS

Existe o caso de um en-genheiro, que se afirma ser

Segunda de duas Reportagens de CLAUDIO ABRAMO

amigo íntimo do Sr. Renato Feio, o qual foi colocado no quatro efetivo de engenhei-ro da Estrada de Ferro San-tos-Jundiaí, na classe "B", isto é, com um padrão de salário quase equivalente ao daqueles abnegados que con-seguiram, graças a melode de uma existência de dedi-cação e trabalho, chegar ao final da carreira, e na fren-te de outros tantos engenheiros que, com 30 ou mais anos de serviços prestados ficaram para trás, só para assistir à passagem desaba-lada deste Pintacuda da bu-crocracia.

Como é de praxe, e como acontece com os demais fun-cionários, esse engenheiro deveria ter começado na classe inicial e não pelo fim. Esse "passe-passe" meteo-rico de uma letra para outra foi cometido sob sigilo: a portaria, respectiva, que de-veria ser divulgada (como é de praxe e como é regular) não o foi. Aliás, podemos afirmar que nenhum ato da administração da EFSJ é di-vulgado, passando-se as or-dens da Administração para a Seção do Pessoal sem co-mentários. Todos os atos re-ferentes às decisões tomadas pela administração e que normalmente seriam divulga-dos (também para isso a EFSJ comprou a tipografia que já lhe pertencia) se pas-sam dessa maneira. O en-genheiro em questão ganha dezoito mil cruzeiros, mais o repouso semanal remunera-do, o que lhe dão mais ou menos 22 mil cruzeiros por mês. Afirma-se dele ser ho-mem de comprovada compe-tência, mas isto não se con-testa aqui. Sendo ele chefe do Departamento de Eletri-ficação da EFSJ (com experi-ência adquirida na Cia. Paulista de Estradas de Fe-ro, de que é funcionário), e sendo esse cargo conside-rado de confiança, estaria justificada a sua entrada abrupta para a Estrada, mas não fica explicado porque o fizeram passar por cima de todos os padrões.

Existe ainda um outro en-genheiro, que vem a ser con-traparente do primeiro, que também tem sido privilegia-do com promoções que se não são escandalosas (por-que entre tantos escândalos nacionais, afinal de contas, este é um pequeno deslize) são pelo menos curiosas. Mas o caso deste engenhei-ro é "sui generis": este se-nhor ganha 10 mil cruzei-ros mais mil cruzeiros como

Chefe da Seção ou Reparti-ção de Transmissão e Ilumi-nação da Estrada. Mas seu serviço exige um ajudante ou assistente. Como chefe, cabe-lhe nomear seu ajudan-te e esse é um direito que ninguém contesta. Que fez então o engenheiro contra-parente? Nomeou-se seu próprio ajudante, matando

Oficina construída pela "Mafersa" nos terrenos da Estrada, no pátio da Estação da Lupa

dois coelhos com uma caja-dada, tornando-se chefe e ajudante de si mesmo, e naturalmente acrescentando aos onze mil cruzeiros mais mil por ajudar-se.

Há ainda um outro caso, o de um parente do Governador do Estado. Afirma-se deste ter passado de Fiscal de Obras para Oficial Admini-strador, sem prestação de provas ou concurso prévios, como se exige dos demais funcionários. Este senhor, ex-funcionário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi para a EFSJ como Inspetor de Obras com vencimentos de 4 mil cruzeiros; mais tar-de passou, sem concurso, pa-ra Oficial Administrativo (cinco mil cruzeiros). Depois foi nomeado assistente do chefe da Seção de Obras: 8 mil cruzeiros (6.500 cruzei-ros de ordenado e 1.500 de gratificação).

Finalmente há o caso da-quele filho de um chefe de gabinete de Ministro que, recentemente admitido na Estrada, com alto salário, continua na direção de uma empresa particular, a "Ma-teriais de Ferrovia S. A.", ou "Mafersa" para os íntimos, com sede em São Paulo. Essa ubiquidade é proibida pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Mas a erer no Deputado Armando Falcão, o exemplo vem de cima. Fa-lando outro dia na Câmara dos Deputados e referindo-se a um caso ligado a San-tos-Jundiaí, citou, de pas-sagem, o fato de ser o Sr. Renato Feio, ao mesmo tem-po que administrador da es-trada, um dos diretores da "MAFERSA" empresa parti-cular.

Uma virtude não se pode negar ao Sr. Renato Feio: a lealdade. Ele aí, pelo que po-

demos ver, o que se pode chamar um homem leal. Aquêles que foram seus ami-gos continuam seus amigos. Aquêles a quem dedicou ele amizade continuam a sentir seu calor.

Veja-se, por exemplo, o caso de um antigo agente da Estação D. Pedro II, no Rio, a quem os anos de trabalho na Estrada de Ferro Central do Brasil fizeram com que estreitasse laços de amizade com o administrador de en-tão, hoje administrador da Santos-Jundiaí, O Sr. Bil-tencourt, esse é o seu nome, foi trazido para a Santos-Jundiaí pelo Sr. Renato Feio, que lhe conhecia os méritos,

São Paulo, sabe que a antiga "Inglêsa" sempre contou com empregados competentes. Mais úteis, se tão efi-cientes, esses funcionários importados seriam na pró-pria Central do Brasil onde cada viagem é uma aveni-tura e cada passageiro um audacioso.

O PONTO E A BANCA

Antes da encampação da São Paulo Railway, e nas duas administrações anterio-res à do Sr. Renato Feio, a arrecadação da renda diária era feita pela própria Estrada, com trens especiais que

de bom ferroviário, mal re-munerado, e nomeado chefe do Serviço Rodoviário da E. F. S. J., com ordenado de 14 mil cruzeiros (catorze mil cruzeiros). Mais o descanso semanal remunerado a que tem direito todos os brasi-leiros.

O Sr. Pedrazzi, antigo mes-tre da oficina da "Cobras-ma", outra empresa parti-cular de que o Sr. Renato Feio seria um dos acionistas, e onde ganhava dois mil cruzeiros, passou para a Santos-Jundiaí com o ordenado de 7.500 cruzeiros (sete mil e quinhentos) mais mil cruzei-ros de abono. Mais o descan-so semanal remunerado. Este antigo mestre de oficina viaja pelo Estado e pelo Nor-te do País. Há pouco teria estado no Amazonas e em outros Estados, a fim de tratar da compra de 100.000 (cem mil) dormentes que os entendidos dizem ser da mais ínfima qualidade, e sem con-corrência. A comissão rece-bida por dormente é de quin-ze cruzeiros. A Estrada paga todas as despesas de viagem e estadia. Este mesmo senhor trabalha para a firma "Co-brasma" e afirma-se dele que viaja para exclusivo in-teresse dessa firma.

Outro caso é o de um ve-lho maquinista da Central do Brasil, trazido pelo Sr. Renato Feio para a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, onde exerce o cargo de "Inspe-tor de Máquinas", passando por cima de velhos e competen-tes funcionários da ferrovia. Pode-se afirmar, de qualquer maneira, que todos esses são pessoas de extraordinária ca-pacidade de trabalho e com-provada eficiência no servi-ço e que portanto são utili-simos para a E. F. S. J. Mas todo mundo, pelo menos em

faziam a coleta. O dinheiro era trazido diariamente a São Paulo e depositado no Banco do Brasil. Atualmente a arrecadação, pelo menos onde pudemos verificar, das Estações desde a Lupa até a Mogoa é feita pelo Banco Lar Brasileiro (Sr. Correa e Cas-tro) e pelo Banco Cruzeiro do Sul. Agentes do Banco re-tiram de cada estação as verbas diárias, depositando-as na própria caixa. Trata-se de dinheiro da Estrada, um próprio da União, que serve a um banco particular.

O oleoduto em si já está ficando mais caro do que se imaginava. Muito mais caro, porque as contas, as-sim como esses controverti-dos 50.000 litros de gasolina, extravasaram. Dos saldos obtidos pela Estrada de Fe-ro Santos-Jundiaí, 167 mi-lhões de cruzeiros foram acrescidos ao total de 88 mi-lhões de cruzeiros fornecidos pelo Plano Salte, e empregados no aceleramento das obras do oleoduto. Mas a construção do oleoduto, que estava orçada em 143 milhões aproximadamente, fi-cou então, pelo que se vê, até o momento, em 255 mi-lhões, sem que esteja termi-nado o ramal especial. De 143 para 255 milhões a dife-rença não é grande, afinal de contas, são 100 milhões de cruzeiros.

NEC PLUS ULTRAGAZ

A administração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí celebrou com a Cia. Ultra-gaz um contrato para a construção e montagem de uma estação para recebi-mento de gás liquefeito, para uso exclusivo da "Ultragaz". O motivo, ou se quiserem, o

Um dos tanques, no terminal de Uruguai; mas nos oleodutos, como em tudo, na E. F. Santos-Jundiaí, há coisas estranhas e misteriosas

prefeito para tal obra: conseguir frete para a Estrada, calculado em 20.000 toneladas anuais, repetidos, (anuais), número considerável insignificante em relação ao montante do negócio. A "Ultragaz" já fazia o transporte de seus produtos por via-ferrã, cujo frete é mais cômodo e onde ela já possui vagões-tanque. Vinte mil toneladas de gás liquefeito por ano significam um milhão de cruzeiros anuais. O contrato estipula que o material importado pela "Ultragaz" e embarcado em nome da Estrada, com isenção de direitos. Diz ainda que a Estrada abrirá uma conta corrente, sem juros, onde creditará a "Ultragaz" a importância de 30 milhões de cruzeiros, isto é, o correspondente à compra e montagem da citada Estação. E debitará a importância de Cr\$... 1.500.000,00, que representam o valor das benfeitorias que devem ser fornecidas pela Estrada, ou seja, terreno, preparo do leito, água, luz, desvio ferroviário, etc.

A "Ultragaz" pagará metade do frete no ato do despacho, ficando a outra metade para ser debitada na conta citada. Vinte mil toneladas equivalem a 1 milhão de cruzeiros, que a "Ultragaz" pagará da seguinte maneira: 500 mil cruzeiros à vista e 500 mil cruzeiros debitados na conta corrente. Nesse passo de jaboti, a Cia. "Ultragaz" levará quase 60 (sessenta) anos para saldar seu compromisso. Em primeiro lugar é preciso verificar se uma Estação como essa durará sessenta anos, e além disso, se quando da rescisão do contrato estará ainda de pé e se estiver, como se imagina, já impraticável, por conta de quem correrá os serviços de reforma. No contrato facultase à "Ultragaz" o direito de rescindir o contrato, bastando que ela liquide os 50 por cento restantes do frete com o abatimento de 2 1/2 (dois e meio) por cento por ano

de utilização, desde que considere obsoleta a estação. Depois disso, poderá retirar todo o material, levando vantagem, já se vê, na isenção de direitos, na utilização das benfeitorias da Estrada, etc.

O OLEODUTO

Para construir o oleoduto, uma obra de inestimável valor e de inegável utilidade, e embora existissem técnicos nacionais, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí importou velhos funcionários aposentados da "Standard Oil" e outras empresas que operam nos serviços de oleoduto. Esses funcionários vieram com um ordenado médio de 45 mil cruzeiros mensais, mais casa da Estrada, mobília, com enceradeiras, bateladoras, geladeiras, liquidificadores, em suma, todos esses "gadgets" e pequenas utilidades que fazem a alegria dos americanos e de muitos brasileiros.

Esses técnicos americanos recebem em dólares. Cada técnico tem um intérprete que custa à Estrada 5 mil cruzeiros. Parece que o trabalho de alguns técnicos não deu o resultado que se queria, pois de uma feita fizeram o bombeamento com as válvulas fechadas, o que provocou um extravasamento de alguns milhares de litros de gasolina. Alguns funcionários da Estrada afirmam que se perderam assim 50.000 litros de gasolina, com um prejuízo de cem mil cruzeiros, mas outros, ligados à administração, dizem que o extravasamento não chegou nem mesmo a 5.000 mil litros, o que é considerado uma perda dentro dos limites de tolerância. Se há erro de um zero e da parte de quem se comete esse erro não sabemos.

A respeito da vinda desses técnicos norte-americanos existem opiniões contrárias. De um lado se afirma (Conclui na página seguinte)

Uma Carta do Sr. Renato Feio

Em Que São Contestadas as Acusações Feitas na Reportagem de Cláudio Abramo Sobre a Administração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí

PUBLICAMOS, neste número, a segunda reportagem de Cláudio Abramo sobre a administração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. A propósito da primeira reportagem, recebemos do Sr. Renato de Azevedo Feio, administrador da ferrovia, a carta que abaixo publicamos.

Obedecendo, desta maneira, à ética jornalística, temos apenas a dizer que não houve, nem há, de nossa parte, nenhum "intuito de fazer escândalo".

"Prezados Senhores:

Em seu número de 15 do corrente, publicou esse semanário sob o título acima uma reportagem em que se procura criar dúvidas sobre a lealdade do procedimento da administração da Estrada, através uma trama de má-fé insinuações com evidente intuito de fazer escândalo.

Em quase 30 anos de serviço prestado ao Governo Federal, tanto eu quanto meus companheiros na direção da Estrada sempre defendemos com lealdade e dedicação os interesses da União nos setores que nos têm sido confiados, não medindo sacrifícios pessoais nem recando a difamação com que se procuram cobrir os interesses contrariados.

Entretanto, em consideração aos que dirigem o "O Comércio" e aos seus leitores, venho apresentar alguns esclarecimentos sobre o assunto, confirmando os que já foram prestados no pedido de informações do Deputado Teodoro Cavalcanti, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, dentro do prazo de 30 dias estabelecido pela Presidência da República, demonstrando estarem plenamente justificados e rigorosamente dentro dos limites de autoridade da administração, todos os atos inquiridos no requerimento em causa e sobre cuja regularidade pudesse pairar qualquer dúvida.

SALDOS

A escrituração da Santos-Jundiaí, toda ela feita de acordo com a padronização oficial de contas, é examinada de 6 em 6 meses por uma comissão de que fazem parte um representante do Tribunal de Contas e um do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, tendo sido pela mesma aprovados até a presente data, sem qualquer restrição, todos nossos balanços e contas.

A situação financeira da Estrada foi ainda examinada por representantes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do "International Bank for Development", os quais só tiveram em relação à mesma as mais elogiosas expressões.

Com base nesses relatórios, não hesitei o "Export-Import Bank" dos E.U.A., em nos conceder um vultuoso empréstimo para melhoramentos de nosso material rodante, o que certamente não teria feito se não tivesse constatado a mais perfeita exatidão nos lançamentos de nossos livros.

Tendo passado de Cr\$ 396 milhões, em 1946, para Cr\$ 506 milhões, em 1951, a receita da Estrada, ao mesmo tempo que a despesa com combustíveis se reduziu de Cr\$ 104 milhões para Cr\$ 55 milhões, não será preciso procurar em pressão o jogo de escrituração a justificativa dos saldos que vêm apresentando a Estrada e que têm sido empregados exclusivamente em melhoramentos da mesma, entre os quais a construção do Oleoduto que já absorveu cerca de Cr\$ 170 milhões além dos Cr\$ 20 milhões recebidos pelo Plano Salte. Não dispussemos a Estrada de saldos e o Oleoduto estaria, hoje, ainda por ser construído.

Veiculando acusações, em uma reportagem assinada por um jornalista perfeitamente idôneo, que é dos melhores da imprensa paulista, cumprimos um dever patriótico, que é o de fiscalizar o emprego dos dinheiros públicos. E estamos convencidos de que uma tal publicação sempre serve para advertir os responsáveis de que os seus atos estão sendo vigiados.

E a seguinte a carta de Sr. Feio, dirigida a esta redação:

SITUAÇÃO DA VIA PERMANENTE

* também, falsa a alegação de que a Estrada não deixou de adquirir os materiais necessários à conservação do seu material rodante e fixo, principalmente no que diz respeito à Via Permanente, pois, ao passo que neste ano anteriores à administração atual foram recebidos, em média, apenas 3.000 dormentes por ano, foram os seguintes os recebimentos de dois das medidas por nós tomadas:

1949	53.513
1950	34.184
1951	22.904
1952	53.378 *

* NOTA: A quantidade de 1952 se refere apenas aos sete primeiros meses do ano, esperando-se sejam recebidos mais 54.700 até Dezembro.

Desde que assumi a direção da Estrada, a atual administração comprou mais trilhos, mais dormentes, mais acessórios de fixação e mais pedrã britada para lastro do que em qualquer tempo na vida da Estrada.

Note-se ainda que coube à presente administração planejar o emprego de trilhos de 57 quilômetros por metro, tendo-se adquirido para cerca de 70 km. de linha, e que foi pela mesma organizado um programa geral de mais extensos melhoramentos das linhas, para cujo custeio estamos pleiteando um financiamento equivalente a Cr\$ 84 milhões através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Finalizando, devo esclarecer que as despesas com serviços da Via Permanente que atingiram 32 milhões de cruzeiros em 1949, passaram a 35 milhões de cruzeiros em 1950, a 38 milhões de cruzeiros em 1951, prevendo-se que se elevem a perto de 48 milhões de cruzeiros em 1952, visto terem sido gastos 19 milhões de cruzeiros somente até maio.

EMPREGADOS SERVINDO NO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

À Exm. Sr. Ministro de Estado cabe e direito de requisitar a colaboração de qualquer servidor das repartições que lhe são subordinadas, a fim de constituir o respectivo Gabinete.

Os empregados da Santos-Jundiaí que estão prestando serviços no Ministério, servem no Gabinete do Ministro, sendo, portanto, regular a sua situação, devendo-se esclarecer que, como Chefe de Gabinete, não recebo o Engenheiro Mendonça Jr. vencimentos, mas, somente a gratificação de sua função e à Santos-Jundiaí só lhe paga os vencimentos a que tem direito, pelo fato de trabalhar exclusivamente tempo diário integral no Gabinete do Sr. Ministro.

O único agente, na organização do Oleoduto, é o Sr. Darcy Leal de Menezes, que trata, no Rio, dos interesses da Estrada em andamento nas repartições federais, Banco do Brasil e Ministério da Fazenda. Sem o seu concurso e falta de assistência contínua, iriam, com consequência, retardamentos na solução dos casos pendentes, com evidente prejuízo à marcha de construção do Oleoduto, além de nos obrigar a despesas de

viagem e diários dos funcionários que teríamos de mandar frequentemente ao Rio.

DESCANSO REMUNERADO

A verba de 100 milhões de cruzeiros foi solicitada na base da estimativa feita de que seriam pagos todos os domingos e feriados a todos os empregados. Entretanto, a aplicação da lei exigindo descontos por faltas, entradas atrasadas, etc., reduziu onerosamente o total previsto.

Muitos ex-empregados que deixaram o serviço efetivo da Estrada por aposentadoria, falecimento, demissão ou abandono de emprego, embora com direito ao pagamento ainda não o reclamaram, havendo assim necessidade de ficarmos com saldo durante o período de validade do crédito concedido.

Não só este saldo como todas as importâncias pertencentes à Estrada estão depositadas em nome da mesma, só podendo ser movimentados pelo Administrador, não passando de mera insinuação a alegação de que estejamos em meu nome particular.

COMPRA DA TIPOGRAFIA

Não pertencendo à "São Paulo Railway Company" e sim à Cia. Fazenda Belém S. A., não podia ser a tipografia arrolada na encampação da Estrada.

Sua aquisição foi precedida da indispensável autorização do Exmo. Sr. Ministro da Viação e a legitimidade dos títulos que constam do Registro n. 3846, de 20-9-1930, no Cartório de Imóveis da 1.ª Circunscrição, em São Paulo, demonstram ter a mesma pertencido anteriormente à S.A. Casa Vanierem que a vendeu à Cia. Fazenda Belém.

CARVÃO E FERRO

O depósito de mercadorias nas proximidades de Santos, diminuindo a distância dos transportes e evitando percursos nas Serras, traz como imediata consequência uma maior rotação dos vagões, permitindo que cada veículo, no mesmo tempo, volte duas ou três vezes ao caso, acelerando assim a descarga dos navios.

Ao congestionamento do porto, de pleno conhecimento público, trazendo desprestígio para o país e agravando a situação cambial, deve-se a sobretaxa de 25 por cento sobre os fretes marítimos.

Foi oferecido a diversos grandes importadores de produtos a granel deposita-los nas proximidades de Santos, a fim de abreviar a liberação dos navios. Alegando que a dispensa de armazenagem não compensava as despesas com carga, descarga e perdas eventuais, em face da Estrada não assumir qualquer responsabilidade pelas mercadorias em causa, a maioria dos importadores não aceitou a proposta e o próprio Sr. Graviña só concordou com o depósito a título experimental para uma única partida de 6.300 toneladas de "equi", e não de carvão, recebida pelo navio "Berlim".

Quanto à "sucata", devo esclarecer que a Estrada vende toda a que tem disponível, na-

da havendo que justifique o lucro contrário, pois, não sendo de qualquer utilidade para o serviço, representa capital improbitizado, obstáculo ao aproveitamento de espaço e desperdício com pessoal necessário para a sua guarda e manutenção.

Os preços de venda são obtidos por consulta direta aos compradores interessados que são em número superior a 15, sendo os maiores concorrentes as fundições de ferro e aço. Com os demais compradores, ficam apenas os tipos de "sucata", que, por circunstâncias especiais, têm para eles maior interesse, possibilitando-lhes pagar melhor do que as fundições.

O Sr. Ernani Vieira da Cruz, como qualquer outro comprador, paga antecipadamente o valor da compra, estando, portanto, protegida a Estrada contra qualquer prejuízo.

A Estrada só vende trilhos aproveitáveis para construção do desvio ao longo de sua linha, a fim de aumentar o volume de seus transportes.

O valor de Cr\$ 7.000 indicado para os trilhos é absolutamente fantástico, pois, os adquiridos da Cia. Siderúrgica Nacional a Cr\$ 2,20 o quilo e o melhor preço obtido para o mesmo material (pedaços com menos de 2 metros, bolotas quebradas etc.) nunca excedeu de Cr\$ 2,00.

ARMAZENS GERAIS

Na luta pela sobrevivência, são as estradas de ferro obrigadas a lançar mão de todos os recursos para recuperação dos transportes, sendo um deles as conveniências asseguradas aos seus clientes, entre as quais se encontram os armazéns gerais.

Assim, o serviço introduzido pela Santos-Jundiaí, como prioridade do sistema, é, sem dúvida, necessário e estamos certos de que outras estradas seguirão em breve a mesma orientação.

O imóvel utilizado pelos Armazéns Gerais Santos-Jundiaí foi adquirido por Cr\$ 18.000,00, sendo o valor de Cr\$ 55.074,00, tendo sido montado, em uma sede central, na Estrada da Luz, outro no núcleo da Lapa, e o terceiro no "Clube Lira Serrano" para benefício dos empregados residentes em Paranaíba e suas famílias. A despesa correspondente foi inscrita na Conta 3.117, de acordo com as normas estabelecidas pela padronização das contas de estradas de ferro, sendo necessário esclarecer que, além do "Nacional Atlético Clube", também receberam auxílio da Estrada duas cooperativas de consumo, o "Lira Serrano Esporte Clube" e duas bibliotecas, todas entidades constituídas exclusivamente de empregados.

são abertos os respectivos créditos.

O processo seguido está perfeitamente regularizado com a aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Viação, nos termos do ofício n.º 1.268, de 31-3-50, do Sr. Diretor da Divisão de Material do Ministério.

FUTEBOL

O "Nacional Atlético Clube", associação com mais de 35 anos de existência, tem a quase totalidade de seus 5.000 associados constituída de empregados da Estrada, que não são dispensados de seus serviços normais para ficar à disposição do clube, tendo, portanto, profissão bem diversa da de jogadores profissionais.

O clube funciona em dependências que são propriedade da Estrada e qualquer benfeitoria nela executada se incorpora ao patrimônio da União.

Em compensação pelo auxílio que lhe presta a Estrada, assume o clube a obrigação de realizar festas sociais, sessões cinematográficas semanais e campeonatos esportivos internos entre os empregados sediados ao longo de toda a linha da Estrada.

Procura a administração, deste modo, realizar parte do programa de assistência social tendo como objetivo o congestionamento dos trabalhadores através das atividades de recreação operária.

Para atingir as mesmas finalidades sem o auxílio do "Nacional", teria a Estrada que organizar um dispêndioso serviço, cujas despesas seriam, sem dúvida, muito superiores aos benefícios que esta associação de empregados tem obtido.

A Estrada já adquiriu 3 aparelhos de televisão pela importância de Cr\$ 55.074,00, tendo sido montado, em uma sede central, na Estrada da Luz, outro no núcleo da Lapa, e o terceiro no "Clube Lira Serrano" para benefício dos empregados residentes em Paranaíba e suas famílias. A despesa correspondente foi inscrita na Conta 3.117, de acordo com as normas estabelecidas pela padronização das contas de estradas de ferro, sendo necessário esclarecer que, além do "Nacional Atlético Clube", também receberam auxílio da Estrada duas cooperativas de consumo, o "Lira Serrano Esporte Clube" e duas bibliotecas, todas entidades constituídas exclusivamente de empregados.

REPARAÇÃO DE VAGÕES

O número de empregados nas oficinas foi reduzido de 1.866, em maio de 1948, para 1.377, em abril findo, mas, em compensação, deixou-se de fazer a reparação e conservação de mais de 60 locomotivas a vapor, retiradas do serviço e substituídas por 15 elétricas e 6 Diesel-elétricas, de manutenção muito mais fácil.

Desde longo tempo, vem a administração se orientando no sentido de entregar a firmas especializadas os serviços que possam ser por elas executados, sem inconveniência para a Estrada.

A orientação citada permite maior rapidez nos trabalhos ao mesmo tempo que alivia grandemente a administração, reduzindo os encargos resultantes das inúmeras questões com a direção do pessoal e aquisições de materiais e permitindo seja seu tempo melhor aplicado em ação direta sobre os transportes.

Dentro deste critério, foram, pouco depois de minha nomeação para a administração da Estrada, entregues à Cia. Brasileira de Material Ferroviário "Cobrasma" diversos serviços, cujos preços foram estabelecidos conjuntamente pela firma e correspondente Departamento Técnico da Estrada.

Ultimamente, foi também a "Mafersa" encarregada de reparação de vagões, cedendo-se para este fim um galpão fornecido disponível com a eliminação da trilha a vapor, onde estavam máquinas operatrizes e instalações de sua propriedade.

a fim de trabalhar em condições semelhantes às aplicadas ao trabalho da "Cobrasma", acrescentando a obrigação de aluguel pelo galpão ocupado.

Deve-se notar ainda que têm sido infrutíferos os estudos feitos pela Estrada no sentido de obter novos empregados nas especialidades mais necessárias no momento, tendo em vista a grande procura da indústria paulista.

PESSOAL ESTRANHO

A construção do Oleoduto, primeiro do Brasil, exigia que a direção fosse entregue a quem já tivesse conhecimento do assunto, de modo que se designou para a Chefia da Comissão o Coronel Arthur Le-Vy, que já tinha estado nos Estados Unidos e conhecia o Conselho Nacional do Petróleo.

De acordo com dispositivos regulamentares, o Cel. Le-Vy, único militar da ativa em serviço na Estrada, foi agregado ao respectivo quadro, passando a perceber os vencimentos atribuídos à Chefia da Comissão.

O acerto da providência está perfeitamente comprovado pelos resultados obtidos, pois, tendo o Oleoduto em pleno funcionamento, o que vem permitindo a utilização da capacidade das nossas linhas para o transporte de outros mercadorias destinadas à São Paulo e ao interior do Estado.

Percebendo a Estrada ao Governo Federal todos os processos de caráter jurídico devem ser decididos pelo Tribunal Superior de Recursos e os processos trabalhistas, em fase de decisão final, pelo Tribunal Superior do Trabalho, ambos funcionando no Rio de Janeiro.

Ante a situação, ficou a administração com a alternativa de manter um advogado no Rio ou fazer com que um dos seus quadros efetivos desse constantes viagens, sendo que na última hipótese correríamos o risco de perda de prazo e não se tinham os casos acumulados para a devida atenção.

O exame da questão, sob os pontos de vista financeiro e de eficiência, levou a administração a decidir pela primeira solução, sendo o custo das viagens dos resultados favoráveis obtidos em grande número de processos, num valor de milhões de cruzeiros, constitui uma maior justificativa para a medida.

ACÚMULO DE CARGOS

Pela organização em vigor na Estrada, conforme organizado na junta, cabe ao Administrador, além da direção geral, a

supervisão dos serviços técnicos (Depto. da Via Permanente, Oficinas, Eletrificação e Comissão de Oleodutos); ao Assistente Fernando Teixeira a do serviço de transportes (D e p t o. de Transportes, Rodoviário, Armazéns Gerais, Garage, Comercial e Comissão de Oleoduto); e ao Assistente Alcides de Almeida Régio a dos serviços administrativos (Depto. de Finanças, Reparação do Pessoal, Escolas Profissionais, Seções de Expediente e de Segurança e Serviço de Casas).

Vê-se, portanto, que as unidades de serviço administrativo acima citadas, são apenas organicamente subordinadas ao Eng. Alcides Régio, o qual está dirigindo pessoalmente o Serviço de Casas ainda em organização e expansão.

Dr. Alcides Régio teve a seu cargo, durante o tempo necessário para reorganizá-los, o Depto. de Finanças e a Reparação do Pessoal, cujas direções estão, hoje, entregues a outros quadros.

A conveniência da medida justifica-se plenamente pelos resultados obtidos, pois, os quais se deve ressaltar a redução de 25 por cento no número de empregados necessários à Reparação do Pessoal, a regularização dos serviços que se encontram absolutamente em dia, a normalização do preparo das folhas de pagamento que, de sempre atrasadas, passaram a ser entregues adiantadas, assim como, o melhor aproveitamento das máquinas "Hollerith" que, antes, devido a novos serviços de contabilidade e estatística, com grande economia para a Estrada.

Devo salientar que o Eng. Alcides Régio jamais enfeixou em suas mãos limitados poderes, mas, sim, apenas aqueles que foram delegados de acordo com a Portaria N.º 902, de 10-10-48, baixada pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação, em face do Decreto-Lei 8669, de 13 de setembro do mesmo ano, e em nenhum dos casos acumulados foi desobediência de suas funções um só título para que fossem elas entregues ao Eng. em causa, qual, também, jamais percebeu qualquer provento adicional, recebendo da Estrada única e exclusivamente o seu ordenado de Assistente.

Exatidão o tempo que esteve na América do Norte, acompanhando o Sr. Presidente da Seção Brasileira, comissão Mista Brasil-Estados Unidos, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, em processo PR-29783/52, informou me afastado da direção da Estrada, estando sempre em São Paulo vários dias da semana, muito embora a Portaria N.º 6,

de 8 de janeiro da corrente ano, do Exmo. Sr. Ministro da Viação, determinando emprestado em colaboração à referida Comissão, tenha me obrigado a frequentes viagens ao Rio de Janeiro, além das que tive de fazer correndo as linhas da Ferrovia Paraná-Santa Catarina, E. F. Goiás, e recentemente da Noroeste do Brasil.

Meus poderes como Administrador da Estrada estão perfeitamente definidos na Portaria 902, de 10-10-48, que tem força de "Regulamento", em face dos termos do Art. 10º do Dec. Lei 8669, de 13 de setembro do mesmo ano, sendo a Estrada uma entidade de direito público, constituída por patrimônio da União, com personalidade jurídica própria e administração descentralizada.

Pelos dispositivos citados, o Administrador da Estrada está diretamente subordinado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação, devendo prestar contas de 6 em 6 meses, perante um Conselho de que fazem parte um representante do Tribunal de Contas e um do Depto. Nacional de Estradas de Ferro.

Do mesmo modo, o Dec. Lei N.º 8249, de 29-11-1945, estabelece as condições de todo o pessoal da Estrada, sendo os admitidos anteriormente à encampação regulados pelos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e os demais pelas normas da legislação sobre esta matéria.

A organização vigente na Estrada, se tivesse qualquer coisa a regular, teria sido um empecilho à concessão do empréstimo que obtivemos de um Banco estrangeiro, o qual evidentemente não negociaria com uma entidade ilegalmente constituída.

Desculpando-me pela extensão que não me foi possível deixar de dar à presente, estou certo de que esse semáforo dará à mesma a necessária publicidade, a fim de que se desfazam as dúvidas porventura levantadas no espírito de seus leitores pelas insinuações contidas na reportagem de 15 do corrente.

Completando estes esclarecimentos, queremos observar que, em 1947, recebemos uma Estrada de eficiência com perspectiva pouco favorável, em virtude de um aumento de salários no valor anual de 40 milhões de cruzeiros, mas, que conseguimos ainda no referido ano passar ao regime de saldos sempre crescentes, o que coloca a Santos-Jundiaí em posição única entre as ferrovias administradas por delegação do Governo.

Atenciosas Saudações — (ass.) Renato de Azevedo Feio — Administrador

Corre Ouro Nos Trilhos da "Inglêsa"

(Conclusão da página anterior)

na que, afinal de contas se mandassem alguns engenheiros aos Estados Unidos para fazer um curso de especialização na construção e no manejo do oleoduto, teria economizado a Nação um bom dinheiro. Outros alegam o contrário, dizendo mesmo que para mandar aos Estados Unidos uma turma de engenheiros para especializar-se a despesa seria muito maior.

Há algum tempo, em São Caetano, os boeiros do oleoduto, talvez por defeito de construção, talvez porque estivessem momentaneamente fechados ou obstruídos, ou talvez por pirraça de São Pedro, não deram vazão a uma chuva excessivamente forte. A "General Motors" que tem suas oficinas em S. Caetano viu, de um momento para outro, suas dependências invadidas pela água, assim desviada pela impermeabilidade dos funcionários do oleoduto. O prejuízo de cinco milhões de cruzeiros, está agora a ser cobrado pela General Motors à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Com mais uma causa dessas pelas costas o preço de litro da gasolina transportado pelo oleoduto representará o

dobro do preço pelo qual é vendido.

Esse contrato pode ser visto por quem o desejar. Está lavrado no Tabelião Alvaro Borgerth Teixeira — 18º Ofício de Notas, Rua do Rosário, 100, Rio de Janeiro. Procure-se por este título: "Escritura de Contrato de construção e de financiamento que entre si fazem a Cia. Ultrazag S.A. e a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí". Número 1.085-G, Livro 850, Folhas 62v. 1.º Traslado.

FÉRIAS

Para terminarmos: contrariando o artigo 143 da consolidação das leis trabalhistas, o sr. Renato Feio e seus dois assistentes, senhores Alcides de Almeida Régio e Fernando Teixeira receberam, a título de "férias atrasadas" referentes aos períodos de 42-49, 49-50 e 50-51, respectivamente 55 mil, 44 mil e 44 mil cruzeiros, num total de 143 mil cruzeiros. As férias deveriam ter sido gozadas em tempo hábil e não pagas em dinheiro, pois além de transgressão à lei, trata-se aqui de um privilégio: aos outros funcionários não são pagas as férias atrasadas,

obrigando muitas vezes os interessados a recorrer à Justiça do Trabalho.

Havia também mais um pequeno negócio, ligado à compra de sapatas para freios. A EFSJ ia comprar de uma firma do Rio de Janeiro, 10.000 dessas sapatas, sem concorrência e sem tomada de preços. O requerimento do deputado Tenório Cavalcanti assistiu a lebre e o negócio foi desfeito na última hora.

Finalmente, acrescento-se a tudo isso o mal-estar reinante na Estrada, entre os empregados e os ferroviários, entre os engenheiros e antigos técnicos. Se o saldo favorável que a administração da EFSJ apresentou (e fazendo abstração do pecado original de ser um saldo que muitos consideram fictício) é um fator que labora em favor dos atuais dirigentes ou responsáveis, seria necessário que as falhas que temos apontado fossem corrigidas e que o ambiente carregado de ferrovia fosse desfeito. Duas coisas aliás, que só dependem da própria administração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

palavras Cruzadas

O famoso Prof. Cartaxo está boquiaberto com as demonstrações de cultura onívora e fulminante dos leitores de COMÍCIO. Não há problema, por mais duro de roer, a que não correspondam várias soluções certas. Daí a necessidade do sorteio, e que é um verdadeiro jogo de dados entre sábios. Os nossos decifradores que tenham paciência e tratem de acalmar a fúria de erudição.

Pelo sorteio, venceram o "Concurso [dos Pintores]": Klaus Kleber de Souza e Silva (Minas), premiado com uma assinatura anual de COMÍCIO e Lenita Esteves Ribas Marinho (Rio), com uma assinatura semestral.

No concurso dos "Vultos Históricos": Jorge Rodrigues (Rio), com uma assinatura anual e Avelino Almeida (Curitiba), com uma semestral.

AS MULHERES

As mulheres sempre levam vantagem. Quando não são mulheres boas, são boas mulheres. E ainda podem ser meigas, simpáticas, vampíricas, enlouquecedoras, de fechar o comércio, simplesmente materiais, altamente explosivas, engracadinhas, ingenuas. E ainda há as mulheres que podendo ser tudo isso, ainda são célebres. Pois de mulheres célebres é o problema de hoje, de homens que se descubram com o fare que Deus lhes deu e mais a ajuda do famoso Prof. Cartaxo.

HORIZONTAIS:

1. — Seu filho está sendo processado por espionagem. 8. — Arquivo municipal. 11. — Tem um busto no Parque Municipal de Belo Horizonte. 12. — Nítida das vésperas e bonanças. 14. — Interjeição de alegria, adjectivo. 16. — Testeira Edúarda Torres. 17. — Deus da inocência. 18. — Negativa. 22. — Gigante filha de Títeo. 23. — O poeta foi para o degredo, sem lhe dizer nada. 24. — Personagem bíblica de uma famosa peça de um inglês, escrita em francês. 26. — Vinte e quatro ou 50 folhas de papel. 28. — Morta pelo filho, segundo a tradição. 30. — Lira Treze. 31. — Mito de um homem no mesmo local em que faleceu o segundo Presidente Olegário Maciel. 33. — Intelectual. 34. — Rasgos promissórios, abstrata. 36. — Não tinha ninguém, e enfim. 38. — As suas júnias não davam nada no jogo. 42. — Biverte como solução social. 43. — Seguir.

VERTICAIS:

1. — Educadora italiana falecida há pouco tempo. 2. — Ato de roubar uma pessoa, pela violência ou

sedução. 3. — Já foi Maria Della Costa no Teatro Gramarye. 4. — Intelectual para animar. 5. — Cleo Teis. 6. O mesmo que acima. 7. — Criminoso. 8. — Serpente do velho Nilo, e assim que se chama. 10. — A Decima Musa pela nova ortografia. 13. — Este. 14. — 5ª mãe dos hebreus. 15. — Ocasionalmente um grande bochicho na antiguidade. 17. — O seu marido era um exultador, mas amava no abrimante. 19. — Em partes iguais. 21. — Mito. 22. — Inflamação da urina. 23. — "Nos braços dela eu sou mais homem" canta Silvio Caldas. 26. — Luta Gomes Araújo. 27. — Mil e cinco. 28. — Antes de Cristo. 29. — Cabo náutico de extremos fixos. 32. — Abreviação de 1935 (morta). 35. — Estátua. 37. — Sele Romanos. 38. — Síncope de exultar. 39. — Zombaria. 40. — Sinónimo do tédio. 41. — Atmosfera.

CORRESPONDÊNCIA

FRANCISCO C. FEITOSA (Rio) — A sua qualificação de "simplesmente ótimo" para COMÍCIO está simplesmente ótima. Continue desembolsando os seus três cruzeiros semanais, que de amigos e dinheiro precisamos nós, Amigos com dinheiro, ainda melhor. O seu dia chegará.

JOSE RAMOS DIAS (Rio) — Continue cavando a sua "chanca". Nesses tempos lucidos, o preço de COMÍCIO é realmente um refrigerio.

PABIANA IGNEZ DE LIMA (Rio) — Obrigado pelas boas palavras. Anotamos o seu respeito.

BENEDITO SALOMON DA COSTA E SILVA (Minas) — O professor Cartaxo vai francar-se um dia, na sua sala secreta, para examinar a sua colaboração. Quanto aos desenhos, podemos adiantar que, infelizmente, não poderão ser aproveitados. Questão de economia interna.

FILOLOGIA — O Senador Ivo de Aquino queixava-se, outro dia, de que está vida do Rio não lhe dá tempo para nada, nem para suas leituras. No bom remanso da vida catarinense é que ele podia gozar seus livros. E confidenciou:

— Fui professor de português, e se tivesse tempo iria estudar mais filologia; gosto muito.

Alguém sugeriu que ele desse, no Senado um curso de português para seus colegas. Muitos estavam precisando... E foi então que o Senador Melo Viana que estava na roda, se lembrou de que precisava dar um telefonema com urgência.

Só a Classe Operária Poderá Liquidar o Stalinismo

(Conclusão da página 15) gozar na cadeia o repouso compulsório que as democracias ocidentais gentilmente lhes ofertaram.

AS FORÇAS SADIAS APARECEM

Existem, entretanto, nos Estados Unidos e na Inglaterra, forças democráticas bem mais vivas do que as que compõem o Departamento de Estado ou recortam as jaquetas irrepresentáveis do sr. Anthony Eden. O proletariado americano e inglês foi sensível à situação espanhola. Tomou posição corajosa e determinada contra a política oficial de seus respectivos países. Um memorial do Congresso de Sindicatos Ingêses descreve suas atividades antifranquistas durante o ano de 1932, e afirma que o seu Conselho Geral sustentará seu voto à decisão britânica de possuir um embaixador em Madrid. O memorial declara ainda ter dado sua participação à campanha da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres "contra o regime de Franco e seus métodos totalitários". E acrescenta: "A Confederação Internacional e seus organismos filiados estão prestando apoio moral e material ao movimento clandestino dos sindicatos dentro da Espanha, agindo em estreita cooperação com a União Geral dos Trabalhadores de Toulouse."

O PROLETARIADO AMERICANO CONTRA FRANCO

CIO e AFL são letras decisivas no cenário sombrio da política internacional. Elas congregam 14 milhões de trabalhadores americanos, os mesmos que embarcaram o negócio do aço, ou se negaram a fabricar equipamentos agrícolas e artefactos de borracha, ou resolveram privar a população americana de presunto, por algum tempo. Essas iniciativas têm um peso muito forte na política americana, e, portanto, nos destinos do mundo. Como não poderia deixar de acontecer, elas tomaram posição no que diz respeito à política do Departamento de Estado. O memorial do Congresso de Sindicatos Ingêses esclarece: "a Federação Americana do Trabalho, bem como o Congresso das Organizações

Industriais — duas grandes organizações operárias reafirmaram sua decidida oposição à concessão do auxílio americano ao governo de Franco". Nem tudo está perdido, portanto. Ao contrário, é provável que muita coisa venha sendo ganha, um pouco em segredo, no íntimo dos movimentos operários internacionais que caminham com a democracia.

ÇA MARCHÉ

Não me venham dizer que os operários ingleses e americanos são comunistas ou que a Confederação Mundial dos Sindicatos Livres então pelo dispácio moscovita. Nem me afirmem, pelo amor de Deus, que as greves americanas são conduzidas por agente subversivos, a sôdo de "uma potência estrangeira". Não, tenham a paciência. Se assim fosse, estaria-

mos já definitivamente tragados pela vaga totalitária e reacionária do stalinismo. Acontece que existem forças operárias internacionais em crescimento ideológico e político, perfeitamente capazes de uma crítica implacável ao capitalismo e ao stalinismo, tão próximos, no fundo, tão parecidos nas suas manobras imperialistas para a dominação do mundo.

Na fermentação e engrandecimento dessas forças novas, genuinamente operárias, contando com a colaboração da melhor camada intelectual de todo o mundo, é que reside a chave da destruição do stalinismo e a superação do capitalismo, ambas posições racionais e anacrônicas, incapazes de trabalhar a face das coisas de acordo com os melhores modelos que o homem traz consigo. "Ça marche", como dizem os franceses.

Foi um brilhante acontecimento social o casamento da senhorita Clea de Luna Freire, filha do sr. Oscar de Luna Freire, contador geral da Confederação Nacional da Indústria e da senhora Helena de Freire com o sr. José de Matos, da sociedade paulista. A cerimônia realizou-se na igreja de Nossa Senhora da Paz, e a recepção foi feita no Country Club.

RIO 29-8-1952 ☆ COMÍCIO ☆ PAGINA 27

UMA ASSINATURA
ANUAL DE
COMÍCIO
Custa Apenas
Cr\$ 150,00

Pode-se Viver de Arte no Brasil?

RÁROS CONSEGUEM, E MUITOS SE LAMENTAM — Di acha que nos falta artesanato e fundamento nacional, Mario Cravo fala de vícios de educação, Portinari diz que não há incentivo à cultura, Maria Martins afirma que a arte é uma aventura e Segall adverte que tudo sempre foi assim

PODE-SE viver de arte no Brasil? Quase todos os nossos artistas dizem que vivem mal e têm ideias próprias e amargas sobre o assunto. Qualquer discussão sobre o caso é sempre agitada e o governo raramente deixa de vir à baila e levar a pior. E, em parte, o merece. O que faz da arte e pelo artista? Muito pouco. Mantém a obsoleta e mal aparelhada Escola de Belas Artes e promove os Salões, onde, depois de passar pelo crivo da politicagem, saem, anualmente, quatro artistas para o estrangeiro que voltam, dois anos depois, para uma vida nítida e difícil.

Sem trabalho, desamparado, o "prêmio de viagem" cai no marasmo, na intriga barata dos salões, na mendicância por um painel ou uma estatueta; tem que ter padrinhos políticos, amigos milionários ou arranjado emprego público para poder viver. Se, depois de mil escaramuças, consegue vender um trabalho para o Estado, na hora de receber seu dinheiro, sobra nas portinhas dos Ministérios onde é

tão bem tratado pelos contínuos como cobrador de prestações em casa de Barnabé. De resto, sobra em todos os lugares, nas verbas, na sociedade, nos cargos públicos e até nas exposições grã-finas onde se expõem quadros de Cézanne — que, aliás, também foi artista e muito sobrou. Por isso, nossos artistas irritam-se quando alguém assume para com eles ares protetores e quando

Reportagem de Flávio de Aquino

ouem vozes demagógicas-políticas-culturais falarem em cultura. Achem que a nossa cultura oficial resume-se em citar Rui Barbosa e convidar o pessoal da Academia para jantar no Hamanali.

O fato é que existe um grande divórcio entre a arte e o público. O público, que tem poucas oportunidades para ver obras de arte, é indiferente, quando não hostil, a uma arte que desconhece e que, por razões diversas, deixa de refletir seus problemas imediatos e suas aspirações. Alguns artistas, mesmo,

acham que a causa principal desse divórcio, dessa indiferença, cabe aos seus colegas que nada concedem ao público; e batem-se, então, pela criação de uma arte nacional que transmita nossos costumes, nossa maneira de ser.

JOSE PEDROSA, jovem e escultor — o que significa dizer: pobre e obrigado a trabalhar com material caro — nos disse: "Vivo só Deus sabe como. Ultimamente já ando farto. A meu ver, criar arte nacional é bobagem. Não se fabrica uma tendência, ou ela existe ou não existe. Maior divergência do que entre a arte e o povo, há entre aquela e o governo. O governo pensa que arte é assunto de discurso, artigo de luxo. Não difunde a arte, não incentiva os artistas dando-lhes trabalho e gasta com a arte uma soma tão ridícula que prova imediatamente o desprezo que tem por ela".

DI CAVALCANTI, que tem longos anos de experiência e luta, acha que "é difícil. Sim, agora — nos disse ele — depois de trinta anos, vivo de pintura. Antes recorria às artes menores, à caricatura, à ilustração e ao ensino. Podia dizer que vivia de arte mas não, propriamente, de pintura. O mesmo fato se dá com quase todos os nossos artistas. A razão disso é que falta à nossa arte artesanato e fundamento nacional. Por um lado, nossos artistas são individualistas e intelectuais puros; por outro lado, foram abandonados, em nosso país, tanto pelos governos como pelos artistas, as artes menores, fonte de inspiração de todas as manifestações de arte. A tradição formal, contida na arte popular, foi relegada e substituída pela maquinaria, nos assuntos olhados com desprezo ou desconhecimento. O resultado foi a criação de uma arte incompreensível para a maioria e, logicamente, invendável".

MARIO CRAVO, o escultor dos "Exus", pensa, também, de maneira semelhante.

"Poucos podem — declarou ele — a maioria vive de teimosia. E as causas são múltiplas: vícios de educação; desconhecimento, por parte do governo, da cultura nacional; desequilíbrio econômico. No entanto, o prin-

cipal fator é a não existência, entre nós, de uma cultura autóctone, de uma arte que tenha público e, portanto, compradores. Somos uma colônia artística com cultura de importação; a arte que praticamos, não tendo nascido no nosso solo, de crenças e tradições nacionais, aparece como um luxo, nunca fez parte íntima da vida espiritual do povo e por isso só satisfaz: um público restrito e refinado. Sendo uma arte de asfalto, que desconhece inteiramente nossas ricas tradições populares não tem fixação nem função e, logicamente, não tem quem a compre".

PORTINARI é quase uma exceção no Brasil, sempre viveu da sua arte e já há alguns anos que vive bem, embora tenha lutado muito para chegar a isso. Ele pode dizer sem mentir: "Sempre vivi de pintura. Sei que outros também vivem e sei também, que muitos lutam com dificuldades imensas, pois o número de compradores é restrito. As causas? Faz-se uma arte para poucos, uma arte de minoria e falta, também, incentivo à cultura".

LASAR SEGALL, depois de uma juventude penosa, ficou rico, milionário mesmo. E não só não precisa vender quadros para viver como foge dos compradores com o mesmo empenho com que os outros os procuram. Ele acha que "em todos os países sempre existe uma pequena minoria que vive, e vive bem. A maioria, porém, tem que se dedicar a outras atividades. Em todos os tempos sempre foi a mesma coisa. Quanto ao fato de se atribuir a divergência que ocorre entre o público e a arte à não existência, no Brasil, de uma arte nacional, acho que não tem sentido. Arte e cultura, hoje em dia, são fenômenos universais, têm uma linguagem comum em todos os países. As variações locais exis-

Há 25 Anos Olenewa Ensina o Brasil a Dançar

Maria Olenewa está completando 25 anos de ensino de ballet no Brasil. Nasceu em Moscou, ali aprendeu a dançar até que a Revolução e a fuga de sua família a fizeram ir para o Teatro des Champs Elysées, de Paris, onde Pavlova a conheceu e a convidou para a sua companhia como primeira bailarina. Com a mestra realizou várias excursões. Viajando depois para a América do Sul, foi convidada para dirigir a Escola de Danças do Teatro Colón, passando dois anos em Buenos Aires. Em 1927 fundou a Escola de Dança do Teatro Municipal do Rio, que foi oficializada em 1930. Grande professora e coreógrafa de altos méritos, Maria Olenewa ensinou a centenas, a milhares de brasileiros a arte da dança. As figuras mais representativas do ballet no Brasil devem-lhe a formação profissional. Hoje ela vive — e ensina — em São Paulo. Maria Olenewa, cujo jubileu será comemorado, há algum tempo se naturalizou. Essa moscovita é hoje brasileira — e por todos os títulos, uma grande, uma benemérita brasileira.

**POR 20 CONTOS VOCÊ PODE TER UMA CABEÇA,
EM BRONZE OU PEDRA, ASSINADA POR UM DOS
MELHORES ESCULTORES MODERNOS DO BRASIL**

Sr. Lúcio Luppert de Souza, por Bruno Giorgi

Sr. Aldizio de Sales, por Pedrosa

BUSTO, que antes era um dos gêneros mais praticados da escultura, hoje é pouco solicitado. Não porque tenha perdido sua finalidade, tão pouco porque os homens deixassem de anar sua própria imagem. Duas causas devem ter influido no caso. Muitos acham que o escultor moderno ou é incapaz de fazer um retrato parecido ou jamais se submete às exigências da realidade. Outros temem o preço da obra, acham a escultura uma arte demasiadamente cara.

É indispensável que um retrato seja parecido? É evidente que, parecido ou não, o busto é uma obra

escultórica como qualquer outra; e assim seu mérito, como obra de arte, independe da aparência física e reside, tão só, nas harmonias formais criadas. Mas não é menos certo que todo retrato pressupõe o parecido, isto é, seu conjunto deve ter particularidades que constituam a maneira individual do modelo. E deve ir além, deve, também, sugerir a realidade psicológica do retratado, seu temperamento.

Em resumo, a escultura de retrato exige do artista, apesar das suas reduzidas dimensões, uma maestria tão grande quanto a escultura monumental.

Queremos lembrar aqui a obra de três escultores modernos: Bruno Giorgi, Alfredo Ceschiatti e José Pedrosa. Todos eles aliam,

segundo suas diferentes personalidades, a beleza escultórica à aparência física, sintetizam forma e conteúdo. Todos os três são artistas já consagrados em inúmeros certames de arte. Seus preços não são caros: vinte mil cruzeiros pelo busto passado em bronze ou em pedra. Se alguém estiver interessado, telefone para COMÍCIO e nós o aproximaremos do artista de sua preferência — um dos três que citamos ou qualquer outro.

J. E. Macedo Soares, por Pedrosa

BRUNO GIORGI nasceu em São Paulo, em 1908. Na I Bial paulista obteve o segundo prêmio de escultura nacional e no I Salão de Arte Moderna de São Paulo, o primeiro prêmio de escultura. O Ministério da Educação contém diversos trabalhos seus, entre os quais o Monumento à Juventude.

Bruno Giorgi, em um desenho de Ceschiatti

tentos são pequenas, e estas, o Brasil já as tem". MARIA MARTINS, escultora e embaixadora, foi diplomata: "Quase ninguém vive de arte no Brasil. Vive-se, e às vezes bem, de mil atividades-subidiárias. Aqui, arte ainda é uma aventura, embora, nos últimos tempos, o progresso tenha sido sensível. Quanto à existência de culturas estritamente nacionais, não concordo. Quase todo o mundo, hoje em dia, sente as mesmas necessidades, as mesmas angústias e, necessariamente, tem de traduzi-las da mesma maneira".

ANTONIO BANDEIRA, jovem pintor abstrato — o que significa dizer: pobre e de pouco público, embora de muito talento — disse que "praticamente não se pode, falta-nos profissionalismo, compradores, marchands de tableaux e 'lugar ao sol'".

Perguntamos, assim, a sete artistas e obtivemos sete respostas que num ponto muito se assemelhavam. "Poucos podem", disseram todos. "Muitos não podem", concluímos nós. E de que vivem eles, o que esperam eles? O governo que pense na resposta.

ALFREDO CESCHIATTI nasceu em Belo Horizonte. Em 1942 conquistou o prêmio de viagem ao estrangeiro no Salão Nacional. Realizou os baixos-relevos da Capela da Pampulha e várias obras em diversos edifícios particulares.

O escultor Ceschiatti

JOSE PEDROSA nasceu em Belo Horizonte, em 1915. Esteve dois anos na Europa com bolsa concedida pelo governo francês. Obteve medalha de ouro no Salão Nacional de 1942. Tem trabalhos no conjunto residencial da Pampulha, na Câmara dos Deputados e em coleções privadas.

CARTA A MOSES

Presidente —

Não vá pensar que eu fiquei sentido por não ter sido convidado para o almoço de segunda-feira. Segunda é um dia feio para mim aqui na redação, com Joel na oficina, o Otlo custando a mandar o Senado, a Hilde e o Fernando se desentendendo sobre "A aventura do quotidiano", o Castelo de vale na mão e o professor Cartaxo pedindo assunto para o próximo problema de palavras cruzadas, e o Paulo Mendes esperando dona Lothe para relatar a gravura de uma filha de Deus — eu acabo, Moses, comendo um sanduiche qualquer, entre uma legenda apressada e um telefonema afilto.

E quem sou, primo, para almoçar entre diretores e generais, e ainda mais na presença do Pai dos Pobres! O qual eu só agora soube ser "Sócio Grande Benemérito" — e o único desse título — de nossa estimada A. B. I.

A mim, que, afinal de contas, também sou um jornalista, a mim me parece que ele pode ser Grande Benemérito das negras dele, não dos jornalistas, a não ser de alguns, que precisamente são como se fossem negras dele.

Desculpe o estilo ruim e repetido, Moses. É que tudo se repete, e no Brasil de um almoço como esse, que se repete pela segunda vez, já se diz que é tradição. Afinal se o sr. Vargas fez algum favor à A. B. I. não há de ter sido de seu bolso; tudo que nos tenha dado sequer uma ris, o furreto. O que fez, ou quis fazer, foi nos tornar a todos em risos, marcadas com o ferro de sua estância. Mas um dia houve, Moses, o estouro da bolada — quero dizer da imprensa — e o dr. Vargas deve ter se lembrado disso, na segunda-feira, ao se ver cercado de jornalistas e generais, ainda que amenos. E para dizer tudo, não vejo bem porque há de a A. B. I. homenagear o Exército uma vez por ano, ou melhor: já que somos uma sociedade homenageativa, porque também não damos — almoços também ao Legislativo, ou ao Judiciário, ou à Marinha, ou à Igreja, ou ao proletariado? E por que chamar o chefe de Estado para lhe dizer finanças quando, no mesmo dia em que dão a notícia do almoço, os jornais todos publicam uma declaração do Sindicato dos Jornalistas e Redatores do Rio de Janeiro dizendo que esses jornais e revistas estão com a sua existência ameaçada, e falando em defender a autonomia da imprensa "em face do poder econômico estatal"?

Dar de comer e de beber ao homem que ameaça pode ser bonito; mas eu acho (e você queira me perdoar o adjetivo que afinal não se dirige a você) bastante calhorda.

O Exército não carece, penso eu, de tais homenagens; nós, da imprensa, as fazemos a nosso modo, noticiando e comentando sua vida e trabalhos, o que eu mesmo já fiz como repórter furdado. E quando toda a oficialidade comenta os excessos de preterições e favoritismos assinados nas últimas promoções ao generalato assinados pelo sr. Vargas, melhor homenagem faria a imprensa ao Exército, no meu fraco entender, criticando o que banquetearia.

Não, Moses, não me inclina, por favor, entre aqueles "pessimistas negadores" e "apatronados deturpadores" de que você falou no discurso. Sou dono de um excelente fígado que nem os lígures da velha Escócia falsificados nesta praça, nem os governos do sr. Vargas afetaram jamais.

Enfim, o que se disse no banquete está dito; o que se comeu, comido; o que se bebeu, bebido. Eu é que não sou atrapalhar a digestão de ninguém — e em tempos de Vargas já me julgo feliz em comer sanduiche numa redação e não feijão bichado numa cadeia, o que já me sucedeu, a mim e a jornalistas melhores. São, enfim, como se diz na sociedade, coisas que acontecem nas melhores famílias. Esta nossa, da imprensa, de que você é o chefe, é que pode desperar, em um público já desconfiado e cansado de banquetes e discursos, uma exclamação meio vaga, mas em todo caso não muito lisonjeira — "que família!"

Um abraço do primo pobre

RUBEM BRAGA

PÁGINA 30 ☆ COMÍCIO ☆ RIO, 29-8-1952

a semana da cidade

"Comício" Apresenta:

Pois é. Aquela meia página do fim da revista, engordou à bessa. De portas fechadas, alguns diretores e diversos conspiradores de COMÍCIO, decidiram que este cronista teria que trabalhar mais, encher um maior número de folhas de papel, obrigá-lo a consultar mais periódica dos clássicos — desde Shakespeare e Cervantes até Brício de Abreu e Hêlio Leorne — e produzir, para mal dos leitores, em vez de meia, quase duas páginas deste valente semanário.

Como incentivo pelo maior esforço a defender, os senhores diretores consideraram um par de outros cronistas para fazer companhia ao que vos escreve. E aqui estão eles — prisioneiros de dois retângulos em algum lugar destas páginas — rapazes bem informados, que sabem de coisas e estão dispostos a contá-las aos leitores: ATENÇÃO — COMÍCIO apresenta Lúcio Rangel e Antônio Maria.

SERGIO PORTO

CINEMA

CAGNEY, MANGANO E JONES

A cidade teve ocasião de apreciar três filmes magníficos, durante a semana passada, não índice, se levamos em conta os espetáculos que ultimamente têm sido oferecidos ao público, é muito bom.

Degradação humana (no original Come fit the cusp) era uma produção americana — da Warner — dirigida pelo sábio Norman Douglas. Na elenco James Cagney (possivelmente um dos 10 melhores atores de cinema em todos os tempos) e alguns bons coadjuvantes, principalmente, Gig Young, Phyllis Taylor, Raymond Massey e James Gleason. A história de um repórter fracassado pelo uso da bebida, que consegue, a tróco de uma força de vontade tremenda, vencer o vício e tornar-se o grande jornalista que o início de sua carreira fizera antever. Depois de reabilitado, o jornalista — que é o James Cagney, naturalmente — passa a reabilitar diversos outros bebados, inclusive o Gig Young, marido da mulher que ele nos seus tempos de boteco trocava pela ceninha. Este último, aliás, é o que lhe dá mais trabalho, pois mete-se com a amante (logo de quem, puxa!) do Sheldon Leonard, um dos mais violentos gangsters da Virgínia Bros.

A segunda fita da semana foi lançada pelo Miramar, semi-pulguento do Leblon, e pelo Rex, pulguento absoluto da Cinelândia. Chamava-se Ultimatum, em português, ou melhor, em latim, é Seven day to noon, em inglês. Era a história magnificamente vivida por um grupo de artistas, encabeçado por Barry Jones, Oníforo Mossell e Olive Sloans, que girava em torno de um cientista, inventor de uma bomba atômica, que, prevendo as desgraças capazes de causar o seu in-

venio, comunica-se com o Primeiro Ministro da Inglaterra, avisando-o para providenciar a destruição de todas as bombas do mundo, pois, caso contrário, ele explodiria a sua, numa hora preestabelecida, justamente na centro de Londres. Dessa trama, os diretores Roy e John Boulting, fizeram um dos melhores filmes dos últimos tempos.

O terceiro e último grande espetáculo cinematográfico da semana, foi lançado pelo Pathé no centro, pelo Art Palácio, na zona sul, e pelo Baronesa, na zona norte. Chamava-se O brigante Mussolino, no original italiano, e Flagelo de Deus, em português. Era uma fita dirigida por Mario Camerini e nela o Amadeo Nazzari amava profundamente a... (agora me esqueço o nome)... aquela ótima, de olhos misteriosos, busto empinadinho, isso mesmo, de pernas esculturais. Sim, sim, fabulosamente perturbante. Não, não é louca, não. Tem cabelos longos e negros, lábios rosados, andar ondulante. Como é o nome dela, meu Deus! Claro, claro, boníssima. O Milor diria "inverivelmente hodierna". Se é o tipo dele?, mas naturalmente. Ela é o tipo de todos nós. Isso, isso, assim mesmo. Bom, quanto a isto eu não sei, Sim, fabuloso. Como é que é? Justamente SILVANA MANGANO.

BARES

O Delegado e a Sombra

O famoso delegado imparato, bô-bô-bô de Caxias, não fora o bô-bô-bô-bô-bô Tendório, que dispõe de maiores reservas de munição, como qualquer mortal bem remunerado e de bom fígado, bebe crepuscularmente os seus usques.

Cal a noite, e o delegado deixa o bar do crepúsculo (habitualmente o "Grande Pontão") e continua a sua peregrinação pelos bares noturnos (habitualmente o "Maxim's"). Trata-se de um rapaz simpático e afável. Frio e sinistro no entanto, é a sombra que o segue: um homem gordo, de olhos vidrados, abraçado sob uma capa impermeável um instrumento que lembra, em suas linhas, uma metralhadora de mão. Mas eis acontece nada! Imparato é pacífico e aqui no Rio, como em Caxias, há noites tranquilas e estreladas.

POLÍCIA

ALFABETIZAÇÃO PÓSTUMA

Um vespertino publica uma notícia com o seguinte cabeçalho: "A suicida era analfabeta e deixou um bilhete".

No texto fica, então, o leitor sabendo que a tresloucada (adjetivo especial criado para vítimas de casos passionais) brigara com o namorado, tendo, em vista disso, ingerido um tóxico. A jovem suicida, Yara José Santiana, todavia, era analfabeta e, como deixou um bilhete explicando o seu gesto, a polícia está desconfiada de que trata-se de um assassinato.

Depois ainda há quem diga que a nossa polícia não é sabida.

a semana da cidade

HISTÓRIAS DE MÚSICA

LÚCIO RANGEL

MÁRIO DE ANDRADE E O JAZZ

"O jazz é essencialmente polifônico, bom exemplo demonstrativo, individualizando um por um os instrumentos de conjunto, mas conservando-se todos em concordância e harmonia, como se, para repetir a frase cubana de Fulgência Batista, a liberdade de cada um tivesse por limite a liberdade alheia" (Mário de Andrade).

CUMA E O NOME DELET

Quando Manezinho Araújo apareceu no rádio e no disco, encontrou Almirante e Breno Ferreira, os dois maiores da emboada. Mesmo assim, o sucesso do novo cantor foi grande, principalmente com *Cuma e o nome dele?*, até hoje popular. Embora pareça incrível, essa emboada nunca chegou a ser gravada.

CARNAVAL E GRA-FINISMO

O carnaval da porta de Jockey Club era diferente. Só dava pra-fino, as lanças-perfumes eram importadas de Paris, feitos por Jean Patou ou Chanel. Era preciso sangue azul para permanecer mais de cinco minutos naquela esquina da Avenida com Almirante Barroso. Mezinhas desdentadas caíam o desesperto do Mário Reis, cantando com vozes esgançadas:

Linda morena, morena,
Morena que me faz pensar,
A lua cheia, que tanto brilha,
Não brilha tanto quanto o teu olhar...

O, NICK'S BAR E OUTRO

"Eles tocam. Escutamos. Ninguém sonha. Chopin faz sonhar, ou André Claveau. Não o jazz ou Nick's Bar. Ele fascina, não pensamos senão nele" (Jean-Paul Sartre).

STOKOWSKY E O SAMBA

"Com a presença de Stokowsky, do maestro Villa-Lobos, de músicos da grande orquestra, do comandante e passageiros do "Druguai", foram reali-

zadas as gravações, pelos técnicos que acompanham o maestro, de numerosas músicas populares brasileiras, salientando sambas, batucadas, emboadas, marchas de rancho, modinhas, macumbas, toadas, choros, etc. Tomaram parte: Pixinguinha, Luiz Americano, Jararaca, Ratinho, Donga, Mauro Cesar, José Gonçalves, José Espinguela e seu cordão de velhos; a escola de samba Estação Primeira da Mangueira; e a jovem cantora Janir Martins, que foi a única solista feminina escolhida pelos organizadores. Entre as músicas gravadas, anotamos: Samba do urubu malandro, num arranjo de Pixinguinha; *Meu amor, tristeza* e dois outros sambas de Cartola; *Seu Mané* Luiz, de Donga e Baião; um choro de Luiz Americano; macumbas de Zé Espinguela; maracatus e trêvos, de Pixinguinha (sic); *Meu jardim*, que é a música popular escolhida para o Dia da Pátria (sic); *Quando uma estrela sorri*, *Samba de lua e de sofrer*, quem faz sofrer, todas quatro músicas de Donga e David Nasser; *Cabeça brasileiro* e outra modinha de Catulo da Paixão Cearense; *Vamo apaz-nhar limão*; de Jararaca, *Bombá bombá*, a já lançada emboada que Carmen Miranda lançou nos Estados Unidos e muitas outras que não foi possível recolher." (O Globo, 8 — Agosto — 1940).

Isso foi durante os bons tempos, quando o célebre maestro visitou o Brasil. As gravações foram, mais tarde, editadas pela Columbia, nos Estados Unidos, em dois álbuns muito bem apresentados — *Native Brazilian Music*. O cronista Fernando Sabino possui os dois álbuns, hoje raros, fazendo inveja a muita gente...

DE PAULO DA PORTELA

De um samba de Paulo da Portela, inédito:

Benditas sejam tu, ó Liberdade,
Rainha absoluta do sucesso,
Sem ti não haverá felicidade,
Sem ti não sorrirá todo o Uni-
[verso].

RECORDE

AS QUINTUPLAS

O Brasil conseguiu igualar o recorde canadense de dar à luz, às cinco Marias, nascidas em São Paulo, vieram amear o prestígio das Diones, caso único de quintuplas no mundo inteiro. Foi dona Maria Aparecida de Albano a nova merecedora da medalha olímpica, como o fora antes o conterrâneo seu — o Ademir Ferreira da Silva — que dera o salto triplice.

As quintuplas brasileiras, entretanto, não foram tão felizes quanto as canadenses. Filhas de pais pobres (dona Maria é lavadeira e seu marido, José Albano, é pedreiro) não tiveram a assistência médica que exigia o caso, vindo, por isso mesmo, a falecer — até o momento em que redigimos esta nota —

duas das crianças: Maria Angela e Maria Tereza. As outras, que estão internadas na Maternidade S. Pedro, correm perigo de vida até atingirem o peso de dois quilos e meio. São elas: Maria Benedita, Maria Cristina e Maria de Lourdes.

BOITES

CAIMI VOLTOU

A semana foi grata por diversos motivos. Um deles muito especial. Reapareceu, num "show" de boite, Dorival Caimi, que andava sumido há muito tempo.

O "cantor dos mares da Bahia" andou dormindo na rede, esquecido dos fãs. Agora volta para o Casablanca, num espetáculo chamado "Gente e graças da Bahia".

Parabéns ao Casablanca, a Fernando Lobo e a Paulo Soledade, que promoveram o reaparecimento do grand-compositor.

ANTOLOGIA

LEORNE E A NOITE

Iniciamos hoje, a nossa Antologia, dedicada àquelas que farão com que os portugueses fiquem inquietos. O primeiro antológico é Hélio Leorne, cronista de boites do "Diário da Noite". Escreveu ele, semana passada, no citado jornal:

"Ainda não escrevemos uma crônica sobre a noite. Se este esquecimento se prolongasse por mais tempo, era quase erro, pois há muito redigimos neste canto de página, sobre a vida noturna. Sim, sobre essa noite que tantos milhares de cariocas adoram com justa razão, pois' ela nos traz à mente o mais belo espetáculo. Por isso foi que dissemos em crônica já publicada, que às vezes há "show" sideral. Os artistas que tomam parte são os cometas, a lua, as estrelas e o palco é o incomensurável azul do céu. Nessas noites, a Praia de Copacabana fica qual uma donzela pálida, deitada sobre um leito de algodão, deixando-se beijar apenas pelas espumas salgadas que o Atlântico leva e traz. Por isso não sejam condenados os casais que se beijam pela Av. Atlântica. Eles estão aprendendo com a natureza, estão vendo os beijos do mar na praia. A noite nos proporciona toda essa beleza, mas também nos mostra quadros dantescos, formando o mais autêntico contraste. De um lado romance e poesia, do outro lado miséria e

A NOITE É GRANDE

Carta de Mãe

ANTONIO MARIA

Quando nasceste, eras tão volumoso, que a parteira te trouxe, após o banho, ergueu-te à altura do seio materno, dizendo-me isto:

— Toma-o. Bota 20 litros!

Nessa noite, crianças morreram de difteria, mulheres deram à luz três filhos mortos e ninguém nasceu vivo — só tu. Na manhã seguintes, choveu muito e o homem do cuscus não passou.

Como vês, és um pouco diferente dos outros e tens que tomar uma porção de cuidados pelos casiminhos da vida. Tua primeira babá pôs pimenta em teus olhos e tentou quebrar tua moleira com um bilbo de fazer renda. A segunda, a que se chamava Florinda, aproveitando um momento em que não havia ninguém por perto, deu-te um conhaque Macieira para beber. Aos 2 meses tiveste que usar óculos escuros por causa de uma irritação causada pela pimenta. Custaste muito a falar e tua primeira palavra foi "feljão". Quando saíste de casa, levaste muita bênção e pouco dinheiro — mesmo porque, se escolhesse pouca bênção e muito dinheiro, las me deixar em falta. Mas, deves estar lembrado do quanto choramos abraçados e quantas vezes te recomendei um milhão de cuidados. Pedir que não dormisses sem a tua touca, que não bebesse água fria, depois do café, e que não te metesses com mulheres cheirosas de olhos pidões.

Hoje, é a quinta vez que te escrevo, para pedir que não te metas a cronista de jornal. Cinco cartas te mandei e cinco vezes não destes a mínima importância aos cuidados de tua mãe. De que te serve o jornal? Tu comesas a escrever, dizem que és muito engraçado e, depois, não sei por que, o dono do jornal te despede. Tu não sofres, porque és mesmo um caráter grosso, mas te abismas em pensar como, depois de receberes tantas felicitações, dispensas tua colaboração.

Faze o que sempre te pedi. Fica em teu rádio. Se sabes fazer programas, músicas, se inventas histórias e ganhas o de que viver, por que ainda te metas em jornal? Aqui, cobrindo-te de bênções e rezando a Deus pelos teus minutos.

E A TUA (e assinou).

dor. Mas qual é a noite que não apresenta contraste? É natural, na terra, ficarem lado a lado, o belo, o feio, a perfeição e a imperfeição. Não é, portanto, isso que vem descolocar as maravilhas da noite. Os verdadeiros artistas não têm olhos para ver as coisas que estão no rol da imperfeição, mas sim para ver tudo que se pode somar com a perfeição. Eis a razão porque os poetas sonham e produzem o belo nas noites românticas do Rio. Quando uns pensam em matar, outros em roubar, outros em suicídio, eles pensam em viver para admirar a noite.

RIO, 29-8-1952 ☆ COMICO ☆ PAGINA 31

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA BRASILEIRA

O PIRATA

Chamava-se pirata a uma espécie de comerciante do tempo antigo. Era mais fácil de distinguir do que qualquer atacadista hodierno, porque usava chapéu tricórnio, pano preto sobre o olho furado e gancho de ferro em vez de mão (depois de anos e anos de pesquisas os cientistas acabaram imitando essa mão de ferro, chegando à conclusão de que ela é utilíssima quando se perde a verdadeira).

Os piratas desciam em suas caravelas compradas a prestação a piratas aposentados, que já tinham descoberto pirataria melhor — a venda a prazo sem fiador. Desciam pelos mares, dizia eu, e caíam sobre os barcos lerdos dos príncipes e grãosenhores, usualmente capitaneados por covardes ou salofrários, roubavam a noiva do potentado ou a filha do Governador de Moçambique e só não exigiam resgate porque logo se apaixonavam perdidamente, tão apaixonadamente que passavam imediatamente a se dedicar a gestos de nobreza. No caso, soltar a enfurecida princezinha, cujo destino óbvio era cair-lhe nos braços em tecnicolor ao fim de toda a aventura.

Muito já se falou sobre piratas e quem seria eu para acrescentar algo ao histórico desses descobridores que tiveram o azar de chegar atrasados? Usavam punhais malaios com que assassinavam o porteiro do baile encarregado de guardar os olhos de vidro à entrada do mesmo. Depois do que fugiam das galés, que era como se chamava a "cana" naqueles tempos, e passavam o resto da existência matando e roubando, sob o pretexto de que eram vítimas da justiça. Mais

tarde, conseguiam realizar um grande feito em favor da pátria, posto que as pátrias têm sempre largas as suas costas marítimas e fácil nos é, afinal, ser patriotas. Mais fácil do que resistir a pequenas tentações individuais diante de um colar de pérolas no colo de uma linda dona. Pois compreendeis que aí já estou expondo duas tentações juntas.

E se não roubavam o colar, certo era que os piratas ficassem perdidos pelo local em que ele dormia e então se casavam, eram muito felizes e tinham muitos filhos. Todos piratinhas.

Vai tempo, vem tempo, desapareceram os piratas dos sete mares. Seus descendentes dedicaram-se melhor à terra, às areias monazíticas, à importação de objetos de luxo, à venda imobiliária, à Loteria e aos cavalinhos do Jockey Club do Brasil. Já não usam olho de vidro, já não enterram punhais, já não matam, não estolam. São pobres homens sedentários e tristes, gordos e lerdos, calmos e pesados. Ah, não, a pirataria antiga bem melhor era, feita de arrogância, de temores e de audácias, do frio das noites e do claro sol dos dias das Caraíbas. Balança, só havia o do mar, impossível de fraudar e correntista era o homem da gávea, técnico em Gulf-Stream. E as vítimas eram vítimas, fugidias de terror e não iam se apresentar em longas filas, à espera de ser roubadas. Não, a pirataria antiga era muito mais difícil.

MILLÔR FERNANDES